

Transição Biográfica Inacabada
Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa
na Perspectiva do Curso de Vida

Magda Lalanda Nico

Tese Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Orientadora:
Professora Doutora Anália Torres

Junho de 2011



Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Sociologia

**Transição Biográfica Inacabada
Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa
na Perspectiva do Curso de Vida**

Magda Landa Nico

Tese Submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Sociologia

Júri:

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora
Coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutor Luís Miguel da Silva de Almeida Chaves, Professor Auxiliar da Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro, Professora Auxiliar do ISCTE-IUL

Doutor Fernando Luís Lopes Machado, Professor Auxiliar do ISCTE-IUL

Doutora Anália Maria Cardoso Torres, Professora Catedrática do Instituto
Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Junho de 2011

Agradecimentos

Diz-se muito que fazer uma tese é um processo solitário. Em certos momentos, esse foi também o meu caso. Mas para mim a história importante desta tese não é essa, mas sim a das pessoas que me acompanharam ou que assistiram com amizade e expectativa a este meu percurso pessoal de investigação.

À Professora Anália Torres, o meu primeiro agradecimento. A forma como não me poupou a elogios nem a críticas, salvaguardando sempre a minha autonomia de trabalho e científica, contribuiu muito para o meu crescimento intelectual e para a qualidade desta pesquisa. Quero agradecer em especial o apoio enérgico que me deu na fase final da tese.

Ao CIES-IUL, na pessoa do Professor Fernando Luís Machado, quero agradecer o acolhimento institucional do meu projecto de doutoramento, que teve uma importância imensurável para o meu percurso de investigação e profissional. À Fundação da Ciência e Tecnologia que, através de uma bolsa de doutoramento, permitiu que eu me dedicasse a este projecto, que participasse em conferências nacionais e internacionais e que visitasse outras instituições e culturas de investigação. Algumas destas visitas e participações viriam mesmo a ser verdadeiros *turning points* na história desta tese.

Aos jovens que me confiaram parte das suas histórias de vida e me ofereceram, em directo e, por vezes, em primeira mão, a sua reflexividade sobre certos acontecimentos das suas vidas. Mais do que fonte de dados, estas histórias foram fonte de inspiração.

Aos que têm contribuído, ao longos dos últimos anos, para o ambiente saudável da sala 2N8 e arredores, com quem partilhei o desenrolar desta dissertação. Foi uma sorte e um prazer partilhar este espaço de bom humor e bom trabalho. Pelas doses assíduas de ânimo e confiança que me transmitiram ao longo deste tempo, sempre envoltas em humor e boa disposição, quero agradecer à Margarida Barroso, à Paula Jerónimo, à Ana Isabel Couto, à Elisabete Rodrigues e à Carla Rodrigues. À Margarida e à Ana Isabel quero ainda agradecer pelas leituras atentas da tese e pelos comentários pertinentes.

Aos colegas do seminário “Família, Género e Intimidades”, um agradecimento pela discussão de resultados preliminares da pesquisa. À Sandra Marques Pereira quero também agradecer todo o interesse e apoio. À Rita Rosado, à Margarida Jerónimo, à Alexandra Duarte e à Paula Jerónimo que me ajudaram na terrível tarefa de transcrição de entrevistas, obrigada pelo profissionalismo. A todos os que foram incansáveis em partilhar contactos dos seus amigos e conhecidos para serem entrevistados, mas que no interesse do anonimato, não posso

aqui deixar os nomes, muito obrigada pela persistência e confiança. Ao Leo, à Natália, ao João, à Daisy e ao Nuno pela presença amiga ao longo destes anos.

À Mónica, pela velha e fiel amizade. Aos meus queridos amigos Rita e Jorge, por respeitarem pacientemente as minhas ausências, sempre de braços abertos e com convites e abraços irresistíveis, nos meus regressos.

Ao Abílio e à Maria José, meus pais, e à minha irmã Estela e ao Miguel, quero agradecer tudo o que fazem por mim, com um voluntarismo e uma energia inesgotáveis.

À Alice e ao Hugo pelos momentos de pura felicidade e ternura.

E ao Miguel, pelo companheirismo e encorajamento constantes e pela confiança inabalável no meu percurso.

Resumo

As mudanças sociais no curso de vida durante o período de transição para a vida adulta, especialmente na esfera que tende a ser mais esquecida - a habitacional - constituem o objecto de estudo desta tese. Para o abordar, atravessa-se a variada paleta metodológica proposta pela *perspectiva do curso de vida*, usando escalas e instrumentos de análise entre uma perspectiva macro, baseada em dados quantitativos retirados de inquéritos representativos de vários países europeus sobre o *timing* e a ocorrência dos eventos de transição (neste caso o European Social Survey 2006); e uma perspectiva micro que, usando dados qualitativos, de fonte primária, de entrevistas de carácter biográfico e da aplicação de calendários de vida, permite abordar fenómenos em que a intencionalidade da acção, a adaptação estratégica e a reflexividade assumem uma maior importância. A comparabilidade entre países e *coortes* etárias foi posta em prática na análise das sequências das transições e da *desestandardização* do curso de vida, bem como da heterogeneidade, ao longo do tempo e do espaço, do ritmo com que ocorre a (primeira) saída de casa dos pais. Através dos dados recolhidos junto de 52 jovens, resultado de entrevistas de carácter biográfico e de aplicação de calendários de vida, analisou-se igualmente a *sincronização* das trajectórias residenciais com as das restantes esferas da vida, bem como os redireccionamentos do curso de vida, os chamados “turning points”, sublinhando, desta forma, o carácter holístico da transição para a vida adulta.

Palavras-chave: Perspectiva do curso de vida, juventude, transição para a vida adulta, Europa, Portugal

Abstract

The social changes in the life course during the period of transition to adulthood, namely the ones that occur in the most forgotten sphere of transition, the residential one, were the main topic of this research. To approach this topic, this thesis crosses the diversified methodological palette proposed by the life course perspective, one that goes from a macro perspective, based in quantitative data from large scale surveys, representative of several European countries (such as, in this case, the European Social Survey 2006), to a micro perspective that by being based in qualitative data from a primary source, biographical interviews and life calendars, makes the analysis of phenomenon where the intentionality of the action, the strategic adaptation and the reflexivity assume a greater importance, possible. The comparability between countries and cohorts was present in the analysis of the sequences of the transitions and of the *destandardization* of the life course, as well as of the heterogeneity, across time and space, of the leaving home transition. Through data collected among 52 young adults, with biographical interviews and life calendars, the synchronization of the residential trajectories and the moments of re-directing the life course, the so-called turning points, were also analysed. This strategy underlined the holistic character of transitions to adulthood.

Key words: Life course perspective, youth, transition to adulthood, Europe, Portugal

INTRODUÇÃO	1
PARTE I.	
PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA	
CAPÍTULO 1	
A PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA: SITUANDO A PESQUISA	9
1.1 Sobre o <i>paradigma teórico</i>	15
Princípios orientadores	18
1.2 Sobre o pluralismo metodológico	22
1.3 Sobre os níveis de análise	24
O nível estrutural	25
O nível cultural	26
1.4 A <i>Transição Biográfica Inacabada</i>	27
Da biografia normal...	28
... à biografia de escolha?	30
Problemas de co-existência dos dois modelos biográficos	32
CAPÍTULO 2	
DE JOVENS A ADULTOS: CONTINUIDADES E MUDANÇAS SOCIAIS	35
2.1 Falácias epistemológicas e a viragem biográfica	37
2.2 Estudar as transições: bifurcações e pontos de encontro	41
Correntes teóricas	42
Correntes metodológicas	49
Correntes analíticas	50
Coordenadas da pesquisa	53
2.5 Tipologias de transição para a vida adulta em Portugal	53
2.4 Os cursos de vida na contemporaneidade: o “pacote” individualista?	57
<i>Desestandardização</i> do curso de vida	58
Densidade transicional	60
Prolongamento do período de transição	61
Reversibilidade do curso de vida	63
Ambiguidade, hibridismo e carácter inacabado do adulto	65
<i>Destradicionalização</i> de género	67
CAPÍTULO 3	
EMANCIPAÇÃO HABITACIONAL: COMPLEXIDADE E PERTINÊNCIA	69
3.1 Que saída de casa dos pais?	69
Avenida temporal: a normatividade da rapidez transicional	71
Avenida estrutural: a impopularidade do mercado de habitação	73

Avenida metodológica: medir e comparar as saídas de casa	81
3.2 Tempo histórico e saída de casa dos pais	88
Perspectiva histórica e evolução dos processos de autonomia habitacional	88
Enviesamentos metodológicos, substantivos e valorativos	92
3.3 O lugar da emancipação habitacional na transição para a vida adulta	95
De marco transicional acoplado a marco transicional autónomo	95
Crescente reconhecimento social	97
3.4 Autonomia habitacional enquanto indicador da mudança e diversidade social	99
Indicador para o estudo da continuidade e mudança social	99
Factor de heterogeneidade europeia: diversidade de padrões de transições habitacionais	101
3.5 Variações sociais e estruturais no processo de saída de casa dos pais	105
Classe social de origem	105
Estrutura familiar de origem	107
Transições escolares e profissionais	108
Género	108
Formato e destino da saída	111

CAPÍTULO 4

SINOPSE METODOLÓGICA	113
4.1 Reflexividade Metodológica	113
4.2 Pacotes metodológicos	115
4.3 Pluralismo metodológico	120

PARTE II. CURSOS DE VIDA NA EUROPA: O QUE REVELAM E ESCONDEM OS DADOS QUANTITATIVOS

CAPÍTULO 5

QUESTÕES MACRO-METODOLÓGICAS	123
5.1 Sobre o inquérito ESS 2006 e o módulo “The Timing of Life”	123
5.2 Sobre as amostras nacionais e as variáveis mais relevantes	128
5.3 Sobre os capítulos e a análise	135

CAPÍTULO 6

O TIMING E A OCORRÊNCIA DA SAÍDA DE CASA DOS PAIS: “ANÁLISE DE SOBREVIVÊNCIA” DA HETEROGENEIDADE EUROPEIA	137
6.1 Ambiguidades normativas e o <i>timing</i> da saída de casa	137
6.2 <i>Mix</i> dos factores culturais e institucionais: “bênção” ou maldição?	140
6.3 A insuficiência teórica da “idade média” da saída de casa	143
6.4 Retrato descritivo da saída de casa na Europa	145
6.5 Análise de “sobrevivência” e da “história dos eventos”	151
6.6 O ritmo de saída de casa ao longo do tempo: a heterogeneidade geracional	154
6.7 O ritmo e destino de saída de casa nas gerações mais recentes: a heterogeneidade europeia	156
6.8 Recapitulação	160

CAPÍTULO 7

A VARIABILIDADE NAS SEQUÊNCIAS DAS TRANSIÇÕES:

ANÁLISE DIACRÓNICA DA (DES)ESTANDARDIZAÇÃO DO CURSO DE VIDA	165
7.1 Desestandardização: um veredicto através da análise das sequências	167
Confusão conceptual e a presunção da <i>desestandardização</i>	168
7.2 Procedimentos e efeitos metodológicos	170
Transições (eventos) e trajectórias (carreiras)	171
Tradições estatísticas	172
Procedimentos estatísticos	177
Componentes analíticas das sequências	180
Coordenadas temporais, geográficas e sociais	184
7.3 Combinações: aumento ou substituição?	186
7.4 Densidade: “três-em-um” ou “um-de-cada-vez”?	187
7.5 Número de transições e “anomalias históricas”	195
7.6 Amplitude: as lebres e as tartarugas	197
7.7 Uma proposta de micro-tipologia da (des)ordem das transições	200
7.8 Recapitulação	207
O fenómeno da <i>desestandardização</i> : aceitar a hipótese nula?	207
A importância das carreiras habitacionais: diferenciando gerações e países	208
A importância do género: homogeneizando trajectórias	209

PARTE III.

VIDAS VIVIDAS E VIDAS CONTADAS: ENTRE A SINGULARIDADE E O PADRÃO

CAPÍTULO 8

QUESTÕES MICRO-METODOLÓGICAS	211
8.1 Abordagem biográfica	212
Sobre a superioridade dos registos individuais	213
8.2 Narrativa biográfica e história de vida	214
Narrativa e ilusão biográficas	214
Registo escrito da história de vida	216
Entre a vida vivida e a vida contada	219
8.3 “It takes two to tango”	222
Notas sobre os filtros da conversação	224
8.4 Estes jovens: selecção e caracterização	227

	235
CAPÍTULO 9	
(DES)SINCRONIZAÇÃO DAS TRAJECTÓRIAS RESIDENCIAIS	
9.1 Estrutura social e residencial	235
A cultura da propriedade? O Sul no contexto europeu	236
Arrendamento e Compra em Portugal: como se chegou aqui?	238
Hierarquia social da ocupação da casa	239
9.2 <i>Prazos de validade</i> das preferências residenciais	241
Compra: “subir” e “assentar” na vida	243
Arrendamento como necessidade ou mobilidade	244
Compra e arrendamento como reflexo do curso de vida	246
9.3 Sincronização da saída de casa	248
Nos antípodas do “amor e uma cabana”	249
O regresso para casa dos pais: algumas pistas	253
Estudar, trabalhar e sair de casa: uma sincronização socialmente diferenciada	254
9.5 Recapitulação	258
CAPÍTULO 10	
IMPROVISAÇÃO DA VIDA E JANELAS DE OPORTUNIDADE PARA A ACÇÃO	263
10.1 Estudo dos <i>acazos</i> : inexequibilidade ou negligência?	264
Definições	267
Exemplos	270
Seleccção	271
Janelas de oportunidade para a acção	273
10.2 Amor e Emancipação	274
(A)caso 1, Namoros longos, <i>partidas</i> tardias	276
(A)caso 2, Namoros findos, <i>largadas</i> antecipadas	281
(A)caso 3, Namoros no armário, <i>fugidas</i> necessárias	284
10.3 Questões de vida e morte	287
(A)caso 4, Depois da doença: luz verde para acelerar transições	289
(A)caso 5, Morte e doença na família: adiando transições	290
10.4 “Standing” ou “turning points”?	291
(A)caso 6: Situações “lose-lose” e hiper-reflexividade paralisante	292
(A)caso 7: Acumulação e densidade de eventos problemáticos	292
10.5 Recapitulação	294
CONCLUSSÕES	
A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA POR “CAMADAS ANALÍTICAS”	299
A camada macro-sociológica: espaço europeu e “atalhos analíticos”	301
A camada micro-sociológica: a <i>mão invisível</i> do método de investigação	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	313
ANEXO: CURRICULUM VITAE	I

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Distinções analíticas e conceitos no estudo do curso de vida	25
Quadro 1.2: A biografia estandardizada na imaginação sociológica	29
Quadro 4.1. Síntese dos métodos, técnicas e dados utilizados	116
Quadro 5.1: Amostras nacionais do ESS 2006 (percentagem por país)	129
Quadro 5.2: Composição da amostra por sexo, classe social e escolaridade da população em geral e dos indivíduos com 18 aos 34 anos (percentagem por país)	132
Quadro 5.3: Variáveis do Módulo D do ESS 2006 usadas na parte II	134
Quadro 7.1. <i>Event history analysis</i> e <i>Sequence analysis</i> na Sociologia do Curso de vida	173
Quadro 7.2. Exemplo de codificação das combinações	181
Quadro 7.3: Exemplo de codificação do número	182
Quadro 7.4: Exemplo de codificação da densidade	182
Quadro 7.5: Exemplo de codificação da (des)ordem	183
Quadro 8.1 Fases e formas de saída de casa dos pais (para selecção de entrevistados)	231
Quadro 8.2 Distribuição dos 54 jovens-adultos entrevistados pelos critérios de selecção	232
Quadro 8.3: Listagem dos 54 jovens-adultos entrevistados	232

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Elementos do paradigma do curso de vida	21
Figura 1.2: “The ‘yo-yo-ization’ of transitions between youth and adulthood”	30
Figura 2.1: Coordenadas da pesquisa face às correntes no estudo das transições para a vida adulta	53
Figura 3.1: Exemplificação da analogia do “hour glass” usado por Gillis	73
Figura 3.2: Dispersão dos países por idade média à saída de casa dos pais (jovens entre os 15 e os 29 anos, 2007) e por proporção de casas próprias nos países europeus (% , 2000)	77
Figura 3.3: “Qual considera que é a principal razão para os jovens viverem com os pais mais tempo do que no passado?”, por país (percentagem)	80
Figura 3.4: Dispersão dos países por idade média à saída de casa dos jovens entre os 15 e os 29 anos (em 2007) e a proporção de jovens no Ensino Superior a viver com os pais (2005-2008)	85
Figura 5.1: Observação da carreira familiar com base em três desenho de inquéritos	126
Figura 5.2: Exemplo de trajectória inter-esferas de transição para a vida adulta no ESS 2006	126
Figura 5.3: Tipos de “censoring”	128
Figura 5.4: Classe social (ACM) por país	133
Figura 5.5: Classe social (ACM) por país entre os indivíduos dos 18 aos 34 anos	133
Figura 5.6: Composição social de Portugal: Jovens dos 18 aos 34 anos e total (percentagem)	133
Figura 6.1: Média e Desvio Padrão da idade na primeira saída de casa dos pais, em	139

Portugal e na Suécia, ao longo do tempo	
Figura 6.2: Média da idade na primeira saída de casa dos pais na Europa, por tipo de sincronização com a conjugalidade	139
Figura 6.3: Média da idade na primeira saída de casa dos pais, por tipo de sincronização com a conjugalidade, ao longo do tempo em Portugal	139
Figura 6.4: Média da idade na primeira saída de casa dos pais, por tipo de sincronização com a conjugalidade, ao longo do tempo na Suécia	139
Figura 6.5: Idade média a que 20, 30,... 90% da população nascida entre 1971 e 1980 (26 a 35 anos em 2006) saiu de casa dos pais	144
Figura 6.6: Percentagem de indivíduos que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, ao longo do tempo por sexo	146
Figura 6.7: Percentagem de indivíduos que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, ao longo do tempo por países	146
Figura 6.8: Percentagem de indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 (26 aos 35 anos em 2006) que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, por países e sexo	147
Figura 6.9. Percentagem de indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 (26 aos 35 anos em 2006) que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida por classe social e sexo	147
Figura 6.10: Destino na saída de casa dos pais por país	148
Figura 6.11: Destino na saída de casa dos pais ao longo por sexo	148
Figura 6.12: Destino na saída dos homens (nascidos entre 1971 e 1980) de casa dos pais por país	149
Figura 6.13: Destino na saída das mulheres (nascidas entre 1971 e 1980 de casa dos pais por país	149
Figuras 6.14: Idade média na saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade ao longo do tempo	150
Figura 6.15: Idade média e moda na saída de casa dos pais ao longo do tempo	150
Figura 6.16: Idade média na saída dos indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 de casa dos pais por sincronização com conjugalidade por sexo	150
Figura 6.17: Idade média na saída dos indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 de casa dos pais por sincronização com conjugalidade por sexo e por país	150
Figura 6.18: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais depois dos 13 anos, ao longo do tempo	155
Figura 6.19: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais depois dos 13 anos no vários países europeus (jovens nascidos entre 1971 e 1980)	158
Figura 6.20: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade (para os jovens que efectivamente saíram, nascidos entre 1971 e 1980)	159
Figura 6.21: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade e por sexo (para os jovens que efectivamente saíram, nascidos entre 1971 e 1980)	159
Figura 6.22: Idade média na saída dos indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 de casa dos pais por sincronização com conjugalidade por sexo e por país	163
Figura 7.1: Pluralização e diferenciação Exemplificadas	170

Figura 7.2: Exemplo de base de dados longitudinal para análise de sequências	178
Figura 7.3: Exemplo de base de dados para análise de sequências (apenas primeiros eventos em cada esfera)	179
Figura 7.4 : Número de combinações ao longo do tempo por sexo	186
Figura 7.5: Percentagem de combinações por <i>coortes</i> , ao longo tempo e por sexo	186
Figura 7.6. Percentagens das categorias da densidade das sequências das transições ao longo do tempo (por ano de nascimento dos inquiridos)	188
Figura 7.7: Percentagens das categorias da densidade das sequências por sexo	190
Figura 7.8: Percentagens das categorias da densidade por país	190
Figura 7.9: Percentagens das categorias de três-em-um e do pacote conjugal (face ao total da sua soma) ao longo do tempo	191
Figura 7.10: Percentagens das categorias de três-em-um e do pacote conjugal (face ao total da sua soma) ao longo do tempo por sexo	191
Figura 7.11: Percentagens das categorias de três-em-um e do pacote conjugal (face ao total da sua soma) ao longo do tempo por país	191
Figura 7.12: Percentagens das categorias de “três-em-um” e do pacote conjugal (face ao total da sua soma) ao longo do tempo por escolaridade	192
Figura 7.13: Percentagens da categoria dos eventos desmultiplicados, ao longo do tempo, por países	194
Figura 7.14: Percentagens das categorias de número de transições ocorridas aos 35 anos ao longo do tempo	195
Figura 7.15: Percentagem da categoria “quatro ou cinco transições” por sexo, ao longo do tempo	195
Figura 7.16: Percentagens de “4 ou 5 eventos” ocorridos até aos 35 anos por país ao longo tempo	196
Figura 7.17: Amplitude em anos da diferença entre a primeira e a última transição, entre os que têm 4 ou 5 eventos, ao longo do tempo	198
Figura 7.18: Amplitude em anos da diferença entre a primeira e a última transição, entre os que têm 4 ou 5 eventos, por países e sexo	198
Figura 7.19: Amplitude em anos da diferença entre a primeira e a última transição, entre os que têm 4 ou 5 eventos, ao longo do tempo por países	199
Figura 7.20: Amplitude em anos da diferença entre a primeira e a última transição, entre os que têm 4 ou 5 eventos, ao longo do tempo por classes sociais	199
Figura 7.21: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos	201
Figura 7.22: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos ao longo do tempo	201
Figura 7.23: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos por sexo ao longo do tempo	203
Figura 7.24: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos por países	205
Figura 8.1: Três exemplos de fichas de eventos, calendários de vida, registos de histórias de vida	218
Figura 8.2: Filtros da conversa/entrevista	226
Figura 9.1: Relação entre os fogos ocupados por arrendamento e por habitação própria (1981-2001)	238
Figura 9.2: Atitudes face ao tipo de ocupação da casa por grupos profissionais (CNP)	243
Figura 9.3: Níveis de escolaridade por atitudes face ao tipo de ocupação da casa	245
Figura 9.4: Trajectórias amorosas dos jovens adultos que saíram de casa pela primeira vez sem ser por via conjugal	250

Figura 9.5: Trajectórias amorosas dos jovens adultos que saíram de casa pela primeira vez por via conjugal	252
Figura 9.6: Trajectórias ocupacionais dos jovens	258
Figura 9.7: Contribuição das categorias de resposta para as duas dimensões (ACM)	260
Figura 9.8: Representação no espaço das categorias das variáveis que caracterizam e diferenciam as trajectórias residenciais na idade jovem-adulta (Análise de Correspondências Múltiplas)	261
Figura 10.1: Relação entre agência e nível sociológico	294
Figura 10.2: Acumulação de eventos problemáticos	294

INTRODUÇÃO

As páginas que se seguem são o produto de uma pesquisa de doutoramento sobre o que a transição para a vida adulta em geral, e a emancipação habitacional em particular, nos dizem sobre as mudanças, a complexidade, as continuidades e a *genderização* dos processos de construção das biografias individuais na contemporaneidade em Portugal e na Europa.

Está ainda por desvendar toda a complexidade biográfica das mudanças profundas que resultaram da segunda (ou da segunda parte) da transição demográfica em Portugal e, de resto, por toda a Europa (van de Kaa, 1987, 2002). Está por desvendar porque as consequências destas mudanças profundas emergem lentamente, porque os seus protagonistas, os jovens, são objectos de estudo que se constituem como *moving targets* e porque as suas várias manifestações ainda se diluem nos indicadores estandardizados e pouco desmultiplicados sobre as formas de entrada no mercado de trabalho, no mercado de habitação e nos papéis conjugais e parentais.

Assim, na aparente bonança do período pós-transições demográfica e democrática, Portugal vive hoje uma *transição biográfica*. Uma transição biográfica que, tal como os processos de modernidade identificados há mais de uma década atrás, está inacabada¹ e

¹ Em “Processos de uma Modernidade Inacabada” da autoria de Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, em 1998. Guerreiro e Abrantes também referem a profunda transição estrutural e cultural em que a sociedade Portuguesa se encontra (2004: 165).

possibilita a co-existência de biografias-tipo encaradas, por vezes, como antagónicas e auto-exclusivas, seja diacrónica seja sincronicamente: as biografias lineares e *pós lineares*.²

Este trabalho tem a marca do tempo individual, mas também do social e do histórico. A marca do tempo social e histórico está presente na análise das continuidades e mudanças nos processos de emancipação individual e habitacional ao longo de algumas *coortes* etárias do século XX e entre os países Europeus.³ O tempo individual, por sua vez, brota das vidas contadas, através das quais se assistiu a uma reflexividade construída em *tempo real* que tomou conta das conversas e, de certa forma, da pesquisa.⁴ Os discursos no presente e acerca do futuro e, sobretudo, do passado, permitiram a construção do sentido dado aos cursos das vidas, fazendo da reflexividade não apenas instrumento mas também objecto de análise. As biografias de 52 jovens-adultos Portugueses foram contadas em directo e na primeira pessoa e estão situadas num tempo social específico. São indivíduos a caminho dos “30” ou recentemente lá chegados. São os adultos nascidos nos “anos 80”, que ainda se lembram de não saber muito bem qual o aspecto de um computador nem exactamente para que serviria; que conseguiram sobreviver à adolescência sem telemóvel; que acompanharam com espanto e imaturidade a Guerra do Golfo e o Massacre de Santa Cruz e que estrearam algumas das mais polémicas reformas dos ensinos secundário e superior. Mas estrearam também as mudanças profundas de configuração social fruto da (segunda) transição demográfica⁵, ou pelo menos, algumas das suas consequências: da relativa liberdade e direitos das mulheres, da litoralização e urbanização, da massificação do ensino superior, de terciarização do emprego⁶ e do crescimento das classes médias. A um nível mais global, viveram “em primeira mão” uma transição para a vida adulta contagiada pelo processo de globalização e da crescente

² Utilizando a terminologia de José Machado Pais em “Ganchos, Tachos e Biscates”, de 2001.

³ Essencialmente através do European Social Survey 2006 (ESS 2006), cuja amostra é constituída por 43 000 indivíduos. Esta análise está concentrada na parte II deste trabalho.

⁴ Cujas análise se concentra na parte III deste trabalho.

⁵ Usada aqui enquanto descrição de movimentos demográficos e não enquanto teoria (Bandeira, 1996: 34). A “afirmação da livre escolha do cônjuge como condição necessária para o êxito do casamento, pela acentuada conjugalização da família, pela democratização das relações entre os cônjuges e pela maior proximidade nas relações entre pais e filhos” (Torres, 2002: 255). Do outro lado do oceano, Goldscheider (1993, 1999) tem recorrentemente referido estes dois últimos aspectos como as mais importantes mudanças na família americana.

⁶ Apesar de tudo menos intenso na Grécia e nos restantes países do sul (bem como alguns países do leste Europeu) (Oliveira e Carvalho, 2010: 41).

internacionalização dos mercados (Mills e Blossfeld, 2005: 1). Viveram as importantes e incontornáveis mudanças sociais ao nível da família, da educação e da tecnologia que têm caracterizado as três últimas décadas. Mas vivem com os vestígios, em formato de expectativas e normas sociais, de uma transição para a vida adulta “baby boomerescas” e sem memória individual de um regime ditatorial.

De muitas coisas se têm apelidado, na comunicação social e/ou em vários campos disciplinares na academia, estes *novos adultos*⁷. Pela academia têm sido usados e criticados termos como *Emerging adulthood*⁸, *Young Adulthood*⁹, *Post Adolescence*, *Youthood* ou *Arrested Adulthood*.¹⁰ Os *media* preferem frequentemente o uso de expressões infelizes como *Adultolescents*¹¹ ou *kidults*¹², ou de moralismo, sarcasmo ou fatalismo nos títulos das suas reportagens como “Kids who refuse to grow up”¹³, “Hotel Mamã”¹⁴, “Geração Canguru” ou “Geração Perdida”¹⁵, abordando esta temática como se de uma tragicomédia se tratasse. Há ainda todo um vocabulário, com especificidades nacionais, dedicado exclusivamente aos jovens que permanecem mais tarde do que no passado (recente) em casa dos pais (e já também para os que tendo saído, a esta regressam): *boomerang kids*¹⁶, *KIPPERS*¹⁷ no Reino Unido, *mammone* em Itália, *nesthocker*¹⁸ na Alemanha, *sambo*¹⁹ na Suécia ou *hôtel famille*

⁷ Enquanto categoria, mais na óptica da psicologia do desenvolvimento, mas também da sociologia (por exemplo, em Blatterer (2009[2007]: 5).

⁸ Arnett (2000).

⁹ EGRIS (2001).

¹⁰ Côté (2000).

¹¹ Tyre citado por Furstenberg, Rumbaut e Settersten (2005: 5).

¹² Citado por Blatterer (2009[2007]: 20).

¹³ Herald Sun, 2003 citado por Blatterer (2009[2007]: 20).

¹⁴ 13 de Março de 2006, Reportagem SIC.

¹⁵ 10 de Janeiro de 2010, Público, de Ana Cristina Pereira, com Romana Borja-Santos. No entanto, parece começar a aparecer um novo conceito que recoloca a especificidade de uma geração no tempo social e histórico que vive e não numa espécie de identidade geracional ou futuro colectivo: Generation ‘R’, de Recessão (usada como tópico da Research Network Youth and Generation da European Sociology Association).

¹⁶ Ver a obra de Barbara Mitchell, “The Boomerang Age”, de 2006.

¹⁷ Que são siglas para “Kids In Parents' Pockets Eroding Retirement Savings”, cf. The Guardian, 9 de Dezembro de 2009, pp. 3.

¹⁸ Que significa “nest-stayer”.

¹⁹ Junção da palavra mãe com *sambo*, que é o diminutivo para ‘companheiro conjugal’.

em França.²⁰ Apesar desta popularidade nos *media*, e das explicações *prontas-a-consumir* por eles oferecidas, o tema da autonomia e da carreira habitacional no período da transição para a vida adulta permanece pouco estudado nas ciências sociais em Portugal.²¹

Este conjunto de novas alcunhas sociais surgem, por um lado, da incapacidade explicativa das categorias etárias e até mesmo das geracionais, em abarcar a complexidade da aparente “ambiguidade” e “imaturidade” dos indivíduos da tal categoria de jovens-adultos, situados entre dependência (financeira) e autonomia (pessoal).²² A insuficiência das categorias etárias para a cabal definição ou circunscrição desta nova categoria social resulta muitas vezes no mero alargamento das fronteiras etárias que, socialmente e através de políticas públicas gerais²³ ou temática e/ou territorialmente circunscritas²⁴, limitam a definição “apropriada” de juventude. Surgem, por outro lado, num tom de “pânico moral” idêntico ao que caracterizou os estudos sobre juventude nos anos 60 e em muito semelhante àquele que durante muito tempo se ouviu em torno da “crise da família”²⁵, relativamente ao qual os cientistas sociais se posicionaram numa tentativa de desconstrução. É, portanto, mais um exemplo do que se poderia chamar de *temporal-centrismo*, no âmbito do qual realidades contemporâneas são analisadas com os quadros de análise do passado. Não raras vezes,

²⁰ Boulanger, 2001 *citado por* Goldscheider e Goldscheider (1999:1).

²¹ Mesmo dentro da academia, os títulos dos artigos denunciam o mesmo “pânico moral”: “Still in the nest” (Cherlin, Scabini e Rossi, 1997; Nave-Herz, 1997), “‘When are the children going to leave home!’ Family culture and Delayed Transitions in Spain (Holdsworth, 2005), “‘Don’t you think you’re missing out, living at home?’ Student experiences and residential transitions” (Holdsworth, 2006), “The Nestlings” (Rossi, 1997), “Moving to ‘Age-Appropriate’ Housing” (Tulle e Mooney, 2002), etc..

²² A alteração de Janeiro de 2010 da idade máxima de acesso ao cartão jovem dos 26 para os 30 anos, fez com que muitos dos elementos do conjunto de entrevistados neste trabalho tivessem vivido um período de tempo excluídos da categoria de jovens, podendo voltar a dela fazer parte posteriormente. Assim, até a própria definição de juventude apresenta movimentos “yo-yo” (Pais, 2001).

²³ Como é o caso da alteração da idade limite do Cartão Jovem Português dos 25 para os 30 anos, em 2010, por via de uma decisão adoptada pela Assembleia Geral da European Youth Card Association (EYCA) em Outubro de 2007.

²⁴ Como é o caso do Porta 65 Jovem em Portugal - Incentivo para o arrendamento por jovens-, e dos programas e apoio a jovens artistas promovidos pela UNESCO.

²⁵ E “(...) da sua perda de funções, da incapacidade de contribuir para a integração social dos seus membros” (Almeida *et al.*, 1998: 45). Também ocorreu, nos anos 80 em Portugal, uma “ruptura nas representações sociais dominantes sobre a juventude. À juventude ‘militante’, ‘utópica’ e cultivadora da ‘solidariedade’ dos anos 60 e princípio dos anos 70, a *doxa* dominante contrapõe uma juventude mais ‘céptica’, ‘pragmática’ e ‘individualista’.” (Pais, 2003 [1993]: 34).

produz-se precisamente o olhar inverso. As conclusões instantâneas, *prontas-a-usar-e-divulgar* são de que os jovens de gerações passadas não eram reflexivos sobre os seus projectos de vida (lineares) e viveram as suas transições para a vida adulta numa espécie de “piloto automático” e os “jovens de hoje em dia” não querem assumir papéis ditos adultos, recusam-se a crescer e a tornar-se independentes na esfera da produção e não apenas na do consumo; em suma, a ideia de que uns agiam sem pensar e outros pensam sem agir. Ora, um dos objectivos deste trabalho foi precisamente o de injectar o que se poderia denominar de *relativismo temporal* às análises das transições para a vida adulta. Este *relativismo temporal* prestar-se-á, deste modo, a complexificar as conclusões dicotómicas, antagónicas e, neste entender, por vezes simplistas e redutoras, das mudanças nos cursos de vida ao longo dos tempos.

Se muitas vezes, em prol da simplificação, apelidei o tema deste projecto de doutoramento, enquanto decorria, de “transição para a vida adulta” ou de “saída dos jovens de casa dos pais”, na verdade o processo de pesquisa foi conspirando para que estes temas iniciais rebentassem pelas costuras. Passou-se, portanto, a olhar para a chamada transição para a vida adulta de uma forma *holística*, e com o objectivo de identificar as mudanças entre as continuidades sociais, os efeitos das variáveis produtoras de processos desiguais de acesso a oportunidades de construção biográfica, nomeadamente a escolaridade e o género, “zigzagueando” entre uma análise ao longo do tempo (*coortes* etárias) e ao longo do espaço (países europeus). Assim, não é só a marca do tempo que está patente no presente trabalho. A marca do espaço está também bem visível, até mesmo na própria estrutura deste trabalho e na divisão entre a parte II e a parte III. Estudar a especificidade de Portugal implica permitir a este trabalho ficar marcado pela(s) escala(s) a que se opta olhar para um determinado objecto. Nesta tese, este olhar foi bipolar e pretendeu essencialmente encontrar as coordenadas estruturais e individuais em que se podem situar os padrões transicionais portugueses em contexto europeu (Parte II), antes de as sujeitar a um *zoom* analítico-compreensivo e a uma metodologia biográfico-interpretativa que permite comparar e “misturar” e contrastar a *vida vivida* com a *vida contada* (Parte III).

Reproduzindo uma estrutura relativamente tradicional, este trabalho está dividido em três partes. A primeira parte, não as estancando, concentra a maioria das contribuições

teóricas que contribuem para os debates em torno das mudanças e continuidades dos processos envolvidos nas transições para a vida adulta, através da apresentação do lugar conceptual e analítico da perspectiva do curso de vida (capítulo 1), da heterogeneidade empírica e teórica em torno transição para a vida adulta na Europa e em Portugal (capítulo 2) e da crescente importância da autonomia habitacional (capítulo 3). A relevância própria das carreiras e transições habitacionais para a análise da dialéctica entre mudança e reprodução social é nesta primeira parte apresentada e defendida. Estas contribuições são revisitadas e operacionalizadas nos capítulos das secções seguintes. Ainda na Parte I, é apresentada uma sinopse metodológica, que permite ao leitor a percepção rápida de um mapa das diversas opções metodológicas tomadas nos vários capítulos. Dada a diversidade de técnicas, opções e preocupações metodológicas, a apresentação completa do desenho de pesquisa nesta primeira parte seria prematura e pouco inteligível (face à distância, em conteúdo e número de páginas, da sua respectiva operacionalização), e a total ausência de notas metodológicas iniciais seria igualmente desaconselhada. Esta pesquisa foi operacionalizada por um desenho de pesquisa caracterizado por *pluralismo metodológico*. Os pormenores relativos à complementaridade entre vários pontos de vista e de chegada metodológicos são expostos na parte I (no capítulo 4), enquanto que as especificidades, pertinência, potencialidades e limitações de cada um destes métodos de recolha e de análise de dados é apresentada nos inícios das partes II e III (capítulos 5 e 8, respectivamente).

A segunda parte recorre a dados europeus para a avaliação da heterogeneidade ao longo do tempo e ao longo do espaço dos *timings* (capítulo 6) e da sequência (capítulo 7) das transições para a vida adulta, através dos dados do European Social Survey (ESS 2006), muito especialmente do módulo “The Timing of Life: The Organisation of the Life Course in Europe” (Billari, 2005) onde, apesar de os dados não serem realmente longitudinais, algumas das preocupações relativas ao registo de dados desta natureza foram tidas em conta. As análises levadas a cabo, seja por via da técnica estatística específica utilizada (*event history analysis*), seja pela reconstrução dos dados numa nova matéria-prima, a saber, em sequências de transição para a vida adulta, foram capazes de colocar em novas perspectivas o carácter holístico das transições para a vida adulta e as questões sobre sincronização e *desestandardização* do curso de vida.

Na terceira parte deste trabalho usam-se os materiais recolhidos em entrevista com 52 jovens adultos, usando uma metodologia biográfico-interpretativa para a sua análise, isto é, comprando e “misturando” a *vida vivida* com a *vida contada*. Mantendo o objectivo de analisar as várias esferas de transição simultaneamente e a forma como estas são

interdependentes, os capítulos desta parte III estão organizados não por esfera da transição (por exemplo, escola e trabalho, conjugalidade e família, etc.), ou por dimensão temática, mas sim remetendo para diferentes tradições ou olhares teórico-metodológicos. Assim, no capítulo 9 analisa-se a forma como a saída de casa dos pais está sincronizada, por um lado, com as outras esferas da vida, em especial a amorosa e a profissional e, por outro lado, com posturas e atitudes face ao trabalho e face ao tipo de ocupação da casa (arrendamento, compra ou ambos consoante a fase de vida). Esta análise baseia-se na informação recolhida nos calendários de vida e nas histórias de vida que foram contadas através deles. No capítulo 10 identificam-se, entre as singularidades e as regularidades dos cursos de vida, alguns dos chamados *turning points*, responsáveis por redireccionamentos vários dos cursos de vida durante o período de transição para a vida adulta. Por fim, explicando de que forma esta tese atravessa a paleta analítica da perspectiva do curso de vida, abordando a transição para a vida adulta em Portugal e na Europa a partir de diferentes perspectivas metodológicas, e fazendo um breve resumo desse itinerário, concluí-se esta tese, tanto quanto é possível concluir acerca de temas desta natureza.

Parte I

Perspectiva do curso de vida e Transição para a vida adulta

1.

A PERSPECTIVA DO CURSO DE VIDA: SITUANDO A PESQUISA

The transition to adulthood can be viewed as a process with social and demographic passages from the educational system to the labour market and from the parental household to the individual's own household. The period around the transition to adulthood is demographically 'dense', that is, it encompasses a high density of demographic events (Rindfuss, 1991). (...) Clearly, such an orientation calls explicitly for the adoption of the life course perspective.

Francesco C. Billari (2001) *The Analysis of Early Life Courses: complex descriptions of the transition to adulthood*, pp. 119

A essência teórico-analítica da perspectiva do curso de vida permite situar a presente pesquisa na sua relação com o objecto²⁶ e com o pluralismo metodológico²⁷ por ela proposto e permite ainda, pela bidimensionalidade da atenção dedicada aos dois níveis de análise,²⁸ colocar a dicotomia teórica das biografias *prontas-a-viver* e das de *self-service*²⁹ no centro dos debates em torno da individualização (Giddens, 2001 [1991], Beck, 1992). Esta perspectiva abarca, por um lado, os conceitos das transições de estatutos (ou eventos) e das trajetórias na análise do *timing* e duração da passagem para a *adulthood* (Billari, 2001) e, por outro, a relação entre as regulações institucionais e as decisões individuais (Heinz, 2009: 3). Os princípios teóricos e metodológicos do paradigma do curso de vida facilitam ainda a operacionalização das várias direcções da pesquisa desenvolvida e aqui apresentada. Tal sucede precisamente porque a

²⁶ Ponto 1.1 deste capítulo.

²⁷ Ponto 1.2 deste capítulo.

²⁸ Isto é, a institucionalização e a individualização do curso de vida. Esta perspectiva consegue dar protagonismo à individualização e à modernidade, mas simultaneamente manter a atenção pelas teorias geracionais e de reprodução social.

²⁹ Biografias normais ou "standard" versus biografias de escolha ou únicas, aspecto desenvolvido no ponto 1.4.

emergência da sociologia do curso de vida tem oferecido, nas três últimas décadas, o “terreno mais fértil para a análise das dinâmicas, heterogeneidade, génesis e resultados das transições” (George, 1993: 369), sendo as transições para a vida adulta as mais centrais (Pollock, 2002). Desta forma, este capítulo utiliza a perspectiva do curso de vida e a pesquisa desenvolvida para uma apresentação recíproca.

Antes de avançar é necessária a apresentação da dupla função do *curso de vida* e da distinção conceptual deste enquanto “fenómeno” ou “constructo” a ser descrito ou explicado e enquanto “teoria” ou orientação teórica (Dannefer, 2002: 647; Elder e O’Rand, 2009: 431; George, 1993: 358). Segundo Dannefer, o curso de vida deve ser encarado de dois ângulos: por um lado, enquanto “constructo” a ser descrito ou explicado, e por outro, enquanto teoria explicativa que propõe “o uso das experiências passadas como meio de estudar os resultados subsequentes” (2002: 647). Tal estratégia envolve identificar as mudanças, ao nível individual, ao longo da vida, e explorar até que ponto os eventos podem ser previstos ou interpretados à luz dos acontecimentos ou condições experienciadas no passado, supondo um espécie de “efeito dominó” entre o passado, o presente e o futuro (Mitchell, 2007 [2006]: 5). Enquanto estratégia explicativa, a perspectiva do curso de vida tem como objectivo a compreensão da forma como as condições da ocorrência de determinados eventos influenciam a direcção do curso de vida (Dannefer, 2002: 653). Enquanto “constructo” a ser analisado, a atenção tem sido dirigida para a organização da biografia, nomeadamente no que se refere à estrutura etária da sequência dos acontecimentos, especialmente no âmbito da demografia (Dannefer, 2002: 647), que mais rapidamente do que outras disciplinas se apropriou deste tipo de dados e do tipo de análise a eles inerente (Elder e Giele, 2009: 6).

Elder, Johnson e Crosnoe consideram, porém, que apenas a função de “orientação teórica” deve ser assumida, isto é, que a perspectiva do curso de vida deve ser entendida como um campo de “inquirição comum que providencia um quadro analítico para análises descritivas e explicativas” (2002: 4), ou como um “quadro que guia a investigação em termos da identificação e formulação do problema, da selecção das variáveis e da estratégia de desenho e de análise” (Elder e O’Rand, 2009: 431) e não como objecto de estudo teoricamente construído pelo investigador. Elder, Johnson e Crosnoe chamam mesmo a atenção para a confusão conceptual que ocorre do facto de se encarar o “life course” como um “constructo” e não exclusivamente como orientação teórica. Esta confusão conceptual teve como consequência uma utilização indiferenciada e errada, de outros termos como “life span”, “life history” ou “life cycle” (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002; O’Rand e Kreckler, 1990). Esta “economia linguística” (Adams, 1979 *citado por* O’Rand e Kreckler, 1990: 242) é

criticada por Elder, que recusa o estatuto de sinónimos a estes termos. Elder, Johnson e Crosnoe referem que um estudo do “life span” apenas define o intervalo temporal do objecto de estudo, neste caso, bastante longo e a abarcar a quase totalidade do tempo de vida; enquanto que “life history” é definida enquanto instrumento metodológico que recolhe cronologia exacta das actividades e eventos ao longo da vida e que o “life cycle”, por sua vez, tem sido utilizado para descrever uma determinada sequência dos eventos da vida, especialmente no que se refere ao processo reprodutivo de uma geração para a outra e não considera o contexto histórico nessa análise (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 4-9). O ciclo de vida supõe a existência de “estações na vida do indivíduo” (Levinson, 1978). A natureza do conceito de “tempo” do ciclo e do curso de vida é também muito diferente. Para o ciclo de vida, o tempo é cíclico e repetitivo, como o de um relógio enquanto que para o curso de vida o tempo é uma “seta”, que atravessa os processos de mudança social (Gould, 1987 *citado por* O’Rand e Kreckler, 1990: 258).

Neste capítulo são apresentadas as várias potencialidades teóricas e metodológicas da perspectiva do curso de vida, utilizadas directamente na presente pesquisa. Entende-se, portanto, a *perspectiva do curso de vida* essencialmente enquanto “orientação teórica”-analítica e não enquanto tanto enquanto “constructo”, como é mais habitual na literatura portuguesa.³⁰ Não obstante, será igualmente feita uma análise da “estrutura e organização da biografia” que Dannefer atribui ao curso de vida enquanto “constructo” (2002: 647). Assim, ao encontro de alguns dos objectivos de Machado Pais na sua obra *Culturas Juvenis*, com esta pesquisa tentou apanhar-se “a convergência, *num* dado momento da existência dos jovens, de diferentes ordens “determinantes” – económicas, sociais, culturais e temporais – que levam à constituição de *conjunturas biográficas* marcadas por uma certa singularidade que, por sua vez, estão na base de trajectórias específicas, pessoais e sociais, e de diferentes formas de transição para a vida adulta” (Pais, 2003 [1993]: 75).

A emergência desta *perspectiva* (enquanto orientação teórica), apesar de já não ser propriamente recente e de estar bastante amadurecida em países como os Estados Unidos³¹ ou a Alemanha³², onde os princípios teóricos foram mais discutidos e, posteriormente, em países

³⁰ Veja-se como excepção as obras de Machado Pais, especialmente *Culturas Juvenis* (2003 [1993]).

³¹ Tendo bases como o “General Social Survey”, o “High School and Beyond”, o “Michigan Study of Adolescent Life Transitions”, o “Monitoring the future”, entre outros (Settersten, Fursteberg e Rumbaut, 2005).

³² Tendo bases de dados como “German General Social Survey”, “German Sócio-Economic Panel” ou o “German Life History Study”, entre outras.

com forte tradição de métodos quantitativos e/ou com forte presença disciplinar da demografia, não se tem repercutido, com visibilidade, nas pesquisas em contexto português.³³ A recepção em Portugal de algumas das obras de referência para a perspectiva do curso de vida foi reencaminhada para o campo dos *métodos* qualitativos e para questões relacionadas com a história oral ou memória colectiva ou individual (como será o caso da obra de Thomas e Znaniecki, 1984 [1928]).

A perspectiva do curso de vida tem, portanto, no interior das ciências sociais, o seu próprio percurso específico, embora tenha tido poucos espectadores ou seguidores em Portugal. A obra de Thomas e Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (1918-1920)³⁴ é considerada pelos “arquitectos” da perspectiva do curso de vida, como o primeiro alerta importante lançado sobre a necessidade de desenvolver estudos longitudinais e de manter um registo das histórias de vida (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 3). É, aliás, reconhecido como o “ponto 0” da rápida evolução e dispersão (geográfica e metodológica) que esta perspectiva sofreu. A propósito da validade e utilidade do registo da história individual (passada), Thomas e Znaniecki referem que “os registos de vida individuais, tão completos quanto possível, constituem o tipo *perfeito* de material sociológico, e que se as ciências sociais têm que usar outros materiais é apenas devido à dificuldade prática em obter um número suficiente destes registos e ao enorme volume de trabalho exigido pela análise adequada dos materiais pessoais necessários para a caracterização da vida de um dado grupo social” (1984 [1928]: 294).³⁵ O cruzamento entre a história social, que começou a desenvolver-se nos anos 50, e a demografia histórica cujos registos eram de natureza individual, foram fundamentais para a emergência da perspectiva do curso de vida. E esta obra é, por isso, considerada como o primeiro compromisso sociológico a reunir o individual e o social, em muito devido à distinção entre “os factores objectivos da situação e a interpretação subjectiva dessa mesma situação”³⁶ (Chamberlayne, Rustin e Wengraf, 2000: 2). Aliás, anteriormente à articulação da ideia de “curso de vida”, a escolha de métodos a usar era

³³ Sendo utilizada, em alguns centros de investigação, enquanto *constructo* em pesquisas que abordam um determinado tema “over the life course”, confundindo-o, por vezes, com comparações entre *coortes* etárias. E com a excepção, já referida, de obras de Pais (2001, 2003 [1993]).

³⁴ E, embora com muito menos frequência e muito concentrada na literatura americana, a obra *The American Soldier*, de 1949, da autoria de Stouffer *et al.*.

³⁵ As vantagens da utilização das fichas de eventos individuais utilizadas na presente pesquisa serão mais pormenorizadamente apresentadas no capítulo 8.

³⁶ Distinção que outros autores vieram chamar entre a “life lived” e a “story told”, desenvolvida no capítulo 8 a propósito do desenho metodológico.

dicotómica (e não num *continuum*): ou através de uma “snapshot” que analisava o impacto do contexto social no indivíduo, ou através de uma análise “movie-like”, dinâmica e temporal que registasse a história de vida ao longo da vida (Giele e Elder, 1998: 6).³⁷ A perspectiva e modelo do curso de vida emergiu, portanto “da confluência de várias correntes teóricas e empíricas de pesquisa, relacionando mudança social, estrutura social e acção individual (Giele e Elder, 1998: 6).

Desde então diferentes e importantes obras têm vindo a assinalar a lacuna do “estudo da biografia, da história e dos problemas da interacção destas com a estrutura social”, como é o caso da obra de Wright Mills, de 1959 (p.149 *citado por* Elder, Johnson e Crosnoe 2002: 3-4). Mesmo durante este período, a literatura sociológica europeia e americana, bem como a organização das disciplinas académicas, não faziam referência ao curso de vida (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 4).³⁸ Embora nos anos 60 o clima científico começasse a ser favorável ao desenvolvimento dos estudos longitudinais e ao desenvolvimento do principal método de recolha, a “age-event matrix” (Elder e Giele, 2009: 2-7; Mitchell, 2007 [2006]: 15), mas também da biografia enquanto narrativa subjectiva, da geração como construção cultural, do curso de vida enquanto estrutura social e da *coorte* etária como conceito demográfico (Mayer, 2009: 2); só nos anos 80, depois de um período de certa controvérsia em torno desta perspectiva nos anos 60 (Giele e Elder, 1998b: ix), é que se começou a formar consenso em torno das diferenças que separam o ciclo de vida do curso de vida, dando especificidade e autonomia ao último. Foram, segundo Elder, três os factores que favorecerem o crescimento e distinção da perspectiva do curso de vida após os anos 60. Primeiro, a consciência e sensibilidade renovada face à relação entre mudança social e os cursos de vida individuais; em segundo lugar, vários desenvolvimentos teóricos baseados na compreensão da idade na sociedade e na história e, por último, a interacção mais próxima entre a teoria e a empiria (Elder, 1985: 24).

Desde então, “o volume, qualidade e sofisticação das pesquisas do curso de vida têm aumentado drasticamente” (George, 2002: 671), embora se possa afirmar que a perspectiva do curso de vida enquanto orientação teórica se tenha desenvolvido e consolidado muito mais rapidamente do que enquanto perspectiva metodológica (Giele e Elder, 1998b: xiii). Nos anos 90, a perspectiva do curso de vida já era recorrentemente denominada como um paradigma

³⁷ Machado Pais também usa esta analogia entre a fotografia (estático) e o filme (movimento temporal) (Pais, 2003 [1993]: 75).

³⁸ A literatura e a academia sociológica, em Portugal, ainda não o faz directamente, com a excepção das obras já referidas, de Machado Pais.

emergente, com teoria e métodos distintivos (Mitchell, 2007 [2006]: 16). Actualmente, o estudo do curso de vida atravessa já as fronteiras disciplinares da sociologia, da psicologia e da história (Giele e Elder, 1998: 5); campos temáticos como o envelhecimento, o desenvolvimento humano e a demografia familiar; e fronteiras culturais entre América do Norte Europa e Ásia (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 4). Embora pluridisciplinar, a sociologia é o campo que mais concentra estudos nesse âmbito (Billari, 2009: 84-85). Para sumarizar o percurso da perspectiva do curso de vida nas ciências sociais podem usar-se as palavras de Billari, que afirma que o “life course has come of age” (2009:83).

É também necessário referir a importância do tempo, enquanto unidade de registo individual, social e histórico e enquanto variável dependente. A ordem temporal dos eventos é uma premissa absolutamente fundamental desta perspectiva. Não levar a temporalidade a sério seria, aliás, confinar as actividades sociológicas a um “intemporal reino de abstracção” (Robert Nisbet, 1969 *citado por* Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 5). A atenção dirigida ao tempo pode ser retrospectiva ou prospectiva (Hogan e Goldscheider, 2002: 683, Scott e Alwin, 1998: 103-107), sendo os estudos retrospectivos (em conjugação ou não com os prospectivos) os mais comuns e úteis na explicação de fenómenos (da vida vivida). De facto, no âmbito da demografia, é reconhecido que a análise do processo sequencial da tomada de decisões está na essência da perspectiva do curso de vida (Hogan e Goldscheider, 2002: 688).

Embora a pesquisa em que se baseia o presente trabalho tenha, no que se refere às fontes primárias de dados, as duas direcções do tempo (retrospectivo e prospectivo³⁹), é claramente a vida já vivida e a forma como o indivíduo a ela dá forma e sentido, no momento presente, que está aqui em sobre-representação. Não é apenas a recolha dos dados que é retrospectiva, mas também, com muito mais importância do ponto de vista analítico, a interpretação que os indivíduos dela fazem, construindo um “presently understood past” (O’Rand, 1998: 73), influenciado pelas circunstâncias e condições de vida presentes (Scott e Alwin, 1998: 105). Um dos problemas mais comuns da recolha retrospectiva de dados é o da falta de memória rigorosa relativamente aos aspectos a serem registados (Scott e Alwin, 1998: 118). Essa preocupação não se reflectiu na presente pesquisa⁴⁰, por duas ordens de motivos: a primeira está relacionada com o facto de os entrevistados serem “jovens” e do seu passado, sobre o qual a entrevista se baseia, apesar de poder ser denso, ser bastante próximo, estar presente nas suas memórias e, por isso, não suscitar muitas dúvidas sobre a ordem dos

³⁹ Relativamente a expectativas ou aspirações sobre o futuro (Scott e Alwin, 1998: 105).

⁴⁰ Relativamente às fontes primárias (parte III da tese).

eventos; a segunda ordem de motivos prende-se com o facto de o registo cronológico de vários eventos escolares, amorosos, profissionais e habitacionais ser feito em momento de entrevista e corrigido à medida que a história vai sendo contada. A ficha de eventos funciona, além disso, como *aide-memoire* (Berney, 2003: 14, Freedman, 1988: 66, Parry, Thomson e Fowkes, 1999).

1.1 Sobre o *paradigma teórico*

Any point in the life span must be viewed dynamically as the consequence of past experience and future expectation.

Janet Z. Giele e Glen H. Elder Jr., (1998), *Methods of the Life Course Research. Qualitative and Quantitative Approaches*, pp. viii

É pouco discutível a atribuição da paternidade⁴¹ da perspectiva do curso de vida a Glen H. Elder Jr. e o rápido desenvolvimento técnico-metodológico das três últimas décadas.⁴² As camadas temporais e os princípios orientadores por ele identificados são ainda hoje reconhecidos na academia e utilizados na investigação (como princípios teóricos ou hipóteses de pesquisa) nos campos da sociologia, da história, da demografia, etc.. Têm ainda um poder analiticamente conciliador entre várias correntes. Assim, para autores de outras correntes teóricas a perspectiva do ciclo de vida “se aplica com mais rigor a contextos não modernos do que aos modernos” (Giddens, 2001 [1991]:13), concordando com O’Rand e Krecker que afirmam que a perspectiva do ciclo de vida é mais relevante para a “análise da ordem social e do equilíbrio de processos, do que para o estudo da mudança social” (O’Rand e Krecker, 1990: 258).

De facto, o curso de vida, enquanto paradigma teórico, é uma actualização analítica do chamado “ciclo de vida” (life cycle anteriormente referido). A “sociologia da idade foi gradualmente mudando o seu foco de etapas particulares da vida, como a velhice ou a juventude, para olhar para o processo de envelhecimento como contínuo e mais difícil de classificar em termos de expectativas de papéis sociais” (Giele e Elder, 1998: 1), que caracterizava o entendimento do “ciclo de vida”. Foram essencialmente desenvolvidos estudos no âmbito da psicologia do desenvolvimento, que se centrava no “desenvolvimento individual num ‘curso de vida típico’” (Elder e Giele, 2009: 6), muito baseado no “ciclo familiar” (Elder e Giele, 2009:10).

⁴¹ Bem como manutenção e actualização temática e metodológica (ver Elder e Giele, 2009).

⁴² Particularmente no que se refere aos métodos quantitativos e às técnicas importadas para as ciências sociais como a “event history analysis” (ver Blossfeld e Rohwer, 2002 e Mills, 2011) ou a “multiple sequence analysis” (ver Pollock, 2007).

Num contexto em que o *ciclo de vida*, enquanto instrumento analítico, se tornava permeável aos episódios menos previsíveis e mais desarrumados, do ponto de vista cronológico, das vidas modernas, deixando-os escapar pelos buracos das suas grelhas de análise, a perspectiva do curso de vida veio permitir um olhar sistemático para uma sucessão de acontecimentos com uma organização mais variada, mais dificilmente previsível e repetível ao longo das gerações, em suma, menos cíclica. A perspectiva do ciclo de vida, mais do que um instrumento analítico, equivale a uma teoria que tem como um dos pressupostos uma determinada ordem e densidade para os acontecimentos. Se se encarar, como Machado Pais, esta teoria como sendo composta por “redes que se lançam aos factos” (2003 [1993]: 15), pode afirmar-se que estas já não seriam capazes de trazer para a tona os processos de transição para a vida adulta contemporâneos.

É certo que a perspectiva centrada no ciclo de vida facilitou a compreensão da interconexão (inter)geracional das trajectórias de vida. Mas ao basear-se numa sequência precisa de papéis sociais (pré-definidos), nomeadamente familiares e parentais,⁴³ produz um olhar inflexível para os *timings* dos acontecimentos, fazendo do modelo analítico das “etapas da vida” um quadro de valores quase morais, baseado em expectativas etárias. Assim sendo, a análise basear-se-ia no poder de encaixe da realidade a uma grelha analítica e cronológica rígida, e a interpretação estaria limitada à compatibilidade entre ambas e menos centrada na sequência (cronológica e causal) dos acontecimentos e nos processos nela envolvidos. Baseava-se, portanto, numa sucessão previsível de acontecimentos, repetíveis pela mesma ordem, ao longo das gerações. Ora, a *desestandardização* do curso de vida, ou a mera possibilidade do seu teste, torna a perspectiva do ciclo de vida obsoleta no contexto contemporâneo. A perspectiva do ciclo de vida, enquanto instrumento analítico, está desactualizada e forçá-la à modernidade tardia poderia levar à produção de interpretações erradas ou incompletas sobre a evolução dos processos de transição para a vida adulta.

Life course refers to a sequence of socially defined events and roles that the individual enacts over time. It differs from the concept of the life cycle in allowing for many diverse events and roles that do not necessarily proceed in a given sequence but that constitute the sum total of the person's actual experience over time.

Janet Z. Giele e Glen H. Elder Jr., (1998), *Methods of the Life Course Research. Qualitative and Quantitative Approaches*, pp. 22

⁴³ Isto é, desde o nascimento dos filhos à saída destes de casa para eventualmente começarem estes últimos novamente o ciclo (Elder, 1998: 5).

A perspectiva do curso de vida permite, desta forma, desviar a atenção para a identificação da diversidade de ordem, ritmos, sobreposições dos eventos demográficos⁴⁴ ao longo da vida e entre *coortes* etárias. O tempo é, então, o factor mais forte e o denominador comum aos princípios orientadores desta perspectiva. São três os tempos envolvidos na análise do curso de vida: individual, social (ou *geracional*) e histórico (Mitchell, 2007 [2006]: 17).⁴⁵ O tempo individual refere-se ao desenvolvimento cronológico, enquanto índice do estado de envelhecimento do indivíduo, enquanto influência no posicionamento face a papéis sociais, direitos e deveres na sociedade (Elder, 1975: 165 e 186, 1994: 5-6; Settersten e Mayer, 1997; Mitchell, 2007 [2006]: 17). A cronologia do indivíduo é geralmente descrita como “idade”, existindo uma grande tradição de análises da estrutura etária do curso de vida. Além disso, “ao se estudar as vidas ao longo de períodos de tempo substanciais aumenta-se o potencial de associação entre mudança social e desenvolvimento individual” (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 15). Só através de uma análise que atravesse o tempo individual se pode avaliar e compreender a importância dos eventos “cumulativos” na ocorrência e *timing* de um determinado acontecimento de vida (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 15). O tempo social, ou geracional (Mitchell, 2007 [2006]: 17), por seu turno, refere-se ao calendário de vida socialmente ditado, contagiado pelos sistemas de valores etários e sociais em que se circunscreve uma determinada acção humana (Elder, 1975: 165 e 186; 1994: 6; Settersten e Mayer, 1997). O tempo histórico refere-se aos contextos históricos específicos e a mudanças sociais de nível macro (políticas, económicas, militares ou tecnológicas, etc.) em que os dois tempos anteriores ocorrem, isto é, ao mosaico social geral onde o tempo individual e o social se situam (Elder, 1975: 186; Settersten e Mayer, 1997; Mitchell, 2007 [2006]), marcado por grandes acontecimentos à escala global (como a grande depressão económica estudada por Elder na obra *Children from the Great Depression*).

Existem também dois blocos de focos de interesse que a perspectiva do curso de vida tem suscitado. Um deles é no curso de vida propriamente dito e é menos comum do que o que se dedica a explorar tematicamente a adequabilidade histórica dos princípios orientadores da perspectiva do curso de vida, que se abordará de seguida (George, 2002: 672-673). Na análise do curso da vida propriamente dito, o enfoque tem recaído na descrição dos contornos deste curso consoante a sua variabilidade geográfica e temporal; na emergência histórica do curso de vida como padrão de vida acompanhado de normas sociais e etárias bem como de

⁴⁴ E eventos de outra natureza, se se atender à tradição mais qualitativa.

⁴⁵ Na presente pesquisa, são quatro as temporalidades analisadas relativamente às transições: *timing*, duração, sequência e interrupções (os chamados “turning points”).

condições sociais; na análise das várias formas em que os acontecimentos ou condições históricas alteram o curso das vidas; na análise da heterogeneidade do curso de vida pelas características ou condições sociais que geram essa diversidade (como o género ou a “raça”) (George, 2002: 672-673). O segundo bloco de pesquisas desenvolvidas sob a perspectiva do curso de vida debruça-se mais na aplicação temática de princípios teóricos orientadores. Os temas com maior tradição neste sentido são a estratificação social, trabalho e reforma, e saúde. A interpretação dos resultados destas pesquisas incluem geralmente uma discussão em torno de como os resultados reflectem condições históricas e de nível macro-social.

Princípios orientadores

The life course is not a systematic theory, it probably never will be, and that is probably okay. What is lost in the rigor of theory is gained in the flexibility of a paradigm.

Michael J. Shanahan e Ross MacMillan (2008), *Biography and the Sociological Imagination. Contexts and Contingencies*, pp. 279

É vasta a literatura que enuncia os quatro princípios orientadores da perspectiva do curso de vida, identificados por Elder, e é evidente o consenso que estes reúnem entre os investigadores, talvez pela flexibilidade que assumem relativamente a outras perspectivas teóricas, bem como pela operacionalidade metodológica que proporcionam. Juntos, estes princípios promovem um “entendimento holístico das vidas ao longo do tempo e em vários contextos sociais em mudança (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 13). Além disso, como referem Giele e Elder, estes princípios “guide life course research, in particular, a bidirectional focus on social change as studied through life events and transition rates of particular individuals and groups. Questions ask how certain individuals have been affected by social change and also how life course situations of some groups actually help to produce social change” (1998: 1).

Agência

O princípio da agência baseia-se no facto de os “indivíduos construírem o curso da sua própria vida através das escolhas e acções que fazem entre as oportunidades e constrangimentos das circunstâncias históricas e sociais” (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002, 11-14). O enfoque da análise pode ser duplo, isto é, focado na forma como os contextos sociais e históricos alteram as vidas individuais e/ou na forma como a agência humana modifica as estruturas sociais (George, 2002: 672). Alternativamente, este princípio é também

denominado de “orientação por objectivos” (Giele e Elder, 1998:10). Em suma, “the motives of persons and groups to meet their own needs result in their actively making decisions and organizing their lives around goals such as being economically secure, seeking satisfaction, and avoiding pain” (Giele e Elder, 1998: 10).

Localização histórica e cultural

Segundo este princípio, “o curso de vida individual está incorporado e é construído pelos tempos e sítios históricos experienciados ao longo da vida” (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002, 11-14). Assim, o curso de vida emerge da intersecção entre biografia individual e contexto social (George, 2002: 672). Este princípio baseia-se na importância do significado histórico da idade enquanto ano de nascimento, na medida em que as pessoas que nascem num determinado ano têm uma experiência histórica particular e um leque de oportunidades de vida que depende igualmente da sua localização geográfica (Elder e Giele, 2009: 9). Como refere George, “life course perspectives are attentive to macro-micro linkages—a core issue in the discipline that is frequently ignored empirically” (2002: 672). A vida é então marcada pelo tempo e pelo espaço (ver figura 1.1: Elementos do paradigma do curso de vida). A combinação destas coordenadas fabricam ou mantêm as condições desiguais de acesso à estrutura de oportunidades e constrangimentos da acção (iterativa, longitudinal e interligada) que condicionam o *timing* das transições e eventos (Elder e Giele, 2009). Este princípio refere-se ao nível macro sociológico do curso de vida (ver quadro 1.1: Distingões analíticas e conceitos no estudo do curso de vida), estruturalmente caracterizado pela institucionalização do curso de vida como um conjunto de regras, estatutos e papéis sociais e culturalmente caracterizado pelas representações e ideologias colectivas em torno das biografias (Buchman, 1989: 16).

Timing of lives

One of the key insights of the life course research is that people’s lives are uniquely shaped by the timing and sequencing of life events.

Jacqueline Scott e Duane Alwin (1998), *Retrospective Versus Prospective Measurement of Life Histories in Longitudinal Research*, pp. 98

O conceito de “timing of lives” operacionaliza a articulação do tempo individual, social e histórico referidos anteriormente, constituindo-se pela conjugação entre o tempo social e o tempo individual, referindo-se assim à frequência, duração e sequência dos papéis sociais e simultaneamente, às expectativas e valores inerentes à idade (Elder, 1994), analisando o evento no lugar temporal que ocupa (mais cedo ou mais tarde do que outras pessoas ou do que

o esperado) (Elder e Giele, 2009: 10), através das temporalidades da duração, sequência e *timing* (George, 2002: 672). O compromisso ou negociação entre duas formas de temporalidade, a individual e a social, é como que um “tempo de sincronização” a propósito do qual Machado Pais refere que “de um lado, temos um tempo de transição, que pauta a assunção e o abandono por parte dos jovens de diferentes papéis sociais; de outro lado, temos um tempo de sincronização (outra forma de temporalidade) entre trajectórias individuais e familiares.” (2003 [1993]: 73).⁴⁶ Este princípio baseia-se na ideia de que os antecedentes e as consequências dos eventos transicionais variam de acordo com o *timing* que estes ocuparam na vida dos indivíduos (alguns dos exemplos desta ideia podem ser a entrada no sistema militar, a morte do cônjuge, a imigração, a maternidade, etc.). Alternativamente, este princípio é associado ao conceito de “adaptação estratégica, que pode ser activa e passiva (Giele e Elder, 1998: 9-10, Elder e Giele, 2009: 14). Thomas e Znaniecki denominam este processo de adaptação como “a solução para uma situação” (*citado por* Mitchell, 2007 [2006]: 19). Este princípio vai ao encontro de uma das premissas da tese da individualização (Giddens, 2001 [1991], Beck, 1992), nomeadamente da *desestandardização* do curso de vida.⁴⁷

Linked lives

Each generation is bound to fateful decisions and events in the other's life course.

Glen Elder (1994), *Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course*, pp. 6

A influência recíproca também se estabelece de forma circunscrita ao nível micro, isto é, as acções individuais não produzem apenas efeitos nas estruturas, mas nas acções individuais de outros numa espécie de “acção-reacção”. Na terminologia de Elder, este princípio é denominado de “linked lives” (1994: 6), considerado por este autor como o princípio mais central da perspectiva do curso de vida, enfatizando as consequências trans e intergeracionais dos acontecimentos e das opções de vida dos indivíduos. Desta forma, as transições de nível individual provocam outras transições do mesmo nível, noutros indivíduos. Alternativamente, o autor também associa a este conceito o nível da integração social na compreensão dos

⁴⁶ O maior obstáculo à operacionalização do carácter longitudinal da vida é a dificuldade em recolher ou aceder a dados extensivos desta natureza. As limitações dos dados da fonte secundária do European Social Survey, desenvolvido na parte II, e dos dados de fonte primária desenvolvidos na parte III, serão apresentadas nos capítulos 5 e 8, respectivamente.

⁴⁷ A “prolongada” co-residência com os pais pode ser considerada uma estratégia de adaptação dos jovens adultos, que lhes permite uma preparação bem sucedida para uma posterior autonomia habitacional (Mitchell, 2007 [2006]: 20).

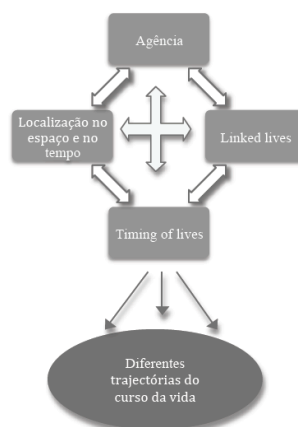
fenómenos (Giele e Elder, 1998:9). Assim, a perspectiva do curso de vida envolve directamente a pesquisa das vidas vinculadas, reconhecendo, portanto, a importância das relações sociais em todas as áreas da vida (George, 2002: 672).

O exemplo da saída de casa dos pais é um excelente exemplo desta relação intergeracional provocada por acontecimentos ou decisões de uma das gerações: a decisão individual de saída de casa dos pais e a conquista de uma autonomia habitacional provoca alterações profundas na relação entre os familiares ex-co-residentes e entre o casal dos progenitores que permanece em casa (o chamado ninho vazio). Jones, por exemplo, chama à saída de casa um fenómeno de “family enterprise” (Jones, 1995) na medida em que tanto as causas (o *timing*, destino e motivo da saída) como as consequências deste fenómeno atingem directamente os membros e a relação entre eles, enquanto que Derosas (2004) fala em “equação doméstica”. Jones e Wallace chegam mesmo a afirmar “the shifts in the family relationships are likely to be stressful for everyone (and state policies should therefore take care not to upset delicate balances)” (1992: 90). Resumindo estes quatro princípios, e usando as palavras de Gecas:

The course of our lives is shaped by many forces and events, not the least of which by ourselves. For good and bad, we are to large extent architects of our life course. Within the constraints imposed by biology, history, social structure, good and bad fortune, and other factors we may or may not be aware of, we try to control the direction of our lives by exerting our will, pursuing our goals, and affecting our circumstances. While we are indeed products of social and physical forces, we are also causal agents in the construction of our environments and ourselves.

Viktor Gecas (2002), *Self-agency and the Life Course*, pp. 369

Figura 1.1: Elementos do paradigma do curso de vida



Fonte: Giele e Elder, 1998:11.

1.2 Sobre o pluralismo metodológico

Aquilo que neste trabalho se optou por denominar por “perspectiva do curso de vida”⁴⁸ abarca na verdade várias distinções internas entre: o curso de vida enquanto paradigma teórico (ponto 1.1 deste capítulo), a sua vertente analítico-metodológica, e ainda os dois níveis de análise, estrutural e cultural (associados à institucionalização e individualização do curso de vida, respectivamente, apresentados no ponto 1.3 deste capítulo). Como referem Mayer e Schoepflin, “a emergência da teoria e da investigação em torno do impacto do Estado na estruturação do curso de vida constitui-se como uma nova perspectiva analítica e não como uma área especializada de investigação” (1989: 187). Machado Pais também considera o curso de vida uma “perspectiva metodológica” (1990: 89). Nesta secção apresenta-se a vertente analítica desta perspectiva, o seu carácter longitudinal e a pluralidade de métodos e técnicas que pode mobilizar na recolha e análise do material, em suma, apresenta-se o paradigma do curso de vida enquanto “perspectiva meta-teórica” (Featherman e Lerner, 1985 *citado por* Giele e Elder, 1998: 21). A forma como esta perspectiva se tem construído é, aliás, resultado da forma como o desenvolvimento dos próprios dados, dos métodos e da teoria se têm influenciado mutuamente nos últimos 40 anos (O’Rand, 1998: 71).

Da mesma forma, o pluralismo teórico que, como já foi referido, caracteriza a perspectiva do curso de vida, teve como consequência um pluralismo metodológico, que inclui as histórias de vida, a revisão de vida, os painéis prospectivos, os estudos de follow-up, a demografia histórica, os métodos de história de eventos, etc. (O’Rand, 1998: 69). Estes desenvolvimentos teóricos e metodológicos traduziram-se igualmente em pluralismo disciplinar, beneficiando a demografia histórica, a sociologia do envelhecimento, as histórias de vida e os inquéritos longitudinais (Giele e Elder, 1998: 12).

A presente pesquisa reflecte claramente a forma como os princípios teóricos da perspectiva do curso de vida invadem as opções metodológicas. O que os une é precisamente a relação próxima entre o tempo e a agência e a reflexividade. O’Rand chamou justamente a atenção para o facto de a agência estar “a impelir os investigadores da sociologia a incorporar explicitamente o tempo nos seus desenhos de pesquisa para captar novas transições ou novas sequências de transições” (1998: 73). Além da importância do tempo enquanto “rede que se lança aos factos” (Pais, 2003 [1993]: 15), pretendeu-se igualmente dar conta do desenho e

⁴⁸ Considera-se que, não ferindo nenhuma das designações originais (“paradigm”, “approach”, “perspective”, “research”, “studies”), o vocábulo “perspectiva” acolhe os aspectos tanto metodológicos como teóricos.

sentido que os jovens fizeram e tiraram da sua trajectória ao longo do tempo, recorrendo à história de vida como instrumento que permite a sua elaboração (Giele e Elder, 1998: 17). É importante, no entanto, esclarecer dois frequentes equívocos em torno do carácter temporal e longitudinal das pesquisas. Primeiro é que os dados podem ser longitudinais e o desenho da pesquisa pode ser longitudinal, mas estas não são situações necessariamente equivalentes. Os dados longitudinais recolhidos sem pesquisa longitudinal usam a estratégia retrospectiva (como é o caso da presente pesquisa). No entanto, há relativamente ao conceito de “retrospecção”, uma distinção adicional a ter em conta. Neste sentido, Scott e Alwin (1998: 104) relembram que Merton distingue (i) retrospecção no sentido de recolher informações sobre experiências passadas de (ii) retrospecção em termos de introspecção, isto é, avaliação e reconsideração de experiências passadas. Na presente pesquisa pode afirmar-se que o primeiro tipo de retrospecção provocou com bastante frequência, intensidade e relevância para a pesquisa, o segundo tipo de retrospecção. Estes autores já tinham, no entanto, admitido a dificuldade de separar efectivamente estes dois tipos de retrospecção na medida em que “recordar é um processo de reconstrução e a memória está inevitavelmente aberta a uma série de distorções e reinterpretções à luz do subsequente conhecimento e experiência” (Scott e Alwin, 1998: 105).

Na prática, porém, existe um desequilíbrio interno no campo metodológico da perspectiva do curso de vida, com forte predominância dos estudos quantitativos sobre os estudos de cariz qualitativos. Assim, existe um subdesenvolvimento das metodologias qualitativo-intensivas no âmbito da perspectiva do curso de vida e nas pesquisas longitudinais, muito embora pesquisas como a desenvolvida no âmbito do projecto *Inventing Adulthoods* estejam na vanguarda dos desenhos longitudinais e qualitativos.⁴⁹ Além disso, existe igualmente uma tendência para os estudos longitudinais combinarem diferentes registos, nomeadamente qualitativos e quantitativos (Elder e Giele, 2009: 7). Este forte movimento pretende “misturar” os dados quantitativos com os qualitativos e desenvolver competências que permitam trabalhar, em sintonia, nas duas frentes. Furstenberg vê esta tendência com agrado e prevê um forte e inovador desenvolvimento metodológico e de cruzamento temático (2002: 666). Estes dois movimentos vêm, então, tentar preencher a lacuna provocada pelo monopólio dos dados quantitativos (apropriados muitas vezes pela demografia e pela estatística, faltando-lhes componente interpretativa) que, como refere Elder, Johnson e Crosnoe, produz um conhecimento parcelar na medida em que apenas é

⁴⁹ Cf. Hendersen *et al.* (2009 [2007]) e Thomson (2009).

capaz de revelar “o esqueleto do curso de vida” (2002: 15). Hogan e Spearin consideram que a mistura de métodos (qualitativos com quantitativos) permitem a comparação de “‘true’ pasts of individuals and biographical interpretation of their past experiences” (2009: 57-58). Laub e Sampson partilham esta opinião, afirmando que a combinação da análise de dados quantitativos com a análise de dados qualitativos oferece importantes pistas para a explicação dos processos de continuidade e mudança no comportamento humano ao longo do curso da vida” (1998: 214).

1.3 Sobre os níveis de análise

Desde Buchmann (1989) que a perspectiva do curso de vida vem a ser teórica e analiticamente organizada nos níveis estruturais e culturais (ver quadro 1.1). Os desenvolvimentos teóricos e metodológicos mais recentes não têm desatualizado esta perspectiva, reificando, aliás, esta distinção.⁵⁰ Estas duas correntes disciplinares permitem um quadro conceptual e operacionalizável para a teoria da individualização do curso de vida e para o binómio entre as biografias “normais” e as biografias “de escolha”.⁵¹ A relação entre o nível cultural e o nível estrutural pode ser resumida na afirmação de O’Rand: “a perspectiva do curso de vida - quando definida enquanto sequências interdependentes de papéis sociais e etários em várias esferas da vida (família, educação, trabalho, saúde, lazer) – é um produto de ligações entre o estado providência, o mercado de trabalho, a família e comportamentos demográficos ao longo da vida. Quando estas ligações estão muito próximas e são transversais a uma determinada população, a sua coerência e forma normativa leva a um curso de vida mais institucionalizado e estruturado etariamente. Alternativamente, quando estas ligações estão afastadas, a variabilidade no curso de vida (des-institucionalização) aumenta: a relação entre a idade e os papéis sociais enfraquece e a sincronização dos papéis sociais nas várias esferas da vida torna-se menos estandardizado” (O’Rand, 2002: 693).

⁵⁰ Ver por exemplo, Mills (2007:63) e Billari (2005).

⁵¹ Discutida no capítulo 2, em “Falácias epistemológicas e a *viragem biográfica*”). Abordar-se-á este binómio nestes termos ainda neste capítulo, a propósito das notas em torno da *Transição Biográfica Inacabada*, que aliás titula esta tese.

Quadro 1.1: Distinções analíticas e conceitos no estudo do curso de vida

Níveis de análise	Âmbito da análise	
	Macro-sociológico	Micro-sociológico
Estrutural	Institucionalização do curso de vida como um conjunto de regras, estatuto e configurações de papéis sociais	O curso de vida como sequencia de configurações de papéis/estatutos sociais
Cultural	Representações colectivas e ideologias sobre a biografia	Representações individuais sobre a biografia, perspectivas e estratégias biográficas

Fonte: Buchman, 1989:16

O nível estrutural

O curso de vida continua a ser constrangido pela quantidade e natureza dos recursos de construção biográfica disponíveis, em muito ditados pelo Estado e pelas estruturas e instituições responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades e constrangimentos na tomada de decisões ao longo da vida. Assim, os estudos desenvolvidos deste ângulo do curso de vida têm-se dedicado à “análise das ocorrências e sequências das trajectórias dos cursos de vida e da forma como estas trajectórias estão organizadas pelo Estado e pelas estruturas institucionais em geral. Toma, por isso, especial atenção aos aspectos legais e às políticas públicas. Assim, o principal foco é a análise estrutural dos cursos de vida, isto é, o estudo dos cursos de vida ‘observados’” (Billari, 2005: 5). Por outro lado, no que se refere à passagem à escala micro, deve referir-se que as estruturas institucionais mais frequentes e relevantes nas pesquisas sobre a transição para a vida adulta (e sobre transições em geral) são o mercado de trabalho e o mercado de habitação⁵² e ainda os padrões de formação de família ou de agregados domésticos.

Relativamente ao mercado de trabalho é de referir as importantes conclusões de Martin Kohli e o seu conceito de “tripartition of life” (Kohli, 1985) que melhor ilustra a previsibilidade da “biografia normal” e estandardizada à qual se costuma contrapor o projecto reflexivo do *self* (Giddens, 2001 [1991]), a biografia de escolha, biografia única ou a “do-it-yourself biography” (Beck-Gernsheim, 2002). Segundo Kohli, o centro da organização do

⁵² Associando estas duas “estruturas” ao das trajectórias individuais, torna-se evidente que os dois principais indicadores de abandono da juventude e conquista de *adulthood* são a independência financeira e a habitacional (central para o posterior desenvolvimento do projecto de tese). Estas transições não são apenas das mais importantes na concepção do que é ser adulto, mas simultaneamente as que menos estão dependentes da escolha individual do *curso de vida*. São, portanto, as que mais revelam o carácter estrutural da “choice biography”.

curso de vida é o mercado de trabalho, sendo por referência a este que os indivíduos se posicionam no curso das suas vidas, constroem a sua identidade e percorrem a sua biografia normal (Leccardi, 2006: 15). Estes posicionamentos correspondem às três etapas da vida, outrora bem delimitadas. A primeira, ainda incluindo a juventude, em que os indivíduos se preparam para a vida activa (através da educação/formação, aprendizagem de um ofício); a segunda, de total compromisso com a vida social (através do desempenho de um trabalho a tempo inteiro e da formação e manutenção de uma família) e por fim, a *terceira* etapa da vida, em que os indivíduos gradualmente se retiram da vida social (através, por um lado, do afastamento da vida profissional por via da reforma e, por outro, da vivência do “ninho vazio”) (Vinken, 2007: 10; EGRIS, 2001: 102).

Apesar do mote desta tripartição ser o posicionamento face ao mercado de trabalho, pode verificar-se que a estrutura familiar se encontrava sincronizada com estas três fases e imiscuída na chamada “biografia normal” (ver quadro 1.2 deste capítulo). A instituição familiar, na perspectiva do curso de vida, tem sido alvo de análises que contemplam o mercado de trabalho como uma estrutura próxima (em termos de consequências, causas e vivências no interior da família). Não obstante as diferentes ênfases colocadas em cada uma destas estruturas consoante o âmbito e objectivo das investigações, é consensual que o mercado de trabalho, a família e o mercado de habitação são as mais relevantes instituições mobilizadas para o estudo da transição para a vida adulta.

O nível cultural

A teoria da individualização do curso de vida vem chamar a atenção para o divórcio entre a carga normativa das instituições e as escolhas tidas como individuais no curso de vida (Billari, 2005; Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Giddens, 2001 [1991], Bauman, 2001). Como refere Kugelberg, “os jovens-adultos de hoje têm experiências indirectas de uma variedade de estilos de vida, valores, ideias, oportunidades e conhecimento (...). Tal faz parte do processo de individualização que deposita crescentes responsabilidades no indivíduo pela sua vida” (2000: 39). O planeamento de vida é, assim, uma característica fundamental da construção de identidade pessoal (Giddens, 2001: 5). No ângulo da individualização do curso de vida, os estudos sobre a transição para a *adulthood* têm-se centrado “nas percepções dos indivíduos acerca do seu calendário de vida, pretendendo compreender como os indivíduos percebem as suas opções e como constroem os planos de futuro das suas vidas. O principal foco é numa análise cultural dos cursos de vida, analisando os cursos de vida

‘vividis’” (Billari, 2005).⁵³ Verifica-se, portanto, “uma tendência histórica de mudança social e cultural, acentuada na contemporaneidade, para a valorização crescente duma interpretação expressiva da autonomia, isto é, dos princípios que convidam à busca da singularidade, da realização pessoal e da autenticidade” (Almeida, 2009: 468), e também uma “conjugalização da família, democratização das relações familiares entre pais e filhos, igualdade entre os cônjuges” (Torres, 2001: 133).

1.4 A *Transição Biográfica Inacabada*

Foram apresentados os principais princípios teórico-metodológicos que presidiram ao desenho da pesquisa, e como este se situa face à multiplicidade de soluções metodológicas que a perspectiva do curso de vida propõe. Identifica-se de seguida o objecto da pesquisa, que deu título a esta tese, ao mesmo tempo que com ele se desenvolve um argumento. O argumento é, grosso modo, o de que as mudanças geracionais de escala mais macro, de um padrão de modelos de transição mais estandardizado para um modelo de transição para a vida adulta mais fragmentado, individualizado e “criativo”, se reflectem na escala micro de construção dinâmica e ao longo do tempo do projecto de vida e do sentido dado ao percurso vivido. Mas é também que, além disso, a lentidão destas mudanças geracionais permitem a coexistência de referenciais de transições diversos e a conversão, parcial (por dimensão de vida) ou holística, voluntária ou forçada, de biografias “normais” em biografias “de escolha” ou vice versa. Esta tendência exerce, aliás, efeito nas gerações cuja transição para a vida adulta já ocorreu há mais de duas décadas, especialmente nas que sofreram um processo de mobilidade social ascendente, e que são, actualmente e face ao seu grupo etário, mais escolarizadas e abertas a querer alterar o curso das suas vidas ou a olhar para as suas opções de vida passadas de outra forma.

Estará então o carácter inacabado de uma *Transição Biográfica* a impedir a multiplicação de “escolhas” nas biografias ou, pelo contrário, ao permitir uma coexistência de referências identitárias, a aumentar o leque de combinações identitárias e biográficas possíveis? De uma forma geral, como se manifesta nas “vidas reais” dos jovens o carácter inacabado desta transição biográfica em Portugal, “periférico” e alvo de forte reprodução

⁵³ Existe um hiato temporal, analítico e metodológico entre o *boom* dos estudos sobre a institucionalização do curso de vida e os estudos preocupados com a individualização do curso de vida em contexto de modernidade tardia. No capítulo 2 será, a propósito deste hiato, ou da sua invisibilidade, apresentada a “falácia da modernidade tardia” de que falam Furlong e Cartmel (1997).

social e de “persistent identities” (conceito de Nisbet, lembrado por Pais, 1995:196)? Assim, rejeita-se a ideia de um processo de “substituição das velhas normas por escolhas e decisões” (Nilsen, 1998 *citado por* Guerreiro e Abrantes, 2005: 31) ou de “uma substituição de um modelo linear de transições juvenis (...) por um fragmentado e polifórmico” (Pappámikail 2004: 92-93); a ideia de que as trajetórias juvenis “deixaram de ser lineares e teleológicas para serem circulares e contingente” (Calvo, 2011: 41); a ideia, em suma, de que os países se encontram, apenas temporariamente, em diferentes fases de transição biográfica e de que a heterogeneidade que entre eles se encontra vai mais cedo ou mais tarde, desaparecer (Billari e Wilson, 2001 *citado por* Sironi, 2009: 2); ou de que os cenários de futuro possíveis são pautados por dicotomias: um cenário caracterizado pela crescente individualização e um outro pela crescente ou irredutível familismo (Mitchell, 2007 [2006]: 169-175). Rejeita-se, portanto, a ideia dicotômica de que “se outrora os destinos dos jovens se articulavam em torno de instituições e garantias sociais caracterizadas pelo compromisso, permanência e continuidade, hoje o seu futuro será mais nublado, imprevisível e descontínuo, caracterizado por itinerários de cenário incerto, associados a condições de socialização caracterizadas pelo risco, contingência, aleatoriedade e precariedade de vários níveis e em várias esferas sociais (Leccardi, 2006; Pais, 2001 e 2003)” (Ferreira e Nunes, 2010: 43).⁵⁴ Defende-se, sim, a ideia de co-existência, no tempo social e individual, de mudança e reprodução social, que se afasta do cariz quase evolucionista por detrás da ideia em que se assume que “as sociedades se desenvolvem sequencialmente por etapas, numa determinada e única direcção” demográfica e social (Billari, 2004: 25), e se aproxima de uma ideia de “difícil justaposição dos valores do ‘passado e do presente’” (Aboim, Vasconcelos e Neves, 2011: 76), ou de “contradições” ou “inconsistências” entre valores e práticas (como referem O’Connor, Smithson e Guerreiro, 2002: 110, a propósito do género).

Não obstante, vale a pena identificar, neste momento do trabalho, os pontos extremos desta suposta transição biográfica *eternamente inacabada*, deixando para o capítulo seguinte a identificação do que, criticamente, se denominou de “pacote individualista”, produzido pelas teorias da modernidade tardia e dos elementos que o compõem.

Da biografia normal...

O quadro seguinte esquematiza a ideia de biografia standardizada. As três colunas permitem

⁵⁴ Esta dicotomia será retomada no capítulo 2, a propósito das “falácias epistemológicas e a viragem biográfica”.

rapidamente identificar o modelo tripartido de que falou Martin Kohli (1985), identificando as “three boxes of life”- educação, trabalho e reforma (Riley e Riley, 1994 *citado por* Dannefer, 2002: 649) dos indivíduos, especialmente na esfera pública (institucionalização). O que este modelo revela é igualmente uma sincronização das várias carreiras na vida, na medida em que as fases de vida anterior à *adulthood* são caracterizadas por dependência seja na esfera privada seja na esfera pública. O desempenho de novos papéis sociais na esfera privada correspondem à constituição de família e abandono habitacional da família de origem, ao mesmo tempo que na esfera pública corresponde à entrada no mercado de trabalho. Beck assume que “the backbone of the standard biography is the standard work relation” (1992: 134). Às “three boxes of life” correspondem longos e estáveis papéis sociais. São, em suma, três as dimensões estruturais do curso de vida, baseadas nos conceitos do tempo e da idade: cronologização⁵⁵, institucionalização e, como consequência, a estandardização do curso de vida. (Settersten, 2002: 82-83).

Quadro 1.2: “A biografia estandardizada na imaginação social ou sociológica”

	Infância	Adulthood	Velhice
Esfera Privada	Família de origem	Família Constituída	“Ninho Vazio”
Esfera Pública	Educação	Trabalho	Reforma
Relações Pessoais	Dependência	Independência	Dependência
Competência	Imaturidade	Maturidade	Declínio

Fonte: Blaterer (2009 [2007]: 38).

Mas a biografia normal não era apenas a “vida vivida”, mas igualmente a “vida esperada”. Como relembram Thomson (2007: 86) e Settersten (2002:85), a biografia normal refere-se à regularidade de um modelo de vida convencional e sobre o qual existem expectativas partilhadas. Thomson chega mesmo a referir que para os que a vivem, existem poucas dúvidas sobre “o que fazer a seguir e com quem”, o que corresponde ao preconceito, já referido, de que os jovens de transições para a vida adulta situadas em outros momentos do tempo social e histórico “agiam sem pensar”. Uma segunda crítica à forma como a “biografia normal” simplificava a forma como os jovens transitavam da condição juvenil para a condição adulta, era a realizada a estudos sobre lugares de classe. De facto, os estudos sobre mobilidade social tenderiam a centrar-se nos percursos masculinos (Breen, 2004: 8). Apesar de se saber que a biografia normal era socialmente prescritiva para homens e mulheres, a sua operacionalização tende a ser não apenas *genderizada* mas também sexista, no sentido em que ao descrever a biografia “normal” está a descrever a biografia “normal” de uma

⁵⁵ Crisolização das idades em que se entra e sai da escola, em que se entra e sai do mercado de trabalho (Dannefer, 2002: 649).

heteronormatividade masculina. Três importantes exceções são a de Hogan (1978), que ao estudar a variabilidade da ordem dos eventos transicionais o faz apenas para os homens e a de Rindfuss, Swicegood, Rosenfeld (1987) e a de Marini (1984) que separam a análise dos cursos de vida dos homens das das mulheres.

Existe, portanto, nas imagens estereotipadas a ideia de que a transição para a vida adulta antes da segunda guerra mundial era “universal, estandardizada e concentrada num relativamente curto período de tempo”, em que as famílias eram conceptualizadas como homogêneas ou monolíticas (Mitchell, 2007 [2006]: 30). Existe, além disso, uma tendência para romantizar este passado imaginado (Mitchell, 2007 [2006]: 165).

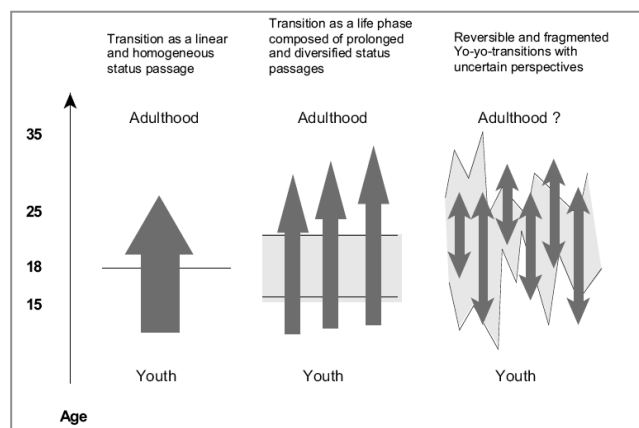
... à biografia de escolha?

An increase in the proportion of individuals concurrently pursuing higher education and work; delays in marriage and childbirth; a decline in fertility; and the expansion and retraction of welfare states policies and programs... (...) changes as these have not only reshaped early adult life but have altered the nature of the entire life course.

Richard Settersten Jr. (2005), *Social Policy and the Transitions to Adulthood: Toward Stronger Institutions and Individual Capacities*, pp. 534-535

Verifica-se “a substituição de um modelo linear de transições juvenis, em que a assunção da condição adulta era o culminar de uma série de etapas sequenciais e ritualizadas (escola, trabalho, conjugalidade, parentalidade), por um fragmentado e polifórmico, de que são exemplo paradigmático as ‘trajectórias yo-yo’ (Pais, 2001). As etapas transicionais passam, assim, de eminentemente unívocas e sequenciais a poder ser pluri-unívocas, porque potencialmente reversíveis, parcelares ou concomitantes. (...) Às transições, peçadas de rupturas, avanços e retrocessos, surge associada por jovens e pais uma multiplicidade de sentidos, tanto atribuídos como reivindicados, sobre o que é hoje tornar-se adulto e ser adulto (Plug, Zeijl e du Bois Reymond, 2003).” (Pappámikail 2004: 92-93).

Figura 1.2: “The ‘yo-yo-ization’ of transitions between youth and adulthood”



Fonte: Walther, 2006:125

A transição passaria a viver-se no plural, e de uma forma não sequencial, sendo impregnada simultaneamente de incertezas, flutuações, descontinuidades e recuos (EGRIS, 2001: 104). O “efeito dominó” presente na sequência linear: estuda-se para trabalhar -> trabalha-se -> trabalha-se para sustentar uma família -> constitui-se uma família -> tem-se filhos, é substituído por movimentos *yo-yo*, em que cada conquista é reversível, tem alcances limitados e imprevisíveis, é, em suma, caracterizada por uma desordenação destas etapas e pela fragmentação das mesmas (Leccardi, 2006: 17). Neste sentido, o trajecto “de jovem a adulto” deixou de ser linear para passar a ser *labiríntico* (Pais, 2003). Passou-se, portanto, de uma “biografia normal” característica da era *fordista* para uma “biografia de escolha” característica da modernidade tardia (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]:7; Blatterer, 2009 [2007]: 13, entre muitos outros). Pode evocar-se o esquema anterior para sistematizar que num primeiro momento se verificava uma quase total institucionalização do *curso de vida*: o sistema de direitos e deveres era excessivamente dependente da idade dos indivíduos, tornando a passagem de jovem a adulto linear e cronologicamente organizada. Não existia espaço de jovens-adultos, mas sim uma nítida dicotomia entre os jovens e os adultos. Num segundo momento, e com vestígios do primeiro, a representação da “tripartition of life course” (Kohli, 1985). A situação perante o mercado de trabalho e a situação familiar estavam relativamente sincronizadas cronologicamente. As transições profissionais, conjugais e parentais ocorriam num relativamente curto intervalo de tempo e observa-se entre elas uma relação quase de causa-efeito. Abre-se espaço para uma categoria intermédia, mas bem delimitada, de jovens-adultos. A transição passou a entender-se na sua pluralidade e no seu carácter cumulativo: na esfera profissional, na esfera conjugal, na esfera parental, etc.. Num terceiro momento, a representação das trajectórias (e não transições) *yo-yo*. Neste tipo de trajectórias, a educação não termina com a entrada no mercado de trabalho, a formação de família é mais tardia e menos convencional (recompostas e monoparentais) e a autonomia habitacional é mais gradual e intermitente (Blatterer, 2009 [2007]: 39).

Um dos principais princípios distintivos da biografia de escolha é precisamente a perda de importância das estruturas sociais nos destinos pessoais. Mesmo para os jovens de classes sociais mais desfavorecidas, há a ideia de que já não há “fatalidades” (Machado e Silva, 2009: 129). Em suma, a grande ruptura entre os dois modelos biográficos é a de género, visível na crescente importância das famílias de escolha, nas relações puras; a grande continuidade é a importância do lugar de classe, que aliás se prevê que continue a aumentar, a par das desigualdades sociais (Furstenberg, 2002: 665). O lugar de classe mais baixo limita a

capacidade negocial e criativa na construção do curso de vida (Mitchell, 2007 [2006]: 26). Outra característica importante, que como se verá no capítulo 2, não deverá ser entendida necessariamente como novidade face às biografias normais, é a reflexividade com que as biografias são, actualmente, construídas (Gecas, 2002). Como explica Giddens:

Negociar uma transição significativa na vida - deixar a casa paterna, arranjar novo emprego, encarar o desemprego, estabelecer uma nova relação, mover-se entre diferentes áreas ou rotinas, confrontar-se com a doença, começar uma terapia – significa correr riscos conscientes de modo a poder alcançar novas oportunidades que se abrem com as crises pessoais. Não é apenas em termos de ausência de ritos que as passagens da vida diferem de processos comparáveis em contextos tradicionais. Mais importante é o facto de que tais transições são inseridas – e ultrapassadas através dela - na trajectória reflexivamente mobilizada da auto-realização.

Anthony Giddens (2001 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, pp. 74.

Problemas de co-existência dos dois modelos biográficos

A individualização do curso de vida não tem ocorrido ao mesmo ritmo que a *desestandardização*, fragmentação e flexibilidade das políticas públicas que pretendem dar resposta às necessidades específicas dos jovens, especialmente no que se refere a conciliação escola, trabalho-família, produzindo (i) trajectórias enganadoras⁵⁶ (ii) conversões involuntárias de biografias de escolha em biografias normais ou vice versa.⁵⁷ Assim,

Nos mapas de orientação que os jovens carregam nos bolsos do pensamento temos os caminhos previstos: ‘acabas o ensino secundário, vais para a faculdade’ ou ‘com o canudo arranjás emprego e podes casar’. Mas os percursos são descoincidentes com os itinerários propostos nesses mapas de orientação.

José Machado Pais (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, pp.81

Um dos mais relevantes grupos de trabalho em torno da transição para a *adulthood* - numa perspectiva de comparação Europeia e combinando várias metodologias⁵⁸ - tem-se dedicado ao debate e investigação em torno desta questão e tido como uma das prioridades a análise da (des)adequação entre as expectativas criadas pelas instituições do Welfare State (associadas a biografias normais) e as trajectórias de natureza não estandardizada dos jovens adultos, associadas a “choice biographies” (EGRIS, 2001: 101). Assim, a natureza incerta da

⁵⁶ No original “misleading trajectories” (EGRIS, 2001).

⁵⁷ Ver a título de exemplo, sobre a transição entre o programa IAJ (Incentivo ao Arrendamento Jovem) e o “Porta 65”, Nico (2008).

⁵⁸ European Group for Integrated Social Research, com base nos seguintes projectos: “Misleading Trajectories” (1998-2001), “Integration Through Training?” (1999-2001) e “Youth Policies and Participation (y0-y0)” (2001-2004).

transição para a *adulthood* tem o efeito algo perverso de fundamentar e fomentar a importância dada às políticas de integração social (dirigidas a jovens) que, por sua vez, insistem em negligenciar as mudanças fortes e recentes na transição para a vida adulta.⁵⁹ Neste contexto, os jovens adultos não conseguem concretizar as suas aspirações e necessidades, sendo confrontados com o que alguns autores denominam de “misleading trajectories” (EGRIS, 2001: 102, Biggart e Walther, 2006). Segundo estes autores, as instituições do *Estado-Providência* persistem em encarar a transição para a *adulthood* como uma fase do *curso de vida* linearmente tripartido (Kohli, 1985). Esta desadequação tem o potencial de contagiar os planos de vida dos jovens, fazendo-os incorrer em erros de planeamento do futuro, baseados em expectativas institucionais não correspondidas, e percorrer, então, *trajectórias enganadoras* (EGRIS, 2001). Jones inscreve-se nesta perspectiva afirmando que “it is however, the concept of youth as a static stage in life, occupied by homogeneous age groupings, which is embedded in state policy. As a result, it is assumed – in social security regulations for example – that transitions to adulthood are so linear and age-structured that young people’s needs can be determined by their age alone” (2003: 188). Como argumentam Leccardi e Ruspini, “as instituições sociais continuam a marcar o ritmo da vida quotidiana, mas a sua capacidade para garantir uma dimensão fundamental da construção da individualidade, o sentimento de continuidade biográfica, está a falhar.” (2000: 3).

A re-conceptualização do conceito das transições é necessária para os próprios jovens adultos, para as políticas públicas e para a investigação (Mayer e Schoepflin, 1989: 204; Wyn e White, 1998: 36; Kelly, 2000: 302, 309; EGRIS 2001: 104). A citação de Wyn e White ilustra com clareza esta ideia: “consideramos que os estudos da juventude são inerentemente políticos. Como tal, analisar os problemas da juventude implica avaliar de forma crítica as instituições sociais, (...) e articular uma visão política que promova formas de intervenção (...)” (1998: 36).

Foram, neste contexto, identificadas as formas pelas quais as políticas públicas são passíveis de criar *Trajectórias enganadoras*:

- “Aceitação: as medidas que são focadas na integração no mercado de trabalho podem ser rejeitadas pelos indivíduos a quem se dirigem, através da incapacidade destes aceitarem uma redução nas suas expectativas profissionais (...);

⁵⁹ Um exemplo clássico de interferência do Estado no *curso de vida* é a atribuição de determinados direitos e deveres consoante, unicamente, a idade dos indivíduos (Mayer e Schoepflin, 1989: 188; Settersten e Mayer, 1997; Elder, 1975). Disso são exemplo a escolaridade obrigatória ou a reforma profissional (Mayer e Schoepflin, 1989: 198).

- Motivação: devido aos elevados níveis de competição no mercado de trabalho, as medidas para o emprego podem desenvolver o estigma de se dirigirem apenas aos ‘falhados’ (...);
- Compatibilidade: nem todos os esquemas de educação, formação e emprego são desenvolvidos para pessoas que têm que simultaneamente conciliar a aprendizagem com o emprego e com a família;
- Acessibilidade: na maioria dos casos existem condições específicas de acesso aos programas para o emprego (limite de idades, duração do desemprego, estatuto legal, etc.), excluindo certos grupos independentemente das suas necessidades individuais;
- Efectividade: as políticas que são dirigidas aos grupos desfavorecidos devem ser alargadas se o problema for estrutural;
- Legitimação: as políticas do emprego são muitas vezes identificadas como meras tentativas de ‘cosmética’ para baixar os valores do desemprego, isto é, para resolver o problema do desemprego apenas estatisticamente. (...)” (EGRIS, 2001: 109).⁶⁰

Em suma, e nas palavras de Machado Pais, “as políticas de juventude tendem a *estandardizar* as transições dos jovens para a vida adulta – definindo escolaridades mínimas, circuitos escolares, formação profissional, políticas de emprego - mas os jovens tendem a autonomizar as suas vidas através de ‘buscas autónomas’ de trajectórias que nem sempre se encaixam nas políticas prescritivas que tendem a estandardizar as transições” (2003: 8). A tese da “recusa da *adulthood*”, criticada por Blatterer, baseia-se igualmente na ideia de que existe uma versão “normal” de *adulthood*, e cuja rejeição actual se constitui como um problema social (2009 [2007]: 25). Como consequência “institutions and policies meant to help young people may actually hurt them if they are based on outdated models of life that no longer reflect actual experiences” (Settersten, 2005: 536). Assim, mais do que a identificação da dicotomia em si, é a necessidade real da compatibilidade entre os aspectos ainda vigentes de um curso de vida marcado por uma rígida institucionalização e, por outro, por um carácter criativo e moldável da construção das biografias contemporâneas, que prevalece. Em suma, um equilíbrio entre o indivíduo-actor (Goffman, 1993), e o indivíduo-artista (Bauman, 2008) que combina esses papéis de forma criativa e única.

Life comes to be less constrained by traditions and customs and thus more susceptible to individualize action orientations, but it has to be fitted into the standardized and bureaucratized life patterns defined by the state. Individuals *can* make life course-related choices, but they also *must* make them in correspondence with the requirements of the standardized life course.

Buchmann, Marlis (1989), *The Script of Life in Modern Society: Entry into Adulthood in a Changing World*, pp. 18

⁶⁰ Ver também Biggart e Walther, 2006: 44.

2.

DE JOVENS A ADULTOS: CONTINUIDADES E MUDANÇAS SOCIAIS

The study of young people's lives provides an ideal opportunity to examine the relevance of new social theories: if the social order has changed and if social structures have weakened, we would expect to find relevance of these changes among young people who are at the crossroads of the process of social reproduction.

Andy Furlong e Fred Cartmel (2007 [1997]), *Young People and Social Change*, pp. 3

A transição para a vida adulta é dos primeiros processos a revelar as mais recentes consequências das mudanças sociais e económicas produto da extensão da escolaridade, do adiamento da entrada no mercado de trabalho e das transições familiares (Furstenberg *et al.* 2005: 6). O período da transição para a vida adulta não se tornou apenas mais extenso, mas também mais complexo (Jones, 2003: 189). Neste cenário, as histórias de transição dos jovens adultos permitem identificar paradigmáticos aspectos na emergência de novas formas biográficas (Thomson, 2009: 154).

O olhar para a transição para a vida adulta deve estar pautado por dois conceitos: unidade e diversidade (Pais, 2003 [1993]: 42). Unidade enquanto fase específica da vida, que distingue os jovens de outros grupos etários, pela especificidade da fase da vida em que se encontram; e diversidade “perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais”, isto é, na medida em que “não há uma forma de transição para a vida adulta: haverá várias. Como várias serão as formas de ser jovem (segundo a origem social, o sexo, o habitat, etc.) ou de ser adulto” (Pais, 2003 [1993]: 44).

No entanto, se há toda uma tradição na sociologia em analisar a diversidade interna e diacrónica das formas de *ser jovem*, o mesmo não tem acontecido com tanta frequência com as formas de se *ser/tornar adulto*. Este é considerado por alguns autores como um “vazio sociológico” (Blatterer, 2009 [2007]: 3), caracterizado por uma negligência relativamente à *adulthood* enquanto categoria social e por um subaproveitamento dos paradoxos deste conceito no que se refere à sua representação social, à sua centralidade e simultaneamente à sua marginalidade no quotidiano,⁶¹ ao discurso dos *media*, e às perspectivas das ciências sociais (Blatterer 2009 [2007]: 27). Blatterer acrescenta ainda que “as a discipline dedicated to analysing and interpreting social change, sociology is well situated to investigate the ambiguities and uncertainties surrounding adulthood” (Blatterer, 2009 [2007]: 3). Também Sousa, sublinhando a importância de colmatar o défice conceptual em torno deste conceito, identifica os diversos termos “que tentam contextualizar a ambivalência complexa e paradoxal quer da determinação dos limites das categorias etárias quer do conceito de vida adulta, termos como: *adulthood*, *adultado*, *adultidade*, *adulthood*, *andragogia*, *maturescência*, *antropolescência*” (2003: 3). Em 1992 Jones e Wallace já chamavam a atenção para o facto da crescente desconexão entre as transições, da diversidade de cursos de vida e da variabilidade entre grupos sociais terem provocado um colapso no quadro teórico existente⁶² para o entendimento da *adulthood*, bem como da juventude (Jones e Wallace, 1992: 103).

No capítulo anterior ficou patente a forma como a perspectiva do curso de vida se adapta teórica e metodologicamente ao objecto de estudo, neste caso concreto, ao período de transição para a vida adulta (e mais especificamente ao processo de autonomia habitacional). No presente capítulo será demonstrado por que motivo o estudo sobre a transição para a vida adulta deve ser considerado como um contributo para o estudo das continuidades e mudanças sociais e também de que forma estes estudos têm sido levado a cabo. Situar-se-á a presente pesquisa face a este campo temático.

⁶¹ Referida igualmente por Jones, que denomina os problemas quotidianos da maioria dos jovens adultos como a “black box” em torno das temáticas da família (Jones, 2003: 187).

⁶² Argumento aliás inicialmente apresentados por Lyotard (1984) e por Baudrillard (1988), como relembram Furlong e Cartmel (2007[1997]:1): “nas sociedade pós modernas já não é apropriada a aplicação de grandes teorias ao estudo da vida social”.

2.1 Falácias epistemológicas e a *viragem biográfica*

Research methods are the product of times and places.
Julie McLeod e Rachel Thomson (2009),
Researching Social Change, pp. 6

O que se pretende demonstrar com esta primeira parte do capítulo 2 é que estudar a transição para a vida adulta deve corresponder ao estudo das continuidades e das mudanças sociais e do diálogo entre elas. Deve haver um equilíbrio, metodológico inclusivamente, entre a atenção dirigida a cada uma delas. Deve tentar evitar-se, como aconselham Furlong e Cartmel, a “falácia epistemológica da modernidade tardia” provocada pela tendência pós-moderna para ampliar as mudanças, subestimando as continuidades (Furlong and Cartmel, 2007 [1997]:12). Além disso, como relembram Rustin e Chamberlayne, “a teoria da individualização e da reflexividade avançadas por Giddens e por Beck exagera e idealiza a ‘desincorporação’ dos indivíduos do seu contexto social e cultural” (2002: 7). No âmbito desta crítica, alguns autores têm chamado a atenção ora para a “persistência do ciclo de vida estandardizado” e para a robustez da norma da “standard biography” na juventude actual (Elchardus e Smits, 2006), ora para a complexidade das transições em juventudes anteriores (Goodwin e O’Connor, 2005, 2009). Estes dois argumentos, embora em movimentos contrários, contribuem para o objectivo desta parte do capítulo 2, acima enunciado. Assim, estes autores, entre outros, tentam des-dicotomizar discursos que tendem a subestimar processos de continuidade e a sobrestimar rupturas ou mudanças sociais, como exemplificado por “longe vai o tempo em que à saída da escola havia um emprego seguro e definitivo, ao que se seguia a saída de casa dos pais, geralmente com o objectivo de constituir uma nova unidade familiar estável e durável, e em que a reforma era um subsídio estatal tido como totalmente garantido” (Ferreira e Nunes, 2010: 40).

Elchardus e Smits encontram “colonizações do futuro” muito lineares, marcadas por cronologias fortemente definidas e associadas a “biografias normais”, “caracterizadas por uma ordem sequencial não ambígua e por uma surpreendentemente rígida definição dos *timings* das transições”. Constatam que a vida continua a ser organizada, idealmente, com base numa estrutura cronológica rígida (Elchardus e Smits, 2006: 321). Outros autores também têm vindo a constatar que ainda existem muitas expectativas por parte dos jovens adultos relativamente aos *timings* dos marcos transicionais se realizarem até aos 30 anos, revelando assim que a estrutura etária do curso de vida ainda rege o planeamento de muitas das vidas na juventude (Arnett, 1997; Furstenberg *et al.*, 2003 e 2004 *citado por* Blatterer,

2009 [2007]: 24). Face a estes dados que rejeitam, de certa maneira, a tese da individualização (pelo menos na sua versão totalitária), os autores pretendem encontrar uma explicação para a predominância e popularidade de resultados contrários, que enfatizam o risco, a individualização, a *desestandardização* e fragmentação do curso de vida e que “tendem a enfatizar a escolha individual, ao invés dos constrangimentos institucionais ou culturais” (Elchardus e Smits, 2006: 320-322). Estes autores concordam tacitamente com a infelicidade da designação de “choice biography” para os cursos de vida contemporâneos (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]) chamando a atenção para os constrangimentos, mais ou menos conscientes, na construção e planeamento da vida. Na procura da explicação acima referida, estes autores colocam a tónica no tipo de metodologia utilizada e na insuficiente atenção das regularidades e linearidades. A dicotomia entre a tendência para vidas estandardizadas na época industrial e a tendência *desestandardizada* que se seguiram seria, portanto, um artifício de uma dicotomia metodológica.

Goodwin e O’Connor reforçam esta ideia considerando as mudanças teóricas e metodológicas como responsáveis pelo carácter aparente e popularmente vincado das diferenças no tipo de estandardização do curso de vida (2005: 17, 2009: 22-30). A mudança da análise do impacto das estruturas sociais para as análises mais contemporâneas e individualistas são responsáveis, portanto, por uma espécie de “self fulfilling prophecy” (Merton, 1968) criada metodologicamente. Estes autores chamam a atenção para o facto de, com duas preocupações académicas, propostas analíticas e aplicações metodológicas tão diferentes, quando se comparam as transições actuais com as de há 40 anos atrás, não se estar a comparar o comparável (Goodwin e O’Connor, 2005: 17). Shanahan *et al.* (2005) apresentam um argumento semelhante:

Arguments for a shift in the way adulthood is defined are necessarily impressionistic: without knowing how the narrowly socialized young adults of earlier America would rank individualist criteria and transition markers responses from current cohorts cannot be used to make statements about social change.

Shanahan et al. (2005), *Subjective Age identity and the Transitions to Adulthood: When Do Adolescents Become Adults?*, pp. 229

Assim, “as experiências transicionais passadas não eram uniformemente simples, lineares ou em etapas singulares como sugerido na altura, e muitas transições eram caracterizadas por um nível de complexidade similar ao da juventude contemporânea” (Goodwin e O’Connor, 2005: 19). Como afirmam Henderson *et al.*, “the stories that we tell are shaped by our current concerns (...). As historians and sociologists are aware, it can be misleading to read accounts of the past through contemporary lenses” (2009 [2007]: 23). Ora

uma “highly individualistic approach to adulthood” legitima precisamente esta falácia (Blatterer, 2009 [2007]: 23).

To put it simply, those currently involved in trying to understand transitions have become concerned with different phenomena and have different academic preoccupations. Past scholars were not looking for the individualized, subjective, complex transitional experience. The over-concentration on macro-processes as being central determinants of the transitional process meant that the individual experiences were largely ignored or hidden in a broader analysis.

John Goodwin e Henrietta O'Connor (2005),
*Exploring Complex Transitions: Looking Back at the
'Golden Age' of From School to Work*, pp. 17

Em suma, a metodologia “da modernidade” não está atenta a percursos não lineares nas transições em contextos históricos e sociais passados (nem são disponíveis dados que o permitam) nem a percursos lineares na contemporaneidade. Chamberlayne, Bornat e Wengraf denominaram esta mudança de paradigma de “viragem biográfica” (2000) identificando o seu início na década de 80, altura aliás em que Bertaux já falava de um “biographical movement” (*citado por* Chamberlayne, Bornat e Wengraf, 2000: 14). Trata-se, portanto, de um movimento dos métodos biográficos das margens até ao centro das ciências sociais, em que a “examination of self has become a key feature of the modern world and of the social policy and practice” (Thomson, 2007: 76). Os autores justificam que esta mudança metodológica reflecte a mudança de preocupações sociais, no sentido em que ao concentrarem-se na reflexividade, no individualismo e na identidade, iriam levar inevitavelmente a uma preocupação com as condições e eficácia da agência (Chamberlayne, Bornat e Wengraf, 2000: 1).

Esta “moda metodológica” e as pesquisas que dela são “vítimas” falham em integrar na análise os aspectos que levam à conclusão de que “if we scratch the surface there are some powerful continuities in the lives of young people in the post-war generations” (Furlong, 2009: 242). Assim, “as pesquisas preocupadas com a relação entre infância e a *adulthood* devem ter em conta tanto as descontinuidades como as continuidades no curso de vida” (McLeod e Almazan, 2002: 392). A contemporaneidade não teve um efeito homogeneizador das transições para a vida adulta, ao contrário do que afirma Calvo, referindo que “as diversas transições para a vida adulta, antes segregadas por classe social, começaram a homogeneizar-se, ficando diluídas no denominador comum de uma subcultura juvenil” (2011: 42). Os constrangimentos estruturais e os dispositivos culturais não se eclipsaram (Guerreiro e Abrantes, 2004:166) e a relação dos jovens com as instituições escolares e familiares permanece diferenciado consoante o lugar social ocupado pelo jovem (Pais, 1995: 206; Heath

e Cleaver, 2003: 181). Desta forma, a juventude não constitui um grupo homogéneo e as “velhas formas de desigualdade – capitalismo e patriarcado- ainda estruturam as vidas dos jovens” (Jones e Wallace, 1992: 116).

Associada a este aspecto do olhar para a contemporaneidade, e à atenção pouco dedicada aos processos de linearidade transicional, continuidade e reprodução social, está a “falácia epistemológica da modernidade tardia” para a qual chama a atenção, nestes termos exactos, Furlong e Cartmel (2007 [1997]), tendo-se repercutido directa e indirectamente em muitas pesquisas e posicionamentos teóricos (a título de exemplo ver Blatterer, 2007 e o debate entre Arnett e Bynner). A posição destes autores face ao monopólio interpretativo dos processos de transição para a vida adulta a favor de uma consolidação da visão pós moderna que reifica a ideia extremada da desestandardização do curso de vida, do declínio da previsibilidade e da diversidade de estilos de vida é muito clara, não apenas na obra “*Young people and Social Change*”, mas em obras e artigos subsequentes, ao qual se recorre ao longo deste trabalho. Por “falácia epistemológica da modernidade tardia”, os autores entendem que:

Although social structures, such as class, continue to shape life chances, these structures tend to become increasingly obscure as collectivist traditions weaken and individualist values intensify. As a consequence of these changes, people come to regard to social world as unpredictable and filled with risks which can only be negotiated on an individual level, even though chains of human interdependence (Elias, 1978, 1982) remain intact.”

Andy Furlong e Fred Cartmel (2007 [1997]), *Young People and Social Change*, pp. 2

Assim, uma grave consequência desta falácia é o facto de ser transferida para o indivíduo toda a responsabilidade do fracasso de algum seu projecto biográfico, demitindo o Estado dessa responsabilidade e negando o facto de que alguns riscos não podem ser evitados com esforço individual (Du Bois Reymond *citado por* Blatterer, 2009 [2007]: 30; Jones, 1995: 5; Settersten, 2002: 84; Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 144).

The intensification of individualism means that crises are perceived as individual shortcomings rather than the outcome of processes which are largely outwit the control of individuals. (...) Blind to the existence of powerful chains of interdependency, young people frequently attempt to resolve collective problems through individual action and hold themselves responsible for their inevitable failure.

Andy Furlong e Fred Cartmel (2007 [1997]), *Young People and Social Change*, pp. 144

Desta forma, a reflexividade não deve ser considerada uma rival das perspectivas baseadas nas estruturas e no estudo da reprodução social (Furlong and Cartmel, 2007 [1997]: 139; Henderson *et al.*, 2009 [2007]: 11). Alguns autores encontraram soluções conceptuais

para um equilíbrio e diálogo nestas duas tendências complementares mas que muitas vezes aparentam ser auto-exclusivas, a de mudança e de continuidade social nos cursos de vida e na transição para a vida adulta. Assim, evitando a falácia identificada por Furlong e Cartmel (2007 [1997]), mas também as identificadas por Blatterer (2009 [2007]), isto é, não negligenciando nem o processo de individualização em que as gerações mais recentes constroem as suas biografias nem a estrutura desigual do acesso aos recursos que permitem construí-la mais livremente, encontram-se o conceito de “institutionalized individualism” (Parsons *citado por* Blatterer, 2009 [2007]: 29). Este conceito encontra equivalência no de “institutionally filtered” (Heinz, 2009: 6), usado igualmente por Blossfeld *et al.* (2005) no projecto Globalife, assumindo o objectivo do projecto na compreensão de “how rising uncertainty is ‘institutionally filtered’ and channeled towards specific social groups in various countries”. Por “institutionally filtered” Heinz entende que o impacto da incerteza no *timing* dos acontecimentos e das decisões biográficas é filtrado pelos respectivos *welfare regimes*, recursos educacionais, condições de trabalho e estrutura familiar (2009: 6). Termos como “institutional arrangements” (Kerckhoff, 1995 *citado por* Raffe, 2009: 105), “institutional effects” (Shavit e Müller, 1998 *citado por* Raffe, 2009: 105), “transitional systems” (Rosenbaum *et al.*, 1990 *citado por* Raffe, 2009: 105), “coordination regimes” (Hillmert, 2002 *citado por* Raffe, 2009: 105) e ainda “institutional filters” (Blossfeld *et al.*, 2005; Esping-Andersen, 1993: 8)” e “transition regimes” (Walther, 2006b) têm sido utilizados com sentidos idênticos. Esta variedade de termos reflecte a variedade de tradições teóricas e disciplinares no estudo das transições, desde que Buchmann se referiu, em 1989, à mesma ideia como “structurally given alternatives” (1989: 42).

2.2 Estudar as transições: bifurcações e pontos de encontro

O estudo em torno das transições para a vida adulta não é novo. É, aliás, um “domínio clássico duradouro” na produção sociológica em Portugal (Machado, 2009: 301). Ao longo de várias décadas, a forma como os jovens iniciam e interrompem papéis sociais, entrando e saindo do mercado de trabalho, de habitação e do matrimonial tem sido alvo de interesse dos cientistas sociais e assumido várias formas. Nesta parte do segundo capítulo, divide-se esta diversidade de formas nas principais correntes teóricas, metodológicas e analíticas, representadas por obras que se consideram as mais ilustrativas e/ou contrastantes, demarcando as principais correntes do estudo das mudanças sociais através do percurso entre ser jovem e ser adulto. Face a estas várias correntes, situa-se, num eixo tridimensional, a presente pesquisa, ilustrando de forma clara o posicionamento teórico, analítico e

metodológico da mesma. Como se verá inicialmente no capítulo 4, esta pesquisa é composta por dois tipos de “pacotes metodológicos”. Neste capítulo, no que se refere ao posicionamento da pesquisa em termos teóricos, ao seu desenho metodológico e aos seus objectivos analíticos, apenas se fará referência às fontes primárias, isto é, à pesquisa original desenvolvida, apresentada na parte III (embora se tenha tentado aplicar os mesmos princípios aos dados de fontes secundárias essencialmente desenvolvidos na parte II desta tese).

Correntes teóricas

Adulthood does not exist, it has to be invented.
Sheila Henderson *et al.* (2009 [2007]),
*Inventing Adulthoods. A biographical
Approach to Youth Transitions*, pp. 20

Identificaram-se duas fortes correntes no estudo da transição para a vida adulta, que sendo diferentes das correntes teóricas da sociologia da juventude identificadas por Pais (2003 [1993]: 47-79), se aproximam destas. As correntes teóricas da sociologia da juventude identificadas por Pais são a *geracional* e a *classista*, e a desenvolvida por este autor é uma que tenta conciliar as duas, a de *culturas juvenis*. Também neste trabalho se identifica uma “terceira corrente” que tenta colmatar os excessos argumentativos cometidos pelo binómio teórico: por um lado, ampliação da mudança/mobilidade social (caindo na falácia epistemológica da modernidade tardia identificada por Furlong e Cartmel, 2007 [1997]) por parte, essencialmente, da corrente geracional; e, por outro lado, ampliação dos processos de reprodução social em que se baseia essencialmente a corrente classista. Corijn identifica três perspectivas no estudos das transições para a vida adulta. Uma primeira que considera a transição para a vida adulta no que se refere ao início de múltiplas carreiras, nomeadamente a da família e a do trabalho. Uma segunda perspectiva, muitas das vezes combinada com a primeira referida, refere-se aos constrangimentos sociais vividos ao longo do curso de vida. Uma terceira vaga de estudos sobre a transição para a vida adulta vê a transição para a vida adulta como a passagem da dependência para a independência, com indicadores como a maturidade, tratados até de um ponto de vista mais psicológico (2001:2). Esta última muito superficialmente abordada no presente trabalho.

No que se refere mais particularmente ao estudo das transições para a vida adulta, verifica-se a co-existência do desenvolvimento de duas correntes teórico-analíticas: uma que se denominou “desenvolvimento humano e pessoal”, muito influenciada pela psicologia e pelas teorias da pós-modernidade, e uma outra que se denominou “marcos transicionais”,

caracterizada pelos estudos da sequência, *timing*, duração e sobreposição das mudanças de papéis sociais na maioria das vezes demográficos como: mudança de residência, maternidade, paternidade, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, união conjugal, casamento, reforma, viuvez, etc.. Como refere Blatterer, esta grande polarização é acima de tudo disciplinar (2009 [2007]: 4). Passa-se então a desenvolver brevemente as duas correntes (e a “terceira corrente”, mais recente e que revela influências das duas anteriores).

Desenvolvimento humano e pessoal

While terms like young adult or emerging adult can help to capture some of the contradictions that surface in late modernity, to date we have not been provided with a convincing definition through which we can make a conceptual break between youth and young adulthood and full adulthood. In other words, researches seem unable to say what it is, other than chronological age, that separates youth from young adulthood. As Côté makes clear, adulthood is now “based more on individual preference than on social norms (2000:32)”.

Andy Furlong e Fred Cartmel (2007 [1997]), *Young People and Social Change*, pp. 56

São dois os principais teóricos em torno desta corrente, que têm em comum a origem Norte-Americana e a formação em psicologia social. Ainda que com fundamentação mais ou menos permeável às críticas de carácter sociológico (no sentido de chamar a atenção para a transição para a vida adulta enquanto construção social, dependente de variáveis temporais, históricas, de género, estruturais, etc.), Arnett e Côté chamam a atenção para a importância de uma espécie de “identity work” (Meser, 1987 *citado por* Côté, 2000: 15) que é necessário para se ser adulto, sublinhando o processo de transição para a vida adulta mais como um processo psicológico (ou individual) do que social (Côté, 2000: 31-32). Defendem, portanto, que em muitos aspectos, a *adulter* contemporânea é mais um estado psicológico do que um estatuto social, baseando-se mais em preferências individuais do que em normas sociais (Côté, 2000: 31-32). A definição contemporânea de adulto será então complexa, na medida em que até mesmo o adulto é uma pessoa inacabada (Côté, 2000: 31-49). Esta ideia de uma identidade em construção, de busca individualista de marcadores intangíveis é particularmente defendida por Arnett (*citado por* Côté, 2000: 55), com a sua polémica definição de “emerging adulthood” (Arnett, 2000; Arnett e Tannet, 2006; Tanner e Arnett, 2009). Próxima do conceito de “Youthhood” de Côté⁶³, o conceito de “emerging adulthood” é

⁶³ Arnett discordaria desta afirmação, por assumir especificidade etária no seu conceito de “emerging adulthood”, afirmando mesmo que “terms that include the years 18-25 as a non-distinct stage of development – late adolescence, post adolescence, youth, young adulyhood, the transition to

caracterizado por “relative independence from age-normative tasks, by experimentation with social roles, and by little meaningful commitment to one’s relationships and organizational involvements” (Shanahan *et al.*, 2005:226). Esta *afirmação teórica* de Arnett, tem sido profundamente criticada pelos teóricos de uma corrente assumidamente mais classista, como por exemplo Bynner (2005), Heinz (2009: 7), Furstenberg *et al.*, (2005: 5) e Blossfeld (2005), que apontam às conclusões de Arnett uma grave negligência da análise da variação das suas conclusões consoante variáveis estruturais como contexto nacional, sexo, etnicidade, classe social, etc.. Acabam, desta forma, por criticar tacitamente Beck sobre a libertação do indivíduos dos constrangimentos de classe e de género e suas afirmações como “biography is the sum of subsystem rationalities, and by no means their environment” (1992: 137). Arnett tende a tratar o grupo em transição de forma homogénea. Assim, existe uma grande diferença entre a postura de Côté, que sublinha o carácter individual e de maturidade pessoal, assumindo, tal como Almeida, “não existirem calendários hegemónicos para a experiência do processo de construção da autonomia”, o que sublinha “a natureza relacional, social e cultural do processo” (Almeida, 2009: 487); e a postura de Arnett que parece, como afirma Almeida sem se referir a ele, adoptar conclusões que assumem este processo como uma “sucessão de etapas fisiológicas e psicológicas pré-definidas” (Almeida, 2009: 487), criando, aliás, balizas etárias para o início e para o fim deste processo de *preparação para a adultez*.

Assim, no âmbito da psicologia, ser adulto é ter adquirido uma série de competências individuais, relacionais e sociais, às quais se poderá denominar maturidade e que incluem a “responsabilidade e a interdependência” enquanto factores distintivos entre o que é ser adolescente e o que é ser adulto (Shanahan *et al.*, 2005: 227). Assim, para a psicologia, “adult individuals are expected to have made the vital decisions that give them a direction in life; to have acquired a set of stable preferences, life guiding principles, and a range of social competencies facilitating their social interactions” (Blatterer, 2009 [2007]: 4).

Marcos transicionais

O estudo da transição para a vida adulta fez-se, durante décadas, através da análise do *timing* dos eventos demográficos como: sair da escola, sair de casa dos pais, entrar no mercado de trabalho, iniciar uma união conjugal ou casar, ter o primeiro filho (Shanahan *et al.*, 2005: 225). As principais transições consensualmente reconhecidas são (sem ordem cronológica

adulthood – are inadequate descriptors of this unique stage of development” (Tanner e Arnett, 2009: 39).

nem de importância associada): “ser financeiramente independente, ter concluído a sua escolaridade, ter um trabalho a tempo inteiro, ter capacidade de sustentar uma família, ter saído de casa dos pais, ter casado e ter tido filhos” (Billari, 2005; Molgat, 2007: 498). Galland (1984, 1991) refere mesmo que os três mais importantes marcos de *adulthood* são de ordem habitacional (da casa dos pais para a própria casa), de ordem profissional (terminando a educação e formação e entrando no mercado de trabalho) e de ordem relacional (de solteiro à formação de casal e de família) (*citado por* Molgat, 2007: 495; ver também Zittoun, 2002: 193; Oinonen, 2004: 286). Esta triagem das transições mais relevantes é consonante com a utilizada por Pais: “de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado), conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e de aprovisionamento)” em que é “a partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades que os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos” (1990: 141).

As expectativas relativamente à idade em que estes eventos ocorrem continuam a pautar os projectos de vida, mas de uma forma muito mais flexível e muito menos fatalista. Já não há, portanto, eventos fora de prazo (Shanahan *et al.*, 2005:226). Com o enfraquecimento das expectativas etárias e normas sociais associadas aos eventos transicionais para a vida adulta, estes marcadores ou indicadores são cada vez mais insuficientes ou, por outro lado, dispensáveis para que um jovem adulto se considere adulto (Fussel e Furstenberg, 2005; Shanahan *et al.*, 2005). Jones e Wallace referem, aliás, que quanto mais complexas se tornam as transições para a vida adulta, e mais desconectadas estão as transições umas das outras, mais difícil é a definição do estatuto de *adulto* (1992: 95).

Não obstante a diminuição de importância dos eventos transicionais para se ser considerado adulto, e a perda do seu carácter enquanto ritos de passagem, estes eventos continuam a ter importância objectiva e subjectiva, ainda que com diferentes ênfases do que na biografia normal (Blatterer, 2009 [2007]: 16). Assim, o casamento continua a ter importância pois é encarado como a assumpção de responsabilidade perante o outro e de compromisso com a relação (perdeu foi parte do carácter *genderizado* do seu reconhecimento); deu-se uma reciclagem do reconhecimento da independência através do exercício de uma actividade profissional que dá sinais de produtividade; mas a saída de casa dos pais continua a ser importante enquanto condição para a entrada na formação de família e concretização da independência económica (Blatterer, 2009 [2007]: 16-17). Shanahan *et al.* (2005) também reforçam a importância dos marcos transicionais, especialmente para os jovens adultos que já os experienciaram, aspecto que é útil para considerar o fenómeno da retro-causalidade na relação entre valorização de determinadas transições e frequência da sua

ocorrência.

Como se verá no desenvolvimento deste capítulo, foi na análise da sequência, duração e *timing* destes eventos transicionais que se estabilizaram as conclusões de “prolongamento da transição” e da “desestandardização do curso de vida”. É também com base na análise destes indicadores que melhor se manifestam as continuidades da interferência das variáveis estruturais como classe social, género e contexto nacional e, como consequência, com mais rigor se identificam de facto as mudanças sociais, das quais os jovens adultos são os protagonistas na vanguarda.⁶⁴

A “terceira transição”

Adult status is likely based on a combination of personal qualities and social roles.

Shanahan *et al.* (2005), *Subjective Age Identity and the Transitions to Adulthood: When Do Adolescents Become Adults*, pp. 251

O contexto da modernidade tardia veio retirar sentido a esta polarização disciplinar, tirando afinal proveito das duas perspectivas. Heinz, com 30 anos de experiência em pesquisas do curso de vida, recusa-se a caracterizar as transições como lineares *ou* emergentes. Pelo contrário, afirma que elas são contingentes e complexas interações entre decisões individuais, estruturas de oportunidades e trajetórias sociais (2009: 4). O estudo da mobilidade social poderá também facilitar a análise desta complexidade das novas e tradicionais desigualdades (Henderson *et al.*, 2009 [2007]:14). Assim, a distinção analítica entre *transições* para a vida adulta e *concepções* do que é ser adulto é apenas uma distinção entre níveis de transição (Westberg, 2004:37), através de várias dicotomias, entre as quais:

- *Independência e Autonomia* (Westerberg, 2004; Molgat, 2007). A independência refere-se aos aspectos mais declaradamente financeiros⁶⁵ e a autonomia e responsabilidade têm um carácter mais relacional. Assim, enquanto que a independência financeira é marcada pela obtenção de um trabalho (estável e em tempo inteiro), a autonomia é marcada pela

⁶⁴ Não são apenas os jovens adultos que têm esta capacidade de adaptação, mas também as suas famílias (Mitchell, 2007 [2006]: 7).

⁶⁵ Embora a saída de casa dos pais seja muitas vezes fundamentada como um indicador desta mesma independência financeira face à família de origem, esta acaba por ser desvalorizada enquanto tal por duas vias quase opostas: uma, em que os jovens-adultos com trabalho e remuneração estáveis contribuem financeiramente para a manutenção (alimentação e/ou renda) da casa onde coabitam com a família de origem (Jones, 1992: 70-92), outra, em que os jovens adultos são facilmente beneficiários de “student” ou “housing allowances”, mesmo quando não têm uma actividade profissional e remuneratória estável (Oinonen, 2004: 269, 278). São, portanto, situações que se confundem entre interdependência financeira (Jones, 1992: 79) e semi-dependência.

capacidade (racional, emocional) de tomar as próprias decisões relativamente às *encruzilhadas do curso de vida*. A responsabilidade, percebida muitas vezes como produto da independência financeira e da autonomia referidas anteriormente, é subdividida entre a responsabilidade para com o próprio (e aqui estão novamente assentes as responsabilidades financeiras relacionadas essencialmente com o sustento e manutenção de uma casa e, em casos mais esporádicos, associada aos deveres domésticos e/ou escolares) e as responsabilidades para com os outros (relativamente aos colegas de trabalho, e essencialmente ao cônjuge e aos filhos) (Molgat, 2007: 502-506);

- *Transições de papéis sociais e transições de estatuto* (Westberg, 2004: 36-37);

- *Marcos de transição e qualidades individuais* (Molgat, 2007: 497);

- *Transições e agência* (Gordon e Lahelma, 2002: 7);

- *Recursos para as transições e responsabilidade simbólica* (Zittoun, 2007: 193);

- *Trabalho* (como símbolo de recursos e de independência financeira) e *família* (como símbolo de responsabilidade face a terceiros) (Kulgerberg, 2000);

- *Transições associadas a riscos sistémicos e transições associadas a riscos individuais* (Biggart e Whalter, 2006: 45).

O processo de obtenção do estatuto de adulto, ao incluir elementos destas duas esferas de transição é, portanto, negociável. O conceito de “Contestable Adulthood” de Horowitz e Bromnick (2007) operacionaliza bem esta ideia, ao recuperar a obra de Gallie (1962, 1964), em que são definidas as condições em que um conceito é “essentially contested concept”.⁶⁶ Horowitz e Bromnick defendem que o conceito de *adulthood* preenche esses mesmos requisitos.

- i. É apazível (é socialmente valorizado);
- ii. É internamente complexo (tem no seu interior uma variedade de elementos);
- iii. É descrito de forma variável (há várias formas deste conceito ser definido, cada uma das definições dá diferente primazia a um dos elementos internos);
- iv. É aberto (diferentes circunstâncias sociais levam a diferentes definições);
- v. E por fim, é um conceito usado de forma agressiva e simultaneamente defensiva. O uso deste conceito é atento ao facto das formulações que implica competirem com as de terceiros. (Horowitz e Bromnick, 2007: 211).

⁶⁶ Sendo que Gallie atribui à arte, à religião e à democracia esse mesmo estatuto (Horowitz e Bromnick, 2007: 212).

Aplicando este leque de requisitos ao conceito de *adulthood* pode verificar-se que a condição adulta é um indicador de uma transição de vida bem sucedida, e como tal é uma conquista auto e hetero-valorizada socialmente (i); é igualmente um conceito complexo pois abrange no seu interior uma série de transições e concepções que se combinam em diferentes definições desta condição (ii e iii); evoluções no *curso de vida* com a institucionalização e a individualização conduzem à diversidade da definição deste conceito (iv); e, por fim, a auto identificação de um indivíduo com a categoria “adulto” implica a utilização de diferentes definições émicas do conceito. Os autores avançam ainda referindo as duas principais formas de contestação do conceito: não apenas a categoria de adulto é contestável na sua essência, como a pertença individual a essa mesma categoria também o é, durante um determinado período da vida⁶⁷ (Horowitz e Bromnick, 2007: 212). Enfatizando esta ideia, referem que seria absurdo, por um lado, antes de um determinado período da vida, alegar a pertença a essa condição social, bem como, depois de um determinado período da vida, negar essa mesma pertença (Horowitz e Bromnick, 2007: 212). Segundo estes autores, apenas uma análise qualitativa poderia dar conta da negociação discursiva que este conceito contestável abarca.⁶⁸ Este conceito de “contested adulthood” aproxima-se do que Machado Pais denomina como “a transição como um processo de negociações constantes”, em que “cada individualidade é o lugar onde se joga uma pluralidade, por vezes incoerente (e muitas vezes contraditória) de constelações relacionais. A vida quotidiana é um contínuo processo de ‘negociação e interpretação’, composto de operações heterogêneas que constituem os *patchworks* do quotidiano. Esse processo complexo e negociado de relações inter-individuais desenvolve-se num campo simbólico cujo léxico social é assimilado pelo indivíduo a fim de preparar-se para uma estrutura de trocas que lhe permita articular os sinais do seu próprio reconhecimento” (1993: 72-75).

⁶⁷ Ainda que prevaleça, no âmbito de algumas investigações, a ideia segundo a qual quando um indivíduo “não entra ou é aceite nas instituições como o mercado de trabalho, o sistema de *Providência*, o mercado de habitação (...), a sua *adulthood* não é socialmente confirmada” (Jones, 1992: 80).

⁶⁸ Sugerindo a utilização de perguntas abertas como: “Sabes que és um adulto quando...”; “Paras de ser uma criança quando...”, “os teus pais tratam-te como uma criança quando...”, “A sociedade trata-te como uma criança quando...”, “quais são os aspectos positivos de crescer?”, “Quais são os aspectos negativos de crescer?” (Horowitz e Bromnick, 2007: 214). As respostas foram organizadas em critérios de “independência”, “cronologia”, “conduta de terceiros”, “desenvolvimento” e por fim, “aspectos demográficos” (os que, noutros contextos, outros autores denominam de “transições”, isto é, educação, mercado de trabalho, sair de casa dos pais, estatuto sexual, casamento, etc.) (Horowitz e Bromnick, 2007: 216-225).

O reconhecimento social opera enquanto principal instrumento de negociação do estatuto de adulto. Henderson *et al.* enfatizam a importância do sentimento de competência social, que é alimentado pelo reconhecimento alheio. Quanto maior o reconhecimento, maior a propensão para se investir nessa área da vida (2009 [2007]:13). Esta perspectiva é partilhada por Blatterer que afirma: “to be adult in contemporary society means to be recognized a full person at different levels of social interaction, ranging from law to the various conventions of different social milieus” (Blatterer, 2009 [2007]: 52). Westerberg também distingue a conquista de autonomia em competências para se tomar “decisões adultas” (auto-reconhecimento) e o “estatuto de adulto” (hetero-reconhecimento) (2004: 39). Este reconhecimento, referem Jones e Wallace, ocorre por camadas: primeiro na esfera privada (a família) e seguidamente na esfera pública, constituída por instituições como os mercados de trabalho, de habitação, de consumo, etc. (1992: 80).

Existe uma predominância dos desenhos qualitativos de pesquisa nesta corrente da “terceira transição” que se prende com o reconhecimento da importância dos eventos não demográficos, muito raramente recolhidos em desenhos extensivos e quantitativos de pesquisa. Assim, a análise compreensiva dos chamados “turning points”⁶⁹ convida a uma análise qualitativa dos dados, que permita ao entrevistado uma narrativa biográfica mais livre e que enfatize a forma como acontecimentos inesperados reformulam ou suscitam a reformulação dos projectos de vida (Henderson *et al.*, 2009 [2007]:15; Giddens, 2001 [1991]). Os “momentos críticos” são importantes porque desempenham um papel central nas narrativas do *self* e na ordem e desordem destas narrativas nos projectos reflexivos, alterando a estrutura de significados do indivíduo (Henderson *et al.*, 2009 [2007]: 20-22). Estes “fateful moments” (Giddens, 2001 [1991]) têm, portanto, a capacidade de converter “biografias normais” em “biografias de escolha” e vice-versa (Heath e Cleaver, 2003: 31; Nico, 2010).

Correntes metodológicas

Podem identificar-se três correntes metodológicas no estudo das transições para a vida adulta⁷⁰. Estas correntes não são auto-exclusivas, mas mesmo quando combinadas, é habitualmente uma delas que predomina no desenho da pesquisa. O tipo e formato, e os limites da interpretação, dos dados recolhidos estão profundamente associados ao método de investigação. Assim, os três pares de método e tipo de dados recolhidos mais utilizados na

⁶⁹ Cujas análises estarão concentradas no capítulo 10.

⁷⁰ As correntes metodológicas serão posteriormente apresentadas com mais pormenor no capítulo 4, no capítulo 5 e no capítulo 8.

pesquisa da transição para a vida adulta são enunciados se seguida, acompanhados da explicação da forma como foram incorporados na presente tese.

(i) *A vida vivida*: métodos e dados quantitativos, de carácter extensivo, sobre *timing* e sequência de eventos demográficos. Os dados usados na presente pesquisa pertencem aos ESS 2006, mais especificamente ao módulo da “organização do curso de vida”.⁷¹ Dados sobre a vida vivida também foram recolhidos na componente qualitativa da presente pesquisa, através de uma ficha de eventos ou calendário de vida.

(ii) *A vida contada*: métodos qualitativos, de carácter intensivo e objectivos compreensivos, de recolha de dados qualitativos - discurso oral, recolhidos em entrevista, em torno da identificação do sentido dado pelos entrevistados ao rumo, opções e constrangimentos no seu curso de vida.⁷²

(iii) *A vida imaginada*: métodos qualitativos de recolha de narrativas escritas ou orais (Henderson *et al.*, 2009 [2007]) em torno das “lifelines” e da forma como os jovens adultos planeiam, projectam ou apenas imaginam o desenrolar das suas vidas no futuro.⁷³ Esta componente foi utilizada de forma secundária na componente qualitativa da presente pesquisa.

Correntes analíticas

A distinção aqui operacionalizada entre correntes analíticas e correntes metodológicas baseia-se na distinção entre as opções de objecto e de observação, por um lado, e as opções de acesso e forma, por outro. Os dois tipos de opções estão obviamente muito relacionados (produzindo até efeitos indesejados, como se verificou a propósito da “falácia epistemológica da modernidade tardia” acima desenvolvida), mas a sua separação cumpre aqui objectivos ilustrativos. São duas as sub-correntes de opções de objecto que podem ser aqui identificadas. Serão posteriormente compactadas, apenas para facilitar a representação gráfica das coordenadas da presente pesquisa.

⁷¹ Análises deste tipo com outras bases de dados podem ser encontradas em Aassve *et al.* (2002), Aquilino (1991), Blossfeld *et al.* (2005), Billari (2001), Billari *et al.* (2001), Settersten, Furstenberg e Rumbaut (2005), Mouw (2005), Pollock (2007), Rindfuss (1991), entre outros.

⁷² Análises deste tipo podem ser encontradas em Almeida (2009), Guerreiro e Abrantes (2004, 2005), Heath e Keyton (2001), Heath e Cleaver (2003), Henderson *et al.* (2009 [2007]), Thomson (2009), Machado e Silva (2009), Pais (1991, 2001, 2003 [1993]), Pappámikail (2004), entre outros.

⁷³ Análises deste tipo podem ser encontradas em Elchardus e Smits (2006), Henderson *et al.* (2009 [2007]), Kugelberg (2000), Thomson (2009), Vinken (2007), entre outros.

Uma das sub-correntes refere-se ao carácter compartimentado, muito comum, do estudo das transições para a vida adulta, por contraposição com uma análise mais holística. Entre estes, é a transição escola-trabalho que mais atenção recebe (Pollock, 2002: 60), e de forma mais transversal a vários campos/sub-campos disciplinares como a sociologia da juventude, sociologia da educação, desigualdades sociais, ensino superior, etc.. Esta atenção faz-se muitas vezes às custas da atribuição de um papel secundário às transições familiares (Mitchell, 2007 [2006]: 2). Os estudos sobre transições para a vida adulta tendem a concentrar-se em dois tipos: escola-trabalho e família-família (mais abordado pela sociologia da família), mais preocupado com a entrada na conjugalidade (Aboim, 2005, 2006; Wall e Amâncio, 2007; Wall, 2005; Torres, 2001), com a conciliação trabalho-família (Torres, 2001; Torres, 2004; Amâncio, 2007; Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2009, entre outros) e com as novas formas de parentalidade (Cunha, 2007; Mendes, 2007, entre outros). Assim, a transição para a vida adulta é muito raramente abordada como um todo, preferindo os investigadores escolher um único tipo de transição, como a transição escola-trabalho ou o nascimento do primeiro filho (Macmillan e Eliason, 2002: 529). O curso de vida, e a transição para a vida adulta em particular, enquanto processo dinâmico e multidimensional, não é, portanto, tão frequente (Macmillan e Eliason, 2002: 550). Segundo Heath e Cleaver, mesmo os estudos mais frequentes sobre a transição escola-trabalho muito raramente têm em conta a interdependência entre as transições profissionais e as transições domésticas e habitacionais (2003: 17), isto é, muito raramente encaram as transições na sua vertente holística. Mas de facto, “o desenvolvimento de uma tipologia de experiências profissionais, por exemplo, sem referência a dados sobre mudanças de habitação, de conjugalidade ou de família é indiscutivelmente inadequado” (Pollock, 2007: 167).

Alguns estudos, porém, têm abordado a transição para a vida adulta sob um ponto de vista identitário, integrando, portanto, numa mesma análise as várias esferas da vida em curso, dando igualmente espaço (especialmente os estudos qualitativos) à análise dos “turning events” como eventos importantes e estruturadores do curso da vida (Hendersen *et al.*, 2009 [2007]; Thomson, 2009). A crescente e importante interdependência das transições das várias esferas da vida implicam estudos desta natureza (Jones e Wallace, 1992: 93), principalmente no sentido em que o insucesso numa das transições pode afectar ou comprometer profundamente a transição noutra esfera transicional (Jones, 1995: 30), como é o caso do sucesso escolar e da entrada no casamento, e deste, por sua vez, com o *timing* da parentalidade (Settersten, 2002: 93). Assim, se os projectos de vida dos jovens são muitas vezes desenhados tendo em conta as sequências de acontecimentos ou a trajectória organizada

por diferentes investimentos em diferentes esferas, em diferentes momentos da vida, as pesquisas sobre os mesmos tendem a focar-se nestas transições separadamente. Esta postura impede a análise da sequência das transições, da interdependência e da distância temporal entre as mesmas (Settersten, 2002: 93).⁷⁴ Desta forma, os tradicionais estudos sobre juventude ou políticas de juventude têm ignorado a interdependência interna dos eventos e das trajetórias e têm decomposto as vidas em transição por temas: saúde, crime, educação, trabalho, família, etc.. Algumas pesquisas (entre as quais se destaca a de Henderson *et al.*, 2009 [2007] e a de Thomson, 2009, baseadas no mesmo projecto “Inventing Adulthoods”), pelo contrário, têm-se “interessado por todos os aspectos das vidas dos jovens e como estes se encaixam e interagem” (Henderson *et al.*, 2009 [2007]: 13).

A segunda sub-corrente analítica, que em certa medida é também metodológica, refere-se às opções de acesso e forma do objecto estudado. Aqui a distinção faz-se entre o objectivo de captar um “retrato” de uma determinada realidade e o de captar um “filme”, o que em termos científicos determina se se pretende compreender um determinado estado das coisas ou, pelo contrário, o movimento, o processo, as dinâmicas próprias que levam a esse estado das coisas ou à diversidade de estados das coisas. Chamou-se, para efeitos de conjugação com a sub-corrente anterior, de corrente temporal-dinâmica e temporal-estática. As correntes holísticas referidas anteriormente (quantitativas ou qualitativas) tendem também a levar a temporalidade muito a sério (ainda que a recolha dos dados seja, no caso dos estudos de *event history analysis*, retrospectiva; e que no caso do projecto “Inventing Adulthoods” os dados e a própria recolha tenham sido longitudinais).⁷⁵ Na presente pesquisa segue-se a corrente holística relativamente ao objecto. Por um lado, apesar do principal e primeiro interesse ter caído sobre as carreiras habitacionais dos jovens, rapidamente se percebeu que a história contada em torno destas carreiras diria respeito a muitas outras esferas da vida, por vezes até muito pouco com a esfera habitacional. Assim, integram-se todas as outras esferas e ainda a possibilidade, bem vinda, de análise de *turning points*, de momentos de viragem na vida destes jovens adultos que nada tenham de previsível para o investigador. Por outro lado, segue-se a sub-corrente dinâmico-temporal ao reconhecer a importância da acumulação, e sequência da mesma, de experiências de vida e dos vários momentos de bifurcação nas vidas

⁷⁴ Quantitativamente estes aspectos são geralmente estudados através de técnicas estatísticas cuja unidade de análise é precisamente a duração entre os eventos, como o Event History Analysis (ver Mills, 2011) ou Multiple Sequence Analysis (ver Pollock, 2007).

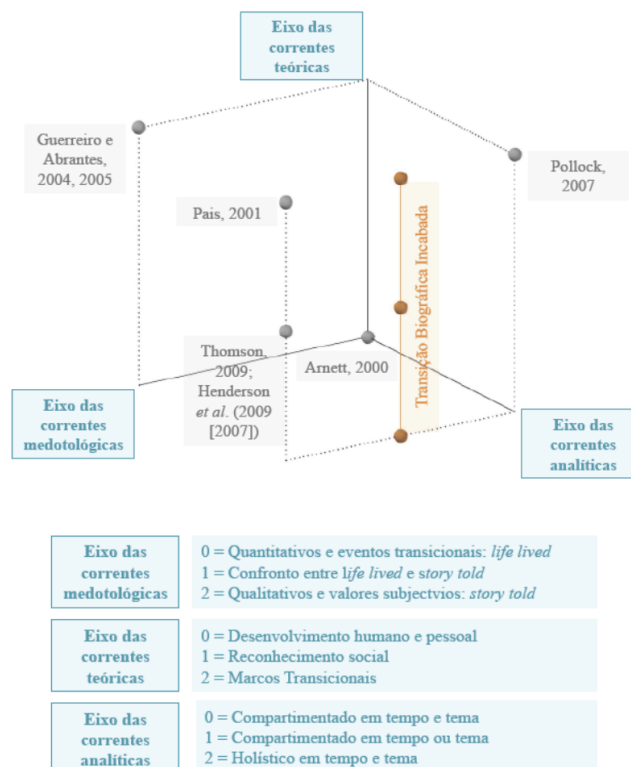
⁷⁵ Acerca da afirmação epistemológica contida numa das obras produto deste projecto ver Nico (2010b).

de quem está a transitar para a vida adulta. Aos aspectos metodológicos e analíticos se regressará no capítulo 5 e, principalmente, por dizer respeito às fontes primárias, no capítulo 8.

Coordenadas da pesquisa

Em jeito de conclusão, apresenta-se de seguida um mapa que representa o campo temático das transições para a vida adulta e situam-se, face à diversidade analítica, teórica e metodológica, os estudos que melhor ilustram a diferenciação interna no campo, e o posicionamento da presente pesquisa. Metodologicamente esta pesquisa concilia a vida vivida com a vida contada e analiticamente tem uma postura holística. Tem como transversal à componente quantitativa e qualitativa o interesse pelos marcos transicionais, mas também integra, na componente qualitativa, o interesse pelo desenvolvimento humano e pessoal e pelo reconhecimento social.

Figura 2.1: Coordenadas da pesquisa face às correntes no estudo das transições para a vida adulta



2.5 Tipologias de transição para a vida adulta em Portugal

A transição para a vida adulta, ainda que com predominância para os estudos sobre transição

escola-trabalho, tem vindo a ser objecto de estudo privilegiado de investigadores portugueses. Entre estes devem destacar-se Machado Pais, numa tradição mais cultural, com metodologias mais qualitativas e com a atenção virada para as mudanças sociais e para a reflexividade, chega a distinções entre *biografias lineares e pós lineares* (baseadas no tipo de sequencias de transições). Já Guerreiro *et al.* (2004, 2005, 2006, 2009) têm desenvolvido estudos no âmbito de uma corrente mais classista e centrada na escolaridade e na entrada com o mercado de trabalho, socorrendo-se de tipologias mais próximas das desenvolvidas por Jones (2002: 17) e mais centradas no *timing* das transições: *rápidas e lentas*. Neste sentido, Jones refere que as transições mais antecipadas e condensadas tendem a ser mais frequentes entre as mulheres e nas classes mais desfavorecidas, ao contrário das transições dos homens e das classes médias (2002: 19), refere ainda que esta polarização está a aumentar.

Desta forma, há que distinguir tipologias que têm em conta a biografia individual (encarando, portanto, as transições para a vida adulta e combinando as várias esferas da vida), como a que pretende ser a de Machado Pais (2001), das tipologias que têm em conta a comparação dos investimentos nas várias esferas de transição para a vida adulta (num dado momento do tempo), como a análise compartimentada das transições costuma proporcionar. Estas duas tipologias cumprem objectivos diferentes, que não são comparáveis. Há ainda um terceiro tipo de tipologia, baseada no tipo de estratégias de mobilidade social que os jovens são ou não capazes de desenvolver num contexto adverso (classes sociais desfavorecidas), da qual a obra de Machado e Silva (2009) é exemplificativa. Pode, desta forma, apresentar-se uma espécie de tipologia das tipologias, das quais estes três conjuntos de autores portugueses são paradigmáticas:

1. Estilo Biográfico: Machado Pais (2001)
2. Transições: Guerreiro e Abrantes (2004, 2005)
3. Mobilidade social: Machado e Silva (2009)

Machado Pais (2001), na sua paradigmática obra *Ganchos, Tachos e Biscates*, termina a sua obra apresentando uma tipologia face ao trabalho que, como de costume neste autor, aproveita o poder rapidamente elucidativo da metáfora, neste caso baseada na conhecida fábula da cigarra e da formiga. Usa portanto esta fábula para ilustrar a diversidade ética dos jovens face ao trabalho.⁷⁶ Assim, “de um lado, temos a ética da formiga, marcada por uma

⁷⁶ Ver Nico (2009: 17-20), a propósito da agenda identitária por detrás do desenvolvimento de actividade profissional. Neste *working paper* e com um conjunto parcelar das entrevistas utilizadas

forte entrega ao trabalho e uma relativa propensão à poupança: todo e qualquer gancho ou biscate que dê algum dinheiro aproveita-se, independentemente da satisfação intrínseca que se possa retirar do trabalho que se faz. De outro lado, temos a ética da cigarra caracterizada por um prazer lúdico que se possa retirar do trabalho realizado ou, mais radicalmente, do não trabalho. No caso da ética da cigarra o futuro aparece associado a uma imprevisibilidade errática que caracteriza o curso das trajetórias. Em contrapartida, na ética da formiga prevalece o cálculo do futuro a longo prazo, seu faseamento em etapas, tendo como suporte o controlo desse mesmo futuro. O que separa estas duas éticas é a contradição que resulta do enfarinhamento da busca de gratificação imediata com o cálculo racionado do interesse próprio a longo prazo” (Pais, 2001: 408). Assim, na ética da formiga, pode encontrar-se a via “de socialização para o emprego” mais tradicional, mais frequente nas classes mais desfavorecidas e mais favorecidas, e caracterizada pela importância das redes “familiares, amicais e vizinhais” na procura de emprego (Pais, 2001: 411). Já na ética da cigarra, o autor encontra aquilo a que chama a via da “des-socialização relativamente ao mundo do trabalho” marcado novamente por desigualdades sociais: por um lado, jovens com uma forte “ética convivialista e de diversão” que leva ao prolongamento de um estatuto juvenil que beneficia de ausência de responsabilidades de ordem financeira; por outro, jovens com dificuldade de obtenção ou manutenção de emprego, mais vulneráveis à precariedade e/ou a exclusão social ou ao desemprego de longa duração (Pais, 2001: 411).

A talvez mais abrangente (menos cingida uma determinada classe social – desfavorecida - ou a uma esfera transicional, a da escola-trabalho) das obras de Guerreiro sobre transições para a vida adulta, nomeadamente no que se refere ao desenho de uma tipologia, é a intitulada “Transições Incertas” (com co-autoria de Pedro Abrantes). A tipologia constrói-se por tipo de orientação predominante na vida de cada jovem, mas de uma forma aparentemente não auto-exclusiva. Assim, a transição com *orientação para o trabalho*, designada *transições profissionais*, caracteriza-se por um forte investimento no trabalho, à custa do qual se adiam projectos familiares e de lazer; a transição com *orientação para o lazer* (transições lúdicas) caracteriza-se por um longo período da vida com objectivos pouco definidos e práticas de lazer (viagens, “noite”) frequentes.⁷⁷ Os dois tipos seguintes podem ser

nesta tese, discute-se a forma como os motivos e os *timings* de procura de emprego ajudam a entender o papel dos projectos profissionais na vida dos jovens, mais do que as actividades propriamente desempenhadas (numa sub-parte intitulada “*Diz-me por que trabalhas, dir-te-ei quem és*”).

⁷⁷ Este par tipológico tem alguma correspondência com o par tipológico avançado por Pais (2001) (a ética da cigarra e da formiga).

encarados como fazendo parte de um outro par de tipologias familiares: a biografia *normal* e a biografia *de escolha*. Assim, os autores encontraram transições a que chamaram experimentais (com orientação para o *self*), em que a saída de casa é um processo e não um momento coincidente com a constituição do casal ou da família *versus* as transições que denominaram de *progressistas* (com orientação para o *futuro*) em que os jovens tendem a cumprir um plano linear de sequência de transições, cumprindo a ordem da biografia normal: escola-trabalho-família.⁷⁸ As *transições precoces* são idênticas às *progressistas* mas mais condensadas e antecipadas no tempo. As *transições precárias* (de orientação adaptativa) são marcadas por instabilidade no mercado de trabalho, enquanto que as *transições destruturantes* (de orientação para a sobrevivência) correspondem, de certa maneira, às biografias de risco.

Já o estudo de Machado e Silva, ao centrar-se em jovens adultos de um bairro social, num contexto socialmente desfavorecido, acaba por implicitamente avaliar a diversidade e a intensidade do efeito que a estrutura social ainda exerce na chamada transição para a vida adulta. Não admira, por isso, que a tipologia encontrada reflecta indirectamente aspectos sobre mobilidade e reprodução social, dando importância analítica, como Machado Pais deu na obra acima citada, à temporalidade ou à cronologia dos acontecimentos (insinuada logo no título pela expressão “caminhos”). Embora centrados num bairro social, os princípios teóricos que desenharam a análise são muito claros (e extrapoláveis para um qualquer outro tipo de amostra de jovens em transição para a vida adulta). É sublinhada, na tipologia e nas conclusões de uma maneira mais geral, a importância, mas não o totalitarismo, da influência da classe social no tipo de transição para a vida adulta, questão visível aliás, na pergunta de partida “por que razões se podem encontrar, numa população globalmente desfavorecida em termos socioeconómicos, jovens em situações sociais, escolares e profissionais tão diversas?” (Machado e Silva, 2009: 5). Estes autores criam uma tipologia dicotómica, embora com uma categoria intermédia onde os futuros estão “em aberto”: um que denominaram de “vulnerabilidade social”, que se caracteriza pela acumulação e conjugação de eventos negativos e disruptivos nas várias esferas da vida (família, escola e trabalho); outro que denominaram de “mobilidade ascendente” fundamentada no investimento escolar e numa integração mais credenciada e promissora no mercado de trabalho. Pode afirmar-se que a

⁷⁸ Este par de tipos tem alguma correspondência com a dicotomia “linear/ pós-linear” referida por Machado Pais (2001). A tipologia de Guerreiro e Abrantes incluiu, sem combinar, níveis de análise (trabalho, família e lazer, por exemplo), tempos (*presente-self*, futuro) e variáveis (sequência, timing do eventos, consequências) diferentes, numa mesma tipologia.

primeira se pauta pela reprodução social e a segunda por uma das características típicas da biografia de escolha, a diminuição do peso da estrutura (classe social, estrutura familiar e os chamados “turning points”) no curso das vidas e consequente mobilidade social ascendente. O terceiro caminho apenas reforça a ideia de que se deve olhar para os processos de mobilidade e reprodução social como extremos de um campo de possibilidades já não tão marcado pelo lugar na estrutura social. Como referem os autores relativamente às classes mais desfavorecidas: “nem pensar, ingenuamente, que tudo está em aberto para cada um deles, independentemente do ponto do espaço social de onde parte, nem pensar fatalmente que cada um já está no ponto do espaço social onde vai ficar o resto dos seus dias. Todos têm um campo de possibilidades, mais ou menos generoso.” (Machado e Silva, 2009: 10).

Em alguns aspectos, algumas destas tipologias não sobreviveriam às críticas feitas por Thomson (2007: 97): que tendem a ser estáticas e a representar apenas um momento no tempo, ou a ser fragmentadas (por privilegiarem certas transições, como a escola-trabalho) ou ainda ao basearem-se no lugar na estrutura em vez de perceber o percurso feito a partir dele através da agência. Em suma, para esta autora, “ideally, a biographical approach to youth transitions can be holistic and dynamic, working with the meanings that young people attribute to their own lives, and revealing of issues of timing and circumstance” (Thomson, 2007: 97). Estas críticas parecem ir ao encontro da crítica de Machado Pais às “sociologias linearistas” que “procuram uma construção lógica da continuidade através da noção de causalidade. Factos tomados como “causa” determinam outros factos tomados como “efeito”, num esforço de vinculação que assegura uma continuidade temporal entre um “antes” e um “depois”, numa consolidação de sucessões. No entanto, entre qualquer *antes* e *depois* dá-se um entretanto de imprevistos, de acontecimentos, de sucessos e de insucessos à margem da continuidade temporal das sucessões previstas” (Pais, 2001: 9).

2.4 Os cursos de vida na contemporaneidade: o “pacote” individualista?

Autores das várias correntes teóricas, metodológicas e analíticas anteriormente apresentadas partilham determinadas premissas sobre a natureza e o funcionamento actual das transições para a vida adulta. Nas introduções dos vários artigos e obras sobre transições para a vida adulta e sobre a especificidade das gerações contemporâneas encontra-se a referência mais ou menos detalhada, numa abordagem variavelmente crítica destes *quasi factos* científicos. Neste capítulo, recorrer-se-á igualmente a estas supostas características, empurrando para alguns dos seguintes capítulos, a análise e validade empírica dessas mesmas *premissas*. A apresentação

em separado de cada uma destas características da transição para a vida adulta contemporânea constitui uma espécie de *afirmação* teórica, contribuindo para uma breve crítica da habitual apresentação destas características *em pacote*⁷⁹, como se todas elas fizessem parte de uma *vaga* de biografias completamente distintas das anteriores e com características coerentes, inseparáveis e mutuamente inclusivas. Como se tomasse como inquestionável a “metamorfose” na “relação entre indivíduo e sociedade” (Beck, 1992: 127)⁸⁰. É-se da opinião que a apresentação *em pacote* destas características tende a estabelecer implicitamente uma causalidade ou interdependência (infundamentada) entre elas, o que contribui para o exacerbamento de todas elas e das apreciações conservadoras e condescendentes relativamente às formas contemporâneas de se ser adulto. Para além disso, se o processo de individualização já tende a esconder as características partilhadas pelas biografias “únicas”, a ideia de que todas as biografias “únicas” ou “de escolha” apresentam simultaneamente, e invariavelmente pelos lugares de classe, *desestandardização*, destradicionalização, prolongamento, desinstitucionalização, reversibilidade, ambiguidade, etc., contribui ainda mais fortemente para a “falácia epistemológica da modernidade tardia” (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]) apresentada e discutida anteriormente neste mesmo capítulo. A questão da confusão conceptual em torno de alguns destes conceitos será novamente abordada no capítulo 7, a propósito do alegado processo de *desestandardização* do curso de vida.

Desestandardização do curso de vida

A perspectiva do curso de vida - quando definida enquanto sequências interdependentes de papéis sociais e etários em várias esferas da vida (família, educação, trabalho, saúde, lazer) – é um produto de ligações entre o estado providência, o mercado de trabalho, a família e comportamentos demográficos ao longo da vida. Quando estas ligações estão muito próximas e são transversais a uma determinada população, a sua coerência e forma normativa leva a um curso de vida mais institucionalizado e estruturado etariamente. Alternativamente, quando estas ligações estão afastadas, a variabilidade no curso de vida (des-institucionalização) aumenta: a relação entre a idade e os papéis sociais enfraquece e a sincronização dos papéis sociais nas várias esferas da vida torna-se menos estandardizado.

Angela O’Rand (2002), *The Future of the Life Course. Late Modernity and Life Course Risks*, pp. 693

Esta característica é aquela para os quais os binómios “institucionalização do curso de vida e individualização do curso de vida” e “standard/normal/tripartite biography e choice

⁷⁹ Quase que em resposta do “pacote familiar” como o referido por Kugelberg (*citado por* Guerreiro e Abrantes, 2005:164).

⁸⁰ Quando afinal até Beck assume que a individualização não é nem um fenómeno nem uma invenção da segunda metade do século XX (1992: 127).

biography”⁸¹ mais se referem. A *desestandardização* do curso de vida refere-se aos processos através dos quais os cursos de vida deixariam de lembrar uma “marcha” pelas instituições do casamento, parentalidade e trabalho (Blatterer, 2009 [2007]: 14), em que se preenchem papéis sociais pré-existentes ao invés de cada indivíduo ser responsável e autor da sua própria biografia (Beck, 1992 *citado por* Henderson *et al.*, 2009 [2007]: 23). Seria uma passagem de actor a “artista”, como pretende Bauman convencer: “so we are all artists of our lives – knowingly or not, willingly or not, like it or not. To be an artist means to give form and shape to what otherwise would be shapeless or formless. To manipulate probabilities, to impose an order on what otherwise would be ‘chaos’: to ‘organize’ an otherwise chaotic – random, haphazard and so unpredictable – collection of things and events by making certain events more likely to happen than all the others” (2009: 125). A *desestandardização* do curso de vida consistiria, então, no facto de já não existir uma ordem normativa entre as transições, especialmente a que se caracterizava por um percurso escolar bem sucedido que levava a um fundamento económico para a formação familiar e habitacional (Jones, 2003: 193). A relação causa-efeito que parecia estabelecer-se entre transições já não se verifica, diversificando-se a ordem cronológica e causal entre estas. Como refere Pais, a sequência das transições já não é nem linear nem uniforme (Pais, 1995: 203). Assim, a relação entre os sistemas educacional, de emprego e familiar estão cada vez mais interdependentes (Blossfeld *et al.*, 2005). A ideia de um curso de vida *tripartido* está desactualizada e a de que ocorreu uma desinstitucionalização na esfera privada e pública é partilhada na grande maioria dos estudos sobre juventude (e curso de vida em geral) (Swartz e O’Brien, 2009; Settersten, Furstenberg e Rumbaut, 2005; Rindfuss, 1991; Dannefer, 2002: 652-653; Jones e Wallace, 1992; entre outros). Esta ideia enfatiza o facto das transições para o mercado de trabalho serem mais graduais, intermitentes e reversíveis (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 34-53; MacDonald, 2009: 167; Furstenberg *et al.*, 2005: 6), de existir uma sobreposição da carreira escolar com a profissional (Mortimer, 2009: 150; Settersten, 2005: 537), o carácter independente da variável “saída de casa” da formação de família e percurso habitacional como “processo” (Jones, 1995: 23; Heath e Cleaver, 2003) e a diversificação da formação de agregado doméstico e de família (Heath e Cleaver, 2003, Dannefer, 2002: 652-653).

A ideia de *desestandardização* está intimamente associada à de desinstitucionalização do curso de vida, no sentido da diminuição do poder estruturador das relações de género, das

⁸¹ Embora com autorias e com caracterizadas enfatizadas diferentes, estas três denominações são muitas vezes tratadas como sinónimos (Blatterer, 2009 [2007]: 37).

relações entre pais e filhos, da etnicidade e das obrigações intergeracionais (Côté, 2000: 30). O guião para o curso de vida deixa de ser “institucionalizado” para passar a ser individualizado (Plug e Du-Bois-Reymond, 2006: 107). Como consequência da variedade da sequência entre as transições, estas estão também cada vez mais dissociadas *no tempo e do tempo* (George, 2002: 675; Guerreiro e Abrantes, 2004: 165). Uma analogia de Furlong e Cartmel é bastante eficiente na comparação entre a linearidade e normatividade da biografia normal e flexibilidade e cunho pessoal da biografia de escolha:

The standardized biography is like a train journey, where the passenger boards a train given starting point and knows exactly where the journey will end. There are few opportunities for deviation once the journey has begun, and the journey is made in common with many other passengers. In contrast, a reflexive biography is like a car journey: here, the driver is in greater control can make a myriad of individual choices along the way, determining factors such as speed of the journey, the exact route to be taken and the final destination.

Heath and Cleaver (2003), *Young, Free and Single? Twenty-somethings and Household Change*, pp. 29

Densidade transicional

De todas as ciências sociais, talvez seja a demografia a que mais tem aproveitado o potencial dos dados longitudinais no estudo das trajectórias⁸² (dos eventos⁸³, para o estudo da densidade e causalidade e dos estatutos⁸⁴, para o estudo das sequências), nomeadamente no que se refere à transição para a vida adulta. A inspiração do estudo da “demographic density” vem precisamente desta área disciplinar. Passa a chamar-se neste trabalho “densidade transicional”⁸⁵, para se referir à densidade de eventos demográficos durante o período de transição para a vida adulta, isto é, da proporção entre cada evento de mudança de estatuto (e não só, pois também são incluídos na análise outro tipo de eventos que não os demográficos) por ano de vida. Este indicador diz então respeito ao número de eventos demográficos por ano cronológico de vida. Rindfuss (1991) usa a densidade elevada que verifica entre os 18 e os 30 anos de idade como critério para colocar nestas idades os limites do período da “transição para a vida adulta”.

⁸² A ordem, timing, duração, espaço intermédio e densidade (Fussell e Furstenberg, 2005: 35).

⁸³ Como o casamento, o divórcio, o nascimento de um filho, em suma, as entradas e saídas de papéis sociais.

⁸⁴ Como estar casado, ser solteiro, ser viúvo, ser pai ou mãe, estar desempregado, etc..

⁸⁵ E não “densidade demográfica”, uma tradução directa da expressão de Rindfuss (1991), que na língua Portuguesa adquire um significado diferente, o de densidade populacional.

A comparação geracional da densidade transicional é informada pelos diferentes processos que caracterizam as gerações mais recentes e as anteriores a estas, mas é de difícil avaliação em termos a sua evolução (aumento ou diminuição da densidade). De facto, no período do pós-guerra, os eventos transicionais aconteciam num menor espaço de tempo, sendo este período caracterizado por uma transição para a vida adulta condensada (Jones, 1995:23). Não obstante, essas entradas em novos papéis sociais (trabalhador, marido, pai, etc.) eram mais duradouras, o que fazia com que o número de eventos, apesar de muito concentrados no tempo, fossem muito estratificados por idade (Buchman 1989; Shanahan 2000). Já a partir da segunda metade do século XX, as mudanças de estatuto (entradas ou saídas em papéis sociais) entre os 20 e os 25 anos tornaram-se mais frequentes (Fussell e Furstenberg, 2005: 58), a par da reversibilidade já referida por outros autores. Estudos sobre o uso do tempo revelam também que as alterações sociais e económicas têm reestruturado os padrões de uso do tempo entre os jovens adultos, nomeadamente com o aumento de trabalhadores-estudantes desde 1980 (Gauthier e Furstenberg, 2005: 159), havendo portanto uma sobreposição de transições de papéis sociais (especialmente na esfera pública ao contrário do que ocorria na primeira metade do século XX, ou seja, na esfera privada), o que levaria a concluir um aumento da densidade transicional na segunda metade do século.

Prolongamento do período de transição

Este aspecto tem recebido muita atenção directa e indirecta por parte da academia (Thomson, 2007: 88; Du Boi-Reymond, 2009:32; Swartz e O'Brien, 2009; Osgood *et al.*, 2009; entre outros) e também dos *media*. São duas as formas em que esta tendência tem sido abordada. Uma é do ponto de vista de uma “infantilização”, promovendo a agenda da tese da “recusa em crescer” criticada por Blatterer (2009 [2007]: 5⁸⁶) e da “infantilização da sociedade contemporânea” identificada por como Furedi, 2003 (*citado por* Blatterer, 2009 [2007]: 20) ou por autores da psicologia social como Richardsdon (*citado por* Blatterer, 2009 [2007]: 21), Arnett e Côtê (que argumentam que a maturidade é algo que não se atinge antes de uma determinada idade, independentemente da(s) experiência(s) de vida). Mas este é apenas o (grande) *salto interpretativo* feito pela psicologia social ou pelos *media* na leitura dos dados sobre a idade em que determinados eventos transicionais ocorrem. Se nos anos 60 os estudos

⁸⁶ “The changing timetable for adulthood has given rise to a host of questions about whether current generations of young people are less interested in growing up, choosing to stay dependent on their parents, and more wary of making commitments” (Furstenberg *et al.*, 2005: 5).

sobre juventude eram caracterizados pelo pânico moral associados às culturas juvenis e aos estilos de vida e nos anos 70 os estudos sobre juventude se concentraram mais nas transições para a vida adulta (como referem Goodwin e O'Connor, 2009: 22), na actualidade, os *media* e até mesmo a academia, têm reunido de forma infeliz características destas duas tendências atribuindo pânico moral aos *timings* das transições. Esta tendência é muitas vezes acompanhada pela ideia, implícita, de que os jovens são pouco merecedores do apoio familiar que muitas vezes, nestas situações de semi-autonomia financeira e/ou habitacional, recebem (Goldscheider, 2000: 6). Esta tese e crise da *adulthood* adiada é criticada por autores como Blatterer, (2009 [2007]: 9-27) e aqui subscrita. Como refere Jones, tal postura analítica tem levado a que a atenção tenda a ser colocada nos problemas que a juventude causa à sociedade e não nos problemas que a sociedade causa aos jovens (Jones, 1995: 5).

A segunda abordagem, mais comum da parte da sociologia, é baseada no *timing* em que os eventos transicionais tradicionais ocorrem: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, união conjugal, nascimento do primeiro filho, etc.. Desta forma, é essencialmente com base no prolongamento dos estudos que este adiamento sucessivo é explicado, daí aliás que as classes sociais mais desfavorecidas tenham transições para a vida adulta mais rápidas. Portanto, adiar a entrada no mercado de trabalho e conseqüentemente a saída de casa dos pais, é um fenómeno que, no limite, diz mais respeito a fenómenos de recomposição social e a processos de mobilidade social do que directamente à forma de se viver a juventude nos dias de hoje.

Mas o prolongamento dos estudos pode confirmar tanto a hipótese do prolongamento da juventude como a hipótese da antecipação de eventos (Guerrero, 2001: 29-30). Por um lado, prolonga a juventude por dilatar um estado de dependência financeira face à família de origem, adiando a saída de casa e a constituição de família; por outro lado, antecipa a saída de casa por proporcionar a vivência de um espectro de agregados transicionais e habitações transitórias, como viver em residências estudantis ou partilhar o apartamento com pessoas da mesma geração. O primeiro padrão é mais comum em países com fraco apoio do Estado, como é o caso de Portugal. Galland também identifica 3 modelos de prolongamento da juventude na Europa: o modelo mediterrâneo, onde a vida familiar é longa; o modelo nórdico e francês que é caracterizado como uma extensão da vivência fora de casa, na medida em que a saída de casa não é seguida imediatamente do casamento; e o modelo britânico com uma entrada precoce no mercado de trabalho e uma fase extensa a viver em união conjugal mas sem filhos (*citado por* Côté, 2000: 183).

No entanto, mesmo no campo da sociologia, há alguma tendência, como relembram Heath e Cleaver, em abordar esta tendência do prolongamento da juventude com algum pessimismo, proclamando o fim dos valores tradicionais da família e o nascimento de uma geração de indivíduos egoístas e hedonistas com medo de crescer, de compromissos e de responsabilidades (2003:3). Esta atitude pessimista existe independentemente deste prolongamento da juventude ser essencialmente resultado de processos massificados de mobilidade social ascendente.

Reversibilidade do curso de vida

Este aspecto tem também merecido muita atenção por parte dos teóricos da individualização (Giddens, 2001 [1991], Beck, 1992, Du Boi-Reymond, 2009: 32; Pais, 2001, 2003 [1993]; Jones, 1992, 1995; Goldscheider e Goldscheider, 1999; Thomson, 2009; Blatterer, 2009 [2007]; Mitchell, 2007 [2006]; entre outros). A ideia é a de que as transições mais tradicionais de nível educacional, profissional e marital não se fazem irreversivelmente, mas aos poucos, com avanços e recuos, tendo-se tornado, portanto, reversíveis. A ideia geral é, então, a da “emergência de padrões de promiscuidade sequencial” (Brückner e Mayer, 2004: 28). O regresso a casa dos pais é muitas vezes dado como o exemplo mais visível, e polémico, dessa *reversibilidade*.

São três os aspectos que, a propósito deste carácter, devem ser referidos. Um está relacionado com o facto da identificação de padrões reversíveis de transição para a vida adulta na contemporaneidade poder bem ser, pelo menos em parte, resultado da *viragem biográfica* (Chamberlayne, Bornat e Wengraf, 2000) já referida. Com a excepção dos inquéritos de dados longitudinais, os desenhos de pesquisa procuravam apenas os momentos de entrada (e não de saída) no mercado de trabalho, no mercado de habitação, numa união conjugal, na parentalidade (e de saída apenas do sistema educativo), etc.. Tem sido necessária, então, a criação de uma sociologia para a *pós linearidade*, que consiga captar os momentos de pausa e reversibilidade no curso de vida (Pais, 2001), e o que há de efêmero, indefinido e irregular nos curso das vidas (Law citado por Thomson, 2009: 5). No entanto, os dados sobre outras gerações, ao não serem longitudinais, ficam na maioria das vezes imunes a este tipo de análise, eliminando igualmente hipóteses de comparabilidade entre gerações ou promovendo

comparações que inevitavelmente enfatizam a reversibilidade contemporânea.⁸⁷ Alguns autores chamam, no entanto, a atenção para o facto de, já no século XIX, as transições para a vida adulta não ocorrerem “por ordem” e demorarem muito tempo a serem todas concretizadas (Hareven e Adams, 2004: 339).

O segundo aspecto a referir é a imediata associação entre padrões de reversibilidade do curso de vida e os processos de individualização ou, se se preferir, as biografias “de escolha”. Esta associação tende implicitamente a aliar a reversibilidade a tentativas-erros meramente de nível individual, a frutos de hesitações ou irresponsabilidades do jovem adulto contemporâneo, a *fracassos biográficos* do indivíduo. Esta associação, exagerada, tende, portanto, a obscurecer a reversibilidade que é resultado directo de factores estruturais, entre os quais o funcionamento do mercado de trabalho e do mercado de habitação são provavelmente os melhores exemplos. Este obscurecimento promove a falta de informação necessária à acção de nível estrutural, nomeadamente através de políticas públicas. Assim, a análise dos cursos de vida deve integrar tanto as trajectórias individuais como as estruturas sociais, na medida em que “as identidades juvenis não aparecem meramente associadas a histórias de vida ‘pessoais’ – isto é, a trajectórias individuais – mas também a trajectórias sociais, estrutural e historicamente condicionadas” (Pais, 1993: 73-74).

Em terceiro lugar, valerá a pena chamar a atenção para os equívocos que o conceito que entretanto se estabeleceu como “reversibilidade” pode provocar. Ter cursos de vida “reversíveis” pode dar a ideia, errada neste entender, que se avança e se recua em opções, como se se anulasse o efeito do primeiro avanço/ da primeira opção, como se realmente se pudesse fazer um *undo* na vida real, como se realmente se retrocedesse no tempo, na experiência de vida. A vida, porém, está cheia de exemplos de como voltar a um estado depois de se ter estado em outro, o que não é sinónimo de nunca ter saído do primeiro estado: ex-toxicodependente, sobrevivente de cancro, divorciado, etc.. Na verdade, não é a reversibilidade do curso de vida que é mais relevante na contemporaneidade mas a crescente acumulação e repetição dos eventos de vida.⁸⁸ Este aspecto é muito bem ilustrado por um dos entrevistados de Blatterer (2009 [2007]: 88), que refere: what I might have perceived as growth, might have actually been some kind of regression”. Goldscheider e Goldscheider, a

⁸⁷ Regressar-se-á a estes aspectos no que se refere especificamente à saída de casa dos pais, no capítulo 3 desta primeira parte.

⁸⁸ Esta observação é particularmente importante para o desenvolvimento do capítulo 10, onde são analisados os padrões de comportamento após a ocorrência de “turning points” (nomeadamente no que se refere às diferenças de género).

propósito do regresso a casa, também referem que este não é um regresso às velhas relações de convivência com a família de origem e representa, tal como representou a saída de casa, uma nova fase (1999: 2).

Não obstante os exageros eventualmente criados pelo enviesamento metodológico, a flexibilidade do curso de vida e a diminuição da estruturação do mesmo baseado na idade, permitiu que as carreiras nas várias esferas de transição ocorressem simultaneamente, lado a lado, eventualmente produzindo efeitos umas nas outras. A biografia de escolha é, assim, mais sincrónica e *reversível* (Thomson, 2007: 86-87).⁸⁹

Ambiguidade, hibridismo e carácter inacabado do adulto

Na dificuldade recente, do período pós-industrialização, de definir balizas ao processo de “transição individual” e conseqüentemente de definir o que é “ser adulto”, em suma, de caracterizar o período em que já não se é criança mas ainda não se é adulto (Furstenberg *et al.*, 2005: 4), têm sido identificadas, neste estado intermédio, as manifestações de alguma ambiguidade, hibridismo ou intermitência em ser adulto. A denominação inicial de “geração x” teria também a ver com esta incógnita de como a transição para a vida adulta é feita e aos “sinais mistos” que as vidas dos jovens adultos enviam (Goldscheider e Golscheider, 1999: 24). São geralmente jovens que não sabem, eles próprios, classificar-se como jovens ou adultos, especialmente quando vivem simultaneamente vidas que sabem que, nas gerações anteriores, pertenciam a *fases de vida* distintas: “ter 29 anos e viver com os pais, ter 35 anos e estar a completar a escolaridade”, etc. (Blatterer, 2009 [2007]: 1-2). Há perspectivas, cujas conclusões não se subscrevem nesta pesquisa, que consideram que este espaço intermédio, limitado etariamente (18 aos 25 anos), uma etapa distinta no desenvolvimento humano (Arnett, 2000; Arnett e Tanner, 2005; Tanner e Arnett, 2009).

Côté afirma que não existe uma definição simples para ser adulto, precisamente porque “a definição contemporânea de adulto é uma pessoa inacabada, a crescer através do tempo” (Côté, 2000: 49). E assim, na incapacidade de delimitar cronologicamente e caracterizar substantivamente o que é ser adulto, o significado de *adulthood* está a tornar-se cada

⁸⁹ À excepção da parte III, decorrentes da análise de dados de fontes primárias, os dados não permitem este tipo de análise, ora porque não são longitudinais, ora porque não procuravam este tipo de informação.

vez mais ambíguo. Esta dificuldade tem vindo a criar espaço para novas definições, que continuam a ver os conceitos de jovem/adulto como uma dicotomia ou como um contínuo (está entre ser totalmente jovem e ser totalmente adulto, é híbrido, pode ser uma coisa e pode ser a outra). Este potencial analítico é acompanhado por “problemas de instabilidade conceptual operativa” que surgem quando “a fase de vida é tomada não como um estado ou categoria, respeitante a um agregado de idades, mas como um processo – como o que tem sido feito pelas teorias do curso de vida – isto é, logo que a juventude é vista em termos de uma sequência de trajectórias biográficas entre a infância e a idade adulta” (Pais, 1993: 43-47).

Horowitz e Bromnick, para quem a pertença à categoria de adulto é, como já se referiu, negociável, identificam alguns *tipos compósitos* de jovens-adultos:

- *Vidas Divididas*: “os jovens adultos desempenham, em simultâneo, papéis sociais que se associam a esferas da juventude e a esferas da vida adulta (por exemplo: ser autónomo nas decisões relativamente à sua vida mas ainda frequentar o sistema de ensino não sendo independente do ponto de vista estritamente económico; ter cerca de 30 anos mas viver com os pais devido à experiência esporádica de desemprego, etc.)” (Horowitz e Bromnick, 2007: 210).

- *Vidas Pendentes*: “jovens adultos que já não se vêem como jovens e ainda não se vêem como adultos (por exemplo, jovens qualificados que não encontram, no mercado de trabalho, um lugar correspondente à formação que já completaram)” (Horowitz e Bromnick, 2007: 210, ver também Bynner *et al*, 2005; EGRIS, 2001: 104).

- *Vidas oscilantes*: “Jovens adultos que oscilam, no quotidiano e voluntariamente, entre fases biográficas “clássicas” e fases aparentemente alternativas (por exemplo, jovens adultos com profissões estáveis e qualificadas que são assíduos, no fim-de-semana, em raves)” (Horowitz e Bromnick, 2007: 210; ver também EGRIS, 2001: 103-104 e Westerberg, 2004: 41).

Há também tendência para considerar o adulto um produto inacabado, porque presumivelmente *reversível*. Sousa (2008), com base em seis dimensões do que é ser adulto, identificou igualmente três tipos de adultos, no qual se inclui o inacabado: o *adulto padrão*, que valoriza a estabilidade profissional, conjugal e familiar (pode dizer-se que valoriza a *biografia normal*), o *adulto inacabado*, que valoriza o hedonismo, a reflexividade, a independência e a autonomia (pode dizer-se que valoriza a *biografia de escolha*) e o adulto híbrido, que valoriza dimensões tanto do *adulto padrão* (como a rotina e o salário) como do *adulto inacabado* (como a reflexividade).

Destradicionalização de género

A story of changing gender identity lies at the centre of the dominant sociological accounts of late modernity.

Rachel Thomson (2009), *Unfolding Lives. Youth, Gender and Change*, pp. 43

Uma das principais diferenças, senão a maior, entre o tipo-ideal das biografias normais e o das biografias de escolha é a diminuição do efeito das classes sociais e do género na determinação de destinos sociais. Se relativamente às classes sociais esta diminuição é discutível e mais variável porque oculta ou exacerbada pelo aumento de movimentos de mobilidade social ascendente ou pelo alargamento das classes médias, em suma, pela alteração, ela mesmo estrutural, da composição social⁹⁰; relativamente ao género é consensual que embora os processos de socialização de género sejam ainda muito marcados, que a desigualdade no mercado de trabalho relativamente ao acesso aos lugares de topo por parte das mulheres seja grande, e que as expectativas sociais relativamente ao papel da mulher na família ainda permaneçam, as trajectórias dos jovens adultos de ambos os sexos tendem a aproximar-se cada vez mais.⁹¹ Desta forma, podemos observar alguma *destradicionalização de género* (Du Bois Reymonds, Furstenberg, 2002; Thomson, 2007, 2009; Furlong e Cartmel, 2007 [1997]; Connell, 1987; Bradley, 2008 [2007]).

Segundo esta distinção, a biografia normal tinha, afinal, o duplo padrão, do feminino e do masculino, com homens e mulheres com papéis e destinos sociais distintos e complementares (Thomson, 2007: 86). Desde a segunda metade do século XX, porém, as mulheres tendem a passar por todos os eventos de transição para a vida adulta (terminar a educação, sair de casa, viver de forma independente, casamento, nascimento do primeiro filho, etc.) num *timing* e ritmo cada vez mais idêntico ao dos homens (Furstenberg, 2002: 662). As biografias padrão eram, então, muito mais *genderizadas* do que as actuais (Henderson *et al.*, 2009 [2007]: 23), especialmente no que se refere ao papel da mulher e do homem no mercado de trabalho (Blatterer, 2009 [2007]: 15). Também Fussel e Furstenberg, constataam que as combinações de estatuto em todas as idades dos homens e das mulheres são

⁹⁰ Havendo mesmo autores que prevêem o aumento da sua importância.

⁹¹ Numa pesquisa em torno dos jovens que saíram de casa sem ser através do casamento pôde verificar-se que as trajectórias dos homens e das mulheres eram muito idênticas, mas que as expectativas relativamente à entrada na conjugalidade eram muito mais fortes para as mulheres (Nico, 2005).

mais parecidas no fim do século do que no princípio (2005: 58). Côté (2000) fala igualmente numa “reconvergência de género”.

Mas as biografias podem parecer menos *genderizadas* apenas enquanto não se acumulam todos os papéis. Relativamente ao uso do tempo, Gauthier e Furstenberg referem que há mais igualdade de género em estudantes sem filhos do que no resto dos jovens com mais transições completas (2005: 170). Esta diminuição da diferença de organização do curso de vida entre homens e mulheres não é radical, nem permite aos cientistas sociais, desviar a tenção das inúmeras desigualdades de género que permanecem, especialmente quando em interação com as classes sociais mais desfavorecidas. A contradição entre estas expectativas e as experiências de desigualdade torna as posições dos homens e das mulheres mais desiguais, mais conscientes, menos legitimadas (Beck, 1992: 104 *citado por* Thomson, 2009: 29-30).

Como refere Jones, as diferenças de classe e de género interagem: quanto mais desfavorecidas as classes sociais, mais concentradas são as transições e o mesmo acontece com as mulheres (Jones 2003: 189; Heath e Cleaver, 2003). Assim, a construção das identidades de género não é apenas influenciada pelas transformações da intimidade (Giddens, 2001 [1991]) mas também, ainda, pela classe social, etnicidade, localidade e sexualidade (Thomson, 2009: 2).

Alguns autores (Thomson 2009; Jamieson, 1998; Adkins *citado por* Thomson, 2009; Bjerrum e Rudberg *citados por* Thomson, 2009) criticam, portanto, as teorias da modernidade tardia por simplificarem esta “destradiconalização” de género, quando referem que “people are being removed from the constrains of gender... traditional forms and ascribed roles” (Beck *citado por* Thomson, 2009: 29). Adkins distingue uma “tese radical” de ruptura entre o passado tradicionalmente *genderizado* e o presente e futuro *destradiconalizados*, de uma tese de “coexistência” entre estes dois padrões. Esta segunda tese, que esta autora defende, traduz uma maior complexidade, contradição e interação entre as variáveis, e ainda uma tendência para a *retradiconalização* de género (*citado por* Thomson, 2009: 34). Bjerrum Nielsen e Rudberg questionam igualmente se, apesar da mulher moderna não reconhecer o seu sexo como uma limitação e acreditar que é possível alcançar tudo o que ambiciona, ela será mesmo capaz de o alcançar (*citado por* Thomson, 2007: 91).

3.

EMANCIPAÇÃO HABITACIONAL: COMPLEXIDADE E PERTINÊNCIA

3.1 Que saída de casa dos pais?

The study of leaving home is not an exact science.
Gill Jones (1995), *Leaving Home*, pp. 36

Quando com frequência se ouve falar, nos *media*, nos cafés e na academia, no tema da saída dos jovens de casa dos pais, segue-se imediatamente a adjectivação convicta desta saída de *tardia* e dos “jovens de hoje em dia” de *individualistas*, *consumistas*, *infantis*, etc.. Assim, como referem Goldscheider e Goldscheider, a passagem do século XX para o século XXI fez com que a questão da saída dos jovens de casa dos pais fosse rotulada de *tardia* ou *adiada* e frequentemente encarada como um *problema social*, o que convida ao encontro de uma explicação para o comportamento destes jovens que ficam *tempo demais* na casa do agregado doméstico de origem (1999: 59).⁹² A procura da explicação para a saída *tardia* de casa dos pais fica, então, instantaneamente centrada nos jovens-adultos, nas suas opções *individuais*, sejam estas de inserção no mercado de trabalho, de consumo ou de lazer. Deste modo, transfere-se para a arena não científica a ideia, já apresentada, de “biografia de escolha”, e tende a usar-se uma apressada explicação da saída *tardia* de casa dos pais com o conceito de *escolha individual*, descontextualizada da estrutura de oportunidades e constrangimentos e do desigual acesso que a vincula ao indivíduo. Recorre-se implicitamente, portanto, à psicologia

⁹² Não é, no entanto, encarado como um problema social levado a sério pelas políticas públicas, sendo muito poucas as políticas direccionadas para o incentivo à saída de casa dos pais ou formação de uma nova família, especialmente comparando com o problema dos sem-abrigo (referindo-se ao Reino Unido, Jones, 2002: 16).

popular com teorias como o “síndrome Peter Pan”⁹³ ou uma sua equivalente, a polémica e mais socialmente aceite, “emergent adulthood” (de Arnett).

É com muita facilidade e frequência que se recorre, nas mais diferentes esferas sociais, à popular tese da recusa de crescer (criticada por Blatterer, 2009 [2007]). No entanto, já em 1999, Goldscheider e Goldscheider chamavam a atenção para o efeito perverso da popularidade desta teoria, que estimulava os pais a pressionar os filhos a sair “antes de tempo” de casa, causando por vezes efeitos negativos ou até problemáticos nas carreiras educacionais, e consequentemente profissionais, dos filhos (1999: 13). De facto, actualmente, em muitos países, entre os quais Portugal (ainda) não se inclui, a principal preocupação social quando se aborda a temática da saída de casa dos pais não é a idade em que se sai, mas sim o número de vezes que se tem que ou se pode regressar para casa dos pais (devido a relações atribuladas com o mercado de trabalho⁹⁴ ou ausência ou existência de relações atribuladas ou fracas com os pais) ou, mais gravemente, a proporção crescente que o grupo dos jovens sem-abrigo tem vindo a ocupar no grupo ora dos jovens, ora do grupo dos “homeless”.⁹⁵ Além disso, a inevitável comparação com gerações anteriores pode também ser muito redutora e simplista, ao basear-se apenas na idade da saída, ao invés de no lugar que esta saída ocupa na sequência de transições, isto é, no processo em si.

Assim sendo, a saída dos jovens de casa dos pais constitui-se como um *problema social* que não é, porém, fruto de uma problematização sistemática. Tal ocorre também porque a “saída de casa”, enquanto indicador, não é de fácil leitura, e enquanto processo é de difícil determinação e explicação. Buck e Scott chegam mesmo a afirmar que “leaving home is such an conceptually murky event” (1993: 863), enquanto que Hullen (2000) partilha as suas dúvidas sobre a qualidade dos dados sobre o conceito demográfico da saída de casa. Identificam-se e apresentam-se, de seguida, as três avenidas de reflexão mais negligenciadas no estudo da saída de casa dos pais.

⁹³ Popularizado através da obra *The Peter Pan Syndrome: Men Who Have Never Grown Up*, de Dan Kiley, 1983.

⁹⁴ Guerreiro *et al.* identificam 10 factores de bloqueio à entrada dos jovens no mercado de trabalho: disparidade de competências e qualificações, desfasamento entre o sistema de ensino e o sistema profissional, flexibilização e precarização do mercado de trabalho, o (sub)aproveitamento das competências dos jovens, desajustamentos entre as novas orientações perante o trabalho e as exigências do sistema de emprego, insuficiências dos programas sociais de apoio, assimetrias das redes informais de suporte, o problema da conciliação trabalho-família, a distância face às instituições burocráticas e financeiras, a discriminação de “certas culturas juvenis” (2006: 17-23)

⁹⁵ Ainda há pouca informação numérica sobre estes grupos, embora Portugal já faça parte de estudos comparativos em torno dos jovens sem abrigo (cf. Casanova e Menezes, 2009 e Smith, 2009).

Avenida temporal: a normatividade da rapidez transicional

Para efeitos de apresentação desta ideia, o conceito de “normative lag” referido por Blatterer (2009 [2007]: 23-25) é bastante útil. Segundo este, a avaliação do percurso dos actuais jovens adultos é moral e pejada de normatividade, sendo operacionalizada por comparação quase exclusiva com a geração cujo percurso se cola à definição de “biografia normal” (como se a causalidade temporal fosse aliada de uma espécie de *linearidade histórica*). Esta biografia “normal”, típica da geração dos *baby boomers*, não é entendida como temporalmente circunscrita, e do ponto de vista valorativo acaba por extravasar os limites temporais e características históricas a que se refere (Mitchell, 2007 [2006]: 8). Jones refere que a sociedade tende a definir que certos padrões de transição são inapropriados e condenáveis e a adoptar expectativas de que os padrões de classe média são o exemplo a seguir e que todas as alternativas estarão erradas (2002: 23). A este respeito pode dar-se o exemplo de Guerreiro e Abrantes que referem a fluidez entre o percurso de escolaridade e o mercado de trabalho, bem como a falta de carácter definitivo da saída de casa dos pais e a sua não coincidência com o casamento, como uma “realidade de relativa anomia” ou vulnerável a “buracos negros” potencialmente associados a exclusão social (2004: 39). Tendo sido a “norma” ou “moda”⁹⁶ em gerações anteriores, não o é desde sempre. Goldscheider (2000: i) questiona, aliás: “num contexto de adiamento de formação do casal, onde devem os jovens adultos viver?”. Contudo, a avaliação dos percursos para a vida adulta actuais é muitas vezes feita por comparação quase exclusiva com a geração anterior, e não enquadrada numa evolução anterior a esta. Um dos desafios da segunda transição demográfica prende-se, então, com a análise das várias alternativas habitacionais para este período no curso de vida (coabitação conjugal, não conjugal, viver sozinho ou permanecer a viver com os pais) e não com a simples constatação da perda do “padrão” anterior de saída de casa. Como constata Corijn (2001: 3), um dos elementos principais da segunda transição demográfica é a pluralização dos arranjos habitacionais. São, aliás, três os elementos que caracterizam a segunda transição demográfica: mudanças na estrutura social da sociedade, mudanças culturais e inovações tecnológicas (Corijn, 2001: 5).

Deste modo, a mera adjectivação de “tardia” ou de “adiada” que se atribui à saída dos jovens de casa dos pais não tem em conta as condições concretas dos jovens, nem considera

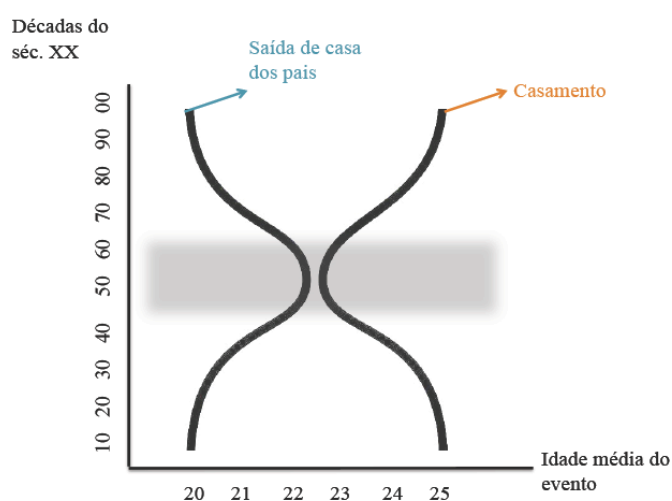
⁹⁶ Estatisticamente falando.

que as condições para a saída são “tardias” face ao desejo de sair, ou que o facto de ser “tardia” traz consequências negativas, individuais e sociais. Esta adjectivação é feita, então, simplesmente face às expectativas sociais criadas pelo percurso da geração anterior. É consequência, como afirma Weeks, de uma espécie de “nostalgia for a more settled and ordered moral culture than we apparently have today” (citado por McLeod e Thomson, 2009: 2).

No entanto, terá sido o desaparecimento das unidades domésticas transicionais durante o período do pós-guerra que fez com que as transições para a vida adulta nos anos 50 e 60 parecessem muito mais coerentes, *condensadas* e unitárias, o que deu origem ao que Jones denomina de “normative condensed transitions” (1995: 22). Bras e Kok (2004) referem também que o trabalho, enquanto motivo de saída de casa, tem vindo a diminuir. Tal deve-se ao desaparecimento gradual do serviço doméstico interno, ao crescimento de novos trabalhos urbanos e à melhoria das infra-estruturas e de transportes, que fizeram com que fosse menos necessário sair de casa para se entrar no mercado de trabalho. Assim, “a organização do trabalho e as oportunidades no mercado de trabalho afectam fortemente a mobilidade dos jovens e as estruturas familiares” (Derosas, 2004:152).

Já em 1992, Jones, juntamente com Wallace, chamava a atenção para este carácter condensado, através da analogia do formato da ampulheta (originalmente pensada por Gillis), segundo a qual no século XIX e início do século XX, a distância temporal e causal entre as diferentes transições era grande, tendo diminuído em meados do século XX, voltando actualmente a estender-se até à entrada no século XXI. Côté refere igualmente que “adulthood became more rigidly structured in the first half of the twentieth century but underwent significant changes in the second half” (Côté, 2000: 27). Hareven (1994) refere que na primeira parte do século XX ocorreu um aumento na uniformidade da idade dos eventos transicionais em geral, e que nos que se referem à *adulthood* as transições se tornaram uniformes e ordeiras, voltando gradualmente a ficar menos rígidas no tempo na segunda metade do século XX (citado por Côté, 2000: 27). A imagem seguinte ilustra precisamente esta ideia com um exemplo da relação entre a idade na saída de casa dos pais e a idade no primeiro casamento ou união de facto (valores fictícios, apenas para efeito de ilustração).

Figura 3.1: Exemplificação da analogia do “hour glass” usada por Gillis



Edmunds e Turner, que preferem denominar este processo de “cultural lag”, falam em contínua *dominação* da cultura dos *baby boomers*, que exercem o seu poder e enfatizam a ideia de oscilação entre gerações *ativas* e *passivas* (McLeod e Thomson, 2009: 111). As pesquisas contagiadas por este “cultural and normative lag”, em que as trajetórias dos jovens são analisadas apenas em termos de sucesso ou insucesso, proximidade ou afastamento às “biografias normais” negligenciam a emergência de potenciais novos tipos de biografias (eventualmente padrão) (Plug e du Bois-Reymond, 2006: 107) e de políticas públicas que a elas dêem resposta.

Assim sendo, é talvez este o momento para esclarecer, certamente para desilusão de alguns dos leitores, que esta tese não serve para explicar porque é que os jovens (Portugueses) saem *tão tarde* de casa, mas sim para compreender o processo que leva ao momento da sua saída.

Avenida estrutural: a impopularidade do mercado de habitação

As melhores explicações para as situações de dependência habitacional dos filhos face à família de origem, mais duradouras do que no passado, são encontradas ao nível supra-individual, nomeadamente no mercado de trabalho (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 1). A saída de casa dos pais, e o seu *timing*, estão, então, historicamente relacionados com outras duas transições, a transição escola-trabalho e formação de uma nova família (Jones, 1995: 1). Mas serão estas justificações suficientes para explicar o *timing* e lugar sequencial da conquista de autonomia habitacional na transição para a vida adulta em sentido lato? A

apresentação do próximo argumento vai no sentido de identificar uma negligência face a um destes aspectos estruturais desta evolução (e heterogeneidade entre os países): o mercado de habitação.

De um lado, o percurso escolar: massificação do acesso ao ensino superior, prolongamento dos estudos, possibilidade de requalificações escolares e de “novas oportunidades” de conclusão do ensino básico obrigatório ou secundário, etc.. A ideia base é a de que o prolongamento dos estudos provocou o adiamento de uma entrada (pelo menos a que ocorria de uma vez por todas) no mercado de trabalho. De facto, ao não ser muito frequente a simultaneidade de empregos a tempo inteiro ou tempo parcial com frequência do ensino superior (especialmente em países como Portugal, Espanha, Bélgica, Bulgária, Roménia e Itália⁹⁷), é de esperar que os jovens não entrem no mercado de trabalho (de forma contínua) antes de terminarem o seu investimento escolar, o que leva a que a autonomia financeira necessária para garantir a autonomia habitacional se venha a obter também mais tarde.⁹⁸ De um outro lado, o mercado de trabalho: devido à terciarização do mercado de trabalho⁹⁹, ao maior impacto do desemprego¹⁰⁰ entre as camadas mais jovens da população portuguesa¹⁰¹, à grande escassez de contratos de trabalho, à flexibilidade dos empregos obtidos, à “geração

⁹⁷ Com 78,3, 74,67, 65,5, 64,9, 64 e 61,41, respectivamente, de estudantes do ensino superior que não estão empregados em *part* nem *full* time (dados consultados nas folhas de dados do Data Reporting Module EUROSTUDENT III (2005-2008), consultado em 12 de Março de 2010).

⁹⁸ Mas tal é especialmente válido em países em que existe dificuldade em aceder a bolsas de estudo, em que estas são de valor pouco significativo e em que existe incompatibilidade para conciliá-las com actividade profissional, desincentivando a pluriactividade e entrada gradual no mercado de trabalho. Os dados do Eurostudent permitem tomar como exemplo para esta comparação um país escandinavo como a Finlândia e um país do Sul Europeu como Portugal, e verificar que enquanto 85 e 75% dos jovens estudantes do ensino superior finlandeses que não vivem e que vivem com os pais, respectivamente, recebem como fonte de rendimento subsídios do estado (mais elevados em média do que as ajudas que recebem da família de origem), apenas 35 e 28% dos jovens estudantes do ensino superior portugueses que não vivem e que vivem com os pais, respectivamente, recebem esse tipo de subsídios e em todos os casos, em montantes bastante inferiores aos que recebem seja da actividade profissional seja do apoio da família de origem.

⁹⁹ Ver Machado e Costa (1998: 28-33) para uma breve descrição.

¹⁰⁰ Muitas vezes encarado como consequência de lacunas individuais de competências, ao invés de ser visto como resultado de um generalizado declínio da oferta de trabalho (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 5).

¹⁰¹ Segundo os dados do INE (Taxa de desemprego (Série 1998 - %) por Sexo e Grupo etário; Anual, Período de referência dos dados: 2009, consultado a 30 de Março de 2010) o grupo etário dos 15 aos 24 anos contava em 2009 com 20,0 de taxa de desemprego e o grupo etário dos 25 aos 34 com 10, 9% (contra 8,5; 8,2; 7,5 para os grupos etários dos 35-44 anos, 45-54 anos e 55-64 aos, respectivamente).

recibos verdes”, em suma, à precariedade vivida no mercado de trabalho¹⁰², os jovens não têm a estabilidade remuneratória e ontológica necessária para saírem de casa de forma, pelo menos em intenção, irreversível.

Mas o prolongamento dos estudos (especialmente sem uma análise do apoio do Estado aos estudantes do Ensino Superior) e as transformações no mercado de trabalho (desiguais pela Europa) são tendências que não esgotam a explicação da heterogeneidade entre os países da Europa no que se refere ao *timing* e ao formato da saída de casa dos pais.¹⁰³ Aliás, não se verifica uma relação graficamente linear entre as características de emprego na idade jovem adulta (desemprego ou a proporção de contratos temporários) e a idade média na saída de casa.¹⁰⁴ Esta relação graficamente linear verifica-se de forma muito evidente, sim, entre a idade média na saída de casa dos pais e a caracterização do mercado de habitação, mais particularmente no que se refere à elevada proporção de propriedades habitacionais em detrimento de um mercado de arrendamento forte e atractivo.¹⁰⁵ Estas características do mercado de habitação português produzem uma divisão dos jovens (portugueses) entre os proprietários e os “excluídos” (Smith, 2009: 21). O mercado de habitação, enquanto instituição, merece portanto toda a atenção, até agora negligenciada, na procura da compreensão dos processos de saída de casa (Jones e Wallace, 1992: 110).

Assim, ainda que ao nível europeu seja desde há muito afirmado que “a saída de casa numa idade de acordo com estilos e aspirações de vida caracterizadas pela modernidade, mobilidade, independência e desenvolvimento pessoal, sob condições que permitam aceder a condições adequadas de habitabilidade, é um processo natural de crescimento e deve ser considerado como um importante direito social ... [e] as políticas habitacionais devem ser

¹⁰² De facto “a geração dos mais jovens (15-24) é a mais afectada pelo trabalho precário em todos os países europeus sem excepção” (Oliveira e Carvalho, 2010: 59) e este padrão de precarização na inserção profissional tem-se agravado (Oliveira e Carvalho, 2010:60).

¹⁰³ Segundo Klijzing (2005: 40) são duas as principais questões que se podem colocar no que respeita às tendências demográficas na transição para a vida adulta: com que idade é que os jovens saem de casa dos pais e que tipo de agregado doméstico é que forma quando o fazem.

¹⁰⁴ Realizado com dados do Eurostat News Release (177/ 2009), *Youth in Europe. A statistical portrait of the lifestyle of young people*. Como se poderá constatar no capítulo 7, esta ausência de relação linear está relacionada com o facto de se ter um emprego ser condição *si ne qua non* para a saída de casa dos pais entre os jovens por exemplo, de Portugal, mas não o é para os jovens, por exemplo, da Suécia. Em Portugal, é rara a saída de casa dos pais anterior à primeira experiência profissional, enquanto que, por exemplo, na Suécia, é rara a situação inversa.

¹⁰⁵ Que acaba por ser o responsável por níveis elevadíssimos, em Portugal, de endividamento de habitação (Casanova e Menezes, 2009: 10).

revistas de forma a aumentar as oportunidades de liberdade de escolha” (European Community *citado por* White, 1994: 86) e que a nível nacional seja admitido que o mercado de arrendamento é o instrumento por excelência da mobilidade (UNCHS Portugal, 1991) da população em geral, os constrangimentos concretos em ter acesso à mobilidade geográfica durante a idade jovem adulta em Portugal são frequentemente negligenciados na explicação da idade na primeira saída de casa dos pais.¹⁰⁶

São as explicações culturais e as relacionadas com o Estado-providência que tendem a agrupar ou justificar o agrupamento dos países de sul da Europa (especialmente por relação aos países escandinavos) como um *cluster* relativamente homogéneo no que se refere, por um lado, aos valores familiares e conjugais relacionados com a *adulterez* (Torres, Mendes e Lapa, 2007) e, por outro, com os regimes de transição para a vida adulta (Walther, 2006).¹⁰⁷ Em suma, o *timing* da independência dos jovens em Portugal tende a ser explicado como resultado de factores culturais que não incentivam a valorização da independência, sistemas de protecção social fracos, fortes desigualdades sociais e dificuldade em entrar no mercado de trabalho (Torres, Mendes e Lapa, 2007: 59). Guerrero também realça a dificuldade dos jovens nos países do sul da Europa conseguirem encontrar empregos estáveis o suficiente para formar um agregado doméstico independente (2001:1).

No entanto, existem enormes desigualdades ao nível da habitação disponível e acessível à população pela Europa fora. Norris e Shiels (2007) identificam o nível de acessibilidade das casas (medido em inversa medida pela proporção de casas ocupadas por proprietários) em Portugal (e na Grécia e em Espanha) tão baixo como o dos países do alargamento europeu, e concluem referindo que números reduzidos de alojamentos do mercado de arrendamento impedem o acesso habitacional às camadas populacionais com menos rendimentos (2007: 66), nas quais se pode claramente incluir os jovens. O limitado sector de arrendamento nos países do sul da Europa é também apontado por Corijn e Klijzing, (2001: 319).

As características específicas do mercado de habitação em Portugal (e, como se verá, em outros países do sul, centro e este Europeu) e a extrema dificuldade na sua entrada definitiva e especialmente intermitente são negligenciadas enquanto potencial explicação para as diferenças de idade média na primeira saída dos jovens de casa dos pais entre os países e ao longo do tempo. Mauritti também refere brevemente a dotação deficitária de infra-

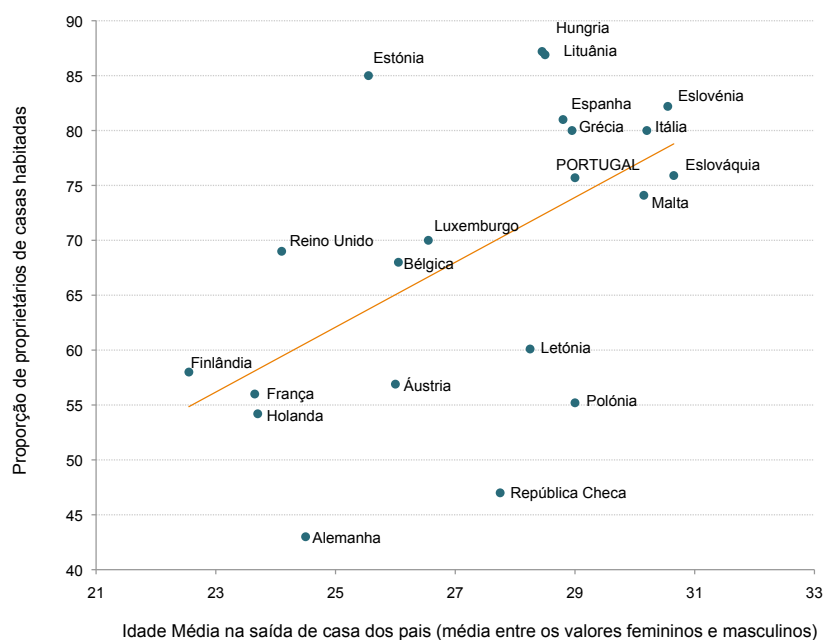
¹⁰⁶ A propósito destes constrangimentos, ver Nico, Magda (2008).

¹⁰⁷ Regimes de Estado providência adaptados à transição para a vida adulta nomeadamente no que se refere à transição Escola-Trabalho, no qual Portugal é considerado “sub protective” (Walther, 2006).

estruturas de acolhimento residencial nos países do sul, e a diversidade e disponibilidade de oferta no mercado imobiliário como uma variável a ter em conta na comparação entre os padrões de saída de casa dos pais para frequentar o ensino superior nos países do sul e nos países da Escandinávia (2009: 99, 105).

A figura 3.2 ilustra, deste modo, uma enorme proximidade entre os países do Sul Europeu e a proporção de proprietários de casas ocupadas (*versus*, leia-se, a proporção inversa de casas ocupadas por arrendatários) que revela simultaneamente a elevada indisponibilidade de casas a serem ocupadas rapidamente e de forma flexível, e a elevada dificuldade em ter adequado acesso monetário à ocupação de uma casa. Bernardi e Nazio também referem, a propósito de Itália, esta mesma elevada proporção de “home ownership” (70%), com quase ausência de políticas de habitação, concluindo que a “absence of adequate institutional support, rising insecurity in employment careers for the youngest cohorts of Italians contributes to a progressive delay in their transition to adulthood” (2005: 354). Corijn e Klijzing reproduzem esta mesma conclusão relativamente a Itália e a Espanha (2001: 319).

Figura 3.2: Dispersão dos países por idade média à saída de casa dos pais (jovens entre os 15 e os 29 anos, 2007) e por proporção de casas próprias nos países europeus (% , 2000)*¹⁰⁸



Fontes: Eurostat Press Release (2009) e Norris e Shiels (2007: 68).

*Os países que para os quais não havia informação numa das variáveis não puderam ser representados graficamente. Os dados sobre a “idade média na saída de casa dos pais (média entre os valores femininos e masculinos)” foram retirados de Eurostat News Release (2009) e os dados sobre a “proporção de proprietários de casas habitadas” foram retirados de Norris e Shiels (2007: 68).

¹⁰⁸ Com outras fontes, Newman e Aptekar (2006) chegam à mesma relação linear.

Numa perspectiva temporal, verifica-se que face ao total de alojamentos familiares vagos para venda ou para arrendamento (excluindo situações de demolição ou outra situação), a percentagem de alojamentos vagos tem vindo, desde os tempos da “biografia normal” em Portugal, a diminuir drasticamente, principalmente entre a década de 70 e a de 80: em 1971, 90,3%; em 1981, 54,1%; em 1991, 37,4%; e em 2001, 43,2%. Estes valores ilustram a relação proporcional entre os alojamentos vagos para compra e para arrendamento, mas se se tiver em conta a percentagem de alojamentos familiares vagos para arrendamento, verifica-se uma percentagem ainda menor e mais ilustrativa da incapacidade de dar resposta às necessidades específicas dos jovens: 14,7%.¹⁰⁹

Alguns autores têm chamado a atenção para que as questões da disponibilidade e “affordability” das casas sejam incluídas no plano macro, juntamente com as políticas nacionais, sistemas de educação e mercado de trabalho, pois irão igualmente condicionar as estruturas de oportunidades do indivíduo (Vikatm *et al.*, 2007: 392). Por muito que os jovens queiram conquistar autonomia habitacional, esse desejo está inevitavelmente estrangida pelas estruturas da família, do estado, e cada vez mais do mercado, que ajudam a regular a procura e oferta habitacionais (Jones, 1995: 33). Assim, deve ser analisado como um factor determinante no ritmo de saída de casa dos pais, na medida em que quanto maior a disponibilidade e a “affordability” habitacional mais cedo os jovens tenderão a sair de casa (Kiernan *citado por* Jones, 1995: 29), e quanto menor for a disponibilidade e “affordability” habitacional, mais os jovens poderão ver-se obrigados a permanecer com os pais, tenham ou não constituído já uma nova família (Vikatm *et al.*, 2007: 404; Guerrero, 2001: 42). Assim, é no caso dos países do sul, centro e este europeu que as características do mercado de habitação são mais desfavoráveis à conquista habitacional por parte dos jovens, que permanecem mais tempo do que pretendiam em casa dos pais, e casais, por vezes com filhos, que vivem em casa dos pais de um dos cônjuges (Saraceno e Olagnero, 2004 *citado por* Vikatm *et al.*, 2007: 408; Klijzing, 2005: 40; Sironi, 2009). Sironi afirma mesmo que a disponibilidade de fogos explica 21% da variação do *timing* da saída de casa entre os países europeus (2009: 65). Guerrero aponta a “política de habitação direccionada para os incentivos para a aquisição de habitação e que não promove uma oferta suficiente de habitação social nem estabelece sistemas rígidos de controle das rendas, o que provocou uma diminuição da

¹⁰⁹ Fonte dos dados: I a IV Recenseamentos Gerais da Habitação, Fonte: PORDATA (dados obtidos em 4 de Abril de 2004).

oferta habitacional disponível para arrendar” como um dos factores que levaram à elevada taxa de “home ownership” nestes países (2001: 43).

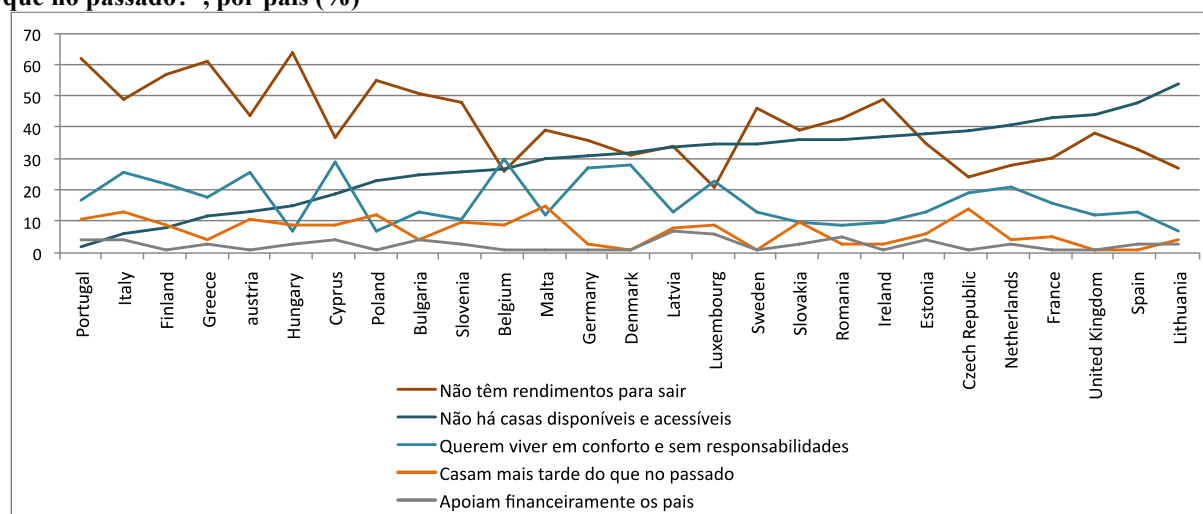
Tanto a disponibilidade como a “affordability” se medem pela proporção e eficiência do mercado de arrendamento que, tendendo a ser mais temporário e inseguro, acaba por fornecer a flexibilidade que os jovens em início de carreiras profissionais precisam e com as quais conseguem comprometer-se (Jones, 1995: 104), devendo portanto ser alvo não só de políticas públicas que o possam revitalizar, como de atenção académica no estudo da autonomia habitacional por parte dos jovens (Nico, 2008). A atenção académica oferecida ao mercado de habitação deve ter uma assumpção macro, isto é, deve concentrar-se na análise de indicadores concretos sobre a disponibilidade, tipologia, estado de conservação e “affordability” das casas, ao invés de atribuir às subjectividades dos jovens adultos a capacidade explicativa deste fenómeno, como aliás, pode verificar-se na pergunta realizada pelo Eurobarómetro (figura 3.3). Um exemplo da intensificação do individualismo e da forma como os indivíduos confundem os contextos estruturais fora do controlo da sua acção individual com limitações e incapacidades individuais, auto atribuindo-se a responsabilidade do insucesso da resolução de um qualquer problema (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 144), pode verificar-se nos dados representados graficamente na figura 3.3. Deste modo, mesmo face às características do mercado de habitação que caracteriza os países do sul europeu, os jovens portugueses, italianos e gregos atribuem aos seus módicos níveis de remuneração, muito mais do que à indisponibilidade e inacessibilidade económica das casas, os motivos pelo dito “adiamento” da idade em que se sai de casa dos pais pela primeira vez.

O mercado de habitação, através do mercado de arrendamento e do conceito de “habitação transicional”¹¹⁰ (Heath e Cleaver, 2003) ou de “unidades domésticas intermédias”¹¹¹ (Jones, 1995; Jones e Wallace, 1992: 105- 108; Nico, 2005: 190), é explicativo, em primeiro lugar, do “normative lag” (Blatterer, 2009 [2007]: 23-25) já referido e, em segundo lugar e em larga medida, da heterogeneidade entre os países europeus. Teoricamente, Guerrero define estas “unidades domésticas intermédias” como a habitação do jovem, separada da casa dos pais, (i) com quem ainda mantém uma relação de dependência económica ou (ii) que vive temporariamente de forma independente e percebe este alojamento como apenas um curto intervalo na co-residência com os pais (2001: 42).

¹¹⁰ No original “transitional housing”.

¹¹¹ No original “intermediate households”.

Figura 3.3: “Qual considera que é a principal razão para os jovens viverem com os pais mais tempo do que no passado?”, por país (%)



Fonte: Flash Eurobarometer 202. Young Europeans (2007) citado por Nico (2009:19), jovens dos 15 aos 30 anos.

Assim, em primeiro lugar, e como refere Jones (1995: 23), foi o desaparecimento das “unidades domésticas intermédias” das transições para a vida adulta do pós-guerra que fizeram com que as transições dos anos 50 e 60 parecessem muito mais coerentes, condensadas e unitárias. Estas unidades domésticas intermédias ainda proporcionam um estatuto também ele intermédio entre “dependent householder” e “independent householder”, tal como ocorria no passado (antes dos anos 50/60) (Jones e Wallace, 1992: 107).

Embora exista claramente uma hierarquia entre a compra e o arrendamento de uma casa, a vivência do arrendamento e construção de um lar enquanto momento e espaço transitório, mesmo que não associado a uma conjugalidade ou família, não é vivida com descontentamento (Heath e Cleaver, 2003: 163; Nico, 2005). Pelo contrário, o mercado de arrendamento e este tipo de habitação transitória permite flexibilidade e mobilidade, desejadas ou por vezes apenas necessárias ao desenvolvimento de determinadas carreiras profissionais. Desta forma, Jones afirma a necessidade de flexibilidade e de variedade no mercado de habitação: flexibilidade porque os jovens podem ter que mudar de local de residência para procurar emprego, para formar família ou conjugalidade, variedade porque as necessidades vão mudando ao longo da *carreira habitacional* (Jones, 1005: 153). De facto, “sem habitação transicional, os jovens poderão sentir-se obrigados a permanecer em casa dos pais e aceitar as limitações do mercado de trabalho local, ou a sair de casa com fracos recursos e enfrentar então um risco maior de situações de sem abrigo” (Jones 1995: 105).

Apesar do seu potencial explicativo, é de constatar que o estudo do mercado de arrendamento e da “habitação transicional” continua a ser negligenciado nas pesquisas sobre a

transição para a vida adulta (Heath e Cleaver, 2003: 164), contribuindo para a não percepção da saída de casa como um processo, uma carreira, onde os jovens¹¹² têm (ou devem ter) alguma capacidade para desenvolver estratégias habitacionais. Estas estratégias podem incluir ficar em casa dos pais ou com familiares, construir recursos ao dividir a casa com colegas ou amigos, aceitar ofertas profissionais que incluam habitação, candidatura a subsídios públicos de habitação (Jones 1995: 117). Guerrero argumenta no fim do seu livro, aliás, que não apenas a investigação tem negligenciado esta avenida habitacional, mas que “a mais importante dimensão de uma nova orientação de política social deve ser a mudança e desenvolvimento de uma política habitacional direccionada para facilitar aos jovens e jovens famílias o arrendamento da sua primeira habitação” (2001: 297).¹¹³

Avenida metodológica: medir e comparar as saídas de casa

The availability and location of educational institutions, jobs and housing determine whether a young adult has an incentive to leave home (for example, if there is no local university or if jobs are available elsewhere) or is constrained to do so (for example, if the cost of housing is prohibitive).

Clara Mulder (2009), *Leaving the Parental Home in Young adulthood*, pp. 207

A análise das transições habitacionais, no âmbito de uma sociologia da juventude e das transições para a vida adulta no sentido mais lato, têm sido negligenciadas. Além disso, o efeito da conjugação de diferentes destinos na saída de casa dos pais e de diferentes políticas sociais dirigidas à saída de casa dos estudantes do ensino superior é de difícil determinação (Corijn e Klijzing, 2001: 333). Gill Jones terá sido a pioneira nos estudos da transição para a vida adulta com ênfase nas carreiras habitacionais e não nas transições escola-trabalho (Heath e Cleaver, 2003: 18). Entre as várias instituições/transições que têm recebido atenção por parte dos cientistas sociais interessados nas transições e trajectórias para a vida adulta, é a da escola-trabalho aquela que mais atenção tem recebido, obscurecendo aliás muitas vezes o processo de saída (e regresso) de casa dos pais (Golscheider, 2000: 1).¹¹⁴ Por um lado, porque

¹¹² Não apenas os jovens. A “intensa transmutabilidade e reversibilidade de experiências de mobilidade – familiar, profissional, residencial – que um mesmo sujeito tende a vivenciar ao longo de toda a vida” foi verificada por Mauritti (2009: 324).

¹¹³ Estudo comparativo de França e Espanha, referindo-se, neste últimos comentários, a Espanha.

¹¹⁴ No caso Português podem apontar-se como exemplos os estudos claramente sobre a transição para a vida activa, tendo como ponto de partida diferentes escolaridades, como os desenvolvidos por Maria das Dores Guerreiro e outros autores (Guerreiro e Abrantes, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2005;

a análise das transições familiares muito tem sido prejudicada pelo facto da sociologia da juventude e da sociologia da família trabalharem muitas vezes de costas voltadas uma para a outra (Jones e Wallace 1992: 14), por outro, porque a relação entre a escola e o mercado de trabalho ganha e contribui, com muito mais eficiência, *com e para* o debate em torno da relação entre a estrutura e a agência, fundamentalmente enfatizando os constrangimentos estruturais às custas do estudo da acção individual.¹¹⁵

Contudo, a análise da transição “co-residência parental - casa autónoma” também permite contribuir para o debate em torno da relação entre a estrutura e a agência (Clapham, 2002, entre outros). Por um lado porque, como já foi referido, as características do mercado de habitação (nomeadamente a disponibilidade e acessibilidade) constroem de forma muito marcada as decisões relacionadas com os *timings* e o formato das saídas de casa dos pais, bem como com outras transições para a vida adulta. Por outro lado porque, ao contrário do que a análise do mero *timing* insinua, a saída de casa não é um acontecimento definitivo, mas é fruto de *carreiras* ou trajectórias (Ineichen, 1981; Clapham 2002) e estratégias habitacionais específicas (Pickvance e Pickvance, 1994; Chattoe e Gilbert, 1999; Jones, 2001, 2002; Mulder, 2003; Heath e Cleaver, 2003).

A saída de casa deve, portanto, ser encarada “não como um acontecimento singular mas sim como um processo”¹¹⁶ (Cherlin, Scabini e Rossi, 1997; Mulder 2009: 203; ver

Guerreiro e Pegado (coord.), 2006; Guerreiro, Cantante e Barroso, 2009) e os de carácter mais etnográfico como as obras de Machado Pais, entre as quais se pode destacar “Culturas Juvenis” (2003 [1993]), onde as transições escola-trabalho não são as únicas analisadas, mas são-no separadamente das outras esferas transicionais. Também a sua obra “Ganchos, Tachos e Biscates” se centra no “trabalho precário” embora “sem descurar outros aspectos da biografia dos jovens com implicações nas suas trajectórias de vida” (2001: 401).

¹¹⁵ Além disso, no âmbito dos estudos da uniresidência, os mais velhos, em detrimento dos mais novos, têm sido o principal objecto de estudo (Goldscheider, 2000: 2).

¹¹⁶ O trabalho de campo confirma-o: parte dos jovens adultos entrevistados já não se encontram na mesma situação habitacional em que se encontravam no momento específico da entrevista e das suas vidas. A densidade transicional no período da transição para a vida adulta é elevado (Rindfuss, 1991), por esse motivo, a informação recolhida num dado momento rapidamente se desactualiza. Machado Pais, com um conjunto de entrevistados com idades inferiores à da pesquisa que aqui se apresenta, também constata este carácter de transitoriedade constante, no que se refere à ocupação profissional (2003 [1993]:96). De facto, até mesmo num estudo longitudinal em que durante quase 10 anos existem cerca de 6 encontros com os jovens (inicialmente com 11 a 16 anos), constata-se que “it is never possible to map the route that a person’s life will take, even though in retrospect we can see logic – even a sense of inevitability” (Thomson, 2009: 2).

também Clapham 2002 e o seu conceito de “housing pathways”¹¹⁷). Como afirmam Jones e Wallace, sair de casa não é um “one-off event” (1992: 111), mas sim um processo fluído com regressos e situações pouco permanentes (Cherlin, Scabini e Rossi, 1997: 573). Mulder afirma mesmo que apesar de ser muito interessante a análise da primeira entrada no mercado de habitação, este é apenas um passo no entendimento de quão bem ou mal sucedidos estes jovens são na conquista dos seus objectivos de habitação (2003: 704). A fluidez destes processos, nomeadamente no que se refere aos regressos a casa dos pais, são denominados por Goldscheider e Goldscheider de “migrações circulares”(1999: 54).

É com este entendimento que se utiliza, na perspectiva do curso de vida, em estudos sobre juventude (“youth careers”, Coles, 1995 *citado por* Heath e Cleaver 2003: 19), e muito particularmente sobre habitação, o conceito de “careers” (“housing careers”, Ineichen, 1981). Segundo Ineichen, o conceito de “housing careers” permite “ilustrar as formas em que a motivação é estrangida e formada pelas escolhas habitacionais disponíveis”. Este conceito permite dar conta das trajectórias habitacionais como *processos* associados não apenas a estruturas de estrangimentos e de oportunidades específicas como também, e muito principalmente, colocando a ênfase na escolha individual e nos processos de decisão (Heath e Cleaver 2003: 19). Jones refere ainda que:

The concept of housing careers (Ineichen, 1981) provides a theoretical framework since it is important to maintain the idea that young people are living through a process of transition, and ‘move-on’ possibilities which reflect their changing economic and familial status are needed.

Gill Jones (1995), *Leaving Home*, pp. 102

Sendo um processo, a identificação *do* momento em que se sai de casa não é clara, e não é claro também até que ponto essa falta de transparência, relativamente ao que em cada pesquisa ou inquérito se considera que é “sair de casa dos pais”, enfatiza algumas diferenças encontradas entre os países europeus. Devido à diversidade de definições formais e implícitas de saídas de casa dos pais¹¹⁸ e à não clarificação, em grandes indicadores europeus¹¹⁹, de qual

¹¹⁷ Que segundo o autor se define por “padrões de interacção relativamente a casas e lares [homes] no espaço e no tempo” (2002: 63) e pretende captar os significados sociais, e estilos de vida, associados às decisões relacionadas com o local onde morar (2002: 64).

¹¹⁸ Nomeadamente através da quebra da relação de *proxy* entre a idade em que se sai de casa dos pais e a idade no primeiro casamento, do aparecimento da coabitação e dos outros agregados intermédios (Jones, 1995; Jones e Wallace, 1992: 96). “Young people have a very strong sense of a growing need to be independent from their parents and leaving home is clearly associated with greater autonomy and freedom to act as one chooses. Because of this, the leaving-home transition has become dissociated

destas saídas se está a medir (através da idade), a idade média dos jovens à saída de casa está a medir, muitas vezes, mais do que o *timing*, o *destino* (escolar, conjugal ou individual) nessa mesma saída.¹²⁰

Podemos ver na figura seguinte que os países onde a média de idades na (primeira) saída de casa é menos elevada são os países onde uma menor proporção de jovens não reside com os pais durante a frequência de ensino superior. Tal está relacionado com uma maior taxa de emprego durante (e anterior) a frequência do ensino superior nesses países (22% em Portugal, apenas acima da Turquia, contra 75% da Holanda¹²¹), uma maior possibilidade a subsídios para estudantes, uma maior disponibilidade de casas para arrendar (ver figura 3.4) e uma maior dispersão das universidades pelo território nacional (o que por sua vez acaba por promover a saída de casa, como refere Billari *et al.*, 2001: 3, 2004: 21).¹²² Assim, o *timing* de saída de casa dos pais só é comparável entre os países europeus se se considerar que comparar a saída de casa para um agregado transicional sem entrada no mercado de trabalho com a saída de casa dos pais por formação de um novo agregado conjugal ou familiar é útil e rigorosa.

Em suma, os indicadores que medem cronologicamente a “saída de casa dos pais” registam, para uns países, o momento em que os jovens deixaram de viver com os pais, noutros países, o momento em que constroem outra unidade doméstica (conjugal ou não). Assim, em alguns países regista-se a primeira vez que se sai de casa e noutros países regista-se a última. Não é de admirar, portanto, que entre os países da Europa se encontrem tamanhas

from marriage and family formation, and has become a significant aspect of the transition to adulthood” (Jones, 2002: 17).

¹¹⁹ No caso do European Social Survey 2006, como será mais adiante desenvolvido, o que define a saída de casa dos pais é meramente a sua duração (3 meses). Outros inquéritos deixam mesmo ao critério do respondente o que é “sair de casa”, o que pode trazer muitos outros tipos de problemas de comparabilidade de dados, especialmente entre gerações.

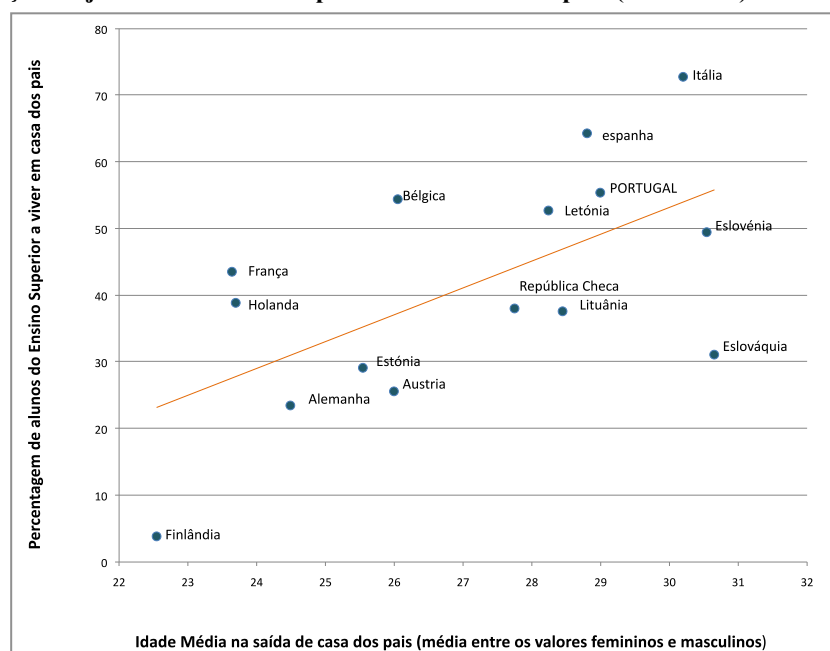
¹²⁰ A importância do tipo de destino (neste caso dicotomizado em conjugal/não conjugal) no *timing* da (primeira) saída de casa dos pais foi já enfatizado por Iacovou (2001). Este aspecto será desenvolvido mais adiante.

¹²¹ Orr, Schnitzer, Frackmann (2008) *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe, Synopsis of indicators, Final report : Eurostudent III 2005–2008*, W. Bertelsmann Verlag (pp. 119)

¹²² Guerreiro e Abrantes referem, porém, que “a inscrição em universidades que se situam fora das cidades de residência é ainda vista com muitas reservas pelas famílias dos jovens, entendida como um último e indesejado recurso” (2004: 103), sublinhando a forma como os aspectos culturais podem ser produto de condições estruturais. Jones dá o exemplo dos estudantes escoceses que tendem a frequentar universidades em determinados locais devido essencialmente a limitações financeiras da família de origem (2002: 18).

diferenças de idade média da primeira saída de casa. Como sublinham Goldscheider e Goldscheider, a análise da saída de casa dos pais deve distinguir os destinos dessa saída, na medida em que destes destinos depende o ritmo (acelerado ou lento) da saída de casa, o que torna a análise da saída de casa dos pais apenas baseada no *timing*, não só insuficiente mas enganadora (1999: 104). Aliás, Jones afirma igualmente que “leaving home is a fusion of two transitions: to independent housing and to an independent household” (Jones, 1995:2). No entanto, o indicador da saída de casa dos pais tende a reunir estes dois processos num só, o que acaba por inflacionar a diferença das idades em que o evento ocorre relativamente às gerações anteriores, e principalmente, hoje em dia, entre os países europeus. Assim, como relembra Billari, “a composição estudantil da população poderá explicar parte das diferenças da idade da saída de casa” na Europa (2004: 27).

Figura 3.4: Dispersão dos países por idade média à saída de casa dos jovens entre os 15 e os 29 anos (em 2007) e a proporção de jovens no Ensino Superior a viver com os pais (2005-2008)*



Fonte: Eurobarometer e Eurostudent

*Os países para os quais não havia informação numa das variáveis não puderam ser representados graficamente. Os dados sobre a “idade média na saída de casa dos pais (média entre os valores femininos e masculinos)” foram retirados de Eurostat News Release (2009) e os dados sobre a “percentagem de alunos do Ensino Superior a viverem em casa dos pais” foram retirados dos folhas de dados do Eurostudent.

A saída de casa dos pais para estudar (no mesmo país ou noutro) tem sido uma das situações, a par do serviço militar, serviço doméstico interno (e outras situações), que são consideradas como semi-autonomia habitacional. Estas situações que ilustram a saída de casa como “processo” contribuem para atenuar as diferenças entre países e entre gerações. A distinção entre “independent housing” e “independent household” equivale à que existe entre

viver longe dos pais (estar deslocado de casa ou “living away”) e ter *deixado de viver* com os pais (“leaving home”) tendo constituído um nova unidade doméstica, mesmo que seja unipessoal (Leonard 1980 *citado por* Heath and Cleaver, 2003: 60; Jones, 1987 *citado por* Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 61; Jones, 1995: 25; Buck e Scott, 1993: 864; Leonard 1980 *citado por* Jones e Wallace, 1992: 112). “Living away” é considerada uma situação de semi-autonomia na medida em a vivência em “unidades domésticas intermédias” (Jones 1995; Jones e Wallace, 1992; Heath and Cleaver, 2003; Nico, 2005), como o caso das residências de estudantes ou casernas de serviço militar (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 105), permite que o controlo parental diminua e que a gestão da casa fique mais a cargo do jovem, ainda que tal não tenha sido verdadeiramente consequência da conquista (completa) de autonomia financeira (Goldscheider e Goldscheider, 1999). O nível de reversibilidade (*a priori* e não apenas revelado no processo) do tipo de saída de casa dos pais é, então, importante para a definição do que é, afinal, “sair”. Nesse sentido, dado que “living away” é um “tipo de saída” com um carácter necessariamente mais temporário e mais reversível à partida (Jones, 1995: 25), constitui-se como uma distinção a ter em conta na análise dos dados.

No entanto, por vezes os próprios dados apenas permitem que esta distinção se faça *a posteriori* (em análises geralmente já excluídas do consumo mais imediato e mediatizado das “preocupantes” idades médias na saída de casa dos pais). É o que ocorre ora em grandes inquéritos europeus ora em recenseamentos nacionais (incomparáveis entre si), onde a definição do que é obter autonomia habitacional não é nem clara, nem fiel à complexidade das definições existentes na literatura. No caso dos grandes inquéritos europeus (não longitudinais), pode dar-se o exemplo do European Social Survey 2006 que além de apenas registar a primeira saída de casa dos pais (e não as várias ou em alternativa, a última), considera como primeira saída de casa dos pais aquilo que poderá ser apenas uma ausência planeada de três meses (consecutivos) e que poderá nem estar relacionada com nenhum tipo de autonomia financeira (isto é, não cumprindo critérios definidos pela literatura sobre o tema), nem permitindo que o destino ou formato da saída seja identificado de forma directa e completa.

Por outro lado, se se compararem os formulários dos recenseamentos dos vários países, verifica-se que utilizam diferentes (e incomparáveis) critérios de definição de quem pertence e de quem já não pertence ao agregado (tendo saído). Comparem-se os critérios utilizados nos formulários de Portugal (2001), dos Estados Unidos da América e do Reino Unido: Em Portugal, para a definição da residência habitual, é utilizado o critério da proporção do tempo em que se vive na casa a ser recenseada, o que acaba por permitir alguma

identificação das situações de semi-autonomia. Há portanto, 3 hipóteses de resposta: ou “reside neste alojamento e nele vive a maior parte do tempo” ou “reside neste alojamento mas não vive nele a maior parte do ano por motivos de estudo, saúde”, tendo o “trabalho” sido acrescentado como exemplo no formulário a ser aplicado em 2011. Já nos Estados Unidos, o questionário é aplicado, sem distinção, às pessoas que residem/moram ou que vivem, leia-se, temporariamente, no alojamento (“living or staying”). Há porém, no caso dos estados Unidos da América, a vantagem da já longa tradição da realização de inúmeros inquéritos longitudinais onde a informação referente às carreiras habitacionais pode ser eficazmente trabalhada¹²³. Já no formulário aplicado no Reino Unido, a partir da sétima pergunta (do teste de 2009, a ser aplicado em 2011), se por motivos de estudo (na escola, “liceu” ou ensino superior)¹²⁴ o respondente assumir que vive durante o ano lectivo num outro alojamento, simplesmente não responde ao resto do questionário (sendo que em Portugal tal só acontece se o respondente afirmar que “não reside neste alojamento, e encontra-se aqui temporariamente (fim-de-semana, etc.)”).

Face a esta diversidade actual no registo de quem reside ou não reside no alojamento, é caso para reafirmar que “the study of leaving home is not an exact science” (Jones, 1995: 36). Além do mais, há que distinguir, na tentativa de compreensão deste fenómeno, a diferença apontada por Gutman *et al.* (2002 *citado por* Mitchell, 2007 [2006]: 34) entre o carácter voluntário e involuntário da saída de casa (o último ocorre com a morte dos pais ou quando a pobreza leva à desintegração da família). Por fim, Young refere ainda que os pais, mais do que os filhos, têm tendência para identificar situações de co-residência nas situações de semi-autonomia (*citado por* Mitchell, 2007 [2006]: 63). Em suma, foram apresentados alguns dos motivos pelos quais estudar o processo de saída de casa dos pais não é uma “ciência exacta” (Jones, 1994: 36). O fenómeno da mobilidade humana (no qual se pode incluir o processo de saída de casa dos pais) é “extremamente complexo, muito mais do que qualquer outro evento demográfico” (Breschi e Manfredini, 2004: 221).

Os inquéritos longitudinais apresentam, porém, vantagens na recolha de informação que encare a saída de casa dos pais como um processo. Os inquéritos não longitudinais só conseguem registar uma das saídas de casa dos pais e utilizar um só critério que pode, aliás, não ser adequado. Ao não registarem o tipo de saída de casa dos pais, os grandes inquéritos Europeus estão a registar, no âmbito do mesmo indicador, momentos de semi-autonomia e

¹²³ Ver, a título de exemplo, em Settersten, Furstenberg e Rumbaut (2005: 9-14), as 13 fontes (bases de dados representativas dos Estados Unidos) utilizadas.

¹²⁴ No original “I live elsewhere during school/college/ university”.

momentos de autonomia habitacional. A expansão da educação (ensino superior) dá origem a dois processos de formação de agregado doméstico que chegam a ser contraditórios: por um lado, prolonga a dependência financeira (e eventualmente, como consequência, residencial) dos pais (hipótese do adiamento), por outro acelera a saída de casa dos pais (hipótese da aceleração) (Guerrero, 2001: 29-30). A primeira tendência é claramente o caso de Portugal, e a segunda o caso dos países escandinavos.

Além disso, impossibilitam uma comparabilidade rigorosa entre dados de diferentes nacionalidades, o que não impede que muitas vezes se realize essa mesma comparação, o que vem reificar preconceitos relativamente a *clusters* que, de uma forma “natural” agrupam os países do sul europeu; não conseguem registar os regressos a casa,¹²⁵ cada vez mais frequentes; perguntar quando se saiu de casa sem definir um critério permitirá a obtenção de respostas com significados muito diferentes, porque o conceito de casa (ou “lar”, de “home”) é muito subjectivo, especialmente entre diferentes gerações.

Em suma, “whether the process of leaving home has become less protracted, or whether it has simply changed in its nature and significance, is hard to determine” (Jones e Wallace, 1992: 111).

3.2 Tempo histórico e saída de casa dos pais

Um olhar “temporal-centrista” ou temporalmente desatento para o processo de saída de casa dos pais, mais particularmente sobre o *timing* da conquista de autonomia habitacional contribui fortemente, como veremos, para a produção de *certezas científicas* baseadas em *enviesamentos* metodológicos, substantivos e valorativos.

Perspectiva histórica e evolução dos processos de autonomia habitacional

Vários autores têm apelado para a necessidade e utilidade de uma perspectiva histórica no estudo das transições para a vida adulta, fundamental para a compreensão dos processos de autonomia habitacional contemporâneos e do (i)mediatismo de determinadas conclusões geracionais e etárias (Wall, 1989; Hareven, 1978, 1991; Goldscheider e Goldcheider, 1999; Van Poppel *et al. citado por* Mulder, 2009; Poppel, Oris e Lee, 2004; Derosas, 2004; Hareven e Adams, 2004). Hareven afirma mesmo que “in order to understand the development of the

¹²⁵ Não há, aliás, dados europeus sobre o regresso a casa (Mitchell, 2007 [2006]: 47).

home as the family's abode, as a reality and as an ideal, it is necessary to examine the relationship between household, family, and home as they change over time" (Hareven, 1991: 254).

A ideia de que os jovens saem *cada vez mais tarde* de casa está historicamente errada. "A história do processo de sair de casa nos países industrializados não tem tido uma evolução linear" (Van Poppel *et al. citado por* Mulder, 2009: 204) e o passado está cheio de oscilações tanto nos Estados Unidos (Goldscheider e Goldcheider, 1999: 203) como na Europa (Sironi, 2009: 11). Assim sendo, a idade média na (primeira) saída de casa não tem vindo a aumentar de forma linear, atingindo, no entanto, actualmente um auge que suscita interesse e quase "preocupação social", mas tem sempre sido caracterizada por grandes oscilações no *tempo*. Estas oscilações demonstram, aliás, a vulnerabilidade deste fenómeno a processos de escala macro-sociológica, resultado das mudanças profundas no interior da família e da sua formação, relativamente à flexibilização e precariedade dos mercados de trabalho, do prolongamento dos estudos e massificação do ensino superior, etc.; e por grandes variações no espaço europeu, o que demonstra a vulnerabilidade deste fenómeno às diferenças de condições socioeconómicas, de acesso ao mercado de trabalho, de políticas que possibilitem simultaneamente o emprego, a autonomia e a constituição de família (Torres *et al.*, 2007b: 115).

Os dados que têm sido publicados e mediatizados recentemente parecem demonstrar uma tendência linear. Mas o facto é que apesar de se estar assistir a um período de aumento da idade média na (primeira) saída de casa, esse aumento só parece linear devido ao "normative lag" referido anteriormente. Assim sendo, a ideia de que a idade à primeira saída de casa se caracteriza por um crescendo linear é falsa e proporcionada pela extrema velocidade das transições em meados do século XX, nos anos 50 e 60 (já apresentado). Alguns autores chegam mesmo a referir que esta velocidade transicional foi uma aberração ou anomalia histórica (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 56; Fussel e Furstenberg, 2005: 59; Côté, 2000: 28; Mitchell, 2007 [2006]: 8).¹²⁶ Durante estes anos, as transições eram muito rápidas porque a maior parte dos homens saía de casa dos pais para cumprir serviço militar ou para, juntamente com a grande parte das mulheres, ir aprender, *on the job* (e no caso do trabalho doméstico, *on the house*), um ofício (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 56). Este tipo de saída de casa é idêntico ao que ocorria no século XVIII, com as crianças de classes desfavorecidas a

¹²⁶ Mitchell chama-lhe mesmo "Living arrangements in the past: the myth of multigenerational living and early homeleaving for marriage" (2007 [2006]: 31), sublinhando que as supostas famílias "tradicionais" são simplistas e muitas vezes não são empiricamente válidas.

deixar de viver em casa com os pais para passar a residir na casa dos senhores que serviam (Wall, 1978 *citado por* Mulder, 2009: 205), ou ao que ocorria nos anos 20 e 30, com a procura de trabalho nas grandes cidades e o consequente êxodo rural (Goldcheider e Goldscheider, 1999: 33).

A afirmação de que “a fundação de novas unidades residenciais já não está obrigatoriamente associada à formação de novas famílias” é muito comum (Ferreira e Nunes, 2010: 43). No entanto, “a assumpção de que a maioria dos jovens saía de casa para casar está em muitos casos incorrecta. Os historiadores têm verificado que no passado europeu, a população jovem e solteira saía da casa da sua família de origem para viver como serventes ou inquilinos noutros alojamentos” (Guerrero, 2001: 52). A saída de casa dos pais era, como actualmente, um processo gradual. No entanto, actualmente, as instituições protagonistas dessas “unidades domésticas intermédias” são a família e o ensino superior, mais do que o trabalho. Nas sociedades pré-industriais, “os aprendizes, os serventes, os inquilinos e outros indivíduos sem relação familiar ou de parentesco, partilhavam o espaço com a família, trabalhando com ela e participando em inúmeras actividades quotidianas, dormindo por vezes nos mesmos quartos. (...) A família da sociedade pré-industrial era caracterizada por sociabilidade e não por privacidade” (Hareven, 1991: 256) e a casa como espaço privado só surgiu a meio do século XIX (Hareven, 1991: 260). Em Portugal, pelo menos desde os anos 60 que o número médio de pessoas por unidade doméstica tem vindo a diminuir (Bandeira, 1996: 361), devendo-se portanto a formação de unidades domésticas a outros processos. Aliás, nos países do Sul Europeu, nas gerações nascidas aproximadamente entre os anos 20 e os anos 40, existia a tendência para permanecer em casa dos pais mesmo aquando da formação do casal (Sironi, 2009: 40). Desta forma, a evolução da idade média na saída de casa dos pais não tem sido linear (crescente) em todo o século XX, tendo aliás em grande parte dele sido caracterizado por decréscimo (referido por Goldscheider e Goldscheider, 1999: 26-27, relativamente aos Estados Unidos). Além disso, as saídas de semi-autonomia habitacional eram registadas como “a” saída de casa, provocando uma aparente inflação na idade média de saída de casa dos pais (Jones, 1995: 22). Aquilo que é considerado um “problema social” é aliás, tão variável como as oscilações das médias da idade na primeira saída de casa dos pais. Nos anos 50/60, por exemplo, a grande preocupação social era em torno dos que saíam “cedo demais” de casa e não com os que saíam “tarde demais” (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 59, relativamente aos Estados Unidos da América, e

Jones, 1995, relativamente ao Reino Unido).¹²⁷ Considerava-se que sair “cedo demais”, provocava uma interrupção negativa e danos irreversíveis na carreira escolar e profissional, isto é, no tipo de mercado de trabalho (desqualificado) em que se entrava, representando um desinvestimento na mobilidade social e um factor de reprodução social para as classes sociais mais baixas (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 61), quando não representava igual e simultaneamente situações de ruptura familiar, em que os jovens “fugiam de casa” ou eram “postos na rua” (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 59), não havendo nenhuma rede de protecção social para estes jovens que enveredavam por estratégias de sobrevivência nas margens do mercado de trabalho e de habitação (tornando-se, muitas das vezes, “problemas sociais” mediatizados e reconhecidos pela população em geral). Actualmente, a saída tardia de casa dos pais apenas é considerada um problema social na medida em que interfere com as estruturas demográficas nacionais, nomeadamente no que se refere à fertilidade (Guerrero, 2001:1).

A norma nos anos 50/60 era uma transição habitacional e familiar simultânea e imediatamente à saída da escola (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 60), sendo que homens e mulheres tinham, nesta altura, percursos diferentes, com os homens a transitar para a esfera pública e as mulheres a transitar de uma esfera privada para outra. Assim, se se tomar como exemplo os Estados Unidos, verifica-se que, nos anos 40, a saída dos homens de casa dos pais, directamente da escola para cumprir serviço militar e, especialmente no caso dos anos 50, a saída de casa das mulheres para constituir família, era a norma (*genderizada*) que aliás acelerou o processo de transição para a vida adulta (Furstenberg *et al.*, 2005: 4).

Se até estas décadas era muito visível a simultaneidade das transições familiares, habitacionais e profissionais, isto é, a tripartição do curso de vida (Kohli, 1985), a partir dos anos 70 estas três carreiras assumem ritmos diferentes, des-sincronizando-se, regressando então à forma comum dos séculos XVII e XVIII (Jones, 1995; Heath e Cleaver, 2003; Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 60). Assim, a rapidez da transição desacelera-se com a interferência de uma terceira instituição: a do Ensino Superior (e grosso modo, o prolongamento dos estudos), mas ainda muito circunscrita às classes média e alta.

A partir dos anos 80 começa então a emergir a preocupação com a idade tardia de saída de casa dos pais, com a saída de casa através do casamento a ser normativo, tanto para homens como para mulheres (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 16). A partir dos anos 90,

¹²⁷ No European Social Survey 2006 é perguntada a idade em que é tarde para ainda se viver com os pais (e se dá a hipótese de resposta de “não há idade tarde demais”) mas o mesmo não sucede com a pergunta da idade em que é cedo para se sair de casa dos pais.

com o aumento da variedade de percursos que levam à conquista de alguma autonomia habitacional (escolar, profissional, vivência só, co-residência não conjugal, vivência conjugal sem casamento e o casamento), a idade média da saída de casa dos pais registada aumentou, tendo aumentado com ela a preocupação social em torno do processo “tardio” da conquista de autonomia habitacional. A somar a estas tendências de autonomia transicional, têm acrescido as situações de retorno a casa dos pais e, mais graves do que essas que acabam por relevar a boa relação com a família de origem, as situações em que o regresso para casa dos pais é improvável e a situação de sem abrigo mais possível. Como afirma Mitchell (2007 [2006]: 23), o regresso a casa dos pais, em situações de dificuldade económica dos jovens, são raros em situações de má relação com a família de origem (independentemente do capital económico dos pais).

Em suma, referindo-se ao século XIX, Breschi e Manfredini referem que a saída de casa dependia não apenas do indivíduo e das características da família que permanecia, mas também dos costumes, e do contexto sócio-económico (2004: 238). Porque passaria, no século XX ou XIX, a depender exclusivamente do indivíduo?

Enviesamentos metodológicos, substantivos e valorativos

Estas oscilações na evolução da idade média de saída não são frequentemente expostas pelos *media* e são muitas vezes substituídas pelas estatísticas *prontas-a-consumir* sobre esta temática. Tal facilita a ocultação dos processos que levam à compreensão da saída de casa. São essencialmente 3 os tipos de enviesamentos que contribuem para tal ocultação: *metodológicos, substantivos e valorativos*.

(i) Metodológicos

Vários aspectos de natureza metodológica contribuem para a invisibilidade ou ocultação da compreensão da evolução da idade média na primeira saída de casa e dos processos pelos quais esta ocorre. (a) O recurso aos grandes inquéritos europeus, mesmo que representativos de cada uma das populações nacionais participantes, acabam por implicar uma análise dos dados com sobre-representação de respondentes mais jovens, porque embora não exista um limite superior de idades, as gerações mais antigas que constam dessas bases de dados não são suficientemente antigas para incluir uma perspectiva histórica. Assim, quando, por impossibilidade metodológica, se analisa a evolução da idade média na primeira saída de casa

dos pais a partir de um *ponto zero* que são os indivíduos nascidos depois da década de 30, já dificilmente se escapa a uma observação do aumento deste indicador (como ocorre na análise de Aquilino, 1991).

(b) Em vez da idade média na primeira saída de casa dos pais, a análise centra-se muitas vezes na proporção de jovens a viver com os pais. Assim, em vez de se perguntar retrospectivamente (em inquéritos com preocupações próximas da perspectiva do curso de vida) em que idade se saiu de casa dos pais, analisa-se a composição dos agregados domésticos. Tal vai dar uma ideia errada da idade a que se saiu de casa dos pais, porque vai incluir muitos dos jovens que já tendo saído, regressaram para casa dos pais mais tarde (Jones, 1995: 35), criando ruído na análise do processo de autonomia habitacional.

(c) Outra análise que contribuiu para uma ideia errada e inflacionada da idade de saída de casa dos pais é uma que não tem em conta os diferentes formatos da saída, analisando a idade como elemento unificador de todos os processos. Goldscheider e Goldscheider verificaram que, por exemplo, entre os jovens que não casam, a saída é aliás cada vez mais cedo (1999: 10).

(ii) Substantivos

São essencialmente dois os aspectos que devem ser tidos em conta na análise dos processos de saída de casa dos pais, mesmo quando se está apenas a analisar a idade em que se sai de casa dos pais pela primeira vez. (a) Um constitui-se pela *reversibilidade* dos processos de autonomia (isto é, pelos regressos a casa dos pais) e o outro constitui-se pela (b) *diversidade* dos processos de autonomia (isto é, pela perda do monopólio do casamento como formato de saída de casa dos pais e aparecimento de uma série de “unidades domésticas intermédias” como o escolar, o de co-residência com não familiares, etc.).

Separam-se analiticamente estes dois aspectos, mas os dois processos estão, na verdade, correlacionados, com os regressos a serem mais frequentes entre os percursos de saída de casa dos pais sem ser pelo casamento (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 55; Goldscheider, 2000: 11; Corijn e Klijzing, 2001: 322). Os regressos a casa dos pais não são um fenómeno completamente novo (Goldscheider e Goldscheider 1999: 56) mas tratando-se de um processo mais frequente nas saídas de casa dos pais desvinculadas da constituição de casal ou família, a sua incidência é relativamente nova (Jones, 1995: 25). Assim, (a) a *reversibilidade* da autonomia habitacional face à família de origem depende muito do que se define por “ter saído” (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 39) e pelas condições que o

proporcionaram. Vários autores têm constatado que quanto mais tarde e mais associado ao casamento estiver a saída de casa, menor a propensão para regressar para casa dos pais (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 9, 55, entre outros). Os autores que mais se têm dedicado ao estudos dos regressos a casa dos pais identificam os dois principais motivos para esse regresso (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 40-41): enquanto resultado de uma estratégia de independência financeira mal sucedida devido ao funcionamento actual da economia e da existência de precariedade profissional em vários sectores da mesma e a dissolução conjugal.

Relativamente ao aumento da (b) *diversidade* dos percursos de saída de casa dos pais, há que referir que o casamento continua a ser muito importante para a compreensão do *timing* da saída de casa dos pais (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 212), na medida em que este tipo de saída não desapareceu mas co-existe com as das unidades domésticas “intermédias”. Durante muito tempo, os estudos sobre autonomia habitacional recaíam apenas na formação de família através do casamento (como referem Heath e Cleaver, 2009: 212; Jones, 1995) e os restantes tipos de agregados domésticos eram negligenciados pela sociologia da família e pela demografia (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 6). Mulder refere as restantes tendências de saída de casa com sentidos opostos: o prolongamento dos estudos e o casamento, por um lado, como protagonistas do aumento da idade na saída de casa dos pais e a tendência para a vivência a solo ou com *roomates* a fazê-la diminuir. As diferenças no espaço e no tempo dependem em larga medida do balanço entre estas duas tendências (Mulder, 2009: 205). Quando não se consideram algumas dessas unidades domésticas intermédias como novos rumos no sentido da autonomia e independência contemporânea (Heath e Cleaver, 2003) e se regista apenas a idade em que se sai de casa dos pais e se constitui casal ou família, está a inflacionar-se a idade média da saída de casa e a contribuir para a tese da *adulthood* adiada (Blatterer, 2009 [2007]).

(iii) Valorativos

Está implícito ou explícito em muitas análises destes fenómenos, que *esta juventude de hoje* se afasta dos seus pais mais do que estes se afastavam dos seus, no que se refere aos valores. No entanto, o *gap* entre gerações no que se refere aos valores, atitudes e comportamentos, tem diminuído com o tempo, com a maior mudança a ocorrer, aliás, na passagem para os anos 80 (Smith, 2005: 182). No que toca aos valores sociais “os jovens de hoje não são mais distintivos do que no passado” (Smith, 2005: 196). No entanto, este “*gap*” é maior em países

que, como Portugal, sofreram profundas mudanças sociais nas últimas décadas, do que nos países escandinavos, especialmente no que se refere à própria natureza e normatividade da transição para a vida adulta (Torres e Lapa, 2009). Aliás, a aparente convergência europeia dos valores juvenis nestas questões evidencia as diferenças geracionais, especialmente em países do sul, como Portugal e Espanha (Torres e Lapa, 2009).

A suposta “crise de valores” é associada, muitas vezes, à “crise da família”, diagnosticada também pela ausência de urgência em constituir casal ou família e pelo declínio da fertilidade. Mas no entanto a evolução na relação inter-geracional pode indicar precisamente o contrário: os pais apoiam cada vez mais os filhos na sua saída de casa independentemente do motivo (conjugal ou não) e aceitam cada vez mais o seu regresso, mesmo quando saíam para viver sozinhos (“divorciando-se dos pais”) (Goldscheider e Goldscheider 1999: 56). Por outro lado, como refere Mitchell (2007 [2006]: 88), uma co-residência mais longa entre pais e filhos encoraja a solidariedade inter-geracional ao longo do curso de vida.

3.3 O lugar da emancipação habitacional na transição para a vida adulta

Que papel ocupa então a autonomia habitacional nestas duas facetas da transição para a vida adulta? Billari *et al.* afirmam que “leaving home is considered to be one of the crucial nodes of the life course and a crucial event in the transition to adulthood. It generally implies not only household independence but also greater social autonomy for young people” (2001: 2-3).

De marco transicional acoplado a marco transicional autónomo

Já em 1995, Jones chamava a atenção para o importante aumento de importância da conquista de autonomia habitacional face aos restantes marcos tradicionais de transição para a vida adulta como deixar/acabar os estudos, começar o primeiro emprego, iniciar uma relação conjugal e ter um filho (1995: 1). Cordón refere que a *adulthood* se pode definir por completa independência financeira e residencial (1997: 582); Guerreiro e Abrantes referem também que a habitação é vista pelos próprios jovens como um dos aspectos importantes na passagem à vida adulta (2004: 11) e Mitchell afirma igualmente que viver independentemente dos pais é um significativo e simbólico marco na transição para a vida adulta (2007 [2006]: 61). Por fim, Buchmann e Kriesi chegam mesmo a referir-se a esta transição como sinónimo de tornar-se socialmente independente (2011: 485).

For much of the twentieth century, home leaving was the starting point for a range of processes that signalled the transitions from youth to adulthood. Most young people left home to marry, complete their education, serve in the military or to work, with those changes came parenthood and economic independence.

Pullum *et al.* citado por Harry Blatterer (2009 [2007]),
Coming of Age in Times of Uncertainty, pp. 17

De facto, no estudo da saída de casa dos pais estão envolvidos, em complexas combinações, os processos de passagem a trabalhador, a cônjuge, a pai/mãe (Goldscheider, 2000: 1). Como refere Blatterer, a saída de casa dos pais era o *meio* que permitia a concretização, bem sucedida e socialmente reconhecida, de um determinado evento demográfico, como o casamento, a parentalidade e/ou a entrada no mercado de trabalho. Assim, ao longo do século XX, nenhuma das gerações considerava a saída de casa dos pais como uma transição separada de outros eventos (Hareven e Adams, 2004: 363).

No entanto, a autonomia habitacional tornou-se (novamente), ela mesma, autónoma ou “desconectada” dos outros (eventos demográficos). Assim, mesmo quando não desempenha a função de *meio* para nenhum outro evento, a autonomia habitacional tem-se tornado um importante *fim* em si mesmo, uma importante transição para a vida adulta no século XX (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 34). Do ponto de vista de uma sociologia das transições, pode então afirmar-se (usando a sùmula de Mulder, 2009: 203) que a saída de casa dos pais é importante porque:

(i) É um importante marco de *adulterez*, que coincide geralmente com o assumir de papéis adultos como a gestão de uma casa, a autonomia para tomar as próprias decisões financeiras e de consumo, e de uma maneira geral, assumir responsabilidade pela própria vida sem supervisão ou controlo parental (também referido em Jones e Wallace, 1992: 88, 90¹²⁸);

(ii) Marca o início de uma trajectória enquanto unidade doméstica independente. Além disso, é geralmente considerado um pré-requisito para viver com alguém, casar ou ter filhos;

(iii) Marca a entrada do jovem adulto no mercado habitacional;

(iv) E é um importante evento de mudança na relação entre pais e filhos.

Não obstante, para alguns jovens a saída de casa dos pais continua a ser o *meio* para um *fim*, conjugal, por sinal. Porque o desenho de estratégias habitacionais não está ao acesso de todos

¹²⁸ Estas autoras referem, aliás, que a emancipação do controlo parental e independência económica dos pais são os pré-requisitos para a completa cidadania.

os indivíduos da mesma forma (Jones, 1995: 28), a saída de casa pelo casamento poderá ser a opção considerada acertada, até porque é a situação onde o apoio familiar (efectivo e moral) é maior (Jones 1995: 32; Guerreiro e Abrantes, 2005: 163). No entanto, o facto de os dois *fins*, o de autonomia habitacional e o da união conjugal, estarem desconectados (isto é, a autonomia habitacional não é apenas o *meio* para o fim conjugal), o desejo por uma vida vivida a dois não é menor, é apenas pensado para outro *momento* da vida (Nico, 2005; Heath e Cleaver, 2003). Como referem Guerreiro e Abrantes, em jeito de dicotomia antagónica: “não sendo mais progressista ou conservador, o novo paradigma familiar é mais complexo, desenvolvendo-se a dois tempos: um primeiro período de liberdade, experiência e aventura; um segundo, de responsabilidade e estabilidade.” (2005: 165).

Crescente reconhecimento social

Leaving home was gaining a new significance, independent of its relationship with family formation, and this in turn would affect the patterns of leaving home of future cohorts of young people.

Gill Jones (1995), *Leaving Home*, pp. 24

E é precisamente a importância *desconectada* da conquista de autonomia habitacional numa faceta mais subjectivista da definição do que é ser adulto, que tem igualmente vindo a ganhar importância. Cordón chega mesmo a afirmar que “leaving the parental home is a key moment in the life of any person because having a home of one’s own appears to be a vital condition for social recognition” (1997: 579).

Por um lado, porque para além de ser um marco transicional, é o objecto do reconhecimento social de que falam as autoras do projecto “Inventing Adulthoods” (Hendersen *et al.*, 2009). Por outro lado, porque não sair de casa (por si só, desvinculado do facto de “não ter casado”) é motivo o suficiente e (frequente) para os jovens serem dados como exemplo de indivíduos imaturos, incompletos ou ambíguos. Há quase, aliás, um *bulling* dos *media* em Portugal a este respeito (cf. introdução), mas noutros países, como nos Estados Unidos, esse reconhecimento da infantilidade associada a ficar em casa dos pais é feito pelos pares, que tendem a estigmatizar o prolongamento em casa dos pais (Goldscheider, Goldscheider, 1999: 20).

Assim, tanto os pais e mães como os filhos, como os pares destes, tendem a ver a saída de casa como o fim da indefinição e ambiguidade que caracteriza aqueles que “já não são crianças e estão a redefinir seus papéis sociais como adultos”, logo, como um importante acontecimento no reconhecimento e atribuição do estatuto de pessoa adulta (Goldscheider e

Golscheider, 1999: 2). Tal não significa, contudo, uma ruptura igualmente repentina e forte na relação de entreajuda entre as duas gerações (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 2), na medida em que esta se manifesta financeira, material e moralmente de forma continuada e aliás, surpreendentemente elevada, mesmo quando a saída de casa não é conjugal (Nico, 2005). Mesmo o regresso a casa, que pode ser visto como o processo “reversível” da saída de casa dos pais, não produz o efeito contrário ao da saída de casa. Assim sendo, a nova fase que é reconhecida na saída dos jovens de casa dos pais passa por uma transformação quando estes regressam a casa dos pais mas não ao *status quo* anterior (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 2).

Mais consonante com a definição da “biografia de escolha”, a saída de casa dos pais, ao invés de revelar fortes estruturas etárias e sociais em torno da ordem, formato e *timing* das transições para a vida adulta, revela a capacidade para o desenho de “estratégias habitacionais” que envolvem *trade-offs* entre aspirações e alguns sacrifícios (aspectos que não são tidos em conta, aliás, nos indicadores de “affordability”) (Pickvance e Pickvance 1994: 657). A estratégia mais comum de saída de casa dos pais enquanto *fim* em si mesma é a da divisão do apartamento com outras pessoas, na medida em que otimiza as oportunidades de mercado e reduz os custos (Jones, 1995: 112). Estas estratégias desenvolvem-se através do arrendamento, como alternativa à compra, muito mais inacessível aos jovens (Jones, 1995: 108).

Alguns autores têm mesmo estudado estes agregados intermediários por via do arrendamento do ponto de vista do “estilo de vida” que este proporciona (Heath e Cleaver, 2003) ou como exemplo das suas escolhas individuais e identitárias (mais do que meramente racionais). Jensen sublinha a necessidade social dos jovens relativamente à possibilidade de mobilidade geográfica e a forma como esta se exprime entre jovens arrendatários urbanos (2006), aspecto também referido por Heath e Kenyon (2001) relativamente aos jovens solteiros com carreiras e ambições profissionais exigentes (*single young professionals*) e à forma como estes conciliam essas exigências profissionais com as pessoais. Neste estudo, bem como muito especialmente num outro artigo que as autoras produziram no mesmo ano, há um ênfase colocado no processo de escolha desta situação habitacional, resultando de uma avaliação reflexiva entre os prós e os contras da solução de partilhar casa com não cônjuges (face a sozinho ou com cônjuge) e na adequação aos seus estilos de vida (mais do que uma necessidade ou limitação financeira). Como estilo de vida, não apenas como consequência de limitações financeiras, Myers (1999) refere que a mobilidade residencial é aliás transmitida

geracionalmente. Hauge e Kolstad (2007), numa pesquisa comparativa entre bairros de luxo e bairros pobres, também chamam a atenção para a casa enquanto expressão identitária.¹²⁹

De facto, mais do que a independência, o que se conquista simbólica e socialmente com a saída de casa dos pais é a quebra de controlo e restrições parentais que, apesar das estruturas de autoridade se terem tornado mais flexíveis desde os anos 60, são sempre mais fortes com filhos co-residentes do que com filhos residencial e financeiramente independentes (Guerrero, 2001: 26).

Para resumir, pode dizer-se que existem dois tipos de transições, ambas com implicações na autonomia habitacional:

“1. A transição de dependência financeira para independência financeira, que está relacionada com a transição escola-trabalho e a transição de direitos indirectos de cidadania para direitos directos de cidadania.

2. A transição entre dependência social para independência social que é essencialmente constituída pela transição habitacional e doméstica” (Guerrero, 2001: 26).

3.4 Autonomia habitacional enquanto indicador da mudança e diversidade social

Indicador para o estudo da continuidade e mudança social

This dynamic of change [of the transitions to adulthood] in time and context, over the life course and between generations are the building blocks forming the foundation of emerging communities and social change.
Goldscheider e Goldscheider (1999), *The changing transition to Adulthood. Leaving and Returning Home*, pp. 214

Os processos de transição para a *adulter* oferecem, em primeira mão, uma versão da forma como novos constrangimentos e oportunidades sociais são contornados pela acção individual ou a forma como velhos constrangimentos sociais são percebidos e incorporados nas estratégias e “planos reflexivos do *self*” (Giddens, 2001). As transições para a vida adulta (escolar, profissional, familiar, habitacional), ao assumirem ritmos diferentes, muitas vezes des-sincronizados (Jones, 1995; Heath e Cleaver, 2003; Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 60), autonomizaram a importância da carreira habitacional, dispersando, analítica e empiricamente, os efeitos recíprocos entre esta e as restantes carreiras, e as interferências que a estrutura de oportunidades e constrangimentos exerce sobre ela (especialmente a que melhor

¹²⁹ A este propósito, da casa como expressão das mudanças sociais na sociedade Portuguesa e da apropriação individual do seu espaço, ver Pereira (2010).

representa a contemporaneidade: a passagem por unidades domésticas intermédias) (Heath e Cleaver, 2003; Jones, 1995; Goldscheider e Goldscheider, 1999, Nico 2005: 190). Para tal é necessário, mais do que a idade, analisar os processos de saída de casa dos pais que informam com mais rigor sobre os processos de continuidade e mudança social (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 21).

As carreiras habitacionais e familiares são das mais afectadas pelas variáveis da classe e do género (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 10), sendo por isso um óptimo indicador para o estudo da reprodução e da mudança social. Estes autores afirmam ainda que as alterações na sequência das transições produziram grandes mudanças ao nível das dinâmicas familiares. Existem grandes emoções familiares envolvidas neste processo: para os jovens pode ser a passagem da segurança para a insegurança; para os pais pode ser a percepção de uma estratégia parental e educativa, mas também a experiência do fenómeno do “ninho vazio” (Jones, 1995: 3). O processo de saída de casa deve-se, portanto, a mudanças internas e externas ao processo, envolvendo pais e filhos (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 3, 99).

A diversidade dos processos de saída de casa dos pais reflecte mudanças ao nível da família e ao nível das estruturas de oportunidades e do mercado de trabalho. Relativamente à família, vários factores contribuíram para a queda do monopólio do casamento como relação significativa “de escolha”: as mudanças entre pais e filhos e a emergência de novos tipos de família, as novas definições de género que mudam a forma como os filhos e filhas são educados, mas também a forma como pais e filhos se relacionam com a instituição casamento ou o declínio da centralidade da religião. Embora o acesso às estruturas de oportunidades e ao mercado de trabalho seja desigual, o aumento dos recursos das famílias provocou o aumento da velocidade para a independência habitacional e o aumento nas oportunidades educacionais fez com as famílias investissem mais nos seus filhos (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 4). As exigências do mercado de trabalho em torno de um tipo ideal desenraizado, geograficamente móvel e temporariamente disponível, aumentaram igualmente a mobilidade profissional dos jovens (Heath e Cleaver, 2003: 35). O trabalho torna-se, também visível no caso da autonomia habitacional, “the driving force behind the individualisation of people’s lives” (Beck, 1992: 94 *citado por* Heath e Cleaver, 2003: 35).

Factor de heterogeneidade europeia: diversidade de padrões de transições habitacionais

In a time of overall social and economic convergence in European countries, it is hard to find social indicators with such striking differences among EU countries as those related to leaving home.

Arnstein Aassve *et al.* (2002), *Leaving home: a comparative analysis of ECHP data*, pp. 259

As diferenças ao nível Europeu dos *timings* (e processos) da saída de casa dos pais têm representado um dos maiores focus de interesse académico. As diferenças, ou até as semelhanças (como chama a atenção Cherlin, Scabini e Rossi, 1997: 572) aparentemente enormes¹³⁰, reclamam por estudos comparativos que dêem conta de variáveis explicativas do fenómeno (cf. Aassve *et al.*, 2002; Billari *et al.*, 2001; Cherlin, Scabini e Rossi, 1997; Iacovou, 2001). A Europa apresenta assim uma “enorme variação no nível de apoio do Estado no que respeita ao Ensino superior e formação profissional, que condiciona a transição para a independência económica” (Goldscheider, 2000: 1). A heterogeneidade é, aliás, encontrada ao nível dos processos de transição para a vida adulta em geral e não apenas ao nível da saída de casa dos pais. Como refere Billari, “as a matter of fact, Europe provides an extremely interesting setting to study the transition to adulthood. Cultural and institutional heterogeneity, economic differences and the interaction between them, have shaped an incredibly diverse way of ‘becoming an adult’ in a demographic sense” (2004: 17).

São três os tipos de estudos que dão conta destas pesquisas: aqueles que, usando bases de dados geralmente longitudinais (que possam dar conta da saída de casa dos pais enquanto processo), procuram explicar estas diferenças através de variáveis estruturais, empregando técnicas estatísticas sofisticadas e incluindo vários ou todos os países europeus na amostra. Outro tipo é o que, baseando-se em conclusões dos estudos anteriores, procura explicar (através de dados estatísticos) ou compreender (através de estudos qualitativos) as variações internas de um ou mais países, enquadrando-o no contexto europeu (cf. Holdsworth, 2005; Rossi, 1997; Córdon, 1997). Estes estudos comparativos ou de caso tendem a dedicar atenção a países do Sul Europeu por se destacarem por um *timing* de saída de casa mais tardio. Espanha e Itália têm sido usados sistematicamente como estudos de caso neste conjunto de pesquisas, mas Portugal não. Um terceiro grupo de estudos desta natureza está circunscrito nacionalmente, tendo sido inicialmente os pioneiros e sendo actualmente ainda de referência, protagonizados por autores ora do Reino Unido (cf. Jones, 1995; 2002), ora dos Estados Unidos da América (Goldscheider e Goldscheider, 1993; Goldscheider e Goldscheider, 1999).

¹³⁰ E persistentes, como sublinha Billari (2004).

Mulder resume a grande divisão das tendências no processo de saída de casa: nos Estados Unidos e Europa do Norte a saída de casa dos pais é mais precoce, em percentagens significativas isso ocorre para a vivência a solo ou não conjugal, e os motivos associados à saída de casa são a frequência de ensino superior ou a *mera* conquista de independência (ou, se se quiser, a consumação da independência financeira já conquistada). A saída para a conjugalidade é com mais frequência para a união de facto (e não para o casamento). Por outro lado, na Europa do Sul a saída de casa dos pais é mais tardia (porque) mais frequentemente para o casamento (Mulder, 2009: 205-206; Iacovou, 2001: 1, Hullen, 2000).

Existem factores de escala macro-social que, conjugados, produzem estas diferenças (Furlong e Cartmel, 2007 [1997]: 62): económicos, a passagem de uma sociedade industrial para uma em que prevalece o sector terciário terá prejudicado os jovens e a disponibilidade de empregos e estabilidade salarial (também referidos por Goldscheider e Goldscheider, 1999: 212); políticos, o acesso a benefícios sociais de habitação e familiares, bem como políticas económicas, sociais e fiscais, de família, de mercado de trabalho e de habitação (também referido por Mulder, 2009: 206); demográficos, o aumento da idade média ao primeiro casamento, a queda da fertilidade, etc., produzem efeitos importantes nos padrões de constituição familiar.

Os factores culturais são, portanto, apenas alguns (dos mais mediáticos, é certo) dos responsáveis pela heterogeneidade europeia relativamente aos processos de saída de casa, em particular, e transição para a vida adulta, em geral. Não obstante, estes têm sido enfatizados quando se tenta encontrar uma explicação coerente (e pouco compósita) para as diferenças entre os padrões de transição para a vida adulta dos países do sul e dos países nórdicos (Billari, 2004: 23). Em suma, segundo Heinz (2009: 5): “the transitional arrangements for moving towards adulthood differ between societies according to their respective cultural traditions, education, employment, and welfare systems”. Da mesma forma, dizer que um sistema “family oriented” (Guerrero, 1995 *citado por* Mills e Blossfeld, 2005: 13) como o que caracteriza os países do Sul Europeu, está enraizado culturalmente, não deve significar que essa é a única, ou a mais importante, característica dos regimes destes países mas sim que os factores culturais, económicos e institucionais interagem nesse sentido (Liefbroer, 2005: 64). É sim, de certa forma, uma consequência destes. Guerrero identifica três linhas de factores que conspiram para a conquista de autonomia habitacional por parte dos jovens: mercado de trabalho (estabilidade no mercado de trabalho a apoio adicional do estado e da família), mercado de habitação (a oferta habitacional tem que ser acessível monetariamente) e valores sociais (os valores dominantes não deviam associar a formação de um agregado doméstico

apenas com o casamento, mas com a união de facto, com o desejo de independência, etc.) (2001: 59).

Com o uso de dados longitudinais ao nível europeu (ECHP), Iacovou (2001) conclui que são duas as *principais variáveis* cuja combinação mais explica a diversidade europeia, a saber, os destinos (organizados em “sem cônjuge”, “com cônjuge” e “para frequência de estudos”¹³¹) e a forma de ocupação da casa (arrendatários do mercado privado, arrendatários do mercado público ou proprietários). Estes aspectos interagem ainda com as classes sociais, produzindo efeitos diferentes quer se tratem dos países do norte europeu, ou do Sul. Assim, a tendência para se sair de casa em conjugalidade e se tornar proprietário de uma casa é típica dos jovens adultos oriundos de classes mais favorecidas dos países Nórdicos mas de jovens adultos oriundos de classes menos favorecidas dos países do Sul.

Aassve *et al.* (2002), usando a mesma base de dados, estudam a relação entre três factores financeiros e a decisão de sair de casa: ter emprego, os rendimentos profissionais e os rendimentos do agregado. A especificidade dos países do sul é decorrente da insuficiência da protecção do estado, e nesse sentido, para estes países, ter um emprego e um rendimento é absolutamente decisivo para a saída de casa enquanto que os rendimentos do agregado doméstico de origem têm muito menos importância. Na Europa continental, ter um emprego também é importante mas os rendimentos deles advindos não tanto, na medida em que é o rendimento do agregado que volta a ser importante. Já nos países do regime social democrata, a tendência é para a importância do emprego e do rendimento profissional ser diminuta, o que é consonante com a “elevada assistência” dos estados providência desses países. Estes autores chamam ainda a atenção para a forma como as continuidades culturais destes países têm contribuído para a construção das especificidades de cada um destes regimes de *welfare*.¹³²

Billari *et al.* (2001), centraram a sua atenção na *evolução geracional do fenómeno*, usando dados do “Fertility and Family Survey”. A comparação geracional é feita com base na análise do *timing*, do lugar que a saída de casa ocupa na sequência das várias transições para a vida adulta e na sincronização deste evento com o fim da escolaridade ou a entrada na conjugalidade. Assim sendo, e de acordo com a formação de base deste autor, usam as mudanças demográficas (nomeadamente a segunda transição demográfica) como paradigma

¹³¹ Esta distinção pretendeu ter em conta também a distinção entre situações semi-autónomas e autónomas, já referida.

¹³² Billari (2004) faz uma distinção idêntica, identificando na Europa dois padrões distintos de saída de casa dos pais: o dos países do Sul, denominado “latest-late” e o dos países nórdicos, denominado de “earliest-early”.

da individualização. A segunda transição demográfica veio diversificar os “arranjos habitacionais” e as formas de constituição de família bem como desordenar a sequência transicional previsível do pós-guerra. Partindo do princípio de que tanto a institucionalização do curso de vida, como as normas sociais vigentes na sociedade em estudo, contribuem para o comportamento da variável da saída dos jovens de casa dos pais, estes autores percorrem alguns dos factores propostos como explicativos por outros autores para a peculiaridade dos países do sul a este respeito. Assim, referem a potencial importância da religião católica como factor explicativo (Corijn) e apresentam a tipologia de Cavalli e Galland dos três padrões de saída de casa dos pais (mediterrânico¹³³, francês e do norte Europeu¹³⁴ e o britânico¹³⁵). Na análise do *timing* da (primeira) saída de casa dos pais, as principais conclusões relativas aos países do sul europeu é que apesar da média da idade em que o fenómeno ocorre ser de facto a mais elevada quando em comparação com os outros países da Europa, a heterogeneidade interna também o é. Quer isto dizer, então, que uma explicação da saída precoce de casa dos pais em países como a Suécia (homogénea) pode ser suficiente, mas é necessária uma variedade de factores para explicar a média, por exemplo, portuguesa. Em suma, o padrão de saída de casa nestes países é “late but non-generalised”, o que contribui fortemente para a hipótese, lançada logo no título deste trabalho, de uma transição biográfica em curso, e de momento, inacabada.

Perante estas justificações, vale a pena questionar se serão os aspectos culturais assim tão mais importantes para a explicação da saída de casa dos pais mais tardia dos jovens em Portugal? E ainda se são relevantes para a construção de políticas públicas que contribuam para a convergência europeia no indicador de saída de casa, como *proxy* de ter condições de autonomização. Como refere Cordón: “in southern EU countries, the common causes of the problem should be sought not so much in shared cultural values as in similar economic structure and recent history” (1997: 606). Além disso, já em 1998 se chamava a atenção para a existência de “grupos relevantes de jovens portugueses que oferecem resistência à normatividade hegemónica que domina a sociedade portuguesa no que diz respeito à eleição da matrimonialidade como passo de entrada na vida adulta” (Vasconcelos, 1998: 224).

¹³³ Caracterizado pela permanência em casa dos pais por mais tempo e sincronização entre a saída de casa e o casamento.

¹³⁴ Em que a formação de um agregado doméstico precede a constituição de família.

¹³⁵ Com precoces transições entre escola-trabalho e adiada formação de agregado doméstico e familiar.

3.5 Variações sociais e estruturais no processo de saída de casa dos pais

Leaving the parental home is a fascinating topic in social-scientific research because of its centrality in the transition from youth to adulthood, its implications for household formation and for housing demand, its diverse manifestations in different periods and different areas of western world and its intricate connection with parental resources, parental family structure, individual resources, the geographical opportunity structure, and values.

Clara H. Mulder (2009), *Leaving the Parental Home in Young adulthood*, pp. 208

Desde os primeiros estudos sobre a saída dos jovens de casa dos pais, muitos são os factores que se têm acumulado com o estatuto de variáveis dependentes importantes para a explicação do processo e *timing* da saída de casa. Face à avolumada literatura a esse respeito (nomeadamente no que refere a artigos da área da demografia, estudos populacionais, e da sociologia), é já possível identificar variáveis cuja importância é pouco variável e portanto, cujo impacto é transversal aos vários países e *tempos* a que estas pesquisas se referem. Este ponto do capítulo 3 serve então para percorrer as mais importantes variáveis desta natureza.

Classe social de origem

A classe social (de origem, essencialmente) é identificada, como em tantos outros processos, como uma das mais importantes variáveis na explicação da variabilidade (neste caso temporal e processual) do fenómeno da saída de casa. Nas classes mais desfavorecidas as transições habitacionais tendem a ser mais curtas, mais rápidas, mais irreversíveis e mais “biográfico-normais” no que se refere à conjugalidade, características, aliás, muitíssimo relacionadas (Iacovou, 2001). As classes mais desfavorecidas têm menos tendência para sair de casa para unidades domésticas intermédias, nomeadamente para estudar (porque vão em menos proporção para o ensino superior e porque, quando o fazem, os recursos financeiros dos pais apenas permitem que se frequente uma universidade que permita manter a residência habitual) ou para constituir “famílias de escolha” e constituir com elas um agregado amical intermédio, são portanto mais homogéneas (como relembram Bras, Liefbroer e Cees, 2010: 1017), a propósito da segunda metade do século XIX). Assim, se se considerar todos os tipos de saída de casa, verifica-se que os jovens de classes sociais mais desfavorecidas, porque tendem a sair de casa dos pais pela primeira vez apenas para viver em conjugalidade, tendem a sair mais tarde do que os restantes (Heath e Cleaver, 2003: 59). Porém, se se considerar apenas a saída de casa dos pais por via da conjugalidade (e se comparar o que é comparável), verifica-se que quanto mais elevada a classe social, mais elevada a idade a que tal ocorre. Por

outro lado, por se constituir menos numa “tentativa-erro” de saída de casa, e ser mais um momento do que um processo, a saída de casa dos jovens de classes sociais mais desfavorecidas tende a ser mais permanente (Furlong e Cartmel, 2007: 61), com muito menos regressos a casa depois da primeira saída (o que é uma característica da saída de casa pela conjugalidade em geral e não especificamente das classes mais desfavorecidas).

O capital monetário dos pais é igualmente importante para a definição do ritmo da carreira habitacional, na medida em que quanto maior é, mais os pais podem financiar a saída dos seus filhos, de preferência por via do investimento continuado na formação escolar (Furlong e Cartmel, 2007: 62-63) e no desinvestimento num casamento considerado “precoce” (Mulder 2009: 207). Em suma, os pais têm maior poder de escolha e de influência na saída de casa dos filhos: podem incentivá-los a ficar porque têm condições para isso e podem subsidiar-lhes a saída, por qualquer um dos motivos: escolar, conjugal ou de privacidade dos próprios pais (Iacovou, 2001: 20). Em suma, porque existe uma relação muito forte entre a classe social e a linearidade da biografia (habitacional também), os jovens de classes mais desfavorecidas tendem a levar um percurso mais linear (sem interrupções e regressos a casa) e rápido (Heath e Cleaver, 2003: 182). O ponto onde estes dois ritmos bifurcam é na frequência de ensino superior (Heath e Cleaver, 2003: 59)¹³⁶, o que sublinha a importância do “formato do destino” na explicação da variabilidade dos *timings* e ritmos de saída de casa dos pais, constituindo-se a classe social como mediadora desse ponto de divergência dos percursos. Jones defende até que a mudança no processo de saída de casa é uma consequência da composição social das sociedades.

In many aspects, there has been an extension of the period of dependent youth, with young adults drawing on the resources of their families of origin for longer, with higher ages at marriage and the birth of the first child. More young people are now following the type of transition previously associated with the middle class.

Gill Jones (2002), *The Youth Divide: Diverging paths to adulthood*, pp. 16

Desta forma, diferenças profundamente sociais, e não meramente culturais como por vezes se divulga, podem estar não só na base da explicação da heterogeneidade entre os países europeus, como a ser negligenciadas na análise do *timing* de saída de casa e a mascarar a diferente abundância e alvo das políticas públicas nos vários países (Nico, 2010).

¹³⁶ Em 1984, Marini já teria concluído que a variável mais relevante a criar variabilidade na sequência dos eventos transicionais para a vida adulta é a do percurso escolar.

Estrutura familiar de origem

O lugar de origem tem ainda importância por outro motivo. É bastante consensual (e tradicionalmente estudado para o caso americano, juntamente com a etnicidade¹³⁷) a importância da estrutura familiar, especialmente no que se refere às famílias monoparentais¹³⁸ e sobretudo recompostas (Furlong e Cartmel, 2007: 62-63; Lobo, 2005: 18; Goldscheider e Goldscheider, 1999; Goldscheider, 2000: 5), no *timing*, ritmo e formato da saída de casa dos pais. Uma das mais consistentes conclusões é, portanto, que os jovens pertencentes a famílias não tradicionais (nucleares) tendem a sair de casa mais cedo (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 14, 72; Aquilino, 1991), especialmente no caso das raparigas.

O número elevado de irmãos é também um factor que acelera o processo de saída de casa dos pais (especialmente se são meios irmãos ou enteados da mãe ou pai como refere Aquilino, 1991: 1001-1002). Assim, o número de filhos por casal tem vindo a diminuir nas últimas décadas o que também tem contribuído para o aumento da idade média à primeira saída de casa (já que a tendência dos filhos únicos sempre foi ficarem mais tempo em casa dos pais) (Schoeni e Ross, 2005: 413). Goldscheider e Goldscheider também referem a influência da variável do “número de irmãos”, explicando que existe uma relação inversa entre o número de irmão e o acesso aos recursos familiares o que, por sua vez, também diminui a possibilidade de se estudar fora da área habitual de residência (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 16, 126). Há ainda um outro aspecto, que quanto menos irmãos existem, maior a probabilidade do jovem adulto que permanece em casa dos pais conseguir ter um nível de intimidade e privacidade que o desencorajam a sair (Heath e Cleaver, 2003: 22). De facto, as famílias de hoje (mas não só de hoje) conseguem uma dupla privacidade: “a privacidade da família face à comunidade e a privacidade *entre* os membros da família no interior da casa” (Hareven, 1991: 268).

¹³⁷ Variável praticamente ausente das análises análogas europeias.

¹³⁸ Com maior referência a pais divorciados ou separadas, e não a famílias monoparentais de raiz. Não há referência a famílias monoparentais por viuvez.

Transições escolares e profissionais

As transições escolares influenciam o processo de saída de casa dos pais de duas formas. Uma, mais directa, tem a ver com o próprio destino da saída. Assim, como já se referiu, a saída de casa dos pais por motivos relacionados com a frequência de ensino superior noutra área de residência que não a habitual faz baixar a idade na primeira saída mas aumentar a idade na “última” saída de casa dos pais, ao mesmo tempo que aumenta a probabilidade de regresso. Outra inferência, contrária, tem a ver com o adiamento da entrada no mercado de trabalho que tem efeitos no adiamento da entrada no mercado de habitação e na conquista de autonomia habitacional completa. Acresce que os jovens adultos estão particularmente vulneráveis aos efeitos da recessão e ao desemprego (Bradley, 2003 [1996]:18; Oliveira e Carvalho, 2010).

De facto, ter o próprio rendimento acelera (mais do que ter outro tipo de rendimento que não fruto do próprio trabalho) a saída de casa dos pais. Não só ter o próprio rendimento, mas sentir que ele está seguro, que é estável, que permite não apenas fazer, mas cumprir planos (Mulder, 2009: 207). Além disso, Heath e Cleaver (2003), que levam a pesquisa a cabo junto de jovens-adultos qualificados que partilham casa, concluíram que estes jovens são mais propensos a considerar este tipo de solução habitacional transicional atraente e racional. Atraente porque a consideram apropriada aos seus estilos de vida (Kenyon e Heath, 2001) e apropriada à idade e racional porque consideram que lhes permite um bom “trade off” entre capacidade de poupança, qualidade da habitação, potencial de mobilidade geográfica, companhia, privacidade e liberdade sexual (Heath, 2009: 213).

Género

A interferência do género com o *timing* da saída de casa dos pais tem adquirido o estatuto de uma importantíssima distinção do ponto de vista histórico (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 29). Aliás, classe social e género são os factores que mais influenciam os trajectos para fora de casa dos pais (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 210). A interferência do género é, contudo, maior (e mais complexa) quando combinada com (ou mediada por) outras variáveis do que *per se*. Embora muitos dos estudos refiram a já reificada conclusão de que a saída de casa dos pais acontece mais cedo na vida das raparigas do que na dos rapazes, as explicações ficam na ordem da especulação. Não há estudos a dedicar-se exclusivamente à variabilidade dos processos de saída de casa por género. São, além disso, percursos variáveis histórica e

geograficamente. No século XIX, por exemplo, as mulheres tendiam a sair mais cedo do que os homens, mas tendiam também mais frequentemente a não sair de casa dos pais. Especialmente em casos de viuvez feminina, as filhas eram incumbidas de ficar a cuidar das mães e tal dever moral era perfeitamente incompatível com o casamento e/ou com a saída de casa. Enquanto mulheres, não casariam porque não poderiam sequer permanecer em casa do agregado familiar de origem com os seus maridos. Mas no caso da viuvez masculina já podiam, culturalmente falando, fazê-lo (Derosas, 2004: 187-190). Por outro lado, enquanto as mulheres, depois de casadas, geralmente saíam de casa e iam viver para casa do agregado familiar do marido, os homens, mesmo quando casados, permaneceriam na casa do agregado familiar de origem, garantindo a força de trabalho, e acrescentando a da recém-esposa (Breschi e Manfredini, 2004: 228). O processo de eleição dos “designaters caregivers” (Hareven e Adams, 2004: 357) era, portanto, muito *genderizado*.

Actualmente, porém, são três os principais destinos na saída de casa dos pais: educacional, conjugal e individual. Em cada um destes há bons motivos (embora sem bons dados) para a média da idade na saída de casa ser mais baixa nas mulheres do que nos homens. A contabilização da proporção de mulheres em cada um destes percursos de primeira saída não é concordante ao longo dos países. No caso americano, Goldscheider e Goldscheider referem que as mulheres saíam mais para casar (e por isso saem mais cedo e regressam menos), sendo esta tendência também confirmada no Reino Unido (Heath e Cleaver, 2003: 57). Mas há evidências de que o processo de saída de casa mudou mais para os homens do que para as mulheres, devido à diminuição do serviço militar como principal motivo de saída de casa (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 36; Cordon, 1997: 577). Tal tem contribuído para que o motivo e o *timing* de saída de casa dos homens e das mulheres seja cada vez mais idêntico (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 141).

No percurso escolar, a maior (ou uma muito elevada) proporção de mulheres no ensino superior faz com que a idade média das mulheres na primeira saída de casa diminua mais do que as dos homens.¹³⁹ Se se pensar que as mulheres, antes da entrada no ensino superior, tendem a reprovar menos vezes do que os homens, então esta idade média ainda é menos elevada. Relativamente à saída por via da conjugalidade, a idade média menos elevada das mulheres (Cherlin, Scabini e Rossi, 1997: 573) explica-se pela diferença de idades no interior do casal (na medida em que sempre houve a tendência para os casais serem

¹³⁹ Em Portugal as mulheres representavam 43,9% dos estudantes universitários em 1980, 56,8 em 1990, 56,5 em 2000 e 53,4% em 2009 (Fonte de Dados: GPEARI/MCTES - DIMAS/RAIDES, Fonte: PORDATA. Dados obtidos de www.pordata.pt em 2010-04-04).

compostos por mulheres ligeiramente mais novas do que os homens) (Bozon, 1990). Em suma, a média de idade das mulheres é mais baixa porque as mulheres casam mais cedo do que os homens (Iacovou, 2001: 18). É possível, especialmente nos casos de mobilidade ascendente, que a relação conjugal seja menos penalizante em termos de responsabilidades domésticas do que a que se mantém a co-residir com os pais. E em termos do lazer e independência, terão mais a ganhar com a relação conjugal (e com a saída de casa em geral) do que os homens (Furlong e Cartmel, 2007: 62-63).

Por fim, sair de casa para viver de forma independente é mais comum entre as mulheres porque têm mais tendência para aproveitar os “intervalos conjugais” para sair de casa e para evitar o controlo parental (Mitchell, 2007 [2006]: 80) e participação nas tarefas domésticas que, apesar de diminuir com a idade, continua a ser mais forte com as raparigas do que com os rapazes. Jones e Wallace referem que um dos resultados das socializações de género e da divisão das tarefas na esfera doméstica, é que as mulheres aprendem mais rapidamente do que os homens a ser autónomas, estando mais bem preparadas para viver sem os pais, o que se reflecte no tipo e ritmo de saída de casa (1992: 86-87, 107) .

O controlo parental é mais fraco no caso dos rapazes, o que faz com que a escolha de permanecer em casa dos pais seja, para eles, muito mais racional (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 77). A liberdade sexual é também um dos aspectos em que o controlo parental mais se exerce. Por esse motivo, as mulheres tendem a ver mais vantagens do que os homens em sair de casa, sendo esta avaliação dos prós e dos contras ainda mais frequente no caso dos homens e das mulheres com orientação homossexual. Heath e Cleaver concluíram que estes jovens saem de casa mais cedo do que os seus pares heterossexuais, pela necessidade de “saírem do armário” (2003: 24-25). Estas autoras chamam a atenção, aliás, para uma lacuna de estudos desta natureza. Thomson também identifica o “coming out” como um importante ponto de viragem nos cursos das vidas dos jovens e na definição da relação com a família de origem (2007: 102).¹⁴⁰

Estudos mais recentes, contudo, confirmam que os percursos de saída de casa dos pais (bem como os regressos), estão cada vez menos *genderizados* e que nesse sentido são até um dos bons exemplos das “biografias de escolha” (Thomson, 2007: 86; Goldscheider e Goldscheider, 1999: 204).

¹⁴⁰ Aspecto que será retomado no capítulo 10.

Formato e destino da saída

A análise desta variável é a que, como já se terá percebido ao longo deste capítulo, mais explicações oferece face às diferenças de *timings* de saída de casa entre gerações e entre países. O destino/formato da saída de casa tem mudado drasticamente ao longo do tempo, e têm vindo a emergir múltiplos formatos de saída de casa dos pais, derrubando o monopólio conjugal que existia no conjunto das razões que levam as pessoas a sair de casa dos pais (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 203; Heath e Cleaver 2003: 61; Jones 1995: 25; Guerrero, 2001: 54). Devido ao impacto que o mero destino da saída de casa tem no tipo de processos seguintes, alguns autores defendem mesmo que se estudem as primeiras saídas de casa (colégio interno, serviço militar, serviço doméstico), e últimas saídas de casa, separadamente, como objectos de estudo diferentes. (Bras e Kok, 2004: 422).

De facto, como aliás já se verificou, é neste tipo de distinção que se baseia a heterogeneidade entre o indicador “idade média na primeira saída de casa” (Iacovou, 2001). A forma como a divisão dos motivos é decidida é, porém, variável. A divisão entre conjugal e não conjugal (com subdivisões internas ou não) é, contudo, relativamente consensual (Goldscheider e Goldscheider, 1993, 1999¹⁴¹; Iacovou, 2001; Buck e Scott, 1993; Giervel, 2001¹⁴²), na medida em que é o “family role hiatus” aquele que melhor permite compreender o ritmo e *timing* da saída de casa (Goldscheider e Goldscheider, 1999).

A saída de casa exclusivamente para estudar é um percurso relativamente recente, cuja especificidade tem merecido uma atenção especial por parte da academia. Esta especificidade baseia-se no facto deste tipo de saída ser, por natureza, vinculado a um projecto de curta duração, transicional e temporário, permitindo uma readaptação dos pais e filhos a uma relação à distância, mas também à manutenção de uma relação de poder e dependência (Heath e Cleaver, 2003: 55,71). Apesar de tudo, a saída de casa dos pais para o casamento, ou por motivos educacionais e/ou profissionais, continua a ser mais legítima e socialmente compreensível do que a saída de casa por ausência destes três motivos (Jones, 1995: 40), incluindo as “famílias de escolha” (Heath e Cleaver, 2003). Como refere uma das entrevistadas da pesquisa de Kaufmann (1999):

¹⁴¹ Que fazem a distinção entre união de facto e casamento. A saída de casa pelo casamento é mais rápida (e menos gradual) e menos reversível (Goldscheider e Goldscheider, 1999: 16).

¹⁴² Que entre a não conjugal distingue entre por um lado, educacionais e profissionais e, por outro, as de independência. No fundo esta distinção tenta salvaguardar a distinção entre saída de casa como um meio para atingir um fim e a saída de casa como um fim em si mesmo.

Depois de 25 anos de casa, ousei deixar o casulo macio. Aos olhos do mundo, não foi por nenhum motivo sério. Foi simplesmente para ser eu, plena e autenticamente eu.

citado por Jean-Claude Kaufmann (1999), A mulher só e o príncipe encantado: inquérito sobre a vida a solo, pp.138

O formato da saída, muito relacionado com o destino da saída, centra-se no tipo de ocupação da casa. Alguns autores encontram a distinção entre arrendamento e ocupação por proprietário na análise dos seus dados sobre heterogeneidade europeia (Iacovou, 2001, por exemplo), outros aplicam *a priori* uma distinção que combina situação familiar com tipo de ocupação (por exemplo Mulder, 2003): arrendar sozinho, partilhar casa (não cônjuge, que tem pouca duração) e ser proprietário da casa (mais comum entre os casais ou indivíduos sozinhos), sublinhando a forte relação que existe entre “living arrangements ” e “housing arrangements” (Mulder, 2003: 717). Assim, “the decline on marriage is a major factor in the recent delays in young adults’s nest leaving on both sides of the Atlantic” (Cherlin, , Scabini e Rossi, 1997: 575).

4.

SINOPSE METODOLÓGICA

Life is a tragedy when seen in close-up, but a comedy in long-shot.
(Charlie Chapman, 1889-1977)

4.1 Reflexividade Metodológica

A distância, e os mecanismos de aproximação, eleitos pelo investigador relativamente ao seu objecto de pesquisa, têm um impacto profundo e irreversível na forma com que os resultados se revestem e nas conclusões substantivas que manifestam. De facto, “a mudança de escala de observação permite esboçar uma outra imagem do mundo social” (Lahire, 2005: 29). Na origem da interpretação analítica e da argumentação teórica em torno dos dados estão todas as opções metodológicas tomadas pelo investigador, no habitual cenário de oportunidades, constrangimentos e criatividade. Estas compõem-se numa espécie de *metodo-lógica* que mantém, quer declarada quer apenas tacitamente (conforme for a opção do investigador) um diálogo paralelo e constante com a apresentação e discussão dos dados obtidos.

Esta *lógica* associada ao(s) método(s) aplicado(s) está, portanto, omnipresente em todo o processo de pesquisa, contagiando não só a qualidade e o tipo dos dados como também a sua análise e a sua interpretação (e eventual repercussão). O conjunto de decisões de carácter metodológico constituem, portanto, a “filosofia dos métodos” e a componente *epistemológica* que garante a validade das conclusões retiradas de uma dada pesquisa

(Sapsford, 2006:175). Deve, por esse motivo científico, ser apresentada.¹⁴³ Esta apresentação não deve servir para satisfazer a curiosidade do leitor acerca do nível de inacessibilidade do objecto, da morosidade das etapas da pesquisa ou mesmo da excentricidade da metodologia, que tendem a contribuir para uma ideia de que a qualidade dos resultados depende quase exclusivamente das contrariedades, superadas, no acesso ao objecto de estudo. Deve ser apresentada porque se há um processo criativo e individual de análise e interpretação dos dados, a *metodologia*, bem como a *teoria*, informa o leitor (e o processo científico de uma qualquer disciplina) de como este processo foi criado, inspirado e informado e, sim, também, contrariado ou constrangido pela natureza da pesquisa ou do objecto de estudo. É porque a *metodologia* não se constitui espontaneamente e porque da qualidade do seu desenho nada se sabe até se conhecerem os objectivos da pesquisa (os idealizados e os concretizados), que as decisões de métodos tomadas, com mais ou menos possibilidades, mais ou menos constrangimentos, mais ou menos preferências pessoais, devem ser apresentadas. O silêncio poderá comprometer, em primeiro lugar, a transparência com que se pretende caracterizar qualquer pesquisa científica, em segundo, o rigor dos dados recolhidos e da análise a eles dirigida e, em terceiro, a possibilidade de comparabilidade dos resultados com pesquisas situadas noutras coordenadas de tempo, espaço ou plano social. A metodologia eleita e/ou possível, que por sua vez se refere à “reflexividade do próprio investigador” (Jupp, 2006: 258), merece uma explicação. O diálogo entre rigor e imaginação de que é feita a ciência (Abbot *citado por* Staller, Block e Horner, 2008: 25) deve, então, ser partilhada. Em suma,

Todas as actividades humanas são reflexivas, no sentido em que quem as pratica tem alguma noção de como o faz e dos seus objectivos. Na actividade científica, pela sua própria natureza racional, essa reflexividade constitui uma exigência.

João Ferreira de Almeida (2007), *Velhos e Novos Aspectos da Epistemologia das Ciências Sociais*, pp. 11.

Estes são alguns dos motivos pelos quais o conjunto de opções e constrangimentos relativamente aos métodos utilizados é, neste trabalho, apresentado. O motivo pelo qual essa apresentação está dispersa por este trabalho, prende-se com outra *convicção* metodológica. Este trabalho não sofre de qualquer *alergia* aos chamados “métodos quantitativos” nem tão pouco aos “métodos qualitativos”, tendo-se, em função de objectivos específicos da pesquisa,

¹⁴³ Um excelente exemplo é a obra de Rachel Thomson (2009) caracterizada por uma enorme transparência e por uma constante reflexividade relativamente às opções de recolha, interpretação, apresentação e actualização dos dados.

optado e procurado por uns, outros ou ambos.¹⁴⁴ Esta postura está, aliás, diluída naquela que acaba por ser uma das heranças do património da sociologia Portuguesa, habituada a promover a combinação de metodologias, sendo provavelmente mais os temas do que os métodos aqueles que melhor contribuem para a especificidade da sociologia em Portugal.¹⁴⁵ Assim, neste contexto de inabilidade, auto-proposta, para escolher entre dois ou mais métodos ou para alimentar a frequente “hostilidade mútua” (Thompson, 2004) entre os dois lados da barricada metodológica¹⁴⁶, o desenho metodológico desta pesquisa reflecte como uma multiplicidade de objectivos de pesquisa se dispersam por diferentes dados, sujeitos e tipos de análises.

4.2 Pacotes metodológicos

A apresentação mais minuciosa das estratégias metodológicas utilizadas antecederá as respectivas análises, nas partes II e III deste trabalho. Nesta primeira parte apenas se pretende identificar a diversidade metodológica utilizada e indicar o capítulo a que corresponde cada um dos métodos e técnicas utilizados. A divisão entre as duas grandes formas de olhar para o objecto de pesquisa, está patente na grande divisão metodológica e de objectivos entre a segunda e a terceira parte deste trabalho, ambas centrando-se no estudo das transições para a vida adulta numa perspectiva do curso de vida, as duas partes diferem no objecto.

¹⁴⁴ “Muitas vezes, a atenção teimosamente dirigida a uma dada postura teórica”, ou metodológica (acrescentaria eu) “inibe a consideração de outras, não menos relevantes” (Pais, 2003 [1993]: 109). Se a metodologia, tal como a teoria, “for objecto de crença” (Pais, 2003 [1993]: 109), pode talvez definir-se esta pesquisa de *metodologicamente agnóstica*.

¹⁴⁵ Como aliás refere Fernando Luís Machado a propósito da investigação sociológica em Portugal: “podemos falar de internacionalização dos objectos (os temas de pesquisa) e de internacionalização dos sujeitos (as instituições, os investigadores)” (2009: 299).

¹⁴⁶ Descrita por Thompson, com perspicácia e alguma ironia da seguinte forma: “On the one hand, there are well-funded survey researchers who manipulate their statistics as ‘facts’, interpreting them often with the insights of little more than commonsense hunches. On the other hand are lone researchers who never have sufficient large numbers of interviews, or have drawn those interviews from sufficiently representative samples, to substantiate any of the hypotheses they may generate from the in-depth interviews which they carry out themselves, and who—in part reflecting a sense of impotence—often abandon any intention of interpreting society ‘as it really is’, instead shifting to post-modern or narrative approaches, in which the interview text replaces society as the focus of study. These two camps are reinforced by self-recruiting networks, and by occasional outbursts of mutual hostility” (Thompson, 2004:238).

Na segunda parte deste trabalho analisam-se, grosso modo, as “diferenças entre *coortes* ou gerações no que se refere ao *timing* e sequência e resultado das diferenças de estatuto ao longo do curso de vida (baseado em inquéritos longitudinais)” (Heinz, 2009: 4), enquanto que a parte III se centra na análise do “equilíbrio entre a acção individual, a estrutura de oportunidades e a regulação institucional na construção de biografias (baseado em estudos de caso de biografias em diferentes contextos)” (Heinz, 2009: 4). O quadro seguinte sistematiza as diferenças nas fontes, anos em que os dados foram recolhidos, tamanho da “amostra”, âmbito, nível e técnicas, etc. entre as duas partes analíticas deste trabalho.

Quadro 4.1. Síntese dos métodos, técnicas e dados utilizados

	Parte II Cursos de Vida na Europa: O que revelam e escondem os dados	Parte III Vidas Vividas e Vidas Contadas: Entre a singularidade e o padrão
Fonte	<i>Fonte secundária:</i> European Social Survey 2006, especialmente o Módulo de “The Timing of Life: The Organisation of the Life Course in Europe”.	<i>Fonte primária:</i> entrevistas e preenchimento de fichas cronológicas dos eventos de transição e dos “turning points”.
Ano, N e Formato	2006, N= 43000, Base de dados em formato SPSS.	2009 (N=52 jovens adultos); Entrevistas transcritas total ou parcialmente; Fichas cronológicas mapeadas em Excel. ¹⁴⁷
Âmbito, Nível e Técnica	<i>Europeu, Macro e Extensiva.</i>	<i>Português, Micro e Intensiva.</i>
Objectivo	Descritivo	Compreensivo
Unidades de Análise	(i) Países, (ii) <i>coortes</i> etárias e (iii) indivíduos.	(i) Jovens
Análise(s)	Análise estatística descritiva e de “event history analysis” dos dados referentes às transições para a vida adulta. Principais variáveis de controlo: idade/ <i>coortes</i> etárias; sexo, grupo profissional, nível de escolaridade e países.	Análise sobretudo vertical das entrevistas aos jovens. Principais variáveis de controlo: sexo, grupo profissional, nível de escolaridade, classe social de origem, tipo de saída de casa dos pais.

A segunda parte deste trabalho conta com dados do European Social Survey, aplicado em 2006 (terceira vaga). Para além de dados de caracterização social actual, esta vaga manifesta, por meio de um módulo específico, as preocupações analíticas da *perspectiva do curso de vida*.¹⁴⁸ Assim, a informação procurada não se centra apenas na necessidade de “fotografar” este momento específico das vidas mas sim de captar, e situar nos tempos individual, social e histórico, alguns movimentos e acontecimentos na vida dos inquiridos. Não se tratando verdadeiramente de um inquérito longitudinal, alguma informação relevante é recolhida retrospectivamente. Os aspectos em que esta base de dados demonstra ser limitada

¹⁴⁷ Ver, a título de exemplo, Furlong e Cartmel, 2006 [1997]: 53-54.

¹⁴⁸ A proposta deste módulo rotativo à inclusão no questionário do European Social Survey de 2006 foi, aliás, liderada por um dos demógrafos com grande protagonismo nesta área (cf. Billari, 2005).

em comparação com inquéritos longitudinais¹⁴⁹, nomeadamente no que se refere ao completo registo de todos os eventos demográficos ao longo da vida¹⁵⁰, são largamente compensados pela acessibilidade, qualidade e número de países participantes. Além disso, no seu conjunto, estas variáveis permitiram, usando *coortes* geracionais (ou métrica temporal, como se preferiu chamar), medir o volume e pertinência da predominância da atenção sociológica em torno da mudança social (muitas vezes em detrimento à dedicada às continuidades sociais).

A parte III é limitada ao território nacional e mais especificamente à Área Metropolitana de Lisboa. Esta tem-se caracterizado por um “acentuar de informalização e de individualização” representando a “‘vanguarda modernista’ do país, aproximando-se mais do traçado que encontramos noutros contextos europeus, onde o movimento de individualização da vida familiar ganhou já mais expressão” (AAVV, pp. 4-5), o que contribuiu, juntamente com outros aspectos, para a sua selecção. Esta selecção territorial serviu de facilitadora do acesso a histórias vividas em condições *novas* que fazem delas vidas em “primeira mão”.

As entrevistas combinam também perguntas sobre práticas e perguntas sobre valores e também, em menor grau, sobre expectativas. Os jovens foram convidados a ter algum despudor em misturar histórias de vida, suas com as da sua família, dinheiro com crise, trabalho com amor, dinheiro com casa, etc.. Foi denunciado pelo investigador, de forma muito natural, um dos propósitos das entrevistas: “perceber como as coisas estão relacionadas” (Henderson *et al.*, 2007: 13), aplicando implicitamente algumas das premissas já mencionadas nos capítulos anteriores: *historical times*, *timing of lives*, *linked lives*, e principalmente *agency* (capítulo 1). Nas entrevistas aos jovens adultos o investigador tornou-se “um tipo particular de confidente, aquele que desaparece depois da confiança ter sido feita”¹⁵¹, o “receptor de palavras às quais mesmo os mais próximos não têm acesso” (Lahire, 2002: 33). Aquilo que Brückner e Mayer denominam de “confessional effect” (1998: 152), proporcionou o sentido causal e/ou emocional de uma determinada decisão. Assim, estes

¹⁴⁹ A propósito da escassez de dados desta natureza para Portugal, e do difícil acesso, nomeadamente no caso da base de dados do European Community Household Panel, que inclui Portugal, regressarei no capítulo 5.

¹⁵⁰ O que permitiria analisar os movimentos reversíveis e com mais rigor avaliar a expansão dos aclamados dos movimentos *yo-yo* (Pais, 2001) nas gerações que viveram as suas juventudes e entradas na vida adulta no pós guerra.

¹⁵¹ Motivo pelo qual só no final da entrevista se falava na possibilidade de voltar a contactar para uma eventual entrevista com o pai ou com a mãe.

aparentes desvios ao guião da entrevista foram sempre fulcrais para o entendimento do processo de reflexividade que subjaz determinadas tomadas de decisão. A proximidade etária entre entrevistados e investigador, bem como a confiança intermédia estabelecida, assim o proporcionaram. O estabelecimento desta confiança intermédia seguiu a estratégia de se excluir “os muito próximos e os totalmente desconhecidos” (Lahire, 2002: 33), sendo conhecidos ou amigos de pessoas com quem já existia uma confiança pessoal ou profissional.

Não correspondendo a história de vida “puras”, pelo nível de estruturação a que foram, propositadamente, sujeitas, as histórias contadas têm a ordem do tempo e dos eventos vinculada a uma versão singular, individual e reflexiva da vida vivida. A ordem do tempo e dos eventos foi introduzida não apenas pelo próprio guião como muito especialmente pelo preenchimento, explicado e comentado, da ficha de eventos cronológica. A “pureza” da biografia foi, então, aparentemente corrompida pela directividade da entrevista e pelo preenchimento da ficha de eventos. Mas não se considera, porém, que esta interferência seja nociva na medida em que “uma biografia não é apenas uma narrativa subjectiva sobre uma história de vida mas uma reflexão dos eventos passados, dos *timings* das transições e dos planos futuros, baseada num espaço e tempo” (Heinz, 2009:8). E, como se verá no capítulo 8, o preenchimento do calendário de vida em momento de entrevista terá até melhorado a qualidade desta reflexão.

Dado o número relativamente confortável de casos (52 jovens), a junção destas duas técnicas, à qual se denomina de metodologia biográfica-interpretativa (Wengraf, 2000), permite reunir num mesmo momento aquilo que Bertaux chamou de “histórias de práticas”, Abel propôs denominar de “biogramas” (*citado* por Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999: 99) e Thornton e Camburn chamaram de “calendário de história de vida” (*citado por* Fielding, 2006: 159) com o sentido dado às práticas. Através desta junção podemos “observar (...) o que nenhuma outra técnica nos permite atingir: as próprias práticas, os seus encadeamentos, as suas contradições, o seu movimento” (Bertaux *citado por* Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999: 99).

If social theory is to become the basis of social technique and to solve these problems really, it is evident that it must include both kinds of data involved in them – namely, the objective cultural elements of social life and the subjective characteristics of the members of the social group – and that the two kinds of data must be taken as correlated.

William Thomas e Florian Znaniecki (1984),
The Polish Peasant in Europe and America, pp. 57-58.

Entre os tipos de histórias de vida identificados por Plumer, pode afirmar-se que a utilizada fica entre a de “investigação (especificamente recolhida para propósitos de pesquisa), e a reflexiva-recursiva (histórias de vida construídas em consciência do *self*, como produto da ‘crise de representação’ da pós-modernidade)” (*citado por* Fielding, 2006: 159). De qualquer forma, as múltiplas análises a que as “histórias de vida” se prestam e a inexistência de uma metodologia estandardizada não têm impedido que estas sejam a firme base para a formulação de teorias (Bertaux e Kohli, 1984: 215). Vale a pena citar Lazarsfeld quando refere, sobre problemas práticos das histórias de vida, que “diz-se e escreve-se muita coisa, mas sobretudo faz-se como se pode” (*citado por* Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999 [1983]: 47).

A escolha das idades (25-32), menos convencionalmente consideradas como pertencentes ao grupo dos “jovens”, prende-se essencialmente com três motivos. Primeiro, o objectivo não era o de seleccionar um intervalo etário que fosse identificado necessaria ou consensualmente com o rótulo “jovens”, ficando fora das nossas preocupações portanto, a identificação do nosso grupo de entrevistados com o rótulo “jovens”. O objectivo era seleccionar um grupo etário com um mínimo de história comum, que partilhasse um tempo histórico comum (Elder, 1994) e, mais do que isso, cumprisse minimamente as características de uma “unidade geracional”, no entender de Manheim.¹⁵² Uma proximidade a esse conceito, e não a utilização desse rótulo como seguro ou a testar, seria o bastante. O segundo motivo prende-se com o carácter retrospectivo da recolha dos dados. Com este trabalho não se pretendeu ficar pela análise da “colonização do futuro” (Giddens, 2001) e captar apenas a insegurança com que este é reflectido. Pretendeu-se captar como a vida *foi* pensada e como aconteceu, bem como a contaminação do passado pelo presente. Para tal, as idades tinham que permitir um determinado volume de “passado”. Como refere Vaus, as pesquisas com desenho retrospectivo são “utilizadas para medir e compreender a *mudança* e para incluir a dimensão do *tempo* nos dados, que pode ser usado para identificar factores causais que contribuem para uma determinada *mudança* observada. A capacidade dos estudos retrospectivos para detectar correctamente essa *mudança* depende na medida em que o investigador consegue reconstruir o passado, do ponto de vista do presente” (2006: 268). Tratou-se também, do ponto de vista do pragmatismo analítico, de evitar o que em “event

¹⁵² Daí a amplitude curta do intervalo etário considerado, para contribuir para a diminuição do risco de incluir, num mesmo grupo, indivíduos que tivessem estado exposto a contextos históricos e sociais muito díspares.

history analysis”¹⁵³ se denomina por “censored cases” (Mills, 2011), uma espécie de *futuro em aberto* que não permite situar no tempo (e conseqüentemente na relação com os outros eventos) a variável dependente em análise, por esta simplesmente ainda não ter ocorrido. Esta opção de estender a idade limite foi tomada por outros autores, em obras que pretendem estudar novas formas de se tornar adulto na contemporaneidade (a título de exemplo, a obra editada por Settersten, Furstenberg e Rumbaut em 2005, intitulada “In the Frontier of Adulthood”).

4.3 Pluralismo metodológico

Therefore quantitative and qualitative data on individual lives and social structures must be integrated to fully understand stability and change in behaviour over time (Riley, 1994)”

John Laub e Robert Sampson (1998), *Integrating quantitative and qualitative data*, pp. 229

Neste trabalho, foram feitas duas tentativas de integração e articulação. A primeira refere-se à usual compartimentação analítica das transições para a vida adulta, que resulta numa análise isolada dos vários eventos (Henderson *et al.*, 2007: 13), cuja relação mútua não é a da interdependência ou dependência (Furtensen Jr. *et al. citado por* Settersten, Furstenberg Jr. e Rumbaut, 2005:7). Pretendeu-se, portanto, examinar as múltiplas transições simultaneamente (Furtensen Jr. *et al. citado por* Settersten Furstenberg Jr. e Rumbaut, 2005:7), adoptando uma postura analítica *holística*. Tal como é reafirmado nas várias publicações produzidas no âmbito do projecto levado a cabo no Reino Unido, “Inventing Adulthoods”, o interesse desta pesquisa recaiu “em todos os aspectos da vida destes jovens e como estes eventos se conciliam e interagem” (Henderson *et al.*, 2007: 13). Para tal recorreu-se às metodologias mais adequadas aos vários dados recolhidos, o que está associado com a segunda integração. No caso desta, pretendeu-se seguir o conselho de Heinz, que afirma que as pesquisas sobre transições para a vida adulta na perspectiva do curso de vida devem combinar grandes inquéritos com estudos de caso biográficos (*citado por* Furlong, 2009:4, 12). Heinz vai mais longe dizendo que a combinação de métodos nas pesquisas do curso de vida é uma “benção” (2003: 73-92) e que o progresso da pesquisa do curso de vida tem sido dificultada pela falsa divisão entre as posturas quantitativas e as qualitativas (2003:73). Heinz acrescenta ainda:

¹⁵³ Desenvolvido no capítulo 6.

While longitudinal quantitative life-course research focuses on the macrosocial dimensions of the timing and sequencing of life events that influence the social-status configurations of cohort members, it has difficulty illuminating the individuals' decisions-making processes concerning pathways, opportunities, and institutionally defined points. While qualitative life-history research focuses on the biography as a microsocial phenomenon by reconstructing the individuals' reasons for life plans, decisions, and assessments of consequences in the context of their life world, it cannot claim that its results are valid beyond the usually small number of cases.

Walter Heinz (2003), *Combining Methods in Life-Course Research: a mixed Blessing?*, pp. 74

Este “pluralismo metodológico” segundo o qual é defendida “a flexibilidade na selecção dos métodos de investigação, baseada no princípio da escolha dos métodos mais adequados à natureza da investigação” (Payne, 2006: 172) levou à adopção de metodologias quantitativas e qualitativas para abordar uma mesma problemática, o que por sua vez define os “mixed methods” (Hewson, 2006: 179). Desta forma, acabamos por nos aproximar da “triangulação”, isto é, a observação de um objecto de estudo de pelo menos dois pontos de vista, ambos qualitativos, quantitativos, ou combinando ambos (Flick, 2006: 305).

Em suma, tentou-se conciliar a análise de uma *história dos eventos* (com várias gerações e vários países) com uma *história das decisões* (Portugal, dos 25 aos 32). A primeira, captada nas cronologias analisadas no ESS 2006 e a segunda, captada nos discursos dos entrevistados acerca dos seus processos de decisão e da reflexividade implicada na avaliação dos custos e benefícios das suas opções. Pretende-se com estas estratégias facilitar aos entrevistados a apresentação das suas técnicas de “improvisação” (Thomson, 2009:177).

Parte II

Cursos de vida na Europa: O que revelam e escondem os dados quantitativos

5.

QUESTÕES MACRO-METODOLÓGICAS

One of the key insights of the life course research is that people's lives are uniquely shaped by the timing and sequencing of life events.

Jacqueline Scott e Duane Alwin (1998), *Retrospective versus Prospective Measurement of Life Histories in Longitudinal Research*, pp. 98

No presente capítulo debatem-se as principais questões metodológicas relativas à natureza dos dados quantitativos e às variáveis utilizadas para concretizar os objectivos de pesquisa desenvolvidos nos capítulos 6 e 7. Usando uma mesma base de dados, cuja apresentação ocupará boa parte deste breve capítulo, os dois capítulos substantivos desta parte II da tese abordam questões teóricas distintas que acarretam diferentes preocupações, limites e potencialidades metodológicas e, ainda, divergentes (mas complementares¹⁵⁴) tradições estatísticas.

Sobre o inquérito ESS e o módulo “The Timing of Life”

Cumprindo este capítulo, deste modo, uma função simplesmente introdutória, de apresentação das características da base de dados do European Social Survey 2006 (ESS 2006),¹⁵⁵ com

¹⁵⁴ “Event history analysis and sequence analysis are complementary rather than competing techniques” (Pollock, 2007: 180).

¹⁵⁵ Teve financiamento inicial da European Science Foundation mas desde 2001 passou a ser alvo de multi-financiamentos, nomeadamente por parte de agências ou fundações científicas de cada um dos países participantes. Ganhou em 2005 o prestigiado prémio científico Descartes. Já foi aplicado o quinto round e Portugal tem participado em todos eles, sempre com a coordenação nacional de um consórcio constituído pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo CIES do

particular atenção dedicada às potencialidades dos dados e às facilidades de acesso (face a outros inquéritos Europeus) mas também às suas limitações (face a inquéritos de âmbito nacional como, por exemplo, os da Alemanha, da Holanda, da Inglaterra, e dos Estados Unidos). A atenção centra-se mais especificamente num dos módulos rotativos deste (terceiro) *round* intitulado “The Timing of Life: The organisation of the life course in Europe”.

O ESS é um inquérito social liderado por equipas do meio académico, aplicado em países da Europa de dois em dois anos (desde 2002), e tem o objectivo de “mapear e explicar a interacção entre as instituições Europeias, em mudança, e padrões de atitudes, crenças e comportamentos da população” (site oficial do ESS). Este inquérito europeu inclui, para além de módulos que são relativamente constantes ao longo dos vários *rounds*, módulos rotativos, que podem ou não ser repetidos alguns anos mais tarde. No caso do módulo utilizado nesta pesquisa, foi a sua primeira e até à data única aplicação. Os módulos de aplicação constante são: utilização dos media, participação, bem-estar, saúde, segurança, identidade nacional, étnica e religiosa, caracterização sócio-demográfica, valores sociais.

O *round* utilizado nesta pesquisa é o de 2006, com os seguintes países participantes: Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Lituânia, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Ucrânia. O processo de amostragem em cada um dos países é desenhado e gerido por um conjunto de especialistas, por forma a garantir a representatividade de cada uma das amostras nacionais e a equivalência das estratégias de amostragem entre os países (os ponderadores nacionais, conjugados ou de *per se*, corrigem ambos os pré-requisitos).

A proposta do módulo rotativo referido foi levada a cabo por autores que já há muito marcavam terreno, no âmbito da perspectiva do curso de vida, no campo dos estudos sócio-demográficos e também em torno da transição para a vida adulta (Francesco Billari, Gunhild Hagestad, Aart Liefbroer e Zsolt Spéder), tendo portanto transportado para a proposta do módulo, em forma das variáveis e indicadores incluídos no inquérito, muitas das preocupações metodológicas e questões teóricas até agora descritas, o que constitui uma imensurável mais valia para o desenvolvimento do mesmo e da sua adequabilidade ao tema

Instituto Universitário de Lisboa, que tem como membros da Comissão Executiva Jorge Vala, Anália Torres e Alice Ramos.

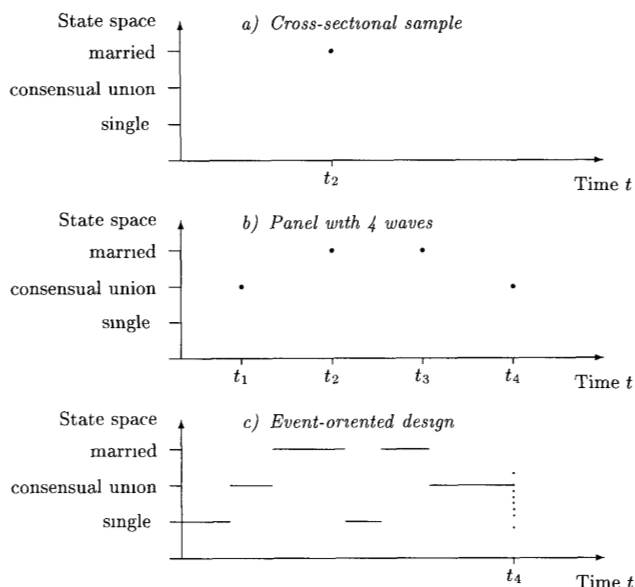
desenvolvido nesta tese. Tal é evidente na proposta teórica e no desenho do módulo da equipa, disponível no site do ESS (Billari, 2005).

Apesar de este inquérito não ter um desenho longitudinal, este módulo recolhe retrospectivamente informação muito relevante sobre o curso de vida (enquanto “constructo”), com especial incidência nas primeiras (e últimas) transições (primeira saída de casa, primeira experiência profissional, primeira coabitação, primeiro casamento, nascimento do primeiro filho), o que é particularmente útil para o estudo da transição para a vida adulta, momento da vida em que, por princípio, estes eventos ocorrem pela primeira vez. Assim, este módulo vem tentar colmatar uma grande lacuna, a nível europeu, de dados sócio-demográficos ao longo do tempo individual. Se países como o Reino Unido, os Estados Unidos, a Alemanha e a Holanda têm tradição de recolher dados dessa natureza, o mesmo não sucede entre a maioria dos países europeus. Além disso, mesmo entre países que desenvolvem estas pesquisas longitudinais ou que recorrem à recolha retrospectiva de dados, a comparabilidade dos dados é quase impossível e o acesso a cada uma destas bases de dados é, regra geral, muito limitado.

A grande excepção a esta lacuna é o European Community Household Panel (ECHP)¹⁵⁶, uma base de dados longitudinal e multi nível (que inclui o nível do indivíduo, do agregado doméstico e nacional) que envolve vários países Europeus (desde 1994 a 2001) e na qual Portugal se inclui. Esta base de dados inclui temas como rendimento, saúde, educação, habitação e características sócio demográficas e de emprego. A metodologia e os procedimentos de aplicação do questionário estão estandardizados entre os vários países e isso permite a comparabilidade dos dados. É portanto, uma fonte única de informação. Apresenta, porém, diferenças importantes relativamente à base de dados não longitudinal do ESS. Enquanto que a base do ESS é de acesso completamente livre, o acesso à base de dados do ECHP é restrito e pago, implicando uma candidatura institucional e um processo de avaliação moroso e burocrático. Por todos estes motivos, pelo potencial ainda muito pouco explorado dos dados do módulo referido e pela qualidade comprovada do ESS, a opção pela base de dados do ESS 2006 foi, neste entender, a mais acertada. Não obstante, face a este inquérito (ECHP), o ESS 2006 providencia menos informação susceptível de ser reconstruída em trajectória, como pode ser confirmado na figura seguinte (o desenho do ESS corresponde ao primeiro tipo de amostra- a)).

¹⁵⁶ Desenvolvido desde 1994, até 2001, pelo Eurostat sobre rendimento, saúde, educação, habitação, aspectos sociodemográfico e sobre o emprego.

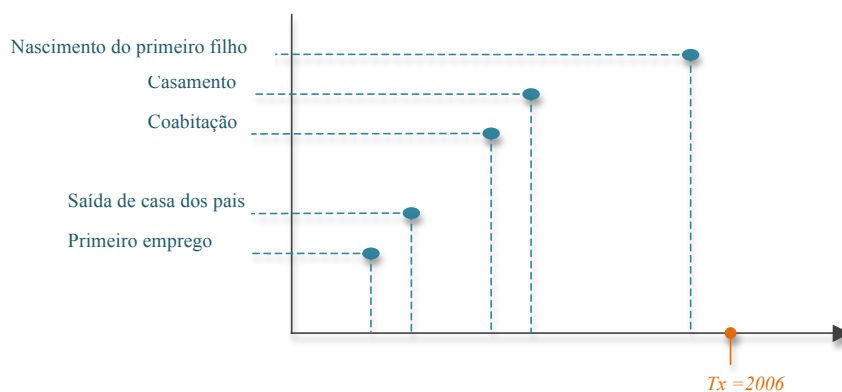
Figura 5.1: Observação da carreira familiar com base em três desenhos de inquéritos



Fonte: Blossfeld (2002:5)

O ESS só permite conhecer habitualmente as características do indivíduo no momento da aplicação do questionário, não recorrendo a perguntas retrospectivas. O que este módulo excepcionalmente recolheu de forma retrospectiva foram as datas cronológicas de determinados eventos (transicionais para a vida adulta e não só), tendo sido recolhida informação suficiente para a reconstrução (ainda que com limitações) de uma trajetória inter-esferas mas não intra-esferas (brevemente esquematizada na figura 5.2), baseada exclusivamente na entrada nas carreiras habitacional, familiar, profissional e parental mas não no seu desenvolvimento.

Figura 5.2: Exemplo de trajetória inter-esferas de transição para a vida adulta no ESS 2006



Existem, porém, dois tipos de lacunas de dados, que fazem com que este inquérito padeça de males partilhados tanto por inquéritos de desenho longitudinal, como por inquéritos de aplicação única. Utilize-se a figura seguinte (figura 5.3) para facilitar a enunciação desses *males analíticos*. O desenho do inquérito não é, portanto, verdadeiramente longitudinal. Tal que não impede, porém, que os dados o sejam (ver capítulo 1). Mas a trajectória que se consegue reconstruir é a da entrada nos papéis sociais associados à transição para a vida adulta, mas não a da trajectória em cada uma dessas esferas da vida. Assim, não é possível saber, por exemplo, se se regressou a casa dos pais, se a coabitação é com o mesmo cônjuge do que o casamento, se a entrada no mercado de trabalho foi “irreversível”, etc.. O limite de variáveis a incluir em cada módulo rotativo e, igualmente, o facto da unidade de análise ter que ser o indivíduo e não uma unidade temporal (meses, anos, etc., como é mais habitual em inquéritos de natureza longitudinal), impediu certamente os proponentes deste módulo a incluir mais perguntas sobre o lugar temporal de muitos outros eventos.¹⁵⁷ As variáveis incluem apenas as primeiras transições e não a dissolução deste estatuto, nem a repetição do mesmo. A recolha dos dados não permitirá explorar a temática da “reversibilidade” nas transições para a vida adulta (recuo nas transições ou multiplicação das transições e/ou acumulação de experiências¹⁵⁸), cuja análise ficará para a parte III .

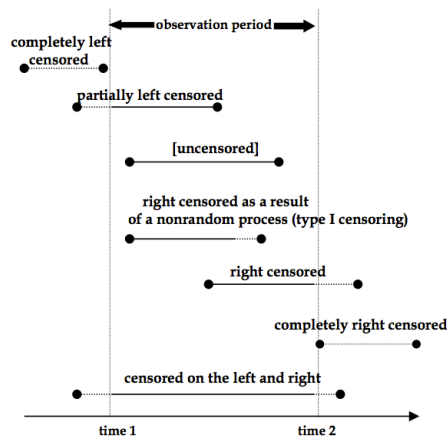
A segunda lacuna é bastante típica dos inquéritos “cross-sectional”. Como explica Mills, ainda com base na figura 5.3, as perguntas sobre os eventos demográficos são colocadas retrospectivamente. Por exemplo, é perguntado o ano de nascimento dos seus filhos, do mais velho ao mais novo. Se o segundo evento, neste caso, o nascimento do segundo filho, não tiver ocorrido, estes casos ficam “right-censored”. Estes eventos não ocorreram até à data da aplicação do inquérito, o que é diferente de não ter informação sobre o segundo evento. Os indivíduos permanecem na categoria do evento anterior. Esta explicação de Mills facilita, aliás, a explicação da primeira lacuna aqui referida, na medida em que é como se a partir do momento em que o indivíduo transita a primeira vez naquela “carreira”, se deduzisse, erradamente, que permanece nesse mesmo estado. Felizmente,

¹⁵⁷ Por exemplo, em vez de perguntar pelo ano de nascimento de todos os seus filhos, apenas pergunta pelos anos de nascimento do primeiro e do último, em vez de perguntar por todos os inícios e fins de empregos, pergunta apenas pelo início do primeiro.

¹⁵⁸ Aqui assume-se que os estatutos são, pelo menos parte deles, reversíveis, mas as transições não. As transições seguem a direcção do tempo e são cumulativas (O’Rand, 2009). De outra forma nem se poderia compreender o conceito de “desvantagem acumulada” ao longo do tempo (Laub e Sampson, 1998: 222). Sobre o conceito de reversibilidade, ver capítulo 2.

porém, o objecto de estudo desta pesquisa é a transição para a vida adulta, o que torna mais relevante os primeiros eventos, pelo que os problemas deste desenho de pesquisa ficam desde logo minimizados. Mas é necessário ter estas limitações em conta na interpretação dos dados. Estas não comprometem a análise desenvolvida nos dois próximos capítulos, mas de algumas formas condicionam-na.

Figura 5.3: Tipos de “censoring”



Fonte: Mills (2011: 6)

Sobre as amostras nacionais e as variáveis mais relevantes

Amostras nacionais

Nos dois capítulos seguintes entrar-se-á nos pormenores relativos à natureza das variáveis e aos procedimentos analíticos. Serve esta secção deste capítulo apenas para apresentar brevemente a amostra do ESS 2006 no que se refere a algumas variáveis estruturais e às variáveis (originais) mais utilizadas nos capítulos seguintes (do módulo já referido).

O quadro 5.1 ilustra a diferença entre os inquiridos efectivos em cada um dos países e os inquiridos segundo o ponderador que converte cada um dos países à sua escala face ao resto da Europa. É nas proporções da última coluna que cada país está representado nos valores totais (percentagens, médias e outras medidas) das variáveis apresentadas. Este ponderador tem em conta o desenho referente à representatividade da composição social de cada um dos países e, simultaneamente, a representatividade (em população) de cada um dos países face ao total do espaço europeu inquirido. No que se refere apenas à representatividade da composição social em cada um dos países, o ponderador utilizado é apenas o *dweight*.

Sempre que, ao longo deste trabalho, se compararam países ou se extraiu informação de apenas um país, foi esse ponderador o utilizado.¹⁵⁹

Quadro 5.1: Amostras nacionais do ESS 2006 (percentagem por país)

	Sem ponderador		Ponderador da população (<i>pdweight</i>)	
	N	%	N	%
Áustria	2405	5.6	695	1.4
Bélgica	1798	4.2	872	1.8
Bulgária	1400	3.3	667	1.4
Suíça	1804	4.2	627	1.3
Chipre	995	2.3	63	.1
Alemanha	2916	6.8	70+79	14.4
Dinamarca	1505	3.5	441	.9
Estónia	1517	3.5	114	.2
Espanha	1876	4.4	3740	7.6
Finlândia	1896	4.4	435	.9
França	1986	4.6	4982	10.1
Reino Unido	2394	5.6	4963	10.1
Hungria	1518	3.5	852	1.7
Irlanda	1800	4.2	335	.7
Holanda	1889	4.4	1335	2.7
Noruega	1750	4.1	373	.8
Polónia	1721	4.0	3197	6.5
Portugal	2222	5.2	893	1.8
Rússia	2437	5.7	12130	24.7
Suécia	1927	4.5	749	1.5
Eslovénia	1476	3.4	172	.3
Eslováquia	1766	4.1	449	.9
Ucrânia	2002	4.7	4045	8.2

Fonte: Base de dados do ESS 2006, sem ponderador e com ponderador *pdweight*

A composição das amostras nacionais por sexo e por classe social do inquirido consta no quadro 5.2. A distribuição da população por sexo apresenta em quase todos os países, um adequado equilíbrio numérico. Os países que não seguem este padrão, com entre 7 a 10% de mulheres acima de uma distribuição 50/50% são Bulgária, Hungria, Portugal, Rússia e Ucrânia. A apresentação da classe social¹⁶⁰ cumpre a função de mera apresentação da amostra e não tanto de caracterização da composição social dos países onde se aplicou o ESS 2006. Tal limitação que se impõe à interpretação destes dados prende-se com os erros de ponderação, supostamente para correcção da amostra no sentido de uma maior representatividade dos vários estratos sociais, que conduziriam a “um “desenflacionamento” do “topo” e num incremento da base da estrutura de classes” (Roldão, 2006: 3) que veio enviesar a composição social na amostra portuguesa. Deve, aliás, confrontar-se com dados do Eurostat publicados e analisados em Costa *et al.* (2000: 23) para se verificar que já em 1997 a percentagem de Empresários e Dirigentes e Profissionais Liberais atingia os 11.5%, sendo que o valor retirado da base de dados do ESS em 2006 é de cerca de metade dessa

¹⁵⁹ Segue-se, para este efeito, as recomendações das equipas do ESS (ver AA.VV.b).

¹⁶⁰ Cujas construção na base de dados ESS foi realizada e disponibilizada pela equipa do ESS no CIES-IUL à qual deixo o meu agradecimento.

percentagem. Por motivo deste erro de amostragem, os dados sobre classe social aqui apresentados devem ser vistos não do ponto de vista da representatividade nacional, mas apenas do ponto de vista da descrição da amostra e da caracterização dos inquiridos. Em suma, estes dados não caracterizam o universo, mas apenas a amostra. Não deixa, porém, de ser válida esta caracterização da amostra, para se conhecer um pouco da composição social de âmbito nacional, especialmente como cenário para interpretar os valores apresentados por país.

A categoria dos Empregados Executantes é, na maioria dos casos, onde mais se concentram os assalariados de base. De destacar os casos em que os Operários assumem esse papel maioritário, e a condição de mais recém-chegada à UE que a maioria destes países partilham: a Bulgária, a Estónia, a Hungria, a Polónia, a Rússia, a Eslovénia, a Eslováquia e a Ucrânia. Com percentagens também elevadas nesta categoria, partilhadas com elevadas percentagens de Empregados Executantes (o que ilustra uma grande percentagem do grupo formado pelas duas categorias aqui consideradas de assalariado de base) encontram-se países como o Chipre, a Hungria e ainda Portugal. Regularmente, detecta-se entre estes países padrões de formação familiar, de transição para a vida adulta e de *timing* de eventos transicionais muito idênticos. Tal pode reflectir posições de classe idênticas em cada um dos países, reforçando que “nas sociedades actuais, os sistemas estruturados de desigualdades e distinções sociais não deixaram de ser, entre outros, elementos constitutivos fundamentais dessas sociedades” (Costa *et al.*, 2000: 10). Além disso, “a um volume determinado de capital herdado corresponde um *feixe de trajectórias* quase igualmente prováveis, que conduzem a posições quase equivalentes” (Bourdieu, [1979], 2010: 189). Por outro lado, os países que se destacam pelas mais elevadas percentagens de Empresários e Dirigentes (juntamente ou não com os Profissionais Liberais) são a Holanda, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido. Está-se, portanto, perante países com composições sociais muito díspares. São ainda muitos os países que se destacam por muito elevadas percentagens no grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento, como a Bélgica, a Suíça, a Alemanha, a Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Holanda, Suécia.

Em que medida é diferente e heterogéneo o mosaico da composição social das mais recentes gerações de jovens adultos (aqui consideradas entre os 28 e os 34 anos)? As figuras seguintes ilustram a fragilidade da equivalência entre níveis de escolaridade mais elevados e lugares mais favorecidos na estrutura de classes. Na verdade, os jovens estão (e sempre estiveram) mais expostos a situações de precariedade laboral do que os indivíduos mais velhos com as mesmas qualificações (Nico, 2010c; Oliveira e Carvalho, 2010; Bradley, 2003

[1996]),) e tal reflecte-se na composição social da camada mais jovem. Assim sendo, verifica-se que face ao total da população, a camada mais jovem está menos presente nas categorias dos Empresários e dirigentes, Profissionais Liberais e Trabalhadores independentes, lugares de classes que para além de supor qualificações mais elevadas, implicam um percurso de carreira profissional mais longo. Países como a Áustria, a Noruega, a Suécia e a França apresentam, porém, percentagem mais elevadas de Profissionais e Técnicos de Enquadramento na população em geral do que no grupo dos jovens dos 18 aos 34 anos, o que supõe uma maior antiguidade de percursos escolares longos nestes países, que exibem à mais tempo esse “indicador privilegiado dos processos de modernização económica e desenvolvimento social” (Almeida, Machado e Costa, 2007: 76).

Estão também menos presentes na categoria dos Operários, não só devido à melhoria das qualificações nas camadas mais jovens mais recentes, mas devido sobretudo à terciarização do mercado de trabalho. Desta forma, face à população em geral, esta camada da população mais jovem tem um maior peso nos profissionais técnicos de enquadramento e, sobretudo, nos empregados executantes. Esta relação da composição social dos mais jovens face à da população em geral atravessa as diferentes composições sociais de cada um dos países.

Quadro 5.2: Composição da amostra por sexo, classe social e escolaridade da população em geral e dos indivíduos com 18 aos 34 anos (percentagem por país)

	População em geral								Indivíduos dos 18 aos 34 anos														
	Sexo		Classe Social						Sexo		Classe Social						Escolaridade						
	M	F	ED	PL	PTE	TI	EE	O	M	F	ED	PL	PTE	TI	EE	O	1	2	3	4	5	6	7
Áustria	46.2	53.8	8.5	2.8	25.3	5.1	41.7	16.7	47.1	52.9	5.2	1.8	23.6	3.9	48.8	16.7	.9	18.7	29.9	38.0	5.9	6.6	
Bélgica	46.7	53.3	10.5	4.9	32.8	4.8	28.6	18.5	50.0	50.0	6.0	3.7	37.2	2.9	29.8	20.3		11.1	5.5	12.2	38.7	32.0	.5
Bulgária	39.9	60.1	7.6	2.0	22.9	3.2	25.6	38.6	40.2	59.8	7.0	1.0	21.4	4.0	34.3	32.3	4.2	1.9	22.6	54.8	2.6	13.9	
Suíça	46.6	53.4	10.3	3.7	32.8	6.6	30.7	15.9	45.9	54.1	4.5	.8	38.1	3.6	33.3	19.6	.8	2.1	13.3	58.3	4.9	19.5	1.0
Chipre	47.3	52.7	7.4	2.3	19.2	7.8	37.4	25.9	59.3	40.7	8.1	2.7	27.6	4.5	43.0	14.0							
Alemanha	49.4	50.6	8.5	4.0	29.9	3.3	29.5	24.8	49.4	50.6	4.0	4.2	33.5	2.6	33.1	22.6		.5	16.6	44.3	15.1	23.2	.3
Dinamarca	49.0	51.0	15.7	3.0	32.6	2.3	25.9	20.5	50.2	49.8	10.9	2.7	33.8	.7	31.1	20.8			15.1	42.6	9.0	32.7	.6
Estónia	43.5	56.5	11.5	1.4	26.0	1.5	22.9	36.9	50.1	49.9	11.9	1.2	24.1	2.1	25.9	34.8		1.0	22.2	43.1	11.8	19.1	2.8
Espanha	48.3	51.7	8.8	3.1	13.9	9.2	36.9	28.0	50.8	49.2	6.2	2.3	16.2	6.0	45.0	24.3	2.5	7.6	31.2	33.5	1.3	23.2	.7
Finlândia	48.5	51.5	9.7	3.2	27.8	7.4	28.4	23.5	53.3	46.7	5.1	1.4	32.5	1.4	29.4	30.1	.2		8.5	57.1		32.4	1.8
França	48.7	51.3	8.5	4.0	33.5	1.5	32.8	19.6	48.9	51.1	6.2	3.9	32.5	1.1	32.7	23.6	3.9	4.1	21.7	5.3	25.8	19.9	19.5
R. Unido	47.5	52.5	14.7	3.5	20.2	4.7	39.2	17.7	49.1	50.9	10.8	2.0	22.7	3.3	48.0	13.2		.2	29.7	22.5	8.8	37.8	1.0
Hungria	42.3	57.7	3.3	1.2	17.6	4.4	36.6	36.9	46.2	53.8	2.6	.7	19.9	5.6	38.1	33.1		16.8	38.6	31.9	1.3	11.2	.3
Irlanda	46.7	53.3	15.0	3.6	23.3	6.9	35.7	15.6	44.9	55.1	10.8	2.9	25.2	2.7	44.3	14.2	1.6	2.2	11.8	31.4	22.9	16.3	13.7
Holanda	47.5	52.5	15.6	4.3	31.2	3.4	31.0	14.5	48.2	51.8	10.9	2.2	38.4	2.7	32.8	12.9	1.4	4.1	14.0	44.4	10.1	25.9	.2
Noruega	50.9	49.1	8.7	2.3	33.4	5.0	32.6	18.1	52.1	47.9	3.7	1.1	31.0	3.7	38.6	21.8			3.3	47.9	9.8	38.6	.4
Polónia	47.5	52.5	11.1	1.2	15.6	11.8	24.8	35.7	51.0	49.0	9.2	1.2	18.4	5.6	29.7	36.0	.2	6.1	31.5	38.6	4.0	5.9	13.6
Portugal	41.0	59.0	5.7	1.2	11.1	9.3	37.0	35.7	46.1	53.9	4.9	.9	14.8	4.2	42.1	32.9	.5	20.4	26.2	37.2		15.1	.5
Rússia	41.6	58.4	5.7	.4	29.4	.4	25.0	39.1	42.8	57.2	3.7	.9	35.3	.2	29.1	30.8		.3	5.6	36.4	25.2	32.1	.4
Suécia	49.4	50.6	9.2	2.5	33.2	3.8	32.9	18.5	52.6	47.4	3.4	1.6	32.3	2.3	39.7	20.6	1.0		10.9	50.6		37.4	.2
Eslovénia	45.2	54.8	9.2	2.1	26.2	3.1	26.4	32.9	49.1	50.9	6.8	2.0	32.1	4.1	24.2	30.7		10.5	17.5	50.1	4.3	16.4	1.1
Eslováquia	48.4	51.6	9.7	2.3	23.6	2.7	24.0	37.7	48.9	51.1	5.7	3.1	24.1	3.5	29.6	34.0		1.6	12.9	69.6	2.8	12.7	.4
Ucrânia	42.8	57.2	8.8	1.6	24.1	.8	22.5	42.2	43.9	56.1	7.3	1.6	27.7	.8	28.5	34.0		.2	7.1	27.7	38.3	8.2	18.4

Fonte: Base de dados do ESS 2006, ponderador utilizado *dweight*

Legenda: 1 Não completou ensino primário, 2 Ensino primário, 3 Ensino Básico 2º. E 3º. ciclo, 4 Ensino Secundário, 5 Ensino pós-secundário não superior, 6 Ensino Superior 1º ciclo de estudos, 7 Mestrado e Doutoramento.

Figura 5.4: Classe social (ACM) por país

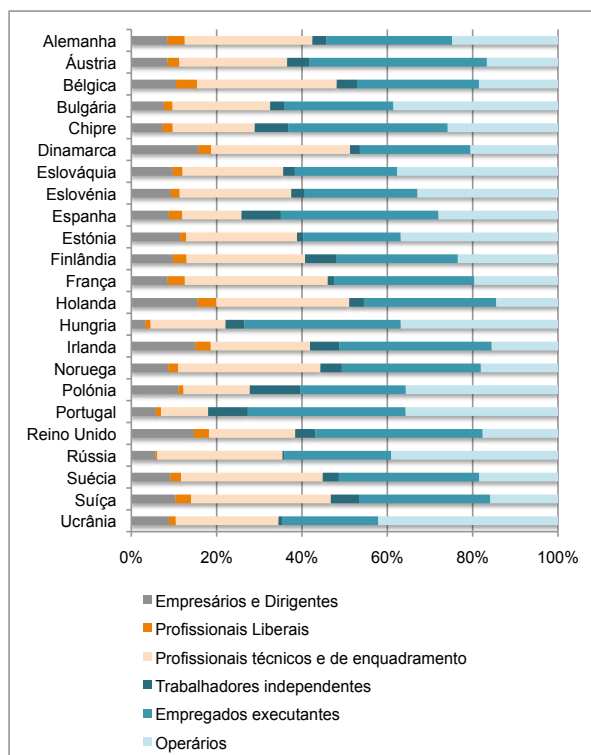
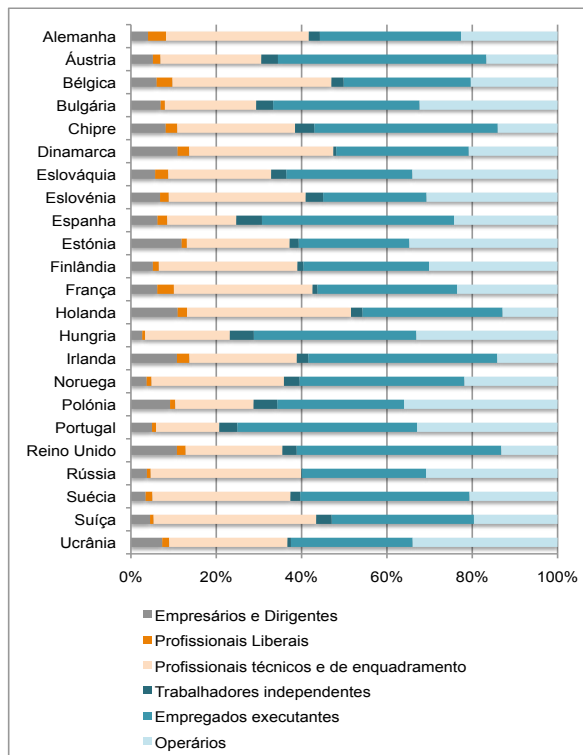


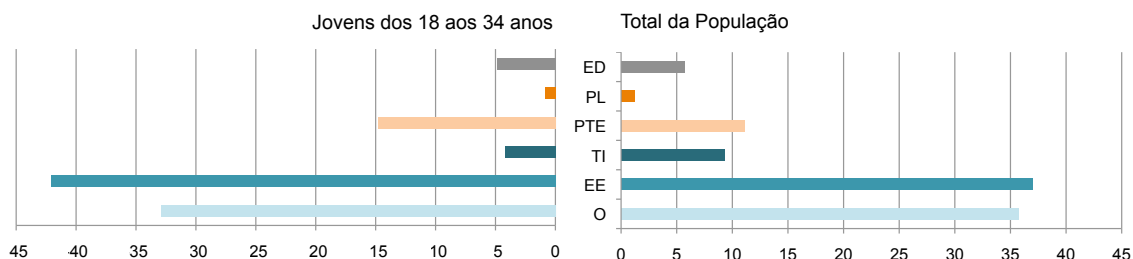
Figura 5.5: Classe social (ACM) por país entre os indivíduos dos 18 aos 34 anos



Fonte: Base de dados do ESS 2006, ponderador utilizado *dweight*

No que se refere exclusivamente ao caso Português, pode verificar-se essa mesma tendência. Se os assalariados de base continuam, entre as gerações mais recentes de jovens adultos, a representar a numerosa base da hierarquia social, verifica-se um esvaziamento da categoria dos Operários em prole do aumento do peso dos Empregados Executantes. À excepção dos Profissionais e Técnicos de Enquadramento, as outras categorias de classe são caracterizadas por indivíduos com maior acumulação de tempo, visível e explicável especialmente nos Trabalhadores Independentes, para qual a acumulação e articulação de capitais sociais, escolares e financeiros é um requisito mais fundamental.

Figura 5.6: Composição social de Portugal: Jovens dos 18 aos 34 anos e total (percentagem)



Fonte: Base de dados do ESS 2006, ponderador utilizado *dweight*

Os níveis de escolaridade atingidos são cada vez mais elevados. O aumento das qualificações tornou-se uma distinção estrutural e da maior importância, entre gerações. Mas, no âmbito de um mesmo curto escalão etário, como diferem estes padrões de escolarização entre os países europeus? Os dados do quadro 5.2 permitem destacar três grandes grupos, não necessariamente auto-exclusivos. Um deles refere-se às mais elevadas percentagens (acima de 33%) de indivíduos dos 18 aos 34 anos com no mínimo uma licenciatura, e inclui países como a França, a Bélgica, o Reino Unido, a Suécia, a Finlândia e a Dinamarca. Contrariamente, os países com menores percentagens de indivíduos dos 18 aos 34 anos licenciados são a Áustria, Hungria, a Eslováquia e a Bulgária. À exceção da França, verificam-se nestes dois grupos de países percentagens irrelevantes de jovens com cujo nível máximo de qualificação é o ensino pós-secundário não superior. O contrário sucede nos restantes países, onde a percentagem dos, no mínimo, licenciados, está compreendida aproximadamente entre os 15 e os 33% mas onde, especialmente na Rússia, na Bélgica, na Irlanda e na Ucrânia, se atingem valores de ensino pós-secundário não superior elevados.

Variáveis utilizadas

Como já foi referido, cada um dos capítulos seguintes abordará as opções de utilização das variáveis sócio-demográficas e do módulo D relativamente às questões empíricas mais especificamente colocadas. O bloco de dados mais utilizado na presente tese, prende-se com a ocorrência, até 2006, de determinados eventos transicionais e, no caso de já terem ocorrido, do *timing* em que este ocorreu (codificado inicialmente em ano cronológico e recodificado em tempo individual - idade).

Quadro 5.3: Variáveis do Módulo D do ESS 2006 usadas na parte II

Tema	Código da pergunta	Pergunta	Categorias de resposta
Ocorrência do evento	D1	Alguma vez teve um trabalho ou um estágio remunerado de pelo menos 20 horas semanais, durante um mínimo de 3 meses?	Dicotómica (sim, não)
	D3	Em que ano, saiu pela primeira vez de casa dos pais [ou equivalente] por um período igual ou superior a 2 meses, para ir viver separado(a) deles?	Ano, Ainda vive em casa dos pais e nunca saiu por 2 meses ou mais, Nunca viveu com o pai ao a mãe ou equivalente
	D6	É ou foi casado(a) alguma vez?	Dicotómica (sim, não)
	D8	Alguma vez foi mãe ou pai biológico de uma criança?	Dicotómica (sim, não)
	D4	Alguma vez viveu com um cônjuge ou companheiro(a) durante 3 meses ou mais?	Dicotómica (sim, não)

Ano da ocorrência do evento	D2	Em que ano iniciou, pela primeira vez, um trabalho com essas características?	Ano
	D5	Em que ano começou a viver, pela primeira vez, com um cônjuge/companheiro(a) por um período igual ou superior a 3 meses?	Ano
	D7	Em que ano casou pela primeira vez?	Ano
	D10	Em que ano nasceu o seu primeiro filho ou filha?	Ano

Sobre os capítulos e a análise

Over the past two decades, social scientists have been collecting and analyzing event history data with increasing frequency. This is not an accidental trend, nor does it reflect a prevailing fashion in survey research or statistical analysis. Instead, it indicates a growing recognition among social scientists that event history data are often the most appropriate empirical information one can get on the substantive process under study.

Hans-Peter Blossfeld, Katrin Golsch e Götz Rohwer (2007),
Event History Analysis with Stata, pp. 1

A análise que tem sido feita do módulo referido do European Social Survey 2006 tem-se centrado essencialmente no *timing* das transições, analisado quase exclusivamente através da análise das idades médias (e menos frequentemente dos desvios padrões às mesmas), e na análise, por país, da suposta coerência entre as práticas (idade dos eventos transicionais) e os valores (importância atribuída aos eventos para se ser considerado adulto). Não negando o interesse destas análises, e das pistas que permitem formular, propõe-se aqui dois tipos de análises alternativas. Assim, com vista a fugir ao fenómeno do *playback analítico*, caracterizado pela repetição das mesmas análises feitas aos mesmos dados mas por investigadores diferentes, cada um dos seguintes capítulos aborda as questões da transição para a vida adulta usando metodologias ainda não aplicadas (ou pelo menos publicadas) no ESS (em Portugal ou em geral) ou ainda não aplicados a dados de vários países europeus (por ausência de dados que o permitissem). Com estas duas estratégias analíticas alternativas julga-se seguir um dos mandamentos da sociologia, entre os três referidos por Almeida (2007: 23), o que se refere “ao esforço de *recensar sistematicamente ignorâncias*, sejam elas vazios de conhecimento ou conhecimentos inadequados”.

Assim, procederam-se a análises alternativas. No capítulo 6, toma-se como objecto de estudo o *timing* da primeira saída de casa dos pais. Neste capítulo é realizada a análise crítica das médias e dos desvios-padrão relativamente a estes eventos, bem como a apresentação da importância do fenómeno da não ocorrência do evento (“*right censored events*”). A novidade analítica prende-se, deste modo, não directamente com o objecto analítico (idade a que ocorrem os eventos) mas com a técnica aplicada, o “event history analysis” (EHA). O objectivo do EHA é explicar porque é que certos indivíduos correm um maior risco do que

outros de experienciar um determinado evento (geralmente demográfico) situado no tempo. O EHA abrange um conjunto de métodos estatísticos para a análise da duração de tempo até à ocorrência de um evento. A variável dependente é a duração do evento (ou, neste caso, até ao evento transicional). É também conhecido como *survival analysis*, *duration analysis* ou *hazard modelling*, entre outros (Mills, 2011; Blossfeld, 2005). Esta técnica estatística permite ter simultaneamente em conta a idade a que ocorre o evento e a ocorrência do evento. É geralmente graficamente apresentada a curva de “sobrevivência” ao fenómeno. A principal variável de análise da heterogeneidade, também devido à disponibilidade de bases de dados longitudinais de âmbito nacional, são geralmente as *coortes* etárias e não os países ou, pelo menos, nunca as várias *coortes* diluídas num mesmo país. Tal sucede pela enorme sobreposição entre esta técnica e a perspectiva teórica do curso de vida e o obrigatório equilíbrio entre o tempo individual, social (contexto nacional, por exemplo) e histórico (tempo por *coortes* “geracional”). No capítulo 7, a novidade analítica prende-se já não com uma técnica estatística específica mas com o objecto da análise. A tese da *desestandardização* do curso de vida tem deixado de pertencer aos grupos das hipóteses a serem testadas, e tem passado muitas vezes a pertencer às premissas científicas daquilo a que no capítulo 2 se denominou por “pacote individualista”. Assim sendo, tornou-se mais um pressuposto analítico para o estudo de conceitos próximos como a reversibilidade, individualização, pluralização ou diferenciação do curso de vida e menos um objecto, autónomo, de análise. Tal sucede porque se supõe que todos estes fenómenos evoluem num mesmo sentido e num mesmo ritmo. Assim, no capítulo 7, uma análise mais rigorosa e crítica da *desestandardização* vem cumprir um segundo “mandamento” da sociologia, o da *eliminação dos falsos problemas* (Almeida, 2007: 23). Segundo este, estes falsos problemas resultam muitas vezes “da recorrente invenção de conceitos – ou se se quiser de palavras-chave – que à força de quererem explicar tudo acabam por tornar invisível a complexidade social”, que se crê que se poderá passar com o conceito de *desestandardização*, analisado mais pormenorizadamente no capítulo 7. Assim, inspirado por um lado, por análises da *desestandardização* de vida com bases de dados americanas (Mouw, 2005, entre outros) e, por outro, pelos objectivos teóricos de técnicas estatísticas de análise das sequências, no capítulo 7 usa-se o potencial dos dados do ESS 2006 para se proceder a uma análise descritiva da evolução da variabilidade das combinações da ordem de entrada nos vários papéis sociais já considerados, com vista à avaliação da *massificação* (temporal, geográfica, classista e de género) deste fenómeno.

6.

O *TIMING* E A OCORRÊNCIA DA SAÍDA DE CASA DOS PAIS: “ANÁLISE DE SOBREVIVÊNCIA” DA HETEROGENEIDADE EUROPEIA

6.1 Ambiguidades normativas e o *timing* da saída de casa

Partindo da assumpção de que “a idade com que os jovens saem de casa dos pais tem vindo a aumentar em todos os países desenvolvidos”, imagem, aliás, de marca dos países do Sul da Europa (Newman e Aptekar, 2006: 1, Aassve *et al.*, 2002; Iacouvou, 2001; Billari, 2001, 2004, entre outros), tem vindo a constituir-se toda uma preocupação social e mediática em torno da idade com que os jovens saem de casa e, por outro lado, uma atenção científica relativamente às determinantes desse *timing* (especialmente por parte da sociologia e da demografia).¹⁶¹ Ainda que de formas radicalmente diferentes, tanto os *media* como a academia partem do conceito do *timing* individual (isto é, da idade e, não raras vezes, em forma de média nacional) como problema social a resolver ou fenómeno sociológico a explicar.¹⁶²

Na chamada “nova demografia” (Vaupel, 2000 e Kohler, 2000 *citado por* Billari, 2004: 16), predominavam durante muito tempo duas tendências e objectos de estudo demográficos: os “oldest-olds” e os factores e as consequências do aumento da esperança média de vida e os “lowest-lows” e as consequências do declínio da taxa de natalidade. Billari (2004) sugere explicitamente a inclusão de um terceiro grupo de interesse: os “latest-late”, referindo-se ao padrão de tardia saída de casa dos pais, formação do casal e transição para a parentalidade (ilustrados pelos casos Espanhol e Italiano). Seriam, desta forma, estes os três

¹⁶¹ Ver capítulo 3.

¹⁶² Com excepções. Tome-se o provocatório título de livro, de 2010, de Settersten e Ray “Not Quite Adults: Why 20-somethings are choosing a slower path to adulthood, and why it’s good for everyone”.

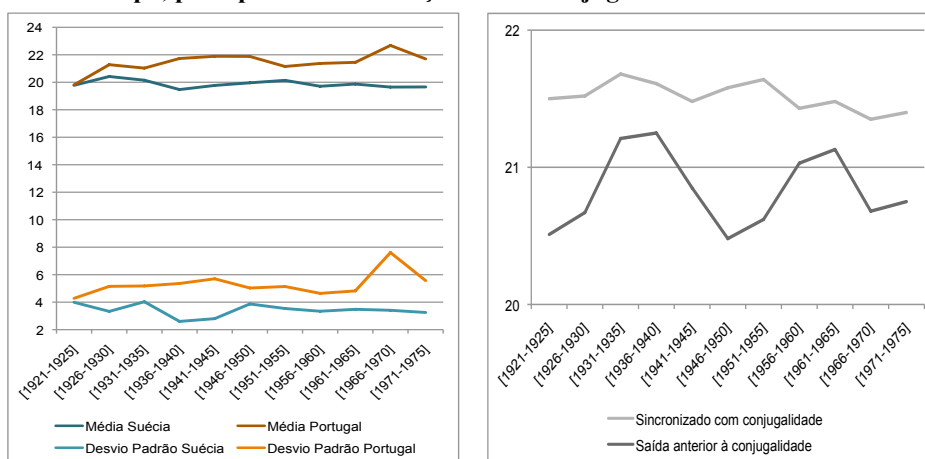
principais fenómenos demográficos a conferirem heterogeneidade ao espaço europeu. No que se refere ao processo de saída de casa dos pais é, então, o *timing* individual o aspecto que tende a captar mais atenção.

No entanto, existem várias ambiguidades normativas relativamente ao *timing* das transições. Existem, portanto, normas etárias que dizem respeito ao (i) *timing per se*, isto é, que definem as idades, ou intervalos de idades com que é demasiado tarde ou demasiado cedo, para concretizar a saída de casa dos pais (referido, entre outros, por Hagestad e Neugarten, 1985 citado por Mitchell, 2007 [2006]: 18). Estas são muitas vezes combinadas com normas que se referem ao (ii) *timing relativo* deste evento, isto é, que ditam que não se deve sair de casa sem ser através do casamento (ditando a sincronia) ou que não se deve sair de casa sem se ter adquirido estabilidade financeira, (ditando a sequência), etc.. Existem ainda com normas que se referem às características do (iii) *timing substancial*, isto é, que sugerem que não se deve sair de casa sem ser para uma determinada localidade ou distância geográfica ou que não se deve sair de casa se isso significar arrendar uma casa em vez de comprar, etc.. Estas normas são variáveis por país e ao longo do tempo. São, além disso, de diferentes naturezas e organizam-se em diferentes hierarquias nos países europeus. Porém, é muito difícil encontrar bases de dados que incluam perguntas o (i) *timing per se*, e ainda mais difícil é encontrar bases de dados que incluam perguntas sobre o (ii) *timing relativo* e sobre o (iii) *timing substancial*. Ainda que com algumas limitações, a base de dados ESS 2006 providencia alguns dados de normas do *timing per se* e do *timing relativo* com base nas quais a seguinte análise se produziu.

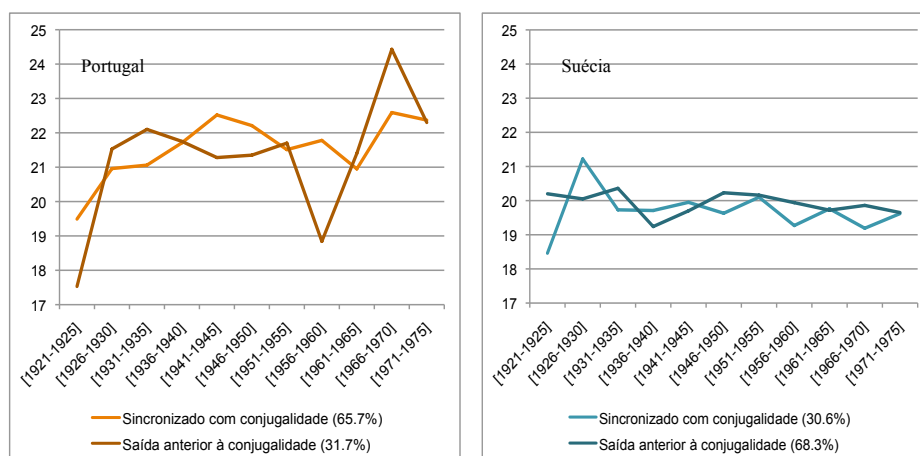
Além da combinação entre diferentes normas relativas a um evento, há que ter em conta o consenso (ou dispersão) em torno das idades concretas da saída de casa, e das idades apontadas como ideais, tardias ou precoces, para a saída de casa dos pais. Quanto menor o consenso, presumivelmente menor a prescrição e controlo social para que o comportamento ocorra nesse sentido e menor a normatividade desse mesmo percurso. Compare-se brevemente um país pertencente ao grupo dos “latest-late” (Portugal) com um país pertencente ao grupo dos “earliest-early” (Suécia) (Billari e Liefbroer, 2007). A hipótese mais intuitiva, mas partilhada por vários estudos (Billari, 2004; Billari e Liefbroer, 2007; Newman e Aptekar, 2006; Holdsworth, Voas e Tranmer, 2007; entre outros), seria a de que as normas etárias *per se* sobre o *timing* de saída de casa são mais fortes e mais consensuais em Portugal do que na Suécia, isto é, que a cultura/religião funcionaria como uma espécie de denominador comum, homogeneizador das opções de vida tomadas durante a transição para a vida adulta. É essa, aliás, a hipótese implícita que leva a que os factores culturais (manifestados por

transições tradicionais, pela ênfase colocada na religiosidade, pela propensão para a propriedade, etc.) sejam dados como explicativos do *timing* da saída dos jovens de casa dos pais em países do Sul (ver Nico, 2011). No entanto, como confirmam as figuras seguintes, a realidade é mais complexa e menos dicotómica do que estas interpretações culturais parecem levar a crer. Assim, o desvio padrão do *timing* de saída de casa em Portugal é mais elevado do que o da Suécia (figura 6.1).

Figuras 6.1 & 6.2: Média e Desvio Padrão da idade na primeira saída de casa dos pais, em Portugal e na Suécia, ao longo do tempo & Média da idade na primeira saída de casa dos pais na Europa, por tipo de sincronização com a conjugalidade



Figuras 6.3 & 6.4. Média da idade na primeira saída de casa dos pais, por tipo de sincronização com a conjugalidade, ao longo do tempo em Portugal & na Suécia



A interpretação cultural, mas pouco fundamentalista, de Billari *et al.* (2001) é confirmada pelos dados do ESS 2006. Na análise que estes autores levaram a cabo com os dados do “Fertility and Family Survey” concluíram que embora os países do Sul tenham médias mais elevadas de saída de casa dos pais, também têm uma maior dispersão associada a essa idade média (são, portanto, “late but non-generalised”), o que revela precisamente um menor consenso em torno da idade a que se sai de casa, o que por sua vez insinua uma maior

variedade de processos que “conspiram” para uma determinada idade de saída de casa.¹⁶³ Assim, embora seja relativamente popular a ideia de que em Portugal se sai tarde de casa dos pais e para casar, uma mais rigorosa análise nos leve a concluir que, em Portugal, afinal, *ou* se sai (mais) tarde de casa *ou* se sai para casar (sendo que o aumento da idade média ao primeiro casamento é transversal aos vários países europeus). Ou seja, os indivíduos que saem mais tarde de casa em Portugal são também precisamente os que não saem para casar. Sair de casa antes da conjugalidade, em Portugal, não significa necessariamente sair de casa dos pais antes da frequência de ensino superior numa área residencial diferente da dos pais (diluindo nos anos de frequência do ensino superior o efeito de adiamento da conjugalidade). Sair de casa antes da conjugalidade, porque já acontece de qualquer forma tarde, muito provavelmente depois da frequência de ensino superior e raramente antes da entrada no mercado de trabalho (ao contrário, por exemplo, da Suécia, ver capítulo 7) produz o efeito de adiamento da conjugalidade de que falam Goldscheider e Goldscheider (1993). Assim, a des-sincronização da saída de casa antes do casamento com a saída de casa para estudar faz com que seja menos provável sair de casa antes do casamento e, nos casos em que se sai, se adie a entrada na conjugalidade (Goldscheider e Goldscheider: 1993).

Ora esta interpretação dos dados coloca “problemas” analíticos e ao nível das políticas públicas à ênfase que é, muitas vezes, colocada nas explicações culturais para a determinação da idade de saída de casa no caso “peculiar” dos países do Sul da Europa.

6.2 *Mix* de factores culturais com institucionais: “bênção” ou maldição?

Extreme cases in demography are important challenges for researches, and the still important heterogeneity of European societies is a blessing for scholars interested in studying the importance of cultural and institutional factors.

Francesco Billari (2004), *Becoming an Adult in Europe: a Macro(Micro) Demographic Perspective*, pp. 15.

Billari, que se tem dedicado a estudar a heterogeneidade europeia nos cursos de vida no período de transição para a vida adulta, considera a peculiaridade dos casos extremos (que no caso da saída de casa dos pais seriam os países do sul da Europa), uma “benção” para os investigadores interessados em estudar o *mix* dos factores culturais e institucionais (Billari, 2004: 15). Apresentar-se-ão alguns perigos analíticos e algumas consequências que advêm da

¹⁶³ Ver capítulo 3.

ênfase, descuidada por vezes¹⁶⁴ que é colocada nas continuidades culturais enquanto factores explicativos do *timing* da saída de casa, face aos restantes motivos, ou da análise das “persistências nos diferentes padrões como resultado de continuidades culturais” (Billari, 2004: 15).¹⁶⁵ Questiona-se, então, se este caso “extremo” de *mix* entre factores culturais e institucionais é uma “bênção” ou, afinal, uma maldição política, ou ao nível da (inexistência) das políticas públicas.

O *timing* específico da saída de casa dos pais é explicado por três tipos de motivos (Billari e Liefbroer, 2007: 181). O da sua relação com as carreiras paralelas e *eventos conjuntos*; o dos factores abordados pelos constrangimentos sociais mais estruturais (como os de habitação e de mercado de trabalho); e o das atitudes culturais e normas etárias (como, por exemplo, a propensão para comprar casa ou para sair de casa através do casamento, a “força” ou a “fraqueza” dos laços familiares) (Holdsworth, 2002; Billari, 2004). Os dois erros analíticos mais frequentemente cometidos referem-se a (i) tratar estas ordens de motivos como se de mutuamente exclusivas se tratassem e/ou (ii) na presença de um país do Sul da Europa, fazer a explicação cultural ofuscar as restantes (como parecem fazer, por vezes, Holdsworth, 2002; Billari, 2004; Billari, Philipov e Baizán, 2001). Billari, Philipov e Baizán afirmam mesmo que “the causal link would then be from the cultural framework to the making of institutional settings, which would mean that in a longer causation chain, long term cultural differences explain a substantial part of the differences in family and social policies” (Billari, Philipov e Baizán, 2001: 4; Billari, 2004: 21).

Em todo o caso, do ponto de vista analítico, os autores que seguem esta ordem de motivos, reconhecem com frequência dois importantes aspectos. Um primeiro refere-se à dificuldade de determinar o peso explicativo relativo dos efeitos institucionais, normas sociais e escolhas racionais (Billari, Philipov e Baizán, 2001: 20), isto é, de hierarquizar a interferência de cada uma destas dimensões no *timing* de saída de casa. Essa dificuldade é acrescida pelo facto de, como cita Holdsworth, Voast e Tranmer, “as Greenhalgh eloquently argues ‘culture is like a spice rack of ideas and practices from which people chose depending on the menu of opportunities and constraints posed by their environments’ (Greenhalgh, 1988)” (2002: 992). De facto:

¹⁶⁴ A ideia do “well-known” ilustra-o bem, por exemplo: “Indeed, it is well known that in conservative Southern European welfare regimes, the Catholic Church provides an ideological foundation for reliance on the family (Kurz e Blossfeld, 2004: 8)”.

¹⁶⁵ Ver Nico (2010).

The opposition between northern, germanic, protestant individualism, and southern roman, catholic ‘familism’, is a time-honored one, and no-one would seriously argue against it from a general point of view. Reher himself attains such a degree of generalization that one can simply agree or not with him, it is virtually impossible to ascertain his model based on specific evidences. Indeed, scant attention is given to differences in time, space, social status, work organization, economic environment, family systems, legal patterns, and to the way in which these conditions might affect family culture, their influence being apparently of minor importance in the face of the persistent division between north and south.

Renzo Derosas, *A family Affair. Marriage, Mobility, and Living Arrangements in Nineteenth century Venice, 1850-1869* 2004: 147-148

O segundo aspecto refere-se aos saltos interpretativos que se fazem de eventos demográficos situados no tempo e no espaço para uma “história de decisões” e de intenções de nível individual (como parece fazer Billari, 2004). Tal como a estratificação etária só se consegue identificar ao nível da população e não ao nível individual (Hogan e Astone, 1986: 119), as explicações baseadas em apropriações individuais dos aspectos culturais e transferidas para acções racionais só podem ser encontradas ao nível individual. Não obstante, muitas das interpretações culturais são feitas sem recurso a informações de nível individual. Holdsworth, Voast e Tranmer chegam, sobre este aspecto, a assumir que:

The main limitation of analysis based on secondary data is that cultural attributes remain as a black box, and such analyses only partially help us to understand why and how young people reproduce these traditions. A more detailed approach to integrating economic and cultural dimensions is to move beyond secondary data sources to use in-depth interview data to explore how decisions about leaving home are made with respect to economic constraints, individual opportunities and cultural norms.

Clare Holdsworth, David Voast e Mark Tranmer (2002), *Leaving Home in Spain: When, Where and Why?*, pp.1003.

Mesmo com regulares reconhecimentos das limitações deste tipo de análise, esta pode incorrer em efeitos perversos. Por um lado, são três as temporalidades que devem ser tidas em conta em análises do curso de vida (Elder, 1994): individual, social e histórica. Por outro, existem três perspectivas na análise das transições para a vida adulta, a da *performance* na entrada nas diferentes carreiras (profissional, habitacional e familiar), a dos constrangimentos sociais estruturais e a do desenvolvimento humano (Corijn e Klijzing, 2001). Ora, a ênfase colocada nas explicações culturais tende a ser imediatamente associada ao tempo individual e às escolhas de nível individual (cuja existência é em si questionável), atribuindo aos indivíduos e aos seus valores e atitudes a responsabilidade única das consequências das suas acções. Paradoxalmente, as explicações culturais (familista, católicas, etc.) ignoram ou ofuscam os constrangimentos sociais estruturais e a acumulação de dificuldades ao longo da

vida dos indivíduos. Assim sendo, as transições para a vida adulta nos países do sul continuam a ser comprometidas pelos constrangimentos estruturais (fora do âmbito da acção individual) do mercado de habitação e de trabalho mas tal processo não é acompanhado pelo reconhecimento político, social nem científico. Deste modo, ao sentimento de fracasso biográfico vivido como individual é acrescentada legitimidade científica e, por esse mesmo motivo, nenhuma solução de nível estrutural e/ou político se proporciona. Assim, os países do sul vêem os factores culturais a constituírem-se como subterfúgios para a ausência de resolução dos constrangimentos sociais da saída de casa dos pais. Os factores culturais, para os países do sul, podem, deste modo, constituir-se como uma “maldição” analítica e política, onde a cultura funciona como desculpa para a inexistência de resposta política e social.

6.3 A insuficiência teórica da “idade média” da saída de casa

As insuficiências teóricas da medida estatística da “idade média” devem ser tidas em conta. A primeira insuficiência refere-se à natureza da medida estatística da “média” que resume, diluindo, informação de vários indivíduos, neste caso, num mesmo país ou geração. Como foi demonstrado na figura 6.1 é sempre conveniente ter em conta o desvio padrão associado à média identificada, para que ao simplismo da média não se faça corresponder um simplismo interpretativo. Assim, quando maior o desvio padrão, maior a diversidade de factores explicativos por detrás dessa média. A segunda, talvez mais grave, e certamente mais frequente, limitação desta medida estatística está relacionada com as “não ocorrências”.¹⁶⁶ São duas as principais formas como a não integração de informação sobre as não ocorrências interferem com a interpretação correcta dos dados:

(i) *Homogeneiza indivíduos*: ao se diluírem os grupos com muitas ocorrências com grupos com poucas ocorrências (ou seja, ao incluir indivíduos mais jovens e mais velhos numa mesma análise da idade média da saída de casa), está a produzir-se um enviesamento consciente da média de idades de um determinado evento. Uma solução alternativa é a de usar a medida do desvio padrão antes de excluir os casos das não ocorrências, e usando as respostas ainda como nominais, usando sempre a informação da média das ocorrências com a informação da percentagem das não ocorrências.¹⁶⁷

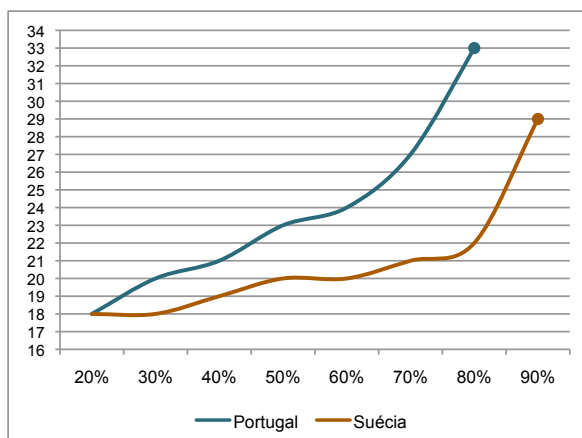
¹⁶⁶ Isto é, se a medida seleccionada é, neste caso, a idade média a que um determinado evento ocorre, como incorporar nesta análise os casos, analiticamente relevantes, em que o evento (ainda) não ocorreu?

¹⁶⁷ Ver Mouw, 2005.

(ii) *Homogeneiza o tempo*: a média não reflecte o ritmo da ocorrência. Assim, percursos com ritmos de ocorrência diferentes, que insinuam a existência de “turning points” ou de explicações mais complexas de sincronização com outras carreiras da vida, ficam imperceptíveis. Uma solução alternativa para interpretar o(s) ritmo(s) da ocorrência de é a de analisar os percentis (neste caso de 10, 20, 30, 40, etc.).¹⁶⁸ Tal permite-nos identificar, neste caso, com que idades médias é que 20%, 30%, 45%, etc. da população de um determinado país já saiu de casa (ver figura 6.5), podendo comparar ritmos e fenómenos de atraso ou “aceleramento” (ou, por outras palavras, de “catching up”, como denomina Manting, 2004 citado por Liefbroer, 2009: 329). Quando as médias das idades na primeira saída de casa de dois países são significativamente diferentes isso pode significar que as curvas de ritmo da ocorrência são diferentes (uma dela mais acentuada e mais curta) o que implica necessariamente diferentes processos de saída de casa dos pais; ou pode querer dizer que o processo é igual e que o que difere é meramente o ritmo (isto é, curvas iguais mas com extensões diferentes, a propósito do qual a comparação entre o curso de vida do homem e o do cão é muito vezes dado como exemplo).

Continuando a conveniente comparação entre Portugal e Suécia, pode verificar-se que a análise por *percentil* permite visualizar e comparar simultaneamente a idade a que se sai, a dispersão das idades (pelas intensidade e forma das curvas) e a não ocorrência (representada no ponto que finaliza a linha).

Figura 6.5: Idade média a que 20, 30,... 90% da população nascida entre 1971 e 1980 (26 a 35 anos em 2006) saiu de casa dos pais



Verifica-se assim que a média de idades em que os indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 (26 aos 35 anos no momento do questionário) saíram de casa é sempre inferior na Suécia do que em Portugal, que os Suecos saem mais rapidamente de casa do que os Portugueses; que a quase totalidade dos que saem na Suécia (80% de 90%) saem de casa até aos 22 anos ao

contrário do que sucede em Portugal em que a saída de casa dos pais está dispersa pelas várias

¹⁶⁸ A amplitude inter-quartis é usada por Brückner e Mayer (2004: 36-37) enquanto indicador de medida da variação entre *coortes* etárias na ocorrência de um determinado evento (2004: 36-37).

idades (menos estratificada por idade), e que após terem atingido os 33 anos, ainda permanecem em casa dos pais cerca de 20% dos indivíduos nascidos entre 1971 e 1989 em Portugal, enquanto que na Suécia isso sucede apenas para 10% dos indivíduos e aos 29 anos.

Para uma última ilustração da insuficiência do indicador da média da idade de saída de casa dos pais, imagine-se que em Portugal, entre os jovens de 20 aos 30 anos, apenas 30% já saiu de casa, mas todos aos 25 anos; e que na Suécia, entre os jovens da mesma idade, 80% já saiu de casa, mas em idades mais dispersas, entre os 25 e os 29 anos. Intuitivamente se concluiria que os jovens portugueses saem mais tarde de casa dos pais do que os jovens suecos. Porém, se não se tiver em conta a ocorrência e a não ocorrência do evento, a média da idade reflectiria a conclusão contrária: em Portugal os jovens sairiam de casa, em média, aos 25 anos; e na Suécia os jovens sairiam de casa, em média, aos 26,7 anos (por exemplo) .

Uma forma pouco convencional em Portugal, mas muito popular em estudos sócio-demográficos desta natureza, de dar resposta às várias limitações da média e de dar continuidade às potencialidades visuais da análise por percentil são as técnicas da “Survival” e da “Event History Analysis” (desenvolvida a partir do tópico 6.5 deste capítulo), o que não retira a importância da análise descritiva (que se segue).

6.4 Retrato europeu descritivo da saída de casa

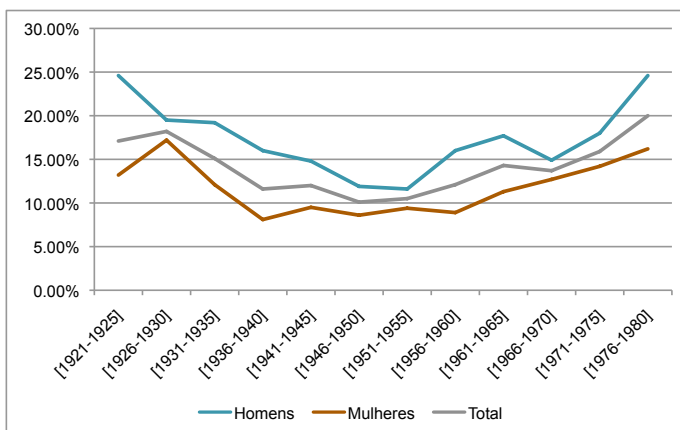
Mesmo análises mais sofisticadas como as de “Survival” e “Event History Analysis” (desenvolvidas, neste capítulo, a partir do ponto 6.5), não dispensam análises descritivas da variabilidade do *timing* e destino da saída de casa dos pais ao longo do tempo e do espaço. São duas as componentes do evento da saída de casa dos pais aqui consideradas: a ocorrência do evento e o *timing* da sua ocorrência. A análise dos percentis não será levada a cabo, pois seria quase integralmente substituída pela análise do ritmo de “sobrevivência” ao evento, posteriormente desenvolvida. Por outro lado, a variabilidade da ocorrência e do *timing* da saída de casa dos pais será analisada por via das variáveis de *tempo histórico* (métrica temporal¹⁶⁹), dos países, da classe social¹⁷⁰ e da escolaridade, do género e do destino na saída de casa. As análises por tempo e por espaço nem sempre são simultâneas. A análise ao longo do tempo cumpre o objectivo de observar e analisar fenómenos demográficos mais globais, tendências geracionais mais consistentes na Europa como um só território. Por outro lado, a

¹⁶⁹ Construiu-se uma métrica temporal (de 5 em 5 anos de nascimento) que não pressupõe nenhum tipo de homogeneidade interna das *coortes* etárias criadas (não se pressupõem unidades geracionais no sentido de Mannheim), mas que proporciona continuidade temporal, visual e amostral à análise.

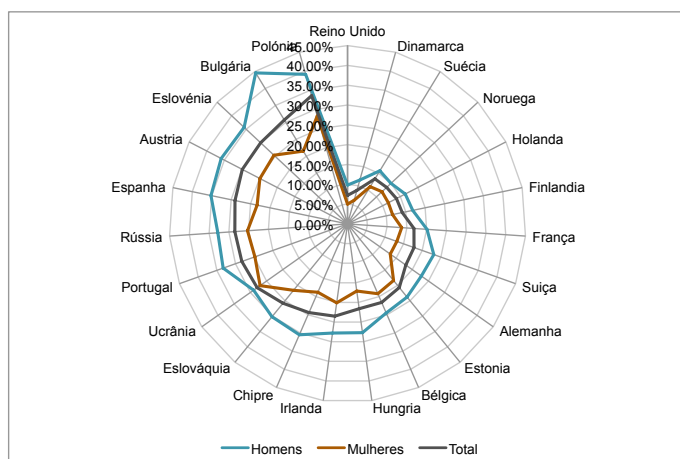
¹⁷⁰ Tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

análise ao longo do espaço Europeu cumpre o objectivo de observar e analisar a heterogeneidade europeia actual, e nesse sentido nestes casos, as *coortes* etárias mais usadas são as dos mais recentemente nascidos e que mais recentemente percorreram o período da transição para a vida adulta.

Figuras 6.6 e 6.7: Percentagem de indivíduos que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, ao longo do tempo por sexo & por países



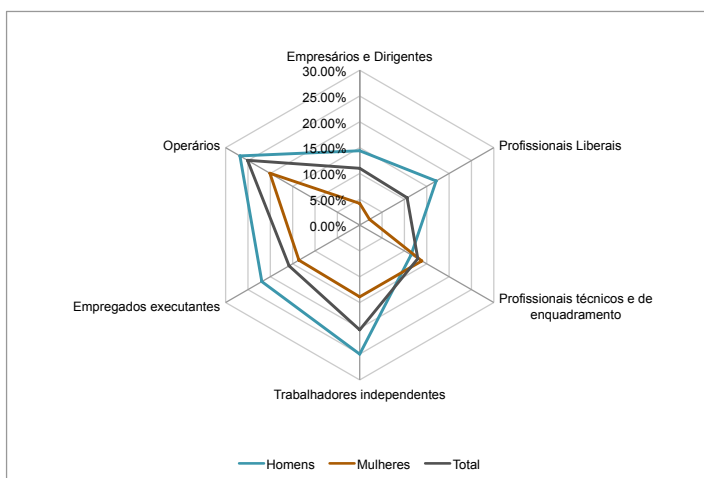
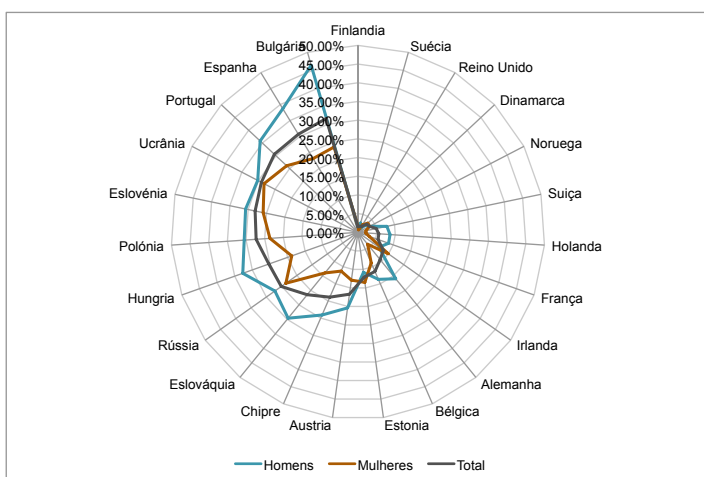
Em suma, serão analisadas variáveis *proxis* de diferentes Estados Providência e padrões demográficos (países), de composição social de cada país ou “unidade geracional” (classe social), de transições escola-trabalho (escolaridade e novamente a classe social), bem como variáveis de variação estrutural do *timing* da saída de casa como o género e o destino na saída (tipo de sincronização com a conjugalidade). A análise descritiva centrar-se-á em dois principais *quasi* factos científicos: o de que se sai cada vez mais tarde de casa dos pais e o de que essa tendência é mais acentuada nos países do sul da Europa (análise sistematizada no final deste capítulo).



A tendência crescente da idade a que se sai de casa dos pais não é linear desde o início do século (ver figura 6.6). Na verdade, a tendência mais relevante, apenas visível numa análise de longo prazo, é a de um decréscimo de jovens adultos a não terem saído de casa dos pais aos 30 anos, entre 1920 e 1935. O “efeito ampulheta” provocado pelo comportamento demográfico destas gerações já foi mencionado no capítulo 3. Entre os nascidos aproximadamente entre 1935 e 1950 atravessaram os seus 20 anos enquanto decorriam os “30 gloriosos” anos de crescimento económico (em parte consequência da execução do plano Marshall) e de expansão do Estado providência (que terminaram aproximadamente nos anos 80). Esta expansão económica tende a aumentar o ritmo da transição para a vida adulta, a

diminuir a idade média a que os eventos ocorrem, nomeadamente a saída de casa dos pais, e a substituir lógicas rurais (baseadas em tradições sobre a propriedade das terras, em trocas intergeracionais) que juntamente com obrigações morais para com membros da família mais velhos, impediam ou desaconselhavam a saída de casa em décadas anteriores.

Figuras 6.8 e 6.9. Percentagem de indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 (26 aos 35 anos em 2006) que não saíram de casa dos pais até aos 30 anos de vida, por países e sexo & por classe social e sexo



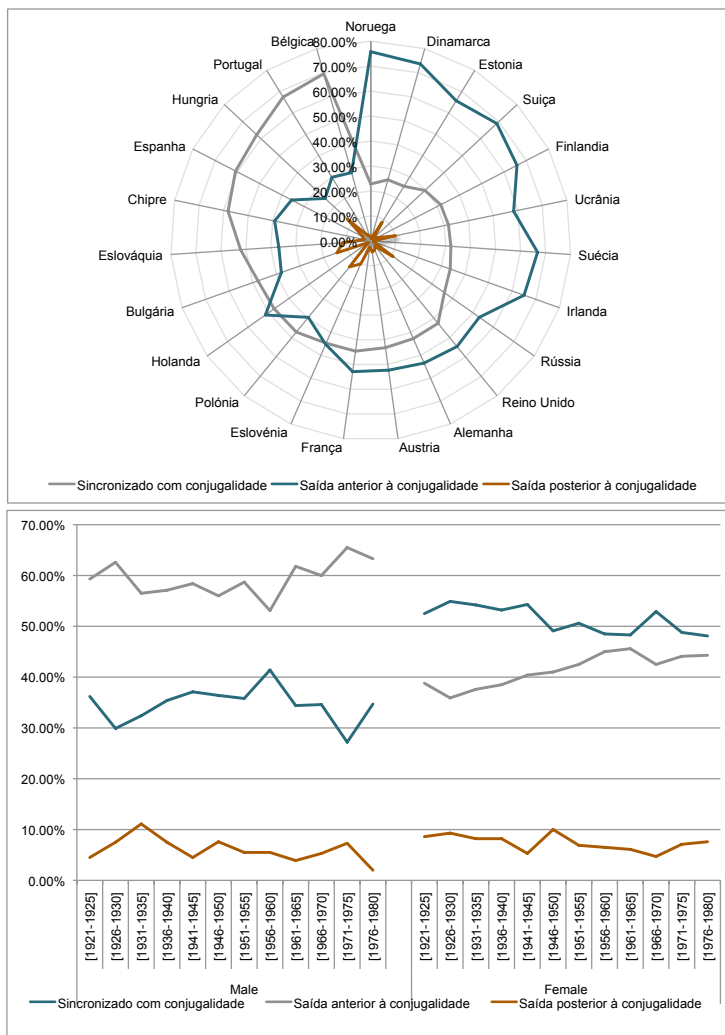
A variabilidade da permanência em casa dos pais entre os países é também muito grande. Os países onde menos jovens adultos (de vários tempos sociais e históricos) permanecem em casa dos pais depois dos 30 anos são o Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda e Finlândia. São também estes os países onde a diferença entre os géneros é menor. No extremo oposto encontram-se países como Polónia, Bulgária, Eslovénia, Áustria, Espanha, Rússia, Portugal, países onde a diferença percentual entre os sexos tende também a ser maior (a Ucrânia é uma exceção). Não obstante, as mulheres saem sempre mais cedo do que os homens.

Uma análise de indivíduos mais recentemente nascidos (entre 1971 e 1980, com cerca de 26 a 35 anos em 2006) não só confirma como intensifica, a distância entre estes dois pólos de *timing* de saída de casa. Entre os “earliest-early”, isto é, entre os países com menores percentagens de jovens a ainda não terem saído de casa dos pais aos 30 anos e os “latest-late”, isto é, países com percentagens mais elevadas de jovens que saem de casa dos pais depois dos 30 anos (Bulgária, Espanha, Portugal, Ucrânia, Eslovénia, Polónia, Hungria, Rússia, Eslováquia, Chipre).

O lugar de classe produz, para o grupo dos nascidos entre 1971 e 1980, efeitos relevantes. Pode verificar-se que os operários, os empregados executantes e os trabalhadores

independentes têm mais tendência para saídas de casa depois dos 30 anos, do que os indivíduos das restantes classes sociais. Apesar disso, não é nestes lugares de classe que as diferenças de género são mais significativas, mas sim entre os empresários e dirigentes e entre os trabalhadores independentes. A composição social reflecte os diferentes destinos na saída de casa entre os quais os mais relevantes são a saída de casa antes do casamento ou união de facto, nomeadamente para frequentar o ensino superior; e a saída de casa directamente para uma das duas situações de conjugalidade (coabitação conjugal ou casamento).

Figuras 6.10 e 6.11: Destino na saída de casa dos pais por país & Destino na saída de casa dos pais ao longo do tempo, por sexo



Deste modo, como já referido no capítulo 3, os diferentes destinos na saída de casa dos pais (destino escolar e destino conjugal) reflectem-se nas diferenças de idades a que se sai de casa entre os países, entre as gerações (Billari, 2001, 2004; Iacovou; 2001, entre outros) e ainda entre os sexos. O destino na saída de casa produz, aliás, as populares diferenças entre os países e entre os sexos. Bélgica, Portugal, Hungria, Espanha, Chipre, Eslováquia, Bulgária e Polónia são os países onde a percentagem de saídas de casa sincronizadas com a conjugalidade (coabitação ou casamento) é maior (e maior do que a saída de casa anterior à conjugalidade). Nos

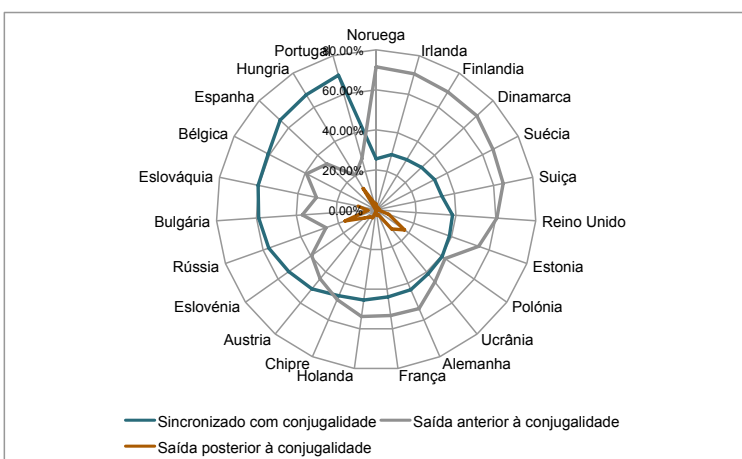
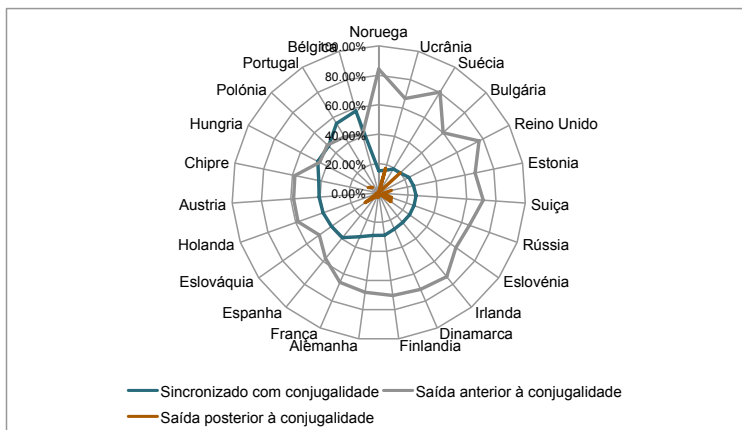
restantes países, a tendência maioritária é a de sair de casa antes de iniciar uma coabitação conjugal (estes dados serão analisados diacronicamente no final deste capítulo).

Essa mesma tendência é, aliás, tendencialmente e ao longo dos tempos, mais masculina do que feminina. Mas é também crescentemente feminina. Assim, as mulheres tendem a sair de casa mais cedo do que os homens porque, entre outros motivos,

simplesmente sincronizam essa saída com a conjugalidade e esta, por sua vez, é vivida alguns anos de vida antes dos homens (é consensual no tempo e no espaço a tendência para a diferença de idades no interior do casal heterossexual) (Bozon, 1990). A saída de casa dos pais posterior à coabitação conjugal ou casamento é residual ao longo do tempo e com oscilações praticamente irrelevantes.

A heterogeneidade europeia no que se refere às diferenças, entre os sexos, no destino na saída de casa é enorme. O padrão feminino de sincronização nas gerações nascidas entre 1971 e 1980 com sincronização com a conjugalidade como tendência maioritária só é visível em cerca de $\frac{1}{3}$ dos países (entre os quais se concentram os países do Sul e alguns da Europa de Leste).

Figuras 6.12 e 6.13: Destino na saída dos homens (nascidos entre 1971 e 1980) de casa dos pais por país & Destino na saída das mulheres (nascidas entre 1971 e 1980 de casa dos pais por país)

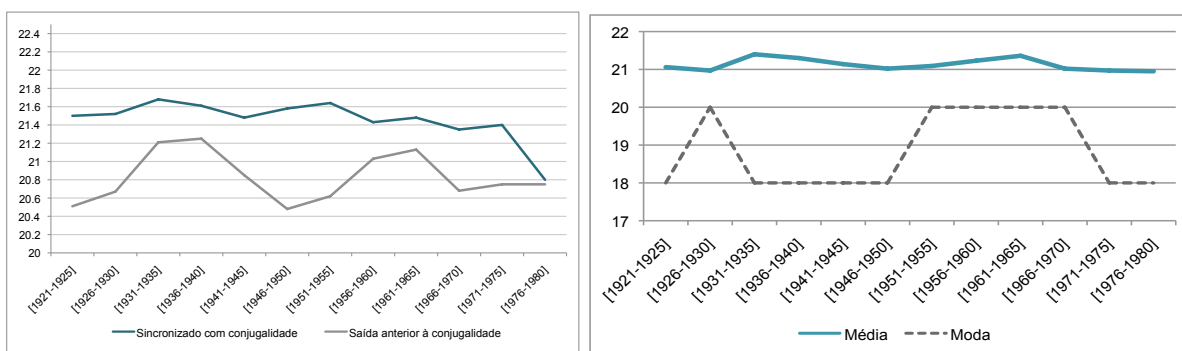


O padrão masculino de sincronização com a conjugalidade na saída de casa é muito menor. Apenas em Portugal e na Bélgica a sincronização da conjugalidade é o percurso mais comum. É de sublinhar, no entanto, que apesar dos padrões femininos de sincronização, e dos dois países excepcionais nos padrões masculinos, a saída de casa dos pais por sincronização com a conjugalidade está a diminuir em todos os países e nos dois sexos.

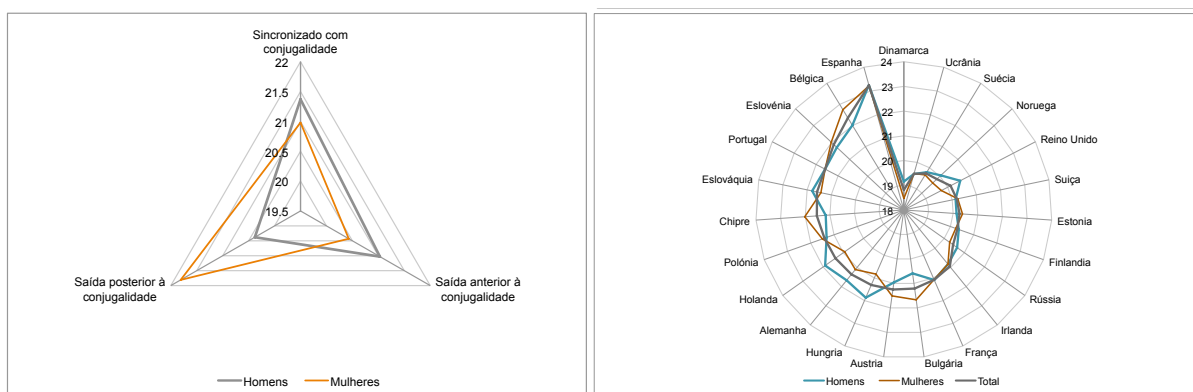
O peso que a conjugalidade informal (uniões consensuais, coabitações conjugais, uniões civis, uniões de facto, etc.) tem vindo a ganhar no total das formas de formação do casal e de conjugalidade na Europa interfere evidentemente na idade a que a sincronização da saída de casa dos pais com a conjugalidade ocorre. Pela formalidade, investimento financeiro, burocracia logística e, por vezes, religiosa associada à

cerimónia e pelo envolvimento da família, em suma, pela ritualidade do casamento, este acaba por ser mais tardio do que a união consensual não formal (ou religiosa). É por este motivo que, tal como nos indica a análise do *timing* da saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade (ver figura 6.14), a idade média na saída de casa sincronizada com a conjugalidade tem vindo a diminuir. Existe uma relativa estabilidade, desde os nascidos em 1966, na idade média de saída de casa dos pais anterior à conjugalidade. Esta estabilidade deve-se, sobretudo, à massificação do ensino superior e à tendência maioritária para, quando se sai de casa antes do casamento, ser por via da frequência do ensino superior. A idade a que se ingressa no ensino superior é fortemente estandardizada e essa tendência reflecte-se na referida “estabilidade”. Aliás, como se pode verificar na figura 6.15, a média de saída de casa dos pais é afinal bastante estável e tem ocorrido uma diminuição na idade média de saída de casa mais estandardizada (moda).

Figuras 6.14 e 6.15: Idade média na saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade ao longo do tempo & Idade média e moda na saída de casa dos pais ao longo do tempo



Figuras 6.16 e 6.17: Idade média na saída dos indivíduos nascidos entre 1971 e 1980 de casa dos pais por sincronização com conjugalidade por sexo & Idade média na saída dos indivíduos nascidos entre 1971 e



1980 de casa dos pais por sincronização com conjugalidade por sexo e por país

As mulheres tendem a sair de casa mais cedo do que os homens, e isso é válido para os dois principais tipos de saída de casa dos pais: sincronizado com a conjugalidade e antes desta.

Assim, seja porque as mulheres tendem a constituir casal com homens ligeiramente mais velhos (o que explica, em parte, a saída mais precoce do que a dos homens, quando sincronizada com conjugalidade), seja porque reprovam menos antes da frequência de ensino superior e portanto, quando saem de casa dos pais para estudar numa área de residência diferente da habitual, acabam por fazê-lo também mais cedo do que os homens. Esta diferença entre os *timings* dos dois sexos não é idêntica em todos os países. Hungria, Alemanha, Holanda e também Reino Unido são os países onde esta discrepância mais se nota. Pelo contrário, no Chipre, na Bulgária e na Bélgica as mulheres tendem a sair de casa ligeiramente mais tarde do que os homens. Ambos estes pólos não apresentam relação directa com a percentagem de percursos sincronizados com a conjugalidade. Os restantes países apresentam relativa igualdade de género no *timing* de saída de casa dos pais.

6.5 Análise de “sobrevivência” e da “história dos eventos”

Understanding an “event history” entails a consideration of not only *if* something happens, but also *when* something happens.

Janet M. Box-Steffensmeier e Bradford S. Jones (2004),
Event History Modeling. A Guide for Social Scientists, pp. 1

No final do ponto 6.3 deste capítulo, anteriormente à análise descritiva, mencionou-se brevemente o conjunto de técnicas estatísticas mais frequentes em dar resposta à análise do *timing* e da ocorrência de eventos de transição para a vida adulta (e outras transições). Antes de proceder à análise desta natureza no que se refere à saída de casa dos pais e das respectivas heterogeneidades nacional e geracional, proceder-se-á brevemente à apresentação deste conjunto de técnicas e das suas principais vantagens e limitações.

A “survival” e “event history analysis” inclui um conjunto de “métodos estatísticos que examinam o tempo até um determinado ‘evento’ ocorrer” (Mills, 2011: 2). Aliás, as “pesquisas do curso de vida têm demonstrado que o passado é um factor indispensável para compreender o presente” (Blossfeld, Golsch e Rohwer, 2007: 9). Ao envolver questões tanto de *timing* como de duração, estas técnicas têm sido utilizadas por diferentes áreas científicas. O interesse recai, assim, não apenas no *timing* da ocorrência mas na história/tempo até à ocorrência desse evento (Mills, 2011: 3). Tal ocorre porque “for many research questions, the timing of social change is at least as interesting as understanding the event culminating the history” (Box-Steffensmeier e Jones, 2004: 1).

Este conjunto de técnicas utiliza, pela natureza e pelas raízes da sua análise, uma terminologia específica. As raízes deste conjunto de técnicas são da bio-estatística (Box-Steffensmeier e Jones, 2004: 7). O evento clássico, duração até qual estes modelos examinam,

é a morte. A duração estudada é o tempo de sobrevivência, desde que o paciente se encontra em risco, até à sua morte. Assim, é natural que este conjunto de técnicas tenha sido inicialmente denominado como “survival analysis”. Estes modelos não são apenas utilizados na bio-estatística, mas também nas engenharias e nas ciências sociais. Devido às diferentes problemáticas que fundamentam a aplicação deste conjunto de técnicas em cada um destes campos de saberes, a “survival analysis” tem muitas outras denominações equivalentes: “duration models”, “survival models”, “failure-time models”, “reliability models”, etc. (Box-Steffensmeier e Jones, 2004: 2). No interior das ciências sociais e políticas, este conjunto de técnicas tem tido inúmeras aplicações, entre as quais os estudos sobre funcionamento do mercado de trabalho, análises demográficas, transições políticas, estudos sobre desigualdades sociais, trajectórias de mobilidade social, estudos sobre migração, criminologia, etc. (ver Mills, 2011: 3, Blossfeld, Golsch e Rohwer, 2007: 1, entre outros).

Há também uma terminologia da lógica por detrás dos modelos estatísticos propriamente ditos. A duração de tempo até à ocorrência é denominado de “tempo da sobrevivência” (“survival time”) ou episódio (“episode”), intervalo (“interval”) ou período do risco (“risk period”) (Mills, 2011: 4). Esta ideia do “risco” provém da aplicação inicial destas técnicas, em que o evento era a morte e a duração de sobrevivência analisaria as condições que influenciavam esse evento, desde o momento em que o doente se encontrava “em risco” de morte. Claro que a mesma metodologia por aplicar-se a qualquer outro evento, positivo ou negativo (Mills, 2011: 4). Pode significar apenas o “fim” daquele estado e passagem ou transição para um outro (Box-Steffensmeier e Jones, 2004: 8). No caso das ciências sociais, essa transição ou evento poderá ser o casamento, o nascimento de um filho, a mudança de emprego, etc.. Neste capítulo a principal transição analisada será a primeira saída de casa dos pais.¹⁷¹

Este conjunto de técnicas não se aplica indiscriminadamente a todos os objectos de estudo. São evidentemente as características do processo social em estudo que determinam ou dirigem tanto o desenho de pesquisa como a forma como os dados são analisados e interpretados (Blossfeld, Golsch e Rohwer, 2007: 4). A escolha da “métrica temporal” (idade, duração, momento, etc.) e do momento que representa o início do processo (isto é, em que a unidade de análise se encontra em risco de “falhar”- “failure”) também tem que se basear em

¹⁷¹ Transição seleccionada entre as restantes por ser especialmente responsável pela variabilidade verificada nos países europeus (Aassve, 2002) e por ser a esfera que tende a ser esquecida nos estudos sobre desigualdades (Kurz e Blossfeld, 2004).

considerações teóricas (Blossfeld, Golsch e Rohwer, 2007: 28). A definição do momento que dá início ao processo em estudo influencia todo o modelo, pois sobre ele é feita a assumpção de que ele representa a mesma “posição relativa” (por exemplo, entra-se em risco de divórcio imediatamente a seguir ao casamento, mas independentemente da idade em que este ocorreu). O mínimo de informação que se pode (e deve) ter numa história de eventos inclui esse início (a referida “mesma” posição relativa) e o fim (a transição) (Box-Steffensmeier e Jones, 2004: 8).

Uma das principais vantagens destes modelos, face aos modelos de regressão linear, é a da inclusão, no modelo, tanto das ocorrências como das não ocorrências do eventos, isto é, a da inclusão dos casos “censurados” à direita. Assim, inclui-se na análise do *timing* os casos que ocorrem fora da janela de observação. Desta forma, os modelos de “análise de sobrevivência” integram as não ocorrências (“censored cases”) no modelo (Mills, 2011). Uma segunda vantagem também possível é a utilização de variáveis independentes que variam ao longo do tempo (“time-varying covariates”) como, por exemplo, a escolaridade e a classe social, sejam integradas no modelo (apenas semi-paramétrico ou paramétricos). Por esse motivo, este conjunto de modelos é considerado mais dinâmico (Mills, 2011).

– Há vários modelos estatísticos abrangidos pelo termo “event history analysis” (Mills, 2011: 16-17), com vantagens e limitações de vária ordem:

– Não paramétrico: os modelos não paramétrico mais comuns são o “Life table estimates” e o “Kaplan-Meier”. É um método básico mas consistente, que produz bons resultados descritivos. Tem como principais desvantagens o facto de comparar um número restrito de grupos e de não permitir a inclusão de variáveis que variem ao longo do tempo (“time-varying covariates”).

– Semi-paramétrico: O método semi-paramétrico mais usado é o “Cox model”. É um modelo flexível, que permite a inclusão de várias variáveis que poderão igualmente variar ao longo do tempo. Chega a resultados similares aos modelos paramétricos, mas não tem pressupostos sobre a amostra.

– Paramétricos: Há uma série de modelos paramétricos usados: “event count models”, “multistate models”, “competing risks”, “recurrent event models”). Dada a complexidade dos conhecimentos estatísticos necessários para levar a cabo modelos desta natureza, estes modelos não serão utilizados neste capítulo.

– Análise de sequências: os dois métodos mais utilizados são os “Discrete Markov Models” e o “optimal-matching-based clustering”. Este conjunto de técnicas permitem

interpretações holísticas de toda a história de eventos mas mantêm-se ao nível da descrição. O capítulo 7 retorna a estas questões.

Neste capítulo, dado que os dados do ESS 2006 não oferecem possibilidade de introduzir “time-variate covariates”, e dada também a necessidade da incorporação de um *saber-fazer* estatístico com programas informáticos mais sofisticados e *user-unfriendly* como é o “R”, a análise será descritiva e usará o método não paramétrico do Kaplan-Meier (disponível no SPSS).

6.6 O ritmo de saída de casa ao longo do tempo: a heterogeneidade geracional

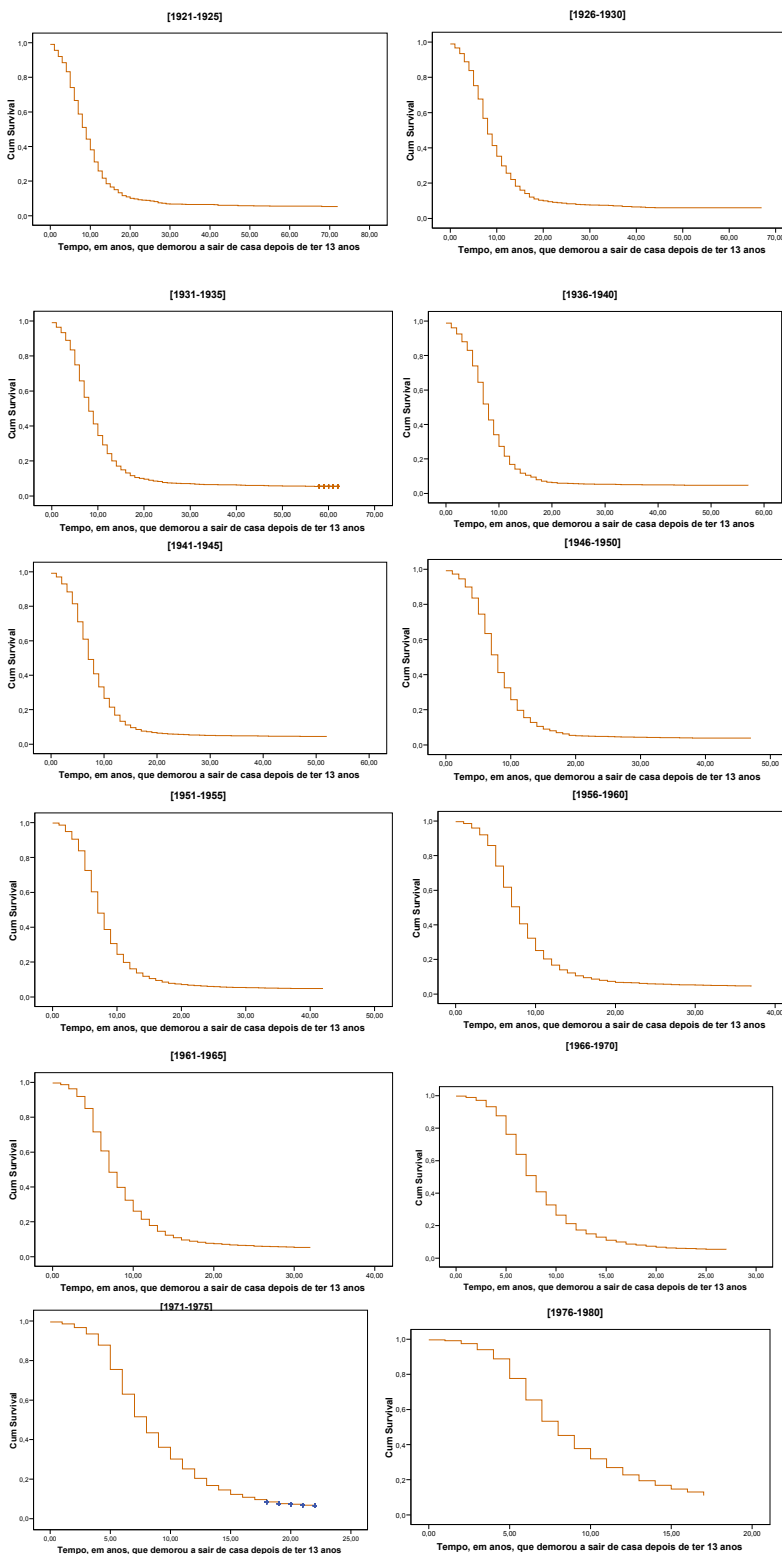
“Os jovens saem cada vez mais tarde de casa dos pais”. É esta afirmação que a seguinte análise estatística vai ajudar a discutir e esclarecer. Ela representa uma das mais populares “teses” sobre a “juventude de hoje em dia”. A análise levada a cabo a este propósito é necessariamente diacrónica, abrangendo as várias *coortes* etárias criadas numa análise comparativa. Igualmente importante é a análise da heterogeneidade nacional e de género que representam duas das mais fortes variáveis *estruturais* produtoras de mudança social do último século.

Dada a inexistência de variáveis que variem com o tempo (“time-varying covariates”), a riqueza da análise descritiva e a capacidade ilustrativa dos gráficos das “funções de sobrevivência”, o método Kaplan-Meier é o mais adequado. Além disso, complexidade acrescida, nomeadamente através do modelo de Cox, poderia tornar mais difícil e menos rigorosa a interpretação dos dados. O conjunto de gráficos seguinte (figura 6.18) devem ser lidos da seguinte forma: “uma vez com 13 anos¹⁷², quanto tempo demora cada uma destas unidades geracionais a sair de casa dos pais?”. A resposta sobre o tempo, em anos, após os 13 primeiros anos de vida, deve ler-se no eixo *x*, sendo o eixo *y* o que contém a informação sobre a percentagem de indivíduos que, até essa duração de tempo, ainda não saíram de casa dos pais (“sobreviveram” à saída de casa). Dado que foram retirados os casos de indivíduos que saíram antes dos 13 anos, bem como todos os que não continham informação sobre o ano da saída, todos os indivíduos incluídos nesta análise não tinham saído de casa dos pais aos 13 anos de idade. Assim, 100% dos indivíduos incluídos na análise (representados pelo valor 1,0 nos gráficos) estavam em casa dos pais aos 13 anos, e a inclinação da curva de “sobrevivência” indica a intensidade do ritmo com que estes começaram a sair. Quando maior

¹⁷² As saídas de casa com menos do que 13 anos eram residuais na amostra.

a inclinação, maior a quantidade de indivíduos a sair de casa num determinado intervalo de tempo.

Figura 6.18: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais depois dos 13 anos, ao longo do tempo



Uma leitura muito breve dos gráficos sugere que as unidades geracionais menos recentes apresentam um ritmo de saída de casa dos pais maior e mais precoce, é necessário ter em conta que a escala dos gráficos reflecte a variedade dos casos representados e que, por isso, a escala diminui ao longo das gerações, fazendo parecer que se trata de uma diminuição do ritmo de saída de casa. Assim, se se tomar a Europa como um todo¹⁷³, verifica-se que, em todas as *coortes* consideradas, 50% dos indivíduos tende a sair nos sete ou oito anos após concluir os 13 anos, isto é, tende a sair aos 20/21 anos e que mais 25% tende a sair de casa dos pais nos quatro ou cinco anos seguintes. A diferença, ainda assim pouco significativa, verificada ao longo do tempo é

¹⁷³ Embora se saiba que em matéria de saída de casa dos pais, a Europa não se comporta como um todo.

que os primeiros 20% de indivíduos a sair de casa dos pais depois de completarem 13 anos de vida, saíam nos três ou quatro anos seguintes mas tendem, nas *coortes* geracionais mais recentes, a demorar mais cerca de um ano a sair. Os dados representados na figura 6.15 tinham já demonstrado a relativa estabilidade da média de idade na primeira saída de casa dos pais, ficando agora confirmado igualmente o ritmo dessa mesma saída.

A afirmação de que os jovens saem de casa dos pais cada vez mais tarde é, portanto, excessiva e simplista. Esta análise meramente diacrónica, cuja interpretação resulta na homogeneidade do ritmo de saída de casa dos pais ao longo do tempo na Europa, camufla, no entanto, a forte heterogeneidade encontrada entre os países e entre os destinos dessa saída.

6.7 O ritmo e destino de saída de casa nas gerações mais recentes: a heterogeneidade europeia

“Os jovens do Sul da Europa saem mais tarde de casa dos pais do que os jovens dos restantes países da Europa”. Esta é a afirmação em que se baseia a segunda grande “tese popular” em torno da autonomia habitacional na Europa e a análise seguinte centrar-se-á na sua análise igualmente através do método Kaplan-Meier. Esta análise foi levada a cabo exclusivamente com os jovens dos 26 aos 35 anos (em 2006, momento de aplicação do questionário), por forma a concentrar a análise da heterogeneidade das gerações recém-adultas actuais, já que é a elas que a afirmação anterior se refere.

O conjunto de gráficos seguinte congrega uma muito maior heterogeneidade do que o conjunto de gráficos anterior. Por outras palavras, a heterogeneidade entre os países é muito maior do que a heterogeneidade entre as gerações. Assim sendo, o quase “pânico moral” sobre o rumo das gerações jovens actuais face à independência ou à aparente permanência em estados de dependência com a família de origem pode muito bem ser substituído pela identificação, concreta, dos percursos mais rápidos e mais lentos de conquista de autonomia habitacional e da sua relação com *clusters* de Estados-Providência na Europa. Do mesmo modo, o discurso fatalista sobre a forma com os jovens adultos de “hoje em dia” projectam e concretizam os seus cursos de vida, muitas vezes cristalizado nos exemplos dos países da Europa do Sul, pode e deve ser substituído pela necessidade de uma identificação mais consistente dos instrumentos e recursos biográficos presentes e ausentes os vários países.

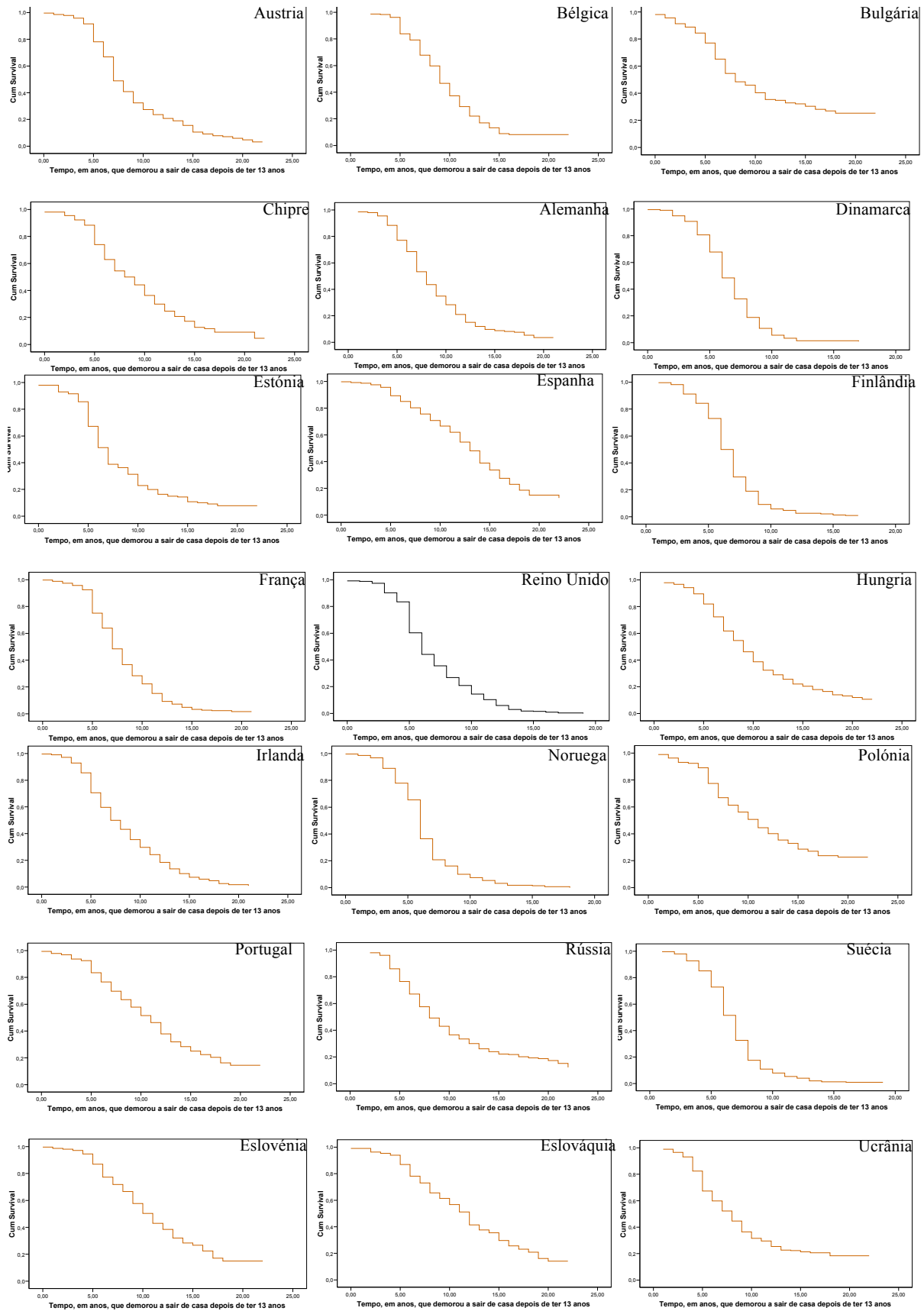
O ritmo de saída de casa dos pais nos vários países europeus é muito díspar. Os países onde se começa a sair mais cedo (ou seja, mais depressa), não correspondem propriamente a um previsível *cluster* de Estado-Providência. Este primeiro grupo é constituído pelo Reino

Unido (cerca de 40% já saíram de casa dos pais aos 18 anos), seguido da Estónia e da Irlanda (cerca de 30% já saíram cinco anos após completarem 13 anos) e da Suécia (25% já saíram neste mesmo momento das suas vidas). Pelo contrário, em países como Espanha, Portugal e Rússia, só cerca de 5% dos jovens saíram de casa dos pais aos 18 anos.

É, no entanto, aos 23 anos que as grandes e mais previsíveis diferenças entre os países tomam uma mais clara forma (como detectados em Billari, 2001, 2004; Iacouvou, 2001, entre outros). Nos países Escandinavos (Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia), apenas 10% dos jovens ainda não saíram de casa aos 23 anos. Como se verá também com o conjunto de gráficos da figura 6.22, estes são também alguns dos países com percentagens elevadíssimas e relativamente constantes ao longo do tempo de saídas de casa anteriores à conjugalidade (tenha ela a forma de casamento ou união de facto registada ou não), na ordem dos 70%. Com o cenário oposto, em países como Espanha (70%), Eslováquia (60%), Eslovénia, Polónia, Irlanda e Portugal (50%), metade ou mais de metade dos jovens com 23 anos vivem com os pais. Também na figura 6.22 se pode confirmar que, à excepção da Irlanda, estes países são também caracterizados por uma predominância mais (no caso de Portugal, Espanha e Eslováquia) ou menos estável (no caso da Eslovénia e da Polónia) de predominância de percursos de saída de casa dos pais através da conjugalidade. No entanto, uma propensão para a inversão desta tendência não é encontrada nos países de Sul aqui considerados, ao contrário do que sucede na Eslováquia e na Eslovénia (e menos consistente na Polónia) onde a proporção de jovens a sair de casa anteriormente à entrada na conjugalidade começa a ser superior à saída de casa dos pais marcada por percurso conjugal. Voltar-se-á a estes aspectos da sincronia com a conjugalidade por país mais adiante neste capítulo.

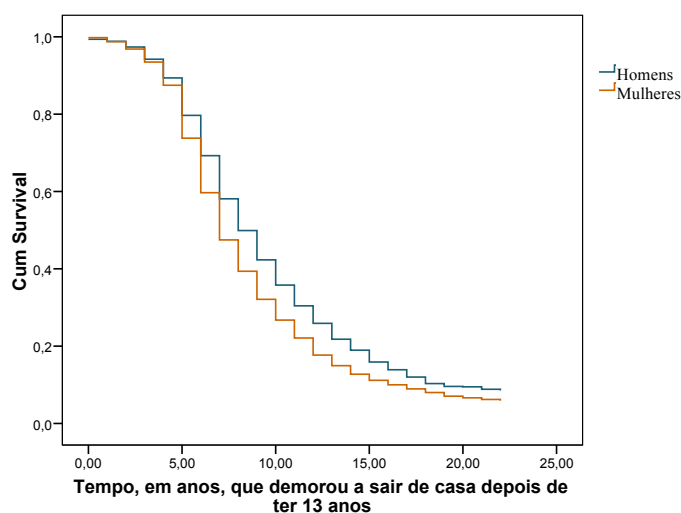
Esta tendência ainda se acentua mais quando se analisam os dados sobre onde estão os jovens aos 28 anos (15 anos depois dos 13, que por sua vez corresponde ao ponto de origem do gráfico). Podem dividir-se em três grupos os jovens com 28 anos consoante a sua situação residencial: (i) Os jovens que saíram de casa dos pais e que se incluem na consensual norma desse país. É o caso dos jovens da Dinamarca, da Finlândia, da Noruega, da Suécia e ainda do Reino Unido (que produziu o fenómeno de “catching up”, de Manting (2004 *citado por* Liebroer, 2009: 329), isto é, sai mais tarde e mais lentamente do que os países Escandinavos mas depois acelera o ritmo ao ponto de, aos 28 anos de vida dos indivíduos, estes se encontrarem em situações idênticas).

Figura 6.19: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais depois dos 13 anos no vários países europeus (jovens nascidos entre 1971 e 1980)



(ii) Os jovens que ao ainda não terem saído de casa dos pais aos 28 anos de idade representam uma minoria pequena no cenário dos seus países (na ordem dos 10%). Esta situação ocorre na Áustria, Bélgica, Alemanha, Estónia, França e Irlanda (outro fenómeno de “catching up”). (iii) Por fim, jovens que aos 28 anos não saíram de casa dos pais mas em que essa situação é partilhada por percentagens significativas de outros jovens nessa situação (na ordem dos 30%). Esta situação está representada em países como a Espanha (40% dos jovens ainda não saíram de casa dos pais), Bulgária, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Portugal (30%).

Figura 6.20: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais por sexo (para os jovens que saíram, nascidos entre 1971 e 1980)

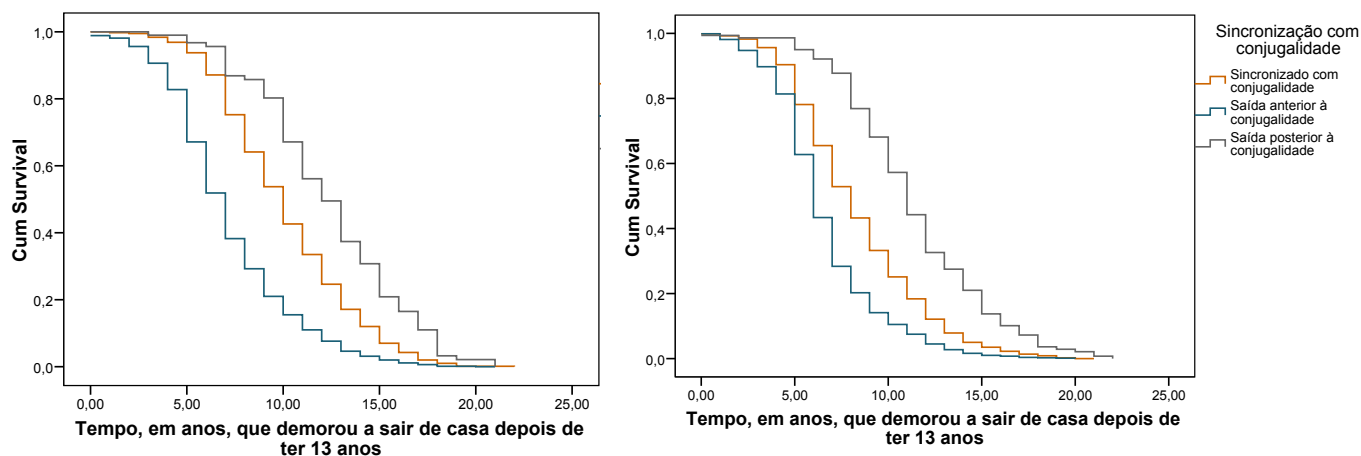


Tomando a Europa como um todo (mesmo sabendo que tal se trata apenas de um exercício analítico), o ritmo dos jovens que saem de casa antes dos 18 não se diferencia muito por sexo (figura 6.18). É no percurso seguinte que esta distinção se acentua, com as mulheres a saírem sistematicamente mais cedo de casa

dos pais do que os homens. Como se verifica no conjunto de gráficos seguintes, na figura 6.19, as mulheres saem de casa mais cedo seja por via da saída anterior à conjugalidade (com grande probabilidade para estudar) seja por via da saída por via da conjugalidade. Não apenas isso, mas a diferença entre o ritmo destas duas saídas é muito menor entre as mulheres do que entre os homens. Assim, as mulheres quando saem de casa antes da conjugalidade fazem-no em idades mais precoces do que as dos homens (muito provavelmente devido aos percursos escolares menos pautados por reprovações) e, porque tendem a entrar na conjugalidade mais cedo do que os homens (tendência transversal aos vários países e ao longo do tempo), quando saem de casa por via da conjugalidade também tendem a fazê-lo mais cedo do que os homens. Assim, o ritmo de saída das mulheres de casa dos pais é mais acentuado e tal não se justifica por um dos tipos de saída de casa, mas por ambos, precisamente porque o regime de género (Connell, 1994) produz as suas interferências nos percursos escolares (que dão origem à saída

de casa anterior ao casamento), e ainda de forma mais forte nos percursos de conjugalidade e formação de família.

Figura 6.21: Curvas de “sobrevivência” Kaplan-Meier para a saída de casa dos pais por sincronização com conjugalidade (para os jovens que saíram, nascidos entre 1971 e 1980), para o sexo masculino e para sexo feminino



6.8 Recapitulação

A análise conjugada dos vários dados compilados neste capítulo leva à conclusão de que a heterogeneidade do *timing* de saída de casa ao longo das gerações é menor do que a heterogeneidade entre os países, seja ao longo do tempo, seja para as gerações nascidas entre 1971 e 1980 (com 26 aos 35 anos no momento do inquérito-2006). Como se verificou, esta heterogeneidade no ritmo de saída de casa está profundamente relacionada com o motivo da saída de casa, pelo que se usa o conjunto dos gráficos seguintes para uma recapitulação do exposto neste capítulo. Não sendo este o lugar para um exercício de “demografia histórica”, a seguinte análise resume e conclui os dados apresentados e discutidos neste capítulo.

A grande diferenciação entre os países, em termos de média de saída de casa e de ritmo de saída de casa dos pais nas gerações de jovens adultos mais recentes é, não por coincidência, acompanhada pelas proporções que os diferentes destinos nas saídas de casa dos pais ocupam nos diferentes países (Iacovou, 2001; Billari, 2001, 2004, entre outros) e pela estabilidade ou oscilações dessas mesmas proporções. O próximo conjunto de gráficos ilustra, então, simultaneamente, algumas das *causas próximas* e *causas remotas* (historicamente falando) da heterogeneidade europeia.

Dois grupos de países são relativamente coerentes na forma como se comportam, de forma consideravelmente estável ao longo do tempo, face às três variáveis mencionadas: média da saída, ritmo da saída e destino na saída:

(1) Médias baixas, ritmos rápidos, saídas tradicionalmente (ao longo do tempo) anteriores à conjugalidade: Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia. Partilhando religião, estados providência¹⁷⁴, espaço geográfico, e padrões de continuidade social relativamente ao padrão maioritário de saída de casa dos pais ao longo da grande parte do último século, os jovens nestes países tendem a sair de casa, em cerca de 70%/ 80% dos casos, antes da entrada na conjugalidade. Por esse motivo, aos 23 anos apenas cerca de 10% dos jovens ainda permanece em casa dos pais. É uma saída de casa “estandardizada” na medida em que 80% dos jovens nascidos entre 1971 e 1980 (dos 26 aos 35 anos no momento da entrevista) saíram de casa entre os 18 e os 23 anos. Cerca de 80% desta população sai de casa dos pais em aproximadamente 5 anos. Tal sucede porque o motivo da saída é não só partilhado (não sendo conjugal), como é um dos exemplos da institucionalização do curso de vida nas sociedades contemporâneas. A entrada no ensino superior, com oscilações mínimas decorrentes de anos de pausa, de reprovações e de “year off’s” tirados entre o fim da escolaridade secundária e o ingresso no ensino superior, etc., é pautada pela organização do próprio sistema escolar, cujo processo de institucionalização se inicia desde logo com a idade definida para a entrada no ensino primário público. Todas as crianças, independentemente do seu contexto escolar, entram para a escola com a mesma idade (ou com idades cuja diferença nunca é superior a 12 meses). A saída de casa dos pais dos jovens escandinavos é estandardizada e, aliás, modal. Estandardizada porque há um enorme consenso em torno da idade-padrão em que se sai de casa (intervalo de 5 anos, aproximadamente, em média em torno dos 20 anos) até mesmo transversal ao sexo e muito provavelmente devido à expressão percentual da categoria modal do motivo da saída (não conjugal); modal e provavelmente normativa, porque este mesmo padrão de saída de casa dos pais, não conjugal, tem sido constante ao longo da grande parte do último século.

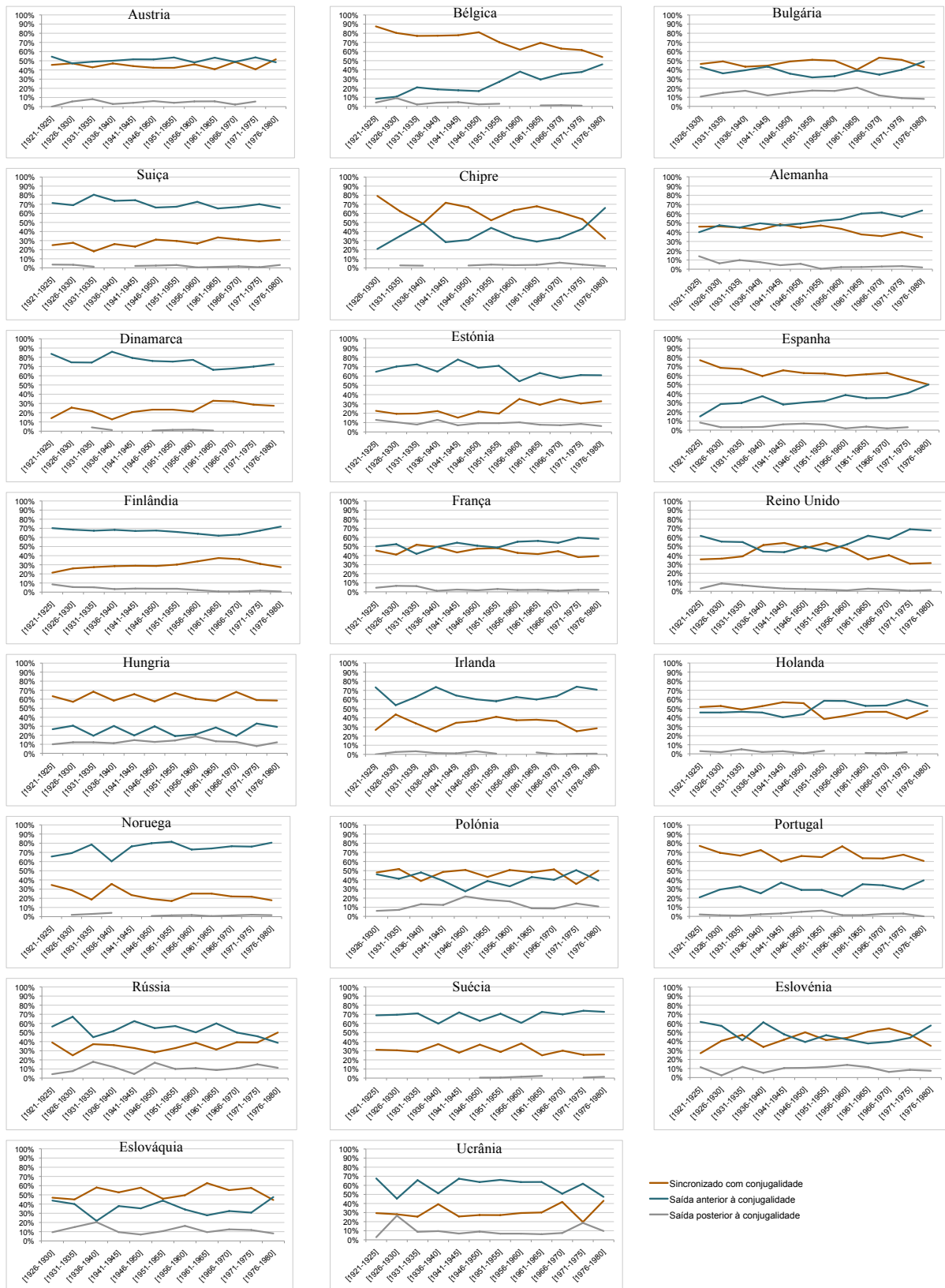
Outros países aproximam-se da Escandinávia nesta matéria, partilhando algumas mas não todas das suas características (com é o caso da Suíça). O Reino Unido apresenta também médias relativamente baixas e ritmos de saída também rápidos, mas a saída de casa anterior à conjugalidade como preponderante é um fenómeno mais recente. A Estónia apresenta também características próximas deste conjunto de países mas, inversamente ao que sucede no Reino Unido, a posição maioritária da saída de casa anterior à conjugalidade tem vindo a perder predominância. A aproximar-se de algum conjunto de países, é deste que igualmente a Ucrânia se aproxima, apresentando médias de saída de casa relativamente baixas, ritmos de

¹⁷⁴ Ver Esping-Andersen (1990, 1993).

saída relativamente elevados mas preponderância da saída de casa anterior à conjugalidade menos relevantes (e até decrescentes). É possível que no caso da Estónia e da Ucrânia a grande diferença entre os sexos no motivo de saída de casa dos pais esteja relacionada com o serviço militar, e que este se reflecta nestas elevadas percentagens de saída anterior à conjugalidade e ao seu decréscimo ao longo dos tempos (figura 6.12).

(2) Médias altas, ritmos lentos, saídas tradicionalmente (ao longo do tempo) conjugais: Espanha, Bulgária, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Portugal. Partindo de um quadro de religiões e de espaços geográficos dissemelhantes e transições democráticas com diferentes características e coordenadas temporais, estes países partilham condições concretas e estruturais que levam a uma saída de casa dos pais mais tardia, mais lenta e menos estandardizada. Uma característica muito importante, já apresentada no capítulo 3, é a da ausência de um mercado de arrendamento abundante e fértil, que sirva o propósito dos arranjos habitacionais provisórios, transitórios e mais propícios a vivências de autonomia habitacional não conjugais. Neste conjunto de países, tal como no anterior, aliás, o ritmo da mudança social no que toca aos destinos de saída de casa dos pais é muito lento. A relação entre as proporções da saída conjugal e da anterior à conjugal é muito grande mas constante e fruto de continuidades históricas. Tal é também verdade para os países escandinavos. Assim, os extremos desta tipologia são ambos marcados por “long-term cultural continuities” (Aassve *et al.*, 2002: 260, Billari, 2004:15) e não apenas os países do Sul ou Leste Europeu, para os quais as explicações culturais tendem a ser, quase exclusivamente, utilizadas. Se se considerar que os próprios estados-providência reflectem essas mesmas continuidades, isto é, se se entender a cultura como causa última da formação de estados-providência diferenciados (Billari, Philipov e Baizán, 2001; Billari, 2004), esta ressalva é ainda mais óbvia.

Figura 6.22: Tipo de sincronização com conjugalidade na saída de casa dos pais dos ao longo do tempo por país



Também a este conjunto de países se aproximam outros que, partilhando de algumas características, não se resumem às tendências descritas. É o caso do Chipre e da Bélgica, com

idades elevadas de saída de casa dos pais; e da Hungria e da Bélgica, que também apresentam elevada estabilidade na relação de proporção entre a saída conjugal e anterior à conjugalidade.

Para concluir, pode afirmar-se que uma análise dos *timings* e ritmos actuais de saída de casa dos pais que vá para além das causas próximas (no tempo e no efeito de causalidade) torna-se definitivamente menos fatalista do que uma análise baseada na “bênção” das continuidades culturais (nomeadamente dos países do sul da Europa). Serviu, portanto, a análise produzida neste capítulo para esclarecer que:

1. Não são só os países de sul que são alvo de continuidades culturais. Aliás, uma determinada, específica e muito peculiar “cultura de estado” é típica dos países Escandinavos. A cultura (ou continuidades culturais), como variável explicativa, não pode ser associada apenas aos países do Sul da Europa, nem ser associada necessariamente a uma função de travão de mudança social.¹⁷⁵
2. As diferenças entre os países é maior do que a diferença entre as gerações.
3. A relação de proporção entre saída conjugal e saída anterior à conjugalidade está associada à idade média de saída de casa e ao ritmo de saída em praticamente todos os países.
4. Os países com relações menos “coerentes” entre a idade média, ritmo e destino de saída de casa, ou com comportamentos mais amenos nestas variáveis, apresentam fortes tendências de mudança e de possível futuras “afiliações” a um dos grupos mencionados: o da médias baixas, ritmos rápidos e saídas anteriores à conjugalidade.
5. Todos os países apresentam tendências manter, ou inverter para, a predominância percentual da saída de casa dos pais anterior à conjugalidade, considerada a causa próxima da idade do ritmo da saída de casa dos pais.

¹⁷⁵ Nesta categoria da cultura costuma caber a religião do país (mesmo que para as gerações mais novas, o nível de religiosidade seja baixo ou decrescente e que hajam evidências de separação entre os valores católicos e as manifestações legais da “cultura” como em constante mudança como são exemplo a aprovação legal da interrupção voluntária da gravidez e do casamento entre pessoas do mesmo sexo), a desconsideração analítica pelo facto da permanência de muitos jovens se prender com a dependência financeira dos pais sobre eles (ver capítulo 10), a retrocausalidade que poderá existir entre não dar importância à autonomia habitacional e sair tarde de casa (é possível que os jovens saiam tarde de casa não porque não valorizam a autonomia mas sim porque ao terem dificuldade em sair de casa, desvalorizam e “des-individualizam” esse evento social). Para um maior pormenor nestes argumentos ver Nico (2011).

7.

A VARIABILIDADE NAS SEQUÊNCIAS DAS TRANSIÇÕES: UMA ANÁLISE DIACRÓNICA DA (DES)ESTANDARDIZAÇÃO DO CURSO DE VIDA

The new individualization hypothesis is difficult to demonstrate by empirical study because it requires a systematic analysis of the timing and sequencing of adult transition markers used on an adequate times series both before and after the mid 1960. Although no such study has been conducted, some evidences suggest that the transition to adulthood has indeed become more variable since the 1960s.

Michael Shanahan (2000), *Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective*, pp. 671.

No capítulo 5 ficou clara a intenção de recorrer, nesta parte II, a análises que (i) desagreguem a análise dos vários elementos que compõem o conceito de individualização¹⁷⁶ e de *desestandardização* (os *timings* e as sequências dos eventos¹⁷⁷); (ii) que agreguem numa mesma estratégia analítica a ocorrência e a não ocorrência dos eventos (tanto através da *survival analysis* como da análise de sequências das transições ocorridas e não ocorridas até aos 35 anos¹⁷⁸); (iii) que tenham em conta a mudança e as continuidades sociais ao longo do tempo em maior ou igual medida do que têm em conta a heterogeneidade no interior da Europa (análise por *coortes* etárias ou tempo histórico-social e análise por países)¹⁷⁹; e, finalmente, (iv) que fujam às análises *mainstream* ora em Portugal, ora com dados da natureza dos do *European Social Survey* 2006 (muito baseadas na análise das idades médias

¹⁷⁶ Que desmontem, portanto, o que se denominou de “pacote da individualização”, no capítulo 2 (p. 60).

¹⁷⁷ No capítulo 6 e no presente capítulo, respectivamente.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ Porque “as diferenças entre sociedades são impressionantes mas a heterogeneidade interna é igualmente enorme” (Billari, 2004:17).

ou modais dos eventos que efectivamente já ocorreram, incluindo todas as *coortes* etárias nessa análise e desenvolvendo a análise comparativa apenas por países).¹⁸⁰

Debruçando-se sobre o mesmo módulo do ESS 2006 usado no capítulo anterior, a presente análise permite investigar processos que ficam omissos na análise dos *timings* e do ritmo de ocorrência dos eventos transicionais, mesmo quando esta não se cinge à análise das médias e/ou das modas (como é o caso da análise de *survival*). Além disso, a estreita relação entre o *timing* e a sequência da entrada em novos papéis sociais, com grande passado de negligência (Hogan, 1978: 574), produz novas necessidades metodológicas à análise do mero *timing* (Marini, 1984: 82). Considere-se, por esse motivo, a análise do presente capítulo não apenas como complementar à do capítulo anterior, mas modificadora do olhar que àquele deve ser dirigido, nomeadamente das limitações interpretativas que agora ficam explícitas e resolvidas.

É necessário o reforço da distinção, com consequências metodológicas, analíticas e, em última instância, teóricas, entre duas das características da popular *desestandardização* do curso de vida: o prolongamento temporal do processo de transição para a vida adulta (abordado indirectamente no capítulo 6) e o aumento de variabilidade não apenas no *timing* como também nas sequências das transições (Liefbroer, 2009: 316; Corijn e Klijzing, 2001: 328). Sironi argumenta ainda que para a análise do grau de heterogeneidade nos padrões transicionais, a sequência temporal é um indicador de rigor superior ao do *timing* (2009: 64), ideia largamente partilhada, desde a sua génese, na comunidade científica interessada por esta temática (Abbott, 1995, 2001; Marini, 1984; Hogan, 1978; Billari, 2001, entre outros). Pollock refere ainda que a complexidade inerente às transições e a relativa dependência entre as transições de esferas diferentes, exige metodologias que não se cinjam apenas a um tipo de transição (de cada vez) mas sim que analisem toda a trajectória (2007: 169). O termo “carreira” tem precisamente conceptualizado essa ideia de uma inter-relacionada sequência de eventos quer profissionais (esfera em que foi inicialmente utilizada), quer habitacionais ou conjugais (Pollock, 2007: 169).

Ao enfatizar, ao contrário da perspectiva do ciclo de vida, a heterogeneidade e a diversidade na estrutura e nos processos, a perspectiva do curso de vida não pode ficar-se pela abordagem apenas das médias ou modas dos padrões transicionais, mas também da sua variabilidade (Mitchell, 2007 [2006]: 21). Neste âmbito, neste capítulo tenta trazer-se “the

¹⁸⁰ A título de exemplo de análises agregadas dos vários elementos que compõem a *desestandardização* do curso de vida, ver Pais e Ferreira (2010).

course back into the life course” (Aisenbrey e Fasang, 2010), complementando a análise dos *timings* do capítulo anterior com uma análise descritiva das sequências temporais da ocorrência de 5 eventos, a saber: primeira experiência profissional, primeira vez que saiu de casa dos pais, primeira coabitação conjugal, primeiro casamento e nascimento do primeiro filho. Permanecem excluídos desta análise outras duas importantes características distintivas dos processos biográficos contemporâneos, os conceitos de reversibilidade e de intencionalidade¹⁸¹, que só poderão ser abordados com os dados recolhidos de fonte primária e de cariz qualitativo, tratados na parte III, circunscrita a Portugal.

7.1 Desestandardização: veredictos através da análise das sequências

De uma forma provocatória, Rindfuss, Swicegood e Rosenfeld perguntaram, em 1987, “Disorder in the Life course: how common and does it matter?”. Tacitamente questionavam, por um lado, a desmedida popularidade da ideia de uma *massificação* da desordem das sequências na transição para a vida adulta e, por outro, a ideia de que às trajetórias lineares ou normativas estava associado um bem sucedido curso de vida e às trajetórias não lineares ou não normativas estava associado um mal sucedido ou problemático curso de vida (ver as hipóteses de trabalho de Hogan, 1978). De facto, a análise da *desestandardização* começou inicialmente associada à ideia de que havia uma sequência ordenada e uma sequência desordenada, e que a esta dicotomia estava associada uma dicotomia normativa.¹⁸² Hogan referia nos anos 80 que “the normative schedules regarding transition events not only specify the appropriate age for each event, but also prescribe an appropriate sequence of those events” (1980: 262). Furstenberg chama a atenção para esta ideia, de que no início dos estudos na perspectiva do curso de vida, o planeamento, o *timing* e a sequência ordenada das transições de papéis sociais aumentavam a probabilidade de um curso de via bem sucedido (Furstenberg, 2005: 156).¹⁸³ Assim, “the concept of normative timetable implies a preferred sequence of

¹⁸¹ Referida por Shanahan (2000: 670).

¹⁸² Em Hogan (1978), por exemplo, as tipologias de transição para a vida adulta foram construídas tendo como critério a distância à transição normativa. Por exemplo: “escola-trabalho-casamento” seria a transição normativa; “trabalho-escola-casamento” corresponderia a um nível de não normatividade; “escola-casamento-trabalho” corresponderia também a um nível de não normatividade; “casamento-trabalho-escola” corresponderia ao nível máximo de não normatividade, por não respeitar nenhum dos pares de sequências envolvidas neste trio de eventos.

¹⁸³ É muito possível que o que esteja em causa na relação entre estas duas variáveis seja um processo de “retro-causalidade”, em que o efeito ocorre antes da sua causa.

related activities or stages in a line of activity, and thus invites research on determinants and consequences of deviant sequences or disarrangements (Elder, 1974: 176)” (Hogan, 1978: 574).

Esta ideia, de que falar de “ordem” (norma) implicaria falar de “desordem” (desvio), foi sendo posteriormente questionada (Elder e O’Rand, 2009: 440). Assim, a *desestandardização* deixou de ser encarada nesta visão dicotômica e passou a ser associada à teoria da individualização. Deste modo, actualmente “não existe um único padrão de transição que seja legitimamente declarado de ‘normativo’, seja estatística ou culturalmente” (Dannefer, 2002: 652). Bras, Liefbroer e Elzinga, mesmo referindo-se à segunda metade do século XIX, referem que “we cannot speak of one clear standard trajectory” (2010: 1030).

Não há uma norma e vários desvios, mas simplesmente, vários tipos de trajetórias. Há, no entanto, uma evidente continuidade na pertinência das questões referidas anteriormente, como aliás se pode depreender do título de um relevante artigo nesta área, de Brückner e Mayer em 2005: “De-Standardization of the Life Course: What does it mean? And if it means anything, whether it actually took place?”. Se há, apesar de tudo, consenso em torno deste conceito é o de que estudar a variabilidade das trajetórias para a *adulthood* e da sequência das transições que as compõem é simultaneamente analisar a estratificação social, a estrutura social e a demografia de uma sociedade (Shanahan, 2000). Definições conceptuais mais actuais da *desestandardização* do curso de vida apontam para “um processo cujos estados, eventos e as suas sequências são diversificados na população, ocorrem em idades dispersas e têm durações também dispersas (Brückner e Mayer 2005:32). De uma forma mais simples, *desestandardização* refere-se à variação entre os cursos de vida individuais e, por isso, a “distância entre as sequências providencia o indicador ideal para a *desestandardização* porque consegue captar a diferença entre os processos dos cursos de vida e a forma como estes evoluem ao longo do tempo” (Aisenbrey e Fasang, 2010: 448).

Confusão conceptual e presunção da *desestandardização*

Although the concept of standardization is central to discussions about the developments in the life course during the last century, it is hard to define exactly what it entails.

Hilde Bras, Aart Liefbroer e Cees H. Elzinga (2010), *Standardization of Pathways to Adulthood? An analysis of Dutch Cohorts Born Between 1850 and 1990*, pp. 1016.

A evolução do conceito da *desestandardização*, bem como a sua proximidade conceptual e explicativa a outros fenómenos, tem provocado o uso indiscriminado de conceitos como des-institucionalização, *desestandardização*, individualização, pluralização e diferenciação

(Brückner e Mayer, 2005: 31). Porque as mudanças destes fenómenos não ocorrem necessariamente todas na mesma direcção ou ritmo, este uso indiscriminado ou, como se denominou no capítulo 2, em *pacote* ou em *bloco*, vem obscurecer as variações e evoluções inter-independentes destes conceitos que devem, portanto, ser analisados separadamente (Brückner e Mayer, 2005: 31). Além disso, “estes conceitos, quando analisados separadamente, podem ser indicativos de múltiplos processos de mudança social que poderão não ter nada a ver com a (des)standardização dos cursos de vida” (Brückner e Mayer, 2005: 35).

Brückner e Mayer (2005) tentam desfazer este nó conceptual, contribuindo para um esclarecimento rápido e pragmático sobre a especificidade de cada um destes conceitos. Far-se-á de seguida uma pequena súmula dessa contribuição, que se julga ser importante como preâmbulo de uma análise da *desestandardização*. A institucionalização refere-se ao processo pelo qual as regras normativas, legais ou organizacionais definem a organização temporal dos cursos de vida. Pode referir-se a idades legais para casar, entrar ou sair da escola, entrar ou sair do mercado de trabalho. Na sua forma contrária, a *desinstitucionalização* refere-se a estados, eventos ou transições que, outrora muito diferenciados no tempo, estão agora fundidos. Um exemplo forte é o da relação entre escola e trabalho, que se têm tornado esferas mais síncronas do que propriamente autónomas.¹⁸⁴

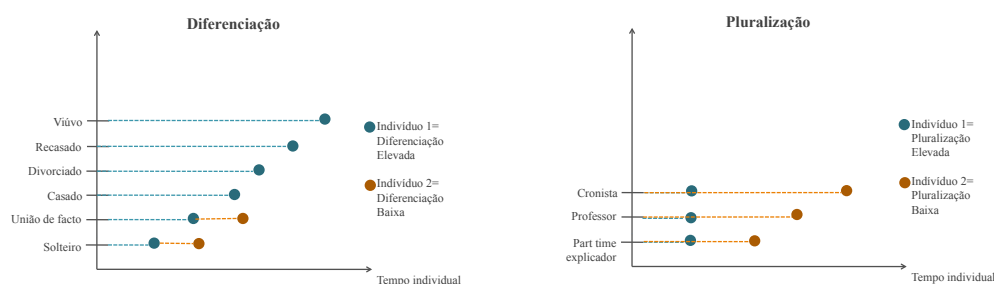
A diferenciação refere-se ao número crescente de diferentes estados (civis, por exemplo: casado, solteiro, viúvo, divorciado, separado, etc.) em que um indivíduo se encontra ao longo da sua vida (Brückner e Mayer, 2005: 33).¹⁸⁵ O conceito de pluralização refere-se ao número crescente de diferentes estados em que um indivíduo se pode encontrar num determinado momento da sua vida, por exemplo, o número crescente de indivíduos com múltiplos empregos. A standardização, por seu turno, refere-se a processos através dos quais determinados estados e as sequências em que estes ocorrem se tornam mais universais para determinados sectores da população ou o seu *timing* se torna mais uniforme. Por outro lado, a

¹⁸⁴ Dado o facto deste capítulo se referir a uma espécie de atlas europeu da *desestandardização* (ou como Dannefer denomina, “a global geography of the life course” (2002: 651-652), – e não a um estudo de caso nacional- não foi possível recolher e interpretar estas informações para cada um dos países, pelo que não se irá analisar o processo de institucionalização ou desinstitucionalização na Europa. Abbott afirma que a demografia histórica é demasiado importante (e complexa) para ser deixada nas mãos de demógrafos (2005: 12). Eu acrescentaria que nas de sociólogos também.

¹⁸⁵ Não é possível fazer esta análise com os dados do ESS 2006 porque o módulo não recolheu dados verdadeiramente longitudinais, mas apenas os de entrada nos principais papéis sociais.

desestandardização refere-se aos eventos, estados e respectivas sequências que vão sendo característicos de pequenas ou específicas parcelas da população ou ocorrem em idades mais dispersas.¹⁸⁶ Por fim, o termo da individualização é muitas vezes invocado para se referir a muitos dos conceitos anteriores. É, porém, um conceito mais interpretativo do que explicativo, segundo o qual os indivíduos têm maior controlo sobre as suas vidas e é desse maior controlo que advém a maior variedade de projectos e trajetórias de vida (Brückner e Mayer, 2005: 33).¹⁸⁷

Figura 7.1: Pluralização e Diferenciação Exemplificadas



Shanahan, em 2000, chamava a atenção para o facto da nova hipótese de individualização ser muito difícil de demonstrar devido aos requisitos metodológicos e amostrais que são necessário para esse efeito. Não obstante, a *desestandardização* do curso de vida, especialmente na entrada na vida adulta é tida como uma premissa relativamente consensual nos estudos sobre juventude e transições para a vida adulta. Tornou-se, portanto, premissa antes de se ter tornado conclusão. Ora segundo Brückner e Mayer (2005: 31), a falta de precisão no uso dos conceitos acima apresentados, bem como a falta de observação sistemática dos indicadores correctos, veio contribuir para essa generalização e repetição irresponsável de conclusões inexistentes (Brückner e Mayer, 2005: 31).

7.2 Procedimentos e efeitos metodológicos

Não há consenso metodológico relativamente à melhor forma de medir a *desestandardização* (Elzinga e Liefbroer, 2007: 226). Não obstante, usar as sequências das transições para a vida adulta na análise da *desestandardização* providencia, no pior dos casos, uma análise complementar àquela investiga apenas um evento (ou seja, uma transição de cada vez), ainda que tendo em conta o seu *timing* e a sua duração (ou seja, o ritmo com que este ocorre). Uma análise complementar a esta é, portanto, aquela que procede à análise das transições de

¹⁸⁶ A dispersão das idades a que os eventos ocorrem foi abordada no capítulo 6.

¹⁸⁷ Aspectos abordados, pela própria natureza dos dados recolhidos, na parte III.

estatuto e de papel social de uma forma holística e continuada no tempo, isto é, da análise das “trajectórias”, como a que se realizará neste capítulo. É na distinção entre “transição” (discreta, isto é, que ocorre num momento do tempo) e “trajectória” (holística, isto é, que se constitui por várias transições de várias naturezas ao longo do tempo) que se consubstancia teoricamente a distinção entre diferentes tradições estatísticas, a saber, a “event history analysis” (EHA) e a “sequence analysis” (SA). Calvo distingue estes dois conceitos referindo que “a trajectória é o resultado último da estratégia pessoal adoptada como bússola durante a juventude para planificar a construção do futuro adulto, identificado com certos objectivos estatutários e de mobilidade social (Gil Calvo 2011). Por sua vez, as transições juvenis são as tácticas esgrimidas a curto e a médio prazo com vista a tentar alcançar, à luz das oportunidades disponíveis, os objectivos estratégicos previamente adoptados.”(Calvo, 2011: 39).

Transições (eventos) e trajectórias (carreiras)

The life course consists of interlocking trajectories or pathways across the life span that are marked by sequences of events and social transitions.

Glen H. Elder Jr. e Angela O’Rand (2009),
Adult Lives in a Changing Society, pp. 431

Embora teoricamente a perspectiva do curso de vida atribua, ainda que implicitamente, superioridade teórico-analítica ao conceito de “trajectória” (relativamente ao de transição), na medida em que enfatiza que um evento deve ser analisado na sua continuidade temporal e na sua relação com os outros eventos, a maioria das pesquisas quantitativas no âmbito da sociologia do curso de vida baseia-se na análise do *timing* de uma transição ou na comparação de *timings* de diferentes transições (sendo a EHA o método de eleição) (Aisenbrey e Fasang, 2010: 421). Elder, não enfatizando a superioridade do conceito de trajectória, sublinha a sua complementaridade com o conceito de transição, afirmando que “the concepts of trajectory and transition are central themes in contemporary studies of the life course dynamics (...). They represent both the long and the short view on analytic scope (...). Transitions are always embedded in trajectories that give them distinctive form and meaning” (Elder, 1985: 31).

Independentemente da existência de uma relação de superioridade relativa entre estes dois conceitos, eles são considerados a matéria prima fundamental da perspectiva do curso de vida, constituindo-se como um importante “conceptual apparatus” para compreender e descrever o curso de vida, na medida em que indicam estabilidade e mudança, ao longo do tempo, de determinados papéis sociais (Macmillan e Eliason, 2002: 532, ver também Mitchell, 2007 [2006]: 17-18). Macmillan e Eliason esclarecem que as trajectórias,

conceptualmente similares à noção de “carreira”, constituem-se pela sequência, duração e ordem da passagem e permanência em determinados papéis sociais, ao longo do tempo. Já o conceito de “transição” refere-se meramente aos movimentos de entrada e de saída em papéis sociais (2002: 532).

Assim, a distinção entre estes dois conceitos encerra igualmente uma distinção da natureza do tempo envolvido. A transição, por exemplo, para o casamento, é definida pela mudança de um estatuto (solteiro ou viúvo, por exemplo) para o de casado num *momento* finito e discreto do tempo; enquanto que a trajectória, por exemplo, profissional, envolve todas as mudanças, intervalos e sobreposições ocupacionais ao longo da vida, isto é, no *movimento* ao longo da estrutura etária (individual). A superioridade do conceito de trajectórias nas pesquisas sobre transição para a vida adulta justifica-se pela forma como este dá uma resposta, holística, à interdependência entre os inícios das várias carreiras e os desenvolvimentos das mesmas. A sequência e sincronização entre eventos merecem uma atenção específica (Billari, Philipov e Baizán, 2001:4). De facto, a “ocorrência e o *timing* dos eventos da carreira conjugal e familiar durante a transição da juventude para a *adulthood* depende parcialmente do progresso que os jovens adultos fazem nas restantes esferas da vida” (Liefbroer, 2009: 327).

Tradições estatísticas

This relatively strong focus on outcomes seriously limits the life course approach. The social process doesn't have outcomes. It just keeps on going.
Andrew Abbott (2005), *The historicality of Individuals*, pp.2

A falta de consenso metodológico referido anteriormente reflecte-se não apenas na distinção não hierarquizada entre o conceito de transição e o de trajectória mas também nos métodos estatísticos nos quais estes são protagonistas. Como já foi referido, se por princípio, as trajectórias dão melhor resposta às interrogações levantadas pelo aparelho teórico da perspectiva do curso de vida, a EHA, que trabalha com o *timing* e com duração das transições, tem tido o maior protagonismo entre as técnicas adoptadas por esta perspectiva.¹⁸⁸ É caso para citar Abbott quando diz, referindo-se à excessiva importância dada à *causalidade* (leia-se, baseada em modelos estatísticos lineares) na sociologia dos Estados Unidos, que “our

¹⁸⁸ De facto, existe uma “crença colectiva” de que os modelos lineares são a única forma de formalização de teorias (Abbott, 2001: 38).

theoretical hearts are one place, our empirical heads another” (Abbott, 1998: 149).¹⁸⁹ Além disso, muito do desenvolvimento da perspectiva do curso de vida é devido à sua relação, quase monopolizadora, com a técnica da EHA (Mayer, 2009: 14). De facto, “as questões teóricas de interesse para a sociologia do curso de vida nas últimas décadas exigem não apenas a recolha de dados longitudinais mas também o desenvolvimento de métodos apropriados para os analisar” (Aisenbrey e Fasang, 2010: 451), e os que implicam relações de causalidade foram aqueles que mais adeptos conquistaram.

Reflectindo diferentes preocupações teóricas, os rumos metodológicos dicotizaram-se entre analítico e holístico, unidos por um conhecimento baseado na demografia (Shanahan, 2000: 683). O rumo analítico encontra correspondência na tradição da EHA, enquanto que o rumo holístico (que foi desenvolvido na presente pesquisa) encontra correspondência na análise das trajetórias, especialmente em forma de sequências (Mayer, 2009). No primeiro pretende-se encontrar factores explicativos para o *timing* e duração de um evento, no segundo pretende-se encontrar padrões de proximidade entre sequências.¹⁹⁰ Estes dois rumos, consubstanciados na EHA e na SA, têm as suas raízes em diferentes tradições ou “culturas estatísticas” (Breiman, 2001 *citado por* Aisenbrey e Fasang, 2010: 424) (ver quadro 7.1). Apenas recentemente surgiu uma terceira solução metodológica, que concilia alguns dos aspectos em que as duas tradições divergem. Trata-se dos “growth curve models” que, trabalhando com trajetórias, também incorporam factores causais (Mayer, 2009: 15).

Quadro 7.1. *Event history analysis* e *Sequence analysis* na Sociologia do Curso de vida

	Event history analysis	Sequence analysis
Conceito teórico	Transição/ Duração	Trajectória
Objectivo: Identificação de	Probabilidade de uma transição/duração	Padrões temporais de equivalência sequencial
Tradição científica	Cultura dos modelos estocásticos	Modelos algoritmos
Pressupostos sobre os dados	Gerados por processos estocásticos	Nada / “caixa negra”

Fonte: Silke Aisenbrey e Anette Fasang (2010), *New Life for Old Ideas: The "Second Wave" of Sequence Analysis Bringing the "Course" Back Into the Life Course*, pp. 424

¹⁸⁹ Referindo-se, assim, à relativização que teoricamente é feita aos modelos de causalidade encontrados estatisticamente, mas ao fundamentalismo destes métodos no que toca à sua escolha e à assertividade da apresentação dos seus resultados. No entanto, apresenta igualmente um paradoxo: “for ease of computing has made regression itself a descriptive method (...) and taken as a descriptive technique, regression is quite poor.” (Abbott, 1995: 173-174).

¹⁹⁰ Tanto a EHA como a SA são termos que englobam uma série de técnicas estatísticas mais específicas. Para um completo mapeamento, consultar Mills (2011). Entre os mais populares da EHA estão o *survival analysis*, o *Piecewise Constant Exponential Model* e o *Cox Model*; e o mais popular entre a SA é o *optimal matching*.

Potencialidades e limitações podem ser encontradas em ambas as tradições. Não falando em defesa de uma, mas de ambas, não deixa de ser importante identificar os problemas e limitações que a cada uma delas têm sido apontados, para mais adiante se argumentar em favor das potencialidades de uma análise das sequências. Os problemas da EHA, face à SA, estão inerentes às limitações do próprio conceito de transição, que não permite analisar o movimento, no tempo, dos indivíduos, nem o efeito das sequências (Abbott, 2001: 51). Por esse motivo, e pelo monopólio exercido por esta técnica no interior da sociologia do curso de vida, algumas questões teóricas que implicam o conceito de trajetórias têm sido pouco exploradas (tais como as relacionadas com padrões de vida holísticos) (Aisenbrey e Fasang, 2010: 421). De facto, “a maioria dos estudos tem-se centrado nas mudanças em determinados eventos da transição para a vida adulta. No entanto, as mudanças sociais afectam os cursos de vida como um todo, influenciando não apenas o timing destas transições mas também a sequência e espaçamento entre elas” (Bras, Liefbroer e Elzinga, 2010: 1014).

Apesar destas críticas, a sociologia do curso de vida tem oferecido muitas mais ao rumo estatístico holístico, especialmente à técnica específica do *Optimal Matching*, que se tornou o mais frequente tipo de análise no âmbito da SA.¹⁹¹ Esta frequência é tão elevada que as técnicas de *optimal matching*¹⁹² e as de SA em geral são muitas vezes consideradas sinónimos e as críticas oferecidas à primeira são geralmente entendidas como críticas oferecidas ao grupo mais vasto de técnicas (Aisenbrey e Fasang, 2010: 424). Além do *Optimal Matching*, existe também a menos usada *event structure analysis*, de Heise (Abbott, 2000: 4).

Em 1995, Abbott anunciava uma revolução silenciosa que estaria prestes a ocorrer nas ciências sociais, em que se abandonavam as unidades se voltavam para o contexto, dos atributos para as relações, das causas para os eventos (Abbott, 1995: 93). Faria então companhia a outras ciências, cuja tradição de uso deste conjunto de técnicas é mais antiga, como é o caso da psicologia, da linguística, da ciência política, da arqueologia e, mais recentemente, novamente pela economia (Abbot 1995: 94). Os primeiros algoritmos, apesar

¹⁹¹ Pode verificar-se o nível de consenso e estabelecimento de cada uma das técnicas pelo teor das revistas científicas onde os artigos são publicados. Enquanto que os que usam a EHA são publicados em qualquer tipo de revistas, do critério mais temático e substantivo, ao critério mais estatístico; os de SA tendem a ser publicados, ainda, em revistas de teor mais quantitativo e estatístico, ainda carecendo de validação a este nível.

¹⁹² Desenvolvida, aliás, para a análise das sequências do DNA (Abbott, 2000: 4).

de terem aparecido em 1970, só foram usados pela primeira vez nas ciências sociais em 1986 (Abbott, 2000: 5).

São três as principais críticas oferecidas a esta técnica, ou, como refere Abbott, a este conjunto de técnicas (Abbott, 2000:04). Uma, ou não fosse ela proveniente dos “rivais” adeptos da EHA, consiste em desvalorizar técnicas estatísticas que não procuram encontrar predictores ou factores explicativos de um determinado fenómeno. Esta crítica é facilmente diminuída face às vantagens de considerar a interdependência dos eventos. Abbott afirma que a diferença entre estes dois conjuntos e técnicas corresponde a duas formas de se olhar para os processos históricos (2001: 164) e duas formas formais de conceptualizar as “carreiras” (2001: 162) ou, se se quiser, as trajectórias sociais. À crítica referida, Abbott e Tsay “respondem”, aliás, de forma irónica e argumentativa:

Causal analysis is the only true science. Yet, what produced biology’s modern understanding of evolutionary trees? Accurate description and numerical taxonomy, known to us as cluster analysis. What has quintupled our ability to find drugs with specific powers? Sequence analysis, a descriptive technique. (...) Thus, we should not assume that science must be about causality. Much of real science is description.

Andrew Abbott (1998), *The causal devolution*, pp.174.

A segunda crítica mais frequente, e ainda polémica, refere-se às opções de *clustering* das carreiras/sequências, muito questionadas na sua natureza e na sua qualidade. Na sua natureza porque alguns autores afirmam que a proximidade (substantiva ou conceptual) entre diferentes sequências não consegue ser medida estatisticamente e que qualquer opção de agrupamento de várias sequências com base na homogeneidade interna do grupo criado, deve ser tomada com base na teoria e no conteúdo dos dados. Na sua qualidade porque, relacionado com a primeira razão, nenhum dos algoritmos desenvolvidos para agrupar sequências terá conseguido (i) resolver a complexidade da medição da proximidade entre vários eventos transicionais e (ii) provar que a qualidade desses agrupamentos, acusados muitas vezes de serem arbitrários, é maior do que a que poderia ser atingida com base em critérios substantivo-teóricos. Esta é a crítica que mais tem alimentado o debate em torno destas tradições rivais, a de que os critérios para calcular a similaridade entre pares de sequências, ou sequências inteiras, é arbitrária (Wu, 2000). Há um terceiro conjunto de críticas, mais pontuais e específicas, que tem a ver com o conteúdo que se coloca nas próprias sequências na medida em que algumas apenas se referem à ordem, outras também à duração, e outras

ainda às modalidades dos eventos.¹⁹³ Alguns autores defendem, por isso, que deve uma análise mais primária das sequências, com grandes fundamentos descritivos (Mouw, 2005), mesmo que não tenha conta a duração ou a modalidade dos eventos.¹⁹⁴

Muitos dos sociólogos do curso de vida mais “moderados” não deixam de reconhecer que parte dos desenvolvimentos futuros nas pesquisas do curso de vida passam em grande medida pelo desenvolvimento técnico, reconhecimento e estabelecimento entre os pares, deste conjunto de técnicas (Raffe, 2009: 11; Mills, 2011). Abbott (que não deve ser considerado propriamente “moderado” na defesa destes métodos) refere mesmo que “anybody who believes that pattern search techniques are not going to be basic to social sciences over the next 25 years is going to be very much surprised” (2000, 75). Apesar desta tentativa de “self fulfilling prophecy”, a SA permanece até hoje um instrumento analítico marginal (Pollock, 2007: 178).

A defesa deste conjunto de técnicas é tão acérrima quanto a sua crítica (como comprovam Abbott, 1995, 1998, 2005; Abbott e Tsay, 2000; Pollock 2007; Aisenbrey e Fasang, 2010, entre outros). Este conjunto de técnicas é vista como um instrumento capaz de resolver o desequilíbrio do uso dos dois conceitos fundamentais do curso de vida – transição e trajetória. Segundo Aisenbrey e Fasang, a SA consegue recuperar o conceito de trajetória (negligenciado), o “curso” propriamente dito, para a análise (2010: 421). Estes autores enunciam igualmente que valor acrescido tem este conjunto de técnicas face ao da EHA: “(a) permite a implementação metodológica do conceito, teoricamente valorizado, das trajetórias, (b) permite a medição rigorosa dos processos centrais do curso de vida- diferenciação e *desestandardização*, (c) não se baseia em assumpções nos processos de geração de dados e (d) proporciona uma perspectiva compreensiva que é informativa sobre populações ou grupos de população que não estão em risco de experienciar uma determinada transição” (Aisenbrey e Fasang, 2010: 423, ver também Abbott, 2000: 26).

Limitações dos dados do ESS 2006 e de conhecimento estatístico de SA e ainda deixar que os agrupamentos de sequências fossem guiados pela teoria, encaminharam a análise das sequências num sentido mais desagregado e descritivo. Com este sentido escolhido, a análise assegurou as vantagens e mais valias deste método face ao da EHA mas salvaguardou-se de alguns dos riscos estatísticos que uma análise desta complexidade acarreta. A análise das

¹⁹³ Alguns exemplos serão apresentados nos procedimentos estatísticos descritos neste capítulo.

¹⁹⁴ Apenas possível e necessário quando se analisam várias carreiras ao mesmo tempo (ver Pollock, 2007).

sequências em que consiste este capítulo é, como já referido, compartimentada pelas componentes analíticas e pelas grandes variáveis (coordenadas) do estudo da continuidade e mudança sociais: tempo social (*coortes* etárias que organizam o tempo, variável contínua), espaço geográfico (todos os países participantes no ESS 2006), espaço social (classe social, escolaridade, sempre que possível) e sexo.

No âmbito dos estudos do curso de vida, a transição para a vida adulta é uma área promissora. Para além disso, um dos tipos de estudos emergentes é a análise da variabilidade nas trajetórias de entrada nos papéis sociais adultos ao longo do tempo histórico (Shanahan, 2000: 667), análise a que neste capítulo se procederá.

Procedimentos estatísticos

As potencialidades de análise de dados de natureza longitudinal são inúmeras e complexas. O “vector do tempo” (Abbott e Tsay, 2000:10) nos dados é uma vantagem na medida em que apenas este tipo de dados pode realmente indicar a sequência dos eventos através dos quais os indivíduos transitam para a vida adulta (Mouw, 2005: 257). Mas pode também ser uma armadilha. Já foram brevemente indicados, no capítulo 5, os problemas que o facto dos dados do ESS 2006 não serem, realmente, longitudinais levanta. Mas esse facto, juntamente com a ilusão de que qualquer tipo de análise que se faça a partir de dados parcialmente longitudinais é uma análise ao longo do tempo, seja ele individual ou histórico, promove algumas armadilhas analíticas, em que é fácil cair, que se passa a enunciar e as quais se tentou evitar.

A primeira vaga de problemas é pré-analítica e tem que ver com a falta de variáveis ou limitações do tipo de resposta específicas da base de dados usada:

- Não se inclui a variável da saída do sistema escolar (mesmo sabendo que poderia ser reversível, como, de resto, todos os outros sobre os quais se recolheu informação) (Sironi, 2009; Liefbroer, 2005);
- Não inclui dados sobre se a coabitação e o casamento são com o mesmo cônjuge;
- Não inclui dados sobre o tipo de primeira saída de casa dos pais (escolar, familiar, profissional, lazer, etc.);
- E, claro, não é verdadeiramente longitudinal, o que impede a construção de uma base de dados como a que Pollock (2007) usou:

Figura 7.2: Exemplo de base de dados longitudinal para análise de seqüências

Case	Sequences for the following years:									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1	1211	1211	1211	1211	1212	2222	2232	1232	1232	2232
2	2552	2552	2552	2552	2552	2752	2752	2752	2452	2452
3	2451	2451	2451	6451	6451	6451	3451	2451	2451	2451
4	2211	6211	6211	6211	2211	2211	1211	1211	2211	2211
5	3212	1212	1212	2212	1212	1212	1212	1212	2212	1212
6	6351	3351	6351	6351	6351	2351	2351	2351	2351	2351
7	2752	2252	2252	2252	2252	2252	2252	2252	2252	2152
8	2752	2752	2752	2752	2752	2752	2752	2252	2252	2252
9	1252	1252	1252	1252	1252	2252	1252	1252	1252	1252
10	1252	1252	2252	2252	2252	2252	1252	1252	1252	2152

†Although not all present in this table, the full set of variable codes is shown to inform discussions in the text of the analysis of the full data set: first digit, employment status (1, self employed; 2, employed; 3, unemployed; 4, retired; 5, maternity leave; 6, family care; 7, full-time student or at school; 8, long term sick or disabled; 9, on a Government training scheme); second digit, housing tenure (1, owned outright; 2, owned with a mortgage; 3, local authority rented; 4, housing association rented; 5, rented from employer; 6, rented private, unfurnished; 7, rented private, furnished); third digit, marital status (1, married; 2, separated; 3, divorced; 4, widowed; 5, never married); fourth digit, responsible for children under 16 years old (1, yes; 2, no).

Fonte: Pollock, 2007

A segunda vaga de problemas é analítica. Em bases de dados desta natureza, que lidam com cursos de vida individuais ao longo do tempo, as unidades de análise primárias têm que ser obrigatoriamente o tempo (capítulo 6) ou o indivíduo ao longo do tempo (presente capítulo). As dimensões da *desestandardização* só podem ser avaliadas com base em dados de nível individual. Os equívocos analíticos seguintes são dos mais frequentes:

- Não desagregar o tempo histórico (através de *coortes* etárias ou usando como variável contínua);
- Operacionalizar o conceito das seqüências dos eventos não ao nível individual mas com base em médias nacionais;
- Proceder à análise das médias de eventos ocorridos sem análise complementar (integrada ou não), das não ocorrências e do ritmo.
- Incluir toda a trajetória dos indivíduos, independentemente da idade, isto é, não “cortar” a trajetória a uma idade que considera ser, para os objectivos de estudo, o denominador comum mais relevante.

Dadas as potencialidades e as limitações dos dados, foram tomadas opções metodológicas que de seguida serão, de forma sistemática, apresentadas e fundamentadas.

1. A codificação das seqüências

As opções de codificação foram constrangidas pelas características dos dados de fonte secundária e inspiradas por uma solução encontrada por Mouw (2005). Na figura 7.3, podemos verificar que a matriz de codificação corresponde a uma ordem “normativa” ou “modal” de transição para a vida adulta: acabar os estudos (leaving *Education*); entrar no

mercado de trabalho (entering the *Labour market*); casamento (*Marriage*), ter filhos (*child Birth*).

Figura 7.3: Exemplo de base de dados para análise de sequências (apenas primeiros eventos em cada esfera)

RANK	SEQUENCE	MALE %	FEMALE %
	E, L, M, B		
1	1111	7.7	13.5
2	1134	7.2	5.1
3	1114	4.6	5.5
4	12..	6.4	2.6
5	1141	4.5	3.2
6	13.1	2.2	4.2
7	4111	1.8	4.4
8	1411	3.0	3.0
9	11..	3.6	2.0
10	1234	2.9	2.4
11	21..	2.6	2.6
12	113	3.1	1.6
13	123	2.8	1.4
14	1133	2.4	1.3
15	1341	1.7	1.9
16	1331	1.3	2.3
17	1..1	.9	2.5
18	11.1	1.8	1.5
19	1143	2.3	.9
20	11.3	1.6	1.4
21	2134	1.4	1.4
22	1224	1.6	1.0
23	312	1.0	1.4
24	111	.9	1.4
25	4123	1.5	.8
26	4113	.9	1.2
27	12.3	1.2	.8
28	4311	.9	1.1
29	3114	.6	1.2
30	1...	1.1	.6
31	All other	24.7	25.7

Note. Sequence refers to the timing in which the events E, L, M, B occurred.
* Indicates that the event has not occurred by age 35.

Com base nesta matriz, os códigos correspondiam à ordem segundo a qual aqueles eventos ocorreram pela primeira vez. Esta codificação não tem em conta nem os intervalos entre os eventos nem as idades em que estes ocorreram, mas apenas a sua ordem relativa e a sua ocorrência ou não ocorrência (Mouw, 2005: 268). Além disso, esta codificação tem propósitos maioritariamente descritivos e tipológicos, tal como os que guiam este capítulo, onde estas opções de codificação foram replicadas. As diferenças fundamentais entre a codificação dos dados deste capítulo e a codificação de Mouw (2005) referem-se ao número de eventos e ao uso do 0 para a não ocorrência e do 9 para a insuficiente informação (ou não resposta). Estes aspectos serão apresentados com mais pormenor mais adiante.

2. A idade individual

A partir de uma certa idade, todos os indivíduos inquiridos viveram o seu período de transição para a vida adulta. Uns terão demorado pouco, outros muito, o que não será comparável se não se criar uma “temporalidade estandardizada” (Abbott, 2000: 10). Assim, não se poderá comparar ocorrências e não ocorrências de eventos de pessoas com 70 anos com pessoas com 40 anos, por exemplo. Para corrigir, ou melhor, *estandardizar* o tempo de vida para a análise do transição, todos os cursos de vida foram “cortados” aos 35 anos de idade. As respostas às perguntas, retrospectivas, só têm validade se corresponderem a idades anteriores aos 35 anos de idade, para todas as *coortes* consideradas. Assim, a janela de observação é dos 0 aos 35 anos. Desta forma, todos os eventos que ocorreram depois dos 35 anos, para os indivíduos com todas as idades, foram codificados como “não ocorrência até aos 35 anos”. A opção dos 35 permite diluir na análise das sequências a diferença de concentração e de prolongamento da juventude nas gerações mais recentes, permitindo equiparar sequências o mais completas e comparáveis possível. Vários autores optaram igualmente por esta idade, ou próxima, para

aplicar este procedimento (Mouw, 2005; Halpin e Chan *citado por* Abbott, 2000:17; Elzinga e Liefbroer, 2006 optaram pelos 30 anos, Billari, 2004 optou pelo intervalo dos 18 aos 34 aos).

3. *O tempo histórico*

As trajetórias podem ser construídas com base em dois “templates temporais”. Um é “time-dependent” e o outro “age-dependent” (George, 2009: 165). No caso da codificação das trajetórias individuais, tanto no capítulo anterior pela análise do *timing*, como neste capítulo, as opções foram baseadas no tempo individual, a idade. No entanto, no que se refere à análise da variabilidade destas trajetórias individuais ao longo do tempo, as opções basearam-se no tempo social e histórico. A opção mais rigorosa, e que menos pressupostos relativamente à homogeneidade interna das “unidades geracionais” (Manheim) acarreta, seria a de tratar o tempo como uma variável contínua. Tal seria, aliás, mais fiel à heterogeneidade de unidades geracionais homogêneas entre os países. Este tipo de opção foi, no entanto, estrangida pelos dados. Não existem inquiridos para todos os anos de nascimento, nem número equivalente de inquiridos para os anos de nascimento dos mesmos. Assim, criaram-se unidades, não geracionais, mas simplesmente de tempo, de 5 anos (como fizeram, por exemplo Elzinga e Liefbroer, 2006). Estas cumprem o objectivo, visual e amostral, de continuidade temporal e, simultaneamente, não assumem qualquer tipo de representatividade “geracional”. A análise por *coortes* etárias permite simplesmente “revelar a mudança social ao associar idade a tempo histórico” (Buchmann e Kriesi, 2011: 481).

4. *A tipologia*

A análise que se segue é descritiva (como a de Mouw, 2005). As descrições e as tipologias têm sido particularmente importantes para os que se interessam pelas transições juvenis (Pollock, 2007: 179). Devido também ao problema, que subsiste, de validação dos *clusters* das sequências (Abbott, 2000), as tipologias substantivas criadas foram-no com critérios de distinção teórica e não de proximidade de padrões métricos. Estes critérios e sua interpretação, serão adiante desenvolvidos. Toda a *método-lógica* deste processo está, desta forma, transparente.

Componentes analíticas das sequências

A *desestandardização* do curso de vida é um fenómeno complexo que deve, para rigor da sua análise e compreensão, ser desagregado nas suas várias dimensões. Como se verá de seguida, as sequências são, do ponto de vista dos dados, apenas a matéria prima de vários

indicadores.¹⁹⁵ Estas sequências, neste estado mais bruto, serão a partir deste ponto referidas como combinações. No entanto, para se chegar às tipologias destas combinações, várias opções metodológicas foram tomadas, opções essas que na óptica da reflexividade do investigador e da transparência da *metodo-lógica* de que se falou no capítulo 4, são agora enunciadas e apresentadas, e brevemente exemplificadas.

Combinações

Sequências das ocorrências e não ocorrências de eventos por ordem temporal (sem codificação)

Esta variável pode ser considerada a matéria prima deste capítulo. A sua construção consistiu na codificação, ao nível individual, da ordem dos eventos que já ocorreram, da não ocorrência e da falta de informação. O quadro seguinte ilustra este processo. O número de combinações possível é na ordem do milhar e por isso a sua análise desagregada é bastante inútil (George, 2009: 168). De sublinhar que esta sequência tem informação não apenas sobre a ordem dos eventos que ocorreram mas igualmente sobre a não ocorrência de eventos. A análise do crescimento do número de combinações possíveis não é um claro sinónimo da análise da *desestandardização* (Brückner e Mayer, 2005: 48), mas apenas um indicador, entre outros.

Quadro 7.2: Exemplo de codificação das combinações

Ano do primeiro trabalho	Ano da primeira saída de casa	Ano da primeira coabitação	Ano do primeiro casamento	Ano do nascimento primeiro filho(a)	Código das combinações
1950	1951	1951	0	1953	12203
0	0	0	0	0	0
9	9	9	9	9	9
1999	0	0	2005	2004	10032
1989	1993	9	1998	1999	12934
2000	2001	2001	2001	2005	12223

Legenda: 0 'Não ocorreu até aos 35 anos'; 9 'Sem informação/ não resposta'.

Número

Codificação por número de eventos já ocorridos

Quantas eventos, entre os 5 possíveis e até aos 35 anos, já ocorreram em cada um dos cursos de vida individuais? Esta variável dá resposta a esta pergunta. Esta variável permite, então, avaliar o ritmo de ocorrências nas várias esferas da vida ao longo dos tempos e países,

¹⁹⁵ Os mais comuns são, segundo Shanahan (2000: 667), a variabilidade dos marcos transicionais a dispersão (variação na idade, que foi abordado no capítulo 6), a sequência (presente capítulo, sob a forma de combinações), o grau de co-ocorrência (aqui denominado de densidade) e a duração dos intervalos entre eles (não abordado na presente análise). Também se analisa a distância temporal da ocorrência face ao intervalo esperado (como nos referem McLeod e Almazan, 2002: 395).

independentemente do seu grau de co-ocorrência. Para além de contribuir, de forma indirecta, para uma análise do *timing* dos eventos, esta variável contribui igualmente para entender se o tão popular prolongamento da juventude passa por processos de aceleração, capazes de tornar os cursos de vida aos 35 anos idênticos (em número de transições) aos do passado recente.

Quadro 7.3: Exemplo de codificação do número

Exemplo de Combinação	Código e Rótulo do Número	Porcentagem
01200	1 'Um ou dois eventos'	22.1
12003	3 'Três eventos'	30.9
12234	5 'Quatro ou cinco eventos'	68.3
0	0 'Nenhum evento'	7.6
9	9 'Informação insuficiente'	0.8

Densidade

Codificação por grau de co-ocorrência

Esta variável foi inspirada na afirmação de que o período da transição para a vida adulta é um período particularmente denso do ponto de vista demográfico (Rindfuss, 1991: 496). Aqui, densidade referir-se-á ao curso de vida individual, na medida em que corresponde ao nível de co-ocorrência dos eventos. Esta variável permite-se comparar, ao longo das gerações e dos territórios, quão compacto (denso) está este período ou, pelo contrário, quão desmultiplicado está. Assim, os eventos podem ter ocorrido todos em anos diferentes (2), pode existir uma vaga em que dois ou 3 eventos ocorreram ao mesmo tempo (3), podem existir duas vagas, isto é, dois “empates” de ocorrências (4), pode também existir uma quase total coincidência temporal de eventos (em que um está “excluído” desse momento) (5) e pode haver uma total coincidência temporal dos eventos (transição em bloco).

Quadro 7.4: Exemplo de codificação da densidade

Exemplo de Combinação	Código e Rótulo de Densidade	Porcentagem
12345	2 'Desmultiplicado'	10.5
12234	3 'Uma vaga'	53.5
02211	4 'Duas vagas'	8.4
11211	5 'Quatro coincidentes'	4.4
11111	6 'Totalmente coincidente'	0.2
99910	9 'Informação insuficiente'	22.9

Amplitude

Diferença em anos entre o primeiro evento e o último (quando ocorreram 4 ou 5)

Esta variável, numérica, pretende dar conta da amplitude do período das transições para a vida adulta. Como, obviamente, quanto menos transições ocorrem, menos tempo foi necessário para o fazer, não se comparou, entre e intra gerações, o incomparável. Assim, para

o cálculo desta amplitude, só se consideraram os casos em que os indivíduos já fizeram 4 ou 5 transições (independentemente da ordem ou co-ocorrência dos mesmos).

(Des)ordem: Micro-tipologia do curso de vida

Tipologia dos cursos de vida com características de proximidade/afastamento à normatividade/linearidade

Com alguma contribuição das variáveis criadas anteriormente, foi criada uma proposta de tipologia de cursos de vida com base numa grande distinção e identificação das suas *nuances*. A grande distinção baseou-se na existência de linearidade, aqui entendida como ordem crescente dos eventos (porque previamente ordenados normativamente) ou, se se quiser, ordem normativa dos eventos (trabalho, saída de casa, coabitação, casamento, filho). Assim, os percursos denominados de lineares são aqueles que, com interrupções ou algumas não ocorrências específicas, “respeitam” a ordem normativa dos acontecimentos (a cinzento claro); e os percursos não lineares são aqueles que não cumprem a ordem normativa de algum ou alguns pares de eventos (a branco). As várias interrupções ou não ocorrências (no caso dos percursos lineares) e os “incumprimentos” da ordem normativa (no caso dos percursos não lineares) dão, então, origem às várias dimensões desta tipologia.

Quadro 7.5: Exemplo de codificação da (des)ordem

Exemplos de Combinação	Código e Rótulo de (Des)ordem	Descritivo	Porcentagem
00000 00009	Pré Transição	Nenhuma transição ou quase nenhuma e falta de informação	7.6 (missing)
91199	Informação insuficiente	Três ou mais eventos sem informação	0.8 (missing)
10000	Minimalista insuficiente	Apenas uma transição	8.5 (missing)
11111 11112 11110 12222	Linear condensado 4 em 5	Totalmente coincidente ou quatro eventos em cinco coincidentes, por ordem crescente	5.1
12345 12344	Linear completo ou coincidente	Desmultiplicado ou uma vaga final, com ordem crescente	2.2
12349 12340	Linear pouco incompleto	Desmultiplicado, ordem crescente com uma não ocorrência ou não informação no final	0.7
12223 12334 12300 12234	Linear intervalado e/ou coincidente	Ordem crescente, pelo menos 3 transições, com não ocorrências e não informação (excepto no trabalho)	45.6
01112 01223	Linear sem independência	Ordem crescente, pelo menos 3 transições, com não ocorrência e não informação no trabalho (e outras)	9.4
11223 11222 11233 11202	Em vagas: trabalho e família	Dois “empates” de ocorrências, ordem crescente (podem estar separadas por uma não ocorrência)	7.7
21111	Família-trabalho condensado	Quatro eventos em cinco coincidentes, por ordem decrescente	0.4
03112 02112 01243	Não linear e sem trabalho	Ordem crescente e decrescente, pelo menos 3 transições, com não ocorrência e não informação no	0.9

		trabalho (e outras)	
22111 22110	Em vagas: família e trabalho	Dois “empates” de ocorrências, ordem decrescente (podem estar separadas por uma não ocorrência)	0.2
13223 13322	Vagas incoerentes	Dois empates que não representam o “pacote” familiar nem o da “independência”	2.1
21334 21000 31112	Autonomia habitacional antes da entrada no mercado de trabalho	Trabalho ocorre depois da saída de casa (independentemente do formato)	16.2
13332 12443	Parentalidade antes da conjugalidade	Parentalidade sem ou antes de coabitação, sem casamento	2.1
21003 32221	Dupla anti-linearidade	Trabalho ocorre depois da saída de casa (independentemente do formato) e Parentalidade sem ou antes de coabitação, sem casamento	0.6
13112 13234 13245 15234	Não linear e sem padrão	Sem padrão crescente ou decrescente, com interrupções e coincidências	5.3

Coordenadas temporais, geográficas e sociais

At the heart of sociology are those phenomena that are fully enmeshed both in social time and social space, what I have elsewhere called interactional fields

Abbott, Andrew (1998), *The causal devolution*, pp. 176

Como já foi referido, a estratégia analítica e o conjunto de procedimentos estatísticos desenvolvidos vêm dar resposta a uma análise de variabilidade das sequências da transição para a vida adulta ao longo do tempo e do espaço. São, simultaneamente, duas as temporalidades que devem integrar a análise da *desestandardização*: o tempo biográfico (aqui “cortado” aos 35 anos) e o tempo histórico (primeiras *coortes* etárias desde aproximadamente 1910). O tempo e o espaço são variáveis que estando implícitas e latentes no fenómeno da *desestandardização* do curso de vida, conseguem estar por vezes, por lapsos de pesquisa, completamente ausentes da sua verificação ou análise. Por um lado, diluir as diferenças geracionais nas diferenças nacionais vem confirmar os estereótipos sobre divisões entre Norte e Sul, Leste a Oeste. Este tipo de análise, produz, além disso, conclusões desactualizadas (em que a transição para a vida adulta dos jovens adultos actuais ou dos recém-adultos está diluída nas restantes *coortes* etárias e pior, entre elas sub-representada) sob a aparência da explicação tão actual quanto possível (pois os dados são recentes e mais recente ainda a publicação). Este tipo de análise impede a visibilidade analítica da variabilidade ao longo do tempo dos próprios fenómenos da *desestandardização* do curso de vida, seja em que dimensão for. Por exemplo, o “fenómeno ampulheta”, a “anomalia histórica” (de que se falou no capítulo 2), a “golden age” (Brückner e Mayer (2005:31), passariam completa e gravemente despercebidos numa análise desta natureza. Assim, “a epistemologia deve resistir à tentação de produzir normatividades a-históricas” (Almeida, 2007: 14).

Por outro lado, diluir as diferenças nacionais nas diferenças geracionais é ignorar contextos históricos e sociais específicos a cada país. O resultado seria uma errônea homogeneização ou *standardização* do tempo (desta vez não individual), baseada na ideia de que o ritmo e a densidade histórica de cada país é invariável ou irrelevante para explicar a variação temporal da variabilidade das sequências. No entanto, dado que a *desestandardização* assenta em pressupostos de mudança ao longo do tempo e não de heterogeneidade entre os países, esta segunda diluição, embora menos frequente, será até menos grave numa análise do fenómeno em causa.

Quanto às variáveis estruturais que ora permitem analisar a variação e o sentido da variabilidade das sequências da transição para a vida adulta ao longo do tempo e do espaço mas igualmente na dimensão da heterogeneidade interna de cada um destes *coortes tempo-espaço*, destacam-se a classe do próprio, a escolaridade e o sexo. Se a análise do sexo não apresenta problemas de ordem longitudinal dado que, salvo importantes mas residuais exceções, é uma variável estável ao longo do tempo individual, o mesmo não sucede com a classe social ou com a escolaridade.¹⁹⁶ Estas variáveis precisam de tempo para se desenvolver ao longo da vida individual, muitas vezes até conjuntamente. É também necessário tempo para que o desenvolvimento destas duas variáveis ao longo da vida influenciem e se relacionem com outras de natureza mutável, influenciando-se mutuamente. Feita essa nota, é desaconselhado ter a classe social em conta na análise, especialmente para o caso português onde, como já se referiu, problemas de amostragem a comprometeram. Além disso, só há informação sobre estas variáveis no momento do questionário. Assim sendo, e dado o processo de mobilidade social por que passam os indivíduos, alguns dos indivíduos têm como lugar de classe praticamente a sua origem, isto é, o ponto 0 do seu *feixe social* (Bourdieu, [1979], 2010: 189), outros têm como lugar de classe o seu “destino” social. A análise da escolaridade será analisada como *proxy*. Com a escolha destas variáveis fundamentais, aceita-se o desafio declarado por Liebroer: o de entender as variações temporais, inter-nacionais e intra-nacionais na forma como os indivíduos se tornam independentes e transitam para a vida adulta (2009: 311).

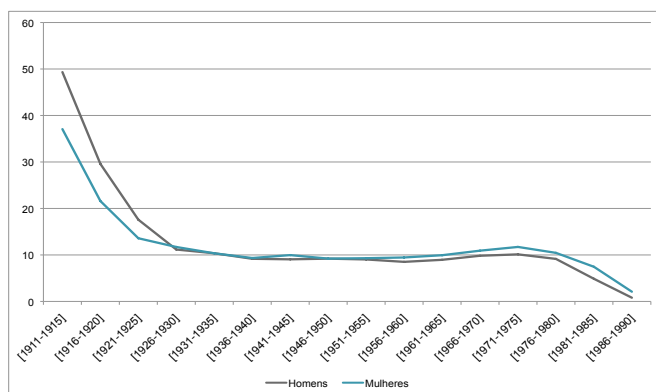
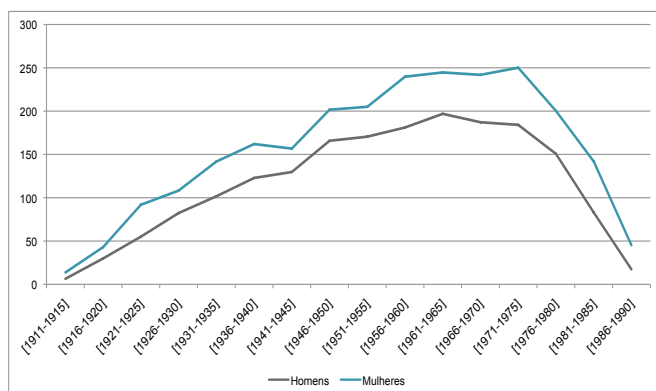
¹⁹⁶ Que funcionam como *proxy* dos recursos económicos, a propósito dos quais Shanahan refere que a heterogeneidade interna à *coorte* etária na transição para a vida adulta tem diminuído ao longo do tempo histórico, muita dessa heterogeneidade mantém-se em função das diferenças de recursos económicos (2000: 674).

7.3 Combinações: aumento ou substituição?

O número total de combinações das sequências transicionais no total da amostra é de cerca de 1030. Se se pensar que cada combinação é, na verdade, uma categoria nominal de resposta, é fácil entender que os resultados de uma análise das sequências sem a codificação nas suas várias dimensões seria imperceptível e muito pouco conclusivo. No entanto, uma boa forma de dar início a esta análise da *desestandardização* e, de uma forma mais específica, testar a visibilidade de um processo de massificação deste fenómeno, passa pela análise da evolução do número de combinações ao longo do tempo. Esta análise deverá ser feita em proporção do número de inquiridos em cada unidade de tempo (*coorte*).

As duas figuras seguintes demonstram claramente como uma análise descuidada pode alimentar a presunção da crescente *desestandardização* nas últimas décadas. Uma análise da evolução do número de combinações possíveis de sequências de transição para a vida adulta vividas por *coorte* que não tenha em conta o número desproporcionado de inquiridos por ano do seu nascimento, é causadora de muitos equívocos. É que, de facto, a curva da figura 7.4 que aparentemente ilustra um aumento do número de combinações diferentes ao longo do tempo é muito idêntica à curva do número de inquiridos do ESS 2006 por ano de nascimento. Estas curvas dão também a ideia, exagerada, de que os cursos de vida das mulheres são, desde sempre e até à actualidade, mais “variados” do que os dos homens.

Figuras 7.4 e 7.5: Número de combinações ao longo do tempo por sexo & percentagem de combinações por *coortes*, ao longo tempo e por sexo



Antes de mais, duas ressalvas. A leitura da figura 7.5, bem como de todos os que se seguem, deve contar com dois aspectos muito importantes. Os extremos da *régua temporal* que será usada ao longo deste capítulo estão ambos enviesados. Por um lado, os inquiridos que nasceram nas duas primeiras *coortes* criadas ([1911-1915] e [1916-1920]) são em número reduzido, cerca de 50 e de 300 respectivamente e estes produzem, numa análise percentual, desvios e exageros de representatividade. Este

enviesamento explica as percentagens elevadas de combinações por indivíduo: não é o número de combinações que é elevado, mas o número de indivíduos que é muito reduzido. O segundo enviesamento é no extremo oposto da *régua temporal*. Foi aqui dito que a informação sobre a vida dos inquiridos depois dos seus 35 anos foi codificada como não tendo ocorrido. Pois os indivíduos nascidos depois de 1971 têm menos do que 35 anos na altura do questionário e, portanto, a janela de observação das suas vidas é, por comparação a todos os que nasceram antes de 1971, menor. Estes casos são “right censored” (ver a figura 5.3 do capítulo 5). É previsível, portanto, que face ao número mais reduzido de eventos ocorridos nas *coortes* pós 1971 nas várias dimensões de análise da *desestandardização*, ocorra um decréscimo do número de combinações a partir desta data. Este facto deve ser sucessivamente tido em conta ao longo da leitura dos dados e figuras deste capítulo.

A leitura da figura correcta (número 7.5) aponta para, afinal, uma não só relativa estabilidade do número de sequências ao longo do tempo, mas também para uma proximidade, cada vez mais acentuada entre o número de combinações das mulheres e o dos homens o que parece indicar uma crescente convergência de género ao longo do tempo (Brückner e Mayer, 2005: 48). Pode a estabilidade do número de sequências significar que se deve rejeitar a hipótese da crescente *desestandardização*? Não, por dois motivos. Um, porque esta aparente estabilidade esconde grandes mudanças ao nível da distância entre os sexos. Segundo, porque a avaliação da *desestandardização* assenta igualmente na natureza das próprias combinações. O que se pode e deve depreender destes dados é que as irregularidades das sequências, face ao padrão normativo de referência, se de facto aumentam, vêm substituir outros mais velhos padrões, que substituíram os anteriores, e assim sucessiva e retrospectivamente. Assim, o que os dados indicam é que o ritmo de substituição de umas combinações pelas outras é relativamente constante, mas que o tamanho do leque de combinações, sejam elas de natureza mais ou menos normativa ou modal, e independentemente da distribuição percentual, é idêntico. O tamanho do leque de escolhas pode ser idêntico, mas as escolhas e os recursos para a elas aceder permanecem diferenciados, como veremos na leitura dos dados das dimensões seguintes.

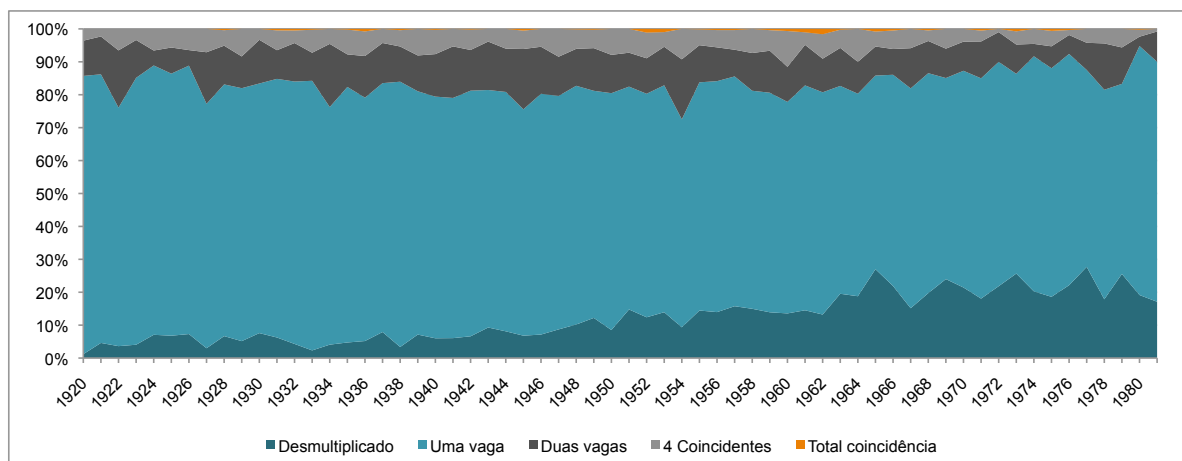
7.4 Densidade: três-em-um ou um-de-cada-vez?

Este indicador permite avaliar qual o nível de desagregação entre as várias transições. Não foi considerado para este cálculo o tempo através do qual esta desagregação é feita, isto é, não foi calculada uma densidade “temporal”. A codificação deu origem a uma variável nominal e não a um índice, que aliás, informaria pouco sobre a natureza das transições que, como se verá ao

longo deste capítulo, é onde reside a interpretação das mudanças ao longo do tempo. Esta codificação permite igualmente entender como as variáveis se “organizam”, seja através da coincidência temporal seja através da des-sincronização, que por sua vez releva um investimento alternado nas esferas da vida. A leitura desta variável aponta para dois relevantes aspectos. Um refere-se (i) à expressão percentual da categoria modal, a de “uma vaga” (dois ou três eventos ocorreram no mesmo ano, sem os restantes terem ocorrido num outro ano); o outro refere-se (ii) ao estável crescimento, ao longo do tempo mas diferenciadamente pelos países (como vemos mais adiante, ver figura 7.6), da categoria das transições desmultiplicadas.

A leitura geral da distribuição dos cursos de vida por estas categorias indica que a categoria modal é a de uma vaga de transições, com 69,4% dos casos (quando eliminados do cálculo os que têm pouca informação), seguida da categoria dos eventos desmultiplicados (desagregados no tempo) com 13,7% dos casos. As duas vagas estão representadas em 10,9% dos casos, a categoria dos quatro eventos coincidente no tempo já só representa 5,7% dos casos, e a transição em bloco, isto é, com os 5 eventos a ocorrerem no mesmo ano, é muito residual, de 0,3 %.

Figura 7.6: Percentagens das categorias da densidade das sequências das transições ao longo do tempo (por ano de nascimento dos inquiridos)



(i) A expressão percentual da categoria modal é muito elevada, o que indica que há relações de associação ou, se se preferir, de provável co-causalidade muito fortes em pares ou trios de eventos ou “conjoint events” (Hullen, 2000). De que pares e trios se tratam? Antes de se avançar, é necessária uma nota sobre a normatividade destes pares e trios. São residuais os casos de uma vaga de transições em que o par ou o trio de eventos não reflectam a ordem de referência, isto é, são residuais os casos, por exemplo, de começar a trabalhar e ter o primeiro filho no mesmo ano e os restantes eventos ocorrerem noutros anos ou, outro exemplo, sair de casa e casar no mesmo ano, sem ter coabitado também no mesmo ano. Assim, o que esta

categoria reflecte é a expressão da normatividade das sequências, quando pensadas em pares e trios de transições ou, como chama Abbott (2000:16), subseqüências.¹⁹⁷ São dois os principais tipos de subseqüências (com cerca de 31%, cada um, do total da “uma vaga”) ambos reveladores da forte relação entre a carreira habitacional e a carreira familiar (isto é, entre os processos de formação conjugal e os processos de “arranjos” habitacionais) mas divergentes na natureza dessa relação.

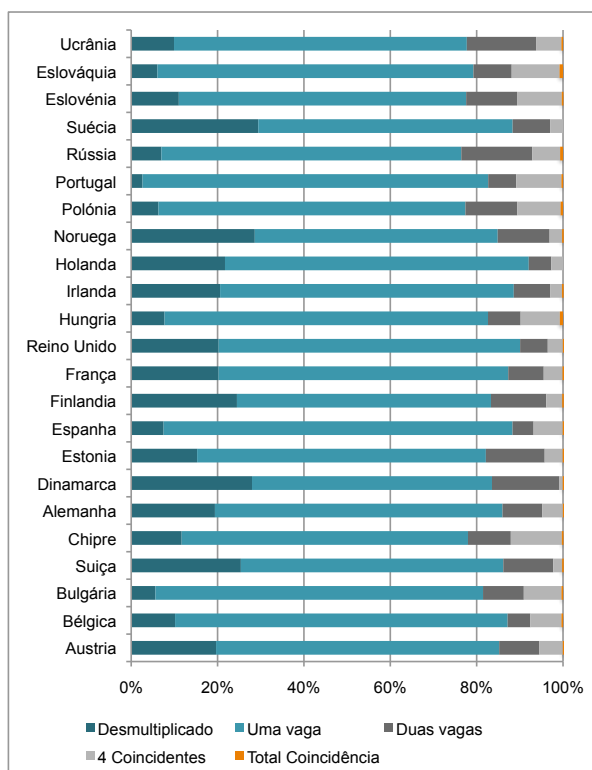
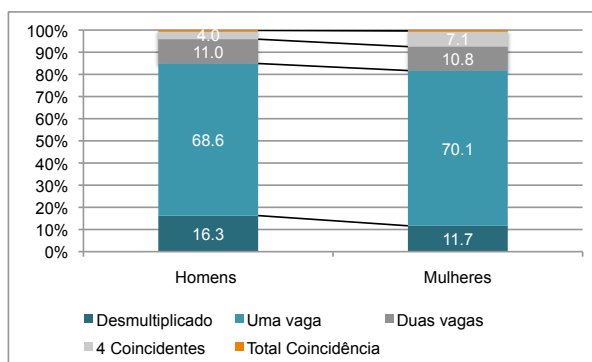
Assim, uma dessas subseqüências é (a) a coincidência temporal anual da primeira saída de casa dos pais com a primeira coabitação e com o primeiro casamento. Pode dizer-se que falamos dos que “saem de casa para casar” (com a seqüência, entre outras, de 12223). A segunda expressiva subseqüência é (b) a coincidência temporal anual da coabitação com o casamento, aqueles que só coabitaram com o casamento, mas tiveram na grande maioria dos casos uma saída de casa dos pais anterior à coabitação conjugal/casamento (com as frequentes seqüências, entre outras, de 12334 e de 21334). Podemos entender esses dois pares e trios de seqüências como ilustrativos de dois tipos de trajectória, igualmente densos, mas com características muito diferentes. Por hipótese, (a) a dos que “saem de casa para casar”, associada a uma mais normativa trajectória para a vida adulta, mais feminina, com a categoria modal muito mais elevada (com menos variedade de combinações, portanto) e mais frequente no passado e/ou nos países do Sul e do Leste da Europa (Aassve *et al.*, 2002; Billari *et al.*, 2001; Iacovou, 2001; Elzinga e Liefbroer, 2006). Em suma, mais tradicional e consonante com o imaginário da trajectória normativa de saída de casa dos pais, directamente para o casamento. Ainda por hipótese (b), a dos que saem de casa dos pais antes da conjugalidade e por motivos diferente da união de facto e/ou o casamento, associada a uma trajectória para a vida adulta mais moderna, mais pautada pela frequência de ensino superior, com categoria modal menos expressiva e uma maior dispersão de percursos com este par de subseqüências, mais frequente no presente ou passado recente e/ou nos países Escandinavos ou da Europa do Norte e Central (Aassve *et al.*, 2002; Billari *et al.*, 2001; Iacovou, 2001; Elzinga e Liefbroer, 2006).

Antes de entrar na confirmação ou refutação, parcial ou total, desta hipótese dicotomizada, é necessária uma breve caracterização da população europeia ao nível das categorias mais gerais de densidade. As mulheres, de uma forma geral (ao longo do tempo e

¹⁹⁷ A importância teórica da ordem no interior de algumas subseqüência é tal que há mecanismos usados para ponderar, aumentando, a importância da manutenção ou alteração da ordem destas subseqüências na construção das tipologias e dos clusters (Abbott, 2000).

do espaço), têm uma ligeiramente menor tendência para a desmultiplicação dos eventos do que os homens (11.7 e 16.3 respectivamente). Tal vai reflectir-se nas percentagens mais elevadas de mulheres na categoria modal, a da única vaga e a de duas vagas. Estes dados insinuam que nos cursos de vida das mulheres, haverá uma maior interdependência do *timing* dos eventos das várias esferas. De qualquer forma, a diferença não parece ser, a este nível da totalidade da população, e sem a descrição da heterogeneidade do que consta da categoria da única vaga, muito significativa. É a leitura por tipo de combinação de sequência que desfaz esta aparente igualdade.

Figuras 7.7 e 7.8: Percentagens das categorias da densidade das sequências por sexo & Percentagens das categorias por país

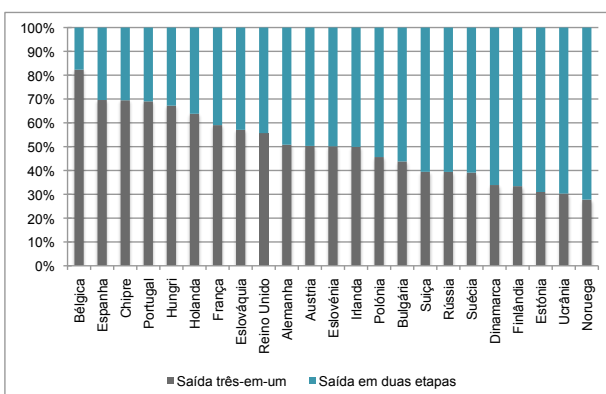
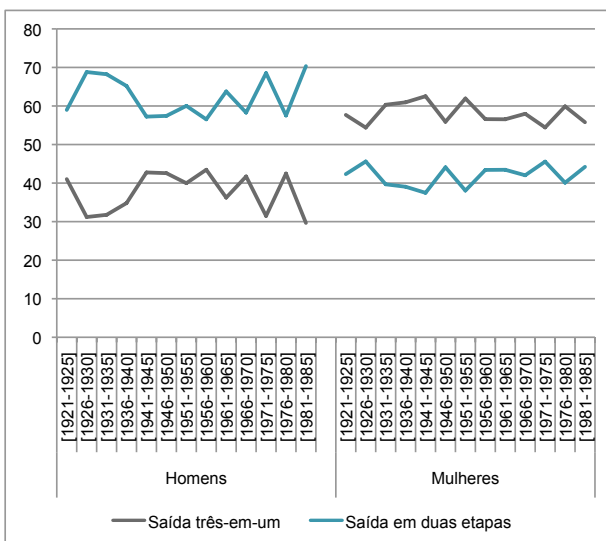
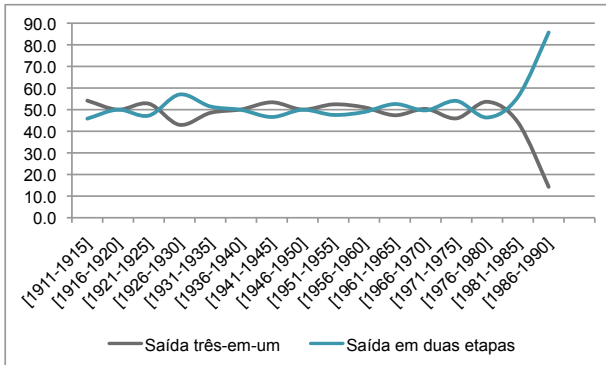


Também alguns países apresentam, na sua população total, características distintivas. Embora a hierarquia numérica entre as várias categorias seja praticamente transversal ao espaço europeu, alguns países destacam-se por uma mais elevada percentagem de eventos desmultiplicados (entre os quais Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Finlândia, Holanda, Irlanda, Reino Unido e França). No outro extremo, é notório que os países onde a percentagem desta categoria é mais baixa, tendem simultaneamente a apresentar percentagens mais elevadas da categoria das duas vagas e da de quatro eventos coincidentes do que a dos países atrás referidos. Parece haver, portanto, nestes países, uma maior interdependência entre os eventos, manifestada pela sobreposição temporal dos mesmos. Veremos mais adiante como estas diferenças se manifestaram ou processaram ao longo do

tempo. Regressando assim às hipóteses lançadas atrás, e ainda tomando a Europa como um todo, pode-se verificar que os indivíduos nascidos depois dos anos 80, no momento do

questionário com menos de 36 anos, quebraram um tendência de equilíbrio percentual entre estas duas categorias a partir de agora denominadas de “três-em-um” e de “saída em duas etapas”. De facto, até aos nascidos nos anos 80, as categorias tinham pesos percentuais muito idênticos, com oscilações percentuais irrelevantes. A partir daquela década, o modelo de transição “três-em-um” começou a decrescer acerrimamente e o modelo da “saída em duas etapas”, com saída de casa prévia passou a ser muito mais comum.

Figuras 7.9, 7.10 e 7.11: Percentagens das categorias de três-em-um e da saída em duas etapas (face ao total da sua soma) ao longo do tempo & ao longo do tempo por sexo & por país

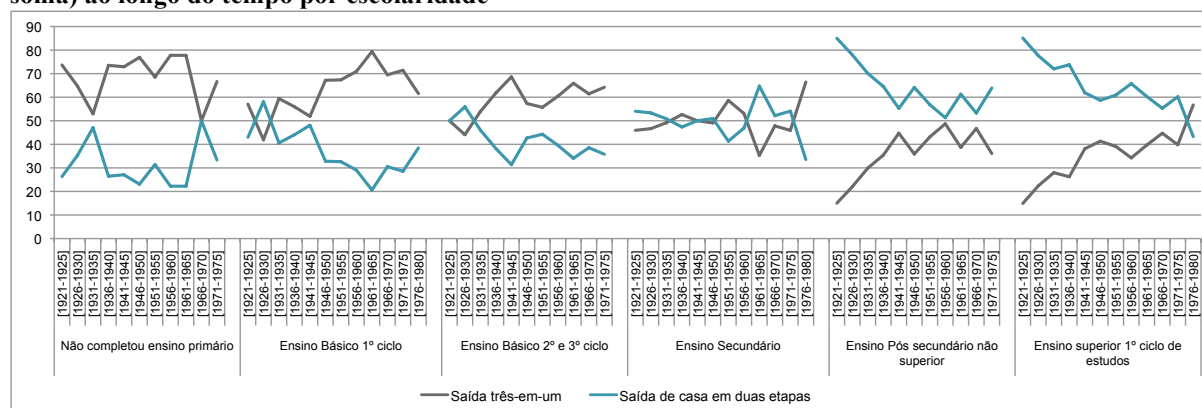


Na figura 7.10 verifica-se, porém, que a aparente estabilidade e equilíbrio percentual entre os dois modelos de transição era afinal uma média que escondia uma realidade dicotomizada por género, isto é, escondia a forma como estes dois modelos eram distribuídos pelos dois géneros. Assim, tanto o aumento na modalidade da “saída em duas etapas” como a diminuição da modalidade do “três-em-um” visível na figura 7.9, são resultado de tendências, estas sim, idênticas, entre homens e mulheres, ainda que os valores percentuais de uns e de outras ainda estejam muito distantes.

Relativamente à heterogeneidade nacional, porque esta análise já se refere a subsequências de uma categoria cujo peso, *per se*, já não é idêntico entre os países (a de “uma vaga”), as diferenças entre os países não correspondem linearmente às dicotómicas Norte/Sul, Leste/Oeste. Não obstante, é possível verificar que entre os países com maior percentagem da modalidade *três-em-um* (por relação à da *saída em duas etapas*) se

encontram os países de sul e entre os países com menor percentagens desta modalidade se encontram os países Escandinavos.¹⁹⁸

Figura 7.12: Percentagens das categorias de *três-em-um* e da *saída em duas etapas* (face ao total da sua soma) ao longo do tempo por escolaridade



Sobre a relação entre escolaridade e densidade das transições pode verificar-se que quando maior o nível de escolaridade atingido, maior a percentagem da categoria dos eventos desmultiplicados e maior a percentagem que corresponde a apenas uma vaga de transições. Relativamente às duas modalidades de transição mais frequentes na densidade de “uma vaga”, confirma-se, actualmente e ao longo do tempo social e histórico, a hipótese considerada, a que de que menores graus de escolaridade correspondem maiores percentagens do modelo de transição *três-em-um*, isto é, com maior densidade e interdependência entre os eventos e com a autonomia habitacional vivida como mera consequência das transições familiares. A relação destes dois padrões de transição com a classe social é da mesma natureza da que se estabelece com a escolaridade: entre os Empresários e dirigentes, os Profissionais Liberais e o Profissionais Técnicos e de Enquadramento mais de metade dos indivíduos saem de casa previamente a coabitarem e casarem (*saída em duas etapas*); e entre as restantes classes sociais, mais de metade dos indivíduos saem de casa, coabitam e casam num mesmo momento (*três-em-um*).

Confirmam-se portanto, ainda que com alguns desvios e oscilações, as hipóteses colocadas no que toca à interferência do género, da escolaridade e, ainda que com reservas, da heterogeneidade nacional na densidade da transição para a vida adulta ao longo dos tempos. Contudo, é de sublinhar que no que toca a esta variável, as diferenças são mais nacionais, de

¹⁹⁸ Fez-se a análise das diferenças nacionais ao longo do tempo nestas duas modalidades mas esta relevou-se pouco útil. As distâncias relativas entre os países não se têm alterado, salvo algumas excepções, ao longo do tempo.

género e de escolaridade do que propriamente longitudinais ou diacrónicas (ou as que são, são muito recentes).

(ii) O segundo aspecto referido é o do crescimento estável mas diferenciado pelos países, da categoria das transições desmultiplicadas. Ao contrário do que sucede com o aspecto anterior, cujas médias escondiam a heterogeneidade dos processos no que se refere ao género e de escolaridade, este aspecto é distintivo simultaneamente do tempo social e do espaço europeu. O fenómeno da desmultiplicação dos eventos, e suposta diminuição da interdependência entre os eventos transicionais é também dado como característico da *desestandardização* do curso de vida, de forma talvez abusiva, como se argumentará de seguida. A figura 7.13 ilustra com clareza a forma como, ao longo do tempo, o crescimento da desmultiplicação dos eventos foi ocorrendo na Europa. Facilmente se verifica que o ritmo de crescimento deste fenómeno foi muito mais rápido nos países Escandinavos do que os países do centro/norte da Europa, por sua vez muito mais rápidos do que os países do Sul da Europa e pós comunistas. Fala-se aqui em rapidez de ritmo de crescimento deste fenómeno para se sublinhar o facto de todos os países apresentarem a mesma tendência de crescimento de multiplicação de eventos. Apenas o ritmo desse crescimento é que difere, e muito.

Um mais rápido ritmo deste fenómeno e uma actual (das *coortes* mais actuais) significativa discrepância na importância percentual dos eventos desmultiplicados não deve ser entendida necessariamente como uma confirmação de que os cursos de vida nestes países são mais *desestandardizados* do que no resto da Europa, com variações. Talvez até pelo contrário. Como refere Billari (2001, 2004) e Billari, Philipov e Baizá (2001) (relativamente à idade de saída de casa dos pais, mais tardia nos países do sul do que nos restantes países, em especial os países escandinavos) os países do sul apresentam uma muito maior heterogeneidade interna relativamente aos fenómenos de transição para a vida adulta, enquanto que os países do norte são mais rápidos mas mais homogêneos. Pois tal tem precisamente a ver com um acesso aos recursos de construção biográfica mais democrático e abertos nos países escandinavos e mais escassos nos países do sul.

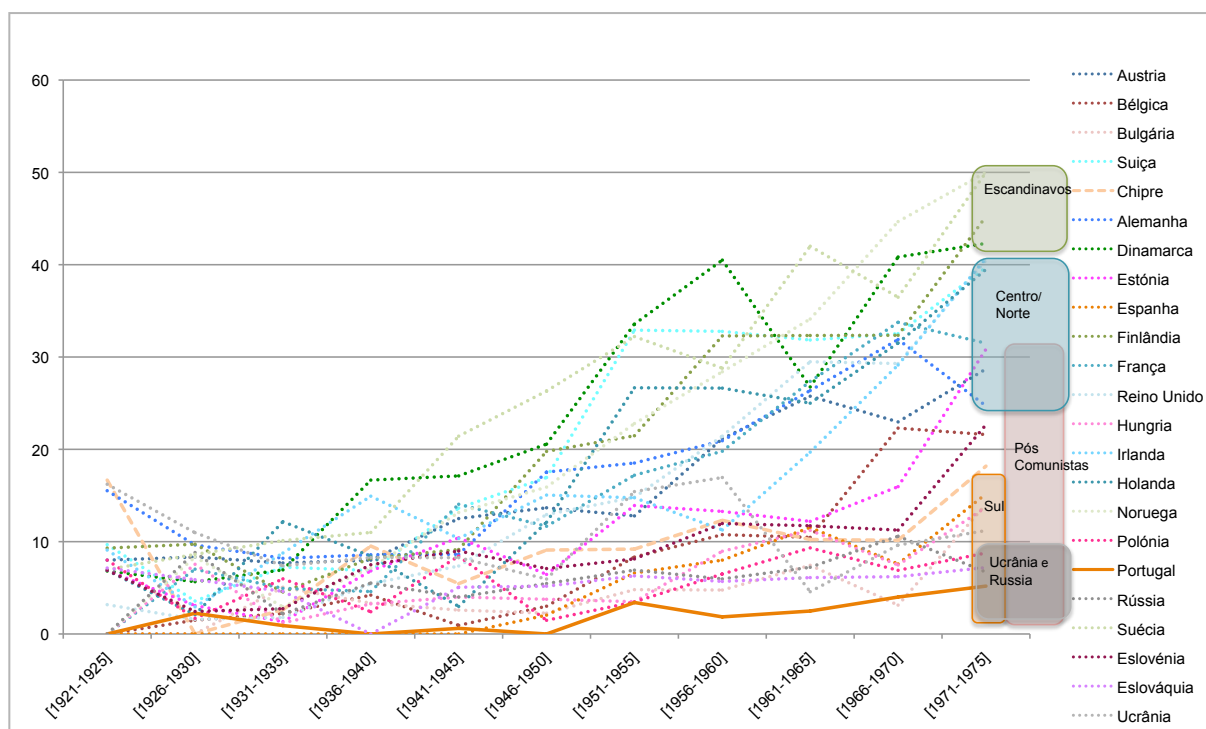
Um simples cruzamento da variável da densidade com a escolaridade revela de imediato que quando mais escolarizados são os indivíduos, maior a tendência para a desmultiplicação/ gradação das transições. Desta forma, as trajectórias escolares, mais ou menos longas, que se traduzem em específicas trajectórias e em específicos valores, são responsáveis pelas diferenças entre as gerações e entre os países. Porém, esta relação linear não tem a mesma expressão em todos os países. A tendência para a desmultiplicação de eventos também reflecte os processos de formação do casal e de família. Assim, em países

com a Finlândia ou a Suécia, esta relação linear (entre a escolaridade e a desmultiplicação de eventos) é reforçada não apenas pelas trajetórias escolares e profissionais como pela sua dessincronia com as transições familiares. Em Portugal, a desmultiplicação, a fazer-se, é apenas às custas das trajetórias escolares e profissionais na medida em que, como já se evidenciou, as transições familiares tendem a ser mais frequentemente co-ocorrências.

Assim, em Portugal (como exemplo extremo), há como que uma soma nula entre continuidade e mudança social no que se refere ao fenómeno da desmultiplicação de eventos, enquanto que em países como a Suécia, o saldo é claramente a favor da mudança social. Neste país escandinavo, o facto dos eventos se tornarem cada vez mais desmultiplicados não significa que as combinações das sequências sejam mais *desestandardizadas*, mais “únicas” ou imprevisíveis. Estão apenas mais faseadas no tempo. Neste país, a estandardização é produto de um estado providência mais generoso.¹⁹⁹

Em Portugal, quando os eventos estão desmultiplicados, a estandardização é evidente apenas no que se refere ao ponto de partida. Assim, para os jovens nascidos entre 1970 e 1975, o ponto de partida é predominantemente a experiência profissional, que se constitui como a plataforma para as restantes transições. Na Suécia, pelo contrário, são muitas e com percentagens relevantes, as combinações que não partem do trabalho como primeira transição.

Figura 7.13. Percentagens da categoria dos eventos desmultiplicados, ao longo do tempo, por países

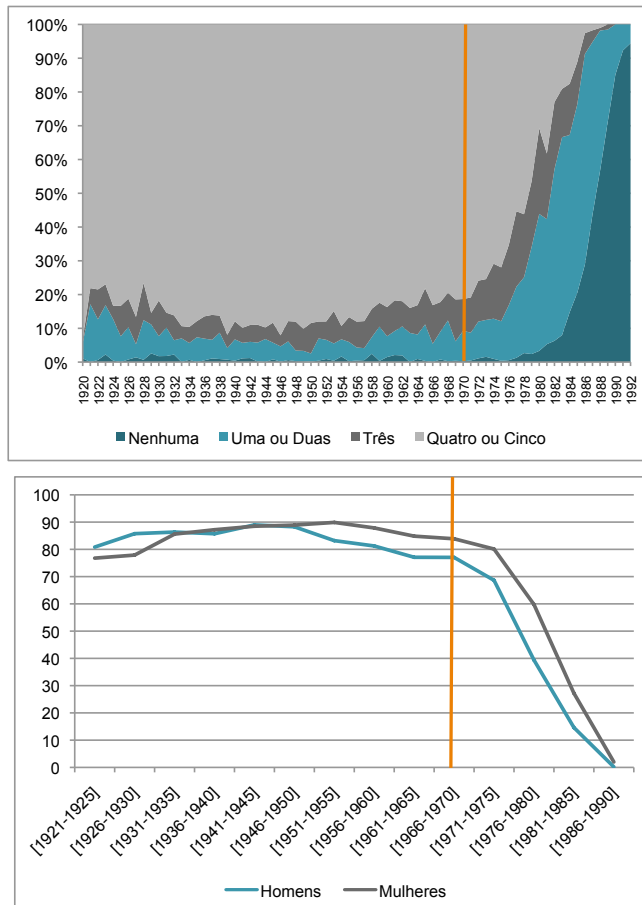


¹⁹⁹ Ver Esping-Andersen (1990, 1993).

7.5 Número de transições e “anomalias históricas”

Esta variável, que se refere ao número de transições, indica quantos eventos (em 5) já tinham ocorrido na vida dos indivíduos aos seus 35 anos (independentemente do *timing*, de quais e com que densidade). Permite avaliar a variabilidade de ritmo e da selecção (máxima ou minimalista) de transições pelas quais os indivíduos passam. De uma maneira geral, mais de $\frac{2}{3}$ da população europeia de todas as idades incluídas no questionário já tinham passado por quatro a cinco das transições consideradas para esta análise, aos 35 anos. Cerca de 9% dos indivíduos passaram por três transições, cerca de 15% por uma ou duas e cerca de 8% por nenhuma. Na análise desta dimensão não se pode obviamente incluir os indivíduos nascidos depois de 1970 na comparação porque pura e simplesmente estes jovens ainda não tiveram o mesmo tempo de vida dos restantes para passar pelo mesmo número de transições, tornando essa comparação viciada. Por esse motivo, a categoria de resposta das “quatro a cinco transições” já ocorridas diminui drasticamente para os indivíduos nascidos depois de 1970 (com menos de 36 anos no momento do questionário).

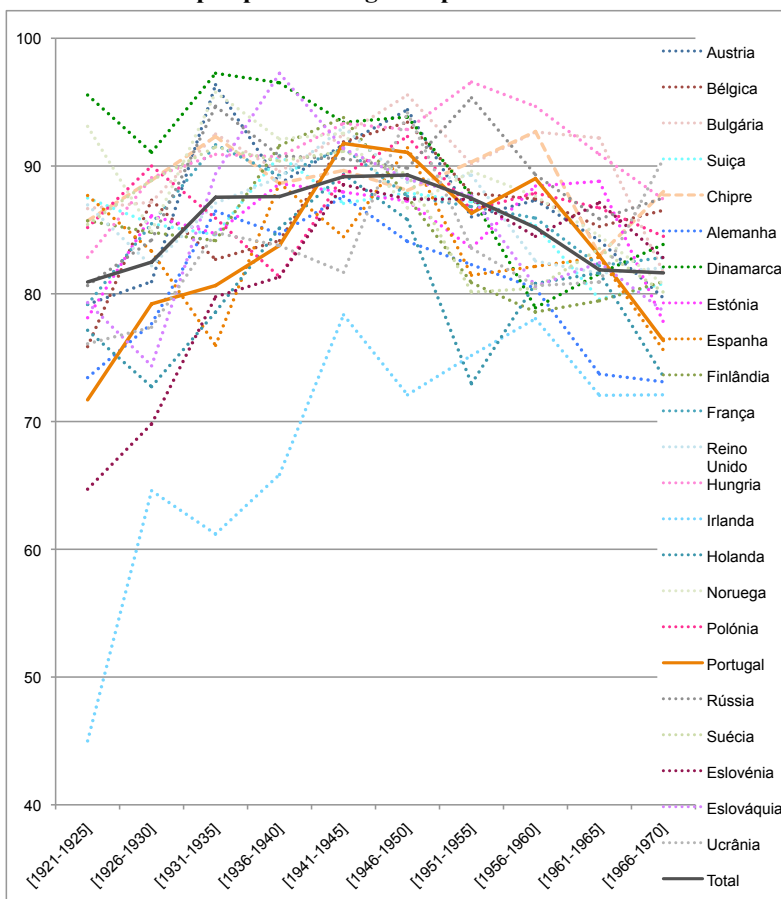
Figuras 7.14 e 7.15: Percentagens das categorias de número de transições ocorridas aos 35 anos ao longo do tempo & percentagem da categoria “quatro ou cinco transições” por sexo, ao longo do tempo



O prolongamento da juventude é um outro exemplo de um *quasi facto* científico da comunidade científica interessada na demografia das transições para a vida adulta. Mas, como é ilustrado na figura seguinte, se os indivíduos mais recentemente nascidos tendem a arrancar mais tarde, a verdade é que depois “aceleram” conseguindo, pelos seus 35 anos, ter passado pelo mesmo número de transições que os indivíduos que nasceram antes ou muito antes deles também passaram (fenómeno do “catching up”, Manting, 2004 citado por Liefbroer, 2009:

329).²⁰⁰ Se as diferenças por países não é muito significativa, o mesmo não se dirá das diferenças de género. Desde os nascidos nos anos 50 e o início da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho (em Portugal, ter-se-á dado depois da Revolução, quando estes nascidos em 50 tinham 24 anos) que estas tendem a passar por mais transições do que os homens, ou a passá-las mais cedo nas suas vidas. Esta tendência é acumulada com a da maior densidade, e presumível interdependência, entre os eventos transicionais nos cursos de vida femininos. A conclusão a retirar da análise desta variável constitui uma refutação da popular hipótese (por vezes até premissa de trabalho) de que, por via de diferentes processos de transição para a vida adulta, os marcos transicionais de referência teriam níveis de ocorrência muito diferenciados ao longo do tempo, para os indivíduos em idade de serem considerados adultos (neste caso, consideraram-se os 35 anos).

Figura 7.16: Percentagens de “4 ou 5 eventos” ocorridos até aos 35 anos por país ao longo tempo



No geral, $\frac{2}{3}$ dos que nasceram depois de 1970 (que têm menos de 35 anos), tendem maioritariamente a seguir uma ordem normativa para a sequência dos eventos (0, 10000, 12000). A única exceção refere-se às percentagens significativas de indivíduos que saem de casa dos pais antes de terem algum tipo de experiência profissional (01000, 21000), o que é sintomático de um tipo de autonomia habitacional mais recente, explicada pela deslocação temporária e transitória dos jovens para frequência de ensino superior (explicação verificada tanto em

²⁰⁰ A gestão deste tempo e de sincronização e des-sincronização das esferas da vida, será abordada na parte III, em especial no capítulo 9.

países como Portugal ou Suécia, embora seja mais frequente em países como o último referido).²⁰¹

O que a análise da variabilidade nacional da categoria dos “4 ou 5 eventos” ocorridos até aos 35 anos de idade demonstra é que não são tanto diferenças sistemáticas ou estruturais entre os países mas a forma como estes, ainda que com oscilações e diferentes desvios, acompanham a tendência cónica, que caracteriza o processo de evolução desta categoria ao longo do tempo. De facto, independentemente das oscilações, e com a franca excepção da Irlanda (cuja explicação não se consegue aqui apresentar), todos os países apresentam valores para os nascidos em 1970 próximos dos que apresentavam os nascidos em 1925. Passaram, isso sim, por um aumento que atinge o seu auge nos nascidos na década de 50, para depois disso voltar a decrescer. Se se pensar que estes dados têm alguma equivalência à interdependência entre os eventos, é fácil lembrar o efeito ampulheta referido por Gillis²⁰² e a já referida “anomalia histórica”, caracterizada pela prosperidade económica do pós-guerra .

7.6 Amplitude: as lebres e as tartarugas

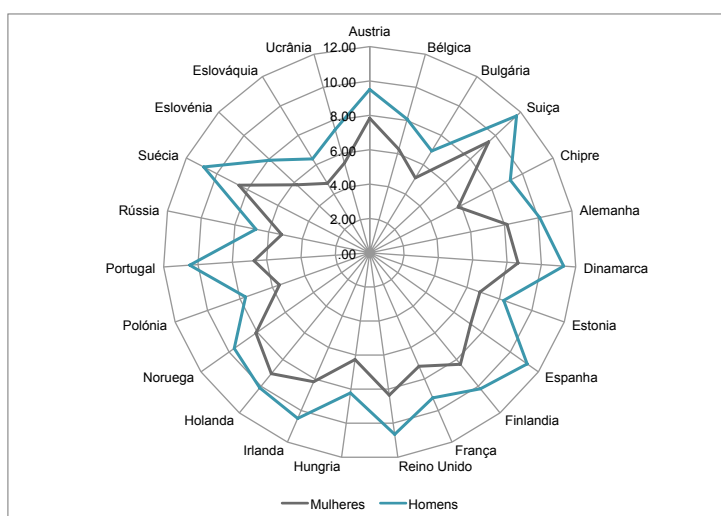
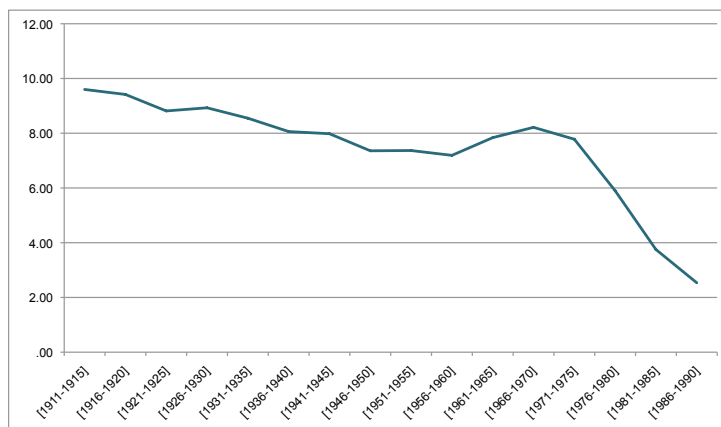
Este indicador é, entre os que constam neste capítulo, aquele que menos contempla, na sua natureza, a ideia de sequência das transições. Como já se referiu, a amplitude do processo de transição, ao referir-se à primeira transição e à última, não pode abranger indiscriminadamente cursos de vida com muito diferentes números de transições ocorridas. Assim, para comparar apenas o comparável, a análise desta dimensão abrangerá apenas os cursos de vida onde já ocorreram quatro ou cinco eventos (independentemente de quais). Há duas hipóteses implícitas na análise deste indicador. Uma, que parece indicar que os mais recentemente nascidos tendem a demorar mais tempo a começar o processo de transição para a vida adulta, e que se refere ao adiamento da entrada no mercado de trabalho. A segunda hipótese, indicativa de que os mais recentemente nascidos tendem a demorar mais tempo a acabar o processo de transição, refere-se aos atrasos transicionais nas esferas habitacional e familiar, consequência do adiamento da entrada no mercado de trabalho, e ainda aos retrocessos das transições habitacionais ou conjugais. Estes retrocessos não podem ser medidos com os dados do ESS 2006, devido ao tipo de dados recolhidos.

²⁰¹ Isto é, com elevadas percentagens, entre os indivíduos nascidos depois de 1970, de jovens com pós-secundário completo (leia-se, possivelmente a frequentar a universidade) ou licenciatura completa nas sequências que evidenciam que a saída de casa foi anterior à primeira experiência de trabalho.

²⁰² Ver capítulo 3.

A análise desta dimensão e das hipóteses que lhe estão subjacentes baseia-se, então, muito mais numa análise diacrónica do que numa análise por países, género ou classe social. Não obstante, uma primeira análise por estas variáveis é fundamental. A amplitude em anos, calculada pela diferença entre o ano em que ocorre a primeira transição e o ano em que ocorre a última (não a última realmente, mas a última entre as primeiras possíveis), é muito pouco variável entre as *coortes* etárias. Assim, a ideia de que os indivíduos mais novos tendem a demorar muito mais tempo a concretizar as quatro ou cinco transições é exagerada. Nos cursos de vida onde ocorreram estes quatro ou cinco eventos, o intervalo de tempo ronda os oito anos, desde a *coorte* 1936-1940 até à actualidade e a oscilação nas *coortes* posteriores não é significativa ao ponto de se reafirmar a ideia pré-concebida de que os jovens de hoje demoram muito mais a concretizar o conjunto completo ou quase completo de transições.

Figuras 7.17 e 7.18: Amplitude em anos da diferença entre a primeira e a última transição, entre os que têm 4 ou 5 eventos, ao longo do tempo & Amplitude, por países e sexo



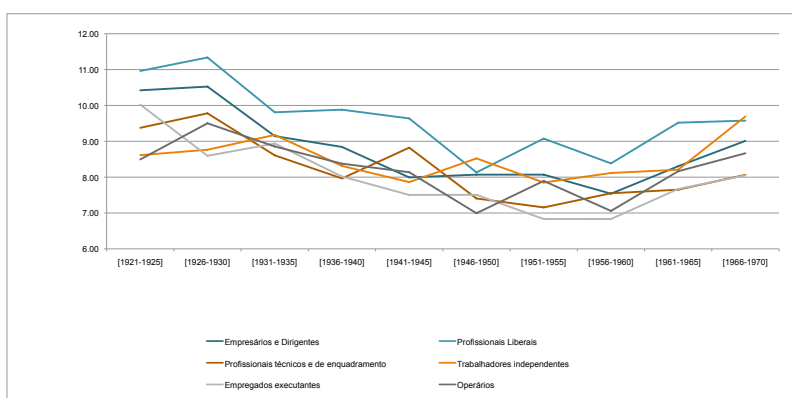
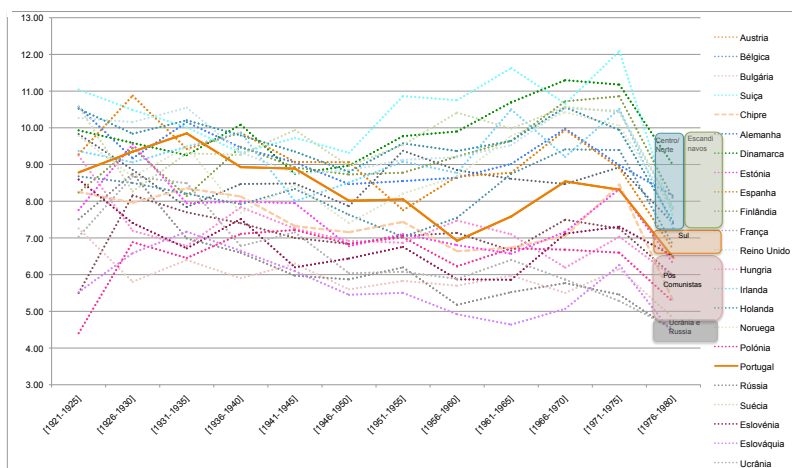
Deve, aliás, ter-se em conta que esta ideia, errada, está enredada com a de que os indivíduos mais recentemente nascidos tendem a passar por menos transições, deixando então em aberto o intervalo transicional, e criando a ilusão de que este é maior. Quando comparando o comparável, verifica-se que quando o número de transições é relativamente o mesmo e que não têm ocorrido alterações significativas de amplitudes transicionais entre as *coortes*. Além disso, é comum a confusão entre duração e *timing*. Se o *timing* dos eventos tem, como verificámos no capítulo 6, sofrido

aumentos, esses não se reflectem na amplitude da diferença entre os *timings* do primeiro e do último evento. Assim, o *timing* da entrada no mercado de trabalho, a primeira ou das

primeiras transições a ocorrer, tem sofrido aumentos ao longo do tempo social e histórico. Os mais recentemente nascidos não demoram mais tempo a passar pelas transições, simplesmente começam mais tarde.

Já as diferenças de amplitude por sexo são bastante evidentes e transversais aos vários países europeus considerados. As mulheres tendem a demorar menos tempo do que os homens a passar pelas quatro ou cinco transições. Três, e eventualmente quatro destas (coabitação, casamento, nascimento do primeiro filho e eventualmente a saída de casa dos pais) estão relacionadas com transições familiares e a diferença de idade entre homens e mulheres na entrada destes papéis reflecte-se nesta tendência. Se relativamente ao trabalho, os *timings* dos homens e das mulheres são muito idênticos, o mesmo não acontece nas esferas privadas, onde as mulheres são mais “rápidas” do que os homens e a distância entre as trajectórias dos homens e das mulheres é maior (Brückner e Mayer, 2005). Assim, sendo o ponto de partida temporal o mesmo (maioritariamente o trabalho), nos cursos de vida das mulheres há depois um aceleração (fenómeno do *catching-up*) nas restantes transições, o que se reflecte nesta transversal diferença da amplitude transicional entre os sexos.

Figuras 7.19 e 7.20: Amplitude em anos da diferença entre a primeira e a última transição, entre os que têm 4 ou 5 eventos, ao longo do tempo por países & Amplitude ao longo do tempo por classes sociais



Porque a amplitude transicional reflecte precisamente estes dois fenómenos, o da entrada no mercado de trabalho e o da autonomia habitacional/familiar, os motivos que levam países como Suíça, Dinamarca, Espanha, Reino Unido, Portugal e Suécia a apresentar amplitudes idênticas são divergentes. Além disso, ao longo do tempo as diferenças de amplitude entre os países foise tornando mais clara, e

esclarecedora (ver figura 7.19). Quando as diferenças ao longo do tempo não estão diluídas nas diferenças nacionais (como na figura 7.18) a análise ilustra mais uma vez a importante diferença entre *timing* e duração do processo transicional. De facto, uma análise ao longo do tempo e dos países revela que se o *timing* dos eventos transicionais nos países escandinavos é anterior ao dos países do sul da Europa (estão, aliás, em extremos opostos), isso não significa que não sejam precisamente os países escandinavos (e os da Europa Central e do Norte) a demorar mais tempo a concretizar as quatro ou cinco eventos (ver figura 7.19). Esta tendência está relacionada com o facto de estes países tenderem a desmultiplicar o processo de transição, isto é, com maior tendência para viverem um evento de cada vez.

O lugar de classe também interfere com a duração do processo de ocorrência de quatro a cinco transições. Podemos, nesse sentido, verificar que ao longo do tempo social, ainda que com algumas oscilações e uma importante excepção, é relativamente transversal que quanto mais favorecida a classe social maior a amplitude do processo transicional. A importante excepção referida é a de que o grupo dos “profissionais liberais” cuja amplitude do processo transicional é, ao longo do tempo e com a excepção dos nascidos entre 1946 e 1950, maior do que a das restantes classes. Mais recentemente, a tendência é para os “trabalhadores independentes” apresentarem uma duração do processo transicional idêntica à dos “profissionais liberais”.

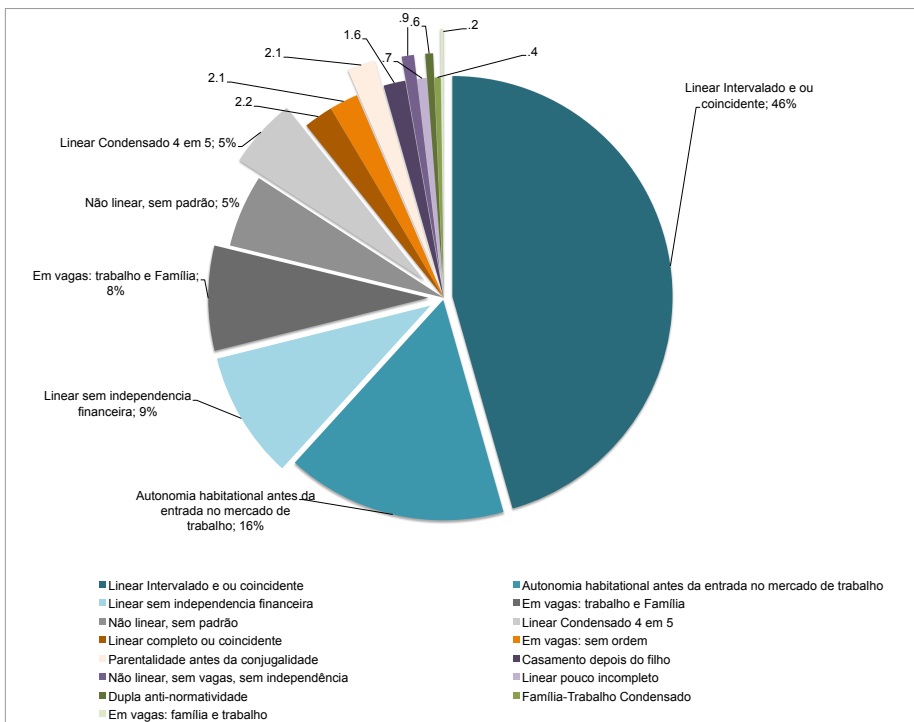
7.7 Uma proposta de micro-tipologia da (des)ordem das transições

Nesta secção serão apresentados os resultados de uma primeira proposta de uma tipologia das sequências, que se baseia na distância, qualitativa e de carácter compreensivo, à suposta sequência linear/normativa. O processo de codificação desta distância à normatividade teria sido mais fácil se a sequência linear e normativa que existe no imaginário dos cientistas sociais fosse, empírica e estatisticamente, passível de ser identificada. É que, como refere George, “life course research would certainly be simpler if there was an “expectable life course,” in which a majority, or even a significant minority, of individuals follow a modal pattern of transitions and trajectories. Such is clearly not the case. (...) Evidence regarding long-term sequences or trajectories of such transitions yields the same picture of extreme heterogeneity and empirical chaos (Hogan, 1981; Marini, 1984)” (George, 2002: 675).

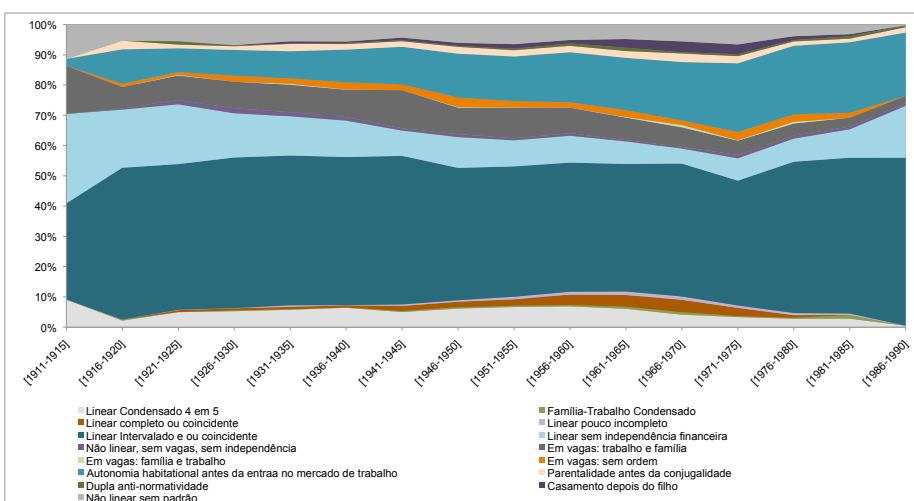
O que se entende por normativo é bastante consensual (mesmo podendo não se verificar no “caos empírico” dos dados): começar a trabalhar só depois ter deixado a escola, casar só depois de ter começado a trabalhar e ter filhos só depois de ter casado (Rindfuss,

Swicegood e Rosenfeld, 1987: 786). O facto de o processo de transição se ter desmultiplicado em vários eventos agora descoincidentes no tempo fez aumentar o número de transições e, consequentemente, de combinações das sequências e das ocorrências que, mantendo uma “ordem” linear (crescente), não se resumem à ordem escola-trabalho-casamento-filhos (1234). No caso da autonomização da saída de casa como um evento não necessariamente coincidente com o da coabitação ou do casamento, o normativo na maior parte dos países tornou-se entrar no mercado de trabalho ainda enquanto se permanece em casa dos pais (Corijn e Klijzing, 2001: 319), o que corresponde mais às trajetórias do jovens portugueses do que dos países do norte da Europa.

Figuras 7.21 e 7.22: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos & Tipologia do curso de vida até aos 35 anos ao longo do tempo



Assim, o normativo seria “trabalho - saída de casa – coabitação – casamento - filhos” (12345). Dado que a unidade de registo destes eventos é ao ano, há muitas coincidências temporais entre os eventos, o que tende, desde que a ordem não seja alterada (ordem crescente nos dígitos, portanto) a ser incluído nos percursos “lineares” (por exemplo, 12223). Ao contrário de Hogan (1978) e de Rindfuss, Swicegood e Rosenfeld (1987) cujas tipologias



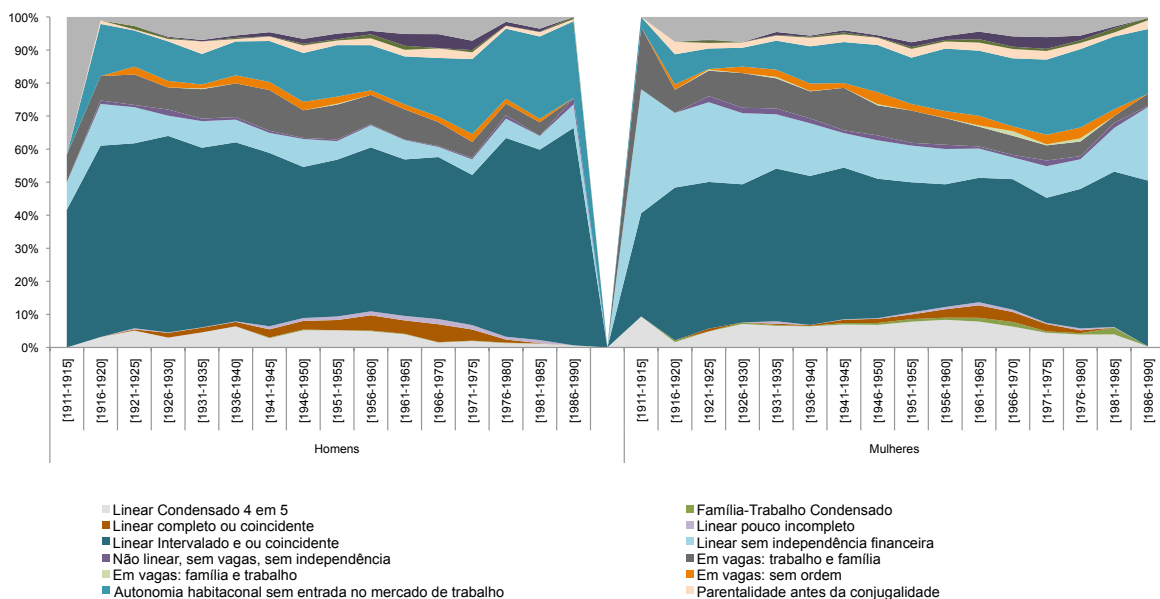
supõem uma espécie de escala de normatividade (Hogan classificando-as de normativas, não normativas e intermédias e Rindfuss, Swicegood e Rosenfeld de consistentes a inconsistentes), a tipologia aqui encontrada teve em conta a ordem crescente (por exemplo, 12345), decrescente (por exemplo, 54321) dos eventos, mas também a similitude entre as sequências e a relação entre os eventos (também tida em conta por Pollock, 2007, mas por via de técnicas estatísticas de *clustering*). Assim, esta tipologia tem em conta o grau de linearidade mas igualmente as características qualitativas desses “desvios” à normatividade “imaginada”, na qual a grelha de codificação se baseou. É uma tipologia que não quantifica, mas que caracteriza, o “desvio” ao processo de transição “normativo”.

De uma maneira ainda muito geral, pode verificar-se que os cursos de vida imediatamente associados a alguma anti-linearidade (sair de casa, seja por que formato for, antes de começar a trabalhar; ter filhos antes de coabitar ou casar; casar depois de ter tido o primeiro filho, etc.) não atingem sequer um terço do total de cursos de vida até aos 35 anos dos indivíduos da amostra. É de sublinhar que quase metade da amostra apresenta uma “normatividade intermédia” ou, diríamos, uma normatividade da *vida real*, uma normatividade *impura*. Assim, os cursos de vida analisados não apresentam características extremas de linearidade como a máxima densidade (condensado, por exemplo, 11111) ou a existência de duas vagas (no sentido trabalho-família, pelo menos para os homens como, por exemplo 11222) e, simultaneamente, não desrespeitam as mais previsíveis regras de linearidade: sair de casa sem ter independência financeira, ter filhos sem estar a viver em conjugalidade, ou a simultaneidade destes dois processos. Denominou-se este tipo de curso de vida até aos 35 anos de “Linear intervalado e coincidente” mas deverá ser interpretado como a “persistência do ciclo de vida” (Elchardus e Smits, 2006) porque representa uma versão *real* da versão imaginada (e estatisticamente residual, desde o início do século) da normatividade.

É de referir, porém, que duas das principais categorias de anti-linearidade ocupam desde logo 25% da totalidade dos cursos de vida (ver figura 7.21). Estas estão relacionadas não com a formação de família (como também verificaram Elzinga e Liefbroer, 2006: 246) mas sim com o lugar da independência financeira na sequência dos eventos. Estando o *terminus* da frequência escolar obrigatoriamente ausente desta análise, o expectável era de que o trabalho fosse o primeiro evento a ser concretizado. Assim, há uma característica comum aos dois modelos de cursos de vida até aos 35 não lineares mais comuns cuja relevância merece ser assinalada: o lugar da independência financeira (aqui meramente medida pela primeira, continuada ou não, experiência profissional) na sequências de transições para a vida adulta. A análise desta tipologia por sexo, ao longo do tempo, permite

identificar que são questões de género relacionadas, por um lado, com o mercado de trabalho e, por outro, com a escolaridade, que explicam estes 25% (16% da independência habitacional depois da financeira + 9% de percurso linear sem autonomia financeira). Antes de mais, a distinção entre os dois percursos: (i) por “saída de casa antes da entrada no mercado de trabalho” entendem-se os cursos de vida em que a autonomia profissional, seja em que formato for, ocorre depois da experiência financeira, o que por sua vez supõe apoio financeiro por parte dos pais ou por parte do Estado (nomeadamente para estudar), característicos da contemporaneidade (nomeadamente de Estados Providência mais generosos); (ii) por “linear sem independência económica” devem entender-se os cursos de vida em que a ordem linear (crescente neste caso) foi respeitada (desmultiplicada ou coincidente), mas sem ter ocorrido a experiência profissional. Este modelo de transição é considerado linear mas predominantemente feminino, e representa a biografia “normal” *genderizada*, caracterizada pela não participação da mulher no mercado de trabalho e pela sua exclusiva dedicação ao espaço privado-doméstico. A transição de jovem a mulher ocorria, assim, apenas pela transição no espaço privado.

Figuras 7.23: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos por sexo ao longo do tempo



Um destes modelos transicionais representa, portanto, a “contemporaneidade” e o outro a “normalidade” das biografias. É evidente a forma como, com saliente relevância no caso das mulheres, um aumento ocorre quase na ordem da diminuição do outro (uma aparente relação linear entre os dois modelos ao longo do tempo). Assim, de forma idêntica mas mais consistente do que a dos homens, a independência posterior à autonomia habitacional nos

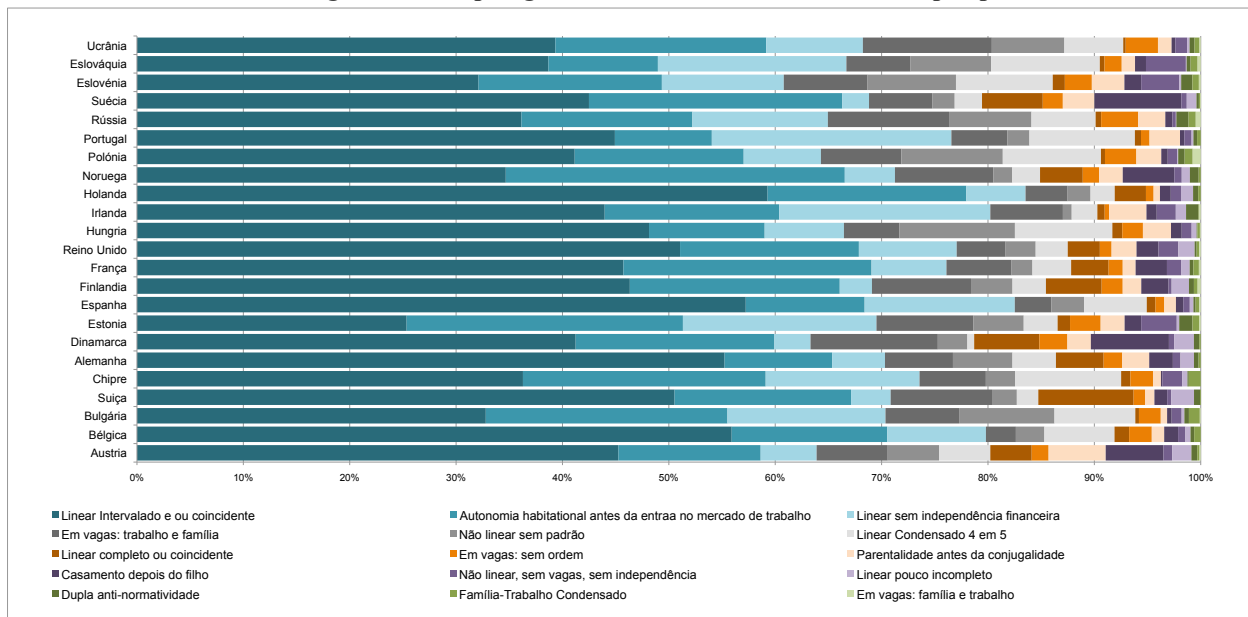
curso de vida das mulheres tem vindo a ser cada vez mais frequente, por via da entrada massiva das mulheres no ensino superior. Já o percurso “linear sem independência financeira”, que sempre foi escasso nos cursos de vida dos homens, começa a escassear também nos cursos de vida das mulheres, como sinal da sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Se se olhar para estes dois cursos de vida, dos homens e das mulheres, é fácil reter duas conclusões: uma, a de que actualmente os cursos de vida dos homens e das mulheres distribuem-se de forma muito idêntica pelos vários modelos e, outra, de que esta aproximação não foi feita a meio caminho, isto é, por mudanças ocorridas nos cursos de vida dos homens e nos cursos de vidas das mulheres mas quase exclusivamente nos cursos de vida das mulheres. Assim, as grandes mudanças nas sequências das transições para a vida adulta fizeram-se às custas (mas com enormes benefícios), das mulheres.

A análise da escolaridade tem algumas limitações, provindas do facto da informação dizer respeito à escolaridade actual de cada indivíduo e não à escolaridade que este tinha aos 35 anos (altura em que os casos, nas restantes variáveis transicionais, foram “censurados”). Minimizada a assertividade da conclusão seguinte, a análise destas tipologias por nível de escolaridade é, ainda assim, elucidativa. A relação entre o nível de escolaridade e a percentagem de saídas de casa dos pais antes de iniciar uma actividade profissional é linear. Quanto mais elevada é a escolaridade, mais elevada é a percentagem do percurso referido. Assim, se apenas 8.1% da população europeia (inquirida) com o ensino básico de 1º ciclo completo saiu de casa antes de sequer ter tido a sua primeira experiência profissional, 28,1% dos que detêm licenciatura tiveram este percurso e 43,2% do que detêm níveis pós-graduados também.

Ainda que não de uma forma tão marcada, e com algumas oscilações, também a relação entre a escolaridade e o “percurso linear sem actividade profissional” é *linear*. Verifica-se, portanto, que quanto mais elevado o nível de escolaridade, menor a percentagem de indivíduos com esse percurso. Assim, entre os indivíduos que não concluíram o ensino básico, 22,5% tiveram um percurso de transição para a vida adulta que respeita a ordem linear dos eventos, mas sem actividade profissional; entre os com licenciatura, apenas 6,1% tiveram essa trajectória. O aumento das qualificações das últimas décadas e a democratização do ensino superior imprimem, de forma latente, diacronia a estas interpretações. Da mesma forma, a composição social de cada país (escolaridade, lugar de classe) reflecte-se na distribuição dos indivíduos pela tipologia. Assim, de uma forma geral, quando mais elevada a classe social menor a tendência para a transição linear intervalada ou coincidente (persistência do curso de vida), para a transição linear sem trabalho (que é geralmente acompanhada de

maiores diferenças de género no curso de vida) e maior tendência para o modelo de transição de saída de casa antes da autonomia financeira.

Figura 7.24: Tipologia do curso de vida até aos 35 anos por países



Mesmo estando diluídas as diferenças ao longo do tempo, é ainda possível constatar a grande heterogeneidade de modelos de cursos de vida até aos 35 anos na Europa. Se, para simplificação, se aplicar a dicotomia de “linear/não linear”, é fácil verificar que Portugal e Espanha são os países onde cerca de 83% dos cursos de vida não desrespeitam a ordem normativa dos eventos, nem os requisitos de certas ocorrências (transições familiares sem trabalhar, parentalidade sem conjugalidade, etc.). Se, em todos os países, este modelo (ou conjunto de modelos) de transição está em maioria, em alguns casos ele é mais evidente do que noutros. Assim, também na Bélgica, na Suíça, na Alemanha, mais de $\frac{3}{4}$ dos cursos de vida são deste tipo. Os únicos países onde este conjunto de modelos de transição está representado em mais de metade mas menos do que $\frac{2}{3}$, são alguns da escandinávia (Noruega, Suécia e Dinamarca) e Pós-Socialistas (Estónia, Eslovénia e Bulgária). Nos países escandinavos, portanto, “os processos de individualização, secularização e autonomização – em especial dos jovens e das mulheres – parecem ter chegado primeiro” (Torres, 2010: 37).

Assim a maioria dos países, de várias tradições de Estado-Providência diferentes, têm modelos de transição linear representados entre $\frac{2}{3}$ e $\frac{3}{4}$ do total da sua população. Se se desviar a atenção para as duas categorias onde as mudanças são mais visíveis (as referidas anteriormente, a da contemporaneidade -saída de casa sem experiência profissional-, e o vestígio da linearidade *genderizada* -percurso habitacional, conjugal e parental linear sem

experiência profissional) estas conclusões reforçam-se mas, simultaneamente, complexificam-se.

Reforçam-se com países como Portugal, que é o exemplo claro da menor percentagem de cursos de vida onde se tenha saído de casa sem se ter começado a trabalhar. Esta conclusão sobre Portugal é quase paradoxal com as hipóteses que sobre ele se levantam, nomeadamente relativamente à tardia saída de casa dos pais. Afinal, sair de casa dos pais mais tarde do que noutros países não é sinal de dependência financeira face aos pais, mas precisamente do contrário. Os jovens portugueses só saem de casa depois de terem começado a trabalhar, tendência muito mais rara nos países escandinavos. Se se quiser, portanto, aos jovens portugueses (de vários tempos) pode-se-lhes chamar, quanto muito, tradicionais ou meritocráticos (por só saem de casa com o rendimento fruto do seu trabalho) mas não “dependentes”. As conclusões reforçam-se ainda com países como a Noruega e como a Suécia, onde a acompanhar elevadas percentagens de jovens a sair de casa antes de terem iniciado uma actividade profissional, estão baixíssimas percentagens de cursos de vida até aos 35 anos de jovens (de vários tempos) a percorrem um linear e normativo conjunto de transições habitacionais e familiares sem terem actividade profissional. Aliás, estes países apresentam percentagens relevantes (*vs.* irrelevantes nos restantes países) de percursos familiares que Hogan (1978) denominaria de anti-normativos. São casos de casais que tendo sido pais enquanto coabitavam, decidem casar-se depois do primeiro filho (já constatado por Oinonnen, 2004, a propósito da Finlândia).

Complexificam-se porque na categoria intermédia referida anteriormente (com $\frac{2}{3}$ a $\frac{3}{4}$ de cursos de vida lineares) encontram-se países com elevadas percentagens de jovens (de vários tempos) a saírem de casa sem terem actividade profissional e elevadas percentagens de percursos lineares sem actividade profissional, como a Estónia, por exemplo; ou países com baixas percentagens de ambas os modelos, como a Alemanha ou a Áustria. Esta relação, por vezes inconsistente, entre países e o tipo de Estado-Providência vai precisamente ao encontro das ideias defendidas no capítulo 2 de que (i) as características do fenómeno da individualização e da *desestandardização* do curso de vida não evoluem todas no mesmo sentido e de que (ii) os modelos biográficos co-existem mais do que se substituem ou mutuamente excluem.

7.8 Recapitulação

Apesar de neste capítulo se ter procedido à análise das componentes da *desestandardização*, não era objectivo do mesmo apresentar um veredicto sobre a existência efectiva ou da intensidade deste fenómeno. O objectivo era, sim, descrever e identificar as suas diferentes manifestações, em quantidade e qualidade, pelas variáveis estruturais fundamentais na análise das continuidades e mudanças sociais. Tendo-se tornado o tempo individual o denominador comum, essas variáveis são: o espaço europeu (tendo como unidade de análise os vários países), o tempo histórico (tendo como unidade de análise a evolução ao longo da métrica temporal criada), o sexo dos indivíduos (cujo peso diferenciador dos cursos de vida é hipoteticamente decrescente) e ainda coordenadas sociais como a escolaridade e a classe social (ACM) (que apesar de apresentarem problemas de comparabilidade entre os indivíduos de diferentes idades, são insubstituíveis na análise da estrutura social dos cursos de vida). Assim, não se pretende dar resposta positiva, negativa ou definitiva, sobre o fenómeno da *desestandardização* na Europa, mas sim identificar as principais heterogeneidades ao longo do tempo e dos espaços geográfico e social. Apresentam -se, assim, as principais conclusões desta análise, por tópicos.

O fenómeno da *desestandardização*: aceitar a hipótese nula?

As teses da individualização e da *desestandardização* têm-se alimentado mutuamente. No entanto, dada a dificuldade em analisar a evolução destes processos historicamente (Bras, Liebroer e Elzinga, 2010), é provável que muitas das conclusões que sustentam a relação simbiótica e contemporânea entre estes dois fenómenos seja fruto de mais uma falácia metodológica da modernidade tardia (Furlong e Cartmel, 2007 [1997])). São escassos os estudos que tenham analisado numa perspectiva diacrónica estes dois fenómenos. A análise da *desestandardização* faz-se, então, muitas vezes, por via do estudo da individualização nas biografias contemporâneas, através de pesquisas qualitativas e sem uma temporalidade histórica e social definida ou comparável. Assim, é possível que as conclusões em torno da existência de um fenómeno acentuado da *desestandardização* estejam contagiados pelos discursos e pelas representações, em suma, pela reflexividade individual e pela metodologia a ela associada. Não se baseando numa análise sistemática dos cursos de vida para a vida adulta antes e depois dos anos 60 (como sugeria Shanahan, 200), estas conclusões ampliam, exageram e com isso simplificam o fenómeno da *desestandardização*. Assim, pode subscrever-se a conclusão de Brückner e Mayer que afirmam que “taken as a whole our

indicators do not point to a general process of a de-standardization of the life course” (2005: 26-27). São várias as conclusões retiradas pela análise do presente capítulo que apontam no sentido de um fraco aumento da variabilidade de sequências transicionais ao longo do tempo (histórico).

Uma dessas conclusões está relacionada com (i) a visível estagnação do número de combinações de sequências de transições ao longo do tempo e entre homens e mulheres²⁰³, ainda que a *desestandardização* do curso de vida também se caracterize pela natureza e “normatividade” dessas mesmas combinações; (ii) outra conclusão que não aponta no sentido de um forte processo de *desestandardização* é a expressão percentual da categoria modal da vaga de eventos (dois ou três) que respeita a ordem normativa dos eventos; (iii) pode ainda verificar-se que a evolução da percentagem de indivíduos que aos 35 anos tinham passado por quatro ou cinco transições é pouco variável ao longo das *coortes*; (iv) o fenómeno da soma nula da amplitude de transições, em que os mais recentemente nascidos tendem a começar o seu processo de transição mais tarde mas que aos 35 anos têm aproximadamente o mesmo número de transições ocorridas; (v) as diferenças na amplitude do processo transicional ao longo do tempo não é significativa; (vi), os percursos de vida mais próximos do “normativo” estão, ao longo do tempo, sempre em esmagadora maioria.

No entanto, é também importante sublinhar que a potencialidade do fenómeno da *desestandardização* é em si mesma variável. É essa variação pelas variáveis estruturais que será, em forma de tópicos conclusivos, apresentados. São eles a importância das carreiras habitacionais e do género.

A importância das carreiras habitacionais: diferenciando tempos e países

As mudanças nas carreiras habitacionais e familiares produzem importantes distinções ao longo do tempo e dos espaços geográfico e social. Na análise da densidade das sequências verificou-se que a classe modal tem uma expressão percentual muito elevada e que contempla, essencialmente, duas formas de relação entre os processos de formação familiar e as carreiras habitacionais, que podem simplificar-se entre os que “saem de casa para casar ou coabitar” e os que “saem de casa antes do casamento ou coabitação”, por outros motivos (desconhecidos mas inferidos). Estes dois padrões de saída de casa eram idênticos percentualmente até aos nascidos nos anos 80, tendo o padrão do “três-em-um” decrescido

²⁰³ Ver capítulo 2.

depois disso em prol de um aumento equivalente da “saída em duas etapas” precedido de uma saída de casa. Esta mudança interage com as principais variáveis estruturais aqui consideradas: (i) é feita às custas das mulheres, (ii) com especial incidência nos países escandinavos e (iii) entre os indivíduos mais escolarizados. A análise das tipologias confirma, de certa forma, a importância das carreiras habitacionais. Uma das maiores categorias não lineares diz precisamente respeito à obtenção e autonomia habitacional sem prévia experiência profissional, categoria que está relacionada com a democratização do ensino superior e que tem vindo a crescer, especialmente, nas três categorias sociais acima referidas.

A importância do género: homogeneizando trajetórias

A perda de importância percentual das sequências “normativas” produz uma convergência entre as trajetórias dos homens e das mulheres (Brückner e Mayer, 2005:26) pelo facto da normatividade transicional ser em si mesma bastante *genderizada* (Rindfuss, Swicegood, Rosenfeld, 1987: 788; entre outros). Como referem Aboim, Vasconcelos e Neves, “a alteração e fragmentação normativa dos modelos de género é cúmplice da deslinearização dos cursos de vida (...)” (Pais 2001)” (2011: 60). Na segunda metade do século XIX, as diferenças *genderizadas* entre as trajetórias profissionais e ocupacionais eram a mais importante distinção da transição para a vida adulta (Bras, Liebroer e Elzinga: 2010:1017). Assim, os efeitos de género desempenham um importante papel no processo de *desestandardização* (Widmer e Ritschard, 2009:29). O facto dos mais importantes e da maior parte dos estudos sobre mobilidade social terem vindo sucessivamente a excluir as mulheres (Breen, 2004:8) deu alguma invisibilidade a estas mudanças nos cursos de vida.

Os dados analisados contribuem para a confirmação desta convergência de género. O número de combinações possíveis de sequências das transições dos homens e das mulheres têm, ao longo do tempo, ficado cada vez mais próximos. Porém, continua a existir uma interdependência entre os eventos, sobretudo os familiares, e uma maior coincidência temporal entre estes no caso das mulheres do que no caso dos homens. Tal é consequência dos percursos familiares, tal como se confirma pela mais elevada percentagem das mulheres no modelo de transição *três-em-um*. Como refere Brückner e Mayer, a referida convergência faz-se por via dos percursos profissionais e do mercado de trabalho e não dos percursos familiares, onde permanecem as diferenças entre as trajetórias dos homens e das mulheres (2005:48).

O “aceleramento” das trajetórias familiares das mulheres (e tendência para a sua coincidência temporal), tornado visível pela análise da amplitude transicional, confirma esta

permanência das diferenças ao nível da esfera privada. As diferenças entre os sexos explicam ainda a distinção entre as duas principais categorias não lineares: a da autonomia habitacional conquistada sem autonomia financeira e a das transições familiares sem autonomia financeira. É devido às transformações nos cursos de vida das mulheres, nomeadamente no sentido de passarem também a conquistar a autonomia habitacional sem autonomia financeira (percursos escolares), e a deixarem de fazer as transições familiares todas sem adquirirem autonomia financeira (entrada no mercado de trabalho), que a convergência entre os cursos de vida dos homens e das mulheres tem vindo a ocorrer. Não obstante, os vestígios da “biografia normal”, mais rápida, especialmente nas mulheres e entre os menos escolarizados foram, então, confirmados e tornados explícitos nesta análise.

Parte III

Vidas vividas e vidas contadas: entre a singularidade e o padrão

8.

QUESTÕES MICRO-METODOLÓGICAS

Neste capítulo, com funções de transparência e de reflexividade metodológicas, será abordada a superioridade dos registos individuais (Thomas e Znaniecki, 1984) (8.1), será apresentado o método *combinado* ou *compósito* utilizado na pesquisa original que conjuga a “vida vivida” com a “vida contada” e instrumentaliza a grelha cronológica de registo da história de vida (8.2); e será ainda discutida a forma como os dados recolhidos são produto de uma interacção densa entre o entrevistado e o investigador/entrevistador e a forma como esta interacção é condicionada pelas características sociais evidentes de ambos (idade, escolaridade e sexo) que funcionam, aliás, como filtros da interacção e da conversação do momento de entrevista (8.3). Por fim, são apresentadas as características sociais dos jovens, especialmente aquelas que presidiram à selecção dos entrevistados, deixando para os subsequentes capítulos algumas das que se manifestaram em entrevista e que posteriormente se tornaram relevantes para a análise dos cursos de vida (8.4).

Embora ambas se mantenham no interior das fronteiras teórico-metodológicas da perspectiva do curso de vida, entre a parte II e a parte III desta tese existem diferenças muito significativas ao nível das fontes dos dados, do âmbito geográfico, do nível de análise, das técnicas utilizadas, de dimensão do N e ainda da unidade de análise.²⁰⁴ Assim é porque estas duas partes diferem nos objectivos de pesquisa, captáveis em dados de natureza biográfico-longitudinal. Nesta parte III esses dados são, porém, qualitativos e produto de uma *reflexividade assistida* em entrevista presencial. Embora tanto as técnicas utilizadas nas

²⁰⁴ Ver capítulo 4.

análises da parte II desta tese como as utilizadas nas análises que se seguem (nos capítulos 9 e 10), respeitem o mais possível a temporalidade, a sequência e a biografia dos indivíduos, é nesta terceira parte que as questões da agência, da intencionalidade (e dos resultados) da acção, da sincronização longitudinal do curso de vida e, ainda, da reversibilidade do curso de vida²⁰⁵ são abordadas e exploradas. A exclusividade da análise destes processos com dados qualitativos prende-se simplesmente com a impossibilidade de a levar a cabo com os dados secundários do ESS 2006, dado o tipo de variáveis recolhidas neste grande inquérito europeu. De qualquer forma, admite-se que, de uma maneira geral, a reflexividade, a agência e a intencionalidade e subjectividade da acção são muito mais dificilmente analisáveis em grandes questionários europeus que, por sua vez, raramente ambicionam a compreensão de fenómenos, preocupando-se mais frequentemente com a sua descrição, explicação ou mapeamento. Dado que as análises produzidas reflectem, ou deviam reflectir, as preocupações que presidiram à formulação das perguntas, mesmo que estas estejam integradas em fontes secundárias, a análise da reflexividade, da agência e da intencionalidade da acção dificilmente poderia ter sido levada a cabo com dados da natureza dos do ESS 2006 (que não foram pensados com os objectivos específicos da presente pesquisa).

8.1 Abordagem biográfica

“Os métodos de pesquisa são produtos do tempo e do espaço” (McLeod e Thomson, 2009: 6). Neste sentido, a tese da individualização (Beck, 1992; Giddens, 2001 [1991]) tem criado, desde os anos 80 e 90, as condições para a “viragem biográfica” nas ciências sociais (Chamberlayne, Rustin e Wengraf, 2002; McLeod e Thomson, 2009). A apropriação *militante* da tese da individualização (Giddens, 2001 [1991], Beck, 1992) tem, porém, limitações à análise comparativa e diacrónica, recusando, por vezes, aceitar um denominador metodológico comum que possibilite o rigor dessa mesma comparação. Furlong e Cartmel chamavam em 1997 a atenção precisamente para a falácia que é causada pela extrapolação, para gerações passadas, das conclusões retiradas com as gerações jovens actuais, com base em metodologias qualitativas e que tiram partido, como as metodologias do passado simplesmente não tiravam, da reflexividade individual (ver capítulo 2). Pretende-se, portanto, evitar esta falácia. Assumindo, deste modo, que o método biográfico da entrevista presencial é o mais adequado ao tempo e ao espaço contemporâneo e, principalmente, às questões colocadas pela presente pesquisa, o que se recusa de certo modo nesta parte III é uma

²⁰⁵ Nos moldes em que foi descrito no capítulo 2 e que não foi possível abordar nos capítulos 7 e 8.

comparação com o passado à luz destas conclusões. A análise histórica, se é que assim sequer se pode chamar na parte II, termina aqui. Afirmá-lo, contudo, não é afirmar que os métodos qualitativos são menos competentes para analisar a mudança social (McLeod e Thomson, 2009). Aliás, estes métodos providenciam algo que os métodos quantitativos não conseguem: dados sobre a “*metodologia humana através da qual as oportunidades e riscos são mediados*” (Thomson, 2009).

Os métodos qualitativos permitem, deste modo, o acesso a aspectos da natureza humana e do processo biográfico que de outra forma permaneceriam desconhecidos, o que é particularmente relevante numa época em que muito se teoriza sobre o facto desde processo ou “trabalho biográfico” ser cada vez mais possível, necessário e inevitável (Beck, 1992; Giddens, 2001 [1991]; Shanahan, 2000: 670; entre outros). Aliás, “biografizar” tornou-se uma normal actividade humana, contribuindo para a manutenção da identidade pessoal (Chamberlayne, Bornat e Wengraf, 2000: 9). Os dados longitudinais (que diferem do desenho de pesquisa necessariamente longitudinal), por outro lado, providenciam ainda a matéria-prima para a análise da *agência* humana como elemento central da forma como os indivíduos desenham e (re)direccionam o curso das suas vidas (Giele e Elder, 1998: 17).

Os dados qualitativos, porque mais frequentemente de fonte primária, são então mais propensos a responder a questões de pesquisa mais complexas e mais concretas. A parte III deste trabalho pretende precisamente analisar, através das narrativas individuais sobre tomadas de decisão e sobre o desenrolar dos acontecimentos da vida, e respeitando sempre a temporalidade do curso de vida, aspectos que, pela sua natureza complexa, ficaram de fora da análise dos dados quantitativos (de fonte secundária).

Sobre a superioridade dos registos individuais

And the superiority of life records over every other kind of material for the propose of sociological analysis appears with particular force when we pass from the characterization of single data to the determination of facts, for there is no safer and more efficient way of finding among the innumerable antecedents of a social happening the real causes of this happening than to analyse the past of the individuals through whose agency this happening occurred.

William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, 1984 [1928]: 294-295

A superioridade das metodologias qualitativas para dar resposta aos processos enunciados não supera, contudo, a superioridade dos registos individuais como matéria prima da análise sociológica. Não existe, portanto, “forma mais segura e mais eficiente de se encontrar, entre os inúmeros antecedentes de um acontecimento social, as causas reais desse acontecimento,

do que analisar o passado dos indivíduos pela acção através da qual esse acontecimento ocorreu” (Thomas e Znaniecki, 1984: 294-295). Becker mais tarde referiria igualmente que a ausência de recolha de material no maior pormenor possível não é baseada em nenhum princípio científico, mas simplesmente na inexequibilidade de tal esforço (Becker, 1994: 192).

A metodologia seguida neste ponto do trabalho pretende, precisamente, a conjugação frutífera entre estas duas superioridades ou, se se preferir, *forças*. A *força* da razão discursiva, da reflexividade e da intencionalidade da acção para a compreensão do processo de construção e reformulação dos projectos de vida durante a transição para a vida adulta; e a *força* do registo individual das especificidades das sequências individuais de todos os acontecimentos relevantes, sejam eles demográficos, planeados, externos, “turning points” ou críticos, para a explicação dos desenrolares das vidas. Estas duas *forças* não ocorrem em cenários indiferenciados de inércia, isto é, em estruturas desiguais de oportunidades e de recursos para a construção biográfica. Por esse mesmo motivo, a análise da diferenciação dos percursos para a vida adulta pelas principais *coordenadas sociais* será cruzada com as principais linhas de investigação. Há ainda um terceiro potencial deste tipo de dados biográficos e qualitativos, desta vez relacionado com as políticas sociais. Segundo Rustin e Chamberlayne, estas deverão ser crescentemente sensíveis às diferenças individuais e culturais e a opção por métodos sócio-biográficos é uma forte contribuição nesse sentido (2002: 2).

8.2 Narrativa biográfica e história de vida

Narrativa e ilusão biográficas

Acerca da *ilusão biográfica*, Bourdieu afirma que “a narrativa, seja biográfica ou autobiográfica, como a de um inquirido que “se confia” a um inquiridor, propõe acontecimentos que, nem todos sempre se desenrolando na sua estrita sucessão cronológica (quem quer que tenha recolhido histórias de vida sabe que os inquiridos perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem a, ou pretendem, organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objecto da biografia (o inquiridor e o inquirido) têm de certo modo o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência)” (Bourdieu, 1997 [1993]: 54).

Tendo presente o potencial das 52 entrevistas realizadas juntos de jovens adultos portugueses para a *ilusão biográfica*, tal como enunciada por Bourdieu (1997 [1993]), pode

afirmar-se que esta tende a ser tanto maior quanto menor for também a preocupação com a temporalidade da pesquisa e dos dados recolhidos. São três as temporalidades incorporadas nas narrativas: tempo biográfico (a velocidade com que os eventos vão sendo partilhados entre entrevistado e entrevistador/investigador), o tempo da pesquisa (mais relevante para as pesquisas longitudinais, refere-se ao tempo de trabalho de campo) e o tempo analítico (o tempo para analisar e interpretar os dados) (McLeod e Thomson, 2009: 146). Ora, não só estes três tempos devem ser tidos em conta, como o próprio desenho de pesquisa deve ser exigente do ponto de vista da temporalidade metodológica. Uma pesquisa sociológica só pode sair a ganhar do uso de uma elevada exigência com a temporalidade metodológica como forma de se esquivar à *ilusão biográfica*, de, como refere Bourdieu, questionar a “razão” e desafiar a “lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva”, ao retirar “consistência” e “constância” ao discurso biográfico (1997 [1993]: 54).

A forma como o registo escrito da história de vida, usando o instrumento de recolha de dados habitualmente quantitativos no momento da entrevista semi-directiva, se impõe ao discurso, vem desfazer a prévia organização (narrativa, afectiva, etc.) dos acontecimentos da vida, para a refazer temporalmente. Assim, o uso deste registo tenta captar não a “experiência coerente da vida como unidade e como totalidade”, “como uma narrativa totalizante” (Bourdieu, 1997 [1993]: 55), mas precisamente desfazê-la, isto é, decompô-la temporalmente. Esta componente do guião, em que a dimensão do registo escrito da história de vida era introduzida, era a mais importante e veio a ser aquela em que o resto da entrevista giraria em torno. A grelha é, portanto, o “tronco” da conversação, e os episódios e carreiras de vida os seus ramos. Não obstante, o guião usado era constituído por outras componentes da análise:

1. Dados de caracterização social (data de nascimento, profissão, situação na profissão, freguesia e concelho de residência, etc.)
2. Transição para a vida adulta em geral (definição de *adulthood*, factores e experiências de vida importantes para estatuto de pessoa adulta, definição de autonomia, de independência, de responsabilidade, etc.)
3. Ficha cronológica de eventos
4. A “minha” transição (narrativa sobre a saída da adolescência, baseada no “mapa de vida”)
5. A “minha” transição comparada com a dos “outros” (comparações geracionais e de género)
6. A saída de casa dos pais (a “minha” no caso dos jovens)
7. A “minha” relação com os “outros” (evolução e caracterização da relação entre os membros da família durante o processo de transição para a vida adulta)
8. Expectativas face ao futuro

Registo escrito da história de vida

Em 1999, Parry, Thomson e Fowkes apelavam por mais investigação e publicações em torno da conjugação frutífera entre o preenchimento das fichas de histórias de vida e as entrevistas semi-directivas. Argumentavam que esta conjugação levaria a novas formas de compreender e de apresentar resultados qualitativos (1999, par. 4.12). Desde então, porém, poucas foram as pesquisas que seguiram este conselho. É, talvez, mais um exemplo de como as pesquisas qualitativas e as quantitativas permanecem, muitas vezes, a desenvolver-se de costas voltadas umas para as outras, mesmo no âmbito de um quadro teórico-analítico comum proporcionado pela perspectiva do curso de vida. Assim, não é o uso do instrumento da ficha de eventos, ou calendário de vida, ou registo da história de vida *per se* que é pouco frequente, mas a sua conjugação com entrevistas qualitativas de carácter biográfico.

De facto, desde os anos 80 e o desenvolvimento mais acérrimo da perspectiva do curso de vida,²⁰⁶ “que os cientistas sociais têm vindo a incorporar o *timing* e as sequências dos eventos do curso de vida nos seus desenhos de pesquisa e análises” (Freedman *et al.*, 1988: 38). Nestes casos, porém, era apenas utilizada enquanto técnica para recolha de informação retrospectiva (Freedman *et al.*, 1988), que veio melhorar a qualidade dos dados recolhidos e que foi muitíssimo útil para o desenvolvimento da demografia enquanto disciplina (Hogan e Goldscheider, 2002: 682). O formato dos calendários de vida, intrincado e encriptado, denunciava a falta de interesse de que o seu preenchimento fosse um trabalho conjunto do entrevistado com o entrevistador, ao ser muito pouco *interviewee-friendly*. A necessidade em conjugar este instrumento com entrevistas qualitativas começou a surgir em pesquisas de *follow-up* (Freedman *et al.*, 1999), no âmbito da sociologia médica ou da medicina, e por fim, este instrumento começou a ganhar muita fama e terreno como o método mais adequado de recolher informação junto de indivíduos idosos (Parry, Thomson e Fowkes, 1999; Wilson *et al.*, 2007). Estes usos do método continuavam, no entanto, a servir propósitos meramente quantitativos (Parry, Thomson e Fowkes, 1999). As principais vantagens que têm sido apontadas para a combinação entres estas duas técnicas eram (e ainda são) predominantemente unilaterais. Neste sentido, as principais vantagens apontavam no sentido da forma como a entrevista presencial e um guião directivo em torno da ficha de eventos favorece a qualidade dos dados (quantitativos, leia-se) recolhidos e registados. Tem sido, deste modo, referido que as questões colocadas qualitativa e pessoalmente servem apenas

²⁰⁶ Ver capítulo 1.

para completar a informação da ficha e para aumentar a consistência desta (Freedman *et al.*, 1988: 50); para estimular a memória de forma a minimizar a falta de rigor que costuma caracterizar os dados recolhidos retrospectivamente (Blane, 1996:751) e ainda para aproveitar o potencial da ficha de eventos como um *aide-memoire* (Berney e Blade 2003: 14, Freedman, 1988:66, Parry, Thomson e Fowkes, 1999). A introdução da grelha viria, então, colmatar o problema mais frequentemente apontado da recolha retrospectiva de dados: a falta de rigor na memória das datas e das sequências dos eventos.

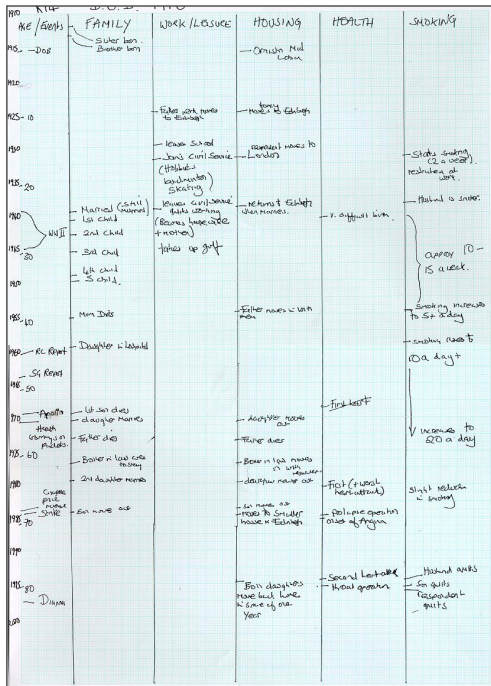
Cross-referencing on the life grid enables subjects to improve the accuracy with which date are remembered. (...) The life grid also appears to release detail from memory by juxtaposing different information from the same period of life.

D. B. Blane (1996), *Collecting retrospective data: development of a reliable method and a pilot study in use*, pp. 752

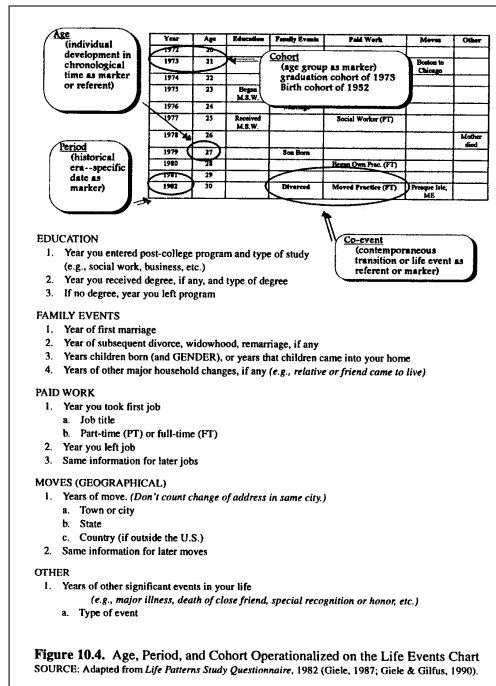
Verificaram-se, em interação das entrevistas levadas a cabo, estas mesmas vantagens (aliadas ao facto dos cursos de vidas dos jovens não serem ainda assim tão difíceis de recordar, porque bastante mais curtos do que o dos idosos). Porém, as vantagens desta combinação entre a ficha de eventos e a entrevista biográfica revelou ser bilateral, na medida em que a introdução da grelha altera a dinâmica da conversa biográfica, enriquecendo-a e estimulando-a. Permite, assim, a relação entre a experiência individual e a identificação de momentos-chave, históricos ou individuais; melhora a relação entre entrevistado e entrevistador/ investigador, permite um entendimento holístico do fenómeno ao promover a interdependência dos relatos acerca dos vários eventos e permite regressar a eventos relatados em momentos diferentes da entrevista (Parry, Thomson e Fowkes, 1999).²⁰⁷ Adicionalmente, conclui-se ainda que “o registo escrito da história de vida, complementado com entrevistas abertas, pode constituir-se como uma enorme contribuição para os estudos sobre juventude, nos quais as narrativas biográficas têm tanta importância” (Wilson *et al.*, 2007:24). O formato da ficha de eventos pode ser simples ou complexo, e apresenta algumas variações consoante os estudos, mas a sua base é relativamente constante e transversal. As figuras seguintes ilustram com clareza como as variáveis de base se organizam em colunas e linha.

²⁰⁷ Poucos são os estudos cujos resultados contrariam estas vantagens, mas entre os quais se pode destacar o de Bell (2005). Bell terá conseguido discordar de todas as vantagens aqui apontadas, mas basicamente porque terá falhado em muitas das regras, apontadas de seguida, para o resultado bem sucedido desta técnica mista.

Figura 8.1 Três exemplos de fichas de eventos, calendários de vida, registos de histórias de vida



Fonte: Parry et al., 1999, Figure 1.



Fonte: Giele, 1998: 250

Ano/idade	Escolaridade		Emprego		Sair de casa		Namoro		Coabitação		Casamento		Filhos	Outros
	Início ou regresso	Fim ou intervalo	Início	Fim	Saída ou mudança	Regresso	Início	Fim	Início	Fim	Início	Separação ou divórcio		
80 / ...														
81 / ...														
... / ...														
08 / ...														
09 / ...														

Fonte: Grelha utilizada na pesquisa levada a cabo para a presente dissertação.

A primeira coluna refere-se à métrica temporal, que geralmente contém o ano civil e a idade²⁰⁸ (Freedman et al., 1988: 51, Giele, 1998; Parry Thomson e Fowkes, 1999; Blane, 1996).²⁰⁹ As seguintes referem-se geralmente às carreiras demográficas mais comuns: escolar, profissional, conjugal, parental, etc.. Pode e deve acrescentar-se colunas de interesse específico para a pesquisa concreta que se está a levar a cabo (carreira fumadora, carreira criminal, carreira migratória, carreira militar, etc.). Assim, regista-se na história de vida a cronologia dos eventos e das actividades que combinam dados sobre educação, profissão, família e residência (Scott e Alwin, 1998: 100). No caso concreto desta pesquisa optou-se por desagregar, ou “decompor para melhor compor” (Pais, 2001: 102) algumas carreiras²¹⁰, de

²⁰⁸ Na ficha de eventos usada na pesquisa, a idade era actualizada no momento.

²⁰⁹ A idade é até mais apropriada para jovens adultos (Wilson, 2007: 7). Por vezes, a referência oral dos anos lectivos também facilitava a organização cronológica dos eventos.

²¹⁰ De facto, tal como referido por Karweit e Kertzer em 1998, embora na vida real as esferas da educação, da ocupação profissional e da formação de família estejam interconectadas, analiticamente é muito útil a desagregação destas (1998:93).

modo a permitir a recolha de informação sobre eventos não apenas demográficos mas biográficos, críticos, de viragem, etc.:

- (i) a carreira amorosa em “namoros”, “coabitação” e “casamento”. Esta desagregação serviu essencialmente o propósito de percorrer todas as relações amorosas e afectivas significativas independentemente de estas “terminarem” em coabitação ou casamento.
- (ii) eventos significativos de natureza imprevisível (“chance events”): doença ou morte, desilusão de amor, tentativa de suicídio, divórcio dos pais, “sair do armário”, etc..

Apesar da ideia de que quanto mais profissional e “atraente” fosse a ficha de eventos, maior o impacto positivo que iria ter no interesse do entrevistado em preenchê-la (Freedman *et al.*, 1988: 51), a opção aqui tomada foi, pelo contrário, pela simplicidade, que se aliaria à informalidade da interacção. Também não se seguiu uma ordem muito rígida no preenchimento, ao contrário do que fizeram Freedman (1988) e Berney e Blade (2003), argumentando que isso diminuiria as hipóteses de erros no preenchimento e aumentaria o rigor dos dados recolhidos. Na presente pesquisa, o objectivo era permitir a maior fluidez possível do discurso e o espaço para a explicação das relações de interdependência entre os diferentes tipos de eventos, individuais ou externos (Blane, 1996: 752). A presença da grelha “em cima da mesa” legitimava o regresso a tópicos ainda não explorados ou a datas ainda não registadas, pelo que o preenchimento escrupuloso e inflexivelmente ordenado da ficha não apresentava nenhuma vantagem, antes pelo contrário, prejudicaria a relação e a interacção entre entrevistado e entrevistador/investigador. Além disso, a ficha de eventos devia ser o mais perceptível possível para o entrevistado, e por esse motivo não se usaram códigos, siglas nem técnicas sofisticadas de anotação que este não pudesse compreender. Todos estes pequenos desvios ao que era sugerido pela literatura prendem-se com o facto de, para realmente dar resposta às questões da reflexividade, da agência e da intencionalidade da acção, as perguntas de “o quê”, “como” e “porquê” serem feitas ao mesmo tempo de “quando” (Berney e Blade, 2003) e não depois.

Entre a vida vivida e a vida contada

I have also contended that future research on the life course must take fuller account of how circumstances are defined and responded to by actors as well as examine objective markers of success and failure. Failing to do so means that we ignore the process by which individuals experience the event and hence the ways that they seek out and discover possible corrective actions. The management of life course events is an under-investigated topic that brings together personal agency, social support, and opportunity structures in a common theoretical framework that may improve our understanding of how

life courses are constructed and how individual development occurs in response to both normative and non-normative transitions.²¹¹

Frank Furstenberg (2005) *Non-normative Life Course Transitions: Reflections on the significance of demographic events on lives*, pp. 170

A interacção entre a *narrativa biográfica* e o *registo escrito da história de vida* é, como tem vindo aqui a ser defendido, muito frutífera enquanto instrumento *combinado* de recolha de dados biográficos. Esta interacção é sinónima à diferença, inicialmente argumentada por Bertaux, entre “life story” e “life history”. Como explica Clausen, é mais adequado denominar de “life story” quando se trata exclusivamente da visão subjectiva e retrospectiva do indivíduo sobre experiências passadas e do significado dessas experiências para o indivíduo. Assim, uma “história de vida completa” deve incorporar os testemunhos do indivíduo mas também outros dados (Clausen, 1998:192). Mais recentemente, Thomson vai nesse mesmo sentido referindo que enquanto que a “life story” se baseia em entrevista ou “composição”²¹², a “história de vida” é analítica e baseia-se noutros dados e fontes (2009:20).

No caso da presente pesquisa, a fonte é sempre o indivíduo e os dois tipos de dados são fornecidos em simultâneo. Assim, à medida que é contada a história dos eventos (demográficos e/ou críticos) é simultaneamente contada uma história das decisões, das acções e, por vezes, dos arrependimentos. É, na realidade, uma viagem pelas quatro fases de um evento ou transição: a preparação, a ocorrência, a adaptação (reações de curto prazo) e a estabilização (acomodação de longo prazo) (George, 1993: 368). A vida contada é sempre, e mesmo nos casos de interacção com a vida vivida, o passado aos olhos do presente, e fruto de construções onde o singular, o social e o histórico estão “entrelaçadas” (McLeod e Thomson, 2009: 30-31). O sujeito é, afinal, um portador da história (Conde, 1993b: 41). E é nesse sentido que o facto da sua (versão) da história da sua vida ser pejada de subjectividade não retira pertinência à sua análise, até pelo contrário. O “teorema de Thomas” reforça, aliás, esta mesma ideia, pois “If men define situations as real, they are real in their consequences” (Thomas e Znaniecky, 1928: 572). A história que os indivíduos contam pode ou não estar factualmente correcta mas essa “falha” não é crucial. O que é crucial é que o investigador compreenda porque é que o entrevistado “elabora” certas respostas (Miller, 2007: 3).

Ora o método biográfico-interpretativo baseia-se precisamente na distinção entre estes dois tipos de materiais, o que se refere à *vida vivida* e o que se refere à *vida contada*

²¹¹ Negrito da autora.

²¹² Não usada na presente pesquisa. Aliás, técnica muito pouco usada em Portugal.

(Wengraf, 2000: 145). Ao contrário, porém, do que sucede com a presente pesquisa, neste caso os dados são analisados separadamente e os resultados só posteriormente são reunidos. Não obstante, são inúmeras as semelhanças entre o método analítico usado na presente pesquisa e o método biográfico-interpretativo tal como descrito por Wengraf. Para começar, a distinção entre “life lived” e “story told” vai ao encontro do já referido. Assim, “a vida vivida é composta de dados biográficos, que podem ser extraídos de entrevistas ou de outra fonte relevante. É vista como uma longa e cronológica sequência de factos históricos ‘objectivos’ da vida dos indivíduos, os eventos da vida tal qual aconteceram, independentemente de como são referidos na entrevista” (Wengraf, 2000: 145). Por outro lado, a “vida contada é a forma como o indivíduo se apresenta a si mesmo – tanto na narrativa inicial como nas respostas a perguntas específicas – ao seleccionar certos eventos da vida e omitir outros, e por lidar com eles de uma, e não de outra, determinada forma” (Wengraf, 2000: 145). Reunir estes dois tipos de informação, usando o método biográfico de uma forma compósita e menos tradicional, permitiu captar tanto os “alinhamentos” como os “desalinhamentos” de vida, desafiando os jovens a preencher os “silêncios”, “lacunas” e “não-ditos” (Pais, 2001: 87). Este método combinado permitiu, portanto, a análise de três camadas de informação: a história dos eventos, a acumulação das experiências e a avaliação ou interpretações dessas mesmas experiências (Scott e Alwin, 1998, 100-101).

Das quatro análises biográficas diferentes (ou complementares), a saber, a análise de *conteúdo holístico*; a análise de *conteúdo temática*, análise da *forma holística*, e a análise da *forma das categorias* (Cohler e Hostetler, 2002: 560) usaram-se, ainda que de forma compósita, todas menos a última. Assim, na análise da vida contada usou-se, consoante os capítulos e as questões neles retratados:

- a *análise de conteúdo temática*, sempre que se analisam os cursos de vida por tópicos comparáveis, e se procedeu a uma análise do conjunto total dos entrevistados;
- mas sobretudo a *análise de conteúdo holístico*, sempre que se analisou os temas salientes da vida por indivíduo, isto é, sempre que se trataram os indivíduos como estudos de caso (Cohler e Hostetler, 2002: 560) (mais presente no capítulo 10).
- Já na análise da vida vivida, apesar de haver sempre um diálogo patente com a análise da vida contada, fez-se bastante mais uso de uma *análise da forma holística* (mais presente no capítulo 9), que se baseia mais na estrutura da vida vivida do que no conteúdo (Cohler e Hostetler, 2002: 560), nomeadamente usando-se para tal a representação gráfica (mapas de eventos) desse curso de vida.

8.3 *It takes two to tango*

As Plummer (1995b) has observed, “no life story is simply that: a story. Instead it is built out of a series of social domains surrounding the life story-teller, the psychologist who is collecting the story, and the interaction between them.

Plummer, 1995 *citado por* Cohler e Hostetler, 2002: 561

Como se referiu mais acima, o material recolhido através da ficha cronológica de eventos mas especialmente da explicação causal e emocional da relação entre esses mesmos eventos é produto de uma densa interacção entre o jovem-adulto e o investigador/entrevistador. Janesick faz a este propósito uma analogia muito elucidativa. Esta autora considera que a entrevista é como uma dança cuja performance pertence ao entrevistado mas cuja coreografia é da responsabilidade do investigador (Janesick, 2010: 3-4). Tal interacção já habitualmente sucede noutros formatos biográficos, que tendem a “requerer discussão e elaboração”, fazendo do produto final, a narrativa, uma “construção conjunta” (Clausen, 1998: 197, ver também Rustin e Chamberlayne, 2002: 10). As entrevistas de carácter biográfico tornaram-se uma oportunidade para alguns jovens “reflectirem mais sobre as suas vidas e a direcção que estas estavam a tomar, juntamente com um interessado mas imparcial indivíduo” (Henderson *et al.*, (2009 [2007]): 166). Mas o preenchimento da grelha cronológica dos eventos, ao não ser realizado pelo entrevistado, implica uma cooperação adicional, constante e dinâmica entre o entrevistador/investigador e o entrevistado. A interferência da grelha no momento da entrevista convida, portanto, o entrevistado para uma participação ainda mais activa do que habitual (Parry, Thomson e Fowkes, 1999, par. 3.2; Freedman *et al.*, 1988: 66).

Para o resultado bem sucedido desta metodologia, cabe ao investigador garantir (i) relativa proximidade física entre si e o entrevistado e (ii) suavidade na introdução da grelha na dinâmica da entrevista, já em curso. (i) A proximidade física entre o investigador/entrevistador e o entrevistado garante que este poderá ver tudo o que está a ser apontado sobre ele na ficha de eventos, o que transmite confiança na transparência do “contrato da entrevista” e no rigor do registo dos dados.²¹³ Para esta transparência acresce também a explicação de como funciona o preenchimento e de para que serve a ficha de eventos dada no momento em que esta é introduzida (também aconselhada por Parry, Thomson e Fowkes, 1999; par. 2.9). Permite, simultaneamente, que caso alguma eventual correcção dos dados que estão a ser registados seja necessária, esta possa ser imediatamente detectada pelo entrevistado e efectuada pelo entrevistador/investigador (Freedman *et al.*,

²¹³ Tal como sugerido por Parry, Thomson e Fowkes (1999).

1988: 66).²¹⁴ Além disso, a visualização do mapeamento da vida por parte do entrevistado estimula o preenchimento da ficha de eventos e, principalmente, convida ao estabelecimento da relação temporal correcta e da relação causal atribuída entre os eventos (Parry, Thomson e Fowkes, 1999). Em nenhum outro momento das suas vidas os entrevistados se viram em situação de visualizar um mapa da sua vida real, com as “zonas temporais” desertas e com as zonas de reboição transicional, e seu respectivo rasto, devidamente registadas. Emerge, deste modo, uma necessidade, alimentada pela curiosidade em apurar o aspecto final, em registar cronológica e correctamente todos os eventos relevantes para a “história de vida”, para que o entrevistado possa rever-se nesse mapa, nele vendo espelhado o seu percurso.²¹⁵ Parry, Thomson e Fowkes designam este processo de “entertaining challenge” (1999). Esse objectivo é partilhado pelo entrevistador/investigador, pelo que esta interacção acaba por conferir equilíbrio entre o sujeito e o objecto da investigação sociológica ao criar, ainda que temporariamente, uma espécie de “empate” de interesse pelo instrumento de recolha dos dados e pelos dados propriamente ditos.²¹⁶

Visual element which can help to engage interviewer and interviewee in a process of constructing and reflecting on a concrete life history record; its role in creating a more relaxed research encounter supportive of the respondent's 'voice'; and facilitating the discussion of sensitive issues.

Sarah Wilson, Sarah Cunningham-Burley, Angus Bancroft, Kathryn Backett-Milburn e Hugh Masters (2007), *Young people, biographical narratives and the life grid: young people's accounts of parental substance use*, pp. 135.

(ii) Por outro lado, era igualmente importante que a informalidade e a flexibilidade do instrumento de recolha de informação “entrevista” já tivessem sido estabelecidas pelo investigador/entrevistador e reconhecidas pelo entrevistado para que a grelha, quando

²¹⁴ Muitas das vezes, aliás, a correcção da data do evento é acompanhada de uma explicação que, por corresponder a episódios de vida relevantes, acaba por desencadear um novo ramo da conversa e ganhar um renovado interesse e entusiasmo.

²¹⁵ Um dos jovens entrevistados esteve envolvido, há cerca de 5 anos, num acidente rodoviário, tendo sofrido um traumatismo craniano que lhe causou um período de coma. Sendo uma referência fundamental na narrativa do curso da sua vida (o “antes” e o “depois” do coma), este trágico episódio provocou-lhe igualmente falhas de memória relativamente à sequência dos acontecimentos e aos acontecimentos propriamente ditos. Foi com muita dedicação mútua que, após algum tempo de entrevista, se acabou por conseguir registar a sua história de vida. O resultado foi muito surpreendente e até emocionante para o jovem.

²¹⁶ A este propósito Janecisk conta uma história de campo muito interessante: “In fact, in my own collective oral history research project on women teachers, a participant asked me, ‘What are you calling me in the write up?’ I answered that I usually use the word ‘participant’ to describe members in a study. She then said to me, ‘Wouldn’t it be better to call us both interpreters?’” (Janesik, 2010: 5-6).

introduzida, fosse entendida como um pretexto para continuar a conversar e não como um motivo para uma interrupção da conversa, ou para uma ruptura da dinâmica até então já estabelecida. Assim, embora no guião da entrevista semi-directiva estivesse pré-definida a ordem pela qual os tópicos de conversa, bem como a grelha, eram introduzidos, só se respeitava essa recomendação se a confiança, até ao momento em que estava pré-definida a entrada da grelha, estivesse minimamente estabelecida, e a informalidade e flexibilidade da conversa já estivessem assumidas e postas em prática.²¹⁷ A grelha, pela sua natureza, facilmente poderia cair num registo de questionário, ou interrogatório, que suscita pouca simpatia por quem está no lugar do “interrogado”, e por esse motivo era fundamental que os precedentes da confiança e da fluidez da conversa estivessem abertos no momento em que a grelha fosse introduzida.

Notas sobre os filtros da conversação

Fruto da relação de confiança e da partilha de um objectivo comum, o preenchimento da grelha, bem como toda a sua conversa precedente, simultânea e posterior, não está imune a filtros sociais para a conversação. Face ao conjunto total de entrevistados (jovens e alguns dos seus pais e mães²¹⁸), foi notória a importância de algumas características que *per se* ou em interacção com as do entrevistador/investigador, condicionaram a forma, a dinâmica e, em alguns casos, o conteúdo das entrevistas. Estas características sociais, bem como a relação ao tema da entrevista ou à forma/dinâmica da entrevista com as quais estas interferem, estão ilustradas na figura 8.2. Temas diferentes estão variavelmente sujeitos à interferência de características sociais específicas do entrevistador/investigador, do entrevistado ou de ambos:

(i) Entrevistado *versus* entrevistadora/investigadora: O sexo masculino do entrevistado, *per se* ou face ao sexo feminino,²¹⁹ produziu interferência especialmente evidente no que toca às conversas sobre o percurso amoroso ou sobre a relação amorosa ou de

²¹⁷ A ficha de eventos tinha um momento de entrada na conversa e também um momento de saída. Seguiu-se apenas comedidamente, portanto, o conselho de Freedman que argumenta que alternar entre modos de perguntar pode confundir o entrevistado e diminuir o *rappor*t e a qualidade da memória das sequências (Freedman *et al.*, 1988: 50).

²¹⁸ Foram também realizadas 8 entrevistas a pais e mães de alguns destes jovens, mas acabaram por não ser analisadas para a presente pesquisa. Levantam, porém, pistas importantes que mais do que complementares, se constituem suficientes para uma diferente investigação a levar-se a cabo no futuro. Contudo, as conclusões retiradas da interacção da entrevista são, para esta subsecção sobre filtros de conversação, válidas.

²¹⁹ É difícil determinar qual destas situações ocorre.

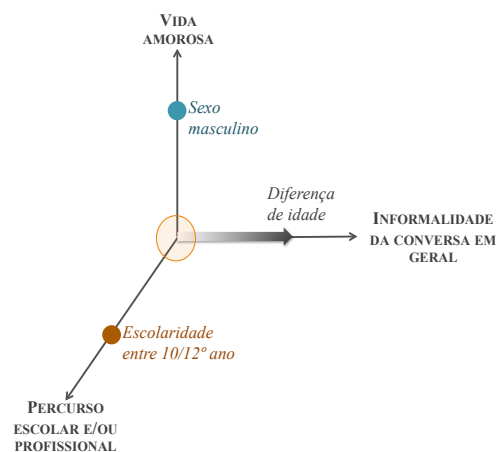
cariz sexual actual. Esta interferência manifestou-se de duas formas: (a) algum constrangimento em revelar a escassez ou a inexistência de relações amorosas ou sexuais, o que poderá ter levado alguns jovens a fabricar namoradas/parceiras para preencher o vazio, incómodo, da grelha;²²⁰ (b) constrangimento em assumir a inexistência, actual, de namorada ou de parceiras sexuais, isto é, de assumir a actual inactividade sexual. Estes constrangimentos são válidos apenas para os jovens adultos que se assumem como heterossexuais e foram, de qualquer forma, residuais face ao total de entrevistas.

(ii) *Jovem de escolaridade com nível secundário versus jovem com escolaridade com nível superior.* A relação entre interferência na dinâmica da entrevista, por um lado, e amplitude da diferença entre níveis de escolaridade entre entrevistado e entrevistador/investigador, por outro, não é de todo linear. De facto, tanto na entrevista com os jovens com níveis de escolaridade superior, como com os de níveis de escolaridade ao nível do preparatório, não se sentiu uma referência constante, no tocante ao percurso escolar e ao profissional, ao percurso no ensino superior. Não se verificou, portanto, que os jovens com escolaridades menos elevadas fizessem questão de relembrar, nas suas respostas, o que afastava os seus percursos escolares e profissionais dos do investigador/entrevistador; nem se verificou que os jovens com escolaridade de nível do ensino superior fizessem questão de sublinhar, nas suas respostas, as similitudes entre os seus percursos escolares, académicos ou profissionais e os do investigador/entrevistador. Tanto a escolaridade mais baixa como a mais elevada produziram baixa interferência na dinâmica da entrevista, mesmo no que se refere às trajectórias escolar e profissional. No entanto, foi no grupo dos jovens com escolaridade de nível secundário, completo ou incompleto, que muitas vezes foi abordada a decisão ou a impossibilidade de prosseguir estudos, como se de um assunto polémico se tratasse e como se sentissem que com o não explicado e contextualizado não prosseguimento de estudos para o ensino superior, estavam a assumir uma incompetência escolar ou profissional de alguma ordem. A explicação da ausência de ensino superior ocupou proporções de tempo, por vezes, mais longas do que as explicações e descrições dos percursos de ensino superior propriamente ditos (por parte de outros inquiridos, logicamente).

²²⁰ Ficou-se com a ideia de que tal fabricação poderá ter acontecido em um caso. Porém, neste mesmo caso, e em relação a outras variáveis, ficou-se igualmente com a ideia de que se trataria de um jovem homossexual não assumido, o que poderá explicar, mais do que a diferença de sexos entre entrevistado/entrevistador, o excesso de justificação em torno do número escasso de namoradas ou da relevância sexual das mesmas.

(iii) *Entrevistado(a) adulto(a) versus Jovem da idade próxima de um dos filhos*: deve ter-se em conta que se tratam apenas de oito casos (seis mães e dois pais) que acabaram por não ser utilizados para esta tese. Por coincidência, o investigador/entrevistador de todas as entrevistas estava situado no mesmo grupo etário dos jovens entrevistados. Concomitantemente, a proximidade e afastamento geracionais estavam patentes na interação das entrevistas. Se no caso dos jovens, a cumplicidade geracional funcionou como um tácito acordo relativamente aos estilos de vida, linguagem, experiência histórica e de vida individual (aliado, aliás, à confiança intermédia criada pela existência de amigo/conhecido comum); no caso dos pais, o afastamento geracional criou, no início da entrevista, também uma maior formalidade que é menos propícia à intimidade que caracterizou a grande maioria das entrevistas com os jovens-adultos e que teria favorecido o formato de entrevista utilizado. Esta formalidade, apesar de ter permanecido sempre superior à das entrevistas com os jovens (a ausência do tratamento por “tu” é ilustrativa dessa formalidade), foi diminuindo ao longo da entrevista. Tal sucedia à medida que o diálogo se ia tornando mais entusiasmado e que uma relação de relativa confiança ia sendo criada. Mas é muito relevante que a falta de cumplicidade geracional tenha sido algumas vezes compensada por uma necessidade, notória nos discursos destes entrevistados mais velhos, em tornar explícito o contexto histórico-social do seu curso de vida, reflectindo “em voz alta” sobre a forma como o desenrolar da sua vida foi sendo produto desse contexto (coisa que não aconteceu com tanta frequência no caso dos jovens-adultos, por se assumir como partilhado entre entrevistador/investigador e entrevistado). Além disso, o tempo que separa o momento da entrevista dos momentos dos episódios de que se estava a falar em entrevista, facilitou que se partilhassem acontecimentos que, de certo, não seriam contados no contexto em que eles ainda eram jovens: sexo antes do casamento e gravidezes não planeadas, desobediência à autoridade parental, etc.

Figura 8.2: Filtros da conversa/entrevista



Estas três questões dizem respeito à interação na entrevista e, em alguns casos, acumularam-se. Embora, por vezes, tenham influenciado o próprio conteúdo da entrevista, um outro factor contagiou, de forma muito mais marcada, a reflexividade envolvida nos discursos ou, pelo menos, a capacidade para a expressar em narrativa. Trata-se do nível de escolaridade. Se a relação entre o nível de escolaridade e a dinâmica estabelecida entre entrevistado/entrevistador não é linear, a relação da escolaridade com o nível de reflexividade e a capacidade de a expressar em entrevista já parece ser. Assim, jovens com níveis de escolaridade menos elevados tendem a interpretar menos frequentemente a sua vida como uma constante tomada de decisões e de encruzilhadas, e a interpretá-la mais como respeitando ou desrespeitando um determinado modelo de curso de vida (normativo). O ónus dos acontecimentos é colocado menos no indivíduo e mais em acontecimentos externos. Estes jovens tendem, talvez por isso, a expressar menos as reflexões sobre os cursos e os cenários possíveis para a sua vida passada e futura.²²¹

8.4 Estes jovens: selecção e caracterização

Seleccção

Uma pesquisa desta natureza dispensa pretensões de representatividade estatística. Ela encontra-se, sim, entre as duas disponibilidades da abordagem biográfica, identificadas por Conde (1993). Por um lado, os jovens adultos foram seleccionados “para servir uma lógica de inferência generalista estribada na representatividade tipológica” e, por outro lado, também para servir “uma lógica de referência particularista (...), sendo portanto sensível à singularidade específica dos casos escolhidos” (1993: 206). Assim, por um lado, quis garantir-se, na selecção, a diversidade cruzada dos jovens entre diferentes categorias sociais, dentro de um grupo etário específico: sexo, escolaridade (como indicador do movimento, da trajectória social dos próprios, e não como categorias estanques sobre a classe social de origem) e tipo/formato/destino de saída de casa dos pais pela primeira vez (independentemente da situação habitacional actual). Privilegiou-se a escolaridade dos próprios em detrimento da classe social devido à entrada ainda muito recente destes jovens no mercado de trabalho. A classe social está, portanto, em formação e as actividades

²²¹ Ver Atkinson, 2010.

profissionais dos jovens que desenvolvem muitas das vezes não reflectem o percurso escolar. Considera-se, por isso, que seria um indicador incompleto. Não obstante, a análise considera a classe social de origem, a classe social (actual) dos pais dos jovens. Por outro lado, na análise (mais do que na selecção dos entrevistados propriamente dita) acabou por privilegiar-se igualmente a “singularidade do caso escolhido (...) seja ele raro, desviante, excepcional, seja ele híbrido, ambíguo, intermédio” (Conde, 1993: 206), especialmente no capítulo 10, sobre a improvisação da vida e *janelas de oportunidade* para a acção.

1. Idade

O primeiro filtro para a selecção dos casos passou, obrigatoriamente, por definir as idades mínima e máxima dos jovens-adultos a incluir no estudo. Optou-se por um grupo etário relativamente curto e tardio, entre os 25 e os 32 anos (sendo a média de idades do conjunto de entrevistados de 29 anos), por duas ordens de motivos:

(i) Uma primeira ordem de motivos prende-se com uma relativa e, questionável que seja, unidade geracional que é tanto mais internamente homogénea quando menor for o grupo etário seleccionado e quanto maior for, portanto, a especificidade da singularidade da sua relação com o contexto histórico. Os estudos sobre juventude tendem a agrupar num mesmo grupo etário indivíduos com 15 e com 29 anos, opção que não se pretendeu de todo replicar no presente estudo. A análise das mesmas variáveis nestes dois extremos da “juventude” não é equivalente. A título de exemplo: uma análise da situação escolar actual levar-nos-ia a concluir que quem está de fora do sistema escolar aos 15 se encontra numa posição desfavorável do ponto de vista social, mas tal não é necessariamente verdade para os jovens com 29 anos. Do mesmo modo, estar empregado aos 15 anos pode ser considerada uma entrada precoce no mercado de trabalho, mas não estar empregado aos 29 anos pode ser indicativo de precariedade laboral ou de frágil integração social. Do ponto de vista analítico, esta opção também pareceu acertada na medida em que, desta forma, a análise dos dados pode ser feita simultaneamente ao longo de dois *templates* temporais: o do tempo e o da idade (George, 2009: 165). Optou-se, por estes motivos, por um grupo etário relativamente curto (dos 25 aos 32 anos), portanto, com amplitude de sete anos.

(ii) Uma segunda ordem de motivos prende-se precisamente com a *janela de observação* dos jovens-adultos, tanto maior quando mais avançadas forem as idades mínima e máxima dos indivíduos. O mesmo é dizer que, para examinar transições longas (e complexas), é necessário uma maior “time window” (Pollock, 2007: 180). Garante-se, dessa forma, que se consegue observar (mesmo que retrospectivamente) trajetórias o mais

completas possíveis, especialmente as habitacionais que tendem a começar mais tarde (Billari, 2001: 11). Para utilizar a linguagem estatística usada nos capítulos 6 e 7, esta estratégia conseguiu evitar um número elevado de “right censored cases” (Mills, 2011), isto é, casos cuja grande ou relevante parte dos eventos são de impossível observação (porque acontecem depois do trabalho de campo, recolha dos dados, em idades superiores às que os indivíduos tinham quando foram entrevistados). Com a multiplicidade de eventos ocorridos, este grupo etário apresenta assim uma complexidade mais digna de análise e mais provável de captar as questões da agência, da intencionalidade da acção e da reversibilidade do curso de vida. Ideia confirmada, aliás, por Mauritti (2009), que afirma que “as idades situadas no escalão dos 25 a 34 anos acentuam uma diversificação e complexidade crescentes dos processos transicionais. Os traços dominantes nos padrões de organização do alojamento e de conciliação da vida pessoal, profissional e familiar por parte dos indivíduos destas idades alteram-se de forma clara” (2009: 106).

2. Escolaridade

A escolaridade foi usada como um critério importante na selecção dos entrevistados, mais até do que a classe social. A classe social do próprio é, no caso de indivíduos das idades consideradas e como já foi referido, um indicador incompleto de caracterização social pois é fruto de um processo de mobilidade social ainda em curso. Por outro lado, a classe social de origem dos pais apenas indica o “ponto de partida social” mas não o percurso social do indivíduo. Em suma, indica a “classe social” mas não a “classe de trajectória” (Bourdieu, 2010 [1979]: 188). A escolaridade pareceu, por estes motivos, privilegiar mais o movimento de mobilidade social e menos dimensões sincrónicas como a classe social, como aconselhado por McLeod e Thomson (2009: 5). A escolaridade parece captar melhor, nestas idades, esse movimento.

A distribuição dos jovens pelos diferentes níveis de escolaridade não reflecte o universo estudado. Há uma sub-representação dos menos escolarizados (escolaridade até 9º ano) em prol de uma sobre-representação de indivíduos com escolaridade de nível secundário e de indivíduos com escolaridade de nível superior. Há, no entanto, motivos que explicam por que se optou por (proporcionalmente) mais jovens destes dois níveis de escolaridade e por (proporcionalmente) menos jovens de níveis de escolaridade mais baixos. Um desses motivos prende-se com a invisibilidade de certos grupos. Em Portugal, de facto, os jovens menos qualificados ou socialmente excluídos costumam receber talvez maior atenção do que os jovens com qualificações de nível secundário ou profissional (ver Pais, 2001; Machado e

Silva, 2009; Guerreiro, Cantante e Barroso, 2009, entre outros). Por outro lado, também os percursos dos jovens estudantes têm recebido, desde muito cedo em Portugal, atenção especial por parte dos sociólogos.²²² De facto, “enquanto que aqueles que são identificados como socialmente excluídos (...) têm sido alvo de políticas e de atenção, os problemas do dia-a-dia da maioria permanece, tanto na investigação como nas políticas, dentro da “caixa negra” da vida familiar” (Jones, 2003: 187). Uma olhar breve pelas políticas de Juventude ao nível do Conselho da Europa confirma, aliás, esta observação de Jones.

O outro motivo prende-se com a complexidade acrescida de certos fenómenos em determinados grupos sociais. Como refere Mauritti, os “protagonismos de autonomia” são mais assumidos por “sectores da população jovem e adulta altamente qualificados e bem posicionados nas novas segmentações socioprofissionais prevalecentes a nível mundial” (2009:5). De facto, uma grande bifurcação nos percursos de saída de casa dos pais está relacionada com a ida ou não para o ensino superior (Heath e Cleaver, 2003: 182). Assim, o protagonismo dos mais escolarizados nas atitudes e práticas de formação de novos agregados domésticos é maior do que entre os menos escolarizados (Mills and Blossfeld, 2005: 15) e são estas experiências que mais contribuem para a compreensão da mudança social (Heath e Cleaver, 2003: 4).

3. Saída de casa dos pais pela primeira vez

Se se tiver em conta a autonomia habitacional como um processo crescente, em que a conquista é gradual e está relacionada com recursos económicos (Guerrero, 2003: 8, ver tabela 1.1; Goldscheider e Goldscheider, 1993; Jones, 1995), chega-se a três tipos de situação habitacional. São eles: (i) dependência habitacional: jovens que vivem com os pais, não pagam renda, sendo ou não dependentes financeiramente dos pais a outros níveis, ou os pais dependentes deles; (ii) semi-autonomia habitacional: consiste não em ter saído de casa mas apenas em viver longe de casa (Goldscheider e Goldscheider, 1993; Jones, 1995), os exemplos mais frequentes deste tipo de autonomia habitacional são os estudantes deslocados da sua área habitual de residência, mas também os casos de serviço militar, etc.; (iii) autonomia habitacional: que inclui os jovens que saíram para/através de projecto

²²² Ver projectos Eurostudent (<http://www.eurostudent.eu/>) e “ETES - Os Estudantes e os seus Trajectos no Ensino Superior: sucesso e insucesso, factores e processos, promoção de boas práticas” (<http://etes.cies.iscte.pt/>) desenvolvido pelo CIES-IUL e pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto como exemplos.

conjugal, os que saíram por motivos profissionais e os que saíram por motivos relacionados com a conquista de independência individual.

No entanto, estas três situações referem-se, assim, mais a diferentes *etapas* ou *fases* no sentido da completa autonomia habitacional do que a *formas* de conquista dessa autonomia. Sendo assim, esta tipologia pode apenas referir-se a momentos diferentes do curso para a condição adulta, e não propriamente a *cursos* diferentes, não sendo então mais adequada como critério de selecção dos indivíduos. Para incluir a *forma* de saída de casa nos critérios de saída de casa, que como se verificou essencialmente no capítulo 3, é da maior importância para diferenciar gerações e países, deve incluir-se a fase dessa saída (saiu ou não de casa dos pais no momento da entrevista) mas igualmente a forma da primeira saída de casa dos pais (conjugal ou individual).²²³

Quadro 8.1 Fases e formas de saída de casa dos pais (para selecção de entrevistados)

Critério	Distinção
<i>Fase</i>	1. A casa dos pais é a sua casa (nunca saíram de casa dos pais). 2. A casa dos pais já não é a sua casa, saíram dessa casa (mesmo que anteriormente tenham saído de casa para estudar, regressando ou não depois para casa dos pais).
<i>Forma</i>	2a. Saíram de casa pela primeira vez para viver em conjugalidade. 2b. Saíram de casa pela primeira vez para viver independentemente de familiares ou cônjuge (sozinhos, com amigos ou com <i>roommates</i>)

4. Bola de neve na Área Metropolitana de Lisboa

A estratégia seguida para angariação de entrevistados, cujo conjunto correspondesse à diversidade cruzada de características e coordenadas sociais como o sexo, a escolaridade e o tipo de primeira saída de casa dos pais, foi a múltipla “bola de neve”. Partindo da rede de contactos pessoais, para que a confiança intermédia entre o investigador/entrevistador ficasse garantida,²²⁴ os jovens seleccionados acabaram por ser contactados dentro do raio da Área metropolitana de Lisboa. Tal não se constitui como um problema na medida em que “é nos principais centros urbanos que encontramos um enquadramento, em princípio, de maior abertura à autonomia e reflexividade dos indivíduos e das sociedades” (Mauritti, 2009: 82), que era um dos ingredientes procurados para o conjunto de entrevistados.

²²³ Ver capítulo 3, onde a importância do destino da primeira saída de casa foi explorada com mais pormenor.

²²⁴ Ver capítulo 4.

Caracterização

Foram seleccionados e entrevistados 52 jovens adultos, de idade compreendidas entre os 25 e os 32 anos. O quadro seguinte mapeia a distribuição dos entrevistados pelas variáveis sociais mencionadas para a selecção dos mesmos: sexo, escolaridade e tipo de saída de casa dos pais. Entre as variáveis seleccionadas, é de facto a da escolaridade aquela que apresenta um maior desequilíbrio. Mas de facto, para se encontrar a diversidade ao nível do tipo de primeira saída de casa que garante a complexidade dos percursos habitacionais, os jovens com qualificações mais elevadas teriam que ter um maior protagonismo na amostra (como o têm nestes processos). Optou-se então por manter o equilíbrio, dentro de cada tipo de escolaridade, entre os vários tipos de saída de casa, por esse motivo o número total do grupo dos indivíduos com baixa escolaridade é mais pequeno. O segundo grande desequilíbrio numérico encontrado reflecte, de certa forma, a distribuição encontrada no universo, não sendo por esse motivo muito preocupante para a análise. Trata-se do maior número de mulheres com licenciatura (no mínimo) face aos homens com as mesmas qualificações.

Quadro 8.2 Distribuição dos 54 jovens-adultos entrevistados pelos critérios de selecção

	Vive com os pais	Saiu para viver sozinho	Saiu para viver com cónjuge	Total
Escolaridade preparatória	2 (H)	2 (H)	3 (H)	6 (H)
	0 (M)	1 (M)	2 (M)	3 (M)
	2	3	5	10
Escolaridade de nível secundário	5 (H)	3 (H)	2 (H)	11 (H)
	2 (M)	1 (M)	5 (M)	7 (M)
	7	4	7	18
Ensino superior	3 (H)	3 (H)	2 (H)	8 (H)
	7 (M)	5 (M)	4 (M)	16 (M)
	10	8	6	24
Total	10 (H)	8 (H)	7 (H)	25 (H)
	9 (M)	7 (M)	11 (M)	27 (M)
	19	15	18	52

O quadro seguinte serve o único propósito de atribuir algumas coordenadas sociais aos indivíduos entrevistados, o que facilitará a interpretação dos casos e citações utilizados nas análises seguintes.

Quadro 8.3 Listagem dos 54 jovens-adultos entrevistados

Motivo da primeira saída de casa	Nome fictício	Idade	Nível de escolaridade mais elevado completo	Profissão	Situação amorosa/conjugal
Não saiu de casa	<i>Dora Fonseca</i>	25	Curso superior	Técnica de estudos de mercado	Namora
	<i>Jonas Falcão</i>	27	Secundário (Curso superior incompleto)	Avaliador orçamentista	-
	<i>Gabriel Vaz</i>	26	Secundário	Técnico de informática	-
	<i>Jorge Rocha</i>	30	Secundário (Curso superior, a frequentar)	Empregado bancário	-
	<i>Sílvia Carvalho</i>	31	Curso Superior (Curso pós graduado, a frequentar)	Educadora de infância	-

	<i>Pascoal Lopes</i>	32	Preparatória (+ curso profissional)	Motorista de distribuição	-
	<i>Simone Leão</i>	28	Curso superior	Consultora de comunicação	Namora
	<i>Maria Abreu</i>	28	Curso superior	Auditora	-
	<i>Renato Souto</i>	27	Curso superior	Empregado bancário	Namora
	<i>Bento Correia</i>	27	(Secundário) Curso superior incompleto	Funcionário de um partido político	-
	<i>Adriano Cruz</i>	30	Curso superior	Assessoria de formação na área da contabilidade	-
	<i>Paulo Coelho</i>	28	Curso superior	Tutor numa universidade	Namora
	<i>Margarida Oliveira</i>	28	Curso superior	Técnica de marketing	Namora
	<i>Sofia Mota</i>	28	Curso superior	Programadora analista	Namora
	<i>Pedro Onofre</i>	28	Secundário	Repositor de stock	-
	<i>Eugénio Mendes</i>	30	Preparatório incompleto	Electricista	-
	<i>Cecília Melo</i>	31	Curso superior	Relações públicas e professora do ensino superior	Namora
	<i>Diana Campos</i>	32	Secundário	Empregada administrativa	Namora
	<i>Sofia Amorim</i>	29	Secundário	Técnica de aeronaves	Namora
Sáida individual	<i>Sara Neves</i>	26	Curso superior	Empregada de sapataria	Namora
	<i>Gonçalo Fernandes</i>	26	Curso superior	Técnico de óptica e DJ	-
	<i>Clara Furtado</i>	26	Preparatório (Secundário incompleto)	Empregada de livreria	Namora
	<i>Tiago Santos</i>	30	Secundário (Curso superior, a frequentar)	Empregado administrativo	-
	<i>Carlos Ramires</i>	26	Curso superior (curso pós graduado frequentar)	Técnico de recursos humanos	-
	<i>Inês Barbosa</i>	28	Curso superior	Assistente de direcção	Namora
	<i>Carolina Resende</i>	27	Curso superior	Técnica de relações internacionais	Namora
	<i>João Rangel</i>	28	Preparatório (completo)	Vendedor	-
	<i>Rafael Caeiro</i>	29	Secundário (Curso superior incompleto)	Director de contratação	União de facto
	<i>Fernanda Silva</i>	30	Curso superior	Relações públicas	-
	<i>Manuel Castro</i>	28	Secundário	Empregado administrativo	União de facto
	<i>Leonor Valentim</i>	31	Secundário	Assistente de direcção	União de facto
	<i>Bernardo Gouveia</i>	28	Curso superior	Desempregado, técnico de som	União de facto
	<i>Mauro Baptista</i>	32	Preparatória (+ curso profissional)	Carpinteiro	-
	<i>Claudia Sampaio</i>	23	Curso superior	Operadora de call center e investigação, explicações a	Namora
Sáida conjugal	<i>Mónica Tavares</i>	27	Curso superior	Professora e explicadora	União de facto
	<i>Sónia Resende</i>	24	Preparatória (+ curso profissional)	Cabeleireira	União de facto
	<i>Ana Antunes</i>	30	Secundário	empregada administrativa	Casado
	<i>David Zarco</i>	30	Curso superior	Consultor de comunicação	Namora
	<i>Pompeu Domingos</i>	31	Secundário	Técnico de informática	União de facto
	<i>Leonardo Reis</i>	32	Preparatória (Secundário incompleto)	Técnico de informática	União de facto
	<i>Luís Ribeiro</i>	27	Secundário (Curso superior, a frequentar)	Empregado de balcão e estudante	União de facto
	<i>Susana Correia</i>	32	Secundário	Empregada administrativa	União de facto
	<i>Carla Barbosa</i>	30	Secundário	Medidora orçamentista	Casado
	<i>Madalena Esteves</i>	29	Secundário	Supervisora de <i>back office</i>	Casado
	<i>Vera Teixeira</i>	29	Secundário	Empregada administrativa	Casado
	<i>Rita Mateus</i>	31	Curso superior	Técnica de marketing	Casado
	<i>Sara Gouveia</i>	27	Curso superior	Psicóloga e professora	Casado
	<i>Raquel Santiago</i>	30	Curso superior	Relações internacionais	Namora
	<i>Pedro Ramalho</i>	28	Preparatória (+ curso profissional)	Técnico de manutenção e aeronaves	Casado
	<i>João Henriques</i>	26	Preparatória (Secundário incompleto)	Agente imobiliário	União de facto

	<i>Jaime Henriques</i>	29	Curso superior	Gestor financeiro	Casado
	<i>Filomena Mendes</i>	32	Preparatório incompleto	Operadora de controlo de qualidade	Namora

9.

(DES)SINCRONIZAÇÃO DAS TRAJECTÓRIAS RESIDENCIAIS

Abordar as trajectórias residenciais dos jovens adultos permite a análise da heterogeneidade europeia nos *timings* e processos de saída de casa,²²⁵ das características específicas nacionais do mercado de habitação (oferta) e das tomadas de decisão individuais sobre quando, para onde e com quem viver e ainda em que formato ocupar a casa (procura). Conjuntamente, a história que estas três camadas das trajectórias residenciais permitem contar é a da estrutura social dos movimentos residenciais, pelo menos dos que ficam restritos às primeiras saídas, concentrados no período demográfico de interesse na presente tese, o da transição para a vida adulta.²²⁶ Neste capítulo abordar-se-ão as relações (não lineares, por sinal) entre mobilidade social e mobilidade residencial (nomeadamente no que se refere à oferta *de* e preferências *por* opções de arrendamento) e as trajectórias residenciais como complexos processos que incluem preferências por locais e tipos de ocupação da casa com “prazos de validade”. Porque a *vida real* é holística, analisa-se de seguida a forma como as trajectórias residenciais são resultado da sincronização e des-sincronização com outras esferas da vida, nomeadamente com a esfera amorosa/conjugal e com a esfera escolar/profissional. Reunindo informações de ambas as secções deste capítulo, recapitula-se a análise realizada com o auxílio de uma análise de correspondências múltiplas (ACM). Os dados utilizados neste capítulo são

²²⁵ Ver capítulo 3.

²²⁶ Para o qual o projecto em desenvolvimento pelo Dinâmia-CET do ISCTE-IUL, “Trajectórias residenciais na AML”, contribuirá em grande medida para compreender, num espectro etário mais largo (disponível em <http://www.trajectorias-residenciais.com/>) e numa delimitação circunscrita à Área Metropolitana de Lisboa.

sobretudo retirados dos calendários de vida preenchidos em momento da entrevista, e das histórias e justificações que lhes atribuem sentido e que as *explicam*.

9.1 Estrutura social e residencial

Traditional social stratification research concentrates on labor market inequalities in income, class, and socioeconomic status, and on how those inequalities are brought about through the influence of the family of origin or education (Blau and Duncan 1967; Erikson and Goldthorpe 1992). Although home ownership is the most important form of family wealth - it greatly affects both the living conditions and financial security of households - it has rarely been a topic of social stratification research.

Karin Kurz e Hans-Peter Blossfeld (2004), *Social Stratification, Welfare Regimes, and Access to Home Ownership*, pp.1.

Como referem Kurz e Blossfeld nesta passagem introdutória à obra *Home Ownership and Social Inequality in Comparative Perspective*, o mercado de habitação é a esfera esquecida dos estudos sobre estratificação e desigualdades sociais. Neste capítulo, porém, a descrição, ainda que breve, do cenário em Portugal (no contexto europeu e ao longo do tempo) será abordada para um melhor entendimento do contexto em que as opções de sair ou permanecer em casa dos pais são e podem ser efectivamente feitas. Porque o acesso à habitação não é *associal*.²²⁷

A cultura da propriedade? O sul no contexto Europeu

O gráfico 3.2 (capítulo 3) alinhou, literalmente, os países por proporção de casas próprias face ao total de fogos no país, demonstrando como os países com menor disponibilidade de casas por arrendar são simultaneamente os países onde a média de saída de casa dos pais é mais elevada, e onde se incluem, aliás, os países do Sul Europeu (mas também a Eslovénia, a Eslováquia, a Hungria e a Lituânia). Apesar de tal ilustração gráfica ter tido como objectivo precisamente a apresentação e a discussão de aspectos de escala estrutural que tendem a ser esquecidos na explicação das desigualdades no acesso à transição “saída de casa”, é possível que um argumento contraditório se refira a esta elevada proporção em Portugal, e noutros países do sul, como uma consequência da procura do arrendamento, ou falta dela, e consequentemente como fruto de uma “cultura da propriedade doméstica”, mais uma vez,

²²⁷ Um dos entrevistados refere mesmo que o arrendamento é, muitas vezes (mas não por ele), associado a pobreza, como se associasse o recurso ao arrendamento sempre por constrangimento e nunca por escolha.

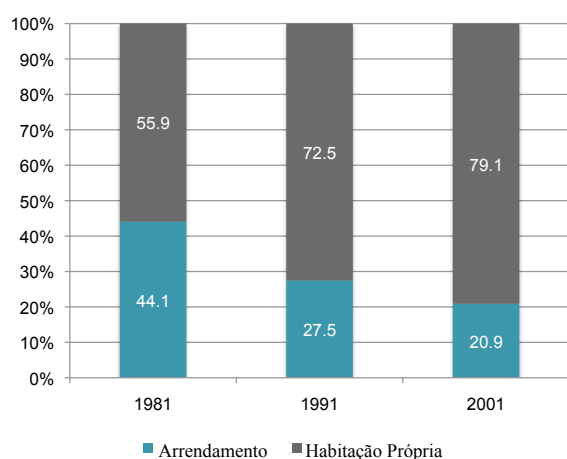
empurrando para os valores sociais e individualmente apropriados, a responsabilidade por grandes tendências (por sinal caracterizadas pelo adiamento das transições para a vida adulta).

Historicamente, tem sido sugerido que o rácio de propriedade habitacional aumenta na mesma medida do PIB *per capita*. No entanto, na prática, esta teoria falha na medida em alguns dos países mais ricos apresentam baixas proporções de propriedade habitacional e alguns dos países mais pobres apresentam, precisamente, mais elevadas proporções desta, como a Alemanha e a Suécia, e a Grécia, Espanha e Portugal, respectivamente (Ronald, 2007: 1-2). A falha nesta teoria leva também, por vezes, à argumentação de que a orientação para a propriedade é, mais do que tudo, ideológica e cultural, ao invés de ser um *ajuste* à realidade. No entanto, são causas próximas (e não remotas), historicamente falando, que reúnem as características comuns aos vários países do sul da Europa. A não ser que se considere a ditadura e as políticas que se desenvolveram em nome desta, “cultura” de um país e dos indivíduos que a compõem, o argumento de que o mercado de habitação de hoje é meramente fruto da procura (leia-se, procura cultural pela propriedade), o argumento cultural torna-se pouco convincente. É que, de facto, todos os países do sul da Europa viram as suas rendas congeladas há poucas décadas atrás, alguns deles, aliás, durante o período ditatorial. Além disso, nestes países não tem havido regulação do mercado de habitação por parte do governo (Kurz e Blossfeld, 2004b: 269). Ronald fala mesmo na “não política” que tem sustentado o modelo de propriedade habitacional nestes países, na ineficaz gestão do mercado de habitação e na tardia implementação de instrumentos de planeamento (2007: 11). Assim, o “familismo” e as “tradições culturais de propriedade de terra” e de “trocas intergeracionais”, enquanto motivos para a predominância de casas próprias ao invés de casas por arrendar ou arrendadas, foram ultrapassados pelos aspectos sócio-políticos que têm contribuído para a proliferação da “owner-occupation” nas últimas décadas (Ronald, 2007: 4). Entre estes aspectos Ronald identifica o *status quo* mantido pelos governos (Ronald, 2007: 4). Esta predominância não é, portanto, uma simples consequência da tradição agrária que persistiu mais tardiamente nestes países do que nos do norte da Europa. De facto, em Itália e Espanha (e acrescente-se, Portugal), a regulação das rendas e mais especificamente o congelamento das rendas desempenhou um papel importante no crescimento do sector das casas próprias (Kurz e Blossfeld, 2004b: 369). Kurz e Blossfeld concretizam finalmente afirmando: “This is surely also one of the reasons why young adults leave their parents’ home relatively late in Italy and Spain by comparison with other European countries” (Kurz e Blossfeld, 2004b: 369). E certamente, será também o caso de Portugal.

Arrendamento e compra em Portugal: como se chegou aqui?

Enquanto que Ronald (2007) refere o “status quo”, Bernardi e Poggio falam mesmo numa atitude “laissez-faire” ao se referirem ao caso Italiano, que acabou por resultar na política das “não-políticas” e na incapacidade de regular o mercado de arrendamento (2004: 195). Para Portugal, podem também aplicar-se estas duas interpretações. Foram, grosso modo, dois os aspectos que contribuíram para a evolução ilustrada na figura 9.1, cada um afastando ainda mais os dois pólos deste dualismo entre arrendamento e habitação própria: uma “forte aposta na aquisição de habitação própria e um mercado de arrendamento adormecido” (Melo, 2009:38).

Figura 9.1: Relação entre os fogos ocupados por arrendamento e por habitação própria (1981-2001)



Fontes: INE, Estatísticas da Construção e Habitação
in Melo, 2009: 19

Por um lado, no contexto de uma política de arrendamento ineficaz, “o congelamento das rendas durante o Estado Novo ainda tem repercussões nos dias de hoje, existindo um número muito significativo de rendas abaixo da dezena de euros” (Melo, 2009: 3). Mesmo as alterações que foram feitas a este congelamento em 1985 não foram suficientes. De facto, “as actualizações foram feitas com base em valores tão baixos que não trouxeram grandes prejuízos para os arrendatários nem melhoraram as condições dos senhorios” (Melo, 2009: 39). Por outro lado, as facilidades de acesso à habitação própria que “ganharam expressão em 1960 com a expansão da propriedade horizontal e a facilidade de crédito à habitação criada pelo Banco Caixa Geral de Depósitos”, e que “foram reforçadas em 1970 pelo alargamento do crédito à habitação a outras instituições bancárias e pela criação dos vários regimes de crédito bonificado” (Melo, 2009: 1). O regime de crédito bonificado, que teve início em 1976, terminou em 2002, dificultando a alternativa na saída de casa pela via que, durante anos, era economicamente mais viável. De facto, alguns autores estimam que obter empréstimo para compra de casa aumenta o ritmo de saída de casa entre 31 e 54% e que, além disso, o uso diferenciado de crédito na Europa explica entre 16% a 20% das diferenças entre o Norte e o Sul da Europa no que se refere a esta transição para a vida adulta (Martins e Villanueva, 2006: 8).

Após estas intervenções de facilitação no acesso ao crédito para aquisição de casa própria dos anos 60 e 70, o Estado ter-se-á demitido de intervir (Melo, 2009:18). As intervenções do Estado “ao nível das políticas de habitação tem-se concentrado, essencialmente na resolução dos problemas já existentes, sendo principalmente, direccionadas para os segmentos mais carenciados de população, afirmando-se como uma *Política de Habitação Social* e não tanto como uma *Política Social de Habitação*” (Melo, 2009: 3). O Plano Estratégico da Habitação 2008/2013 tinha como um dos grandes objectivos a reabilitação do mercado de arrendamento, “uma vez que é nele que estão os principais problemas” (Melo, 2009: 46). As consequências da concretização desse plano ainda não são visíveis, também porque o âmbito temporal do plano veio a colidir com a crise nos sectores económico, habitacional e político.

Antes disso, em 2007, porém, foi abolido o “Incentivo ao arrendamento por jovens” (IAJ) e substituído pelo programa “Porta 65” que veio a limitar o acesso ao arrendamento. As novas regras de acesso a este incentivo eram de tal forma inflexíveis que pareciam estar destinadas a incitar os jovens, através de uma procura “tabelada” de casas, a regular o sistema de arrendamento, mais do que a conquistar propriamente a sua autonomia habitacional (Nico, 2008). Algumas estimativas apontam para uma queda entre 60% e 70% do apoio ao arrendamento por jovens na transição do IAJ para o Porta 65.²²⁸

A hierarquia social da ocupação da casa

Ao nível estrutural, as condições de acesso à habitação própria são historicamente variáveis (Kurz e Blossfeld, 2004: 14). Em Portugal, o crescimento económico acompanhou, como noutros países, o aumento do acesso à habitação própria. Mas actualmente, (i) no momento histórico específico, de crise económica em que o Portugal se encontra, (ii) em que as facilidades de acesso à habitação própria estão há quase uma década cortadas, e (iii) que o mercado de arrendamento se encontra moribundo, ainda a sofrer as consequências do congelamento das suas rendas e das ineficazes políticas de reabilitação, como se configuram as preferências dos jovens adultos face a este dualismo do mercado de habitação?

Ao nível individual, e às custas dos percursos residenciais possíveis em gerações anteriores (mas contemporâneas), existem expectativas que a mobilidade social ascendente seja acompanhada por um maior acesso à habitação própria, nomeadamente através da maior

²²⁸ Informação obtida no site “Porta 65 Fechada, Informações e Contestação ao novo modelo de incentivo ao arrendamento jovem”, disponível em <http://porta65.blogspot.com/>.

facilidade de obtenção de crédito, proporcionada por sua vez por uma relativa estabilidade remuneratória e contratual (a única apelativa para os bancos). Mas o acesso à habitação própria, precisamente pela concretização contrária às expectativas, tem vindo a decrescer (Kurz e Blossfeld, 2004b: 365).

Existe uma hierarquia social entre o arrendamento e a propriedade. Por esse motivo, é geralmente considerado que, para quem é proprietário, passar a ser arrendatário, é uma desqualificação social, rara, que tende a ocorrer em momentos de crise pessoal ou de ruptura familiar (Helderman, 2007). A trajectória mais comum nas sociedades ocidentais é ascendente (do arrendamento para a compra). Ao longo desse percurso aumenta o preço, o tamanho e a qualidade da casa (Helderman, 2007). Mas tal como a entrada no mercado de trabalho apresenta por vezes, sinais de uma despromoção social face à classe social de origem, facilmente recuperada ao fim de algum tempo (Cabral, 1998: 401), também a entrada no mercado de habitação pode ser entendida nessa mesma dinâmica. O arrendamento seria uma forma de ocupação meramente “transicional”, típica dos momentos de entrada num novo mercado, neste caso, da habitação. Mas embora à luz das teorias da mobilidade, a saída de casa seja vista como um processo ao invés de um evento “pontual” (Coulter, Van Ham e Feijten, 2010: 4), a forma de associar a formas de ocupação da casa, ou até a certos locais para morar, um carácter provisório, está intimamente relacionada com a normatividade, a inflexibilidade, a linearidade e validade temporal que os jovens adultos imprimem aos seus planos de vida e de trajectória para a vida adulta. Podem tentar forçar-se os planos (marcados por prazos ou sequências específicas à realidade), isto é, por vezes os planos são *centrífgos*²²⁹...

Agora, tenho um plano muito concreto: vou ter mais um filho para o ano. Gostava, gostávamos, de ter três filhos. Se não vamos ter três filhos, pelo menos dois havemos de ter seja de que forma for, esteja eu desempregada ou não, seja como for. Gostava de ter outra casa para ter outro filho. Mas se não tiver, vamos viver nesta casa e havemos de ser muito felizes. E pronto de planos, tenho estes. Talvez por estar a viver esta parte da maternidade, está muito centrado aí. Quero investir muito na criança e nas crianças. Os meus planos são um bocado esses, investir um bocado agora na maternidade.

Rita, 31 anos, casada com um filho, vive em casa própria, tem curso superior, é técnica de marketing (desemprega), o pai tem uma pequena empresa/oficina, mãe é doméstica

²²⁹ Especialmente os relacionados com a parentalidade.

Acho que foi uma coisa maluca. Foi ponderada, foi planeada, nós queríamos ter mas foi completamente um certo grau de loucura, digamos assim. De impulsividade, nós sabíamos que conseguíamos ter e suportar e não sei o quê, embora houvesse a questão da creche, que era complicada, com os apoios e tal. // Ela punha um bocadinho a questão da estabilidade da relação, punha um bocadinho a questão das dificuldades, a questão da creche, de arranjar um sitio para ela ficar, a casa... tínhamos tudo contra nós, em certo aspecto. O nosso trabalho não tinha segurança. // Ela queria muito e eu também queria, mas digamos que tinha sempre aquela reticência. E acho que é com toda a gente no sentido de “não é o momento certo” e vai-se adiando, adiando, adiando. // Tem que ser mesmo... é um bocadinho um impulso e um acto de fé ao mesmo tempo.

Luís, 27 anos, vive em união de facto em casa arrendada, tem uma filha, tem secundário completo e frequentar curso, é empregado de balcão em regime de tempo parcial

... Por outras são os planos *centrípetos*, isto é, evitam-se planos.

Há uns anos atrás numa conversa com os meus amigos do Algarve, na altura queria ir para psicologia, falava-se qualquer coisa sobre “estrutura mental de arrumação de problemas”. Então é sempre aquela coisa do arquivo e das gavetas mas eu sempre disse: “imagina uma piscina e os problemas ali todos a boiar, e eu vou nadando lá pelo meio e estou a passar por aqui, estou a passar por ali, resolvo aquele”. É sempre tudo assim uma grande amálgama, nada de muita organização. Há uma contenção, realmente, temos o espaço da piscina, só leva aquela água. Mas não há assim uma organização do tipo “tenho estas prioridades assim, assim e assado”. Aliás, tal como não foi prioridade ter uma relação marital ou conjugal para ter uma casa, como não seria se calhar perfeitamente necessário ter uma casa para ter uma relação conjugal. Podia ter uma sem a outra. Em relação ao futuro, é mais ou menos isso. Vai aparecendo.

Gonçalo, 26 anos, curso superior, vive com amigos, casa arrendada, técnico de óptica e DJ

9.2 Prazos de validade das preferências residenciais

As atitudes face ao arrendamento e à compra de habitação (acompanhadas ou não de comportamento concretos) reflectem, portanto, estilos de vida e “estilos biográficos” (Thomson, 2009) durante a transição para a vida adulta. Privilegiam-se aqui as atitudes face ao dualismo do mercado de habitação em detrimento dos comportamentos propriamente ditos pois estes vêm-se mais constrangidos pelas características do próprio mercado de arrendamento e, aqueles, mais determinadas pelas características sociais, escolares e de estilo de vida dos indivíduos, que são variáveis que, ao nível individual (abordado na parte III da tese), importam mais explorar com a informação qualitativa que se detém sobre os indivíduos. Além disso, dado que o escalão etário considerado é curto e jovem, não era possível pela

análise dos comportamentos concretos, encontrar trajectórias residenciais muito densas e complexas (dado que cerca de um terço do conjunto de entrevistados não saiu de casa dos pais e que para os restantes, a saída foi bastante recente).

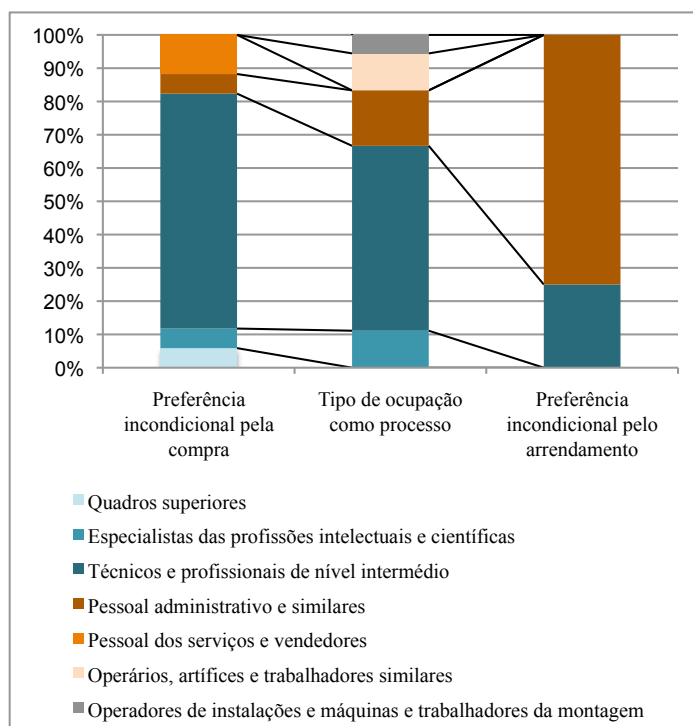
O tipo de ocupação, bem como o destino geográfico, não é independente da decisão de sair ou mudar de casa (Helderman, 2007: 243). Assim, se um indivíduo for incondicionalmente a favor da compra de casa, irá prolongar a sua estadia em casa dos pais até ter as condições necessárias para o fazer (seja apenas de acesso ao crédito ou relacionadas com o tipo de agregado doméstico considerado apropriado); e se for incondicionalmente favorável ao arrendamento irá privilegiar outras variáveis, como a localização e proximidade do alojamento às esferas do trabalho e do lazer e sairá de casa para ver estas condições satisfeitas. É nessa relação de dependência entre estas variáveis, que a análise das atitudes face ao tipo de ocupação da casa, que se segue, ganha importância. A atitude face ao tipo de ocupação não deve, contudo, confundir-se com os desejos de mudança de casa e com o plano concreto de mudança, conceitos que Coulter, Van Ham e Feijten (2010: 4) distinguem com rigor. Não obstante, nesta amostra, as atitudes face ao tipo de ocupação da casa são, na maior parte das vezes, coincidentes com os comportamentos concretos de saída de casa. No entanto, especialmente para os que no momento da entrevista ainda não tinham saído de casa dos pais, essa atitude é meramente prospectiva e especulativa.

Foram identificados três tipos de atitudes face ao tipo de ocupação da casa: (i) uma atitude incondicionalmente favorável à compra de casa própria (“compra: ‘subir’ e ‘assentar’ na vida”), (ii) uma atitude incondicionalmente favorável ao arrendamento urbano (“arrendamento como mobilidade ou necessidade”), (iii) e uma atitude condicionalmente favorável ao arrendamento e, posteriormente, à compra (“compra e arrendamento como reflexo do curso de vida” profissional e/ou familiar). As três atitudes estão associadas, como se verá, à extensão do prazo dos projectos de vida construídos pelos jovens adultos e ao nível de escolaridade atingido. Pouco menos de metade dos entrevistados revela uma atitude incondicionalmente favorável à compra (24), mas um número idêntico de jovens adultos revela atitude intermédia, pautada pela adequação de cada um dos tipos de ocupação da casa com as características da sua inserção profissional e situação conjugal. Apenas 5 jovens revelam uma atitude incondicionalmente favorável ao arrendamento, 4 dos quais mulheres. À excepção desta questão da preferência pelo arrendamento, o género não parece interferir directamente com a restante distribuição, estando homens e mulheres em número idêntico em cada uma das atitudes identificadas.

Compra: “subir” e “assentar” na vida

No cruzamento das atitudes face ao tipo de ocupação da casa com o grupo profissional da actividade que, no momento da entrevista, os 52 jovens adultos entrevistados exerciam, sobressaem dois aspectos (figura 9.2). Um, de que, de facto, a atitude perante ao tipo de ocupação já reflecte as condições económicas necessárias para cada uma delas.

Figura 9.2: Atitudes face ao tipo de ocupação da casa por grupos profissionais (CNP) (N=52)



Assim, é na preferência incondicional pela compra que se concentram, proporcionalmente, mais jovens adultos das categorias profissionais hierarquicamente mais qualificadas e, na esmagadora maioria dos casos, mais bem remuneradas. As três categorias profissionais melhor colocadas diminuem de forma bastante linear à medida que as atitudes se afastam da preferência incondicional pela compra e se aproximam da preferência incondicional pelo arrendamento. A

atitude face ao tipo de ocupação da casa reflecte a exequibilidade de uma eventual futura concretização. Jaime (o jovem adulto entrevistado na categoria profissional hierarquicamente mais alta e com rendimentos mais elevados) explica:

Nunca pensámos num aluguer porque felizmente tínhamos possibilidades de comprar a casa e assumindo que as coisas são estáveis, porque obviamente andar a comprar e a vender casas em curtos espaços de tempo não é uma boa decisão. Mas assumindo que a decisão é de médio/longo prazo, prefiro comprar uma casa do que estar a arrendar porque é dinheiro que uma pessoa não está a poupar. // Por exemplo, mesmo que eu fosse viver sozinho, se não tivesse compromisso com ninguém, também era pessoa para comprar uma casa para viver lá sozinho.

Jaime, 29 anos, curso superior, gestor financeiro, casado, casa própria, saiu de casa por via do casamento

Mas não é apenas a exequibilidade da eventual compra que constitui a atitude perante o tipo de ocupação da casa. A compra simboliza também a estabilidade de uma relação amorosa. Assim, entre os jovens que têm uma preferência incondicional pela compra, em detrimento do arrendamento, mesmo que temporário, há uma maior predominância dos que ainda não saíram de casa dos pais e, entre os que já saíram, uma maior predominância do que o fizeram por via da conjugalidade. É de referir, contudo, que a composição profissional dos jovens que incondicionalmente são favoráveis à compra e daqueles a vêem como parte, mais avançada, de um processo, é relativamente idêntica. Apesar desta semelhança na composição profissional, estes jovens adultos têm *timings* e destinos de saída de casa diferentes. Os que são incondicionalmente favoráveis à compra tendem igualmente a adiar a saída de casa até estarem encontradas as condições económicas e conjugais necessárias para a sua concretização, enquanto que os que têm uma postura moderada tendem a sair de casa nos moldes possíveis na altura, e tendem, muito mais do que a pretender ser proprietários, a sair para morar sozinhos ou com amigos/ conhecidos. Uma postura flexível face ao arrendamento proporciona, portanto, uma mais rápida saída.

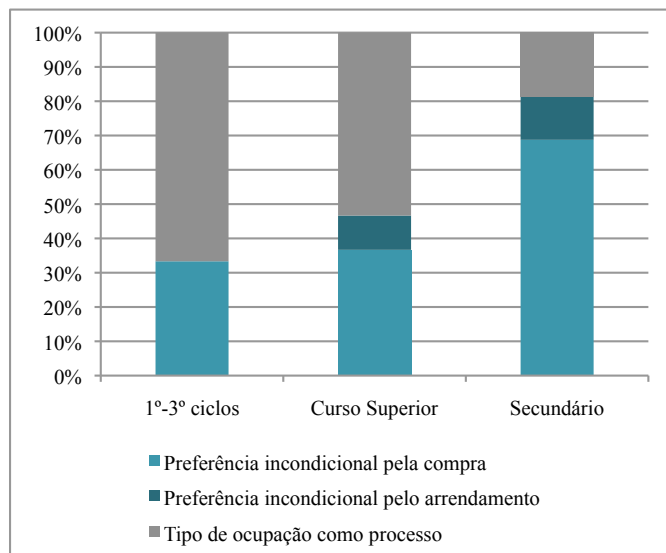
Arrendamento como necessidade ou mobilidade

A leitura da figura 9.3 vem reforçar as conclusões anteriores, de que as preferências, moderadas ou incondicionais, por um ou outro tipo de ocupação da casa reflectem, por um lado (ou em alguns casos), a exequibilidade de uma futura concretização das mesmas e, por outro lado (ou noutros casos), a forma como os jovens adultos encaram as suas próprias transições, isto é, como temporárias (“em aberto”) ou definitivas (ou supostamente certas). Reforça, ainda, a forma como o nível de escolaridade (de uma forma mais clara do que a actividade profissional que exercem nesta altura nas suas vidas, que é em alguns dos casos muito dissonante com as qualificações que já tinham obtido) interfere nessa forma de viver e de abordar o período da transição para a vida adulta, introduzindo flexibilidade ao plano de vida e aumentando a “adaptação estratégica” (Elder, 1994) à sequência e à desmultiplicação das transições para a vida adulta.

Assim, que situações ou condições de vida são atraídas para o arrendamento como opção no tipo de ocupação de casa na primeira saída de casa? Por um lado, situações de inexecuibilidade de acesso ao crédito, nomeadamente proporcionada por inserções no mercado de trabalho em profissões administrativas ou menos elevadas (ver figura 9.2); por outro, numa versão mais moderada (em número e em qualidade da preferência), por jovens

adultos de nível de escolaridade secundário ou superior (mas não necessariamente com actividades profissionais consonantes).

Figura 9.3: Níveis de escolaridade por atitudes face ao tipo de ocupação da casa (N=52)



Com graus de escolaridade de nível superior encontram-se, portanto, tendências também elevadas pela preferência condicional pelo arrendamento, adicionadas a alguma tendência pela preferência incondicional pelo mesmo. Esta é explicada pela possibilidade de mobilidade social imediata (no sentido da urbanidade e acesso a bens culturais) e liberdade para uma

eventual mobilidade geográfica que o arrendamento oferece. Sara e Gonçalo explicam como a compra da casa impõe um compromisso monetário e mais do que tudo, geográfico, que não faz parte da forma como vêem a vida. Sara chega mesmo que a referir que comprar casa é, nesse sentido, “quase tão assustador como ter filhos”.

No fundo, realmente a coisa que me assusta é a questão de pensar que daqui a 40 anos ainda tenho que estar a pagar uma casa. E se eu quiser ir viver para o Burkina Faso?(risos) Percebes? Tenho que ter uma série de problemas para vender a casa. E depois não sei se consigo vender... Sei lá, acho que não me quero sentir presa a esse nível. // Nem tenho cartão de crédito e faço questão de não ter.// Não gosto muito de ter dívidas, por isso é que esta questão de comprar casa e de estar a dever ao banco é um bocado assustador.

Sara, 26 anos, curso superior, empregada de sapataria, vive com amigos, casa arrendada, saiu de casa para viver com amigos

Eu sempre gostei de fazer aquilo que me dava na real das bolhas. Agora estou aqui bem, não é aquela coisa tipo que a qualquer momento estalas e “vou-me embora”. Não. Se algum dia quiser ir, não me quero ir embora para outro sítio e continuar a pagar outra onde não vivo. E se eu não quiser mesmo ficar ali? // É uma coisa que não me faz confusão nenhuma, ter que comprar alguma coisa. Só posso pagar a prestações mesmo, é a prestações que vai. Mas 40 anos é bué de tempo.// Gastar dinheiro que não tenho, é uma coisa que me faz uma certa confusão. Não tenho agora, gasta-se para o mês. Agora, anda a gastar já aquilo que não tenho, não obrigado.

Gonçalo, 26 anos, curso superior, vive com amigos, casa arrendada, técnico de óptica e DJ

O arrendamento tende, portanto, a ser menos atractivo para os jovens adultos que consideram exequível o acesso ao crédito para compra e para os jovens cujos estilos de vida não se encontram aparentemente comprometidos pela permanência em casa dos pais. Os jovens com a escolaridade secundária são, neste e noutros aspectos, aqueles que apresentam estilos de vida mais estandardizados e normativos: mais imunes, por um lado, a trajectórias fragmentadas ou de risco mais típicas dos jovens com escolaridades mais baixas e, por outro, a prolongamento dos estudos e adiamento de entrada no mercado de trabalho; mais típicas de jovens com níveis de escolaridade mais elevados. Representam uma espécie de ponto óptimo que “empurra” para a compra: por um lado, exequível acesso ao crédito para habitação (por via não necessariamente de maiores rendimentos mas de maior estabilidade de vínculos contratuais) e, por outro, maior facilidade, proporcionada pelo estilo de vida, em comprometer uma futura mobilidade geográfica.

“Então, olha lá, o que é que andamos a fazer? Não nos vamos juntar porque os cotas são um bocado retrógradas. Vamos fazer o quê? Vamos andar a namorar toda a vida?”. Também já queira a minha independência. E queríamos estar juntos também e passar fins-de-semana, sem estar a dar justificações. Depois casámos logo em Setembro.

Ana, 30 anos, empregada administrativa, casada com um filho, mora em casa própria, secundário.

Compra e arrendamento como reflexo do curso de vida

É na escolaridade superior que se encontra a maior diversidade de atitudes face ao tipo de ocupação da casa no período da transição para a vida adulta, diversidade aliás que está representada no conjunto dos 52 entrevistados. É também neste grupo que se concentra grande parte dos jovens que encara o tipo de ocupação da casa como um reflexo da fase da vida, profissional e/ou familiar ou amorosa em que se encontra. Encaram, portanto, a saída de casa dos pais, e o tipo de ocupação das casas, como um processo. O curso de vida é, também, encarado dessa mesma forma, em que a interpretação da transitoriedade de determinadas situações habitacionais ou amorosas como positivas e o arrendamento como o instrumento, por excelência, para as viver, é mais comum.

Tal relação entre este grupo mais escolarizado e esta determinada postura face ao tipo de ocupação da casa sucede não apenas pelas atitudes, mas concretamente pelos comportamentos de mobilidade geográfica. Por um lado, porque são, naturalmente, os que mais saíram de casa na primeira vez precisamente para estudar e que, portanto, vêem o

arrendamento como mais adequado a uma situação de semi-autonomia habitacional (Goldscheider e Goldscheider, 1993). Em suma, são os que melhor representam as “biografias da contemporaneidade” enunciadas no capítulo 7, que têm vindo a aumentar e que se caracterizam pela entrada no mercado de habitação antes da entrada no mercado de trabalho. O percurso de Mónica²³⁰, a entrevistada com o percurso habitacional mais variado do conjunto total de entrevistados, ilustra bem esta desmultiplicação dos eventos. Mónica saiu de casa (dos avós, em Gouveia) pela primeira vez aos 18 anos, para estudar em Coimbra. Fê-lo ao alugar um quarto numa casa com outros estudantes. Aos fins-de-semana, vivia com o namorado no quarto alugado por ele, num outro ponto do país. Quando ambos terminaram o curso, e por via da entrada imediata no mercado de trabalho apenas por um deles (o namorado de Mónica), ambos se mudaram para Lisboa onde, estendendo a experiência anterior dos fins-de-semana, continuaram a partilhar o resto da casa com colegas/ amigos. A autonomia da conjugalidade fez-se, aqui, pela compra da casa e pela mais tardia mas relativamente estável entrada no mercado de trabalho de Mónica. O arrendamento era interessante enquanto permitia uma redução dos custos com a habitação, numa altura em que Mónica ainda não tinha conseguido entrar e permanecer no mercado de trabalho. Com a autonomização do casal e integração de ambos no mercado de trabalho, a compra partilhada de uma casa passou a ser económica e simbolicamente mais adequada. Mais tarde, também pela partilha de um património imóvel comum decidiram casar-se, oficializando-a, portanto (casamento que ocorreu depois da entrevista).

Por outro lado, porque são também os que, na situação de autonomia habitacional, precedida ou não de semi-autonomia habitacional por via do percurso escolar, concretizam a saída de casa dos pais anteriormente à entrada na conjugalidade. Assim, são os que mais se afastam da tendência predominante em Portugal de sobreposição temporal entre as transições nas várias esferas da vida e mais se aproximam da desmultiplicação ao longo do tempo dos eventos de transição para a vida adulta (mais típica dos países escandinavos, como se verificou no capítulo 7). Estes casos ilustram como o arrendamento se presta à mobilidade individual, ao eventual investimento na profissão e à maior proximidade aos centros urbanos e aos estilos de vida por eles proporcionais; e a compra da casa se presta à sincronização com a conjugalidade. Rita explica bem esse processo dicotómico, apesar de ter acabado precisamente por tentar conciliá-lo:

²³⁰ Mónica, 27 anos, curso superior, professora e explicadora, noiva, vive com namorado em casa própria, saiu de casa pela primeira vez por via (arrendamento e partilha de casa).

Sim, assim para mais ainda namorava com o Pedro e eu queria ir viver com ele também, mais cedo ou mais tarde. Gostava de ter a experiência de viver sozinha mas queria ir viver com o Pedro, por isso seria sempre transitório. Mas a questão da idade também pressiona um bocadinho. E depois começamos a pensar, mas vamos viver sozinhos quanto tempo?

Ele também queria vir para Lisboa e para viver sozinho?

Sim, ele também queria. Aliás, a conversa foi mesmo assim. Foi no carro, à porta da casa dele: “eu também gostava, também queria, também tenho andado a ver”. E depois foi mesmo assim: “para alugar uma casa, cada um a sua casa... se calhar vamos alugar um lugar juntos”, “vamos mas é comprar”. E depois aquela história: “vamos mas é casar!” Isto foi um ano antes de casarmos.

Rita, 31 anos, curso superior, Técnica de Marketing, casada com um filho, saiu de casa por via do casamento, mora em casa própria.

Mas são os jovens com níveis de escolaridade do ensino básico também tendem, até mais do que o grupo dos jovens com ensino superior, a ter este tipo de atitudes “duplas” face ao tipo de ocupação da casa. A justificação apresentada para estes casos está relacionada não só com a necessidade de acumular poupanças e de adquirir estabilidade profissional, em suma, de melhorar as condições individuais de acesso ao crédito mas (também), muitas vezes, precisamente com a necessidade de acumular certezas relativamente à estabilidade da relação e ao sucesso da coabitação. Pedro explica:

A gente já morava juntos. Morávamos numa casa alugada, no bairro da Madre Deus. Depois quando fiquei efectivo pensei... Como já tinha outra estabilidade é que pensei em comprar casa. // A primeira casa? O critério foi o bairro. Porque foi aquela fase para ver se a gente se entendia ou não juntos. Então foi aqui perto porque assim... tinha aqui os meus pais. (risos).

Pedro, 29 anos, básico 3º ciclo, saiu de casa por via do arrendamento e união de facto, casado com dois filhos, vive em casa própria

9.3 Sincronização da saída de casa com outras transições

A carreira residencial não só não é *associal* como é, pela sincronização que tem (que ter) com outras esferas da vida (carreira profissional, carreira amorosa, etc.), profundamente *holística*. É, portanto, resultado ou causa de outros eventos com os quais tem que se conjugar. A natureza dessa sincronização, associada à sequência dos eventos transicionais, é importante para explicar a heterogeneidade entre os países Europeus e ao longo do tempo (capítulos 6 e 7), as características sociais associadas às preferências, moderadas ou incondicionais, pelo arrendamento ou pela compra (ponto 9.2 deste capítulo) e, ainda, para caracterizar os redireccionamentos nos cursos de vida (capítulo 10). No entanto, a sincronização não se faz

apenas na primeira saída de casa ou com outras primeiras entradas (no mercado de trabalho, na conjugalidade, etc.) como foi possível averiguar com os dados do ESS 2006 e nos capítulos anteriores, mas sim também ao longo do tempo (individual). A conjugação, *real*, contada e graficamente organizada das várias esferas sofre, então, de seguida uma análise que será decomposta em três aspectos, todos eles incapturáveis nos dados na análise quantitativa efectuada anteriormente: (i) a sincronização das relações amorosas (duração, tipo, número) com a saída de casa (tipo, *timing* na relação e tipo de ocupação) (intitulada “nos antípodas do ‘amor e uma cabana’”) (ii) os regressos a casa dos pais e a relação de sincronia que estabelecem com as inserções no mercado de trabalho e com as rupturas conjugais e, (iii) por último, a forma como a saída de casa é condicionada pelas características e sincronia dos e com os percursos escolares e profissionais.

Nos antípodas do “amor e uma cabana”

Entre as duas figuras seguintes não se encontram apenas diferenças de destinos na saída de casa, mas também de trajectórias conjugais prévias à saída (número médio de relações, duração média das relações amorosas, etc.), de tipos de ocupação na primeira saída de casa e também importantes diferenças de género.

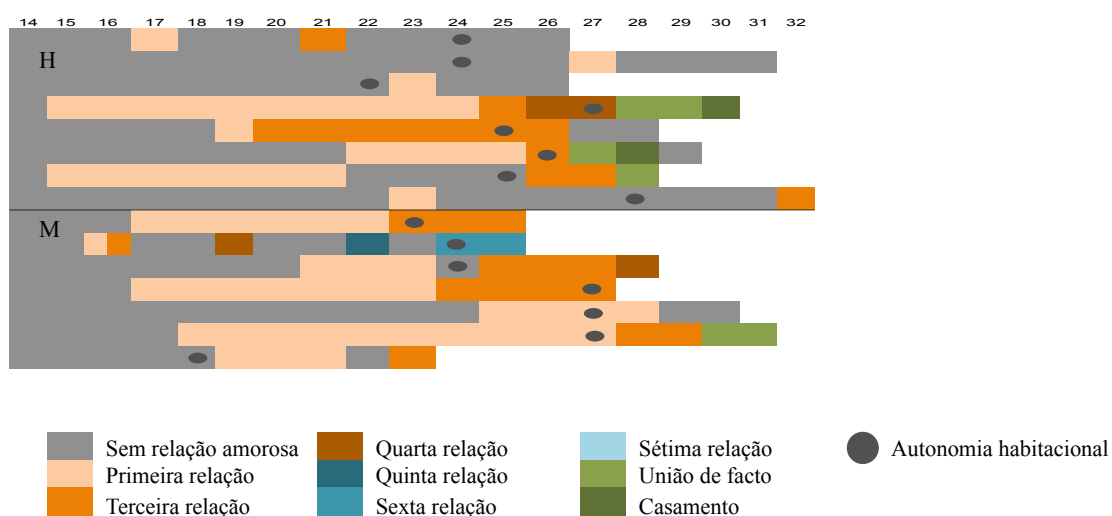
Os jovens que saem de casa sem ser por via conjugal (face aos jovens cuja saída de casa é sincronizada com a entrada na conjugalidade) apresentam um maior número de relações amorosas, um maior número de interrupções superiores a 12 meses, uma idade média de saída de casa menos elevada²³¹ e uma muito maior predisposição para o arrendamento (condicional ou “moderado”, como se denominou). A relação entre o maior número de relações mas maior número de intervalos temporalmente consideráveis entre elas, por um lado, e a individual e mais precoce saída de casa dos pais, por outro, são particularmente ilustradas no caso das mulheres. Na verdade, estas saídas estão igualmente sincronizadas com a conjugalidade. Mas desta vez, são sincronizadas com a saída da relação amorosa, ao vez da entrada na mesma. Como será mais pormenorizadamente apresentado no capítulo 10, o fim (voluntário ou involuntário) das relações amorosas abre *janelas de oportunidade* para a agência. Essa oportunidade para a reformulação dos projectos de vida é muitas vezes, e especialmente no caso das mulheres, inaugurada ou consagrada com a saída de casa dos pais. O fim da relação é uma oportunidade que os jovens adultos têm para prosseguir um projecto

²³¹ Média de 25 anos no caso dos homens e média de 24 anos no caso das mulheres (25 de se excluir o *outlier* feminino, da saída aos 18 anos).

individual que, quando concretizado no âmbito de uma relação amorosa tende a ser mal recebido (ver “protocolo amoroso” no capítulo 10).

Embora, no geral, estes jovens adultos (figura 9.4), mais do que os seguintes (cuja saída é sincronizada com a conjugalidade) tendam a ser mais abertos ao arrendamento, as diferenças de género também se reflectem aqui, por via dos motivos que levam, os homens por um lado e as mulheres por outro, a sair de casa dos pais. As saídas de casa dos pais das mulheres são, como já se referiu, mais reactivas (a curto prazo, portanto) a outras esferas das suas vidas, resultado de “turning points” como fim de relação amorosa, problemas familiares ou sobrevivência de doença grave. São, portanto, saídas que são, por princípio e por excelência, vistas como transitórias, como temporárias e por esse motivo não se consubstanciam na compra de uma casa. Os motivos relacionados com as saídas estão, também, mais relacionados com a conquista de autonomia habitacional dos pais e com o conceito de “independência” do quotidiano e do lazer. Por outro lado, no caso dos homens, a saída de casa por via não conjugal está muito menos associada à conjugalidade e mais associada à transição entre escola-trabalho e entre trabalhos. Sendo mais consequência da esfera profissional do que da esfera amorosa ou conjugal, a saída de casa dos pais é mais vezes consequência da maior facilidade de acesso ao crédito e, por esse motivo, mais vezes direccionada à compra da casa do que no caso das mulheres. Desta forma, para as mulheres especialmente, a fórmula que faz mais sentido é “independência e uma cabana”. Para satisfazer essa necessidade de independência, o mais “frágil” vínculo ao mercado de trabalho, o arrendamento, é suficiente e o mais adequado.

Figura 9.4: Trajectórias amorosas dos jovens adultos que saíram de casa pela primeira vez sem ser por via conjugal



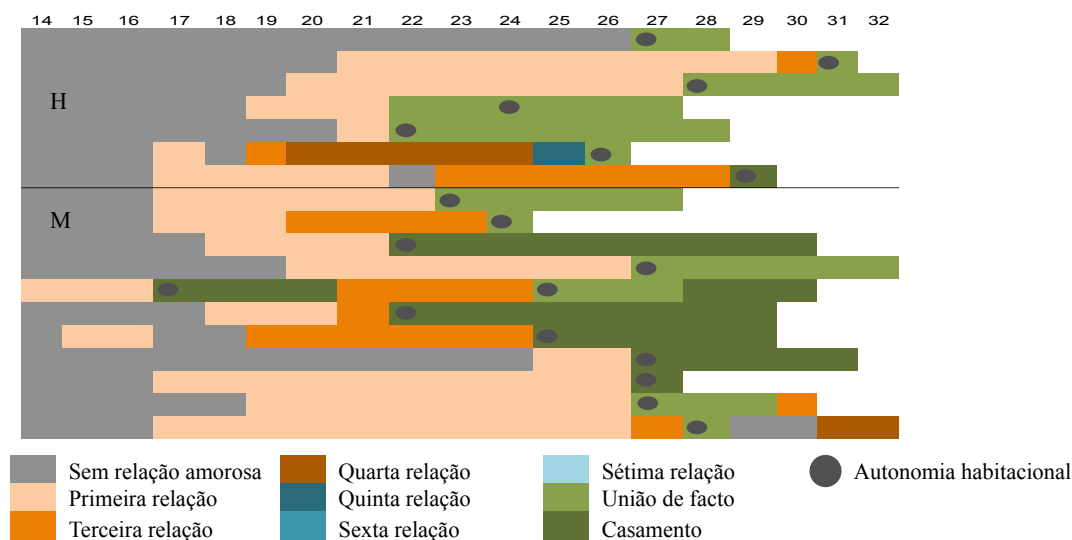
Os jovens que saem de casa pela via conjugal apresentam (figura 9.5), face aos jovens cuja saída de casa não é marcada pela entrada na conjugalidade, um menor número de relações amorosas, um menor número de interrupções amorosas superiores a 12 meses, uma mais elevada duração média das relações amorosas,²³² uma idade média de saída de casa mais elevada²³³ e uma maior predisposição para a compra de casa própria (mais elevada ainda no caso do casamento do que no caso da união de facto).

A análise das trajectórias amorosas prévias ao momento da saída de casa sincronizado com a entrada na conjugalidade, confirma que este momento de transição reflecte não apenas o aumento do acesso ao crédito à habitação (proporcionado pelos dois rendimentos dos cônjuges) mas reflecte um padrão de relacionamento amoroso, que vem a desenrolar-se ao longo da adolescência e da juventude. Este padrão de relacionamento amoroso caracteriza-se pela longevidade das relações, por um lado, e pela rapidez dos intervalos entre relações, por outro. Estar numa relação amorosa é, portanto, a regra, e a ausência de relação amorosa é a fugaz excepção. Não obstante, a centralidade da relação e da conjugalidade que está no seu horizonte continua a ser holística. Torres (2002b) identifica três tipos de conjugalidade (vívida): a institucional, a fusional e a associativa. Mas estes três “estilos conjugais” podem ser identificados também como orientações para a conjugalidade (futura), que precedem a entrada na união de facto e que influenciam a sincronização da saída de casa dos pais com esta entrada. Estas “orientações para a conjugalidade” (mutáveis, é certo) são visíveis nas relações amorosas não coabitantes e estão, portanto, omnipresentes no calendário de vida mais geral. Se no grupo anterior, a maioria dos jovens tem ou frequenta o ensino superior, o que se reflecte numa menor dispersão da idade a que saem de casa, isto é, a uma maior institucionalização do curso de vida por via da massificação do ensino superior; no conjunto de jovens da figura 9.5 é a ausência de curso superior que predomina o que, por sua vez, acaba por causar uma maior *desestandardização* no *timing* da saída de casa, apesar das relações amorosas serem mais lineares e as interrupções e rupturas terem menos efeitos. As saídas de casa em torno dos 27 anos que evidenciam, pelo contrário, características de estandardização do *timing* de saída de casa dizem precisamente respeito à minoria de indivíduos que têm ensino superior.

²³² Média de 5 anos por relação, por comparação a 2,5 de duração média por relação no caso dos jovens que saem de casa por via não conjugal.

²³³ Média de 27 anos no caso dos homens e média de 24 anos no caso das mulheres (25 de se excluir o *outlier* feminino, de primeira saída de casa por via do casamento aos 18 anos, devido a uma gravidez não planeada, e se incluir a segunda saída de casa, também por via do casamento, mais aos 25 anos).

Figura 9.5: Trajectórias amorosas dos jovens adultos que saíram de casa pela primeira vez por via conjugal



Assim, algumas características de standardização do curso de vida relacionadas com a idade aproximada a que se sai do ensino superior e com o padrão de relacionamento amoroso (poucas relações, grandes durações, curtas interrupções) resultam precisamente em cursos de vida mais lineares (sem grandes interrupções nem recuos no curso de vida) e normativos (respeitando a ordem mais ou menos estabelecida entre as várias transições para a vida adulta). Esta relação de causa-efeito é novamente visível, em especial, nas mulheres. Além disso, neste conjunto de jovens, a forma como a conjugalidade marca o ritmo das restantes transições para a vida adulta é acompanhada pela preferência pela compra de casa. Caso para dizer que, nestes casos, e especialmente nas mulheres, a fórmula é “amor e casa própria”. As diferenças de género demonstradas pelos perfis de sincronização entre trajetórias amorosas e conquista de autonomia habitacional (figura 9.4 e 9.5) e em especial a forma como as mulheres apresentam as características mais extremadas em ambos os casos, de sincronização e de des-sincronização da saída de casa com a conjugalidade, indicam que as mulheres não só ocupam papéis de protagonismo nos processos de mudança social como, são, simultaneamente, as mais resistentes, ou as que encontram mais resistências, à mudança social. As mulheres personificam dois “tipos ideais” (Weber) opostos, o que é representado pelas mulheres que saem de casa em reacção improvisada de um acontecimento inesperado, recorrendo a soluções temporárias para a autonomia habitacional, por um lado, e o que é representado pelas mulheres as que tentam reunir as condições necessárias para sair de casa através do casamento e da compra da casa, por outro. Ao fazê-lo, estas jovens adultas

incorporam o argumento de que os “estilos biográficos” (Thomson, 2009) mais do que se substituem, co-existem (ver capítulo 2).

O regresso para casa dos pais: algumas pistas

O regresso para casa dos pais é um fenómeno que é discutido em Portugal quase apenas por contágio do que ocorre noutros países. Como foi referido no capítulo 3, os regressos para casa dos pais são mais comuns (i) quando a saída de casa não foi, inicialmente, pela via conjugal e (ii) quanto mais cedo tiver sido essa mesma saída. Talvez por esses mesmos motivos, os regressos dos jovens a casa dos pais em Portugal seja um fenómeno pouco significativo. Além disso, é de difícil determinação na medida em que há uma escassez de dados, sobretudo comparativos, sobre regressos a casa na Europa em geral (Buchmann e Kriesi, 2011: 485).

A informação recolhida permite apenas levantar algumas pistas de análise. Nos 52 casos só se detectaram sete regressos a casa dos pais. É provável, contudo, que para o estudo deste fenómeno seja necessário um intervalo etário mais largo, que vá para além dos 32 anos considerados na presente pesquisa. Quatro dos regressos encontrados pertencem a trajectórias de saída de casa por via não conjugal mas apenas a homens. São regressos essencialmente relacionados com a transição escola-trabalho (e também entre trabalhos), rápidos e por tempo determinado, característicos de jovens que, para frequência de curso de ensino superior fora da área de residência habitacional dos pais, conquistam semi-autonomia habitacional. Na preparação da entrada no mercado de trabalho, estes jovens adultos regressam a casa dos pais. As regras de convivência e co-residência com os pais são menos óbvias mas, também por isso, mais abertas a re-negociação. Num destes casos, um segundo regresso a casa ocorreu por um episódio de desemprego. Em dois destes casos, o regresso a casa era imperativo dado que a saída de casa inicial tinha sido marcada por uma emigração de curta duração. No caso dos regressos a casa depois de saídas que ocorreram pela via conjugal, onde as mulheres estão mais presentes, os regressos estão essencialmente associados a rupturas conjugais (casamento ou união de facto). Assim, apesar do escasso número de ocorrências deste fenómeno, pode levantar-se a hipótese de que a ordem de motivos/esfera da vida que leva à saída de casa dos pais parece ser a geralmente a mesma da que leva ao regresso a casa dos pais (pelo menos até aos 32 anos). Isto é, a hipótese de que quando se sai por via conjugal, regressa-se a casa dos pais devido a uma ruptura a esse nível, de que quando se sai de casa para estudar, se regressa no fim do curso, e de que quando se sai para se ser autónomo, se regressa em episódios de desemprego.

A figura seguinte ilustra a diversidade de percursos profissionais dos jovens adultos. O vínculo ao mercado de trabalho foi a variável privilegiada para uma análise das trajetórias, isto é, para uma análise da inserção no mercado de trabalho ao longo tempo mas só até, no máximo, aos 32 anos. Crê-se que uma análise deste tipo mas baseada na profissão principal desenvolvida não traduziria o tipo de inserção no mercado de trabalho destes jovens (gradual, intermitente, tardia, em consonância com as qualificações ou não), a socialização pró-trabalho a que estiverem expostos durante a adolescência (ou a importância da “precedência dos valores do trabalho” segundo Chaves, 2010), a ética de trabalho com que desenvolvem as suas actividades (“cigarra” ou “formiga”, segundo Pais, 2001) e, ainda, as novas formas de precariedade inauguradas pelas camadas recentemente mais qualificadas (ver Nico 2010c, 2011).

Podem identificar-se, grosso modo, dois tipos de permanência no mercado de trabalho. Um, característico dos jovens adultos com níveis de escolaridade mais baixos, onde a entrada a tempo inteiro no mercado de trabalho ocorre mais cedo, de forma mais continuada e com vínculos contratuais mais fortes, isto é, contratos de trabalho a termo ou situações de efectividade (ver elipse mais escura). Apesar disso, este é o grupo com mais recorrentes e prolongados episódios de desemprego (especialmente nos graus de escolaridade de nível básico), muito embora menos problemáticos do ponto de vista da autonomia financeira dado que estes períodos tendem a ser cobertos pelos subsídios de desemprego.

Um segundo grupo é característico de jovens com escolaridades mais elevadas, onde a entrada no mercado de trabalho ocorre tendencialmente mais tarde mas onde o vínculo contratual da actividade principal é mais frágil. Permanece, no entanto, a dúvida de se esta maior fragilidade é típica da recém-chegada ao mercado de trabalho por parte deste jovens (podendo ser, portanto, uma característica partilhada por jovens com vários tipos de qualificação) ou é típica da desarmonia (em quantidade e natureza) entre as qualificações adquiridas por estes grupos (procura) e a oferta de actividades profissionais que exijam esses perfis de qualificação (oferta). Só com informações sobre as posteriores direcções dos cursos

de vida, nomeadamente com recurso a estudos de natureza ou desenho longitudinal, poder-se-ia da a essa questão.²³⁴

Em todo o caso, é precisamente neste contexto de fragilidade de vínculo laboral (poder-se-á chamar-se um indicador de precariedade no trabalho) que a análise apenas da profissão principal é mais enganadora. É nestes grupos que os currículos profissionais são mais compósitos e mais reflectem identidades e ambições profissionais plurais. São realidades profissionais mais complexas, problemáticas e/ou criativas que fogem completamente à análise de macro-indicadores providenciados pelas estatísticas oficiais. Ficam de fora, portanto, destes números, os casos que conseguem tirar partido desta maior fragilidade de vínculos contratuais como é o caso do Gonçalo:

Quando comecei a pôr música, não percebi nada daquilo. Foi chegar lá um dia, “o que é que é preciso para vir pôr música?”, “nada, grava um CD para a gente ouvir o que é que tu pões” e combinei. Era uma coisa que já gostava de fazer, achava de devia ser uma sensação do caraças estares a pôr música para umas quantas pessoas. De estares a induzir prazer musical noutras pessoas. Acho que devia ser uma sensação muito fixe. Tinha um conhecimento musical vasto, ficava-me por aí. (...) Nesta situação disseram-me “neste sítio assim estão à procura de pessoas”, “está bem, então vou mandar” e mandei. Se responderem, respondem, se não, tudo bem. Não era grave porque eu tenho emprego.

Gonçalo, 26 anos, vive com amigos numa casa alugada, não tem namorado, tem curso superior, é técnico de óptica e DJ, o pai é empregado bancário e a mãe empregada administrativa.

Uma segunda divisão atravessa, porém, a divisão relativamente clara entre os mais e os menos qualificados. No interior de cada desses dos grupos, existe uma divisão do tipo de entrada no mercado de trabalho, especialmente marcada no grupo dos jovens adultos com ensino superior (ver tracejado branco: 1 e 3 entrada gradual no mercado de trabalho, 2 e 4 entrada “directa” no mercado de trabalho). Este tipo de entrada no mercado de trabalho, mais até do que o tipo de permanência no mesmo, é incorporado no discurso dos jovens sobre ética do trabalho e do consumo, que por sua vez alimenta um discurso identitário sobre a forma como se tornaram ou vão tornando adultos e alimenta também, como já se referiu mais acima neste capítulo, a justificação da atitude face ao tipo de ocupação da casa. Esta divisão evidencia a importância da “precedência dos valores do trabalho” e do valor da “autarcia

²³⁴ Um estudo de *follow up* com estes jovens, que estão entretanto a passar pela crise económica e que irão brevemente sentir as consequências das medidas propostas pelo Fundo Monetário Internacional, poderá vir a dar resposta a estas questões.

financeira” (Chaves, 2010) na projectos de vida, aspirados e concretizados. Esta diferente ética de trabalho e de consumo, ou discursos sobre a mesma, é muitas vezes remetida para a educação recebida no seio familiar, essencialmente de duas formas: ou direccionada directamente para o mercado e ética de trabalho, numa dinâmica de reprodução social (ensinar aos filhos o que custa ganhar a vida) ou, mais frequentemente, direccionada para a escolaridade, numa dinâmica de mobilidade social ascendente (proporcionar aos filhos a oportunidade para uma mais longa e séria dedicação aos estudos), como é o caso da Maria (excerto seguinte).

Nunca precisei de dinheiro. Lá nisso tive sorte, sempre que precisava de dinheiro, os meus pais davam-me. E o meu pai nunca quis que eu trabalhasse. Eu às vezes, no verão, como toda a minha família esta no ramo da restauração, o meu pai tem um café, os meus tios têm um café, eu sempre disse que gostava de ir ajudar. ;mesmo que não fosse nessa área, outra coisa qualquer, no verão. Mas o meu pai nunca quis. (...) E como eu acabava sempre por ir passar as férias com a minha avó no Norte... O meu pai nem era pelos estudos, ele dizia “para começar a trabalhar aos 12 anos, já basto eu. Faz as tuas coisinhas normais, tens muito tempo para começar a trabalhar.”

Maria, 28 anos, tem curso superior, vive com os pais em casa comprada, não tem namorado, o pai é dono de um café e a mãe é costureira.

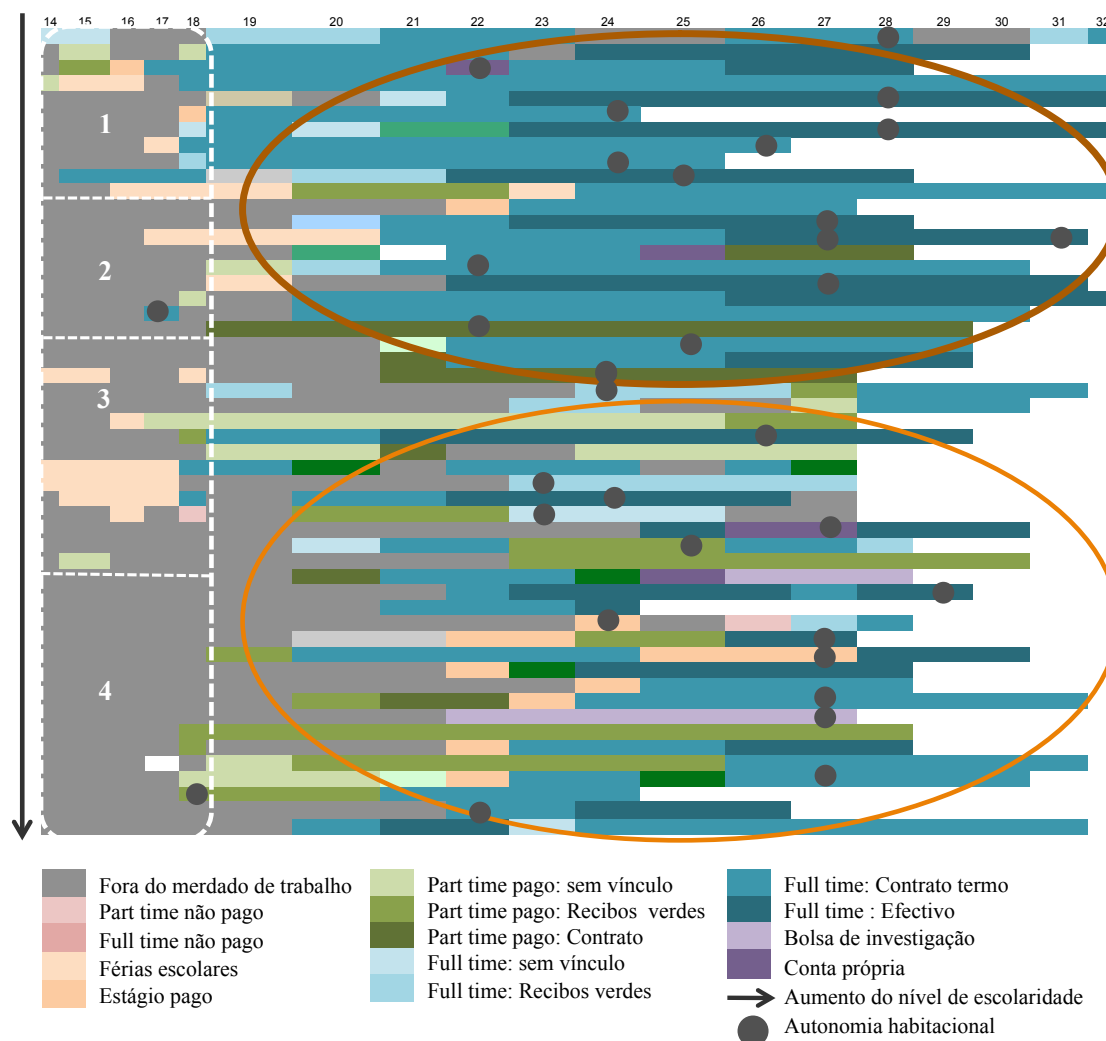
A relação entre os valores pró-trabalho (ganhar dinheiro) e de consumo (como gastar dinheiro) é íntima e não é, pelo menos não de forma tão marcada como a que foi verificada num estudo sobre a juventude do concelho de Loures publicado em 1996, pautada pela classe social de origem. Neste estudo (Torres, 1996b) foi verificado que entre a metade dos inquiridos que já estava inserido no mercado de trabalho, a percentagem de jovens que entregava a totalidade ou parte dos rendimentos pais era mais elevada quanto mais baixa era a classe social de origem. No conjunto de entrevistados essa distinção não é tão clara. A entrada mais precoce no mercado de trabalho, incentivada pelos pais, é geralmente destinada ao consumo supérfluo (roupa), de consumo individual (livros, CDs, computador, internet) ao lazer (saídas à noite, gasolina) e, simultaneamente, à socialização de uma ética de jovem trabalhador, muito evocada nos discursos do enrevistados.²³⁵ Tal também sucede em jovens de classes sociais de origem mais baixas. Uma diferença marcada é que nestes casos, há menos a prática de mesada ou esta é mais precocemente interrompida aquando da entrada, mesmo que intermitente, no mercado de trabalho. No caso dos jovens com entradas no mercado de trabalho mais tardias, predominantemente por frequência de ensino superior, é

²³⁵ A comparação dos próprios com os irmãos para exemplificação de diferentes éticas do trabalho e do consumo foi surpreendentemente elevada.

ainda menos frequente os jovens contribuírem, directa ou assiduamente, para a manutenção da casa. É, nestes casos, mais abrupta a passagem de um período de dependência quase total dos pais para um formato em que todos os gastos são feitos com a remuneração do trabalho. O “período de carência” só é válido durante a duração da curso. Situações de doença, acidentes, avaria de electrodomésticos ou automóveis, viuvez ou desemprego de um dos pais accionam as excepções a esta regra, independentemente da classe social de origem. Há ainda que ter em conta as diferentes “amostras” de jovens aqui em comparação, os seus contextos sociais e de residência e o tempo social-histórico em que o estudo decorreu.

Mas em que momento/*timing* destes processos de inserção e permanência no mercado de trabalho saem os jovens de casa? Existe, para começar, uma oposição estabelecida entre a diversidade de percursos profissionais verificada e a *standardização* do *timing* de saída de casa dos pais nos dois principais grupos de jovens adultos entrevistados (chame-se-lhes os mais e os menos qualificados). Os jovens adultos menos qualificados apresentam *timings* de inserção e padrões de permanência no mercado de trabalho mais homogéneos mas *timings* de saída de casa dos pais mais *desestandardizados*; e os mais jovens adultos mais qualificados apresentam precisamente o contrário, isto é, *timings* de entrada e padrões de permanência no mercado de trabalho mais variados e *desestandardizados* mas *timings* de saída de casa dos pais ainda que não muito homogéneos, mais do que no grupo anterior (e em torno dos 27 anos). Tal sucede pelo efeito das instituições de ensino superior. Ao contrário do mercado de trabalho, ou do “mercado amoroso”, os percursos escolares, mesmo os do ensino superior, estão profundamente institucionalizados (através da idade a que se entra para a universidade, através do número de anos das licenciaturas e mestrados integrados Pós Bolonha, etc.). Dado que, além disso, a influência da sincronia com a conjugalidade no ritmo e na sequência das transições para a vida adulta é menor nos grupos com mais elevadas qualificações, este grupo, de jovens mais qualificados, tende a marcar o seu ritmo de saída de casa mais na esfera educacional-profissional do que na esfera amoroso-familiar. Na ausência do efeito *institucionalizador* da instituição escolar, entre os jovens adultos do grupo dos menos qualificados, os *timings* de saída de casa dos pais são mais *desestandardizados*, mesmo que as relações amorosas em que estes *timings* se baseiam sejam, aparentemente, mais lineares, ordenadas, estáveis e normativas.

Figura 9.6: Trajectórias ocupacionais dos jovens



9.4 Recapitulação

Mais do que uma mera recapitulação, esta secção deste capítulo agrega, numa análise de correspondências múltiplas (ACM)²³⁶, as variáveis relevantes para a análise dos remetentes e destinatários sociais das várias trajectórias residenciais na idade jovem-adulta. Esta análise incluiu as seguintes variáveis, representando-as graficamente como um “sistema multidimensional de coordenadas” (Bourdieu *citado por* Carvalho, 2008: 20).

²³⁶ Método de análise de dados “particularmente apropriado à abordagem simultânea de múltiplos indicadores e ao tratamento de variáveis qualitativas” (Carvalho, 2008:15).

Sócio-demográficas: 1. sexo, 2. escolaridade (básica, secundária e superior) 3. grupo profissional (sete grupos da Classificação Nacional das Profissões), 4. classe de origem (EDL, PTE, TI, EE, O).

Carreira residencial: 5. atitude face à ocupação da casa (arrendamento, compra ou curso de via), 6. tipo de saída (permanência, individual, casal), 7. tipo de ocupação na primeira casa (oito combinações entre estado civil e tipo de ocupação da casa).

Carreira amorosa: 8. número de relações amorosas significativas

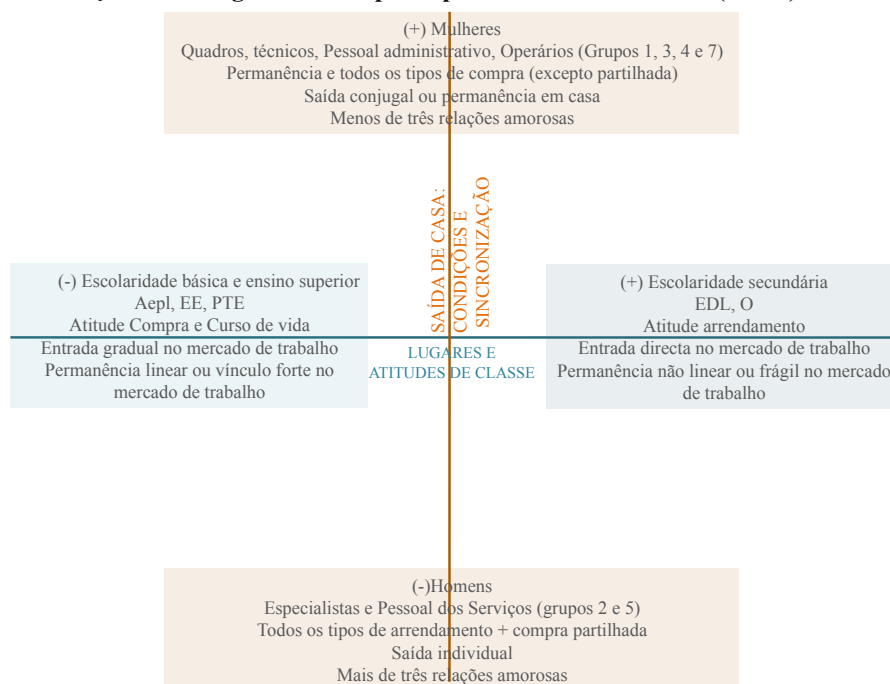
Carreira profissional: 9. tipo de entrada (gradual, directa), 10. tipo de permanência (linear ou vínculo forte, não linear ou vínculo fraco).

A leitura da representação gráfica da ACM deverá ser sustentada com a análise das “indicações de natureza mais quantitativa com a atribuição de sentido aos resultados obtidos” (Carvalho, 2008: 61).²³⁷ Para a dimensão 1 são as contribuições das variáveis da atitude face à ocupação da casa, o tipo de entrada e o tipo de permanência no mercado de trabalho, a classe social de origem e o nível de escolaridade atingido, as mais elevadas; enquanto que para a dimensão 2 são as variáveis (por ordem decrescente de importância) do tipo de primeira ocupação (que é a variável com maior medida de discriminação, mas que contribui para as duas dimensões, embora ligeiramente mais para a dimensão 2), do tipo de primeira saída de casa, do grupo profissional da profissão actual, do número de relações amorosas e do sexo que assumem esse papel mais relevante.²³⁸ A figura 9.7 indica como as categorias das variáveis de uma e outra dimensão se distribuem. A realidade não é tão “arrumada” no espaço social como algumas orientações teóricas podiam levar a pensar. O comportamento da variável da escolaridade, caracterizada claramente por uma escala entre menos e mais qualificações formais, não é linear, isto é, não influencia de forma “escalonada” as trajectórias de saída de casa dos pais (especialmente pela via da especificidade da escolaridade secundária, como se viu mais acima). Além disso, a escolaridade é a variável que entre as seleccionadas, menos diferencia as trajectórias no espaço social e gráfico.

²³⁷ Assim, o trabalho metodológico dos bastidores da representação gráfica da análise de correspondências múltiplas demonstra que a variância total das variáveis seleccionadas (10 variáveis) e pelo número máximo de dimensões que é possível, com estas, definir (neste caso 28 dimensões²³⁷), é de 2.800 (*inercia total* das 28 dimensões). As primeiras dimensões apresentam *valores próprios* que se destacam dos seguintes, pelo que a representação gráfica da ACM refere-se a uma solução com duas dimensões (Carvalho, 2008). A dimensão 1 (horizontal), denominada de “lugares e atitudes de classe” explica 11.07% (*inercia da dimensão* (0.310) / 2.800 x 100)²³⁷ a dimensão 2 (vertical), que se denominou de “Saída de casa: condições e sincronização” explica 9.42% da variação (0.264/2.800 x 100).

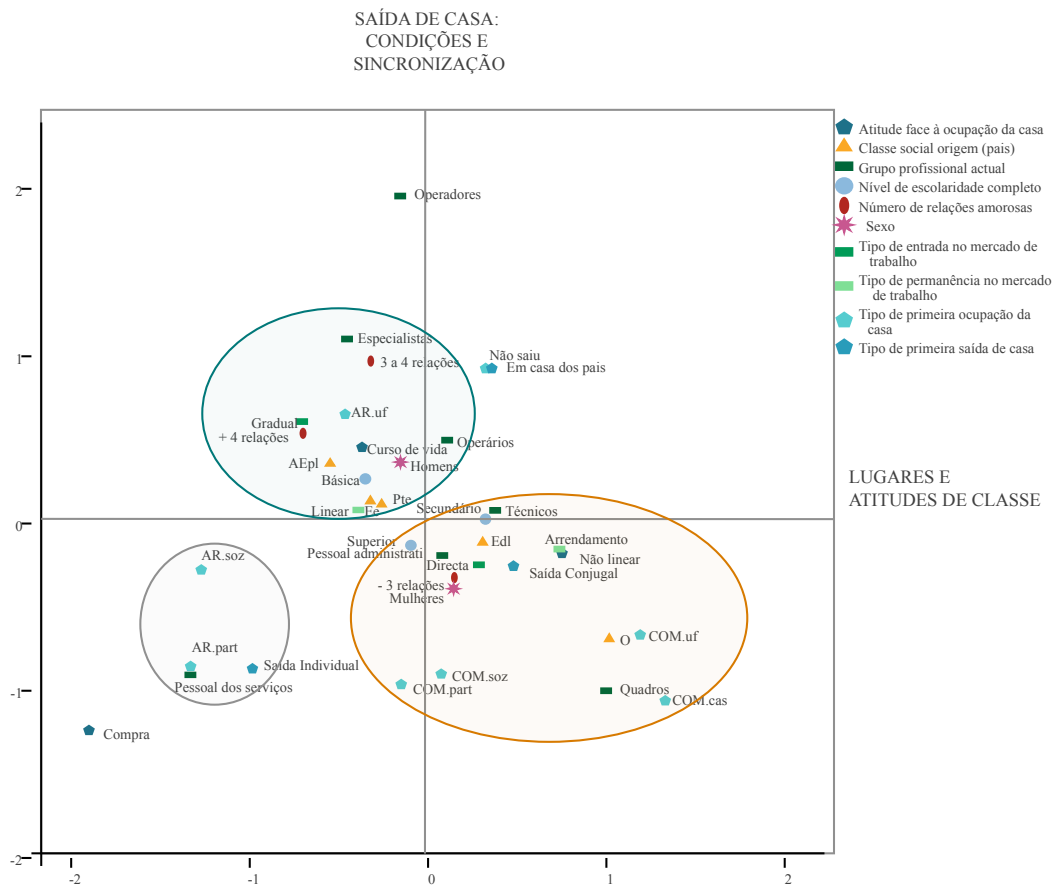
²³⁸ Conclusões retiradas da leitura dos dados, em tabela e em gráfico, das “medidas de discriminação”.

Figura 9.7: Contribuição das categorias de resposta para as duas dimensões (ACM)



A leitura dos grupos profissionais onde se integram as actividades desenvolvidas actualmente também não deve ser feita com base numa interpretação rígida do lugar que estas ocupam na hierarquia da Classificação Nacional das Profissões. De facto, esta variável, mais do que o lugar de classe de “chegada” dos indivíduos, *proxis* do seu lugar de classe, capta mais o movimento de descendência característico da entrada no mercado de trabalho, mencionado por Cabral (1998). Importa referir que, de facto, as variáveis que mais diferenciam os indivíduos no espaço social e gráfico são as directamente relacionadas com as trajetórias residenciais, mais especificamente as do tipo de ocupação da casa (concretizada e atitudinal). Esta referida “desarrumação” é consistente com ideia, já defendida no capítulo 2, da co-existência, ao invés de bipolaridade das biografias normais e das biografias ditas de escolha. Quer isto dizer que, apesar de ser persistente a relação entre “classes social” e “classes de trajetórias” (Bourdieu, 2010 [1979]:188), estas últimas tenderão provavelmente a ser mais diversificadas do que no passado, fruto da relação menos linear (mas não necessariamente menos forte) entre classe e trajetória, e entre escolaridade e profissão.

Figura 9.8: Representação no espaço das categorias das variáveis que caracterizam e diferenciam as trajetórias residenciais na idade jovem-adulta (Análise de Correspondências Múltiplas)



Esta “desarrumação” é particularmente visível na figura anterior, que distribui no espaço social e gráfico as trajetórias de saída de casa dos pais dos jovens. Identificam-se três perfis. Um primeiro perfil (inferior, à direita) caracteriza-se pelas saídas de casa marcadas pela sincronização com a conjugalidade (marcada pelo menor número de relações amorosas, como é o caso neste perfil), mais frequentes em jovens de classes sociais de origem dos extremos sociais (EDL e O) que tendem, por processos de reprodução social no primeiro caso e de mobilidade social no segundo, a frequentar a escolaridade secundária ou superior protegidos da entrada no mercado de trabalho, e tendo, portanto, uma entrada directa no mercado de trabalho, ainda que a sua permanência seja pautada por vínculos mais fracos e por pluractividades mais frequentes. Este perfil é aquele que mais visivelmente combina a normatividade da conjugalidade enquanto critério fundamental para a saída de casa dos pais (com graus de informalidade variáveis consoante as classes sociais de origem e de chegada)

com estratégias de mobilidade social baseadas no investimento escolar, concretizando essa saída de casa a dois com a compra de uma casa também a dois. Pode conjecturar-se ser este o perfil mais comum na sociedade portuguesa para estas gerações.

O segundo perfil, diametralmente oposto (essencialmente superior, à esquerda) é composto por jovens-adultos cujas estratégias de mobilidade social terão passado mais pela esfera do trabalho do que pela esfera da educação. Assim, a entrada no mercado de trabalho neste jovens terá sido mais gradual e a sua permanência no mercado de trabalho mais pautada por um número menor de interrupções e por maior frequência de contratos de trabalho (mesmo que a prazo). Apesar de estável, os rendimentos necessários à saída de casa são mais escassos e, conjugando com a menor estabilidade nas relações amorosas (medida pelo maior número de relações amorosas presente neste perfil), a sincronização da autonomização residencial com as restantes esferas é mais intrincada. Por esse motivo, este perfil encontra-se próximo das situações de actual co-residência com os pais.

Um terceiro, último e mais pequeno perfil, é talvez o mais típico da contemporaneidade, da importância do tipo de ocupação de casa para a explicação do *timing* e do formato de saída de casa dos pais, da adequabilidade do arrendamento a situações de transitoriedade social que caracterizam a entrada no mercado de trabalho das novas gerações, especialmente as licenciadas. Desta forma, este perfil concentra a saída de casa “individual” e simultaneamente os casos de arrendamento individual ou partilhado. São essencialmente indivíduos que estando a trabalhar actualmente no sector dos serviços, têm qualificações formais e ambições sociais superiores. O vínculo fraco ao mercado de trabalho e ao mercado de habitação é, em alguns destes casos, propositado (dada a mobilidade social e geográfica que alguns dos jovens querem manter em aberto).

10.

IMPROVISACÃO DA VIDA E *JANELAS DE OPORTUNIDADE PARA A ACÇÃO*

A tentação em atribuir a cada uma das biografias recolhidas a *singularidade* que cada uma delas merece, nomeadamente através da opção por análises de conteúdo exclusivamente verticais (Ghiglione e Matalon, 1992) ou por retratar de forma “densa” e sociológica os estudos de caso (Lahire, 2004 [2002]) esteve omnipresente neste capítulo. Assim o é porque, face aos mais variados acontecimentos inesperados, raros, involuntários e/ou disruptivos, os indivíduos são, na sua maioria, capazes de atribuir coerência interpretativa à sequência dos acontecimentos, de se adaptarem reflexiva e estrategicamente ao evento exógeno ou endógeno ocorrido e de identificarem o alcance, temporal e causal, da sua própria agência face a esse determinado episódio. E essa coerência interpretativa é, pela sua natureza e numa primeira vista, singular, única, invulgar e peculiar. Nesse sentido, também as reacções a estes acontecimentos são entendidas pelos próprios indivíduos como tão inesperadas, “aleatórias”, únicas e *extra-ordinárias* como o acontecimento em si.

Mas ceder totalmente à referida tentação, de atribuir a singularidade biográfica reivindicada por cada uma das histórias recolhidas, desrespeitaria algumas regras do campo disciplinar em que esta pesquisa se desenvolveu e alguns dos princípios teórico-metodológicos em que se baseou. De facto, a sociologia enquanto disciplina é possível precisamente porque o comportamento humano é padronizado, e porque é às estruturas sociais do comportamento humano que os sociólogos dedicam a sua atenção (Shanahan e Macmillan, 2008: 9). Além disso, tentou evitar-se uma das falhas de muitas das pesquisas qualitativas “pós modernas”, identificada por Thompson como “fazer do processo de interacção da pesquisa o centro do estudo em si mesmo, e esquecer o que pode ser aprendido através das

histórias que são contadas” (Thompson, 2004: 257) ou, como refere Lopes, “resvalar para a mera reprodução dos discursos (verbais e não verbais) dos sujeitos observados, renunciando à análise (...), praticando a profecia ou admitindo, enquanto cientistas sociais, a autocriação dos agentes (e dos seus sentimentos e disposições), como se num profundo, irreversível e mole vazio se movessem” (2002:63). Assim, o objectivo a que se prestou este capítulo foi, através da “singularidade” de cada caso, ilustrar a sua “generalidade” (Lahire, 2005: 33).

Neste sentido, o presente capítulo, não cedendo a essa tentação, aborda aspectos como a importância do estudo destes fenómenos inesperados raros, involuntários e/ou disruptivos para o rumo dos cursos de vida e a complexidade envolvida na definição e delimitação dos mesmos, especialmente relevante no que se refere à ao período de transição para a vida adulta. Identifica e apresenta, com base no conjunto de entrevistas recolhidas, blocos de fenómenos que abrem *janelas de oportunidade para a acção* e reformulação dos planos de vida: como (i) o da relação (*genderizada*, por sinal) entre amor e emancipação, (ii) o das questões de morte e doença dos próprios e dos seus *outros significativos* (que vêm, aliás, questionar interpretações simplistas sobre a relação entre a dependência financeira dos jovens face aos pais e a situação de co-residência dos mesmos) e ainda (iii) o das questões sobre a existência de efeitos em cadeia, ou acumulados, de *timings* específicos e combinados de determinados eventos. Estes blocos são ilustrados por histórias individuais e da identificação da variabilidade (quando existente) destes fenómenos por importantes coordenadas sociais como o sexo, a classe social de origem, a escolaridade e a trajetória residencial (ou motivo da saída de casa).²³⁹ Implícita nesta variabilidade está o argumento de que estes eventos, tal como as reacções aos mesmos, estão socialmente estruturados (Thomson *et al.*, 2002: 335).

10.1 Estudo dos *acazos*: inexequibilidade ou negligência?

São dois os aspectos mais referidos nas pesquisas levadas a cabo em torno das causas e dos efeitos dos eventos muitas vezes indiferenciadamente denominados de ocasionais, não-demográficos, imprevistos, não-normativos, decisivos, críticos e/ou de viragem.²⁴⁰ Por um lado, é referida a extrema dificuldade em definir, identificar e prever a ocorrência e os efeitos destes eventos. Lieberson chega mesmo ao ponto de referir que se trata de uma “undoable science” (1985 *citado por* Shanahan e Porfeli, 2007: 104) na medida em que é impossível a

²³⁹ Que podem estar no corpo do texto, quando mais relevante, ou em nota de rodapé, quando meramente informativo.

²⁴⁰ Cujas diferenças e semelhanças serão mais adiante enunciadas.

determinação, com precisão, do efeito causal dos eventos desta natureza, e a comparação com um grupo, de controle, de pessoas que não tenham experienciado tal evento (referindo-se implicitamente a modelos de regressão linear). Por outro lado, e em contrapartida, é frequentemente referida a necessidade de explorar novas teorias e métodos que dêem conta destes fenómenos (Shanahan e Porfeli, 2007; Furstenberg, 2005).²⁴¹ Já em 1994 Becker argumentava:

Everyone knows that most of the things that happen to them happen "by accident" and this is particularly true of the things that are most important us (...). Yet social science theory looks for determinate causal relationships, which do not give an adequate account of this thing that "everyone knows." If we take the idea of 'it happened by chance' seriously, we need a quite different kind of research and theory than we are accustomed to.

Howard S. Becker (1994), "'Foi por acaso':
Conceptualizing Coincidence", pp. 183.

Assim, estes “eventos do acaso”, que são “combinações complexas de atributos pessoais e situacionais, consistentes com a relação entre factores externos e dinâmicas intrínsecas” proporcionam novas avenidas de investigação (Shanahan e Porfeli, 2007, 107-108). Assim, ainda que a “medição objectiva” (cálculo da probabilidade da ocorrência, e identificação da importância causal para determinados efeitos) seja “inexequível, as interpretações subjectivas destes eventos têm recebido muito pouca atenção na perspectiva do curso de vida” (Shanahan e Porfeli, 2007: 97). São, portanto, pouco analisadas as estratégias de adaptação do curso de vida face a estes eventos (Liefbroer, 2009: 333). E é importante que sejam porque, como demonstra o “teorema de Thomas”, "if men define situations as real, they are real in their consequences" (Thomas e Znaniecky, 1984 [1928]). Desta forma, se estes eventos convidam os indivíduos a agir de outra forma, e são considerados pelos próprios indivíduos como as causas dessa mudança ou da ênfase colocada em determinadas decisões e comportamentos então, independentemente de estes eventos serem ou não passíveis de serem detectados *a priori* pelo próprio indivíduo e/ou pelo investigador e independentemente da expressão percentual ou probabilística que possam assumir no universo em estudo, estes devem ser considerados “causas” que provocam determinados “efeitos”. Estes “eventos do acaso”, embora façam parte de um “território quase totalmente inexplorado nas pesquisas do curso de vida, podem muito bem constituir-se como um ‘instrumento’ através dos quais os indivíduos entendem o desenrolar das suas vidas” (Shanahan e Porfeli, 2007: 117). Este capítulo

²⁴¹ Explorada essencialmente no capítulo 7 e na descrição densa das sequências das transições para a vida adulta. Pode encontrar-se a crítica ao paradigma positivista, debate em Portugal em torno desta temática e a relação deste debate com várias correntes sociológicas num trabalho de Roldão (2010).

pretende assim, usando este “instrumento” e as histórias dos eventos e das decisões através dele contadas, contribuir para o preenchimento de algum deste vazio, no que se refere exclusivamente ao período da transição para a vida adulta. Rematando com uma afirmação de Furstenberg a este respeito:

The management of life course events is an under-investigated topic that brings together personal agency, social support, and opportunity structures in a common theoretical framework that may improve our understanding of how life courses are constructed and how individual development occurs in response to both normative and non-normative transitions.

Frank Furstenberg (2005), *Non-normative Life Course Transitions: Reflections on the significance of demographic events on lives*, pp. 170.

O método misto utilizado na pesquisa original é adequado à análise pretendida neste capítulo. Esta adequabilidade manifesta-se de várias formas. Uma delas refere-se à complexidade e ao detalhe da história contada. Só uma metodologia onde haja lugar para contar de forma livre os episódios não demográficos que influenciaram o curso das vidas permite posteriormente uma análise destes mesmos fenómenos. Só o pormenor, aliás, “testemunha a importância do evento” (Becker, 1994: 186) e permite a observação e a análise dos “turning points” como processos (Abbott, 2001) ou como “histórias” (Becker, 1994:188).

(...) Things don't just happen, but rather occur in a series of steps, which we social scientists are inclined to call "processes," but which could just as well be called “stories”. A well constructed story can satisfy us as an explanation of an event. The story tells how something happened how this happened first and led, in a way that is reasonable to see, to that happening, and then those things led to the next thing... and right on to the end.

Howard S. Becker (1994), ““Foi por acaso”:
Conceptualizing Coincidence”, pp. 188.

Além disso, também a relação cronologicamente organizada dos eventos, captada pelo preenchimento do calendário de vida, permite analisar com precisão a “interdependência” e a sequência entre os eventos demográficos e não demográficos, importantes ou irrelevantes para o sujeito narrador, dificultando, como se referiu no capítulo 8, uma coerência biográfica fabricada em sequências, erradas, de eventos. Como refere Thomson, uma análise biográfica centrada nos momentos críticos encoraja os cientistas sociais a “levar as questões do timing a sério, bem como a forma como factores (muitos deles bastante vulgares) se combinam e configuram” (2007, 103-104). É, por isso, necessária uma grande quantidade de informação sobre a trajectória e os eventos a serem analisados (Becker, 1994: 191), requisito que é cumprido seja pelo pormenor subjectivo (carácter biográfico da entrevista), seja pelo pormenor objectivo (grelha de eventos), da história de vida.

Uma segunda manifestação da adequabilidade do método ao objectivo analítico deste capítulo está relacionada com o significado, retrospectivamente oferecido, ao sentido da acção. Só uma análise do passado (recente, neste caso) pode informar o sujeito reflexivo e narrador da sua biografia, e posteriormente o investigador, sobre quais foram as condições *necessárias e suficientes* para um determinado curso da vida (George, 2009: 169). Não se trata de retro-causalidade, mas apenas de causalidade atribuída retrospectivamente. Assim, nestes casos, a noção convencional da explicação científica, que tem como indicador para a adequabilidade de uma explicação a capacidade de previsão dessa relação de causalidade, é pouco eficiente (Becker, 1994:187). É neste sentido que o carácter reflexivo e narrador das biografias recolhidas ganha maior protagonismo. Como sublinha Becker, as “necessary conditions, no matter how exhaustively described, aren’t sufficient to explain an event’s occurrence” (Becker, 1994, 188). Para uma tão *total* quanto possível *explicação*, é necessária informação sobre a intenção da acção. Segundo Weber, aliás, o propósito da sociologia é o de “compreender interpretativamente a acção social, para deste modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos” (*citado por* Cruz, 1995: 584). Objectivos de pesquisa meramente preocupados com a medição da causalidade podem tornar a sociologia refém da estatística.

Definições

O conjunto mais lato dos fenómenos mencionados inclui, consoante a bibliografia, definições mutuamente exclusivas ou inclusivas de conceitos como “eventos do acaso” (isto é, com fraca probabilidade de acontecerem ou de difícil previsão), “críticos” (eventos de crise pessoal, de causa intrínseca ou extrínseca), involuntários, ou “turning points” (de viragem biográfica). Estas diferenças conceptuais têm também filiações disciplinares. Como clarificam Shanahan e Porfeli, a psicologia tem-se preocupado mais com os eventos “não-normativos”, a sociologia do curso de vida com os chamados “turning points” e a estatística com os “eventos do acaso” (ou de fraca probabilidade) (2007: 99). Embora a definição adoptada nesta pesquisa seja bastante inclusiva destes vários fenómenos sendo, portanto, bastante lata, considera-se conveniente uma breve apresentação das diferenças entre estes fenómenos:

(i) *Eventos do acaso*. Mais conhecidos por “chance events”, estes eventos equivalem na verdade a “low chance events” (Shanahan e Porfeli, 2007: 100). São eventos cuja probabilidade de ocorrência se supõe baixa, mas o valor dessa probabilidade é meramente especulativo, porque quase impossível de determinar. Não surpreendentemente, estes aspectos

têm captado mais atenção do campo disciplinar da estatística (Shanahan, 2007: 99). As causas para esse evento existem (a sua ocorrência não é aleatória), só não foram ainda determinadas (Diaconis e Mosteller *citado por* Becker, 1994: 186). Shanahan e Porfeli chamam, no entanto, a atenção para o facto da impossibilidade da determinação da probabilidade (ainda que baixa) da ocorrência do evento, aumentar a percepção, individual e subjectiva, da sua improbabilidade (2007: 101). A tendência para o fazer é tanto maior quanto mais importantes foram, ou mais efeitos tiverem tido, essas coincidências ou acasos, para o curso de vida (Diaconis e Mosteller *citado por* Becker, 1994: 186). Também por esse motivo, muitas vezes a definição dos “chance events” passa pela importância causal destes acontecimentos para determinados “efeitos” de curto ou médio prazo (Shanahan e Porfeli, 2007: 103). Pela referida dificuldade de determinação objectiva destes eventos e pela influência que esta dificuldade tem na percepção subjectiva, as definições objectivas e subjectivas do que é um “evento do acaso” é historicamente variável (Shanahan e Porfeli, 2007: 98).

Shanahan e Porfeli definem claramente estes eventos como: (a) de baixa ocorrência, embora nem os sujeitos nem os investigadores sejam capazes de estimar a probabilidade para a sua ocorrência; (b) capazes de provocar efeitos importantes nos cursos de vida, embora as relações causais sejam difíceis de determinar, (c) involuntários e não-intencionais e, por fim, (d) a necessitar de explicação devido à sua relevância social (Shanahan e Porfeli, 2007: 97). Nesta pesquisa os eventos do acaso foram entendidos nestas 3 vertentes: são extrínsecos, foram percebidos como imprevisíveis e são capazes de provocar mudanças profundas no curso de vida. Um exemplo de um evento com estas características e que será posteriormente analisado é a morte de um dos pais (ver (a) caso 5). Tratando-se de mortes por doença ou acidente, são imprevisíveis, foram acontecimentos extrínsecos e fora da acção individual do jovem entrevistado e podem provocar, por exemplo, a permanência por mais anos, inicialmente não planeada ou desejada, em casa com o progenitor então em situação de viuvez.

(ii) *Eventos não-normativos* ou *críticos*. São momentos de descontinuidade social (Shanahan e Porfeli, 2007: 107). A sua relação com processos de “redireccionamento” do curso de vida (e portanto, de proximidade conceptual e analítica dos chamados “turning points”) é significativa. Furstenberg (2005) resume algumas das características desta relação próxima entre, por um lado, eventos não-normativos ou críticos e, por outro, agência. Em primeiro lugar chama a atenção para o facto dos indivíduos tenderem a mobilizar-se para compensar os efeitos negativos desse evento não-normativo; em segundo lugar, chama a atenção para o facto de existir a tendência, nestes momentos, para o aumento do apoio, e dos

respectivos recursos, aos membros da família ou *outros significativos* que precisem de ultrapassar esse acontecimento; e por último chama finalmente a atenção para o facto deste tipo de experiências promover o amadurecimento e desenvolvimento pessoal (2005: 169-170). Este é o lado positivo, por assim dizer, dos eventos críticos. A ideia mais persistente sobre os momentos críticos é a de que estes eventos (por vezes até denominados de “ill-timed”) tendem a deixar marcas irreversíveis e negativas, sentidas a curto ou a longo prazo (Furstenberg, 2005: 155-156). Dadas as referidas características dos eventos críticos, torna-se evidente que seja a psicologia a dedicar mais atenção ao estudo destes fenómenos.

(iii) “*Turning Points*”. Este conceito é definido menos pela natureza improvável (“chance events”) ou negativa (“critical points”) do evento causal e mais pelo efeito que provoca no redireccionamento (voluntário, involuntário ou um misto de ambos) no curso de vida. Implica, portanto, uma avaliação sobre, pelo menos, a mera existência de efeito. Os “turning points” ou momentos de viragem biográfica, podem coincidir com eventos demográficos importantes como a formação de família ou a entrada ou saída no mercado de trabalho, mas também podem *simplesmente* referir-se a produtos de reflexão ou reinterpretação do passado (McLeod e Almazan, 2002: 396). Assim, podem referir-se a atitudes e a comportamentos concretos mas também podem referir-se *apenas* a sentimentos perante a vida e a forma de a entender (Clausen, 1998: 205).²⁴² São momentos próximos do que Erickson denominava de “crises”, que se referiam “não a catástrofes, mas a *turning points* em que o indivíduo tem a oportunidade de consolidar e diferenciar a sua personalidade” (Shanahan e Macmillan, 2008: 60). São, portanto, momentos, por uma razão ou outra, definidores do futuro ou de ruptura com o passado (George, 2009: 169). Pais refere que são “pontos de inflexão que dão novos rumos à vida” (2001:104).

Assim sendo, estes momentos são identificados subjectivamente pelo sujeito e dificilmente captáveis em metodologias extensivas. Os “turning points” são, como afirma

²⁴² Ideia na qual, aliás, se consubstancia a distinção entre “turning points” e “decisions points” (Clausen, 1998: 202). Liefbroer refere, aliás, um estudo de Baanders em que o processo de saída de casa dos pais foi conceptualizado em dois momentos: o da decisão e o da concretização (Liefbroer, 2009:331). Em Nico (2005), estes dois momentos também foram identificados e comparados. As mulheres por exemplo, revelam menor tempo entre estes dois momentos do que os homens (Nico, 2005). Alternativamente, Shanahan e MacMillan referem que a agência ou “avaliação prática” envolve três processos inter-relacionados: “problematização”, “decisão” e “execução” (2008: 203). Também Couler, van Ham e Feijten (2010) referindo-se ao processo de saída de casa, diferenciam desejo, expectativas e concretização.

Abbott, “inherently narrative events” (2001:251), e também por esse motivo só podem ser identificados retrospectivamente pelo indivíduo (George, 2009: 169). A saída de casa dos pais assume muitas vezes esse papel de “narrative turning point” (Maynes, 2004: 327), como veremos, aliás, ao longo deste capítulo. Mas independentemente da forma como é identificado e do tipo de efeito que tem sobre o curso de vida do sujeito, um “turning point” é aqui definido como o momento ou evento em que são tomadas direcções de curso de vida diferentes das que se estavam a tomar, segundo a avaliação que o próprio sujeito faz da continuidade e descontinuidade do seu curso de vida (Clausen, 1998:202-203). Envolve, portanto, uma mudança substancial na direcção do curso de vida, seja ela subjectiva ou objectiva (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002: 8). Sintetizando estas ideias, Abbott refere:

The concept is inevitably a narrative one, for a turning point cannot be conceived without a new reality or direction being established, a judgment that requires at least two temporally separate observations. Not all sudden changes are turning points, but only those which are succeeded by a period evincing a new regime.

Andrew Abbott (2001), *Time matters. On Theory and Method*, pp. 258

Exemplos

Neste capítulo, para além do conteúdo e do processo dos “turning points” seleccionados, serão também dadas indicações, como aconselha Clausen, sobre os papéis sociais afectados, a fonte ou causa do “turning point”, o *timing* do mesmo e as consequências do ponto de vista do sujeito entrevistado (1998: 204). Seguem-se exemplos de “turning points” identificados em pesquisas idênticas, sobre redireccionamentos do curso de vida no período da transição para a vida adulta.

- “Problemas sociais”: gravidez na adolescência, ruptura marital (Furstenberg, 2005); ser apanhado com drogas, ser preso, engravidar, ser abusado sexualmente (Thomson, 2007: 101-102).

- Família: serem postos fora de casa, separação dos pais, fazer queixa de abuso físico ou sexual, recasamento de um dos pais, desemprego de um dos pais, reconciliação dos pais, etc. (Thomson, 2007: 101-102);

- Doença e morte: morte de um dos pais, suicídio de um familiar, aborto espontâneo, dislexia, doença crónica, morte de um dos avós, depressão, doença grave (Thomson, 2007: 101-102)

- Escola: retenção de ano, abandono escolar, etc. (Thomson, 2007: 101-102);

- “Ritos de passagem”: fazer 18 anos, tirar carta de condução, “sair do armário”, perder a virgindade, etc. (Thomson, 2007: 101-102);

- Mobilidade: mudar de cidade, mudar de casa, mudar de país, saída dos irmãos de casa dos pais, saída para universidade, etc. (Thomson, 2007: 101-102);

- Relações: novo relacionamento, novos amigos, ser excluído dos pares, fim de namoro, perder virgindade, traição amorosa, assumir sexualidade homossexual ou bissexual, etc. (Thomson, 2007: 101-102).

Seleção

A selecção dos fenómenos a considerar para este capítulo foi bastante inclusiva. A amostra, composta por 52 casos, permite que sejam incluídos os vários tipos de eventos enunciados (do acaso, críticos mas sobretudo de viragem) e em alguns casos comparados na direcção, no alcance e no conteúdo dos seus efeitos. De qualquer forma, para serem seleccionados para a presente análise, os eventos cumpriram um critério: foram identificados narrativamente pelos próprios jovens adultos. Assim, os entrevistados atribuíam responsabilidade, ainda que não total, a estes eventos, por determinados redireccionamentos dos seus cursos de vida.

A selecção dos momentos não foi, regra geral, prevista *a priori*. Aliás, nem poderia, de acordo com muitos dos autores já expostos. Esta selecção *a priori* só sucedeu, portanto, no caso da carreira amorosa, cuja autonomização à partida, na grelha de eventos, se justifica pela previsão de que os inícios e principalmente os fins dos relacionamentos, amores e paixões constituiriam potencialmente material para momentos de viragem (na carreira amorosa, ou noutra) do curso de vida (ver capítulo 8). Todos os outros momentos foram preenchidos numa “coluna aberta”, intitulada “outros eventos” (ver capítulo 8). Esta estratégia relevou ser muito bem sucedida no método misto aplicado (entrevista biográfica e grelha de eventos) dado que, ao contrário do que sucedeu na pesquisa de Shanahan e Porfeli (2007:115) junto de 25 jovens (seleccionados de uma amostra mais vasta), os jovens adultos entrevistados na presente pesquisa recorreram constantemente a eventos desta natureza (muitos deles intencionais, portanto) para explicar o rumo dos acontecimentos das suas vidas, a sequência dos eventos ditos demográficos e a “coerência biográfica” das suas histórias. Embora a terminologia usada pelos entrevistados não coincida necessariamente com as definições anteriormente

apresentadas²⁴³, do ponto de vista do conteúdo e até do discurso, a identificação destes acontecimentos por parte dos entrevistados foi consistente com as definições aqui dadas (eram usadas expressões como, por exemplo, “mas depois aconteceu...”, “só que entretanto...”²⁴⁴). Assim, enquanto os jovens da pesquisa de Shanahan e Porfeli não se viam como “mere sports of fortune or circumstance”, fazendo da agência o tema predominante na explicação do rumo das suas vidas (2007: 110), no conjunto de jovens adultos entrevistados foram encontradas, de acordo principalmente com a escolaridade mas também com a classe social de origem, várias posturas diferentes: (i) os eventos ocorrem e são externos à acção individual (mais comum em indivíduos com escolaridade e classe social de origem mais baixas), (ii) os eventos ocorrem externamente mas cabe ao indivíduo reagir-lhes (mais presente em indivíduos com movimentos de ascensão social, principalmente em termos de capital escolar, e entre as mulheres), (iii) os eventos ocorrem, em última análise, pela responsabilidade meramente individual (individualização do curso de vida no seu pior, na medida em que os indivíduos sentem como fracassos biográficos os eventos que escapam, pela sua natureza, ao alcance da acção meramente individual: também presentes, por vezes, em indivíduos com graus de escolaridade elevada, com elevada reflexividade individual mas fraca reflexividade social (aqui definida como a capacidade de enquadrar a sua trajectória individual no contexto socio-histórico em que esta se situa).

Já a segunda conclusão de Shanahan e Porfeli foi confirmada pela presente pesquisa. Estes autores argumentam que a fraca probabilidade de ocorrência de determinados eventos é uma mera suposição e não um facto (2007: 115). Na verdade, mesmo em 52 jovens adultos, foi afinal surpreendente para o investigador a presença de eventos que se julgavam improváveis ou pouco frequentes durante o período da transição para a vida adulta. Os exemplos talvez mais ilustrativos são as tentativas de suicídio, as relações amorosas que terminam e recomeçam muitos anos mais tarde (tornando o discurso em torno delas ainda mais romantizado, como se a improbabilidade do regresso fosse a confirmação do “sucesso” desse destino) e ainda a morte (inesperada) de um dos familiares muito próximos (pai, mãe ou irmão/irmã). Mas, ao contrário do que Shanahan e Porfeli argumentam, na presente pesquisa

²⁴³ Se bem que muitas vezes os jovens usam um vocabulário próximo dos conceitos aqui apresentados, por exemplo: “aí foi mesmo um ponto de viragem na minha vida” (Maria).

²⁴⁴ Estabelecendo-se diálogos como: “Investigador: Até entrares no 12º alguma vez reprovaste?// Maria: Foi tudo seguido, no curso é que já não. Mas isso também tem uma explicação.” Essa explicação viria a ser posteriormente narrada e estaria relacionada com a morte do avô materno.

os indivíduos encaravam, sim, alguns destes eventos como *extra-ordinários* não só nas suas próprias vidas como também face à generalidade das vidas nos mesmos grupos etários.

Na análise que se segue, está patente a terceira grande conclusão de Shanahan e Porfeli, a de que “in no instance could a clear causal connection be established between a chance event and changes in the life course. The cases suggest that chance events work with other causal factors to produce a change, but the resulting change might have occurred anyway. This should not be surprising, since very little behaviour results from change in one variable or from one event and very few causal factors are necessary and sufficient precursors to a specific outcome. Most features of the life course have multiple determinants, a theoretical proposition that appears to hold true even when chance events are involved” (Shanahan e Porfeli, 2007: 115). Também por este motivo, certos efeitos são mais visíveis em indivíduos com determinadas características sociais (sexo, escolaridade, classe social de origem, etc.) e em articulação com outros eventos (demográficos ou não).

Janelas de oportunidade para a acção

Per se ou em conjugação ou acumulação temporal com outros acontecimentos, estes eventos do acaso, críticos ou de viragem abrem janelas de oportunidade para a acção. “A agência pressupõe acção ou reacção para produzir objectivos específicos” (Shanahan e Macmillan, 2008: 182) e os pontos de viragem são, por definição, reacção a um acontecimento. Como refere Abbott, estes eventos têm esse potencial mas a concretização da mudança do curso de vida depende posteriormente da acção concreta (Abbott, 2001: 249). Também por esse motivo, os mesmos “turning points” não produzem sistematicamente os mesmos efeitos (Abbott, 2001: 259), dado que o leque de acções e reacções ao mesmo é condicionado não apenas pela natureza e gravidade do acontecimento em si, mas pelas condições estruturais pré-existentes ao mesmo, como o sexo, a escolaridade e o lugar de classe. Existe, portanto, uma variabilidade dos efeitos do evento na medida em que “diferentes pessoas em face a uma mesma situação vão accionar diferentes tipos e níveis de dedicação para a mudar” (McLeod e Almazan, 2002: 396).

Os (a)casos apresentados de seguida não representam indivíduos (as histórias individuais é que ilustram os (a)casos). Baseiam-se, isso sim, em pares de tipo de evento-acção emblemáticos do carácter inacabado da transição biográfica (em Portugal). Os casos foram codificados segundo a identificação, nas histórias contadas pelos entrevistados, de momentos de viragem do curso de vida (alguns indivíduos concentravam mais do que um

“turning point”). No total, 39 “turning points” foram identificados em 27 indivíduos. O primeiro conjunto de (a)casos baseia-se na relação entre amor e emancipação. Com base nas diferentes relações estabelecidas entre estes dois conceitos, diferentes tipos de saída de casa dos pais (efeito) foram identificados: as *partidas*, as *largadas* e as *fugidas* (sentido metafórico decifrado abaixo). O segundo conjunto de (a)casos baseia-se na força de eventos que sendo demográficos, são da maior importância subjectiva: doença grave e proximidade à morte. Os (a)casos 4 e 5 expressam, conjuntamente, a variabilidade da agência face a uma aparentemente mesma janela de oportunidades: se no primeiro há uma repentina reformulação do curso de vida, que pode passar por mais do que por um mero aceleração do anterior projecto de vida, no segundo (a)caso, o evento faz com que, para que o equilíbrio relacional e financeiro seja mantido, os planos de vida individuais do jovem adulto fiquem em *standby* ou mesmo se anulem. Os últimos (a)casos (6 e 7) demonstram como o lugar temporal (de des-sincronização, conjugação ou acumulação) de um evento pode constituir-lo como crítico, inesperado ou de viragem. Mais especificamente, aborda dois diferentes tipos de acumulação de eventos críticos: a hiper-reflexividade paralisante, por um lado, e a agência provocada por acumulação de eventos, por outro.²⁴⁵

10.2 Amor e emancipação

Em capítulos anteriores ficou evidente a importante relação que o destino da saída de casa dos pais, conjugal ou não, estabelece com o *timing* dessa mesma saída (essencialmente nos capítulos 3 e 6). Foi também reveladora a importância que a sincronização entre a carreira amorosas e a carreira habitacional tem na identificação das principais mudanças nos padrões de transição para a vida adulta ao longo do tempo (aproximadamente ao longo do último século) e ao longo do espaço Europeu (sobretudo no capítulo 7). Mas as análises levadas a cabo na parte II são irredutivelmente incapazes, devido às limitações dos próprios dados -não verdadeiramente longitudinais e não biográficos-, de captar as intencionalidades e as improvisações envolvidas nesses momentos de sincronização e de des-sincronização. Assim, os capítulos referidos anteriormente captaram os padrões de saída de casa dos pais na relação entre *timing* e destino (conjugal ou não) mas não captaram a relação entre amor e emancipação (neste caso habitacional), dois conceitos com enorme potencial de mudança do

²⁴⁵ Um dos (a)casos que poderia ter sido alvo de análise mas que implicava competências e conhecimentos ao nível da psicologia, são as tentativas de suicídio (três casos), sucedidas por reformulações graduais do curso de vida.

curso de vida (Thorsell, 2002: 131). Não apenas o amor romântico é uma força de mudança individual (Person *citado por* Thorsell, 2002: 131), como também é criador de relações sociais (Torres, 1987, 2002b, 2004b), na medida em que o “afecto produz ‘obras’, pessoas, é uma forma de criação por excelência da vida social em sentido metafórico e real”. (Torres, 2004b: 36). Além disso, a natureza estável de certas relações “românticas” ou amorosas pode ser forte produtor de inércia (invisível em dados de natureza extensiva). Independentemente do tipo de efeito, o amor não é uma variável desprezável no estudo da transição para a vida adulta. A “importância teórica do amor” será aqui assumida, isto é, o amor é “analisado enquanto elemento da acção social e consequentemente de estrutura social” (Goode, 1959: 38). Como refere Torres, o amor, e acrescente-se, o desamor, é considerado “uma espécie de mola impulsadora da acção, uma força que, no quadro dos valores das sociedades contemporâneas tem o poder suficiente para criar, em sentido real, novas relações sociais” (2004b: 18). De facto, a “sociologia não pode renunciar por miopia positivista” o estatuto de “objecto científico” das emoções e os sentimentos (Lopes, 2002: 59).

A importância da carreira e do desempenho amoroso durante a transição para a vida adulta é dupla. Por um lado, a aprendizagem de como iniciar, manter e terminar relações românticas é indiscutivelmente uma das mais importantes competências, do ponto de vista do desenvolvimento humano, do período da transição para a vida adulta (Snyder, 2006, p. 161 *citado por* Reifman, 2011: 20; Regalia, 2011: 150-151). Estas relações assumem durante este período uma importância que chega, pela primeira mas não pela última vez ao longo do curso de vida, a rivalizar com a importância das relações que estabelecem com os pares e que mantêm com os pais (Young, Furman e Laursen, 2011: 44), embora estes últimos possam permanecer como uma espécie de “porto seguro” em termos de conselhos e apoio (Regalia, 2011: 142). Por outro lado, como já foi sistematicamente argumentado ao longo desta tese, existe uma grande interdependência entre as carreiras e esferas da vida.²⁴⁶ E o amor, que tem esse poder modificador, interfere fortemente com as outras carreiras e esferas da vida (Manning, 2011: 317).

Tal como nas autobiografias analisadas por Maynes, a saída de casa dos pais foi apresentada pelos entrevistados quase sempre como um momento marcante ou decisivo no curso das suas vidas (2004: 321), mas desempenhou diferentes funções identitárias e foi proporcionada por diferentes episódios consoante os indivíduos ou as suas características sociais. Nesta pesquisa foram identificados três tipos de saídas de casa associadas ao amor e

²⁴⁶ Ver em especial capítulos 2 (Parte I), 7 (Parte II) e 9 (Parte III).

regidas pelos efeitos de género da contemporaneidade (em 17 indivíduos): as *partidas*, *largadas* e *fugidas*.

(A) caso 1, Namoros longos, *partidas tardias*

As relações longas diminuem o ritmo de saída de casa, isto é, quanto mais longa a relação maior a propensão para se adiar a saída de casa dos pais. Deste modo, estar numa relação longa implica uma *janela*, pequena, *de oportunidade* para a acção. Nos casos analisados, tal regra é válida tanto para os homens como as mulheres. Essa propensão para o adiamento da saída de casa dos pais ocorre por vários, seguintes e não mutuamente exclusivos, motivos. A apresentação destes motivos está imiscuída nas vidas e versões reais recolhidas (formato que será reproduzido nos seguintes (a) casos).

“*Vidas vinculadas*”

Sofia²⁴⁷ tem actualmente 29 anos e há quatro que está noiva do Nuno, com quem namora há 11 anos. Há quem lhe pergunte: “Então Sofia, nunca mais? Andas para aí só a namorar, namorar” mas ela responde “tem que se namorar enquanto se pode”.

Sofia é filha única de um pai mecânico por conta própria e de uma mãe doméstica, ambos com escolaridade ao nível primário. Os pais passaram por uma transição para a vida adulta muito precoce e desprotegida, marcada pela entrada no mercado de trabalho no caso do pai, pela entrada antecipada na conjugalidade, tornada necessária pela gravidez não planeada (da qual Sofia só veio a saber já ela própria adulta), e pela opção irreversível de entrada no mercado de habitação por via do arrendamento (no distrito de Loures). Talvez por este motivo, tentaram proteger e afastar a Sofia da vida profissional, amorosa e habitacional o mais possível. Relativamente ao trabalho, fizeram-no ao separar completamente as esferas da escola e do trabalho, colocando a hipótese da procura de trabalho apenas depois de terminada a frequência escolar, diurna, pelo menos (tendo posteriormente concluído o 12º ano).²⁴⁸ Face à impossibilidade de uma entrada no ensino superior, a entrada no mercado de trabalho veio pela mão do pai e das suas redes informais, como é costume no topo e na base das classes sociais (Pais, 2001). Este trabalho, que o pai lhe “arranjou” no aeroporto é ainda hoje aquele que Sofia exerce (há 8 anos à data da entrevista). As iniciativas de Sofia em encontrar trabalho por si, num café próximo de casa, foram descartadas imediatamente (“não, isso não, espera mais um bocadinho, não precisas, não tens necessidade, sabes que podes contar com o pai e com a mãe”, conta a Sofia como a tentavam dissuadir). Relativamente ao único namoro que Sofia teve até hoje, foi controlado (especialmente pelo pai²⁴⁹), avaliado e vivido no seio da família o mais possível. Não houve emancipação individual por via da amorosa, mas uma subordinação da vida amorosa à vida familiar. Por fim, relativamente à habitação, apesar da experiência de uma vida inteira a viver confortavelmente

²⁴⁷ Sofia, 29 anos, vive com os pais numa casa alugada, tem namorado, tem o 12º ano, é técnica de handling em *part time*, o pai é mecânico, a mãe é doméstica.

²⁴⁸ Típico de “descendentes de famílias com poucos ou razoáveis capitais escolares, mas que reúnem significativos recursos económicos, pelo que tendem a procurar converter o capital económico em capital escolar” (Costa e Lopes *et al.*, 2008: 693). Sofia, contudo, acabou por não conseguir ingressar no ensino superior.

²⁴⁹ Que soube do namoro no dia seguinte ao seu início.

numa casa arrendada, Sofia não quer arrendar uma casa no futuro, referindo mesmo: “o problema é que eu não quero alugar casa, porque acho que o dinheiro que eu vou dar a uma pessoa pela casa que estou a alugar, dou para o banco e mais tarde é minha. Apesar de eu saber que vou estar o resto da minha vida a pagar, mas isso também estaria numa casa alugada, não é?”. Em suma, a socialização de Sofia foi no sentido da reprodução social dos valores da geração dos pais, ainda que o resultado seja precisamente no sentido de uma muito diferente transição para a vida adulta da que os pais concretamente tiveram. Assim, com o pretexto de objectivos de mobilidade social, a socialização dos pais foi no sentido de passar valores como: só se sai de casa para casar (embora os pais tenham saído pelo motivo de uma gravidez não planeada) e para sair de casa só através da compra da mesma (apesar dos pais viverem numa casa arrendada).

Face a esta juventude protegida, as experiências de transição para a vida adulta de Sofia não só são poucas em variedade como são muito próximas no tempo: sair da escola (diurna), ter um namorado (mais velho), tirar a carta de condução, comprar um carro e começar a trabalhar. É o exemplo claro da co-ocorrência de eventos, tanto maior quanto mais a sul da Europa se encontrem os jovens (capítulo 7). Neste caso, fica óbvio que não é a reversibilidade, a hesitação ou a “mudança de ideias” que adia a saída de casa dos pais, mas sim a relação de juventude protegida que teve e a interdependência, presente e futura, entre os vários membros da família. Por um lado, a juventude protegida e a relação que ainda tem com os pais, faz com que Sofia não sinta qualquer necessidade ou vontade de sair de casa, considerando apenas que “é a lei natural da vida, chega a uma certa altura e temos que sair de casa”. Já a interdependência é de (i) nível financeiro, na medida em que Sofia contribui sempre que necessário e com alguma regularidade, para a economia doméstica, e é de (ii) nível do cuidado (“care”) na medida em que Sofia cuida em termos de alimentação e de higiene, em coordenação com a mãe, da avó que sofre de Alzheimer e ainda na medida em que Sofia espera que no futuro a mãe a possa ajudar a cuidar dos filhos que conta ter.

Por fim, a sincronização das situações profissionais de Sofia e de Nuno têm assumido grande importância no adiamento da saída de casa dos pais. Antes de Nuno ter conseguido recuperar de um longo período de desemprego, Sofia passou, ilegalmente suspeita-se, para o regime de *part time* no seu emprego, recebendo um salário também bastante mais reduzido. Isso impossibilitou que avançassem para a compra da casa que finalmente encontraram a cerca de um quilómetro da casa dos pais de Sofia, e levou a que esta continuasse a “eterna noiva”, como lhe chamam as colegas.

Especialmente para os jovens que pretendem sair de casa por via da conjugalidade, em particular pelo casamento e pela compra de uma casa, a sincronização dos dois cursos de vida individuais do casal é da maior importância. Assim, é necessário o encontro de dois “pontos óptimos” nas carreiras profissionais para a identificação do melhor *timing* para a saída conjugal. Visto que as vidas profissionais e pessoais podem correr mal alternadamente (ou até em simultâneo), anos podem passar-se até se encontrar este duplo “ponto óptimo” temporal. Casamento e compra de casa são, para além disso, processos burocráticos e complexos do ponto de vista logístico, o que acresce ainda mais “tempo” à relação de namoro em casas separadas. Estes aspectos contribuem para o nível máximo de dificuldade de agência: expectativas elevadas e formais de conjugalidade e propriedade, por um lado, e situações económicas mais desafiantes, por outro. A escolaridade e a classe social de origem baixas facilitam a falta de “adaptação estratégica” do plano de vida ou, em alternativa, de “agência” face (Giele e Elder, 1998: 9-10, Elder e Giele, 2009: 14) a esta situação, que poderia passar por abdicar ou do casamento e/ou da compra da casa, avançando para uma situação de

conjugalidade mais informal e/ou para uma situação habitacional mais temporária, como a que caracteriza o arrendamento urbano. Este é, portanto, um exemplo de como as vidas estão vinculadas (ou, originalmente “lives are linked” (Elder, 1994) e de como a ausência ou a ocorrência de eventos numa vida pode influenciar de forma determinante a ausência, ocorrência e *timing* de eventos num outro curso de vida. Quanto menos os instrumentos para uma “adaptação estratégica”, isto é, quanto menor a *janela de oportunidades* para a acção *a priori*, maior o adiamento do momento da saída de casa dos pais.

A força contagiante da inércia (e da sua quebra)

Pouco tempo depois da entrevista, aos 25 anos, Dora²⁵⁰ terminou a sua relação de 8 anos com o Pedro, encontrou novo namorado, saiu de casa (onde vivia com o pai), foi viver com esse novo namorado e despediu-me de um emprego onde se encontrava em situação de efectividade e progressão na carreira (mas de profunda insatisfação ao nível da realização pessoal). Deixou “arrastar” estas decisões enquanto pôde, mas em entrevista foi difícil evitar a inquietação que as envolvia. Mas esta ansiedade é analiticamente muito esclarecedora e, tal como a inércia, nem sempre dura *ad eternum*.²⁵¹

Na história de Dora, é muito frequente uns “deixei andar”, “deixo-me simplesmente arrastar”, “estou assim um bocado em águas de bacalhau”, “tenho deixado arrastar”, “o tempo passou e eu não fiz nada”, “estou um bocado acomodada àquilo que tenho”. É assim que Dora vai descrevendo o seu passado e presente, identificando constantemente a sua própria falta de agência. Vê a sua vida como o resultado feliz, mas não “seu”, do acaso com a sorte. A “vida podia ter provocado crescimento mais acelerado e ter conseguido atingir uma maturidade diferente”, mas esse não foi o caso. Nunca precisou de se esforçar muito, diz. Mas sente falta disso.

Filha de pais que se divorciaram quando ela tinha 10 anos, com escolaridades equivalentes ao 7º ano “antigo” mas com integrações no mercado de trabalho muito estáveis (sector público), Dora fez o seu percurso escolar com “sucesso” e sem interrupções, apesar de não ter tido nem muitas certezas relativamente ao seu curso superior (marketing), nem relativamente à saída profissional que literalmente a esperava no final do curso (técnica de estudos de mercado). A verdade é que, mesmo nessas condições, ingressou no curso que escolheu (com pouca convicção) e quando os seus colegas de curso procuravam emprego, ela já estava empregada com contrato e a caminho de uma situação de efectividade, a propósito da qual a mãe lhe foi referindo: “ai, estás muito bem, tu não mudes, vê lá que estás muito bem assim”; “vá-te agarrando a esse, agarra-te a esse”. Já Dora realça, com estranheza, outro aspecto desta inserção do mercado de trabalho, afirmando: “Nem sequer tive que o procurar! Foi um pouco estranho.” Atravessou todas estas quase involuntárias transições “normais” no contexto de uma relação estável com o Pedro. Na esfera amorosa, como nas outras, conclui: “não tive tempo de experimentar, mais uma vez”. E vai dizendo aos pais, talvez simultaneamente a ela mesma: “não, mas isso não é para mim, esse ideal”.

²⁵⁰ Dora, 25 anos, vivia com o pai numa casa própria, tinha namorado, tem um curso superior, era técnica de estudos de mercado.

²⁵¹ Esta análise baseia-se não apenas na informação recolhida por meio de entrevista e de grelha de eventos, mas também em *follow ups*, informais, com a própria e com a amiga comum (que estabeleceu inicialmente a confiança intermédia e técnica necessária para a entrevista) sobre o curso de vida e das tomadas de decisões que foram tomadas muito pouco tempo depois da entrevista. A entrevistada terá tido noção dessa proximidade, ao ponto de ter mostrado curiosidade, mais tarde, em ouvir a entrevista que ela própria deu. A entrevista foi de facto um momento importante de exposição e visualização, para a Dora, da sua própria inércia.

Dora reflectiu em entrevista como esta biografia “normal” teve pouco do seu cunho pessoal. Insatisfeita com o seu presente profissional e ambígua face à sua relação amorosa (e ao papel que esta tem, poderá ou deverá ter com o motivo da saída de casa, referindo, até: “isto muda muito, num mês achamos uma coisa, mas de repente, no dia a seguir, já as coisas estão menos claras”), Dora mantém-se, durante algum tempo na sua vida, descomprometida face a decisões de ruptura. Não obstante, tem consciência desse nível de incerteza. Refere mesmo: “não vejo muitas pessoas com o mesmo nível de incerteza em relação a tantas áreas da vida como eu”. Aquilo que une essas indecisões é precisamente uma inércia totalizante que Dora, pela sua capacidade de reflexividade individual e social, tem noção que tem os dias contados, dizendo: “estou um bocado dividida. Então, tenho deixado arrastar. Mas penso em fazer qualquer coisa por isso”. “A ideia é um bocado manter as possibilidades todas em aberto e depois, quando eu me sentir preparada, começar a tomar esses riscos e a fazer mesmo alguma coisa, senão, também fico com a sensação que estou sempre a deixar em aberto, não vou fazer nada agora, porque senão não posso fazer qualquer outra coisa, mas acabo por não fazer nada, nunca”, acrescenta.

Por esse motivo, é comum, ao olhar para o seu futuro profissional e amoroso, expressar-se com frases como “não consigo projectar” ou “custa-me aceitar esses compromissos”, “não está nada definido”, “conseguir deixar as hipóteses em aberto”, “as coisas estão menos claras”. A inércia, atingida no seu limite, associada às densas reflexões sobre ela, formaram uma combinação explosiva, que resultou numa catadupa de rupturas. Dora tinha bem noção do que estava por acontecer: “Se bem que elas [esferas da vida] estão todas relacionadas e de alguma forma, se eu avançar muito numa, eu vou ter que avançar à força ou não noutra, para conseguir acompanhar”. Terminar a relação que tinha há 8 anos com o Pedro foi a primeira, a desbloqueadora de inércia.

Standley, a propósito da probabilidade de “sucesso” das uniões de facto (futuro casamento) refere a centralidade do conceito de “inércia” para a compreensão das relações amorosas na idade jovem adulta (Stanley *et al.*, 2011: 243). Este autor refere que terminar uma relação é tanto mais difícil quanto mais estabilidade (ou aparente estabilidade) a envolve. Nesse sentido, o sentimento de insatisfação numa união de facto leva muito menos frequentemente ou menos rapidamente a uma ruptura amorosa, do que esse mesmo sentimento de insatisfação num namoro não co-habitante. Tal sucede pela inércia que contagia os indivíduos que se encontram numa situação relativamente “estável”, cuja descontinuidade traria consequências a outras esferas da vida. No caso da presente pesquisa, esta inércia refere-se aos jovens adultos que face a situações de insatisfação amorosa (e outras) tendem a deixar o tempo passar, a conseguir evitar a ruptura amorosa (e outras) ou até a reflexão ou diálogo sobre a mesma com o parceiro amoroso. A inércia é tanto maior quanto mais longa é a relação amorosa.

Há uma grande interdependência entre a inércia das várias esferas da vida, na medida em que mantém o equilíbrio no plano de vida, e mantém esse metafórico castelo de cartas erigido na estabilidade da não decisão. Ao fragilizar-se num ponto, abre-se uma enorme janela de oportunidade, um legítimo precedente, para procurar a ruptura de tudo o que se encontrava num estado de insatisfação idêntico. Ao romper, portanto, com uma transição para a vida adulta nos termos “fechados” de uma “biografia normal”, abre-se lugar para um novo plano

de vida, para o desenho de uma “biografia de escolha”. Além disso, quanto maior a reflexividade individual (acompanhada na maior parte das vezes por escolaridade elevada), maior parece ser a tendência para romper finalmente a inércia, para lidar com a ruptura, para aproveitar esse momento para reciclar velhos projectos, para usar os instrumentos e competências que se adquiriu para uma bem sucedida adaptação estratégica, inaugurando um novo paradigma biográfico individual (ver o (a) caso 2).

Protocolo amoroso

Foi o início do fim. Desde a decisão de comprar uma casa sozinho que a relação do João²⁵² com a Catarina nunca mais foi a mesma. Ele quebrou uma das importantes regras tácitas do protocolo amoroso. “E agora vou-te explicar como é que não se deve estragar um namoro”, inicia João esta sua história.

Aos 15 anos, João ludibriou a mãe a assinar uns “papéis” que davam permissão para que ele abandonasse a escola. E assim deixou João o 6º ano a meio caminho, sem grandes arrependimentos e com muita vontade de entrar no mercado de trabalho, esfera da vida que iria progressivamente marcar a sua biografia, a sua identidade, a sua forma de se entender e de se demarcar, segundo ele, da sua geração. Com origem numa família a viver na periferia de Lisboa, numa casa arrendada, com profissões pouco qualificadas e muito *genderizadas* (motorista e auxiliar de geriatria), João constrói a sua identidade na sua forte ética de trabalho, baseadas no profissionalismo e no brio que tem no exercício da sua profissão (que obtém reconhecimento entre os pares e chefia), na “palavra de honra” e honestidade em que as suas relações de trabalho se devem basear (ser bom colega, ser cumpridor mas não explorado) e na forma responsável e inteligente com que gasta o seu dinheiro. João comenta: “Os meus colegas perguntam-me assim: ‘mas tu és rico?’; ‘Não, mas tem tudo a ver com gestão’ (...) A gente aprende ser organizados, fazer a nossa gestão, o nosso orçamento mensal, quanto é que a gente gasta, para onde é que o dinheiro está a ir.”

A sua relação “inteligente” com o dinheiro, e a sua necessidade por sinais exteriores de sucesso do seu curso de vida, levaram-no a ponderar comprar uma casa, por considerar na altura que era a opção economicamente mais inteligente: “nunca mais me esqueço (...) entretanto vou à caixa multibanco para ver se já tinha recebido e vejo que tinha sido aumentado de 700 para 850 euros. E eu na altura pensei assim: ‘bom, acho que está na altura, agora ganhas mais e tal’. O ambiente em casa era bom, mas eu sentia necessidade”. A necessidade teria de ocorrer pela compra da casa porque João “achava confuso estar a pagar uma renda de uma coisa que nunca era nossa”. Então, em parelha com a mãe, foi em busca da “sua casa”, perto da casa dos pais para que pudesse acompanhar as suas velhices. Só que a “missão” desta parelha não terminou aqui. Da busca, selecção, decisão e decoração ficou excluída a Catarina. Por pena da mãe, e por ver que a deixava feliz, deu à mãe total liberdade para entrar, decorar e opinar sobre a casa. O próprio João admite: “a minha casa é como se fosse da minha mãe”. Não interpretou como deveria o aparente e imediato desinteresse de Catarina nas decisões relativas à casa até surgir a “situação”, o início do fim da relação: “não sinto esta casa como se fosse minha”, disse-lhe Catarina. Catarina interpretou a autonomia naquelas decisões como um desinvestimento ou descrença no futuro da relação o que, aliado à interferência da mãe de João nas decisões que poderiam ter sido tomadas em casal, veio relevar-se uma *self-fulfilling prophecy* (Merton, 1968). João estava distraído: “Eu nunca pensei no facto da gente se juntar ou não. Mas podíamos ter já um espaço que podíamos começar logo a construir nosso. Na altura pensei ‘vai ser giro o assunto da casa, o ir ver casas’, mas depois fiquei tão desiludido, porque aí é que percebi que ela queria ter participado no processo de escolha. Já que em parte também ia ser um bocado dela... E a partir daí as coisas já nunca mais correram. (...) As coisas ficaram assim um bocado tremidas. Eu hoje penso um

²⁵² João, 28 anos, vive sozinho numa casa própria, não tinha namorada, tem o 5º ano completo, é vendedor, o pai é motorista e a mãe é auxiliar de geriatria.

bocado, depois das coisas acontecerem, se calhar deveria ter pensado de outra forma, devia ter pensado mais como conjunto... mas na altura sei que fiz a minha opção”.

Quanto maior o respeito por esta regra do *protocolo amoroso*, maior o adiamento em sair de casa dos pais. Tomar a decisão de sair de casa dos pais, através do arrendamento e principalmente através da compra de uma casa (pelo carácter muito mais definitivo que acarreta) antecipa uma conversa sobre planos de futuro a dois, ou torna essa conversa um tabu que começará a corroer, como sucedeu no caso do João, a relação. Aquando numa relação a dois, as decisões individuais que tenham consequências sobre o casal devem, então, ser faladas e negociadas entre os membros, sob pena de ser desrespeitado o protocolo amoroso e, em último caso, ser provocada ou antecipada uma ruptura que até poderá ser indesejada por ambos. Entre essas decisões individuais estão não só as relacionadas com saída de casa dos pais (seja pelo arrendamento, seja pela compra), mas também, por exemplo, as relacionadas com projectos profissionais para fora do país. Maria²⁵³, uma das entrevistadas, por exemplo, a propósito da ida do namorado para outro país, movido pela vontade de se afastar de uma má relação com o pai e legitimando a ida com uma oportunidade profissional, questiona “queres fugir do teu pai mas deixas-me a mim?”. Pouco tempo depois a relação terminou.

(A) caso 2, Namoros findos, largadas antecipadas

A emancipação habitacional é, na maior parte dos casos em Portugal, fruto da união amorosa, seja através da união de facto, seja através, predominantemente, do casamento (ver capítulo 6 e 7). Mas é também, paradoxalmente, muitas vezes, consequência de ruptura e/ou desgosto amoroso. Nesta medida, a libertação do indivíduo face ao casal abre uma enorme *janela de oportunidade* para a acção individual, para a reformulação do plano de vida original (*plano A* da vida, geralmente centrado no casal), para a reciclagem de velhos sonhos e para a criatividade necessária para a criação de novos. Mas como já foi referido, a oportunidade para a acção só traz consequências se foi acrescida de agência. E é aqui que jaz a diferença enorme entre o padrão encontrado nas mulheres e o padrão encontrado entre os homens. Verificou-se que entre as mulheres, o fim da relação é o pretexto para passar ao *plano B* da vida, esteja ele já definido e à espera de ser executado ou seja ele improvisado no rescaldo do acontecimento. É, de facto, uma oportunidade para uma mudança de paradigma biográfico. Estas reacções ao acontecimento inesperado ou potencialmente disruptivo, encontradas nas vidas das mulheres,

²⁵³ Maria, 28 anos, mora com os pais, a mãe é costureira e o pai tem um estabelecimento. Tem curso superior, é auditora e não tem namorado.

ilustram aquilo que Thomson referiu como “emergence of a specifically female individualisation” (2009: 34). Enquanto que para as mulheres estes momentos representam um *reset* nas suas transições para a vida adulta, no caso dos homens é mais vulgar estes serem digeridos como pausas do *plano A*, a ser posto em prática mais tarde, quando as condições para tal voltarem a ser reunidas.

O período da transição para a vida adulta é, segundo Kimmel, “the most gendered stage of a person’s development”²⁵⁴ (2008, 41 *citado por* Reifman, 2004: 23). Um exemplo disso é a forma como mulheres e homens reagem à janela de oportunidade para a acção, que os momentos inesperados ou potencialmente disruptivos lhes proporciona, é disso um forte e consistente exemplo. Além disso, os processos de saída de casa propriamente ditos também são, e cada vez mais, *genderizados* (Thomson, 2007: 86, Goldscheider e Goldscheider, 1999: 204). Clausen, em 1998, retirava da sua análise conclusões semelhantes, levando-o a afirmar que a maior parte dos eventos com potencial de “turning points” levava os indivíduos, mas muitos mais as mulheres do que os homens, a ter mais confiança em si mesmos e a passar a representar-se de uma outra forma (1998: 204). Thompson, na pesquisa qualitativa que deu posteriormente origem ao consagrado livro “Pathways to Social Class” (Bertaux e Thompson, 1997), teria já concluído que, para as mulheres exclusivamente, o divórcio era um catalisador para a mobilidade social ascendente (embora por vezes também descendente) (Thomson, 2007:247).

Vale a pena, no entanto, sublinhar que esta “emergência de uma especificidade da individualização feminina” referida por Thomson (2009) está também associada à massificação da entrada das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, isto é, às cada vez menos frequentes manifestações dos vestígios do que no capítulo 7 se denominou de “linearidade *genderizada*”. Desta forma, a história de Sara partilha vários aspectos com várias outras entrevistas no contexto das 52: mobilidade social (especialmente escolar); mobilidade geográfica (propensão para o arrendamento urbano e movimentos no sentido da maior proximidade a estilos de vida e consumo mais juvenis e contemporâneos²⁵⁵) e grande reflexividade individual. A história da Sara representa 6 histórias individuais.

²⁵⁴ Kimmel refere-o, aliás, a propósito da crítica que faz a todo o conceito (homogeneizador) de “emergent adulthood”, de Arnett e colegas. Ver capítulo 2 para alguns dos outros argumentos utilizados na crítica a este conceito.

²⁵⁵ Sara chega mesmo a referir que para ela comprar casa é quase tão assustador como ter filhos.

Aos seis minutos da primeira das 52 entrevistas que vim a realizar para esta pesquisa, já tinha “conseguido” colocar a Sara²⁵⁶ a chorar. Foi o mais cedo possível no percurso da pesquisa desenvolvida que se percebeu que até as mais simples perguntas sobre mera mudança na composição do agregado familiar podiam despoletar sentimentos profundos de insegurança, de saudade, de mágoa e de reflexão. Com 26 anos acabados de fazer, Sara encontrava-se num momento de vulnerabilidade relativamente ao rumo da sua vida ao ter, apesar de nenhum arrependimento relativamente às suas decisões recentes, poucas certezas de que estava a evoluir no bom caminho. Sara diz: “Porque vejo o tempo a passar, tenho agora 26 anos, que horror, e não vejo grandes alterações na minha vida, percebes?”. Este encontro foi uma das claras confirmações ao longo do trabalho de campo de que o carácter biográfico da entrevista, quando conjugado com a grelha de eventos, suscitava ao entrevistado novas reflexões sobre o curso da sua vida.²⁵⁷ A vida da Sara representa assim mais do que meramente a sua, não só na medida desta reflexividade cientificamente assistida (pela investigadora), mas também da combinação entre origem social e tipo de socialização baseada no investimento escolar e ainda na propensão para decisões emancipatórias no rescaldo de uma relação.

Sara provém de uma família “jovem” de pais que ainda não entraram nos 50. A mãe encontra-se de momento desempregada e o pai é camionista (mas ambos tiveram um passado profissional variado, nomeadamente sendo patrões de um pequeno restaurante) e vivem, com a irmã mais nova de Sara, num bairro de uma freguesia de Loures. A sua educação baseou-se numa ética forte face ao trabalho e ao consumo conciliada com um investimento protegido na educação de ensino superior, bem como numa relação de confiança na negociação e transparência dos direitos e deveres de cada membro da família. A mãe de Sara, sem rodeios, costumava dizer-lhe “Então? Outra vez? O que é que fazes ao teu dinheiro? Tens que arranjar qualquer coisa para fazer? (...) A não-sei-quantas precisa que vão lá limpar-lhe a casa! Já pensaste sobre isso?”; mas simultaneamente esclarecia “não, não, as coisas da faculdade, eu faço questão de pagar!”. Esta conciliação baseou-se, assim, no incentivo à entrada gradual e desempoeirada no mercado de trabalho, e simultaneamente à proporção de condições para a frequência de ensino superior. Estas duas estratégias correspondem a duas espécies de correcções relativamente às transições para a vida adulta dos próprios pais que, devido a uma gravidez não planeada aos 17 anos viram os seus projectos escolares interrompidos e uma entrada rápida e precoce na conjugalidade.²⁵⁸ Sara deu bom uso a estes ensinamentos. Trabalhava nas férias de verão, nos “trabalhecos” que ia arranjando, até por vezes pela mão da mãe; e trabalhou durante vários anos, sem remuneração e apenas fora do horário escolar, no pequeno negócio de restauração dos pais. Durante a faculdade, teve possibilidade de trabalhar em regime de tempo parcial numa empresa de estudos de mercado, na qual tinha algumas expectativas de passar a tempo inteiro depois de concluído o curso. Durante algum tempo, paralelamente a este *part-time* diurno, trabalhava em regime nocturno num bar de um teatro. Mas quando terminou o curso e a relação, foi imediata a sua necessidade de investimento *full time* no mercado de trabalho, mesmo que fosse num emprego que não gostasse, como é o caso, e onde estava já há dois anos, até ao momento da entrevista (numa sapataria).

Sara, a certa altura da sua vida, converteu o que se desenrolava como uma “biografia normal” numa “biografia de escolha”. “Apetece-me mudar a minha vida!”, justificou-se Sara, mesmo referindo, relativamente à tomada de decisão de saída de casa antes de ter um trabalho estável: “eu acho que eu sou maluquinha. A maioria das pessoas não faz isso”. Essa certa altura ou, aos olhos de Sara, essa altura certa para agir, deu-se depois do final de uma relação amorosa. Esta relação era afinal, a única coisa que a “prendia” a um estilo de vida com o qual já não se identificava. A primeira grande mudança foi a entrada na faculdade, a segunda, esta. Como aliás, diz, “tinha imensa vontade de vir para Lisboa, e depois também há um cansaço no sentido em que eu passava muito tempo ali com muitas pessoas que já não me diziam absolutamente nada”. Assim, a dita conversão biográfica ficou

²⁵⁶ Sara, 26 anos, vive com amigos numa casa alugada, tem namorado, tem curso superior, é empregada num sapataria, o pai é motorista e a mãe trabalhou por conta própria na restauração mas está actualmente desempregada.

²⁵⁷ Ver capítulo 8.

²⁵⁸ Sara afirma: “eu acho que deve ter a ver com o facto de ele ter cometido tantas loucuras e tantos excessos durante a juventude que tem medo que eu fizesse o mesmo”.

simbolizada na decisão de saída de casa e concretizou-se em várias esferas, aproximando-se do que Calvo denomina de “juventude local móvel” (2011: 52): no estilo de vida mais urbano, mais perto de tudo e todos os significativos do quotidiano, mais anónimo; no estilo de vida mais autónomo e de aprendizagem de gestão do tempo e principalmente do dinheiro, e mais distante das expectativas criadas, especialmente pelo pai, relativamente à normatividade da sua biografia: bom emprego e/ou bom companheiro, em suma, aos “parâmetros que ele tinha pensado”. O pai acharia então que por Sara ser uma rapariga, “havia de sair de casa quando fosse para casar ou então numa onda de gaja emancipada, quando tivesse um emprego estável e pudesse também não depender de ninguém”. Assim, segundo o que considera Sara, o pai tê-la ia apoiado mais se ela tivesse um emprego estável, isto é, se a saída de casa fosse a cristalização da estabilidade no mercado de trabalho e não um marco *per se*. Mas não havia tempo a perder. Sara refere: “acho que foi um bocado consequência do fim daquela relação que se calhar me marcou. Tipo, fechou-se um ciclo ali. E era um bocado “isto agora tem mesmo que mudar!””.

A relação que tinha com os pais e com as regras de co-residência não tiveram nada a ver, diz, com esta decisão. Avalia a relação entre estas duas variáveis dessa forma porque supõe, como a maior parte das vezes na academia e nos *media* se supõe, que quanto melhor a relação com os pais, maior a tendência para ficar e quanto pior ou mais problemática for a relação entre os pais e o jovem, mais razões e vantagens na saída. Supõe, portanto, que a decisão da saída é fruto de uma mera avaliação entre prós e contras da permanência. No entanto, a relação entre o ambiente doméstico e o *timing* (e destino) de saída de casa não é linear. Se más relações com os pais, falta de privacidade ou liberdade de acção facilitam e apressam a saída de casa, também as estratégias de socialização em que “as coisas sempre funcionaram assim numa onda de respeito”, viradas para a autonomia individual, ética do trabalho e do consumo facilitam a saída, mesmo quando pautadas por alguma dissonância entre o pai e a mãe, como é o caso da Sara, em que o proteccionismo do pai é muito visível.²⁵⁹ Enquanto que o pai perguntava “mas porquê? Nós não te tratamos bem? Sempre fizemos aquilo que querias! Nunca te pedimos nada em troca”, o que levava Sara a responder “não pai, não tem nada a ver com isso, estou só a precisar do meu espaço, de mudar a minha vida!”; a mãe desafiava-a a sair: “mas agora o que é que tu estás a pensar fazer da tua vida? Vais ficar aqui em casa? (...) Se calhar tens que começar a pensar em ires-te embora, porque senão nunca mais vais sair de casa!”.

Sara explica, “porque realmente em casa não havia problema nenhum nem nunca houve. Não foi uma necessidade de fuga, por os meus pais me controlarem ou não me deixarem fazer o que eu sempre quis ou ser o que eu quisesse ser”. A saída de casa foi a consolidação de uma mobilidade social baseada no capital escolar e cultural adquirido. Sara diz: “Tem a ver com o sentir que eu já não era eu naquele sítio. Já não fazia sentido estar ali.” Com o fim da relação esgotou-se o último motivo para permanecer, mais do que que naquela casa, naquele estilo de vida.

(A) caso 3, Namoros no armário, fugidas necessárias

Embora poucos estudos se tenham dedicado exclusivamente a estudar as diferenças no *timing* das diferentes transições para a vida adulta entre os jovens adultos com orientação heterossexual e os jovens com orientação homossexual, alguns têm apontado que não só o “coming out” é um importante ponto de viragem nos cursos de vidas dos jovens e na (re)definição da relação com a família de origem (Thomson, 2007: 102) como também por este motivo, os jovens com orientação homossexual tendem a sair de casa dos pais mais cedo do que os seus pares heterossexuais (Heath e Cleaver, 2003; 24-25).

²⁵⁹ Ver conclusões de Nico (2005).

Neste sentido, duas hipóteses de relação dos acontecimentos são prováveis: sair de casa para evitar o “coming out” na família (mas viver e explorar a sua sexualidade de forma não constrangida) (saída estratégica) ou sair de casa para concretizar ou por ter concretizado o “coming out” na família (saída reactiva). Nos casos recolhidos, apenas o primeiro caso, o da saída estratégica, se concretizou (mas sempre entre homens, já que não se deparou com mulheres homossexuais no processo da bola de neve). Apesar disso, duas situações diferentes se verificaram. Num dos casos, apesar da família de origem demonstrar algum potencial para receber a revelação com relativa compreensão, da relação entre o jovem e o pai e a mãe ser pautada por diálogo e qualidade, e do jovem não sentir necessidade (identitária ou para levar outro estilo de vida) de revelar explicitamente a sua homossexualidade, estabeleceu-se uma regra implícita do tabu: os pais não perguntam, o jovem não revela (semelhante, portanto, à política militar dos Estados Unidos: *Don't ask, don't tell Policy*), mas, na verdade, segundo a opinião do entrevistado, a relação não sai prejudicada por este silêncio. No caso seguinte, um conflito interno é vivido com grande intensidade. Esse conflito interno é facilitado pelo tradicionalismo e conservadorismo que caracteriza a família de origem, o que faz o jovem crer que o “coming out” na família provocaria uma ruptura, e ainda pela tendência para estados depressivos entretanto desenvolvidos. Mais do que a origem social, o que determina aqui o nível de silêncio e de depressão associados a esta omissão ora “segredo” é o sistema de valores, mais tradicionalistas ou conservadores, ou mais flexíveis, liberais e tolerantes, partilhado pelos membros da família de origem (ainda que obviamente este sistema de valores também esteja relacionado com a origem social, bebe de mais referências do que o lugar de classe em que o indivíduo se encontra objectivamente).

“Don't ask, don't tell”, don't care...

“Eles sabem o filho que têm”, diz Gonçalo²⁶⁰ referindo-se à forma como os pais conhecem a imprevisibilidade de algumas das suas acções, a determinação das suas decisões e a forma como o vêem como “um bocado estroina”, “bicho do mato”, “um bocadinho ao lado”.

Mas esta reconhecida excentricidade nunca interferiu com a qualidade da relação que estabeleceu com os pais, pautada por um “ambiente em que, sim senhora, éramos todos adultos e responsáveis, mas ao fim-de-semana, o pessoal ia passear, ia divertir-se, todos em grupo. E sempre foi assim desde bebé”. Acerca dos pais, empregados administrativos com escolaridades médias, Gonçalo refere “se eu tivesse saído assim com uns pais extremamente rígidos, a gente tinha-se dado muito mal e eu tinha saído de casa muito mais cedo. Como nunca tive necessidade de esconder o que quer que fosse aos meus pais... Podia não falar sobre as coisas, mas se me perguntassem eu respondia”. Teria talvez sido esse o caso com a orientação sexual do Gonçalo. Mas nunca perguntaram. E nunca foi importante para o Gonçalo que o fizessem.

²⁶⁰ Gonçalo, 26 anos, vive com amigos numa casa alugada, não tem namorado, tem curso superior, é técnico de óptica e DJ, o pai é empregado bancário e a mãe empregada administrativa.

A entrada numa faculdade de Ciências Sociais e Humanas, num curso de Antropologia, canalizou a vontade de assumir, naturalmente, a sua orientação sexual. Gonçalo refere mesmo: “foi agradável e se quando terminei o secundário, já não sentia necessidade de me esconder, ali, quase sentia necessidade de me mostrar mesmo” (...) “Eu não tinha qualquer problema naquela faculdade. Ainda hoje, eu adoro aquele sítio. Passei ali grandes anos da minha vida. Acho que foi muito fixe”. Se neste contexto Gonçalo considerava relevante ser reconhecido como tendo orientação homossexual, para a relação com a família, Gonçalo considerava esse assunto “uma coisa que está tão bem resolvida, é estar sempre a bater na mesma tecla, não vale a pena”. Acrescenta ainda que “eles conhecem-me. Não é preciso... Nunca se teve assim grande necessidade sequer de se falar sobre isso”.

A saída de casa do Gonçalo esteve relacionada com o estilo de vida urbano e cosmopolita que combina bem com as possibilidades de encontros, conhecimentos e relacionamentos homossexuais e não com uma espécie de fuga. Quando a decisão foi comunicada aos pais, a reacção foi pragmática, simples e desdramatizada: “sabes o que é que estás a fazer?”, “sei”, “e achas que consegues?”, “acho”. No entanto, Gonçalo refere que “eu podia fazer tudo, mas não quer dizer que me sentisse à vontade para o fazer. Não é que eles alguma vez me dissessem alguma coisa do tipo ‘esta é a nossa casa’”, não tem nada a ver com isso. Eu próprio é que não me sentia assim muito à vontade para fazer aquilo tudo que me apetecia”, estando a referir-se também, mas não só, a relações e parceiros sexuais em casa dos pais. E este aspecto contribuiu para a saída de casa para um local mais perto de tudo e de todos que compunham o seu quotidiano assumido e o “o universo por onde me movia”.

Gonçalo, que também não queria esperar pelo projecto conjugal para sair, refere: “então, eu tinha a ideia que não posso esperar por ninguém, para ter esse projecto. Porque eu não sei se ele vai acontecer e o mais certo, pelo andar da carruagem, era eu nunca vir a ter projecto nenhum desses. Portanto, vamos lá despachar isto, que eu não posso ficar em casa até aos 50 anos.” Como ele refere: “o seres gay, automaticamente tira-te dessa corrida”. O que abre uma janela de oportunidade para a acção enorme. Como Gonçalo continua a explicar: “E essa oportunidade de sair da corrida dá-se porque a partir da altura em que tu aceitas isso para ti e que faz parte, não quer dizer que seja um estandarte, nem cavalo de batalha, mas faz parte de tua apresentação aos outros, eles também já não vão esperar isso de ti. O melhor de tudo é que eles nem sabem o que hão-de esperar. Ótimo. Nem sequer tenho um estereótipo a seguir.” Talvez Gonçalo concordasse com outra forma de colocar esta questão: já que não há biografia normal homossexual, isto é, só há a heteronormatividade²⁶¹, então não há outra escolha senão escolher a própria biografia (Beck, 1992). Para o Gonçalo isso é “ótimo”.

Fugas, pretextos e segredos

O Tiago²⁶² já saiu de casa várias vezes. Os motivos oficiais, pretextos, como lhe chama, eram bastante legítimos: para estudar ou para trabalhar. Mas os motivos *reais* eram bem mais complexos e mais íntimos: ter mais liberdade social e mais espaço para explorar a sua sexualidade. Perante uma socialização que Tiago qualifica de machista (por parte do pai) e moralista (por parte da mãe), “ainda muito típica do antigamente”, estas conquistas foram graduais e camufladas. Tiago saiu de casa mas permanece no armário.

A primeira vez que o Tiago se candidatou à Universidade ficou no distrito de residência dos pais. A escolha do curso foi pouco pessoal e uma réplica das escolhas, vistas como acertadas, que a irmã mais velha tinha feito. Um Tiago “muito envergonhado e muito inseguro” conseguiu, no segundo ano da faculdade, tomar uma grande decisão: desistir do curso. Fê-lo por não se identificar nada com o curso de Economia. Mas esta decisão, tomada com base num argumento associado à vocação e à profissão que um dia se queria exercer, acabou por dar coerência a uma segunda decisão: concorrer a uma Faculdade da Universidade de Coimbra. O curso que lá poderia frequentar foi apresentado como

²⁶¹ Sobre formas de ruptura com esta heteronormatividade, que é transposta para os próprios objectos de estudo consultar Roseneil (2005).

²⁶² Tiago, 30 anos, vivia com os pais numa casa própria, não tinha namorado, tem curso superior incompleto, é empregado administrativo, o pai é sargento e está reformado e a mãe é, e sempre foi, doméstica.

o único motivo para a saída de casa. Como o próprio Tiago conta: “Nunca lhes disse que havia outro critério. Foi o principal. Eu gostava do curso mas mesmo esse curso também podia tê-lo feito cá. Eu arranjei a questão de ser uma licenciatura em vez de bacharelato como havia em Lisboa. E eu arranjei o pretexto que era uma licenciatura: ‘como eu quero uma licenciatura, se só há em Coimbra, tenho que ir para Coimbra e pronto!’”. Mas a verdade, diz, é que: “eu saí porque queria sair, porque não queria viver com os meus pais, queria liberdade”. Aqui Tiago ainda não se refere explicitamente à liberdade para viver e explorar a sua sexualidade, mas sim à liberdade para escolher os seus amigos, para ter uma vida nocturna, para viver fora das regras domésticas, formuladas e aplicadas por um pai militar e uma mãe que é e sempre foi doméstica e que vivia muito intensamente a rotina dos seus filhos. E em Coimbra Tiago provou dessa liberdade: “Eu era tão feliz em Coimbra que não precisava de sexo para nada, mesmo, a sério. Era mesmo muito feliz lá. Coimbra foi a minha revelação, foi a minha liberdade, foi o meu auto-conhecimento. Foi tudo!”

Já a motivação para a segunda saída de casa dos pais, depois de um breve regresso a ela no final da frequência do curso (que ficou por terminar por não ter realizado a monografia) esteve directamente relacionada com a sua homossexualidade e com a forma como esta não podia ser vivida e experimentada naquele contexto doméstico. Esse foi o *real* mas camuflado motivo. Tiago diz: “o meu objectivo aqui era mais directo para uma certa situação que era a de explorar a minha sexualidade, enquanto que em Coimbra essa parte ficou recalçada, digamos, foi posta de parte.” Mas “mais uma vez”, Tiago “não disse tudo” aos pais. O pretexto que apresentou estava relacionado com a sua situação profissional: “era um pretexto realmente bom, que era o facto de eu ter dois trabalhos na altura e que eram dois trabalhos com horários tão diferentes: um era às seis da manhã, começava às seis da manhã e acabava as 11 ou à uma da tarde e depois tinha outro à noite que começava às seis da tarde e acabava às 10 da noite”. Devido a um episódio inesperado de desemprego, e passado alguns anos, Tiago regressa novamente para casa dos pais, altura em que ocorreu a entrevista.

Mas depois disso Tiago voltou a sair.²⁶³ Através da compra de casa, apaziguou mais uma vez a sua saída, conseguindo facilmente a aprovação e apoio dos pais. A mãe refere mesmo (em entrevista): “eu acho que se ele agora tiver sorte e conseguir ir pagando fico mais satisfeita, na minha maneira de ver. Fico mais satisfeita assim. Pelo menos desde que vá pagando sempre não o põem na rua, e uma casa alugada às vezes há os despejos, os donos precisam da casa e põem as pessoas fora, e assim desde que vá pagando, vamos ver”. Os pais não sabem que o Tiago tem um namorado, com quem é muito feliz, e com quem praticamente mora. E assim Tiago vai saindo de casa para não ter que sair do armário.

10.3 Questões de vida e morte

In some cases, family obligations due to sickness or death, or emotional attachment, exerted more influence in shaping the timing of individual transitions than external conditions.

Tamara K. Hareven e Kathleen Adams (2004),
Leaving Home: Individual or Family Strategies, pp. 352.

Não há maior e mais definitiva ruptura do que aquela causada pela morte. A morte de um *outro significativo* ou aquela de quem um indivíduo se aproxima quando tem uma doença grave, tem um inerente e inevitável carácter disruptivo não só ao nível do quotidiano e de comportamentos concretos, como simultaneamente a formas de entender a vida (como se referiu mais a cima neste capítulo, com referência a Clausen, 1998: 205). Estas questões, de

²⁶³ Uma conversa telefónica com o Tiago pôs-me a par, uns meses mais tarde, da sua nova condição habitacional e conjugal.

vida e de morte, permitem-nos abordar, novamente, dois dos conceitos fundamentais para a perspectiva do curso de vida, segundo Elder. O conceito de agência ou de adaptação estratégica será abordado mais directamente no (a) caso 4, na medida em que foi a proximidade à possibilidade de morte que veio permitir ao indivíduo desbloquear uma série de decisões que estavam não por tomar mas apenas ainda por concretizar. Já o conceito de “linked lives”, juntamente com o da agência, será mais directamente abordado no (a) caso 5, onde é abordada a morte de um dos pais e consequente viuvez do outro, com importantes consequências para as relações inter-geracionais de apoio, quer sejam emocionais quer sejam económicas, que se traduzem num adiamento involuntário, não planeado, mas visto como necessário, da estadia em casa da família de origem. Motivos de dependência, invertida face à que é popularizada nos *media* (unilateral, direccionada dos jovens para os seus pais) é invisível nas grandes estatísticas e reportagens sobre o tema da saída de casa dos pais, mas tornada evidente neste capítulo.

O (a) caso 5 está longe de ser um “evento do acaso”. Será apresentado apenas uma história, mas são 8 os casos pautados por morte de um dos pais e viuvez do outro. Parece ser com grande probabilidade, portanto, que um dos pais faleça enquanto o jovem ainda está em casa (cerca de 15% num N de 52). É um evento que altera, tal como a saída de casa de um dos membros da família, aquilo que Derosas denomina de “the domestic equation” (2011: 145). A mudança na composição de um agregado familiar afecta as relações entre os seus membros não apenas no que toca aos aspectos económicos, mas também relativamente aos papéis, direitos e deveres de cada um deles (Derosas, 2011: 146). O divórcio dos pais, que consiste na saída de um dos membros, tem um efeito oposto que é precisamente o de acelerar a saída não conjugal de casa do jovem adulto (Hill, Young and Duncan, 1996; Cui *et al.*, 2011), numa forma de “não tomar partido” ou, dito de outra forma, não escolher um dos agregados, formando por esse motivo, um terceiro. No entanto, a situação de viuvez acarreta contornos muito diferentes, dada a maior vulnerabilidade emocional e económica em que o membro viúvo se encontra repentinamente.

Assim, tal como os motivos da saída devem ser conceptualizados e operacionalizados em saída individual e saída conjugal (ou familiar, se se quiser ver o casal como o fundamento básico para a formação de uma família), e tanto os motivos individuais como familiares devem ser incluídos na compreensão da tomada de decisão de saída de casa (seu *timing* e seu destino) (Sherrod, 1996), também os motivos da permanência devem ser entendidos nestas duas esferas. O motivo de permanência pode ser individual, como é a maior parte das vezes discutido, mas pode ser familiar, como é o caso da frequência de uma instituição de ensino

superior na área de residência dos pais para manter equilibradas as contas familiares e da permanência em casa dos pais em resposta a uma inesperada viuvez.

(A) caso 4, Depois da doença: *luz verde* para acelerar transições

“Realmente não temos assim tanto tempo para andar aqui a brincar às casinhas e a viver em casa dos pais”. A perspectiva concreta de se poder vir a ter menos tempo de vida, menos disponibilidade temporal para se desenvolver o plano de vida que se ia, com pouca urgência, desenhando, traz consequências futuras a curto prazo (com efeitos a longo prazo). Como consequência, o plano de vida que vingava até ao acontecimento disruptivo da percepção de tempo de vida disponível pode até nem se alterar, mas o ritmo imposto à sua concretização altera-se radicalmente, acelerando a transição para a vida adulta, antecipando eventos, alterando a relação com o binómio poupança *versus* lazer e relativamente aos aspectos materiais da vida quotidiana. Este foi o caso da Carolina, que aos 26 anos detectou e lutou contra cancro da mama.²⁶⁴

“Isto é quase *cliché* estar a dizer. Claro, e não é de repente ‘*puff*, tive uma epifania, a partir de amanhã tudo vai ser diferente na minha vida, vou ser muito mais feliz!’ Não é bem assim, mas o facto é que eu acho que ainda tenho um longo caminho pela frente, porque eu sei, racionalmente, que eu tenho que dar prioridade a outras coisas na minha vida, que não só estas a que vou dando, ou que tenho que apreciar as coisas de uma forma diferente”. São várias as esferas da vida em que esta mudança de prioridades na vida de Carolina se fez sentir, e muitas delas proporcionadas pela concretização da decisão, já quase tomada, ou pelo menos a ser seriamente considerada, antes da doença, de saída de casa dos pais.

Mas a doença, Carolina refere, “fez equacionar as coisas, pensar nas coisas de maneira diferente. Senão ainda estava em casa dos meus pais de certeza e esperava por melhores tempos que aparecessem”. Assim, primeiro do que tudo, a doença e a recuperação (condicionada) da mesma acabou por lhe proporcionar luz verde para não cumprir o *protocolo amoroso* acima descrito. A decisão de saída de casa para viver com uma amiga foi tomada no contexto de uma relação de já quatro anos com o Hugo que, não particularmente satisfeito com a situação (mais pelo facto do destino da saída de casa ter provocado uma desconfortável distância entre eles), não colocou problemas ou iniciou conflitos. Deu-lhe também *luz verde* para levar adiante uma saída de casa dos pais que pela localização (para a margem norte do Tejo, vinda da margem sul), regime de ocupação (não comprar uma casa), e formato (subalugar a casa de uma amiga, partilhando com ela a casa), provocava nos pais algum desagrado e alguma estranheza, já que a irmã, que recentemente tinha saído de casa, o tinha feito de uma forma muito diferente da de Carolina. Carolina afirma mesmo “a estrutura dela é que é diferente da minha, porque ela comprou casa no prédio à frente dos meus pais, vai-se casar em Setembro, é muito diferente”. No caso de Carolina, os pais receberam a notícia da saída, “engolindo em seco”. Até à doença tinham tentado sempre dissuadi-la de sair (referindo “tens muito tempo, não te apresses”, “tens muito tempo para estar em casa, não saias de casa”), enquanto que depois da doença o respeito pela decisão e determinação na mesma já foi maior. Portanto, “a partir daí”, diz Carolina, “estava livre”.

Apesar de já ter saído de casa, as restantes mudanças na vida da Carolina estavam ainda apenas a começar a acontecer. Uma porque requerem tempo, rotina, habituação; outras porque teriam requerido um maior amadurecimento da decisão de saída. Entre estas incluem-se a relação com o dinheiro e com o trabalho. Relativamente à sua relação com o dinheiro, Carolina refere que “o meu plano imediato é ver se eu consigo viver sem ter coisas materiais que me agarrem. Sem ter uma renda para pagar, um carro, a renda de um carro”. Já relativamente à sua relação com o trabalho, refere que actualmente quer forçar-se “a criar *hobbies*, porque tenho um grande defeito que é levar trabalho para casa, e levava imenso trabalho para casa, trabalhava, eu nem sei quantas horas”.

²⁶⁴ Carolina, 27 anos, vivia com uma amiga na casa própria dessa amiga, tinha namorado, tem um curso superior, é técnica de relações internacionais, o pai é director de operações numa empresa de segurança e a mãe é empresária em nome individual (restauração).

A saída de casa de Carolina, mais pelo *timing* do que pelo formato, regime de ocupação ou pela localização, torna ambígua a resposta a “onde é a minha casa?”. Por exemplo, referindo-se a uma operação (de recuperação) por que iria passar dentro de uns meses (depois da entrevista) Carolina assegura “com essa operação em Maio não vou ficar em casa sozinha, como é evidente, vou para casa”, referindo implicitamente a casa dos pais e indicando implicitamente em relação a estes que a proximidade e rede de apoio não foi alterada pela saída de casa. De qualquer forma, o que mudou na vida da Carolina é que em caso de dúvida, agora, acelera-se na transição e antes da doença, talvez se fosse travando nas concretizações das decisões. Como refere, “antes da doença o meu plano era do género: quando começar a receber um bocadinho mais, quando me estabilizar a nível do emprego, saio de casa para uma casa minha.” E actualmente diz: “não estou para perder tempo, a partir de agora”.

(A) caso 5, Morte e doença na família: transições perdem prioridade

Primeiro a morte do pai, de seguida a incapacidade emocional e fragilidade física da mãe. Margarida²⁶⁵ foi aprendendo a “chegar-se à frente”, por um lado, e a “dar murros na mesa”, por outro. Não foi por infantilidade ou imaturidade que Margarida foi ficando em casa da/ com a mãe, foi precisamente pelo contrário.

A uma semana de ter feito 18 anos, o pai morre no resultado de uma operação cardíaca mal sucedida. Associado a isso, sobressai a fragilidade emocional da mãe. Margarida refere-se à morte do pai nos seguintes termos: “nunca corre bem, naturalmente, mas não teria sido tão pesada e tão de me tirar o chão dos pés, se a minha mãe soubesse reagir. (...) E foi por minha opção, mas eu sei que me cheguei à frente nesse momento”. Mesmo antes da morte do pai e da maior parte das pessoas próximas de si e da sua mãe lhe dizerem “tens que agora tomar conta da tua mãe”, Margarida reflectiu e decidiu sobre qual queria que fosse o seu papel face àquela situação. Refere mesmo que “a viagem que eu fiz atrás da ambulância onde ia o meu pai foi o momento definidor da minha vida”. Pouco emocional e muito pragmática, como ela própria se define, Margarida tratou de nos anos seguintes “cuidar” da mãe, forçando-a a acompanhar medicamente o seu estado depressivo e o seu cancro de mama e dando, ciclicamente (sempre que chegava a altura da consulta de evolução do tratamento/do cancro) “murros na mesa”. A presença de Margarida foi, segundo a própria, absolutamente necessária à sobrevivência da mãe, dado que esta teria de outra forma sido negligente com a sua própria saúde. Para além deste tipo de apoio, também o financeiro e doméstico tem sido absolutamente necessário. A este propósito Margarida refere: “na conta que eu tenho conjunta com a minha mãe (...) eu deveria ter cerca de 5500 euros e neste momento, a conta acho que está com 500. Eu assegurei durante algum tempo e ainda continuo a assegurar a gestão financeira, ou seja o que for lá de casa e também, em termos de coisas práticas e pequeninas, estender roupa, pôr coisas a lavar, estou a dar de comer aos cães, estou a ver o que é preciso, estou a fazer uma lista de supermercado, estou a tirar os pratos da máquina”.

Este foi o “papel” que Margarida quis ter face à situação e, segunda a própria, desenvolveu-o muito bem. As transições nos seus próprios papéis sociais, essas foram menos prioritárias e foram sendo feitas com calma, gradualmente, e sem grandes rituais de passagem (que detesta). Embora educada numa escola católica e tendo-se graduado na Universidade Católica, os valores religiosos estão longe de deixar a sua marca na biografia que Margarida tem desenhado com Luís. Numa relação longa, mas com várias interrupções e, portanto, com vários momentos de decisão no sentido do recomeço, Margarida e Luís não estão interessados no grande aparato do casamento, da “casa Ikea”, da versão cor-de-rosa da sua história de vida e de amor. Embora avessa ao arrendamento, a procura de uma casa, perto da mãe e a meias com o Luís foi feita sem pompa e circunstância, com “tranquilidade”, tendo demorado cerca de dois anos. Pela sua descrição, também a mudança será feita sem urgência. Margarida refere mesmo “felizmente, não temos pressa, nem temos a corda ao pescoço, nem nada. Super tranquilo. Ir fazendo, ir montando, ir vendo. Eu não vou ter tempo, o Luís, até defender a tese, também não vai ter tempo, portanto, a casa vai estar lá e a gente pelo menos tem a parte da procura resolvida. Agora o resto, não temos nenhum prazo...”

²⁶⁵ Margarida, 28 anos, vive com a mãe numa casa alugada, tinha namorado, tem um curso superior, é técnica de marketing, o pai era funcionário administrativo de uma câmara (falecido), a mãe é técnica oficial de seguros.

10.4 “Standing” ou “turning points”?

Este conjunto de (a)casos aqui apresentados permite regressar à crítica feita ao conceito de reversibilidade no capítulo 2. Por um lado, o conceito de reversibilidade, tal como é muitas vezes operacionalizado, tende a anular a continuidade do curso da vida, a acumulação de experiências e a repetição de eventos, como se na vida existisse uma espécie de soma nula da experiência de vida e não uma obrigatória acumulação de experiência(s) de vida. Tende, por isso, a olhar para os “turning points” de uma forma unidimensional, como se este tivesse, por si só, o poder causal responsável de certos efeitos no curso de vida. Tal perspectiva impede a análise de um “turning point” como o ponto onde a acumulação de eventos, e não apenas o último evento, que promovem a janela de oportunidade para a acção e estimula a agência. Este aspecto é especialmente visível no (a)caso 7, onde foi a acumulação de eventos problemáticos, juntamente com a previsão da ocorrência de um próximo, que estimulou a acção necessária para o redireccionamento do curso de vida. É, portanto, um processo cumulativo menos importante pela duração de determinadas condições ou circunstâncias sociais e mais importante pelo “triggering of chains of interrelated events” (Shanahan e Macmillan 2008: 74). O caso da Clara permite confirmar a importância de um outro princípio da perspectiva do curso de vida, o “life-stage principle” segundo o qual o significado e as consequências dos acontecimentos dependem do momento específico da vida do indivíduo em que ocorrem” (Shanahan e Macmillan, 2008: 52).

Por outro lado, o (a)caso 6 permite questionar o carácter negativo que é, na maior parte das vezes, atribuído à reversibilidade. Esta qualificação, mediática e por vezes académica, acrescida da capacidade, por vezes excessiva, da reflexividade individual sobre o futuro decorrer dos acontecimentos da vida, promove a paralisia individual, isto é, a incapacidade para aproveitar a janela de oportunidade para a acção e a cristalização do *self* no cenário anterior e *plano A* de vida. Nestes casos, a reversibilidade seria uma forma de “mudar de ideias”, um exercício de agência em favor do bem estar pessoal, e seria, portanto, bastante positivo. O caso da Leonor evidencia, de forma exemplar, esta combinação não explosiva de acontecimentos e a aversão à ruptura de planos de vida, isto é, à reversibilidade do curso de vida. Ao invés da “explosão”, Leonor fica presa na sua “pluralidade”. “Não tendo o dom da ubiquidade”, Leonor sofre “por causa da multiplicidade de investimentos que se lhe apresentam e que podem acabar por entrar em concorrência ou mesmo em contradição” (Lahire, 2005: 38).

(A) caso 6: Situações “lose-lose” e hiper-reflexividade paralisante

“Caiu de pára-quedas. Por acaso, foi sorte”. É assim que Leonor²⁶⁶ descreve a sua oportunidade para sair de casa dos pais (apesar de se manter no mesmo prédio). É aliás, a forma como avalia parte da sua vida: como algo que lhe acontece, por sorte ou azar mas certamente não pelas suas acções ou ausência delas. Esta incapacidade em atribuir importância à sua agência e avaliar o alcance das suas acções impede-a de, encontrando-se numa “encruzilhada” (Pais, 2001), escolher um dos caminhos. Leonor é um exemplo evidente da forma como a relação entre reflexividade individual e agência nem sempre é linear. Presa na avaliação da sua vida e diagnóstico da sua situação presente, Leonor é incapaz de tomar uma decisão perante aquilo que identifica como uma situação “lose-lose”. Recorrendo muito ao discurso directo (característica, aliás, recorrente nos níveis de reflexividade social mais baixos, mais frequente em indivíduos com menores níveis de escolaridade e classe sociais de origem mais baixas), Leonor vai descrevendo as situações (de nível meramente micro) e não as condições (de nível mais estrutural, ou se se quiser macro) que a colocaram no ponto de vida em que se encontra. Assim, é também curvilínea a relação entre agência e nível sociológico em que os indivíduos explicam o curso das suas vidas (ver figura 10.1).

Leonor acredita que existe “o percurso da vida”, em que os vários passos devem ser tomados ordenada mas definitivamente. Face a uma mudança, demasiado gradual, na opinião de Leonor, do namorado para casa dela, a reacção foi: “Oh Guilherme, estás mais cá do que lá?, Como é que é? Quando é que queres passar a vir para cá? (...) Guilherme: ou sim ou sopas! Agora estares assim aos bocadinhos não dá. Ou mudas-te definitivamente ou... Eu quero é coisas concretas!”. Encontrando-se à beira do seu segundo (e secreto) esgotamento nervoso, Leonor partilha, chorando, a sua angústia relativamente à forma irresolúvel como vê as “próximas etapas da vida”. Por um lado, quer ter a coragem de decidir engravidar. Por outro, quer ter a coragem de sair de um trabalho aparentemente estável, onde já trabalha há 11 anos (em regime de efectividade), mas onde é profundamente infeliz e lida com níveis elevados de stress e níveis baixos de reconhecimento profissional.

Assim, por um lado, gostaria de ter a coragem de decidir engravidar mesmo vivendo em grande stress profissional e fora do casamento (que considera o contexto conjugal correcto para ter filhos). Ter filhos é uma coisa que, segundo Leonor, “também queremos que seja algo tranquilo e que nós estamos felizes com isso”. Mas se se despede, perde a estabilidade profissional que acha que deve ter garantida aquando da decisão de engravidar. Assim, não consegue tomar a decisão de se despedir porque considera que deve ter rendimentos e porque é desencorajada pelo Guilherme - que valoriza mais a estabilidade e remuneração no trabalho do que a qualidade de vida no trabalho - a fazê-lo. A situação está aparentemente bloqueada pela incapacidade em ir contra a ética de trabalho em que acredita (que se baseia em fazer sacrifícios em termos de qualidade do trabalho para se ser independentemente do ponto de vista financeiro) para satisfazer o seu desejo de ser mãe e, simultaneamente em ir contra o seu sistema de valores familiares, decidindo engravidar num contexto profissional e conjugal que considera inadequados. A situação, bloqueada, em que se encontra, leva-a a identificar os sintomas depressivos que teve no passado. Receia, tal como no passado, ter que recorrer a apoio psicológico para a ajudar a identificar as acções e decisões que estão ao seu alcance, por um lado, e a lidar com a inevitável incógnita do resultado das suas acções, por outro.

(A) caso 7: Acumulação e densidade de eventos problemáticos

A densidade de eventos problemáticos na vida de Clara²⁶⁷ é incrível. Levou, como diz, “uma grande pancada da vida”. A infeliz acumulação destes eventos mas feliz sincronização dos mesmos desaguou num momento de relativa mudança de vida e corte emocional mínimo com a família disfuncional em

²⁶⁶ Leonor, 31 anos, mora com o namorado numa casa alugada, tem o 12º ano, é assistente de direcção, o pai é pasteleiro e a mãe é empregada a dias e porteira do prédio.

²⁶⁷ Clara, 26 anos, vive com amigos numa casa alugada, tem namorado, tem o 12º incompleto, é empregada numa livraria, o pai foi taxista mas actualmente está preso (por tráfico de drogas), a mãe é educadora de infância.

que se via integrada, marcado pela saída de casa. “Eu vou-me embora porque eu acho que desta vez, tenho de pensar em mim”, diz.

A narrativa de Clara é composta por no mínimo quatro “vidas”. Cada uma delas, *per se*, vai servindo como justificação para a decisão e o momento de saída de casa. Mas a análise conjugada dos vários rumos dos acontecimentos leva à conclusão de que foi a acumulação dos eventos, bem como a sincronização temporal de alguns deles, especialmente dos imediatamente anteriores ao “turning point”, que abriu finalmente a enorme *janela de oportunidade* para a agência. E agora, diz Clara; “nem que eu arranje outro trabalho, nem que trabalhe 14 horas por dia, voltar para casa, não. Nem tem a ver com orgulho, tem a ver mesmo com... Não consigo, custa-me às vezes ir lá buscar coisas a casa, quanto mais voltar para lá para viver”.

Apesar da decisão de saída de casa e da concretização da mesma não terem colocado um fim a imprevistos vários na vida de Clara (internamento por alergia grave, momento de desemprego, mudança de casa) o rumo que agora tem traçado para o seu futuro tem uma direcção mais definida, objectiva e linear: encontrar e manter um trabalho que goste, voltar a estudar e investir na relação amorosa que tem actualmente. Mas antes deste rumo, a densidade de acontecimentos problemáticos (eventos externos, provocados por outras pessoas e/ou processo internos, fruto de reflexão e de avaliação da situação e das pessoas que a rodeiam) e de potencial disruptivo na sua última década de vida é notável.

O início da entrevista, e as perguntas sobre o agregado familiar de origem levaram imediatamente aos dois principais motivos que levaram à sua decisão: a recente saída do sobrinho (de 7 anos) de casa e a possibilidade de regresso do pai. A irmã de Clara saiu de casa aos 17 anos, quando descobriu que o pai era toxicodependente, confrontou a mãe e recolheu apoio junto de outros familiares. Cerca de um ano depois, regressa grávida, sem parceiro. Depois, nas palavras de Clara, “depois também teve um parto que foi muito traumático, teve depressão pós-parto e não quis aceitar o filho e quis voltar a recuperar aquilo que perdeu. Então, voltou a ter uma vida de adolescente, fez inter-rail. Acompanhou uma banda, na altura. E pronto, o filho foi colocado de parte. E então, fiquei eu e a minha mãe, pronto, tivemos que aceitar, não é?”. A vida da Clara, com 15 anos, mudou radicalmente. Tornou-se e posteriormente sentiu-se responsável por aquela criança que, por vezes a chamava de mãe. Clara não teve uma adolescência despreocupada e sem responsabilidades, mas teve uma típica de mãe adolescente (apesar de ser apenas tia). Apesar do Diogo ser um impedimento para que saísse, como as suas amigas, à noite; para que não precisasse de trabalhar, para que pudesse prosseguir os estudos, o Diogo também a “prende à vida” e deu-lhe motivos para se manter naquela casa. Clara, diz “eu pensava “estou aqui, a minha vida pode ser uma *merda*, mas eu tenho de estar aqui para ele”. Eu acho que estou ainda viva por causa do Diogo.” A presença daquela criança na vida de Clara afastou-a, não totalmente, das tendências depressivas e suicidas. Quando, 7 anos depois, a irmã de Clara vem retomar a maternidade que deixou interrompida, Clara sentiu que lhe tiraram o filho que entretanto ajudara a criar. Mas nada pôde fazer. Deixou simplesmente de ter, para além de um “filho”, o motivo válido que tinha para permanecer naquela casa.

Estando o pai de Clara preso, a saída de Diogo lá de casa não representou um motivo suficiente para sair, deixando a mãe, com quem apesar de tudo tinha uma relação amargurada e difícil, sozinha. Ainda chegou a fazer uma proposta à mãe: “nós as duas sairmos dali, ela divorciar-se do meu pai, ainda tentei ver alternativas, tentei com que ela visse que o problema não era ela, que eu podia estar com ela, mas que também tinha que mudar a minha vida e não podia estar outra vez naquele ambiente. Ela disse que não, ainda defendeu o meu pai e, então, eu disse: ‘não, tenho que dar a volta por cima’”. Face à possibilidade do pai cumprir apenas metade da pena (de tráfico de drogas) e voltar para casa com pulseira electrónica, Clara, na companhia de um novo namorado, decidiu sair, definitivamente: “então, foi aí que eu decidi que, se calhar, devia sair de casa, já não tinha lá o Diogo”.

Os restantes motivos, também importantes, vieram compor a teia de acontecimentos de forma ainda mais propícia à saída de casa: a incompreensão e negligência constante da mãe de Clara com os seus objectivos escolares (não prosseguidos), com os seus momentos difíceis e com as suas duas tentativas de suicídio; e o apoio, inclusivamente financeiro, que era proporcionado pelo novo namorado. Mas principalmente, a forma como a mãe a negligenciou depois da violação/ tentativa de

violação²⁶⁸ e consequente tentativa de suicídio que a levou a um internamento em psiquiatria, cuja alta só foi possível porque ela mesma assinou um termo de responsabilidade. Neste contexto, Sara conta o comportamento da mãe: “Então a minha mãe, é mãe, é mulher, dizer: “bem-feita?!” Nunca vou perdoá-la por isso. Por muito que ela tente, nunca, nunca, nunca vou perdoá-la. Ela já fez muita coisa má, deixou que o meu pai fizesse porcaria, deixou que o meu pai chegasse ao ponto de roubar à filha, maltratar a filha, pronto, ela já fez muita coisa má, não me apoiou nos estudos, não me apoiou em nada, pronto, na morte do Jorge [primeiro namorado] também não me apoiou. Mas nessas coisas, até podia perdoar, não sei como. Mas isto, nunca. E é uma coisa que eu nunca vou esquecer e que tenho sempre guardada e sempre que a vejo, lembro-me disso”.

Finalmente, aos 26 anos, os eventos trágicos que lhe foram acontecendo, articularam-se temporalmente e converteram-se num plano de vida que, pouco a pouco, vai tomando forma. Saiu de casa, partilhando um apartamento com estranhos, mas rapidamente passou a uma partilha de casa com amigos, com os quais foi construindo uma relação de “família de escolha”.

Figura 10.1: Relação entre agência e nível sociológico (de Clara e de Leonor)

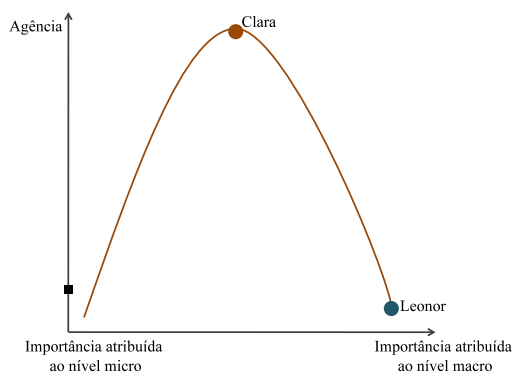
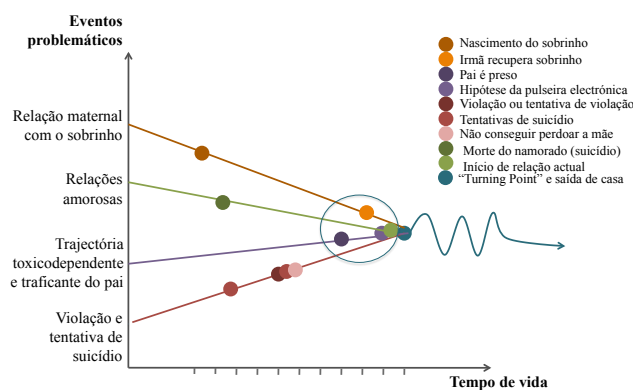


Figura 10.2: Acumulação de eventos problemáticos (de Clara)



10.5 Recapitulação

Neste capítulo agruparam-se diferentes tipos de eventos capazes, *per se* ou conjugados com características sociais relevantes, com outros eventos ao longo do tempo ou num mesmo tempo, de criar condições para a acção *redireccionadora* do curso de vida. Os efeitos provocados por estes eventos são, neste capítulo, necessariamente a curto prazo, dado que o período em análise é a transição para a vida adulta e que, portanto, os jovens cujas vidas foram analisadas e apresentadas não têm mais do que 32 anos. A análise destes eventos, denominados de “turning points” ou de “viragem biográfica” difere da dos eventos meramente do acaso por não se preocupar com a quantificação da probabilidade deste acontecimento nem do sentido ou da intensidade do seu efeito.

Esta distinção consubstancia-se numa distinção de método. Só uma metodologia qualitativa, ainda que exigente com a temporalidade, é capaz de deixar para trás, sem

²⁶⁸ Na narrativa ficou ambígua qual destas duas situações ocorreu (apesar de Clara ter sido muito clara relativamente à existência de provas policiais).

preconceitos nem arrependimentos, objectivos de medição de relações de causalidade, avançando para uma análise centrada naquilo que ficou conhecido como o “Teorema de Thomas”: se um indivíduo define uma situação como real, então ela é real nas suas consequências (Thomas e Znaniecky, 1984 [1928]: 572). Assim, porque os “turning points” são inerentemente narrativos, refere Abbott (2001: 251), cabe aos indivíduos, em narrativas relativamente livre da sua vida, identificá-los e usá-los como “‘instrumento’ através dos quais (...) entendem o desenrolar das suas vidas” (Shananhan e Porfeli, 2007: 117), como “rhetorical devices” (Thomson *et al.*, 2002). Porque, simultaneamente, a análise destes eventos é obrigatoriamente temporal, a grelha de eventos vem dar organização cronológica (para além de facilitar a organização causal e emocional) aos vários eventos, para que uns possam ser interpretados como causas e outros como efeitos (e afastar a análise do inevitável formato retrospectivo com que os dados são recolhidos, os processos invisíveis de “retro-causalidade”, agora mais facilmente detectados e questionados).

Os “turning points” seleccionados (com base na relevância na contemporaneidade, no que oferecem de novo -não necessariamente contraditório- à análise de nível macro sociológico e na frequência com que ocorreram entre o conjunto das 52 entrevistas) foram agrupados em três (a) grupos temáticos que simultaneamente agregam (b) preocupações metodológicas, (c) conclusões analíticas e (d) contribuições teóricas específicas. São eles:

a1. Amor e Emancipação

(b) As carreiras amorosas não são necessariamente conjugais. Muitas relações amorosas têm importantes consequências pelo seu início, fim ou desenvolvimento, na determinação do rumo do curso de vida durante o período de transição para a vida adulta. “O amor é frequentemente um prelúdio para o casamento” (Goode, 1958: 42), mas nem sempre cumpre apenas essa função. E dessa forma, para um entendimento holístico dos cursos de vida, a informação que permite a análise das “carreiras amorosas” deve ser recolhida, de preferência separadamente. Caso contrário será sempre só recolhida informação sobre as relações amorosas que, quanto muito, desaguaram em eventos demográficos (união de facto, casamento).

(c) Kimmel afirma que o período da transição para a vida adulta é o mais *genderizado* de todo o desenvolvimento humano (2008, 41 *citado por* Reifman, 2004: 23). Além disso, Thomson afirma que há uma “emergência de uma especificidade da individualização feminina” (2009), que pode ser considerada contrária à “emphasised femininity” de que fala Connell (1987). A análise dos percursos amorosos permite reificar estas duas premissas,

especialmente no que se refere à maior reflexividade individual apresentada pelas mulheres, pela maior capacidade de “adaptação estratégia” (Elder, 1994) que demonstram ter, e à maior capacidade em reciclar projectos e passar a *planos B* da vida. Tal como Trimberger concluiu acerca de trajetórias femininas nos Estados Unidos, “no longer will the fear of being a single women motivate women’s decisions” (2005: 261).

(d) Os vestígios de linearidade *genderizada* são ainda menores quando se acrescentam as camadas de complexidade que só os dados mais qualitativos podem oferecer. Os dados qualitativos, porém, não dão resposta a algumas questões, que ficam, ao lado do apelo pela recolha de dados quantitativos e qualitativos das carreiras amorosas, por responder: Os “protocolos amorosos” são culturalmente variáveis? E que relação têm com as características do mercado de habitação desse países?; Quão implícito mas enraizado é o pressuposto do requisito de uma economia comum (que determina que os dois membros têm que ter rendimento no momento da entrada na conjugalidade) para a união de facto nos vários países europeus?; Como é a transição para a vida adulta dos indivíduos homossexuais afectada pela mais precoce saída de casa do que os seus pares heterossexuais?

a2. Vida e Morte

(b) A psicologia detém algum monopólio sobre o interesse pelo luto enquanto objecto de estudo. A análise que lhe é feita, movida pelo interesse específico da disciplina, está, porém, longe de responder às questões de maior interesse para a sociologia. No interesse de uma análise holística dos cursos de vida, e tendo em conta o conceito de “linked lives” (Elder, 1994), faz sentido um aumento dos estudos longitudinais e/ou qualitativos que registem estes eventos, bem como as trajetórias de descoberta, luta e sobrevivência a doenças como o cancro ou de outras doenças crónicas e/ou graves e mortíferas.

(c) Os eventos desta natureza mais do que “turning points”, são momentos críticos. Como tal, promovem o amadurecimento e desenvolvimento pessoal (Furstenberg, 2005: 169-170), o que se evidencia na “luz verde” para acelerar transições e quebrar alguns laços emocionais. Por outro lado, quando um evento dessa natureza acontece a um *outro significativo*, é visível “o aumento do apoio e dos recursos para apoiar os membros da família” (Furstenberg, 2005: 169-170), nomeadamente no adiamento do momento da saída de casa.

(d) O conceito de “linked lives” (Elder, 1994), associado a eventos críticos como os que envolvem morte e doença, permite equacionar a saída dos jovens de casa dos pais não nos termos da dependência dos filhos face ao agregado familiar de origem, mas nos termos da

solidariedade inter-geracional. Permite, portanto, o desvio à pergunta “o que faz um jovem não sair de casa?” para a pergunta “o que faz pais e filhos co-residirem?”

a3. Acumulação e Conjugação de eventos

(b) Vem chamar a atenção, de uma forma ainda mais incisiva, para a necessidade de dados longitudinais e holísticos para a compreensão das transições para a vida adulta.

(c) A apresentação do rumos dos acontecimentos tendo em conta a acumulação de adversidades e/ou de infelizes sincronizações ou des-sincronizações entre os eventos, permite a crítica ao conceito da reversibilidade como algo necessariamente negativo nos cursos de vida contemporâneos. Como vimos, afinal, reformular projectos de vida, mudar de ideias profissionais ou familiares, pode ser, para jovens com pouca escolaridade e fraca reflexividade social, um “luxo biográfico”. Permite igualmente o reforço da ideia de que tão importante como os acontecimentos na vida de um indivíduo, é o momento em que cada um ocorre, o que vem reforçar a importância da temporalidade nos desenhos de pesquisas na contemporaneidade, como chamou a atenção Thomson (2009).

(d) Permite também questionar a linearidade associada à relação entre reflexividade individual e agência, ao revelar que, na falta de recursos biográficos e face a uma hiper-reflexividade individual, os indivíduos podem ver a sua agência paralisada.

De uma maneira geral, se se recolherem mais informações sobre “turning points” ou se replicarem estudos de natureza idêntica, de nível interpretativo (Shanahan e Macmillan, 2008: 285), poderá não se generalizar os dados para a população, poderá não se medir a probabilidade de um desses determinados eventos acontecer ou o sentido do seu efeito, mas poderá encontrar-se a *explicação* do desenrolar de acontecimentos dos indivíduos e, mais importante que tudo isso, a *compreensão explicativa* (Weber citado por Cruz, 1995: 588) de por que é que certas transições para a vida adulta ocorrem, como ocorrem e por que ocorrem quando ocorrem. Porque “‘explicar’ significa, pois, para uma ciência que se ocupa do sentido da acção, exactamente: apreensão do contexto de sentido onde se insere, pelo sentido subjectivamente visado, uma acção actualmente compreensível” (Weber citado por Cruz, 1995: 589).

11.

CONCLUSÕES

A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA POR CAMADAS ANALÍTICAS

Life course research as a field is still cumulative, progressive, and innovative. Its program is far from being realized. The fruits of longitudinal data collections are still to be reaped, interdisciplinary research is still far from taking off, and methodological breakthroughs are badly needed (and coming).

Karl Ulrich Mayer (2009),
New Directions in Life Course Research, pp. 3.

O potencial ainda inexplorado da perspectiva do curso de vida, sobretudo metodológico e analítico, é superior ao que se desenvolveu nas últimas décadas, entre muitos dos autores referidos ao longo desta tese.²⁶⁹ É esta uma das interpretações possíveis acerca da trajetória da *perspectiva do curso de vida*, segundo Mayer (2009: 3). Há, portanto, toda uma paleta metodológica consideravelmente diversificada entre os dois extremos do que Shanahan e Macmillan (2008: xvi) consideram um *continuum*.²⁷⁰ Isto é, entre uma perspectiva macro do curso de vida, essencialmente baseada em metodologias extensivas, regularmente em inquéritos de larga escala, com resultados de natureza quantitativa e o frequente estabelecimento de modelos (estatísticos) de causalidade entre as variáveis; e uma perspectiva micro do curso de vida, baseada em estratégias metodológicas qualitativas que pretendem compreender fenómenos em que a intencionalidade da acção, a adaptação estratégica (Elder, 1994) e a reflexividade individual assumem uma maior importância.

Tomando como tema transversal as transformações do curso de vida durante o período da transição para a vida adulta, em especial a esfera que tende a ser mais esquecida ou *mal-*

²⁶⁹ Para a emergência e desenvolvimento conceptual desta perspectiva, ver capítulo 1.

²⁷⁰ Ver Elder e O’Rand (2009) e Mortimer e Shanahan (2002).

entendida como produtora de heterogeneidade e de desigualdades sociais - a habitacional – (Kurz e Blossfeld, 2004)²⁷¹, esta tese atravessa o referido *continuum*, dedicando cada capítulo empírico a um par “questão teórica/estratégia analítica” específico. Longe de esgotar a mencionada paleta, em cada capítulo desta tese a transição para a vida adulta na Europa e/ou em Portugal é abordada a partir de uma diferente preocupação teórica e de uma tradição analítica específica, cumprindo-se, portanto, no todo da tese, o *pluralismo metodológico* que tão enaltecido é na literatura da perspectiva do curso de vida mas que, apesar disso, tende a ser pouco posto em *prática científica*.

Assim, esta pesquisa sobre transição para a vida adulta em Portugal e na Europa foi desenvolvida por “camadas analíticas”, avançando desde as questões melhor colocadas a uma escala macro e com dados quantitativos e representativos da população em estudo, como as que os dados do European Social Survey 2006 permitem colocar; para as que melhor se respondem ao nível da escala micro-sociológica e com dados qualitativos, ainda que respeitando critérios de temporalidade, seja em termos de organização, seja em termos de análise dos dados (e que nesta pesquisa correspondem a dados de fontes primárias). As respostas a *quando* ou *por que ordem* ocorrem os eventos de transição para a vida adulta (capítulos 6 e 7, respectivamente), *de que forma se sincronizam* entre si (capítulo 9) ou *como se constituem os redireccionamentos* do curso de vida (capítulo 10) não são, portanto, indiferentes ao tipo de metodologia desenhada para as encontrar. Os capítulos de discussão meramente metodológica vieram justamente sublinhar esse aspecto. Em suma, a cada “camada analítica” (e a cada capítulo) correspondeu, portanto, uma determinada discussão teórico-metodológica.

A transição para a vida adulta é, como muitas outras temáticas sociológicas, um *moving target*. Não obstante, é também uma temática já consolidada em Portugal, considerada um “domínio clássico duradouro” na produção sociológica em Portugal (Machado, 2009: 301) e cuja atenção na sociologia internacional tem sido crescente.²⁷² Por estes motivos, era fundamental que esta pesquisa usasse e recolhesse dados actuais e/ou por explorar, evitando exercícios redundantes de *prática científica*. Não se pretendendo nem se tendo procurado uma “ruptura intracientífica” (Almeida e Pinto, 1975: 369), a presente pesquisa desenvolveu-se através de uma perspectiva teórico-analítica e de uma paleta metodológica com pouco protagonismo em Portugal e de uma concepção holística do curso de vida, isto é, de análises que integram simultaneamente as várias esferas da *vida real*. Usaram-se, para tal, algumas das

²⁷¹ Ver capítulos 3 e 9.

²⁷² Ver capítulo 2.

técnicas da tradição metodológica da perspectiva do curso de vida, como a análise estatística do *event history analysis* (Kaplan-Meier) (capítulo 6, N=43000); uma análise da sequência de eventos baseada em critérios teóricos que privilegia a comparação entre os países tanto como entre as *coortes* etárias (capítulo 7, N=43000); o uso do calendário de vida em conjugação com entrevistas biográficas presenciais (capítulo 9 e 10, N=52); a otimização gráfica e analítica da sincronização das várias esferas da vida (capítulo 9) e, por fim, a análise dos *turning points* do curso de vida, “inerentemente narrativos” (Abbott, 2001) (capítulo 10). Tratou-se, portanto, de um pluralismo metodológico *praticante*.

A camada macro-sociológica: espaço europeu e “atalhos analíticos”

A “camada” macro-sociológica dos estudos comparativos sobre transição para a vida adulta na Europa tende a centrar-se maioritariamente na distinção, mais ou menos explícita, entre biografia “normal”, presumivelmente estandardizada, normativa e institucionalizada; e uma biografia “de escolha” ou “do-it-yourself” (Beck-Gernsheim, 2002) supostamente alicerçada numa crescente individualização, reversibilidade e *desestandardização* do curso de vida.²⁷³ Esta distinção tende a ser ou alvo ou produto de análises comparativas entre países europeus (e respectivas dicotomias norte/sul) e, menos frequentemente, entre unidades geracionais. Este desequilíbrio entre as análises ao “longo do tempo” e ao “longo do espaço” contribui para explicar o rumo predominante das pesquisas sobre transição para a vida adulta em Portugal e na Europa, os “atalhos analíticos” por onde passa e as explicações *culturalistas* e/ou *temporal-centristas* que por vezes manifesta.

Um olhar redutor sobre a saída dos jovens de casa dos pais é aquele que se concentra exclusivamente na análise da idade (média) a que essa transição ocorre. Esta delimitação analítica, que tende a não dedicar tanta atenção ao tipo de ocupação da casa, à sincronização desta transição com as que ocorrem noutras esferas da vida (entrar no mercado de trabalho, coabitar, casar ou ter filhos), nem às não-ocorrências deste evento²⁷⁴, proporciona, desde logo, dicotomias imediatas e mediatizadas entre os países dos sul (cujos jovens de hoje saem “tarde” de casa) e os países escandinavos (cujos jovens de hoje saem “cedo” de casa). Por outro lado, os excessos provocados pelas apropriações *militantes* da teoria da individualização (e pela sua proximidade conceptual à reflexividade individual enquanto objecto de estudo)

²⁷³ Ver capítulos 1 e 2.

²⁷⁴ Aspecto que estatisticamente só consegue ser abordado através de “event history analysis” (capítulo 6) ou, ainda que deixando de lado o interesse pela média, em análises de sequências de eventos (capítulo 7).

leva a que mesmo a prática científica tenda a tentar encontrar nos indivíduos, nas suas supostas crescentes e mais acessíveis escolhas e opções ao longo do curso de vida, a justificação (ou mesmo “explicação”) para o curso das suas vidas. Tal chega a suceder em casos em que o recurso aos inquéritos por questionário, caracterizados por questões com respostas fechadas desenhadas para testar, por vezes, hipóteses de pesquisa paralelas mas diferentes das que o investigador *a solo* desenhou, é mais frequente (como é o caso destas pesquisas com objectivos comparativos entre países, e do ESS 2006). Assim, não pretendendo *a priori* dar resposta a questões sobre intencionalidade ou sentido da acção, estes questionários deixam, inevitavelmente, vazios explicativos que os cientistas sociais tentam preencher, muitas vezes com os seus próprios imaginários sociológicos alicerçados nas linhas e fronteiras culturais²⁷⁵, por exemplo, de Reher²⁷⁶ e Hajnal²⁷⁷, que remetem Portugal e outros países do sul para características de familismo, conservadorismo e estagnação cultural, de modo quase irreversível, e/ou recorrendo a variáveis cuja natureza dificulta a medição e o cruzamento de informação, como é o caso da mais abstracta variável da *cultura* (Nico, 2011).

Assim, se no nível micro-sociológico os cientistas sociais devem estar conscientes da “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1997 [1993]), no nível macro-sociológico, especialmente aquele que se apoia no método comparativo, estes devem talvez estar atentos a uma espécie de “ilusão cultural”, na qual a variável da cultura é chamada, através de *atalhos analíticos*, a preencher os vazios explicativos deixados pela ausência de informação (por exemplo, sobre rendimentos, tipo de casa habitada, sobre o mercado de habitação à data do evento ou ausência de ocorrência do evento, etc.) ou ausência do tipo adequado de informação (sobre intencionalidade da acção, projectos de vida e de mobilidade residencial, satisfação com a situação habitacional actual, etc.) captada nestes grandes questionários, atribuindo-lhes uma aparente, confortável e recorrente coerência. No caso da saída de casa dos pais, estes “atalhos analíticos” tendem a criar ou a reforçar a ideia de que os jovens nos países do sul saem mais tarde de casa dos pais (simples ou exclusivamente) porque, face aos seus valores familistas e pouco pautados por “autonomia”, presumivelmente partilhados inter-generacionalmente, optam por prolongar a estadia em casa dos pais em prol dos benefícios monetários, domésticos e emocionais que tiram dessa co-residência.²⁷⁸ Nesta tese foi apresentado, pelo

²⁷⁵ Que como refere Derosas (2004) são difíceis de comprovar empiricamente (ver capítulo 6).

²⁷⁶ Que divide a Europa em norte e sul consoante os laços sociais familiares.

²⁷⁷ Que divide a Europa em este e oeste consoante as estruturas familiares e habitacionais.

²⁷⁸ Quando afinal, muitos desses benefícios de co-residência, até mesmo os monetários, poderão ser muitas vezes mas direccionados aos pais do que propriamente aos filhos.

contrário, o argumento de que o desafio, ou “bênção” (como lhe chamou Billari, 2004) analítica, causado pela acumulação de factores culturais e institucionais pode, ao seguir esta linha *culturalista*, tornar-se numa maldição política para os países do sul (ver Nico, 2011). Tal é especialmente relevante quando se verifica que a decisão de sair de casa dos pais é pautada pelas coordenadas sociais em que o indivíduo se situa e pela gestão de prioridades transicionais concretas, por sua vez condicionada pela dificuldade em concretizar projectos que permanecem latentes. Mais do que por um simples cálculo de custos e benefícios, sair ou não de casa passa por uma identificação das possibilidades e das impossibilidades de construção biográfica a curto prazo. Porque a reflexividade individual não é meramente, nem sequer sobretudo, económica. Mas não obstante, na literatura, os constrangimentos concretos e actuais, nomeadamente causados por características específicas do mercado de arrendamento e do mercado de trabalho são, menos do que os supostos e difíceis de medir indicadores culturais, chamados a preencher esses vazios explicativos.

As explicações *temporal-centristas* tendem, por outro lado, a exacerbar diferenças geracionais, encapsuladas em frases como “os jovens saem cada vez mais tarde de casa dos pais”, mesmo quando a única medida para confirmar esta ideia é a idade média da ocorrência do evento e quando esta idade, ou mesmo a modal, não é discriminada por unidades geracionais. Porém, alguns autores mais atentos às oscilações históricas dos fenómenos referem mesmo que a afirmação, linear, de que os jovens saem cada vez mais tarde de casa dos pais só está correcta na comparação com a geração (no sentido de linhagem) imediatamente anterior, aproximadamente a dos pais dos actuais jovens-adultos. Esta afirmação tem, portanto, limites de validade, na medida em que a geração de referência é, afinal, considerada por alguns autores como uma “anomalia histórica” no que se refere às idades e às co-ocorrências dos eventos de transição para a vida adulta (Furlong e Cartmel, 2007 [1997], entre outros).²⁷⁹ Num país especialmente envelhecido como Portugal, este tipo de análise não discriminada por escalão etário não operacionaliza, portanto, a heterogeneidade de valores e de práticas juvenis, vindo, aliás, apenas reforçar as conclusões *culturalistas* já referidas. Se o conceito de juventude não se esgota no grupo etário, ou no tempo social em que esse grupo etário se insere, é bem capaz de se perder quando é da (confirmação da) heterogeneidade internacional (e cultural) que se ocupa o objectivo máximo de uma pesquisa. Tal sucede porque, ao não se distinguir os resultados por *tempo* (individual/idade ou

²⁷⁹ Ver capítulo 3.

social/*coortes* etárias), dilui-se na análise o conjunto de mudanças sociais, por sinal rápidas mas profundas,²⁸⁰ das últimas décadas em Portugal.

O rumo predominante destas pesquisas tende, então, a negligenciar duplamente a importância do “tempo” e da temporalidade no desenho da pesquisa. Por um lado, ao produzir explicações para a heterogeneidade actual de transição para a vida adulta baseadas em diferenças e fronteiras culturais difíceis de provar empiricamente nos dias de hoje (Derosas, 2004), cujo conjunto de variáveis é, aliás, chamado por alguns autores de “caixa negra” (Holdsworth, Voast e Tranmer, 2002).²⁸¹ Por outro, ao produzir conclusões sobre a juventude de hoje sem proceder à comparação ao longo do tempo histórico, deixando-se contagiar pela teoria da individualização e caindo em “falácias epistemológicas da modernidade tardia”, como lhe chamaram Furlong e Cartmel (1997)²⁸² e exemplificam Goodwin e O’Connor (2005) com uma pesquisa actual a partir de dados recolhidos por Norbert Elias em 1960. A presente pesquisa esteve atenta a estes aspectos, introduzindo a importância da temporalidade, individual e/ou sócio-histórica, nas análises produzidas (e nos dados recolhidos, no caso da análise de nível micro-sociológico). Assim, recorrendo a técnicas como a “event history analysis”²⁸³ ou a análise de sequências de eventos teoricamente desenhada²⁸⁴ foi-se “zigzagueando” entre a análise ao *longo do tempo* e a análise ao *longo do espaço* (neste caso para as gerações mais recentes), de forma a evitar estas falácias epistemológicas e “ilusões” explicativas mencionadas.

Neste sentido, o capítulo 6, sobre o *timing* e a ocorrência da saída dos jovens de casa dos pais, abordou a insuficiência teórica e analítica da *idade média*, usando também o *desvio padrão*, os *percentis* e as curvas do método de Kaplan-Meier para a análise das diferenças de *timing* de autonomia habitacional entre gerações e entre países. Através destas análises foi possível confirmar que Portugal e outros países do sul, apesar de terem uma idade média na primeira saída de casa mais elevada, têm também uma maior dispersão em torno desta. Os factores que contribuem para a saída de casa dos pais a uma determinada idade são mais diversos no caso destes países do que no caso dos países escandinavos. Este últimos apresentam médias de saída de casa dos pais mais estandardizadas e, porque relacionadas com a entrada no ensino superior que tende a ocorrer em intervalos de idades de curta amplitude,

²⁸⁰ Sobretudo ao nível da escolaridade.

²⁸¹ Ver capítulo 6.

²⁸² Ver capítulo 2, onde foram mais desenvolvidos os tópicos das falácias epistemológicas e das viragens biográficas.

²⁸³ Ver capítulo 6.

²⁸⁴ Ver capítulo 7.

mais institucionalizadas²⁸⁵ do que em Portugal. Estes resultados vêm confirmar que a *desestandardização* e a individualização do curso de vida nem sempre se reforçam ou confundem apesar do uso, por vezes, indiscriminado destes dois conceitos que tem, aliás, provocado, especialmente nos estudos sobre juventude, grandes equívocos (Brückner e Mayer, 2005).²⁸⁶ Vem também reforçar a importância do formato/destino da saída de casa dos pais (conjugal ou não conjugal) para a explicação da heterogeneidade do *timing* de saída de casa dos pais entre os vários países. Deste modo, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia e a Finlândia, países que se caracterizam, entre outros aspectos, por um mercado de arrendamento disponível e por Estados Providência universalistas, apresentam médias e desvios padrão mais baixos, ritmos de saída de casa mais elevados (aos 23 anos apenas 10% dos jovens permanece em casa dos pais) e saídas de casa des-sincronizadas com a conjugalidade (saem de casa antes de coabitar ou casar entre 70 a 80% dos casos) nos nascidos ao longo do século XX. Em contrapartida, Portugal, ao lado da Espanha, Bulgária, Polónia, Eslováquia e Eslovénia apresentam, ao longo do século XX, médias e desvios padrão mais elevados, ritmos de saída mais lentos mas associados à conjugalidade, sendo caracterizados por um mercado de arrendamento pouco disponível e acessível. Ambos estes grupos de países apresentam fortes evidências de continuidade destes padrões ao longo do século XX. Mas todos estes países, bem como os restantes não mencionados aqui, apresentam tendências para a predominância percentual da saída de casa dos pais anterior à conjugalidade. Assim sendo, o cenário no que se refere a esta transição é de convergência europeia, e não de inabalável bipolarização. Se a convergência se afigura possível, talvez a preocupação científica pudesse passar a ser “o que faz Portugal ser mais lento nesta tendência” ao invés de “o que faz Portugal ser diferente de outros países europeus”.

A partir de uma perspectiva holística da transição para a vida adulta, em que todas as esferas da vida se articulam ou se evitam em prol de uma determinada prioridade transicional num determinado momento ou por uma determinada ordem, é igualmente importante desviar a atenção para a sequência e co-ocorrência em que as várias transições para a vida adulta ocorrem. Assim, é importante dedicar atenção não apenas à *transição* mas à *trajectória*, conceitos nos quais se consubstancia, aliás, a distinção entre diferentes tradições estatísticas²⁸⁷, a do “event history analysis” (modelos estatísticos descritivos ou de

²⁸⁵ Ver capítulo 7 para uma clarificação deste conceito.

²⁸⁶ Como se desenvolveu com mais pormenor no capítulo 7.

²⁸⁷ Encaradas por alguns autores como rivalidades estatísticas, mas nesta tese abordadas como complementares.

causalidade em que a variável dependente é a duração até uma determinada ocorrência) e a da “sequence analysis”.²⁸⁸ A *desenstandardização* do curso de vida é de difícil análise seja pela ausência de dados, pela escolha menos acertada de metodologias e, talvez principalmente, pela proximidade conceptual que tem com outros conceitos. Tendo-se codificado todas as sequências de transições (sair de casa, entrar no mercado de trabalho, coabitar, casar, ter o primeiro filho) e criado variáveis (componentes analíticas das sequências) como a densidade, a amplitude, o número e uma tipologia de qualificação do desvio à trajetória normativa (pelo menos no imaginário dos cientistas sociais) para todos os indivíduos da amostra do ESS 2006, foi possível caracterizar, inter-geracionalmente, os percursos de entrada em cada um destes papéis sociais. Corroborando as conclusões de Brückner e Mayer (2005), a análise não revela sinais de um *processo* geral e forte de *desestandardização* do curso de vida, lembrando mais uma vez a cautela que deve estar integrada nas afirmações sobre a crescente associação entre individualização e *desestandardização* do curso de vida, assumida como premissa de muitos estudos sobre mudança social e, com especial incidência, sobre juventude. A análise das sequências dos eventos de transição para a vida adulta foi também capaz de identificar a variável que mais protagoniza a mudança social (ao longo do tempo) e a que mais diferencia os percursos a nível nacional. Assim, a análise ao longo do tempo torna evidente o crescente processo de *des-genderização* da transição para a vida adulta e a análise da heterogeneidade dos percursos para a vida adulta reforçou a importância das carreiras habitacionais para a explicação da diferenciação geracional e nacional dos percursos para a vida adulta, bem como a sua interdependência com outros eventos e esferas da vida. A importância destas variáveis pôde ser retomada, e confirmada, na camada micro-sociológica desta tese, “misturando” assim dados e resultados de diferentes naturezas, mas não necessariamente em diferentes sentidos ou com conteúdos divergentes.

A camada micro-sociológica: a *mão invisível* do método de investigação

Alguns estudos micro-sociológicos sobre juventude tendem a atribuir ora uma excessiva especificidade à juventude da contemporaneidade (face à do “passado” recente, o mesmo que é afinal caracterizado como uma “anomalia histórica” por alguns autores) ora, paradoxalmente, um desmedido papel de *porta-voz* geracional ao conjunto de indivíduos participantes no estudo. Tal sucede pelas *barricadas metodológicas* em que alguns

²⁸⁸ Ver capítulo 7.

investigadores se colocam, esquivando-se a desenvolver pesquisas com os “dois olhos abertos”, como o coloca Thompson (2004) a propósito do estudo da mobilidade social desenvolvida com métodos extensivos e, simultaneamente, intensivos. Embora essa não seja a tradição sociológica em Portugal, cuja “reflexão epistemológica e teórico-metodológica”, para além de ser também um “domínio clássico duradouro”, “é reconhecidamente uma marca genética da sociologia” (Machado, 2009: 301), as pesquisas sobre juventude e mais especificamente sobre transições para a vida adulta em Portugal tendem predominantemente a ser ou de natureza qualitativa ou de natureza quantitativa; sobre a transição escola-trabalho ou sobre transição família de origem/nova família; muito frequentemente sobre o futuro, nomeadamente escolar (fazendo basear as conclusões das pesquisas mais nas representações ou projectos dos jovens, e menos nas suas trajectórias propriamente ditas, limitando assim as conclusões sobre mudanças nos *cursos de vida*), ao incluir amplos escalões etários com limites mínimos relativamente baixos; e baseadas em análises de conteúdo horizontal mais frequentemente do que vertical (com as excepções, entre outras, de Pais, 2001, de Machado e Silva, 2009 e, no que toca aos percursos para e no ensino superior, de Costa e Lopes *et al.*, 2008). Especialmente nas pesquisas qualitativas, onde a flexibilidade do método é maior (Almeida e Pinto, 1975: 387) e cujo desenho está mais frequentemente ao alcance do investigador (ao invés de ter que recorrer a fontes secundárias como sucede mais frequentemente nas metodologias extensivas), a omnipresença destas e de outras opções metodológicas tem efeitos sobre os resultados da pesquisa que podem ficar, desta forma, ainda mais vulneráveis às falácias epistemológicas já referidas. Porque, de facto, os métodos de investigação são produto do seu tempo e espaço (McLeod e Thomson, 2009: 6), os resultados da pesquisa podem simplesmente confirmar os conceitos à luz dos quais foram interpretados, neste caso, o da individualização e o da reflexividade individual.

De forma a não cair nas falácias epistemológicas, na “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1997 [1993]) e na “função de comando” do método e não “da teoria” (Almeida e Pinto, 1975), todas alvo de discussão nesta tese, o desenho da pesquisa, centrado nas trajectórias holísticas de transição para a vida adulta, pretendeu um equilíbrio entre a biografia e a cronologia dos acontecimentos, ao mesmo tempo que deixou espaço para informações relevantes sobre acontecimentos que tenham redireccionado o curso de vida, os chamados *turning points*. Para tal, duas técnicas oriundas de diferentes lugares metodológicos (extensivo e intensivo), mas de uma mesma perspectiva teórica (perspectiva do curso de vida) foram *combinadas* em momento de entrevista: o calendário de vida e o carácter biográfico da

entrevista, isto é, a *vida vivida* e a *vida contada*.²⁸⁹ Porque foram as *trajetórias* (ao longo do tempo e holísticas) e não as *transições* que estiveram no centro desta pesquisa, a análise de conteúdo mais comum, a horizontal, isto é, por dimensões de análise, não era a mais apropriada. A análise de conteúdo e de sentido mais adequada a captar o *estilo biográfico* dos indivíduos (Thomson, 2009), a *sincronização* do curso de vida e a identificar os momentos ou episódios de *redireccionamento* do curso de vida foi a vertical, operacionalizada graficamente e ilustrada comedidamente com o discurso na primeira pessoa dos entrevistados, especialmente no capítulo 9. Neste capítulo, pretendeu-se também fugir a um excesso de citações dos entrevistados que, por vezes, caracteriza as publicações dos estudos qualitativos, e os afasta de uma *análise* de conteúdo para os aproximar de uma espécie de *demonstração* de conteúdo. Por esse motivo, também o capítulo sobre “improvisação da vida e janelas de oportunidade para a acção” oscila entre um discurso mais conceptual e um discurso mais narrativo, incorporando interpretações do investigador e citações dos entrevistados nos mesmos trechos, de forma a evitar “fazer do processo de interacção da pesquisa o centro do estudo em si mesmo, e esquecer”, ou não distinguir, “o que pode ser aprendido através das histórias que são contadas” (Thompson, 2004: 257).

Estas estratégias metodológicas *combinadas e misturadas* permitiram analisar, por um lado, as estruturas sociais dos movimentos residenciais de saída de casa dos pais, isto é, de que forma as atitudes e opções perante a ocupação da casa (arrendamento, compra ou ambos consoante o “momento” de vida) e as trajetórias de vida escolares e profissionais que interferem com o *timing* de saída de casa, permitem confirmar que a saída de casa dos pais (em destino, tipo de ocupação e *timing*) não é *associal*. Existe uma hierarquia social da ocupação da casa em Portugal, que contribui para a valorização da compra de casa e a associa a sinais exteriores de “subir” e “assentar” na vida, e para a desvalorização do arrendamento, que fica associado a situações de impossibilidade de acesso ao crédito ou projectos de futura mobilidade geográfica (nacional ou internacional), em suma, a dificuldades ou recusas de compromissos financeiros com uma casa. Não obstante, as atitudes moderadas ou faseadas face ao tipo de ocupação da casa reflectem também, e num conjunto significativo dos entrevistados, a tendência que se verificou nos países escandinavos para a desmultiplicação de eventos e pluralização, ao longo da vida, de soluções habitacionais. O arrendamento é, nestes casos, a solução mais adequada para o período da transição para a vida adulta, mesmo que não seja a mais desejável a longo prazo, ficando a compra da casa reservada para as certezas

²⁸⁹ Ver capítulo 8.

amorosas e/ou económicas. Suspeita-se que esta postura face à ocupação de casa seria ainda maior caso o mercado de arrendamento lhe pudesse efectivamente dar maior resposta.

Além disso, a saída de casa não ocorre num vácuo, conjugando-se ou desencontrando-se, portanto, com outras esferas da vida e transições para a vida adulta. Nesta análise concluiu-se que a saída de casa dos pais se realiza nos “antípodas do amor e uma cabana” no sentido em que quanto mais conjugal é a saída de casa dos pais, menor a predisposição para o arrendamento e para situações habitacionais mais temporárias e menos confortáveis. É na informalidade da união e, sobretudo, na saída de casa dos pais sem moldura conjugal, que os jovens têm mais tendência para desvalorizar aspectos relacionados com a qualidade ou conforto da casa em si, e para valorizar a localização, a ausência de crédito, o estilo de vida mais urbano. O *timing* e o destino na saída de casa dos pais são aspectos também dependentes da sincronização profissional, e tal é mais evidente nos casos dos jovens com qualificações mais elevadas e entradas no mercado de trabalho mais estandardizadas, para quem a influência da carreira amorosa na calendarização das suas vidas é menor.

Mantendo uma postura crítica relativamente a propensões para práticas científicas *fechadas* na necessidade de previsão e quantificação da probabilidade de um evento, estas estratégias *combinadas* permitiram também a identificação de momentos ou episódios (presumivelmente raros ou de mais difícil detecção) de *redireccionamento* do curso de vida, a sua agregação temática e sua ilustração com casos individuais. Tal deu visibilidade a outras circunstâncias ou percursos de vida que são mais dificilmente detectáveis em grandes números absolutos, mas que têm fortes e, suspeita-se, recorrentes efeitos nas transições para a vida adulta em Portugal e noutros países europeus. Um desses efeitos está associado à importância que a natureza, número e intervalos das carreiras amorosas, mesmo daquelas que não culminam em qualquer espécie de união conjugal, têm no *timing*, tipo de ocupação e destino da saída de casa. Segundo este bloco de (a)casos, quanto menor o número de relacionamentos e de intervalos entre eles, e um centramento num tipo de conjugalidade mais fusional (Torres, 2002b), maior a sincronização da primeira saída de casa dos pais com a conjugalidade e, portanto, maior a idade média a que tal ocorre. Esta conclusão evoca a necessidade de comparabilidade e variabilidade de “protocolos amorosos” ou “estilos amorosos” nos vários países europeus.

Um segundo bloco trata de episódios de morte e de doença que tendem, consoante os casos, a acelerar ou a travar a autonomia habitacional. Este bloco relembra como a interdisciplinaridade pode ser fortemente benéfica no estudo dos *turning points* nos cursos de vida socialmente estruturados e exemplifica, simultaneamente, como situações de co-

residência podem ser muitas vezes produto de dependência financeira dos pais nos seus filhos. Por fim, o bloco sobre acumulação e conjugação de eventos vem complexificar, por um lado, a forma como a reversibilidade do curso de vida é conceptualizada e operacionalizada nos estudos sobre juventude e, por outro, a forma como a agência é considerada parceira conceptual da reflexividade. Com a apresentação de dois casos, enfatiza-se, portanto, a necessidade de aceder a ou produzir dados longitudinais e holísticos que sejam capazes de abarcar a interdependência, ao longo do tempo, dos acontecimentos de vida. Só estudos dessa natureza poderão dar conta da forma como o conceito de reversibilidade do curso de vida é mais útil se for definido também com base na densidade e acumulação de acontecimentos de vida, que por sua vez podem ter efeitos positivos ou negativos.

Ao longo desta tese defendeu-se e operacionalizou-se a “superioridade dos registos individuais” (Thomas e Znaniecki, 1984 [1928]). Ao concluí-la, tornou-se evidente que mesmo com dados desta natureza, a mobilização de uma unidade de análise que transcenda o nível individual, isto é, ao nível da família e valorizando a compreensão daquilo que Derosas denomina como a “equação doméstica” (2004), a validade teórica de um dos princípios da perspectiva do curso de vida, “linked lives” (Elder, 1994), as possíveis vertentes do método das histórias de vida (“histórias de família”, método de Bertaux e Delcroix, 2000) e, por fim, a tradição da sociologia das classes sociais em Portugal, atenta à família como unidade de análise (Almeida, 1986), teria proporcionado, ou proporcionará em futuras pesquisas, uma compreensão mais completa e menos *temporal-centrista* dos processos de transição para a vida adulta e, de resto, dos cursos de vida no geral.

A vida real é *holística* e, por esse motivo, também esta tese ambicionou sê-lo, não apenas contemplando várias esferas da vida dos jovens, mesmo as menos populares, mas também as várias camadas analíticas envolvidas no processo de transição para a vida adulta. De camada em camada, de capítulo em capítulo, espera-se ter-se dado uma sólida contribuição para a sociologia do curso de vida. Naquele que viria a ser o último artigo lido para esta tese, de Marlis Buchmann e Irene Kriesi (2011) sobre “transição para a vida adulta na Europa”, constavam sugestões para futuras linhas de investigação, as quais são objecto de sistematização. Uma primeira, sugere a análise das transições para a vida adulta como *holísticas*, considerando, portanto, as trajectórias para além das circunscritas à das escola-trabalho ou à das família-família, olhar este que foi posto em prática nomeadamente através da análise da *sequência* e da *sincronização* dos eventos. Uma segunda sugestão vai no sentido de se privilegiar as *trajectórias* face às *transições*, postura que é transversal aos capítulos empíricos deste trabalho, no qual se optou por uma análise diacrónica (vertical) do indivíduo

ao invés de meramente sincrónica (horizontal), mesmo na análise do material mais qualitativo. A terceira sugestão vai no sentido de uma maior exploração das relações entre os *níveis macro e micro sociológicos* (nomeadamente macro- económicos e culturais), aspecto que nesta tese foi objecto de uma leitura crítica, nomeadamente sobre os *saltos interpretativos* ou *atalhos analíticos* que, por vezes, se fazem entre estas duas “camadas”. E, por último, foi sugerida uma maior aposta na recolha de *dados longitudinais e comparativos* entre os vários países europeus. Nesta tese tentou tirar-se o maior proveito possível, através do uso e da construção de variáveis, do módulo “*timing of life and organization of the life course*” do ESS 2006, que apesar de não ser verdadeiramente longitudinal, estreou a comparabilidade entre tantos dos países europeus nesta temática. Pretendeu-se que algumas das contribuições desta tese fossem precisamente ao encontro ao encontro do futuro das pesquisas sobre curso de vida. Mas como Tilly afirmou, “o importante não é providenciar todas as respostas mas sim juntar-se à conversa e mudá-la” (citado por Shanahan e MacMillan, 2008: 294). Com esta tese espera-se ter contribuído para a conversa sobre transparência e pluralismo metodológicos, sociologia do curso de vida, mudança social e transição para a vida adulta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. (s.a.), “Portugal em Mudança”, *Gender and Generations*, (online). Disponível em: <http://www.genderandgenerations.net/docs/PortugalemMudanca.pdf> (acedido em 21 de Fevereiro de 2010).
- AA.VV.b, (s.a.) “Weighting European Social Survey Data”, *European Social Survey*, (online). Disponível em: <http://ess.nsd.uib.no/ess/doc/weighting.pdf> (acedido em 5 de Dezembro de 2010).
- Aassve, Arnstein, Francesco C. Billari, Stefano Mazzucco e Fausta Ongaro (2002), “Leaving home: a comparative analysis of ECHP data”, *Journal of European Social Policy*, vol. 12 (4), pp. 259-275.
- Abbott, Andrew (1995), “Sequence analysis: New Methods for old ideas”, *Annual Review of Sociology*, vol. 21, pp. 93-113.
- Abbott, Andrew (1998), “The causal devolution”, *Sociological Methods & Research*, vol. 27 (2), pp. 148-181.
- Abbott, Andrew (2001), *Time matters. On Theory and Method*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Abbott, Andrew (2005), “The historicity of individuals”, *Social Science History*, vol. 29 (1), pp. 1-3.
- Abbott, Andrew e Angela Tsay (2000), “Sequence Analysis and Optimal Matching Methods in Sociology”, *Sociological Methods & Research*, vol. 29 (1), pp. 3-33.
- Aboim, Sofia (2005), “Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Relações Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança: Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia; Pedro Vasconcelos e Dulce Neves (2011) “Género e Adulcência: continuidade e mudança em três gerações” em Pais, José Machado, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Aisenbrey, Silke e Anette E. Fasang (2010), “New Life for Old Ideas: The "Second Wave" of Sequence Analysis Bringing the "Course" Back Into the Life Course”, *Sociological Methods & Research*, vol. 38 (3), pp. 420-462.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, em Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (Orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes sociais nos campos*, Lisboa, ICS.
- Almeida, João Ferreira de (2007), “Velhos e Novos Aspectos da Epistemologia das Ciências Sociais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 55, pp. 11-24.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1975), “Teoria e investigação empírica nas ciências sociais”, *Análise Social*, vol. XI (2.º-3.º), (42-43), pp. 365-445.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (2007), “Classes sociais e valores em contexto Europeu”, *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

- Almeida, Lia Pappámikail Ribeiro (2009), *Juventude, família e autonomia: entre a norma e os processos de individuação*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Amâncio, Lígia (2007), “Género e divisão do trabalho doméstico: o caso português em perspectiva”, em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- and Agendas*, New York, Routledge.
- Aquilino, William S. (1991), “Family Structure and Home-Leaving: A Further Specification of the Relationship”, *Journal of Marriage and the Family*, vol. 53 (4), pp. 999-1010.
- Arnett, Jeffrey Jensen (2000), “High Hopes in a Grim World: Emerging Adults' Views of their Futures and ‘Generation X’ ”, *Youth & Society*, vol. 31 (3), pp. 267-286.
- Arnett, Jeffrey Jensen e Jennifer Lynn Tanner (Eds.) (2005), *Emerging Adults in America: Coming of Age in the 21st Century*, Washington, American Psychological Association.
- Atkinson, Will (2010) *Class, Individualization and Late Modernity. In search of the reflexive worker*, Palgrave Macmillan.
- Bandeira, Mário Leston (1998), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Bauman, Zygmunt (2001), *The Individualized Society*, Cambridge, Polity Press.
- Bauman, Zygmunt (2009), *The art of life*, Cambridge, Polity Press.
- Beck-Gernsheim, Elisabeth (2002), *Reinventing the family: in search of new lifestyles*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage.
- Beck, Ulrich e Beck-Gernsheim, Elisabeth (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- Becker, Howard S. (1994), “‘Foi por acaso’: Conceptualizing Coincidence”, *The Sociological Quarterly*, vol. 35 (2), pp. 183-194.
- Bell, Andrew J. (2005), “‘Oh yes, I remember it well!’ Reflections on using the life-grid in qualitative interviews with couples”, *Qualitative Sociology Review*, vol.1 (1), pp. 51-67.
- Bernardi, Fabrizio e Teresio Poggio (2004), “Home Ownership and Social Inequality in Italy”, em Kurz, Karin e Hans-Peter Blossfeld (Eds), *Home Ownership and Social Inequality in Comparative Perspective*, California, Stanford University Press.
- Bernardi, Fabrizio e Tiziana Nazio (2005), “Globalization and the transition to adulthood in Italy”, em Blossfeld, Hans-Peter, Erik Klijzing, Melinda Mills e Karin Kurz (Eds.), *Globalization, Uncertainty and Youth in Society*, New York, Routledge.
- Berney, Lee e David Blane (2003), “The Life Grid Method of Collecting Retrospective Information from People at Older Ages”, *Research Policy and Planning*, vol. 21 (2), pp. 13-22.
- Bertaux, Daniel e Catherine Delcroix (2000) “Case histories of families and social processes: enriching sociology” in Chamberlayne, Prue; Joanna Bornat e Tom Wengraft (Eds.) *The turn to biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, London: Routledge, pp. 71-89.

- Bertaux, Daniel e Martin Kohli (1984), “The Life Story Approach: A Continental View”, *Annual Review of Sociology*, vol. 10, pp. 215-237.
- Bertaux, Daniel e Paul Thompson (Eds.) (1997), *Pathways to social class. A qualitative approach to social mobility*, Oxford, Clarendon Press.
- Biggart, Andy e Andreas Walther (2006), “Coping with Yo-Yo-Transitions. Young Adults’ Struggle for Support, between Family and State in Comparative Perspective”, em Leccardi, Cármen e Elisabetta Ruspini (Eds.), *A new youth? Young people, Generations and Family life*, Aldershot, Ashgate.
- Billari, Francesco C. (2001), “The Analysis of Early Life Courses: Complex descriptions of the transition to adulthood”, *Journal of Population Research*, vol. 18 (2), pp. 119-142.
- Billari, Francesco C. (2004), “Becoming an Adult in Europe: A Macro(/Micro)-Demographic Perspective”, *Demographic Research*, Special Collection 3, pp. 15-44.
- Billari, Francesco C. (2005), “The Timing of Life: The organization of the Life Course in Europe”, *European Social Survey*, (online). Disponível em: http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com_content&view=article&id=220:r3-rotating&catid=116:questionnaire&Itemid=309 (acedido em 15 de Fevereiro de 2008).
- Billari, Francesco C. (2009), “The Life Course is Coming of Age” (Editorial), *Advances in life Course Research*, vol. 14 (3), pp. 83-86.
- Billari, Francesco C. e Aart C. Liefbroer (2007), “Should I stay or should I go? The impact of age norms on leaving home”, *Demography*, vol. 44 (1), pp. 181-198.
- Billari, Francesco C., Dimiter Philipov e Pau Baizán (2001), “Leaving home in Europe: the experience of cohorts born around 1960”, Working paper 2001-014, *Max Planck Institute for Demographic Research*, (online). Disponível em: <http://www.demogr.mpg.de/Papers/Working/wp-2001-014.pdf> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Blane, D. B (1996), “Collecting retrospective data: development of a reliable method and a pilot study of its use”, *Social Science and Medicine*, vol. 42 (5), pp. 751-757.
- Blatterer, Harry (2009 [2007]), *Coming of Age in Times of Uncertainty*, New York, Berghahn Books.
- Blossfeld, Hans-Peter e Götz Rohwer (2002), *Techniques of Event History Modeling*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- Blossfeld, Hans-Peter, Erik Klijzing, Melinda Mills e Karin Kurz (Eds.) (2005), *Globalization, Uncertainty and Youth in Society*, New York, Routledge.
- Blossfeld, Hans-Peter, Katrin Golsch e Götz Rohwer (2007), *Event History Analysis with Stata*, New York, Lawrence Erlbaum Associates, Taylor & Francis Group.
- Bourdieu, Pierre (1997 [1993]), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, Pierre (2010 [1979]), *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, Lisboa, Edições 70.
- Box-Steffensmeier, Janet M. e Bradford S. Jones (2004), *Event History Modeling. A Guide for Social Scientists*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bozon, Michel (1990) “Les Femmes et l’écart d’âge entre conjoints. Une domination consentie”, *Population*, 2, p. 327-360.

- Bradley, Harriet (2003 [1996]), *Fractured Identities: Changing Patterns of Inequality*, Cambridge, Polity Press.
- Bradley, Harriet (2008 [2007]), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Bras, Hilde e Jan Kok (2004), “‘Naturally, Every Child Was Supposed to Work’: Determinants of the leaving Home Process in the Netherlands”, em Poppel, Frans van, Michel Oris e James Lee (Eds.), *The Road to Independence. Leaving Home in Western and Eastern Societies, 16th-20th centuries*, Bern, Peter Lang European Academic Publishers.
- Bras, Hilde, Aart C. Liefbroer e Cees H. Elzinga (2010), “Standardization of Pathways to Adulthood? An analysis of Dutch Cohorts Born Between 1850 and 1900”, *Demography*, vol. 47 (4), pp. 1013-1034.
- Breen, Richard (2004), *Social Mobility in Europe*, New York, Oxford University Press.
- Brenann J., Wyndol Furman e Brett Laursen (2011), “Models of Change and Continuity in Romantic Experiences”, em Fincham, Frank D. e Ming Cui (Eds.), *Romantic Relationships in Emerging Adulthood*, New York, Cambridge University Press.
- Breschi, Marco e Matteo Manfredini (2004), “Leaving the Family. Departures from the household in an Italian Rural Context during the Nineteenth-Century”, em Poppel, Frans van, Michel Oris e James Lee (Eds.), *The Road to Independence. Leaving Home in Western and Eastern Societies, 16th-20th centuries*, Bern, Peter Lang European Academic Publishers.
- Brückner, Erika e Karl Ulrich Mayer (1998), “Collecting Life History Data: Experiences from the German Life History Study”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Brückner, Hannah e Karl Ulrich Mayer (2005), “De-Standardization of the Life Course: what it might mean? And if it means anything, whether it actually took place?”, *Advances in Life Course Research*, vol. 9, pp. 27-53.
- Buchmann, Marlis (1989), *The Script of Life in Modern Society: Entry into Adulthood in a Changing World*, Chicago, Chicago University Press.
- Buchmann, Marlis e Irene Krisi (2011), “Transition to Adulthood in Europe”, *Annual Review of Sociology*, 37, pp. 481-503.
- Buck, Nicholas e Jacqueline Scott, (1993), “She's Leaving Home- But Why? An Analysis of Young People Leaving Home”, *Journal of Marriage and the Family*, vol. 55 (4), pp. 863-874.
- Bynner, John (2005), “Rethinking the Youth Phase of the Life-course: The Case of Emerging Adulthood?”, *Journal of Youth Studies*, vol. 8 (4), pp. 367-384.
- Cabral, Manuel Villaverde (1998), “Mobilidade Social e Atitudes de Classe em Portugal”, *Análise Social*, XXXIII (2.º-3.º) (146-147), pp. 381-414.
- Calvo, Henrique Gil (2011) “A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil” em Pais, José Machado, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira (orgs.), *Jovens e Rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, Helena (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.

- Casanova, José Luís e Filipa Menezes (2009), *National Report on Youth Homelessness and Youth at Risk of Homelessness in Portugal*, Lisboa, CIES-ISCTE, (online). Disponível em: http://www.movisie.nl/onderwerpen/internationaal/docs/PT_national_report_2009.pdf (consultado em 12 de Maio de 2011).
- Chamberlayne, Prue, Joanna Bornat e Tom Wengraft (2000), “Introduction: the biographical turn”, em Chamberlayne, Prue, Joanna Bornat e Tom Wengraft (Eds.), *The turn to biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, London, Routledge.
- Chamberlayne, Prue, Michael Rustin e Tom Wengraf (Eds.) (2002), *Biography and Social Exclusion in Europe*, Bristol, The Policy Press.
- Chattoe, Edmund e Nigel Gilbert (1999), “Talking about Budgets: Time and Uncertainty in Household Decision Making”, *Sociology*, vol. 33 (1), pp 85-103.
- Chaves, Miguel (2010), *Confrontos com o Trabalho entre jovens advogados. As novas configurações da inserção profissional*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cherlin, Andrew J., Eugenia Scabini e Giovanna Rossi (1997), “Still in the Nest. Delayed Home Leaving in Europe and the United States”, *Journal of Family Issues*, vol. 18 (6), pp. 572-575.
- Clapham, David (2002), “Housing Pathways: A Post Modern Analytical Framework”, *Housing, Theory and Society*, vol. 19 (2), pp. 57- 68.
- Clausen, John A. (1998), “Life reviews and Life Stories”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course Research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Cohler, Bertram J. e Andrew Hostetler (2002), “Linking Life Course and Life Story. Social Change and the Narrative Study of Lives over Time”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Conde, Idalina (1993), “Falar da Vida (I)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 14, pp. 199-222.
- Conde, Idalina (1993b), “Problemas e Virtudes na defesa da biografia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 13, pp. 39-57.
- Connell, R. W. (1987), *Gender and Power: society, the person and sexual politics*, California, Stanford University Press.
- Connell, R. W. (1994), “Gender regimes and the gender order”, em Giddens, Anthony (org.), *The Polity Reader in Gender Studies*, Cambridge, Polity Press, pp. 29-40.
- Córdon, Juan (1997), “Youth Residential Independence and Autonomy. A comparative Study”, *Journal of Family Issues*, vol. 18 (6), pp. 576-607.
- Corijn, Martine (2001), “Transition to Adulthood: sociodemographic factors”, em Corijn, Martine e Erik Klijzing (Eds.), *Transitions to Adulthood in Europe*, Dordrecht, Kluwer Academic Publications.
- Corijn, Martine e Erik Klijzing (2001), “Transitions to adulthood in Europe: Conclusions and Discussion”, em Corijn, Martine e Erik Klijzing (Ed.), *Transitions to Adulthood in Europe*, Dordrecht, Kluwer Academic Publications.
- Costa, António Firmino da e João Teixeira Lopes (Coord.) et al. (2008), *Os Estudantes e os seus Trajectos no Ensino Superior: Sucesso e Insucesso, Factores e Processos, Promoção de Boas*

- Práticas*, Relatório Final, Lisboa, CIES-ISCTE e IS-FLUP, (online). Disponível em: http://etes.cies.iscte.pt/Ficheiros/relatorio_ETES_completo.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011)
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes Sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 34, pp. 9-43.
- Côté, James (2000), *Arrested Adulthood. The changing nature of maturity and identity*, New York, New York University Press.
- Coulter, Rory, Maarten Van Ham e Peteke Feijten (2010), “A longitudinal Analysis of Moving Desires, Expectations and Actual Moving Behaviours”, IZA Discussion Paper No. 5277, *Institute for the Study of Labor*, (online). Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1700446 (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Cruz, Manuel Braga da (1995) *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos. Antologia de textos*”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cui, Ming, K. A. S. Wickrama, Frederick O. Lorenz e Rand D. Conger (2011), “Linking parental divorce and marital discord to the timing of emerging adults' marriage and cohabitation”, em Fincham, Frank D. e Ming Cui (Eds.), *Romantic Relationships in Emerging Adulthood*, New York, Cambridge University Press.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideias, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Dannefer, Dale (2002), “Toward a Global Geography of the Life Course: Challenges of Late Modernity for Life Course Theory”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Derosas, Renzo (2004), “A family Affair. Marriage, Mobility, and Living Arrangements in Nineteenth-century Venice, 1850-1869”, em Poppel, Frans van, Michel Oris e James Lee (Eds.), *The Road to Independence. Leaving Home in Western and Eastern Societies, 16th-20th centuries*, Bern, Peter Lang European Academic Publishers.
- EGRIS (European Group for Integrated Social Research) (2001), “Misleading Trajectories: Transition Dilemmas of Young Adults in Europe”, *Journal of Youth Studies*, vol. 4 (1), pp. 101-118.
- Elchardus, Mark e Wendy Smits (2006), “The Persistence of the Standardized Life Cycle”, *Time and Society*, vol. 15 (2, 3), pp. 303-326.
- Elder, Glen H. (1974), *Children of the Great Depression*, Chicago, Chicago Press.
- Elder, Glen H. (1975), “Age Differentiation and the Life Course”, *Annual Review of Sociology*, vol.1, pp. 165-190.
- Elder, Glen H. (1985), “Perspectives on the Life Course”, em Elder Jr., Glen H. (Ed.), *Life Course Dynamics. Trajectories and Transitions, 1968-1980*, Ithaca and London, Cornell University Press.
- Elder, Glen H. (1994), “Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course”, *Social Psychology Quarterly*, vol. 57 (1), pp. 4-15.
- Elder, Glen H. (1998), “The Life Course as Developmental Theory”, *Child Development*, vol. 69 (1), pp 1-12..

- Elder, Glen H. e Angela O’Rand (2009), “Adult Lives in a Changing Society”, em Heinz, Walter, Johannes Huinink e Ansgar Weymann (Eds.), *The Life Course Reader: Individuals and Societies Across Time*, Frankfurt, Campus Verlag.
- Elder, Glen H. e Janet Z. Giele (2009), “Life Course Studies: An evolving Field”, em Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press.
- Elder, Glen H., Monica Kirkpatrick Johnson e Robert Crosnoe (2002), “The emergence and Development of Life Course Theory”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Elzinga, Cees H. e Aart C. Liefbroer (2007), “De-standardization of Family-Life Trajectories of Young Adults: A Cross-National Comparison Using Sequence Analysis”, *European Journal of Population*, 23, pp. 225-250.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Esping-Andersen, Gøsta (Ed.) (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-industrial Societies*, London, Sage.
- Eurostat News Release (2009), “Youth in Europe. A statistical portrait of the lifestyle of young people”, (online). Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=STAT/09/177&format=HTML> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Ferreira, Vítor Sérgio e Cátia Nunes (2010), “Transições para a idade adulta”, em Pais, José Machado e Vítor Sérgio Ferreira (Org.), *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Fielding, Nigel G. (2006), “Life History Interviewing”, em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Flick, Uwe (2006), “Triangulation”, em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Ford, Janet, Julie Rugg e Roger Burrows (2002), "Conceptualizing the contemporary role of housing in the transition to adult life in England", *Urban Studies*, 39 (13), 2455-2467.
- Freedman, Deborah, Arnald Thornton, Donald Camburn, Duane Alwin e Linda Young De Marco (1988), “The life History Calendar: A technique for Collecting Retrospective data”, *Sociological Methodology*, vol. 18, pp. 37-68.
- Furlong, Andy (Ed.) (2009), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Furlong, Andy e Fred Cartmel (2007 [1997]), *Young People and Social Change*, New York, Open University Press.
- Furstenberg, Frank (2002), “Reflections on the Future of the Life Course”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Furstenberg, Frank (2005), “Non-normative Life Course Transitions: Reflections on the significance of demographic events on lives”, *Advances in Life Course Research*, vol.10, pp. 155–172.
- Furstenberg, Frank F., Rubén G. Rumbaut e Richard A. Settersten Jr. (2005), “On the Frontier to Adulthood: Emerging Themes and New Directions”, em Settersten Jr, Richard A., Frank F.

- Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Fussel, Elizabeth e Frank F. Furstenberg (2005), “The Transition to Adulthood during the twentieth Century”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Galland, Olivier (1984), *Les jeunes*, Paris, Éditions La Découverte.
- Galland, Olivier (1991), *Sociologie de la jeunesse. L'entrée dans le vie*, Paris, Armand Colin.
- Gauthier, Anne H. e Frank F. Furstenberg (2005), “Historical Trends in Patterns of Time Use Among Young Adults in Developed Countries”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Gecas, Viktor (2002), “Self-agency and the life course”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- George, Linda K. (1993), “Sociological Perspectives on Life Transitions”, *Annual Review of Sociology*, Vol. 19, pp. 353-373.
- George, Linda K. (2002), “Life Course Research. Achievements and Potential”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- George, Linda K. (2009), “Conceptualizing and measuring Trajectories”, em Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press.
- Ghiglione R. e B. Matalon (1992), *O Inquérito. Teoria e prática*, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (2001 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Giele, Janet Z. (1998), “Innovation in the typical life course”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Giele, Janet Z. (2009), “Life Stories to Understand Diversity: Variations by Class, Race and Gender”, em Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press.
- Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (1998), “Life Course Research: Development of a Field”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.) (1998b), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Gierveld, Jenny de Jong, Aart C. Liefbroer e Erik Beekink (2001), “The Effect of Parental Resources on Patterns of Leaving Home Among Young Adults in the Netherlands”, *European Sociological Review*, vol. 7 (1), pp. 55-71.
- Goffman, Erving (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio de Água.
- Goldscheider, Frances (2000), “Why study young adult living arrangements? A view of the second demographic transition”, Paper apresentado no Workshop *Leaving Home: an European Focus*, no Max Planck Institute for Demographic Research, 6 a 8 de Setembro de 2000, Rostock, Alemanha.

- Goldscheider, Frances e Calvin Goldscheider (1993), *Leaving Home Before Marriage: Ethnicity, Familism and Generational relationships*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Goldscheider, Frances e Calvin Goldscheider (1999), *The Changing Transition to Adulthood. Leaving and Returning Home*, London, Sage.
- Goode, W. J. (1959). "The theoretical importance of love", *American Sociological Review*, vol. 24, pp. 38-47.
- Goodwin, John e Henrietta e O'Connor (2009), "Youth and Generation: in the Midst of an Adult World", em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Goodwin, John e Henrietta O'Connor (2005), "Exploring Complex Transitions: Looking Back at the 'Golden Age' of From School to Work", *Sociology*, vol. 39 (2), pp. 201-220.
- Gordon, Tuula e Elina Lahelma (2002), "Becoming an Adult: Possibilities and Limitations - Dreams and Fears", *Young*, Vol. 10 (2), pp. 2-18.
- Guerreiro, Maria das Dores e Elsa Pegado (Coords.), Sandra Mateus, Inês Pereira, Pedro Abrantes, Pedro, Maria Abranches, Rita Coelho, João Canhoto (2006), *Os Jovens e o mercado de Trabalho. Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*, Lisboa, DGEEP.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas*, Lisboa, DGEEP.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2005), "Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20 (58), pp. 157-175.
- Guerreiro, Maria das Dores, Frederico Cantante e Margarida Barroso (2009), *Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações*, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes e Inês Pereira (2009), "Changing contexts, enduring roles? Working parents in Portuguese public and private sector organizations", in Suzan Lewis, Julia Brannen e Ann Nilsen (eds.), *Work, Families and Organisations in Transition*, Bristol, Polity Press, pp. 149-165
- Guerrero, Teresa Jurado (2001), *Youth in Transition: Housing, Employment, Social Policies and Families in France and Spain*, Hampshire, Ashgate.
- Hareven, Tamara (1991), "The home and the family in historical perspective", *Social Research*, vol. 58 (1), pp. 253-285.
- Hareven, Tamara K. (Ed.) (1978), *Transitions. The family and the life course in a historical perspective*, New York, Academic Press.
- Hareven, Tamara K. e Kathleen Adams (2004), "Leaving Home: Individual or Family Strategies", em Poppel, Frans van, Michel Oris e James Lee (Eds.), *The Road to Independence. Leaving Home in Western and Eastern Societies, 16th-20th centuries*, Bern, Peter Lang European Academic Publishers.
- Hauge, Åshild Lappegard e Arnulf Kolstad, (2007), "Dwelling as an Expression of Identity. A Comparative Study Among Residents in High-Priced and Low-Priced Neighbourhoods in Norway", *Housing, Theory and Society*, vol. 24 (4), pp. 272-292.

- Heath, Sue (2009), "Young, Free and Single?", em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Heath, Sue e Elisabeth Cleaver (2003), *Young, Free and Single? Twenty-somethings and Household Change*, New York, Palgrave MacMillan.
- Heath, Sue e Liz Kenyon (2001), "Single Young Professionals and Shared Household Living Single", *Journal of Youth Studies*, vol. 4 (1), pp. 83-100.
- Heinz, Walter (2003), "Combining Methods in Life-Course Research: a Mixed Blessing?", em Heinz, Walter e Victor Marshall, *Social Dynamics of the Life Course. Transitions, Institutions and Interrelations*, New York, Walter de Gruyter.
- Heinz, Walter (2009), "Youth Transitions in an Age of Uncertainty", em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Helderman, Amanda C. (2007), "Once a homeowner, always a homeowner? An analysis of moves out of owner-occupation", *Journal of Housing and the Built Environment*, 22, pp. 239-261.
- Henderson, Sheila, Janet Holland, Sheena McGrellis, Sue Harper e Rachel Thomson (2009 [2007]), *Inventing Adulthoods. A Biographical Approach to Youth Transitions*, London, Sage.
- Hewson, Claire (2006), "Mixed Methods Research", em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Hill, Martha S., Wei-Jun J. Young e Greg J. Duncan (1996), "Timing of Childhood Events and Early-Adult Household Formation", em Graber, Julia A. e Judith Semon Dubas (Eds.), *Leaving Home: Understanding the Transition to Adulthood*, São Francisco, Jossey-bass Publishers.
- Hogan, Dennis P. (1978), "The Variable Order of Events in the Life Course", *American Sociological Review*, vol. 43 (4), pp. 573-586.
- Hogan, Dennis P. (1980), "The Transition to Adulthood as a Career Contingency", *American Sociological Review*, vol. 45 (2), pp. 261-276.
- Hogan, Dennis P. e Carrie E. Spearin (2009), "Collecting and Interpreting Life Records", em Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press.
- Hogan, Dennis P. e Frances K. Goldscheider (2002), "Success and Challenge in Demographic Studies on the Life Course", em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Hogan, Dennis P. e Nan Marie Astone (1986), "The Transition to Adulthood", *Annual Review of Sociology*, vol. 12, pp. 109-130.
- Holdsworth, Clare (2005), "'When are the Children going to Leave Home!': Family Culture and Delayed Transitions in Spain", *European Societies*, vol. 7 (4), pp. 547-566.
- Holdsworth, Clare (2006), "'Don't you think you're missing out, living at home? Student experiences and residential transitions", *The Sociological review*, vol. 54 (3), pp. 495-519.
- Holdsworth, Clare, David Voast e Mark Tranmer (2002), "Leaving Home in Spain: When, Where and Why?", *Regional Studies*, vol. 36 (9), pp. 989-1004.
- Horowitz, Ava D. e Rachel D. Bromnick (2007), "'Contestable Adulthood': Variability and Disparity in Markers for Negotiating the Transition to Adulthood", *Youth & Society*, vol. 39 (2), pp. 209-

- Hullen, Gert (2000), "Measures of leaving the parental home", Workshop *Leaving Home – a European Focus*, Max Planck Institute for Demographic Research, 6 a 8 de Dezembro de 2000, Rostock. Disponível em: http://www.demogr.mpg.de/Papers/workshops/000906_paper08.pdf, (acedido em 18 de Novembro de 2010).
- Iacovou, Maria (2001), "Leaving Home in the European Union", Working Paper 2001-18 of the Institute for Social and Economic Research, Colchester, University of Essex. Disponível em: http://www.iser.essex.ac.uk/files/iser_working_papers/2001-18.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Ineichen, B. (1981), "The housing decisions of young people", *British Journal of Sociology*, vol.3 (2), pp. 252-258.
- Janesick, Valerie (2010), *Oral History for the Qualitative Researcher. Choreographing the Story*, New York, The Guilford Press.
- Jensen, Mette (2006), "Mobility among young urban dwellers", *Young*, vol. 14 (4), pp. 343-361.
- Jones, Gill (1995), *Leaving Home*, Buckingham, Open University Press.
- Jones, Gill (2001), "Fitting Homes? Young People's Housing and Household Strategies in Rural Scotland", *Journal of Youth Studies*, vol. 41 (1), pp. 41-62.
- Jones, Gill (2002), *The Youth Divide: Diverging paths to adulthood*, York, Joseph Rowntree Foundation.
- Jones, Gill (2003), "Youth, Dependence and the Problem of Support", em Cunningham-Burley, Sarah e Lynn Jamieson (Eds.), *Families and the State: Changing Relations*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Jones, Gill e Claire Wallace (1992), *Youth, Family and Citizenship*, Buckingham, Open University Press.
- Jupp, Victor (2006), "Reflexivity", em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Karweit, Nancy e David Kertzer (1998), "Data organization and Conceptualization", em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Kaufmann, Jean-Claude (1999), *A mulher só e o príncipe encantado: inquérito sobre a vida a solo*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Kenyon, Elizabeth and Sue Heath (2001), "Choosing This Life: Narratives of Choice amongst House Sharers", *Housing Studies*, vol. 16 (5), pp. 619-635.
- Klijzing, Erik (2005), "Globalization and the early life course. A description of selected economic and demographic trends", em Blossfeld, Hans-Peter, Erik Klijzing, Melinda Mills e Karin Kurz (Eds.), *Globalization, Uncertainty and Youth in Society*, New York, Routledge.
- Kohli, Martin (1985), "Die Institutionalisierung des Lebenslaufs" (The Institutionalisation of the life course), *Kolner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* (Cologne Journal for Sociology and Social Psychology), vol. 37, pp. 1-29.

- Kugelberg, Clarissa (2000), “Young adult life with and without limits. Different discourses around becoming adult among Swedish young people”, *Young*, vol. 8 (36), pp. 36-53.
- Kurz, Karin e Hans-Peter Blossfeld (2004), “Introduction: Social Stratification, Welfare Regimes, and Access to Home Ownership”, em Kurz, Karin e Hans-Peter Blossfeld (Eds), *Home Ownership and Social Inequality in Comparative Perspective*, California, Stanford University Press.
- Kurz, Karin e Hans-Peter Blossfeld (2004b), “Summary and Conclusions”, em Kurz, Karin e Hans-Peter Blossfeld (Eds), *Home Ownership and Social Inequality in Comparative Perspective*, California, Stanford University Press.
- Lahire, Bernard (2004 [2002]), *Retratos Sociológicos. Disposições e Variações Individuais*, Porto Alegre, Artmed.
- Lahire, Bernard (2005), “Patrimónios Individuais de Disposições. Para uma sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42.
- Laub, John H. E Robert J. Sampson (1998), “Integrating quantitative and qualitative data”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Leccardi, Cármen (1995), “Growing up in Southern Italy. Between Tradition and Modernity”, em Chisholm, Lynne, Peter Büchner, Heinz-Herman Krüger, Manuela du Bois-Reymond (Eds.), *Growing up in Europe. Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*, Berlim, Walter de Gruyter.
- Leccardi, Cármen (2006), “Facing Uncertainty. Temporality and Biographies in the New century”, em Leccardi, Cármen, Ruspini, Elisabetta (Eds.), *A New Youth? Young people, generations and family life*, Aldershot, Ashgate.
- Leccardi, Cármen; Ruspini, Elisabetta (2006) “Introduction” in Leccardi, Cármen; Ruspini, Elisabetta (eds.), *A New Youth? Young people, generations and family life*, Ashgate, Aldershot, pp. 1-11.
- Levinson, Daniel J., et al. (1978), *The seasons of a man's life*, New York, Ballantine Books.
- Liefbroer, Aart C. (2005), “Changes in the transition to adulthood in Europe: An empirical analysis of changes among cohorts born between in the 1950's and 1960's in Europe and among Dutch cohorts born between 1900 and 1982”, Report for the Robert Bosch Foundation, (online). Disponível em: <https://www.nidi.knaw.nl:10011/en/output/2005/rbs-2005-adulthood.pdf/rbs-2005-adulthood.pdf> (acedido em 26 de Maio de 2010).
- Liefbroer, Aart C. (2009), “From Youth to Adulthood: Understanding Changing Patterns of Family Formation From a Life Course Perspective”, em Heinz, Walter, Johannes Huinink e Ansgar Weymann (Eds.), *The Life Course Reader. Individuals and Societies Across Time*, Frankfurt, Campus Verlag.
- Lobo, Cristina (2005), “Famílias Recompuestas. Revisitar a produção americana (1930-2000)”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 91-114.
- Lopes, João Teixeira (2002), “Razão, corpo e sentimento na teoria social contemporânea”, *Sociologia*, 12, pp. 57-64.
- Machado, Fernando Luís (2009), "Meio Século de Investigação Sociológica em Portugal - uma Interpretação Empiricamente Ilustrada", *Sociologia*, vol. 19, pp. 283-343.

- Machado, Fernando Luís e Alexandre Silva (2009), *Quantos caminhos há no mundo? Transições para a vida adulta num Bairro Social*, Cascais, Príncipeia.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma Modernidade Inacabada”, em Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (Org.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.
- Macmillan, Ross e Scott R. Eliason (2002), “Characterizing the Life Course as Role Configurations and Pathways. A latent structure approach”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Manning, Wendy D., Peggy C. Giordano, Monica A. Longmore e Andrea Hocevar (2011), “Romantic Relationships and Academic/Career Trajectories in Emerging Adulthood”, em Fincham, Frank D. e Ming Cui (Eds.), *Romantic Relationships in Emerging Adulthood*, New York, Cambridge University Press.
- Marini, Margaret Mooney (1984), “The Order of Events in the Transition to Adulthood”, *Sociology of Education*, vol. 57 (2), pp. 63-84.
- Martins, Nuno e Ernesto Villanueva (2006), *Does limited access to mortgage debt explain why young adults live with their parents?*, Documentos de Trabajo nº 0628, Madrid, Banco de España, (online). Disponível em: <http://www.bde.es/webbde/Secciones/Publicaciones/PublicacionesSeridas/DocumentosTrabajo/06/Fic/dt0628e.pdf> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Mauritti, Rosário (2009), *Viver só, Mudança Social e Estilos de Vida*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Mayer, Karl Ulrich (2009), “New Directions in Life Course Research”, Working paper 122, Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung, (online). Disponível em: <http://www.mzes.uni-mannheim.de/publications/wp/wp-122.pdf> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Mayer, Karl Ulrich e Urs Schoepflin (1989), “The State and the Life Course”, *Annual Review of Sociology*, vol. 15, pp. 187-209.
- Maynes, Maru Jo (2004), “Leaving Home in Metaphor and Practice. The Roads to Social Mobility and Political Militancy in European Working-Class Autobiography”, em Poppel, Frans van, Michel Oris e James Lee (Eds.), *The Road to Independence. Leaving Home in Western and Eastern Societies, 16th-20th centuries*, Bern, Peter Lang European Academic Publishers.
- McLeod, Jane e Elbert P. Almazan (2002), “Connections between Childhood and Adulthood”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- McLeod, Julie e Rachel Thomson (2009), *Researching Social Change. Qualitative Approaches*, London, Sage.
- Melo, Inês Quental e (2007), *O mercado de Arrendamento. Principais Oportunidades e Fragilidades face ao Mercado de Habitação Própria*, Dissertação de Mestrado em Engenharia do Território, Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Mendes, Rita Veloso (2007), “A parentalidade experimentada no masculino: as vivências da paternidade”, CIES e-Working Paper N.º 22/2007, Lisboa, CIES-ISCTE, (online). Disponível em:

- http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP22_Mendes_.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Merton, Robert (1968) *Social Theory and Social Structure*, New York, Free Press.
- Miller, Robert (2007), “Using Family Histories to Understand the Intergenerational Transmission of Chronic Poverty”, CPRC Working Paper 103, *Chronic Poverty Research Center*, (online). Disponível em: http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/WP103_Miller.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Mills, Melinda (2007), “Individualization and the life course: towards a theoretical model and empirical evidence”, em Howard, Cosmo (org.), *Contested Individualization*, Toronto, Palgrave Macmillan.
- Mills, Melinda (2011), *Introducing Survival and Event History Analysis*, London, Sage.
- Mills, Melinda e Hans-Peter Blossfeld (2005), “Globalization, Uncertainty and the early life course. A theoretical Framework”, em Blossfeld, Hans-Peter, Erik Klijzing, Melinda Mills e Karin Kurz (Eds.), *Globalization, Uncertainty and Youth in Society*, New York, Routledge.
- Mitchell, Barbara A. (2007 [2006]), *The Boomerang Age: Transitions to Adulthood in Families*, New Jersey, Transaction Publishers.
- Molgat, Marc (2007), “Do Transitions and Social Structures Matter? How 'Emerging Adults' Define Themselves as Adults”, *Journal of Youth Studies*, vol. 10 (5), pp. 495-516.
- Mortimer, Jeylan T. (2009), “Changing Experiences of Work”, em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.) (2002), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Mouw, Ted (2005), “Sequences of Early Adult Transitions: A look at Variability and Consequences”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Mulder, Clara H. (2003), “The Housing Consequences of Living Arrangement Choices in Young Adulthood”, *Housing Studies*, vol.18 (5), 703-719.
- Mulder, Clara H. (2009), “Leaving the Parental Home in Young adulthood”, em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Myers, Scott (1999), “Residential Mobility as a way of life: Evidence of Intergenerational Similarities”, *Journal of Marriage and the Family*, vol. 61 (4), pp. 871-880.
- Nave-Herz, Rosemarie (1997), “Still in the Nest. The Family and Young Adults in Germany”, *Journal of Family Issues*, vol. 18 (6), pp. 671-689.
- Newman, Katherine e Sofya Aptekar (2006), “Sticking around: Delayed Departure from the parental Nest in Western Europe”, Working paper, Network on Transitions to Adulthood Research. Disponível em: <http://www.transad.pop.upenn.edu/downloads/newman-formatted.pdf> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Nico, Magda (2005), *Quem não casa também quer casa: a conquista de autonomia habitacional na construção das identidades d@s jovens e das (in)dependências familiares*, Dissertação de Mestrado em Família e Sociedade, Lisboa, ISCTE-IUL.

- Nico, Magda (2008), “(Des)Incentivos ao Arrendamento por Jovens”, em Laureano, Raul M.S. e Helena Matos Soares (Eds.), *Perspectivas do Crédito à habitação – 2008, Número Especial da Coleção Temas em Métodos Quantitativos*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Nico, Magda (2008b), “Conjugality and Transition to Adulthood”, *ISA Research Committee on Family Research, RC06, “Family Diversity and Gender”*, ISCSP-UTL, 9 a 13 Setembro, 2008, Lisboa. Disponível em CD e em: http://ess.cies.iscte.pt/content/documents/conjugalityandtransition_magdanico_setembro2008.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Nico, Magda (2009), *Report on Youth Lifestyles and Living Conditions*, European Knowledge Centre for Youth Policy (EKCYP) of the Partnership Programme between the Council of Europe and the European Commission in the Field of Youth. Disponível em: http://youth-partnership.coe.int/youth-partnership/documents/EKCYP/Youth_Policy/docs/Better_understanding/Research/Report_Lifestyles_and_Living_Conditions.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Nico, Magda (2009b), “Carreiras e Eventos na Idade Jovem Adulta: Uma análise exploratória da Transição para a Aduldez”, CIES e-Working Paper N° 77, Lisboa, CIES-ISCTE, (online). Disponível em: <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP77Nico.pdf> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Nico, Magda (2010), “Individualized Housing Careers in Early Adulthood: Conditions and Constraints in a Familistic Society”, *Sociological Research Online*, (online), vol. 15 (1), Sage. Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/15/1/6.html> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Nico, Magda (2010b), “Recensão de Rachel Thomson, *Unfolding Lives. Youth, Gender and Change*, Bristol, Policy Press, 2009”, *Análise Social*, vol. XLV (4.º) (197), pp. 800-804.
- Nico, Magda (2010c), "A massificação da precariedade juvenil", *Le Monde Diplomatique- edição portuguesa*, II Série, 45, p. 5.
- Nico, Magda Lalanda (2011b), “Young Adults of the Great Recession: Individual and historical times, present and future biographies”, CIES e-Working N° 105, Lisboa, CIES-ISCTE, (online). Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP_105Nico.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Nico, Magda, (2011), “O mix dos factores culturais e institucionais nas transições para a vida adulta nos países do Sul da Europa: “benção” analítica ou maldição política?”, paper apresentado no Colóquio *Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, acções*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2 de Junho de 2011, Lisboa. Brevemente disponível no site do Observatório Permanente da Juventude.
- Norris, Michelle e Patrick Shiels, (2007), “Housing inequalities in an enlarged European Union: patterns, drivers, implications”, *Journal of European Social Policy*, vol. 17, pp. 65-76.
- O’Connor, Pat; Janet Smithson and Maria das Dores Guerreiro (2002) “Young People’s awareness of gendered realities” em Brannen, Julia; Suzan Lewis, Anne Nilsen e Janet Smithson, *Young Europeans, work and Family, Futures in transition*, London, Routledge.
- O’Rand, Angela (2009), “Cumulative Processes in the Life Course”, em Elder Jr., Glen H. e Janet Z. Giele (Eds.), *The Craft of the Life Course Research*, New York, The Guilford Press.

- O’Rand, Angela M. (1998), “The craft of the Life Course Studies”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- O’Rand, Angela M. (2002), “The Future of the Life Course. Late Modernity and Life Course Risks”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- O’Rand, Angela M. and Margaret L. Krecker (1990), “Concepts of the Life Cycle: Their History, Meanings, and Uses in the Social Sciences”, *Annual Review of Sociology*, vol. 16, pp. 241-262.
- Oinonen, Erikka (2004), *Finnish and Spanish Families in Converging Europe*, Tampere, Cityoffset Oy.
- Oliveira, Luísa e Helena Carvalho (2010), *Regulação e Mercado de Trabalho*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Orr, Dominic, Klaus Schnitzer, Edgar Frackmann. (2008), *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe, Synopsis of indicators, Final report : Eurostudent III 2005–2008*, Bielefeld, W. Bertelsmann Verlag.
- Osgood, Wayne D., Gretchen Ruth, Jacquelynne S. Eccles, Janis E. Jacobs e Bonnie L. Barber (2005), “Six Paths to Adulthood: Fast Starters, Parents without careers, Educated Partners, Educated Singles, Working Singles, and Slow Starters”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Pais, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude: alguns contributos”, *Análise Social*, Vol. 25 (105, 106), pp. 139-165.
- Pais, José Machado (1991), *Formas sociais de transição para a vida adulta: os jovens através dos seus quotidianos*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Pais, José Machado (1995), “Growing up on the EU Periphery: Portugal”, em Chisholm, Lynne, Peter Büchner, Heinz-Herman Krüger e Manuela du Bois-Reymond (Eds.), *Growing up in Europe. Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*, Berlim, Walter de Gruyter.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado (2003 [1993]), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (2010), “Cursos de vida, padronizações e disritmias”, em Pais, José Machado e Vítor Sérgio Ferreira (Org.), *Tempos e Transições de Vida. Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (Coord), Manuel Villaverde Cabral (1998), *Jovens Portugueses de Hoje, s.l.*, Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, José Machado e Vítor Sérgio Ferreira (Org.) (2010), *Tempos e Transições de Vida. Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pappámikail, Lia (2004), “Relações Intergeracionais, apoio familiar e Transições juvenis para a vida adulta”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 91-116.
- Parry, Odette, Carolyn Thomson e Gerry Fowkes (1999), “Life Course Data Collection: Qualitative Interviewing using the Life Grid”, *Sociological Research Online*, vol. 4 (2). Disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/4/2/parry.html> (acedido em 12 de Maio de 2011).

- Payne, Geoff (2006), "Methodological Pluralism", em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Pereira, Sandra Marques (2010), *Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Pickvance, C. e K. Pickvance (1994), "Towards a strategic approach to housing behaviour: a study of young people's housing strategies in South-East England", *Sociology*, 28 (3), pp. 657-677.
- Plug, Wim e Manuela du-Bois Reymond (2006), "Transition patterns between structure and agency", em Walther, Andreas, Manuela du-Bois-Reymond e Andy Biggart (Eds.), *Participation in Transition. Motivation of young Adults in Europe for learning and Working*, Frankfurt, Peter Lang European Academic Publishers.
- Poirier, Jean, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybaut (1999 [1983]), *Histórias de vida. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- Pollock, Gary (2002), "Contingent Identities: Updating the Transitional Discourse", *Young*, vol.10 (1), pp. 59-72.
- Pollock, Gary (2007), "Holistic trajectories: a study of combined employment, housing and family careers using multiple sequence analysis", *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 170 (1), pp. 167-183.
- Raffe, David (2009), "Explaining Cross-National Differences in Education-to-Work Transitions", em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Regalia, Camillo, Margherita Lanz, Semira Tagliabue e Claudia Manzi (2011), "Family Differentiation in Emerging Adulthood: The Role of Romantic Relationships", em Fincham, Frank D. e Ming Cui (Eds.), *Romantic Relationships in Emerging Adulthood*, New York, Cambridge University Press.
- Reifman, Alan (2011), "Romantic Relationship in Emerging Adulthood: Conceptual Foundations", em Fincham, Frank D. e Ming Cui (Eds.), *Romantic Relationships in Emerging Adulthood*, New York, Cambridge University Press.
- Rindfuss, Ronald R. (1991), "The young adult years: diversity, structural change and fertility", *Demography*, vol. 28 (4), pp. 493-512.
- Rindfuss, Ronald R., C. Gray Swicegood e Rachel A. Rosenfeld (1987), "Disorder in the Life Course: How Common and Does it Matter?", *American Sociological Review*, vol. 52 (6), pp. 785-801.
- Roldão, Cristina (2008), "Testando modelos de operacionalização: uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes no quadro do European Social Survey - Round 2 (2004)", CIES e-Working Paper N° 55/2008, Lisboa, CIES-ISCTE, (online). Disponível em: <http://cies.iscte.pt/publicacoes/ficha.jsp?pkid=1950> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Roldão, Cristina (2010), "Regularidades e Emergência. Notas sobre a explicação sociológica a partir de uma pesquisa não extensiva" CIES e-Working Paper N° 100/2010, Lisboa, CIES-ISCTE, (online). Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP100_Roldao.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Ronald, Richard (2007), "The social production of homeownership: Towards a Typology", paper

- apresentado *International Conference on Sustainable Urban Areas*, European Network for Housing Research, 25 a 28 de Junho de 2007, Roterdão.
- Roseneil, Sasha (2005), “Living and loving beyond the boundaries of the heteronorm: a queer analysis of personal relationships in the 21st century”, em McKie, Linda, Sarah Cunningham-Burley e Jo Campling, *Families Society. Boundaries and Relationship*, Edimburgo, Policy Press. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2007-05-29-roseneil-en.html> (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Rossi, Giovanna (1997), “The Nestlings. Why Young adults Stay at Home Longer: the Italian Case”, *Journal of Family Issues*, vol. 18 (6), pp. 627-644.
- Rustin, Michael (2002), “Reflections on the biographical turn in social science”, em Chamberlayne, Prue, Joanna Bornat e Tom Wengraft (Eds.), *The turn to biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, London, Routledge.
- Sapsford, Roger (2006), “Methodology”, em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Schoeni, Robert F. e Karen E. Ross (2005), “Material Assistance from Families during the Transition to Adulthood”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Scott, Jacqueline e Duane Alwin (1998), “Retrospective Versus Prospective Measurement of Life Histories in Longitudinal Research”, em Giele, Janet Z. e Glen H. Elder Jr. (Eds.), *Methods of Life Course research. Qualitative and Quantitative Approaches*, California, Sage.
- Settersten Jr., Richard A. (2002), “Age structuring and the rhythm of the Life Course”, em Mortimer, Jeylan T. e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications.
- Settersten Jr., Richard A. (2005), “Social Policy and the Transitions to Adulthood: Toward Stronger Institutions and Individual Capacities”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Settersten Jr., Richard A. e Barbara E. Ray (2010), *Not quite adults: Why 20-somethings are choosing a slower path to adulthood, and why it's good for everyone*, New York, Bantam Books Trade Paperbacks.
- Settersten Jr., Richard A. e Karl Ulrich Mayer (1997), “The Measurement of Age, Age Structuring, and the Life Course”, *Annual Review of Sociology*, vol. 23, pp. 233-261.
- Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.) (2005), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Shanahan, Michael J e Ross MacMillan (2008), *Biography and the Sociological Imagination. Contexts and Contingencies*, New York, W. W. & Company, Inc.
- Shanahan, Michael J. (2000), “Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective”, *Annual Review of Sociology*, vol. 26, pp. 667-692.
- Shanahan, Michael J. and Erik J. Porfeli (2007), “Chance Events in the Life Course”, *Advances in the Life Course Research*, vol. 11, pp. 97-119.

- Shanahan, Michael J., Erik J. Porfeli, Jeylan T. Mortimer e Lance D. Erickson (2005), “Subjective Age identity and the Transitions to Adulthood: When Do Adolescents Become Adults?”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Sherrod, Lonnie R. (1996), “Leaving Home: The role of Individual and Familial factors”, em Graber, Julia A. e Judith Semon Dubas (Eds.), *Leaving Home: Understanding the Transition to Adulthood*, São Francisco, Jossey-bass Publishers.
- Sironi, Maria (2009), “A century of Transitions to Adulthood in Europe: a comparative analysis”, paper apresentado na XXVI *International Population Conference of the International Union for the Scientific Study of Population*, IUSSP, 27 de Setembro a 02 de Outubro de 2009, Marraqueche. Disponível em: <http://iussp2009.princeton.edu/download.aspx?submissionId=90810> (acedido em 26 de Maio de 2010).
- Smith, Herbert L. (2008), “Advances in Age Period Cohort Analysis”, *Sociological Methods Research*, vol. 36, pp. 287-296.
- Smith, Joan (Ed.) (2009), *A comparative Report on Youth Homelessness and Social Exclusion in the Czech Republic, the Netherlands, Portugal and the UK*, (online). Disponível em: http://www.movisie.nl/onderwerpen/internationaal/docs/Comparative_report_July_2009.pdf (acedido em 12 de Maio de 2011).
- Smith, Tom W. (2005), “Generation Gaps in Attitudes and Values from the 1970s to the 1900s”, em Settersten Jr., Richard A., Frank F. Furstenberg Jr. e Rubén G. Rumbaut (Eds.), *On the Frontier of Adulthood*, Chicago, Chicago Press.
- Sousa, Filomena (2008), “O que é ser adulto? – As práticas e as representações sociais – a Sociologia do Adulto”, em *Actas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, APS.
- Staller, Karen, Ellen Block e Pilar S. Horner (2008), “History of Methods in Social Science Research”, em Hese-Biber, Sharlene Nagy e Patricia Leavy (Ed.), *Handbook of Emergent Methods*, New York, Guilford Press.
- Stanley, Scott M., Galena K. Rhoades e Frank D. Fincham (2011), “Understanding Romantic Relationships Among Emerging Adults: The significant Roles of Cohabitation and Ambiguity”, em Fincham, Frank D. e Ming Cui (Eds.), “Romantic Relationships in Emerging Adulthood”, New York, Cambridge University Press.
- Stouffer, S. A., E. A. Suchman, L. C. DeVinney, S. A. Star e R. M. Williams Jr. (1949), *The American Soldier. Vol I. Adjustment during army life*, Princeton, Princeton University Press.
- Swartz, Teresa Toguchi e Kirsten Bengton O’Brien (2009), “Intergenerational Support During the Transition to Adulthood”, em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Tanner, Jennifer Lynn e Jeffrey Jensen Arnett (2009), “The Emergence of ‘Emerging Adulthood’: the New Life Stage Between Adolescence and Young Adulthood”, em Furlong, Andy (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York, Routledge.
- Thomas, William I. e Florian Znaniecki (1984 [1928]), *The Polish Peasant in Europe and America*,

- Chicago, University of Illinois Press.
- Thompson, Paul (2003 [1998]), “The Voice of the Past: oral history”, em Perks, Robert e Alistair Thomson, *The Oral History Reader*, London, Routledge.
- Thompson, Paul (2004), “Researching family and social mobility with two eyes: some experiences of the interaction between qualitative and quantitative data”, *International Journal of Social Research Methodology*, vol. 7 (3), pp. 237-257.
- Thomson, Rachel (2007), “Chapter 3. A biographical perspective”, em Kehily, Jane Mary, *Understanding youth: perspectives, identities and practices*, London, Sage e Open University Press.
- Thomson, Rachel (2009), *Unfolding Lives: Youth, gender and change*, Bristol, Polity Press.
- Thomson, Rachel, Robert Bell, Janet Holland, Sheila Henderson, Sheena McGrellis, e Sue Sharpe (2002), “Critical Moments: Choice, Chance and Opportunity in Young People’s Narratives of Transition”, *Sociology*, vol. 36, (2), pp. 335-354.
- Thorsell, Birgitta (2002), “Love and emancipation”, em Chamberlayne, Prue, Joanna Bornat e Tom Wengraft (Eds.), *The turn to biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, London, Routledge.
- Torres, Anália (1987) “Amores e Desamores. Para uma análise sociológica das relações afectivas”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº3, pp. 21- 33.
- Torres, Anália (1996), “Família”, em Almeida, João Ferreira, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira e João Sedas Nunes (1996), *Jovens de hoje e de aqui: resultados do inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Torres, Anália (1996b), “Trabalho e profissão”, em Almeida, João Ferreira, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira e João Sedas Nunes (1996), *Jovens de hoje e de aqui: resultados do inquérito à juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Torres, Anália (1997), “Casar, porque não?” em Pais, José Machado e Lynne Chisholm (Coord.), *Jovens em mudança / Actas do Congresso Internacional “Growing up between centre and periphery”*, Lisboa, 2-4 de Maio de 1996, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal: uma análise sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2002b), “Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos”, *Análise Social*, nº 163, pp. 569-602.
- Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho: Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2004b) “Amor e Ciências Sociais”, *Revista Travessias*, pp. 15

- Torres, Anália (2010), “Mudanças na família. O privado na agenda pública”, Provas de Agregação em Sociologia (Lição de síntese). Disponível em <http://analiatorres.net/pdf/agregacao/MudancasnaFamiliaOPrivadonaAgendaPublica.pdf>
- Torres, Anália e Tiago Lapa (2010) “Família e jóvenes en Europa. Convergencia e diversidad”, *Revista de Estúdio de Juwend*, Instituto de la Juventud, Espagna.
- Torres, Anália, Rita Mendes e Tiago Lapa (2007), “Families in Europe”, *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 7 (1), pp. 49-84.
- Torres, Anália, Rita Mendes e Tiago Lapa (2007b), “Famílias na Europa”, em Vala, Jorge, Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Travis, Alan (2009), “More young adults in 20s and 30s living with parents than in past 20 years”, *The Guardian*, 9 de Dezembro de 2009, p. 3.
- Trimberger, Kay E. (2005), *The New Single Women*, Boston, Beacon Press.
- Tulle, Emmanuelle e Elizabeth Mooney (2002), “Moving to ‘age-Appropriate’ Housing: Government and Self in later Life”, *Sociology*, vol. 36 (3), pp. 658-702.
- UNCHS (1991), Seminário sobre estratégia Global da habitação, Lisboa.
- van de Kaa, Dirk J. (1987), “Europe’s Second Demographic Transition”, *Population Bulletin* vol. 42 (1).
- van de Kaa, Dirk J. (2002), “The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries”, Paper apresentado em *Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security*, IPSS, 29 de Janeiro de 2002, Tóquio. Disponível em: http://www.ipss.go.jp/webj-ad/WebJournal.files/Population/2003_4/Kaa.pdf (acedido em 9 de Setembro de 2010).
- Vasconcelos, Pedro (1998), “Práticas e Discursos da Conjugalidade e da Sexualidade dos Jovens Portugueses”, em Pais, José Machado e Manuel Villaverde Cabral (Coord.), *Jovens Portugueses de Hoje, Secretaria de Estado da Juventude*, Oeiras, Celta.
- Vaus, David de (2006), “Retrospective Study”, em Jupp, Victor (Ed.), *The Sage Dictionary of Social Research Methods*, London, Sage.
- Vikatm Andres, Asolt Spéder, Gijs Beets, Francesco C. Billari, Christoth Bühler, Aline Désesquelles, Tineke Fokkema, Jan M. Hoem, Alphonse MacDonald, Gerda Neyerm, Ariane Pailhém, Antonella Pinnelli e Anne Solaz (2007), “Generations and Gender Survey (GGS): Towards a better understanding of relationships and processes in the life course”, *Demographic Research*, vol. 17, pp. 389-440.
- Vinken, Henk (2007), “New life course dynamics? Career orientations, work values and future perceptions of Dutch youth”, *Young*, vol. 15 (1), pp. 9–30.
- Wall, Karin (2005), *Famílias em Portugal: Percursos, Interacções, Relações Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, e Lígia Amâncio (orgs.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Richard (1989), “Leaving Home and Living Alone: A Historical Perspective”, *Population Studies*, vol. 43 (3), 369-389.

- Walther, Andreas (2006), “Regimes of Youth Transitions. Choice, Flexibility and Security in Young People’s Experiences across Different European Contexts”, *Young*, vol. 14 (2), pp. 119–139.
- Walther, Andreas (2006b), “Regulating Youth Transitions: trends, dilemmas and variations across different ‘regimes’ in Europe”, em Walther, Andreas, Manuela du-Bois-Reymond e Andy Biggart (Eds.), *Participation in Transition. Motivation of young Adults in Europe for learning and Working*, Frankfurt, Peter Lang European Academic Publishers.
- Wengraf, Tom (2000), “Uncovering the general from within the particular: from contingencies to typologies in the understanding of cases”, em Chamberlayne, Prue, Joanna Bornat e Tom Wengraft (Eds.), *The turn to biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, London, Routledge.
- Westberg, Annika (2004), “Forever Young? Young People’s conception of Adulthood: The Swedish Case”, *Journal of Youth Studies*, vol. 7 (1), pp. 35–53.
- Widmer, Eric D. e Gilbert Ritschard (2009), “The standardization of the life course: Are men and women equal?”, *Advances in Life Course Research*, vol.14, pp. 28-39.
- Wilson, Sarah, Sarah Cunningham-Burley, Angus Bancroft, Kathryn Backett-Milburn e Hugh Masters (2007), “Young people, biographical narratives and the life grid: young people’s accounts of parental substance use”, *Qualitative Research*, vol. 7 (1), pp. 135-151.
- Wyn, Johanna; Rob White (1998), “Young People, social problems and Australian Youth studies”, *Journal of Youth Studies*, vol. 1 (1), pp. 23-38.
- Zittoun, Tania (2007), “Symbolic Resources and Responsibility in Transitions”, *Young*, vol. 15 (2), 193-211.

Outras fontes:

- European social survey (site oficial). Disponível em: <http://www.europeansocialsurvey.org/>
- Eurostudent (Site oficial): Data Reporting Module EUROSTUDENT III (2005-2008), disponível em <http://eurostudent.his.de/eiii/report/choice.jsp> (consultado em 12 de Março de 2010)
- Observatório das Desigualdades (site oficial), disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>
- Porta 65 Fechada, disponível em: <http://porta65.blogspot.com/>
- Trajectórias Residenciais (site oficial de projecto), disponível em <http://www.trajectorias-residenciais.com/>

Europass Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Nico, Magda Lalanda Mira**
Correio(s) electrónico(s) magdalalanda@gmail.com; magda.nico@iscte.pt
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 06 Dezembro 1978

Experiência profissional

Datas	Fevereiro 2011 - Janeiro 2013
Função ou cargo ocupado	Membro do “Pool of European Youth Researchers”
Principais actividades e responsabilidades	Consultoria na área da juventude na Europa
Nome do empregador	European Knowledge Centre for Youth Policy do Conselho da Europa
Tipo de empresa ou sector	Organismo Europeu
Datas	Agosto 2007 - Julho 2011
Função ou cargo ocupado	Bolseira de Doutoramento
Principais actividades e responsabilidades	Investigação Sociológica para obtenção de grau de doutor
Nome do empregador	Fundação para a Ciência e Tecnologia (Instituição de acolhimento CIES-IUL)
Tipo de empresa ou sector	Fundação do Ministério da Ciência e tecnologia e Centro de Investigação e Estudos em Sociologia
Datas	Janeiro 2010
Função ou cargo ocupado	Perita
Principais actividades e responsabilidades	Organização de dados quantitativos de fontes secundárias sobre condições e estilos de vida da Juventude Europeia
Nome do empregador	European Knowledge Centre for Youth Policy do Conselho da Europa
Tipo de empresa ou sector	Organismo Europeu
Datas	Outubro 2009 - Dezembro 2009
Função ou cargo ocupado	Perita
Principais actividades e responsabilidades	Análise e Interpretação de Dados Quantitativos em torno das Condições e Estilos de Vida da Juventude Europeia
Nome do empregador	European Knowledge Centre for Youth Policy do Conselho da Europa
Tipo de empresa ou sector	Organismo Europeu
Datas	Janeiro 2009
Função ou cargo ocupado	Colaboradora
Principais actividades e responsabilidades	Apoio na construção das bases de dados, colaboração na elaboração dos questionários, tratamento e análise dos dados estatísticos recolhidos, co-realização de relatórios (ver relatórios policopiados) no projecto <i>Reprogramação de Equipamentos da Alta de Lisboa – proposta para estudo e planificação de equipamentos</i> , coordenado pela Professora Doutora Teresa Costa Pinto
Nome do empregador	CET- Centro de Estudos Territoriais, ISCTE-IUL

Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Datas	Abril de 2008 e Outubro de 2009 - Novembro 2009
Função ou cargo ocupado	Colaboradora
Principais actividades e responsabilidades	Tratamento estatístico (em SPSS), realização e transcrição de entrevistas no projecto <i>Novos Segmentos no mercado de habitação: o caso de Lisboa</i> , desenvolvido pela Professora Doutora Isabel Guerra e pela Dra. Sandra Marques pereira
Nome do empregador	CET- Centro de Estudos Territoriais, ISCTE-IUL
Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Datas	Setembro e Outubro de 2007
Função ou cargo ocupado	Investigadora em regime voluntário
Principais actividades e responsabilidades	Realização de entrevistas semi-directivas e respectiva transcrição, análise de conteúdo (em Maxqda) e co-redacção do relatório final (ver publicação de livro) no projecto <i>Jovens Descendentes de Imigrantes e Futuro: Trajectórias Escolares e Orientações Profissionais no Finalizar da Escolaridade Obrigatória</i> , coordenado pela Professora Doutora Teresa Seabra
Nome do empregador	CIES-IUL
Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Datas	Julho 2006 - Março 2007
Função ou cargo ocupado	Investigadora co-responsável (com Natália Gomes, Rita Rosado e Sara Duarte)
Principais actividades e responsabilidades	Recolha, organização e análise de dados estatísticos (INE, MTSS, MF), enquadramento teórico, construção do guião de entrevista e respectiva grelha de análise, realização e transcrição de entrevistas, análise de conteúdo temática, elaboração dos relatórios intercalar e final (ver publicação de livro), no projecto <i>Licença para criar: Imigrantes nas artes em Portugal</i> .
Nome do empregador	ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e o Dialogo Intercultural (então ACIME)
Tipo de empresa ou sector	Alto Comissariado
Datas	17 Julho 2006- 17 Julho 2007
Função ou cargo ocupado	Assistente de Investigação
Principais actividades e responsabilidades	Organização de base de dados bibliográfica (em End Note); desenho de questionário (em Teleform); tratamento de dados estatísticos (dados do INE em SPSS); aplicação dos questionários (em 13 escolas do país); realização de entrevistas semi-directivas e respectiva transcrição, análise de conteúdo (em Maxqda) e apoio na realização do relatório final, no projecto <i>Etnicidade, trajectórias escolares e orientações profissionais: jovens descendentes de imigrantes no finalizar da escolaridade obrigatória</i> coordenado pela Professora Dra. Teresa Seabra.
Nome do empregador	CIES-IUL
Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Datas	Junho de 2005 – 15 de Julho de 2006
Função ou cargo ocupado	Investigadora contratada
Principais actividades e responsabilidades	Enquadramento teórico do projecto, construção do guião de entrevista, realização de entrevistas, transcrição de entrevistas, construção da grelha de análise temática, análise de conteúdo e estatística (SPSS) do material empírico recolhido, realização de relatório intercalar de actividades, no projecto <i>Mulheres Migrantes, o local de trabalho e a casa: Vozes da Ucrânia, das Áfricas, do Brasil e de Portugal</i> , coordenado pela Professora Dra. Vera Santana.
Nome do empregador	CEGFS: Centro de Estudos de Género, Família e Sexualidade
Tipo de empresa ou sector	Associação, Centro de Investigação
Datas	Março 2004- Agosto 2005
Função ou cargo ocupado	Investigadora

Principais actividades e responsabilidades	Construção e gestão de base de dados (em SPSS), pesquisa e análise bibliográfica, carregamento e análise de dados estatísticos, análise e realização de relatórios de pesquisa no projecto <i>Qualidade e Transparência – Análise dos processos e resultados de garantia da qualidade</i> coordenado pelo CRISES- Colectivo de Reflexão e Intervenção sobre o Ensino Superior
Nome do empregador	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
Tipo de empresa ou sector	Instituição de investigação sem fins lucrativos
Datas	1 Outubro 2001 – Fevereiro 2004
Função ou cargo ocupado	Investigadora
Principais actividades e responsabilidades	Participação nos seguintes projectos do Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior: <i>Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Alunos, Docentes e Diplomados; FACE- Formulário de Avaliação Contínua do Ensino; Observatório dos Novos Alunos da Universidade Nova de Lisboa</i> , através da aplicação de inquéritos, actualização das bases de dados e respectiva programação (em SPSS), carregamento de dados, apoio à equipa de codificação, análise de dados quantitativos e co-autoria de relatórios de apoio à avaliação externa.
Nome do empregador	CEOS, Investigações Sociológicas da FCSH-UNL
Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Datas	Abril 2001- Junho 2001
Função ou cargo ocupado	Colaboradora
Principais actividades e responsabilidades	Apoio na aplicação de inquéritos e no esclarecimento de dúvidas relativas ao preenchimento do I Inquérito Nacional sobre a Droga, estudo encomendado pelo então IPDT
Nome do empregador	CEOS, Investigações Sociológicas da FCSH-UNL
Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Datas	Fevereiro e Março de 2001
Função ou cargo ocupado	Recenseadora
Principais actividades e responsabilidades	Recenseadora para os CENSOS 2001
Nome do empregador	Instituto Nacional de Estatística
Tipo de empresa ou sector	Instituto Nacional
Datas	Dezembro 1998; Novembro e Dezembro 1999; Setembro 2000 a Janeiro de 2001
Função ou cargo ocupado	Codificadora
Principais actividades e responsabilidades	Codificadora de Inquéritos: <i>Auto-Avaliação pela Comunidade Educativa Inquérito aos Alunos, Docentes e Diplomados, Observatório dos Novos Alunos da Universidade Nova de Lisboa, FACE- Formulário de Avaliação Contínua do Ensino</i>
Nome do empregador	CEOS, Investigações Sociológicas da FCSH-UNL
Tipo de empresa ou sector	Centro de Investigação
Educação	
Datas	2006-2011
Designação da qualificação atribuída	Doutoramento em Sociologia
Orientação	Professora Doutora Anália Torres
Título da tese	Transição Biográfica Inacabada. Transições para a vida adulta em Portugal e na Europa na perspectiva do curso de vida
Instituição	ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Aguardo Defesa

Datas	2007-2008
Designação da qualificação atribuída	Pós Graduação em Análise de dados em Ciências Sociais
Orientação	(do trabalho final) Professora Doutora Madalena Ramos
Instituição	ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	16 valores
Datas	2003-2006
Designação da qualificação atribuída	Mestrado em “Família e Sociedade”
Orientação	Professora Doutora Anália Torres
Instituição	ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
Título da tese	Quem não casa também quer casa: a conquista de autonomia habitacional na construção das identidades d@s jovens e das (in)dependências familiares
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	Muito Bom por unanimidade
Datas	1996-2001
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Sociologia
Orientação	Professor Doutor Miguel Chaves
Instituição	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Título da tese	(Re)produção da Identidade Circense. Estudo de uma companhia de circo itinerante em Portugal
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	BOM e 19 valores na tese

Formação

Datas	Março - Maio 2011
Designação do estatuto	Visiting Student
Instituição	Departamento de Sociologia da Universidade de Brown, Providence, Estados Unidos
Datas	1 a 22 de Outubro 2010
Designação do curso	Curso de formação de tutores da Universidade Aberta (com aprovação)
Instituição	Universidade Aberta, Lisboa
Datas	7 e 8 de Outubro 2010
Designação do curso	Workshop “Introduction to event history analysis”, ministrado por Melinda Mills
Instituição	CIES, Instituto Universitário de Lisboa
Datas	18 a 26 de Agosto 2009
Designação do curso	Summer School “Introduction to event history analysis with a special focus on cross-national comparisons”
Instituição	Quantitative Methods in the Social Sciences” da European Science Foundation, na “Ecole Nationale de la Statistique et de l’Administration Economique”, Paris
Datas	Setembro e Outubro de 2008
Designação do estatuto	Visiting Student
Instituição	Departamento de Sociologia da Universidade de Tampere, Finlândia.

Publicações

Livros, co-autor

Seabra, Teresa (coord.), Sandra Mateus, Elisabete Rodrigues e Magda Nico (2011); *Projetos e Trajetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da escolaridade básica*, Coleção “Estudos e Documentos do Observatório da Imigração” N° 47, ACIDI, Lisboa, disponível em <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudo47_WEB.pdf>

Nico, Magda; Natália Gomes, Rita Rosado e Sara Duarte (2007); *Licença para criar: Imigrantes nas Artes em Portugal*, Coleção “Estudos e Documentos do Observatório da Imigração” n°23, ACIDI, Lisboa, disponível em <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo_OI_23.pdf>

Capítulo de livro

Seabra, Teresa, Sandra Mateus, Elisabete Rodrigues e Magda Nico (2010), “Alunos descendentes de imigrantes no final do ensino básico: orientações escolares e condicionalismos sociais, in Carmo, Renato Miguel do (org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 165-172.

Artigo em revista científica internacional

Nico, Magda (2010), “Individualized Housing Careers in Early Adulthood: Conditions and Constraints in a Familistic Society”, *Sociological Research Online*, Volume 15, Issue 1, 2010: Sage Publications Ltd., British Sociological Association, University of Surrey and University of Stirling, disponível em <<http://www.socresonline.org.uk/15/1/6.html>>.

Artigos em revista científica nacional

(aceite para publicação), Barroso, Margarida; Magda Nico e Elisabete Rodrigues (Outubro de 2011), “Género e sociologia: uma análise das desigualdades e dos estudos de género em Portugal”, *Sociologia Online*, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia.

Nico, Magda e Elisabete Rodrigues (2011), “Organização do Trabalho Doméstico em Casais do Mesmo Sexo”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, N° 65, pp. 95 – 118.

Nico, Magda (2008), “(Des)Incentivos ao Arrendamento por Jovens” in Laureano, Raul M.S. e Soares, Helena Matos (Eds.), *Perspectivas do Crédito à habitação – 2008*, Número Especial da Coleção “Temas em Métodos Quantitativos”, Edições Sílabo, Lisboa.

Nico, Magda Lalanda (2006), “3.4.7.4.0.0: Os artistas de circo. Entre a família e o grupo profissional”, *Fórum Sociológico*, Dossier “Realidades e Contextos Profissionais”, vol. 15-16.

Actas de conferência

Nico, Magda; e Elisabete Rodrigues (2009), “What’s sex got to do with it? Organization of the household labour in homosexual couples” no RN13 Sociology of Families and Intimate Lives, ESA Conference, Lisboa, disponível em CD.

Rodrigues, Elisabete; Magda Nico e Margarida Barroso (2009) “Gender in Sociology: Analyzing Gender Inequalities and Gender Studies in a Southern European Country”, 2ª International RESUP-OSPS Conference, Lausanne, 18 de Junho 2009, disponível em <<http://www.resup.u-bordeaux2.fr/manifestations/colloque%20international%20Lausane%202009/Actes%20T5.pdf>>

Nico, Magda Lalanda (2008); “Conjugalidade and Transition to Adulthood”, ISA Research Committee on Family Research, RC06, “Family Diversity and Gender”, 9-13 Setembro, 2008, ISCS, Lisboa, disponível em CD e em <http://ess.cies.iscte.pt/content/documents/conjugalidadeandtransition_magdanico_setembro20>

[08.pdf](#)>

Nico, Magda (em co-autoria com Natália Gomes e Rita Rosado) (2008), “Artistas Imigrantes em Portugal: Mobilidade geográfica e trajetórias profissionais: ossos do ofício artístico?”, V Congresso Português de Sociologia, disponível em CD.

Nico, Magda Lalanda (2006), “Promessas, compromissos e estratégias familiares: reprodução identitária das comunidades de circo” in Balsa, Casimiro (org.), *Confiança e Laço Social*, CEOS- Investigações sociológicas, Edições Colibri, Lisboa.

Nico, Magda Lalanda (2005), “La surposée des liens sociaux dans le contexte du cirque: le rôle des promiss, compromis et stratégies familiares dans la reproduction identitaire de(s) la communauté(s) de cirque” in Balsa, Casimiro (ed.), *Confiance et lien social*, Res Sociales vol.24.

Relatórios e entradas internacionais

Nico, Magda (2009), Report on *Youth Lifestyles and Living Conditions*, European Knowledge Centre for Youth Policy (EKCYC) of the Partnership Programme between the Council of Europe and the European Commission in the Field of Youth, pp. 54, disponível em http://youth-partnership.coe.int/youth-partnership/documents/EKCYP/Youth_Policy/docs/Better_understanding/Research/Report_Lifestyles_and_Living_Conditions.pdf>

Nico, Magda (2009), *Youth Lifestyles and Living Conditions Policy Framework - Youth Policy topics*, European Knowledge Centre for Youth Policy (EKCYC) of the Partnership Programme between the Council of Europe and the European Commission in the field of Youth, disponível em <http://youth-partnership.coe.int/youth-partnership/ekcyp/BGKNGE/Lifestyles.html>

Working papers

(aceite para publicação) Nico, Magda Lalanda (2011), *Young Adults of the Great Recession: Individual and historical times, present and future biographies*, CIES e-Working Paper, Lisboa

Nico, Magda Lalanda (2009), *Carreiras e Eventos na Idade Jovem Adulta: Uma análise exploratória da Transição para a Aduldez*, CIES e-Working Paper N° 77, Lisboa, CIES-ISCTE, disponível em <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-§WP77Nico.pdf>

Nico, Magda; e Elisabete Rodrigues (2009) *Organização do trabalho doméstico em casais homossexuais*, CIES e-Working Paper N° 73, Lisboa, CIES-ISCTE, disponível em http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP73_NicoeRodrigues.pdf

Nico, Magda Lalanda (2007), *Autonomia habitacional não conjugal na Europa: Portugal e Finlândia*, CIES e-Working Paper N° 34, Lisboa, CIES-ISCTE, disponível em <http://cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP34.pdf>

Recensões

Nico, Magda, (2010), Recensão de Rachel Thomson, *Unfolding Lives. Youth, Gender and Change*, Bristol: Policy Press, 2009, *Análise Social*, Vol. XLV (4.º) 2010 (n.º 197), pp. 800-804.

Nico, Magda (2010), Recensão de Andy Furlong (ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood. New Perspectives and Agendas*, New York: Routledge, 2009, *Análise Social*, Vol. XLV (2.º), 2010 (n.º 195), pp. 405-409.

Artigos em jornais não académicos

Nico, Magda (Julho 2010), *A massificação da precariedade juvenil*, *Le Monde*

Diplomatique- edição portuguesa, II Série, nº 45, p. 5.

Nico, Magda (2008), *O circo chega à cidade*, Jornal Meia hora, 15 de Dezembro, p.4.

Nico, Magda (2008), *Engarrafamento para a vida adulta*, Jornal Meia hora, 7 de Abril, p.6.

Nico, Magda (2007), *Jovens e arrendamento: uma parceria difícil*, Revista CAIS, Outubro, pp. 14-15.

Teses

Mestrado

Nico, Magda (2005), *Quem não casa também quer casa: a conquista de autonomia habitacional na construção das identidades d@s jovens e das (in)dependências familiares*, Dissertação de Mestrado em “Família e Sociedade”, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, policopiado.

Licenciatura

Nico, Magda (2001), *(Re)produção da identidade circense: Estudo de uma companhia de circo itinerante em Portugal*, Tese de Licenciatura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiado

Relatórios Policopiados

Pinto, Teresa Costa (coord.), Ana Cristina Ferreira, Sandra Marques Pereira, Teresa Sá Marques, Isabel beja, Joana Gouveia, Magda Nico, Marta Martins, Marta Santos, Sónia Jorge (Março de 2009), *Relatório do Inquérito à procura de Habitação, Estudo e Planificação dos Equipamentos, Reprogramação de Equipamentos na Alta de Lisboa*, pp. 198, policopiado.

Pinto, Teresa Costa (coord.), Ana Cristina Ferreira, Sandra Marques Pereira, Teresa Sá Marques, Isabel beja, Joana Gouveia, Magda Nico, Marta Martins, Marta Santos, Sónia Jorge (Março de 2009), *Relatório aos Residentes da Alta de Lisboa, Estudo e Planificação dos Equipamentos, Reprogramação de Equipamentos na Alta de Lisboa*, pp. 205, policopiado.

Seabra, Teresa (coord.); Mateus, Sandra; Rodrigues, Elisabete; Nico, Magda (Julho de 2008); *Relatório final: Jovens Descendentes de Imigrantes e Futuro: Trajectórias Escolares e Orientações Profissionais no Finalizar da Escolaridade Obrigatória*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado

Seabra, Teresa (coord.); Mateus, Sandra; Nico, Magda; Rodrigues, Elisabete (Janeiro de 2007); *Relatório de progresso: Etnicidade, Trajectórias Escolares e Orientações Profissionais: jovens descendentes de imigrantes no finalizar da escolaridade obrigatória*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado.

Seabra, Teresa (coord.); Mateus, Sandra; Nico, Magda; Rodrigues, Elisabete (Janeiro de 2008); *Relatório de progresso: Etnicidade, Trajectórias Escolares e Orientações Profissionais: jovens descendentes de imigrantes no finalizar da escolaridade obrigatória*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado.

Seabra, Teresa (coord.); Mateus, Sandra; Rodrigues, Elisabete; Nico, Magda (Janeiro de 2007); *Relatório de progresso: Jovens Descendentes de Imigrantes e Futuro: Trajectórias Escolares e Orientações Profissionais no Finalizar da Escolaridade Obrigatória*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado.

Seabra, Teresa (coord.); Mateus, Sandra; Rodrigues, Elisabete; Nico, Magda (Janeiro de 2008); *Relatório de progresso: Jovens Descendentes de Imigrantes e Futuro: Trajectórias Escolares e Orientações Profissionais no Finalizar da Escolaridade Obrigatória*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado.

Lourenço, Anabela (coord.); Santana, Vera; Guimarães, Wanda; Nico, Magda (Janeiro de 2006), Relatório de actividades: Mulheres Migrantes, o local de trabalho e a casa: Vozes da Ucrânia, das Áfricas, do Brasil e de Portugal, Aveiro, CEGFS- Associação, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; (2003); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Diplomados da licenciatura em Antropologia da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; (2003); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Docentes da licenciatura em Antropologia da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; (2003); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Actuais Alunos da licenciatura em Antropologia da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord.); Caeiro, Ana (redacção); Dionísio, Bruno (redacção); Nico, Magda (redacção) (2003); Observatório dos Novos Alunos da Universidade Nova de Lisboa, 2002/2003; Lisboa; CEOS/ UNL; Policopiado.

Balsa, Casimiro (coord.); Urbano, Cláudia; Nico, Magda; Dionísio, Bruno; FACE- Formulário de Avaliação Contínua do Ensino, Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Alunos da FCSH/UNL, ano lectivo avaliado 2000/2001; Lisboa; CEOS/ UNL; policopiado.

Balsa, Casimiro (coord.); Franco, Luísa; Urbano, Cláudia; Nico, Magda; Caeiro, Ana; Dionísio, Bruno; FACE- Formulário de Avaliação Contínua do Ensino, Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: FCSH/UNL, ano lectivo avaliado 1999/2000; Lisboa; CEOS/ UNL; policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana (Redacção), Dionísio, Bruno (Redacção); Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Actuais Alunos da licenciatura em Engenharia do Ambiente da FCT/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord.); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Actuais Alunos da licenciatura em Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Actuais Alunos da licenciatura em Engenharia Civil da FCT/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Diplomados da licenciatura em Engenharia Geológica da FCT/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redacção); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Diplomados da licenciatura em Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL, Programa de Suporte

Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redação); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Docentes da licenciatura em Engenharia Física da FCT/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redação); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Docentes da licenciatura em Geografia e Planeamento Regional da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Nico, Magda (Redação); Caeiro, Ana, Dionísio, Bruno; Urbano, Cláudia (2002); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Docentes da licenciatura em Engenharia Civil da FCT/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Franco, Luísa; Nico, Magda; Urbano, Cláudia (2001); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Diplomados da licenciatura em Engenharia Química da FCT/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ FCSH/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Franco, Luísa; Nico, Magda; Urbano, Cláudia (2001); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Alunos, Docentes e orientadores do Ramo de Formação Educacional da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ FCSH/ UNL, policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Franco, Luísa; Nico, Magda; Urbano, Cláudia (2001); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Alunos, Docentes e Diplomados em Linguística da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ FCSH/ UNL; policopiado.

Balsa, Casimiro (coord); Franco, Luísa; Nico, Magda; Urbano, Cláudia (2001); Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Alunos, Docentes e Diplomados em Línguas e Literaturas Modernas e Linguística da FCSH/UNL, Programa de Suporte Científico ao Processo de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior; Lisboa; CEOS/ FCSH/ UNL, policopiado.

Revisões de artigos

(peer review)

- Observatorio (OBS*) e-journal (2010)

Comunicações

Comunicações por convite

Nico, Magda, “Transitions to adulthood in Portugal and Europe: Variability, Disorder and windows of opportunity for agency”, Spring 2011 Sociology Colloquium Series, Brown University; Providence, Rhode Island, Estados Unidos da América, 26 de Abril de 2011.

Nico, Magda, “A (des)estandardização do curso de vida: análise da variabilidade das transições para a vida adulta”, apresentação no âmbito do Ciclo de Seminários "Juventude, Escola e Modernidade" 2010/2011 do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 23 de Fevereiro de 2011.

Nico, Magda; Gomes, Natália; Rosado, Rita; Duarte, Sara (2007); Workshop de apresentação do estudo “Licença para criar: Imigrantes nas Artes em Portugal”, Observatório da Imigração nº 23, juntamente com as co-autoras Natália Gomes, Rita Rosado

e Sara Duarte, organizado pelo ACIDI e realizado no dia 20 de Junho de 2007 na Sociedade Portuguesa de Belas Artes, Lisboa.

Outras comunicações

(aceite para comunicação oral) Nico, Magda, “De-standardization of the life course across time and space: Analysis of the sequences and variability of the transitions to adulthood in Europe”, RN- Families and Intimate Relations: Session Families And Social Change. European Sociological Association Conference 2011

(aceite para comunicação oral) Nico, Magda “How questions about time turn into answers about agency: Combining the life grid with biographical narratives”, RN- Qualitative Methods, Session Mixed Methods. European Sociological Association Conference 2011

Nico, Magda, “O mix dos factores culturais e institucionais nas transições para a vida adulta nos países do Sul da Europa: “benção” analítica ou maldição política?”, Colóquio "Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, acções", 1 e 2 de Junho de 2011.

Nico, Magda, “The Wrong Place at the Wrong Time? New Manifestations of Precariousness in Portuguese Youth”, 1 de Outubro de 2010, Casa de Santa Marta, Cascais, Mid Conference of the ESA RN27- Institutions and social change.

Nico, Magda, “Unfinished Biographical Transition: Transition to Adulthood and the (De)Synchronization of Housing, Professional and Conjugal Careers”, na sessão “Changing biographies in a changing world”, 13 Julho de 2010, RC34 do XVII ISA World Congress of Sociology.

Nico, Magda e Elisabete Rodrigues, “What’s sex got to do with it? Organization of the household labour in homosexual couples” no RN13 Sociology of Families and Intimate Lives, ESA Conference, Lisboa, 2009

Nico, Magda, “(Dis)courses to adulthood: Transitional Events in Early Adulthood in Portugal” no RN30 Youth and Generation, ESA Conference, Lisboa, 2009.

Rodrigues, Elisabete, Magda Nico e Margarida Barroso, “Gender in Sociology: Analyzing Gender Inequalities and Gender Studies in a Southern European Country”, 2ª International RESUP-OSPS Conference, Lausanne, 18 de Junho 2009, ficará disponível em CD.

Nico, Magda, “(Dis)courses para a adultez, Histórias de transição de papel e de estatuto”, Colóquio do 3º ano de Doutoramento em Sociologia do ISCTE, 5 de Maio de 2009, ISCTE, Lisboa.

Nico, Magda (2009), “The against all odds reality of living independently in early adulthood in Portugal: from vanguard paths to extinguishing species”, Midterm Conference of RN30 Youth and Generation, European Sociological Association, Estonia, 8-11th January 2009.

Nico, Magda, “Transitions to Adulthood. The non-conjugal residential autonomy as a symbol and the Portuguese case as an example.”, Workshop apresentado no “Seminar of Comparative methodologies” organizado pelo Departamento de Sociologia e Psicologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Tampere, Finlândia, Outubro de 2008.

Nico, Magda Lalanda; “Conjuality and Transition to Adulthood”, ISA Research Committee on Family Research, RC06, “Family Diversity and Gender”, ISCSP, Lisboa, 9 a 13 de Setembro de 2008.

Nico, Magda; Natália Gomes e Rita Rosado (2008); “Artistas Imigrantes em Portugal:

Mobilidade geográfica e trajetórias profissionais: ossos do ofício artístico?”, VI Congresso de Sociologia em Portugal, Associação Portuguesa de Sociologia, FCSH/UNL, Lisboa, 26 a 29 Junho de 2008.

Nico, Magda (2007), “Sociografia dos doutorados e doutorandos em Sociologia em Portugal”, Encontro: O estado da Sociologia em Portugal: formação, investigação e profissionalização, Associação Portuguesa de Sociologia, 19 e 20 de Outubro de 2007, ISCTE, Lisboa.

Língua(s) materna(s)

Portuguesa

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

Inglês

Francês

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interaço oral		Produço oral			
C2	Proficiente	C2	Proficiente	C1	Independente	C1	Independente	C2	Proficiente
B1	Independente	B1	Independente	A2	Elementar	A2	Elementar	A1	Elementar

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Outras Aptidões e competências

Excelentes conhecimentos na óptica do utilizador de:

Windows XP, Microsoft Office;

Mac OS X;

SPSS (Tratamento e análise de dados estatísticos);

Bons conhecimentos na óptica do utilizador de:

End Note (Recolha e organização bibliográfica)

Teleform (Construção e inserção de inquéritos em formato de leitura óptica)

MaxQda (Tratamento e análise de conteúdo temática)

Conhecimentos elementares na óptica do utilizador de:

TDA (*Transition Data Analysis*, para análise de “Event History analysis”)

R (*Language and Environment For Statistical Computing*, para análise *multilevel, event history data, modelling*)

Lisboa, Junho de 2011